

SÉRIE V . VOLUME 2

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2012

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



Revista fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos

SÉRIE V . VOLUME 2

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2012

DIRETOR

António Carvalho

COORDENAÇÃO

Ana Ávila de Melo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Doutor Armando Coelho F. da Silva – Universidade do Porto

Prof. Doutor João Luís Cardoso – Universidade Aberta

Prof. Doutor Jorge de Alarcão – Universidade de Coimbra

Dr. Luís Raposo – Museu Nacional de Arqueologia

Prof. Doutor Nuno Bicho – Universidade do Algarve

Prof. Doutora Rosa Varela Gomes – Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor Víctor S. Gonçalves – Universidade de Lisboa

DESIGN GRÁFICO

Artlandia

PAGINAÇÃO

Undo

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TIRAGEM

1000 exemplares

Impresso em janeiro de 2014

Periodicidade anual

ISSN 0870-094X

Depósito legal n.º 3161/83

Solicita-se permuta – On prie l'échange – Exchange wanted – Tauschverkehr erwünscht – Sollicitiamo scambio

As opiniões expressas em texto e imagens são da exclusiva responsabilidade dos seus respectivos autores, salvo quando devidamente assinalado.

© Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização dos autores ou dos detentores dos direitos legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85 de 14 de Março, com as alterações subsequentes.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

**PATRIMONIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

**MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA**

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA

Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-260 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016
E-mail: diretor@mnrarqueologia.dgpc.pt
www.museuarqueologia.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incм.pt

Sumário

- 9 Editorial
- 13 A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas
ROSA VARELA GOMES
Comentado por
ANTÓNIO MALPICA CUELLO
- 77 José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia
JOÃO LUÍS CARDOSO
- 189 *Em busca do tempo perdido: a proteção arqueológica em Portugal e em Espanha (1.ª metade do século XX)*
ANA CRISTINA MARTINS
- 241 Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal): A First Appraisal
JOÃO C. SENNA-MARTINEZ, JESSICA REPREZAS, ELSA LUÍS, ELIN FIGUEIREDO, FILIPA LOPES, SUSANA S. GOMES, M. FÁTIMA ARAÚJO, RUI J. SILVA
- 265 O Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). Os Hipogeus Funerários
TERESA RICOU NUNES DA PONTE, ANTÓNIO M. MONGE SOARES, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, JOSÉ C. FRADE, ISABEL RIBEIRO, ZÉLIA RODRIGUES, RUI J. C. SILVA, PEDRO VALÉRIO
- 297 O depósito do Cabeço de Maria Candal, Freixianda (Ourém, Portugal)
RAQUEL VILAÇA, CARLO BOTTAINI, IGNACIO MONTERO-RUIZ
- 355 O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras)
JOÃO LUÍS CARDOSO, CARLOS TAVARES DA SILVA
- 401 Dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal)
ANA MARGARIDA ARRUDA, MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

- 417 Caracterização química de peças arqueológicas de ferro de Cabeça de
Vaia Monte e Torre de Palma, em Monforte, por técnicas espectroscópicas
RITA MAIOS
- 445 A Arqueologia e a Educação: Rede de Clubes de Arqueologia nas escolas
MÁRIO NUNO DO BENTO ANTAS
- 465 Um tesouro de dirhames do Emirado do Ândalus achado nos arredores
de Viseu
JOSÉ RODRIGUES MARINHO
- 509 Nota de leitura
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
- 513 Normas de redação

Editorial

No ano em que se comemoram 120 anos sobre a publicação do decreto régio que criou o Museu Etnográfico Português, atual Museu Nacional de Arqueologia (MNA), é dado à estampa mais um volume de *O Arqueólogo Português (OAP)* relativo ao ano de 2012, título criado em 1895 pelo fundador do Museu, o Doutor José Leite de Vasconcelos. Trata-se da mais antiga e prestigiada revista na área da Arqueologia em Portugal ainda em publicação.

Como é público no ano de 2011 celebrou-se um importante protocolo de cooperação com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), retomando, para esta revista centenária, uma relação editorial com mais de um século de história, mas que nunca se tinha efetivamente perdido. Com efeito, nunca é demais salientar que foi a INCM que imprimiu, e em alguns casos até reeditou, a quase totalidade das obras de José Leite de Vasconcelos. Para além desta razão histórica que também liga as duas instituições, a conjuntura financeira do País aconselha a necessidade de interajuda entre organismos públicos garantindo-se ainda melhores resultados económicos através de uma mais eficaz distribuição das edições. Uma consciência comum sobre esta equação aproxima as duas entidades, criando sinergias para uma profícua colaboração. Assim, logo em 2011 foi editado um volume de *O Arqueólogo Português* (série V, vol. 1) e outro da série monográfica «Suplementos a *O Arqueólogo Português*», n.º 7, dedicado à correspondência entre José Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro da autoria de Maria Fernanda Alegria, Suzanne Daveau e João Carlos Garcia.

Iniciou-se então mais uma nova etapa na vida desta centenária publicação periódica. De facto, já tinha sido ensaiada uma primeira reformulação de *O Arqueólogo Português* em 2003, com a introdução de um Conselho Editorial, a publicação de um artigo de fundo temático comentado por especialistas e a criação dum

novo grafismo. Porém, na ocasião, não entendeu o então diretor do Museu, o Dr. Luís Raposo, justificar-se a criação de uma nova série da revista, como tinha sido tradição com anteriores diretores, designadamente com os Doutores Manuel Heleno e D. Fernando de Almeida, respetivamente as Séries II e III, mas também com o Dr. Francisco J. S. Alves, concretamente a Série IV. A assinatura do protocolo entre o MNA e a INCM foi o momento indicado para o fazer, justificado com a criação da Série V e novo rearranjo gráfico da revista e da respetiva coleção monográfica.

Uma das prioridades da atual Direção foi dar continuidade à reconhecida dinâmica do Museu Nacional de Arqueologia em matéria editorial.

Desde logo foi recíproco o interesse em estreitar os laços entre ambas as instituições no espírito do disposto no protocolo em vigor. O ano de 2013, pelo seu significado simbólico na história do Museu, foi muito propiciador dessa proximidade, e já no âmbito dessas comemorações foi editada a *Fotobiografia de Manuel Heleno*, cujo lançamento teve lugar a 23 de setembro na Biblioteca da INCM, na Rua da Escola Politécnica. E no dia 19 de dezembro aproveitando a inauguração de uma exposição documental sobre a vida e obra de José Leite de Vasconcelos na Assembleia da República, foi apresentado o Suplemento n.º 8 a *O Arqueólogo Português* intitulado *Manuel Heleno, Pioneiro do Ensino e da Investigação Arqueológica em Portugal (1923-1964)*, edição coordenada por João Luís Cardoso e onde participam também, Luís Raposo, Nuno Bicho e Carlos Fabião.

E, como não podia deixar de ser, o próximo número está também já em preparação, pois assim obriga a tradição editorial deste Museu e a história que diariamente nele celebramos.

Entretanto o Conselho Editorial d'*O Arqueólogo Português*, criado em 2003, foi recomposto deixando de ser integrado pelo Doutor Jorge de Alarcão, por decisão pessoal e a quem nos compete agradecer publicamente a sua qualificada participação neste órgão, mas juntando-se o Doutor José d'Encarnação e o Dr. Luís Raposo aos restantes académicos que vêm desempenhando tão importante missão. Este último, juntamente com a Dr.ª Ana Melo, coordenadora da edição de *OAP*, integra o setor editorial do Museu.

A relação de trabalho entre a INCM e o MNA constitui um testemunho de uma parceria virtuosa e de boas práticas, indispensável criatividade que as instituições têm de encontrar em tempos difíceis. Assim, já em 2013, foi celebrado um outro protocolo entre a INCM e a Direção-Geral do Património Cultural, organismo que congrega os Museus Nacionais. Este novo protocolo não anula o anterior, antes o reforça, ampliando o leque de projetos editoriais. E, *O Arqueólogo Português*, lançado em 1895, título sobrevivente em todas as conjunturas, certamente com o apoio de todos – autores, editores, público – irá continuar, mantendo a periodicidade anual estabelecida.

Neste início de século, a lista de novos desafios para *O Arqueólogo Português* é encimada, naturalmente, pela necessidade de credenciação. Torná-lo uma revista indexada é um objetivo principal.

Só assim se poderá tornar uma plataforma editorial disputada pelos melhores investigadores que tratam temas relevantes da Arqueologia nacional, assegurando a sua implantação também a nível internacional e garantindo, portanto, uma desejável continuidade no preenchimento de um espaço de referência na divulgação científica em Portugal no domínio da Arqueologia.

Lisboa, 28 de dezembro de 2013.

António Carvalho
Diretor do Museu Nacional de Arqueologia

A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas

ROSA VARELA GOMES*

RESUMO

Apresentamos síntese dos objetivos, conceitos e contributos que enformam a Arqueologia da Idade Moderna em Portugal. Esta área de investigação denominada, por vezes, Arqueologia Pós-Medieval, permite obter conhecimentos sobre período compreendido entre os finais do século XV e o último terço do século XVIII, tanto nos núcleos urbanos como nos meios rurais, marítimos e, em particular, no que respeita aos quotidianos. Os temas investigados relacionam-se com o urbanismo, arquitetura, barcos e outras construções mas, também, sobre a vida e a morte, aspetos que, individual ou globalmente, irão fazer «História».

Palavras-chave: Portugal – Arqueologia – Idade Moderna

ABSTRACT

This paper aims to discuss the objectives, concepts and contributions of Modern Archaeology in Portugal. This area of research, sometimes called Post-Medieval archaeology, allows new knowledge about urban, rural and maritime archaeology, and the daily life of populations, in a period between late 15th century and the last third of the 18th century. The information concerns urbanism, architecture, ships, and other structures but also life and death, aspects that in an individual or global perspective will produce «History».

Keywords: Portugal – Archaeology – Post-Medieval Archaeology

* Universidade Nova de Lisboa, F. C. S. H., Departamento de História, Av. de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal, e-mail: rv.gomes@fcs.h.unl.pt.

1. CONTEÚDOS, DIACRONIAS E SINCRONIAS

A Arqueologia da Idade Moderna estuda sociedades humanas, inseridas no meio ambiente, através dos testemunhos que por elas nos foram legados, quer sejam construções, artefactos, ideofactos ou ecofactos, capazes de oferecer informação histórica derivada dos muito diversificados comportamentos daquelas, ocorridos durante a Idade que lhes dá nome e portanto, entre os finais do século XV e o último terço do século XVIII.

A Arqueologia da Idade Moderna diferencia-se das restantes áreas da Ciência Arqueológica, desde logo devido à cronologia da informação empírica que maneja mas, ainda, por diferente construção teórica, caracterizada por perspectiva holística, obrigada a cruzar contributos muito distintos (arqueológicos, epigráficos, iconográficos, literários, antropológicos, zoológicos, botânicos, geológicos, arquitetónicos, artísticos, etc...).

Plantas e imagens de construções, sejam elas simples casas, fortificações, palácios, templos ou sepulturas, que parecem, não raro, elucidativas aos investigadores daquilo que representam em termos históricos, não registam, efetivamente, as alterações/demolições/destruições, ou seja, a história dos lugares, própria da evolução das comunidades que construíram e adaptaram aquelas estruturas, ao longo dos anos, a sucessivas vivências. Estas, em geral omissas naqueles registos, refletem o dinamismo dos quotidianos que, em boa parte, podem ser identificados, apenas, através da Arqueologia, permitindo-nos obter conhecimentos que abrangem tanto os aspetos relacionados com a vida, como com a morte, nomeadamente no que respeita a patologias e suas causas, hábitos alimentares, etc..., através de linhas de investigação efetuadas em colaboração com outros cientistas.

Artefactos utilizados no quotidiano, como as cerâmicas e os vidros, constituem, por vezes, a única prova efetiva das redes comerciais existentes entre certas

regiões ou cidades e os centros produtores, além de refletirem aspetos económicos de quem os possuía (Gomes e Gomes, 1996; Gomes e Gomes, 1998).

A Arqueologia da Idade Moderna investiga em Portugal período de certa estabilidade económica, que se reflete em significativas alterações urbanísticas e arquitetónicas processadas a partir dos últimos tempos da Idade Média, pondo fim ao crescimento orgânico das cidades e adotando-se regras de planeamento. Assistiu-se, então, à expansão daquelas para o exterior dos perímetros fortificados, que alguma paz política foi fazendo perder interesse estratégico. Nestes novos espaços constroem-se grandes praças, com edifícios administrativos, que articulam a circulação envolvente e, dada a sua dimensão, permitem a realização de atividades, tanto sagradas como profanas. Constitui um bom exemplo do que referimos o Terreiro do Paço manuelino, a renovação urbana de cidades e vilas ou a remodelação de igrejas e de praças, habitadas pela aristocracia ou pelo clero (França, 1977, p. 23).

Grandes obras públicas e privadas desenvolveram-se ao longo da Modernidade, devidamente planeadas, numa lenta mas segura evolução, preparando os núcleos urbanos para uma maior interação económica, social e ideológica, tanto interna como a média e longa distância, enformando os inícios de conceito a que se tem vindo a chamar globalização.

Aquelas estendem-se gradualmente às zonas periurbanas, com a edificação de templos e conventos, que passam a proliferar no atual território português, e rurais, onde se edificaram quintas pertencentes aos designados «torna-viagens», que associam requintados palácios a importantes explorações agrícolas, recordando os latifúndios romanos, com a sua *pars urbana* e *pars fructuaria*, tendo, algumas delas, cercas que as protegiam (Beja e Teixeira, 2008, p. 309, 310). As influências exógenas são visíveis nos motivos decorativos, onde se representaram animais fantásticos, relacionados com velhas mitificações europeias e novos contributos hauridos através da Expansão.

A proximidade temporal do período em que incide a disciplina, objeto do presente texto, torna possível associar determinadas construções, públicas ou privadas, não só ao dono da obra, como ao arquiteto, profissão agora emergente no seio dos antigos mestres-construtores, e mesmo a certas personagens, com a qual, por tradição ou por interesse, aquelas por vezes inexplicavelmente se relacionam. Entre exemplos, mais ou menos aleatórios, cabe referir a Casa dos Bicos, conotada com a poderosa família de Afonso de Albuquerque, o Convento de Santana, em Lisboa, de Miguel de Arruda, que também foi mestre das obras do Mosteiro da Batalha, ou a designada Casa de João Esmeraldo, no Funchal, que, segundo a tradição, terá albergado Cristóvão Colombo, quando este ali aportou na sua terceira e última viagem às Antilhas. Os palácios, as grandes mansões, as quintas e os domínios aristocráticos vão ser conhecidos pelo nome das famílias

a que pertencem, muitos deles conservando tais denominações ainda hoje, uma vez entrados na toponímia.

As técnicas de escavação e registo da Arqueologia Moderna não diferem das restantes disciplinas da Área apesar de, por vezes, os testemunhos daquela Idade serem negligenciados, pouco estudados e publicados, eventualmente por falta de informação dos responsáveis pelos trabalhos.

Muito embora a metodologia analítica entre a Arqueologia e a História da Arte da Idade Moderna possa, em certos aspetos, ser semelhante, visto que o historiador de arte realiza a leitura estratigráfica de finas películas pictóricas ou de fases de edificação, o que hoje se vem chamando Arqueologia da Arquitetura, o arqueólogo tenta reconhecer aqueles dados a par dos níveis de ocupação, capazes de ajudar na construção de modelos diacrónicos que conduzam ao melhor conhecimento do passado humano e, sobretudo, às muitas vertentes e especificidades que a informação literária não contempla.

Enquanto o historiador trabalha sobre a informação contida nas fontes escritas, o arqueólogo reconhece aquela nos testemunhos arqueológicos resultantes da enorme pluralidade e diversificação das ações humanas. Estas não se encontram espartilhadas pelas particularidades que diretamente refletem contextos ideológicos, pelo que, não raro, evidenciam acentuados contrastes em relação à história documental. Os textos transmitem-nos não só conhecimentos parcelares, como normalmente relacionados, apenas, com momentos considerados especialmente importantes para o poder político, religioso e/ou administrativo instituído, pelo que claramente conotados com elites e cadeias de obediência. Destas, derivam as informações que possuímos antes da intervenção arqueológica, das principais edificações e até de certos quotidianos de que sobreviveram, por vezes, peças sumptuárias. Confirma o que mencionámos importante síntese histórica onde, através da documentação, se analisam, apenas, quotidianos nobres e onde o desfazimento com os testemunhos arqueológicos conhecidos é, por demais, evidente (Buescu e Felismino, 2011).

De qualquer modo, os textos e os contextos arqueológicos da Idade Moderna podem permitir, em conjunto, a reconstituição holística do *modus vivendi* de determinadas comunidades visto que, como se sabe, alimentos, tecidos, madeiras, couros, entre outros materiais orgânicos, desaparecem, conservando-se apenas em condições excecionais nos registos arqueológicos. Por exemplo, da presença de arcas, cadeiras e camas chegam até nós, somente, puxadores, pregos ou outros elementos, produzidos em materiais não perecíveis. Neste caso, para a reconstituição das sociedades humanas, as pontes entre a História, a História da Arte e a Arqueologia da Idade Moderna, como disciplinas autónomas mas com interesses comuns, podem ser, por vezes, esclarecedoras. Esta «aliança» foi bem interpretada por Artur Nobre de Gusmão (1956, p. 44) que, embora sendo historiador de arte, defendia o incontornável contributo da Arqueologia através da qual «(...)

demonstra-se e prova-se mas arqueologicamente. E essas provas, bem elaboradas, hão-de valer a despeito das contrárias opiniões de qualquer diferente autoridade, antiga ou moderna, seja qual for a sua proveniência». Ulteriormente, M. C. Mendes Atanázio na reedição da obra de Albrecht Haupt (1986, p. vi), no seguimento de livro de J. Lavalleye, considera «Com vista à datação e conservação do património artístico nacional, interessam as sondagens murarias e arqueológicas adrede conduzidas, os documentos escritos e monumentais mas também os gráficos e fotográficos que possam trazer informações para um melhor conhecimento relativo às modificações sofridas e dest'arte apanhar, com máximo de probabilidades, a integridade dos monumentos. Tal propósito é indispensável para quem faz História de Arte, por esta ter como objecto as obras-vivas-artísticas e o seu respectivo juízo de valor».

No entanto, se o historiador ou o historiador de arte, que investigam a Modernidade, trabalham ainda isoladamente, o arqueólogo precisa de equipa que, além dos técnicos de Arqueologia, inclui, em função das zonas a intervir, diferentes especialistas que, no terreno ou no gabinete, procedem a registos específicos e a análises, permitindo, mais tarde, as sínteses mais ou menos abrangentes.

Hoje são imprescindíveis os estudos arqueozoológicos e arqueobotânicos, tendo em vista a obtenção de informações relativas a espécies extintas ou àquelas que são, frequentemente, consumidas. Através das faunas pode saber-se se os testemunhos correspondem a animais domésticos ou selvagens, a idade de abate e, eventualmente, como foram confeccionados (cozidos/ensopados ou grelhados), identificando-se marcas nos ossos que permitem reconhecer o tipo de corte/utensílio empregue e, também, a presença/ausência de comensais, como o cão e o gato ou até de ratos (Antunes, 1989, p. 49-52). Deve-se ao Professor Miguel Telles Antunes, da U. N. L., os primeiros trabalhos efetuados entre nós de faunas, das Idades Média e Moderna, oferecendo informação imprescindível na elaboração de estudos de carácter ambiental, económico e, até, ideológico.

A Arqueobotânica dá-nos a conhecer o coberto vegetal, autóctone e exógeno, assim como as espécies alimentares, a par de aspetos económicos, a partir de pólenes e de macro-restos exumados em silos, canteiros, zonas de confeção de alimentos, etc..., conforme se verificou no estudo efetuado das amostras recuperadas no Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra.

Naquele, foram identificadas árvores de fruto, tal como legumes, verduras e ervas aromáticas, tendo sido reconhecida, pela primeira vez em Portugal, a denominada abóbora chila (*Cucurbita ficifolia* Bouché), muito utilizada na doçaria conventual (Queiroz *et al.*, 2006, p. 95, 96, 99). Os primeiros estudos de espécies vegetais, da Idade Moderna, foram efetuados pelo Professor João Pais, da U.N.L., para amostras do Funchal, onde registou, entre outras espécies, a presença de ananás, proveniente da América do Sul, e de cocos, procedentes de África, comprovando contactos comerciais à distância, nos séculos XVI e XVII (Pais, 1989, p. 54-57).

As datações obtidas através do radiocarbono, muito embora não sejam frequentemente usadas para contextos da Idade Moderna, podem, com alguma precisão, confirmar as cronologias atribuídas pelos artefactos, ecofactos e sucessões estratigráficas reconhecidas. Hipóteses interpretativas muito sugestivas, em termos cronológicos e culturais, para Cabo Verde, dado apontarem para colonização da Ilha de S. Vicente anterior à chegada dos portugueses, foram corrigidas pelo 14C, que indicou pertencer o contexto em estudo ao século XVII (Cardoso e Soares, 2010, p. 206-212).

A utilização daquele método de datação absoluta tem sido, na Arqueologia Moderna, mais usado em contextos subaquáticos, com o objetivo de classificar restos de embarcações de madeira (Covaneiro e Cavaco, 2010, p. 649; Alves *et al.*, 2001; Loureiro e Alves, 2007, p. 378; Rodrigues *et al.*).

Tanto os arqueólogos, com projetos de investigação decorrentes de posicionamentos teóricos, como aqueles que integram ações da denominada Arqueologia Preventiva, nomeadamente os chamados acompanhamentos, têm de recorrer a conhecimentos abrangentes, incluindo os de Arqueologia Moderna, tendo em vista compreenderem a informação empírica obtida no terreno e elaborarem modelos interpretativos de modo a contarem as histórias dos sítios investigados, que podem ter repercussão local, nacional ou, até, internacional.

Aqueles saberes não podem incluir, apenas, aspetos da Arquitetura ou alguns conhecimentos sobre cerâmicas, dado que estas, conforme acontece em outras Idades, constituem importante indicador cronológico e funcional dos arqueossítios, mas muitas outras informações, tendo em vista alcançarem bem argumentadas interpretações e integrações históricas credíveis dos espaços intervencionados.

Os testemunhos arqueológicos, património de todos nós, contrariamente aos documentais ou artísticos são, sistematicamente, destruídos à medida que prosseguem as escavações, o que, em nosso entender, constitui distinta responsabilidade para o arqueólogo, se comparado com o historiador ou o historiador de arte que podem, sempre que julguem necessário, voltar a ler o mesmo documento ou a reanalisar determinada obra de arte. No caso do arqueólogo, a destruição de grande parte dos testemunhos é irreversível, pelo que, desde logo, o posicionamento teórico e prático do arqueólogo é bem diferente do daqueles outros investigadores, a que se soma vertente antropológica, ausente em tais disciplinas.

Importa mencionar o facto de existir legislação específica, no que respeita ao património arqueológico, podendo impedir o arqueólogo de prosseguir os seus trabalhos no terreno, quando aqueles forem considerados pela Tutela como mal conduzidos. Este aspeto que, em casos extremos, pode levar à acusação criminal, não se verifica, tanto no caso do historiador como no do historiador de arte, que têm liberdade de escreverem o que bem entenderem, sem que isso afete, diretamente, o prosseguimento da sua pesquisa ou de outros, constituindo a única

penalização serem criticados pelos seus pares. Por outro lado, os seus documentos podem ser «lidos» por diferentes investigadores, enquanto que o ato de escavar e interpretar é, em si mesmo, solitário, cabendo a responsabilidade do seu registo para o futuro, inteiramente, ao arqueólogo.

Por vezes a Arqueologia da Idade Moderna é integrada na designada Arqueologia Histórica que, conforme o próprio nome indica, é bem mais abrangente, podendo ascender, em termos cronológicos, à Romanização e tendo como contraponto a Arqueologia Pré-Histórica, entendida como aquela que estuda as sociedades sem escrita, definição hoje posta de parte. No Museu Etnológico Português regista-se, nos Regulamentos, aprovados por Decreto de 11 de junho de 1914, a Secção de Arqueologia, subdividida em «*preistórica, protoistórica e histórica*». Esta última, por certo que correspondia aos tempos iniciados com o Período Romano (Moita, 1993-1994, p. 147). Ulteriormente, na reorganização daquele Museu, conforme o *Diário do Governo*, de 2 de maio de 1930, consta, novamente, a Secção de Arqueologia Histórica (1930-1931, p. 211).

A Arqueologia da Idade Moderna diferencia-se, também, da chamada Arqueologia Urbana, dado o âmbito cronológico que esta investiga, muito embora grande parte da sua área de pesquisa se desenvolva, de igual modo, nas zonas urbanas. De facto, a Arqueologia Urbana implica conhecimentos muito mais abrangentes, que abarcam desde a Pré-História à Idade Contemporânea e que, por isso, exigem a presença de especialistas em distintas áreas do saber arqueológico. Ambas disciplinas devem, em parte, o seu desenvolvimento e grande divulgação a partir dos anos setenta da passada centúria e, em particular, após o 25 de Abril de 1974, devido a alterações na mentalidade e maneira de ser de uma então nova geração e, em especial, à maior sensibilização para as problemáticas relacionadas com a preservação e recuperação do Património em geral, incluindo o arqueológico, como à difusão de tal conceito, conduzindo ao início de novas vias de investigação (Ferreira, 2002; Lemos, 2002).

Constituem referência as escavações arqueológicas efetuadas em Setúbal, após a criação do denominado Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em 1974, dedicadas, inicialmente, e tal como em Braga (1977), ao Período Romano, em Almada e Silves (1979), vocacionadas para as Idades Média, muçulmana e cristã, e Moderna.

De facto, entendemos, ainda nos finais dos anos setenta da passada centúria, que estruturas e espólios da Idade Moderna continham enorme potencial histórico mas que até então eram, apenas, abordados na perspetiva da História da Arte. A multiplicação de intervenções urbanas começava a proporcionar material, por vezes cotejável com as fontes escritas, mas de importância incontornável no que concerne à tentativa de criar modelos de quotidianos e das ideologias que eles refletem. Esta perspetiva tornou-se em imperativo quando escavámos o

Poço-Cisterna de Silves, entulhado nos finais do século XVI, com materiais não só de produção local ou regional, mas com muitos outros, importados, designadamente cerâmicas das oficinas sevillhanas e valencianas, como de diferentes centros produtores italianos e até porcelana chinesa, revelando um mundo de relações comerciais e culturais até então insuspeito nos quotidianos da Idade Moderna de uma urbe algarvia, que a história tradicional e erudita indicava como decadente. Aliás, foram os resultados obtidos durante as intervenções efetuadas naquela última cidade que estiveram na origem não só dos primeiros estudos sobre espólios modernos, como ali trabalharam jovens arqueólogos que depois procuraram investigar outros locais, mas deve-se à experiência então adquirida pelos responsáveis daquelas intervenções, a criação, mais tarde, no ano letivo de 1996-1997, de novo ramo de estudos na Área de Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Nesta instituição foram já apresentados e defendidos trinta e dois trabalhos finais de licenciatura, nove teses de mestrado e dois doutoramentos em Arqueologia da Idade Moderna.

Tal como ocorre com outras disciplinas, existem especializações na Arqueologia da Idade Moderna, dada a grande quantidade de informação disponível, correspondendo à Arqueologia da Expansão, Arqueologia de Contacto, Arqueologia Agrária e Industrial, assim como à Arqueologia Náutica e Subaquática, vertentes que, por nossa sugestão, foram implementadas nos *curricula*, inicialmente da licenciatura em História – Variante de Arqueologia e depois da licenciatura em Arqueologia, da F. C. S. H. da U. N. L. e onde, presentemente, lecionam jovens investigadores, nossos antigos alunos ou que para ali levámos.

2. GÉNESE E HISTÓRIA

2.1. Tempos pioneiros

Muito embora a mais antiga legislação referente à salvaguarda e proteção do património existente no então Reino de Portugal, datada de 13 de agosto de 1721 e promulgada pelo rei D. João V, não refira, explicitamente, a Arqueologia da Idade Moderna, nela constam estruturas e espólios com aquela cronologia. Este aspeto corresponde a ampla e diversificada visão do que se considerava como património histórico-cultural, cuja salvaguarda e proteção se colocava sob a tutela do Estado, através das autarquias e da Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular (Almeida, 1965, p. 103-104).

No entanto, o grande interesse pelos testemunhos materiais e espirituais da Modernidade, tal como nos restantes países europeus, remonta ao século XIX, radicando-se nos movimentos românticos, efetuando-se então estudos epigráficos, sobretudo ligados à tumulária, numismática e arquitetura, encarando-se a

Arqueologia como uma ciência abrangente. Esta filosofia irá dar origem à constituição, em 1863, da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, que recebeu patrocínio real, como apoio de associações congéneres europeias. Ulteriormente, em 1884, seria criado o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, a que se seguiu, em 1893, devido aos esforços de José Leite de Vasconcellos, a fundação do Museu Etnográfico Português, antecessor do atual Museu Nacional de Arqueologia. Estas instituições tinham como objetivo zelar, recuperar e acolher o património móvel, incluindo o arqueológico, e, conforme os próprios nomes indicam, numa perspetiva de abrangência total, em relação ao passado ocorrido no território português, incluindo a Idade Moderna.

Sobre aquela última instituição, José Leite de Vasconcellos (1897, p. 113) escreveria: «*Este Museu tem por fim contribuir, pela exposição permanente de objectos respectivos a todas as epochas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português.*» Nesta fase inicial, quando o Museu funcionava no edifício da Real Academia das Sciencias de Lisboa, consta, na Secção de Arqueologia, subsecção designada por «*portuguesa*» subdividida por «*antiga e moderna*» (Vasconcellos, 1897, p. 114).

Na obra *Noções Elementares de Archeologia*, o arquiteto e arqueólogo José Posidónio Narciso da Silva (1878), figura tutelar e primeiro presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, considera a existência do designado «*Período Moderno*», que atribui aos fins do século XVI e até ao século XVIII, onde inclui a arquitectura religiosa, civil e militar, apresentando alguns exemplos europeus, e escassos nacionais, na perspetiva da História da Arte. Assim demonstra a sua muita erudição mas, quanto a nós, não valoriza devidamente o património nacional, aspeto que tratou em muitas outras ocasiões (Silva, 1878, p. 301-314). Aquele foi, na altura, também divulgado por vários investigadores estrangeiros que, tal como Albrecht Haupt, escreveram, no século XIX, sobre a arte em Portugal, constituindo, ainda hoje, a obra «*Arquitectura do Renascimento em Portugal*», importante referência documental no que respeita a plantas e pormenores de edifícios, observações arquitetónicas e revestimentos azulejares (Haupt, 1986, p. 129).

Data de 1894, o primeiro questionário arqueológico promovido pela Comissão dos Monumentos Nacionais, com o objetivo de obter informações para o estudo da «*archeologia portuguesa*», constituído por uma parte geral e outra de carácter militar (Vasconcellos, 1896, p. 237, 238). Esta iniciativa, além de refletir preocupações em relação à situação do património em geral, constitui bom exemplo da conceção da Arqueologia como um todo, dado incluir «*Monumentos prehistoricos...; Antiguidades romanas...; Tradições locaes...; Antiguidades romanicas e gothicas...; Monumentos árabes...; Monumentos portugueses...; Antiguidades a que se não possa marcar origem conhecida. Noticia de retratos, estampas ou cartas geographicas, antigas*», sendo, ainda, solicitadas informações sobre o estado de conservação das peças. No que respeita

ao denominado «*Questionário militar*», são dados exemplos de quase todo o país do que se pretende, desde a Proto-História à Idade Moderna, como será o caso da Citânia de Briteiros, até ao Forte de S. Julião, passando pela Torre de Belém, entre outros, solicitando-se, de igual modo, dados sobre o tipo de material utilizado na construção. «*Noticias Archeologicas da Península da Arrábida*» constituiu, de certo modo, uma das respostas ao questionário anteriormente referido (Rasteiro, 1897).

O interesse pelos testemunhos do passado, existentes numa determinada região, é-nos, de igual modo, transmitido por Câmara Manoel (1895) no que respeita a Évora, valorizando todo o património que se pode ver no interior e exterior das muralhas daquela cidade. É de grande importância o relato que nos faz das «*demolições e excavações*» no antigo convento de S. Francisco daquela cidade, onde terá sido encontrado diversificado espólio que inclui numismas, de ouro e prata, ou cruces de marfim de rosário, sugerindo que devia ser guardado e estudado: «*(...) as cantarias lavradas, as colunas e capiteis encontrados, com as lindas janellas geminadas de estylo manuelino saídas das paredes demolidas, e com as diferentes cerâmicas (...)*». Destas, indica-nos tratarem-se de «*(pratos com letras azues em campo branco; púcaros, infusas, etc., de barro), de forma e feitios diversos, encontrados com ossos e terras (...)*» (Manoel, 1896a, p. 302). Os pratos mencionados devem corresponder a recipientes de faiança portuguesa. O mesmo texto refere que algumas das peças de cerâmica foram recolhidas nas abóbadas, aspeto que só, posteriormente, irá ser objeto de estudo, graças ao trabalho de Margarida Ribeiro (1984), relativo ao convento de S. Domingos de Montemor-o-Novo, no que respeita ao convento de Santa Maria de Beja, de Joaquim Mestre (1991) e, mais recentemente, no de São Domingos de Évora (Teichner, 2003).

Câmara Manoel não só descreveu, como representou graficamente, com a indicação das medidas, as peças recuperadas na acima mencionada casa franciscana de Évora. Trata-se de trabalho pioneiro na investigação de espólios da Idade Moderna e, em particular, no que concerne à cerâmica comum. O mesmo autor publica, posteriormente, cofre do século XVI e, graças a ele, aqueles tal como outros espólios arqueológicos irão integrar a Secção Archeologica, da Biblioteca Pública de Évora, que haveria de originar o Museu de Évora (Manoel, 1895; 1896, p. 95-97; 1896a, p. 302-304, 2 figs).

Nos tempos pioneiros da Arqueologia, que temos vindo a referir, a importância da Modernidade não foi interpretada da mesma maneira por todos os investigadores. De facto, Pedro de Azevedo (1896; 1897; 1903), no levantamento que efetuou, nas mais de quatro dezenas de volumes existentes na Torre do Tombo, correspondentes às «*Memorias Parochiaes*», de 1758, elaboradas pelo Padre Luís Cardoso, assinala que as referências arqueológicas que retirou daquela massa documental têm «*(...) restricções. O que tem carácter moderno, i. é, posterior á fundação da monarchia não é incluído; attendendo, comtudo, á necessidade de formar um*

pecúlio de inscrições portuguesas, são estas recebidas.» Esta opção indica-nos que nem tudo pôde ser considerado como testemunhos arqueológicos, existindo, segundo o mesmo autor, limites. No entanto, tais pressupostos acabam por não ser totalmente cumpridos, dado que nos inventários que publicou, eventualmente fruto do ambiente da época, acaba por transmitir referências sobre edifícios religiosos e dispositivos defensivos da Idade Moderna (Azevedo, 1897, p. 226, 227).

Sousa Viterbo (1896), também nos finais do século XIX, investiga património da Idade Moderna, publicando referências documentais, literárias e iconográficas, assim como a localização e descrição de moinhos dos séculos XVI ao XVIII, incluindo os do Seixal, só ulteriormente estudados em profundidade. Talvez por se tratar de matéria pouco comum, sente necessidade de justificação teórica, questionando, ao que julgamos pela primeira vez e de modo muito pertinente: «*Existe a archeologia da arte, porque não há de existir a archeologia da industria?*»

Verifica-se, entre diversos autores, uma aguda percepção da importância, histórica e cultural, do património arqueológico e da Arqueologia em geral, cuja conceção contempla não só larga diacronia, desde as origens do Homem até à Modernidade, como abrange testemunhos que estão sob a terra como sobre ela, aspeto que, ainda hoje, não é assim compreendido por alguns, designadamente com responsabilidades nas áreas mencionadas.

2.2. A grande divulgação

Em Portugal, tal como nos restantes países europeus, organizaram-se, na segunda metade do século XIX, importantes exposições, dado o grande número de público-alvo num tempo em que a divulgação do conhecimento dispunha de meios reduzidos, onde constavam artefactos da Idade Moderna. Entre elas podemos referir a que ocorreu em Viana do Castelo, em 1896, intitulada «*Exposição de Arte Ornamental*», onde se exibiram elementos de arte sacra e, na designada «*sala das faianças*», além de peças importadas apresentaram-se, também, cerâmicas produzidas nas «*extintas fábricas de Lisboa, Coimbra, Porto e Vianna*», descrevendo-se mesmo algumas datadas, como pia de água benta, de Coimbra, «*da mão do Brioso (...) com data de 1659*». Será interessante assinalar a menção que se fez a «*(...) uma dúzia de pratos, imitação do Japão, de um esmalte compacto de tom lácteo, com os desenhos a azul e roxo, que cremos de fabricação portuguesa dos meados do século XVII (1638-1690)*» (Guerra, 1896, p. 270, 271).

A valorização e interesse pela exibição do denominado património ornamental, que inclui peças da Idade Moderna, procedentes de coleções particulares, museus e instituições religiosas, ocorrem na sequência de grande mostra intitulada «*Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*», realizada, em 1881, no South Kensington Museum, de Londres. Esta esteve patente, no ano seguinte, em Lisboa e, ulteriormente, em 1889, em Évora, tendo-se publicado os respetivos catálogos.

Muito embora aquelas exposições se pudessem relacionar sobretudo com o colecionismo, tão em voga na altura, tiveram repercussão nos museus portugueses, que passam a acolher, através de doações ou por aquisição, peças da Idade Moderna. Conforme se verificou no Museu Municipal da Figueira da Foz, aquelas integram a *Archeologia Histórica*, com *Sub-secção da idade média e tempos modernos*, e no Museu Municipal de Bragança, a *Epocha Portuguesa*, integrando a rubrica *Outras*, quando constituíram novas aquisições do Museu Ethnológico Português (Cruz, 1896, p. 294; 1897, p. 119, 191; 1900, p. 180, 181, 183; A Sociedade Archeologica e o Museu..., 1899, p. 157; Vasconcellos, 1897a, p. 303, 304; 1905, p. 47). No entanto, segundo Leite de Vasconcellos (1915, p. 39), naquele último Museu, a «*Epocha Portuguesa propriamente dita (Desde a Idade-Média até ao século XVIII)(...) subdivide-se em duas, uma desde a Idade-Média até o Renascimento; outra, desde o Renascimento até o sec. XVIII*», justificando a separação pelo facto de a partir «*(...) do sec XV(...) As relações com os países de além-mar influirão nas artes (...), nas comidas, nos trajés, etc (...)*».

Os museus guardam, de igual modo, peças de colecionadores conforme se constata no Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, que possui sala designada por «Costa Simões», destinada exclusivamente à faiança. Naquela instituição, promove-se o estudo de peças da Idade Moderna pois, segundo consta, «*Admira-se alli uma colecção de louças, valiosíssimas pela abundância e valor dos exemplares. Quem quiser estudar a historia da faiança em Portugal não pôde deixar de visitar esta sala (...)*» (Azevedo, 1900, p. 340).

Um ano antes tinha sido motivo de contestação, por parte de círculo erudito portuense, a venda efetuada por Guerra Junqueiro da sua coleção, ou parte dela, a particular de Coimbra (Costa Simões?), constituída por «*(...) faianças peninsulares e hispano-mouriscas (...) e d'entre as quaes a secção portugueza representava uma serie com numerosos exemplares já introuvables, deixou-a o município sem interesse e não obstante as reclamações que publicamente se lhe fizeram*» (1899). Mesmo assim, aquele escritor continuou a possuir no seu acervo importante conjunto, não só de cerâmica hispano-árabe, como portuguesa, além de porcelana chinesa que, ainda hoje, integra Museu, no Porto, com o seu nome. Podemos, no entanto, supor que as peças vendidas ao colecionador de Coimbra pudessem ter integrado a sala anteriormente mencionada, encontrando-se hoje no Museu Machado de Castro daquela cidade.

Muitos dos colecionadores daqueles tempos viram as suas peças expostas em Museus aos quais, por vezes, passaram a dar o nome, conforme ocorreu em relação, entre outros, a Soares dos Reis, A. Santos Rocha ou F. Martins Sarmiento, como, apenas, às coleções que formaram conforme documenta núcleo de faianças patente no Palácio da Pena, em Sintra, ao qual se associa o nome de D. Fernando de Saxe-Coburg-Gota.

A sala de cerâmica do Museu Etnológico constituiu bom exemplo do espírito do colecionador/investigador, aliado a visão global do que era a Arqueologia. Nela, as peças foram expostas cronologicamente, desde a Pré-História às Idades Moderna e Contemporânea, incluindo as etnográficas, seguindo linha evolutiva e culturalista cara a Leite de Vasconcellos. Dos séculos XVI a XVIII, além da loiça comum das designadas oficinas Alto Alentejanas possuía em exibição, ainda, exemplares produzidos na região valenciana, assim como faianças portuguesas e azulejos (fig. 1) (Machado, 1964, p. 272-279).

De facto, J. Leite de Vasconcellos tanto adquiria para o «seu» Museu peças pré-históricas como históricas incluindo, entre outras, «*tinteiro de loiça portuguesa do século XVIII*», publicando a revista daquela instituição, *O Archeologo Português*, artigos com conteúdos muito diversificados, de diferente fôlego e abrangendo larga diacronia (Aquisições do Museu Etnológico Português, 1913, p. 144; Sardinha e Longo, 1999).

De qualquer modo, naquele virar de século, a Arqueologia e os Museus de Arqueologia continuaram a não ser bem entendidos por todos, segundo o próprio J. Leite de Vasconcellos que, em carta endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, felicitando-o pela inauguração do novo Museu Municipal, haveria de escrever, quase à laia de desabafo: «*Um museu archeologico não é*



Figura 1 – Faiança portuguesa, do séc. XVII, que esteve em exibição no mostrador n.º 14 do Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcellos (seg. Machado, 1964, p. 277, fig. 51).

unicamente uma curiosidade ou um recreio; é como que um livro aberto, onde á simples inspecção se contempla no todo ou em parte a historia da região que elle representa. Em Portugal, por falta de instrução, isto não é inteiramente comprehendido; a maior parte das pessoas confundem a Archeologia com o bric-à-brac, e não apreciam como devem o labor dos archeologos» (Vasconcellos, 1919, p. 120).

2.3. A institucionalização

Ao longo dos anos do último quartel do século XIX gerou-se ambiente propício à proteção do património arqueológico em geral e, em 1882, foi criada a Comissão dos Monumentos Nacionais, sendo integrada no Conselho de Arte e Arqueologia, presidida pelo Arqt.º Possidónio da Silva. Concebe-se então legislação específica, tendo em vista a proteção daqueles testemunhos, mesmo os que possam vir a ser afetados por trabalhos do Ministério das Obras Públicas, conforme consta no *Diário da República*, n.º 79, de 11 de Abril de 1901, chegando-se à proposta de classificação dos Monumentos Nacionais Portugueses, efetuada pelo presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais, Luciano de Carvalho, onde constam «*mais de 400, e comprehendem antas, marcos miliarios, thermas romanas, estatuas, pontes antigas, castellos, igrejas, túmulos, cruzeiros, cathedraes e palácios (cuja edificação é anterior ao anno de 1800), etc.*» Conforme se verifica, ali incluem-se testemunhos da Idade Moderna, embora sobretudo imóveis. À lista apresentada foram acrescentados, por Ramalho Ortigão, novos monumentos, surgindo distinta legislação em 1911, 1924, 1928, 1932, etc... (Vasconcellos, 1907).

A Associação dos Arqueólogos Portugueses teve, na altura e tal como hoje, importante papel na preservação do património nacional e, em particular, na sensibilização dos autarcas que, em 1905, receberam carta daquela Instituição, por solicitação real, chamando a atenção para a necessidade de conservar e restaurar os monumentos históricos ou arqueológicos existentes nos seus concelhos (Circular às Câmaras Municipaes, 1905, p. 438-439). Salvaguardados foram, de igual modo, os espólios encontrados no mar, conforme documenta a descoberta de canhões, moedas e objetos de ouro e prata recolhidos, à beira-mar, na Nazaré (Azevedo, 1908, p. 21-23).

Em Portugal, tal como na maioria dos restantes países europeus, verificou-se, no século XIX e nos primeiros tempos do século XX, perspetiva não só abrangente como diversificada do que é a Arqueologia, tendo em vista a compreensão global da História do Homem. Este conceito será substituído ulteriormente pela ideia nacionalista de encontrar as origens dos povos e das civilizações, privilegiando-se, por isso, a Arqueologia das Idades mais recuadas, Pré e Proto-Históricas, mas também do Período Romano. Assim se valorizaria a antiguidade das nações e encontraria géneses identitárias, físicas e culturais autóctones, das suas populações, resvalando perigosamente para juízos de carácter étnico e social, propícios a sustentarem comportamentos que todos conhecemos.

O paradigma que respeita à procura da «antiguidade/origem» dos monumentos, decorrente das ideologias nacionalistas e conservadoras teve reflexo nas obras de restauro implementadas, ao longo dos anos, nos imóveis classificados como Monumentos Nacionais e, em particular, no âmbito das comemorações do oitavo centenário da fundação da nacionalidade, efetuadas pela Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Aqueles trabalhos públicos e, portanto, politicamente apoiados em programa específico do Estado Novo, apresentado por Oliveira Salazar, realizaram-se, infelizmente, sem qualquer acompanhamento arqueológico, tendo-se registado, através de fotografias, o aspeto dos monumentos, antes e depois das intervenções (Medina, 1994, p. 33, 34, 59, 60). Tal informação encontra-se, em parte, publicada nos boletins daquela instituição, cujo objetivo, conforme consta no seu primeiro volume é efetuar «obras *de adaptação*» ao gosto moderno ou a pretendidas exigências culturais», tendo em vista «(...) amparar e dignificar os monumentos de Portugal». As ditas publicações, com inegável valor documental, destinavam-se a «arquitectos e outros artistas, arqueólogos estudiosos ou simples amadores» (1935, p. 6). Parece hoje não haver dúvidas de que muitos dos restauros realizados pela DGEMN destruíram importantes testemunhos, relativos tanto a preexistências, como adições arquitetónicas, desconhecendo-se, também, o paradeiro dos espólios inevitavelmente encontrados. Na altura, foram retirados elementos arquitetónicos da Idade Moderna de edifícios religiosos medievais, designadamente talhas, azulejos, imagens e diversas estruturas, tendo em vista valorizar a sua antiguidade e aspeto primitivo, enquanto em outros refizeram-se estruturas, tentando conferir-lhes homogeneidade e aspeto protótipo, conforme se verifica, por exemplo, no Castelo de Silves, com as suas ostensivas ameias, à maneira do Castelo de Guimarães. Não obstante, todas as obras foram devidamente justificadas, visto ter havido intenção bem explícita de que aquele «Património vai ser refeito dos atentados que contra ele foram cometidos nos séculos XVII e XVIII» (1935, p. 9).

A alienação e dispersão de muito património religioso e, de igual modo, arqueológico da Idade Moderna ter-se-á, em parte, iniciado com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, prosseguindo-se o mesmo caminho, ulteriormente, após a instauração da República e continuando com as obras promovidas pela DGEMN (Campos, 1994, p. 122). Este fenómeno, que muito caracteriza o nosso país, face a outras nações europeias, continua a desenrolar-se nos dias de hoje, apesar da muita legislação existente, devendo mergulhar as suas raízes no próprio carácter do povo português (Dias, 1971).

As «novas tutelas» e a legislação que, ao longo dos anos, irão produzindo, terão em conta, preferencialmente, os testemunhos Pré e Proto-Históricos e, em particular, os Romanos, avançando, a partir dos anos oitenta e noventa da passada centúria, até ao Medieval Islâmico, dependendo, por vezes, o interesse pelos restantes

espólios/vestígios do beneplácito do responsável pelos trabalhos arqueológicos. Esta noção, do que é ou não é património arqueológico, encontra-se bem patente nos dois volumes, por ora publicados, do que pretendia ser a «*Carta Arqueológica de Portugal*». Esta ficou-se, apenas, pelo Algarve e, infelizmente, nela não constam os testemunhos da Arqueologia da Idade Moderna (Marques, 1992; 1995). Trata-se de trabalho da responsabilidade do Departamento de Arqueologia, do antigo IPPAR que, pelos vistos, só considerou como sendo «Arqueologia» o que está ou esteve sob a terra, pensamento que perviveu até quase à atualidade. Na verdade, só nos inícios de 2012 é que o «Moderno» consta como período cronológico na Base de Dados Endovélico, do IGESPAR. A preservação/destruição do «nosso Património» depende, presentemente, da sensibilidade de distintas tutelas e, sobretudo, da consciência cívica dos cidadãos, mas onde preponderam comportamentos atávicos, acrescentando o facto daqueles serem em geral pouco escolarizados e mal informados, problemática que não cabe, no âmbito do presente texto, desenvolvermos.

Perante o estado do Património Arqueológico, julgamos pertinente questionarmos se a noção do que se entende por Arqueologia e o seu papel social não terá retrocedido quase um século. Ou se, pelo contrário, a disciplina não se conseguiu individualizar, tendo vivido apenas uma fugaz emancipação com a criação do Instituto Português de Arqueologia que, embora efémero, esteve na origem não só de grande parte da atual legislação sobre o património arqueológico como do controlo, algo questionável é certo, tanto dos arqueossítios como dos arqueólogos. No entanto, tanto o antigo IPA como o IGESPAR e atual DGPC não valorizam as especificidades de cada área ou ramo de investigação em Arqueologia. Assim, muito embora seja necessária a presença de antropólogos aquando da intervenção em necrópoles, não se exige arqueólogo, com formação em Arqueologia Moderna, nas muitas intervenções arqueológicas, onde se sabe existirem testemunhos daquela Idade.

A Tutela, a nosso ver, terá que adequar a legislação aos novos tempos e realidades arqueológicas. Também, as Universidades, responsáveis pela formação dos futuros arqueólogos, deverão adaptar os seus *curricula*, na formação por áreas, a partir da base generalista, o que, só assim, irá contribuir para a história dos locais investigados e a salvaguarda do valioso património cultural coletivo, que ainda herdámos e temos obrigação de legar às gerações vindouras.

3. O ESTADO DA ARTE

3.1. Urbanismos e arquiteturas

Importa assinalar, devido às informações adquiridas, entre outros, os trabalhos arqueológicos realizados no Porto, Lisboa, Setúbal, Beja, Silves, Lagos e Funchal.

Os acompanhamentos arqueológicos efetuados nas ruas do centro histórico do Porto permitiram observar a sua organização e evolução, devido a alterações urbanísticas entre as Idades Média e Moderna (Osório e Silva, 2002, p. 84, 85; Ribeiro, 2002, p. 28). Das diversas intervenções realizadas podemos assinalar as efetuadas junto à Sé (na antiga Casa da Câmara), na área ribeirinha ou na fortaleza de S. João da Foz (Real *et al.*, 1995; Osório e Silva, 1998). Destas, uma das mais importantes a nosso ver, terá ocorrido na denominada Casa do Infante, próximo do rio e que, segundo a tradição, associa-se ao nascimento do Infante D. Henrique (Real *et al.*, 1994). Ali terá funcionado a Alfândega Velha e distintos outros edifícios administrativos. As escavações reconheceram os inícios da ocupação do local, alterações/transformações e diversas campanhas de obras. A Casa do Infante, depois de devidamente restaurada e recuperada, guarda, além do Arquivo Histórico Municipal, Núcleo Museológico, onde é transmitida a «história do local», através dos espólios recuperados, maquetas e vídeo, constituindo ponto incontornável de visita na cidade do Porto (Barreira *et al.*, 1998; Osório e Silva, 1998).

A capital, como se sabe, sofreu grandes modificações, após o terramoto de 1755, sobretudo na zona atualmente designada por Baixa Pombalina, com a aplicação no terreno de planeamento retilíneo, cujos primeiros passos já tinham sido dados nos finais do século XVI, no denominado Bairro dos Andrades, presentemente, mais conhecido como Bairro Alto (França, 1977, p. 26). Não obstante, as grandes alterações urbanísticas da cidade, iniciaram-se, na zona ribeirinha, com a instalação do rei no Paço da Ribeira e a construção não só da grande praça que lhe ficava contígua como, na envolvente, de repartições públicas, palácios e distintas casas nobres. Trata-se do início de nova era em que a cidade desce das colinas do Castelo e de S. Vicente, para se expandir ao longo da margem direita do rio Tejo, onde se desenvolve importante indústria de construção naval, com estaleiros e armazéns, dedicada ao comércio ultramarino.

Os danos causados pelo cataclismo mencionado irão possibilitar substituir o resultado do crescimento orgânico da cidade medieval e os primeiros intentos de urbanismo, por planeamento efetivo, em grande extensão, próprio do racionalismo da Idade Moderna, e do «Século das Luzes», aspeto com larga expressão nos vestígios arqueológicos.

Um dos edifícios que, segundo a tradição, terá sido destruído com o grande sismo foi o Hospital Real de Todos-os-Santos, cujos testemunhos foram, em boa parte, postos à vista durante diversas intervenções arqueológicas. Estas ocorreram, nos anos sessenta e noventa da passada centúria, no âmbito de duas grandes obras públicas; a construção do metropolitano e de parque de estacionamento subterrâneo, dirigidas por arqueólogos do Museu da Cidade. Durante os trabalhos mencionados, identificou-se grande parte do interior do piso térreo daquela

edificação, incluindo enfermarias, assim como elementos arquitetónicos e espólios a ela associados, alguns dos quais em exibição no Museu da Cidade de Lisboa (Moita, 1964-1966).

As escavações também conduziram à verificação de que o Hospital Real só terá sido totalmente desativado e demolido com a remodelação da Baixa Pombalina, ocorrida cerca de vinte anos após o terramoto (Moita, 1964-1966). Muito embora tenha sido afetado por aquele, deve ter continuado a funcionar até ao início das obras mencionadas, que previam a existência de três grandes praças, respetivamente no Terreiro do Paço, Rossio e Praça da Figueira, esta na zona em parte ocupada pelo antigo hospital, tornando, por isso, desnecessária a sua reconstrução. O poder político e administrativo, assim como os novos conceitos urbanísticos vigentes no resto da Europa, assim o exigiram.

As intervenções arqueológicas ali efetuadas, sob a direção de Irisalva Moita, contribuíram para o conhecimento do urbanismo e da arquitetura do local, tendo constituído um dos primeiros contributos da Arqueologia da Idade Moderna, devidamente enquadrado por projecto de investigação, para a história de significativo sector da cidade de Lisboa.

A construção, em 1999, de parque de estacionamento subterrâneo na praça Luís de Camões, conduziu à realização de escavação arqueológica, também dirigida por arqueólogos do Museu da Cidade, no local onde existiu o rico Palácio dos Marqueses de Marialva, edificado no século XVII. A intervenção verificou que o espaço ocupado pela atual praça coincidia com a área do antigo palácio, tendo-se efetuado a planta daquele edifício, que se desconhecia, assim como percebido a sua reutilização, pós-terramoto (Marques e Fernandes, 2003, p. 31). De facto, o que subsistiu do antigo edifício foi subdividido em espaços residenciais e em vários estabelecimentos, sendo o local conhecido como os casebres do Loreto até, pelo menos, ao século XIX, altura em que foram demolidos, para dar lugar à praça Luís de Camões, inaugurada em 1867.

A intervenção arqueológica pôs à vista setor do piso térreo e das caves da casa nobre referida, assim como elevado número de artefactos de produção local ou importados (Marques e Fernandes, 2006). No entanto, segundo os testemunhos arqueológicos, boa parte do palácio terá sobrevivido ao terramoto de 1755 e, por isso, embora abandonado pela família que nele habitava, que chegou a planear a sua reconstrução, foi, ulteriormente, reocupado.

Acompanhamentos arqueológicos, na área urbana de Lisboa, conduziram ao reconhecimento de restos de espaços habitacionais e de setores da rede viária, anterior ao terramoto. Entre eles podemos mencionar as escavações na denominada Baixa Pombalina e Zona de Santos (Amaro *et al.*, 1994; Diogo e Trindade, 1995; 1998; Trindade e Diogo, 1998; 2001; Santos, 2006). Nesta última, identificou-se estrutura portuária, de madeira, da Idade Moderna, que a par de

testemunhos de navios, assim como de vestígios de antigos estaleiros, nomeadamente na zona do Cais do Sodré ou até na atual praça do Município, contribuem para o melhor conhecimento da frente ribeirinha da capital durante a Modernidade (Fernandes, 1994; Rodrigues *et al.*, 2001; Alves *et al.*, 2001a).

Remodelações em distintos edifícios tornaram, de igual modo, necessário a realização de intervenções arqueológicas em áreas ocupadas por famílias nobres, como é o caso do palácio do Corpo Santo, do século XVI, pertença dos Corte Real, o dos Duques do Cadaval, possivelmente no largo com o mesmo nome, e, entre muitos outros, o dos Duques de Penafiel, na rua das Pedras Negras, onde foi posta à vista parte do piso térreo (Barbosa *et al.*, 2008; Sabrosa, 2008; Silva e Guinote, 1998; Vale e Marques, 1997). No entanto, existem, também, testemunhos de espaços residenciais destruídos e abandonados devido a incêndios, provavelmente relacionados com o terramoto de 1755, cujos estudos estão a ser publicados (Casimiro, 2011).

Lisboa possui muito diversificada informação literária e iconográfica, no que respeita à Modernidade, permitindo confrontar textos e imagens com a realidade arqueológica, aspecto que, infelizmente, raramente se efetua (Garcia, 2008; 2009).

O Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal tem, de modo exemplar, intervindo aquando de obras na área urbana daquela cidade, desenvolvendo trabalhos que, para além de proporcionarem informações sobre as suas origens remotas, sidéricas e romanas, dão a conhecer a sua evolução ou alterações ocorridas, em espaços religiosos e residenciais, nas Idades Média e Moderna (Cândido e Neto, 2008-2009; Soares, 2000). Assim se tem vindo a estudar a expansão do agregado populacional para o exterior do recinto fortificado, edificado somente no século XIV, com a formação de novos arrabaldes, como o de Palhais e o do Troino, o mais antigo, onde se instalaram dois conventos, o de Jesus e de S. Francisco (Soares, 2000, p. 124-127). O traçado regular do bairro do Troino poderá relacionar-se com renovação urbana ocorrida em Setúbal, por iniciativa régia, entre 1526 e 1537, aspeto que pôde ser confirmado arqueologicamente (Coelho, 2009; Soares *et al.*, 2005-2007, p. 99). Embora as escavações por vezes estivessem circunscritas a áreas reduzidas, verificaram que os atuais polos centralizadores de Setúbal, estariam submersos ou corresponderiam a zonas de praia, nos fins da Idade Média, iniciando-se as alterações urbanas e arquitetónicas, na zona ribeirinha, nos inícios da Modernidade, devido à importância económica que o núcleo urbano foi assumindo (Coelho, 2009, p. 448; Soares *et al.*, 2005-2007).

Importante intervenção arqueológica em Beja, no âmbito do Programa Polis, conduziu à identificação de 137 silos, que, por ora, constituem a maior concentração daquele tipo de estruturas subterrâneas reconhecidas no nosso país (Martins *et al.*, 2010). Entalhadas entre os séculos XIV e XVII, localizavam-se no exterior do núcleo fortificado medieval. Este facto poderá indiciar a presença de constru-

ção defensiva, ainda não identificada, que de algum modo os protegesse e, por certo, anterior à sua utilização como lixeiras. Todavia, elas não só estão de acordo com a grande produção de cereais na região, como se poderão relacionar com o controlo efetivo, por parte da administração local, de reserva alimentar significativa. Embora preenchidas com espólios do início da Modernidade, pensamos tratarem-se de estruturas islâmicas, aspeto que observámos, de igual modo, no Castelo de Silves (Gomes, 2003, p. 32-34). No caso de Beja, a zona ocupada com estruturas negativas de armazenamento, da Idade Média, foi transformada em lixeira na Idade Moderna, o que poderá indiciar alterações urbanísticas da cidade ou, quiçá, redução do número dos seus habitantes, como ainda a existência de outras formas de armazenamento de cereais em áreas urbanas, os grandes celeiros reais, de que se conhece exemplar, embora do século XVIII, em Évora. No antigo Hospital do Salvador, em Abrantes, identificou-se celeiro medieval, constituído por 32 grandes talhas. Estas foram postas à vista durante intervenção arqueológica onde se verificou que aquele equipamento terá sido, de igual modo, desativado na Modernidade (Lourenço e Ramalho, 1991).

Silves destaca-se por ter sido dos primeiros locais onde peças em contextos da Idade Moderna, procedentes de espaços habitacionais e do monumental Poço-Cisterna, foram escavadas e publicadas (Gomes e Gomes, 1984; 1996; Gomes *et al.*, 1996; Gomes, 2006). Estas encontram-se em exibição no Museu Municipal de Arqueologia da cidade, também pioneiro na recuperação e musealização de espólios da Modernidade.

Ali se expõem distintos artefactos, ligados aos quotidianos, que incluem numismas, fivelas, fechos de livros, peças de vidro italianas, assim como cerâmicas de produção local ou regional e importadas, de distintas oficinas europeias, tal como fragmentos de porcelana chinesa (fig. 2).

As medidas de minimização do impacto de diversas obras no património da área urbana de Silves, permitiram reconhecer novos setores de espaços residenciais e espólios da Idade Moderna (Estrela *et al.*, 2008). No entanto, a zona da Arrochela é o local que, até agora, ofereceu maior número de tais testemunhos, devido às dimensões da área intervencionada, reconhecendo-se várias estruturas habitacionais, que constituíram quarteirão nos séculos XV-XVI. Os restos das casas identificadas integravam-se na malha urbana ainda hoje visível. De uma delas conservou-se longo corredor que terminava em pátio, situado nas traseiras, a partir do qual se podia aceder aos diferentes compartimentos. Na fachada pusemos à vista parte de compartimento, sem ligação com a casa referida, que poderia corresponder a loja. Este quarteirão foi destruído devido a incêndio e entre o espólio recuperado no interior das casas contam-se fragmentos de loiça de mesa (jarros, taças e pratos), semelhantes aos recuperados no Poço-Cisterna, alguns importados das oficinas valencianas e andaluzas, majólicas venezianas, assim como raras

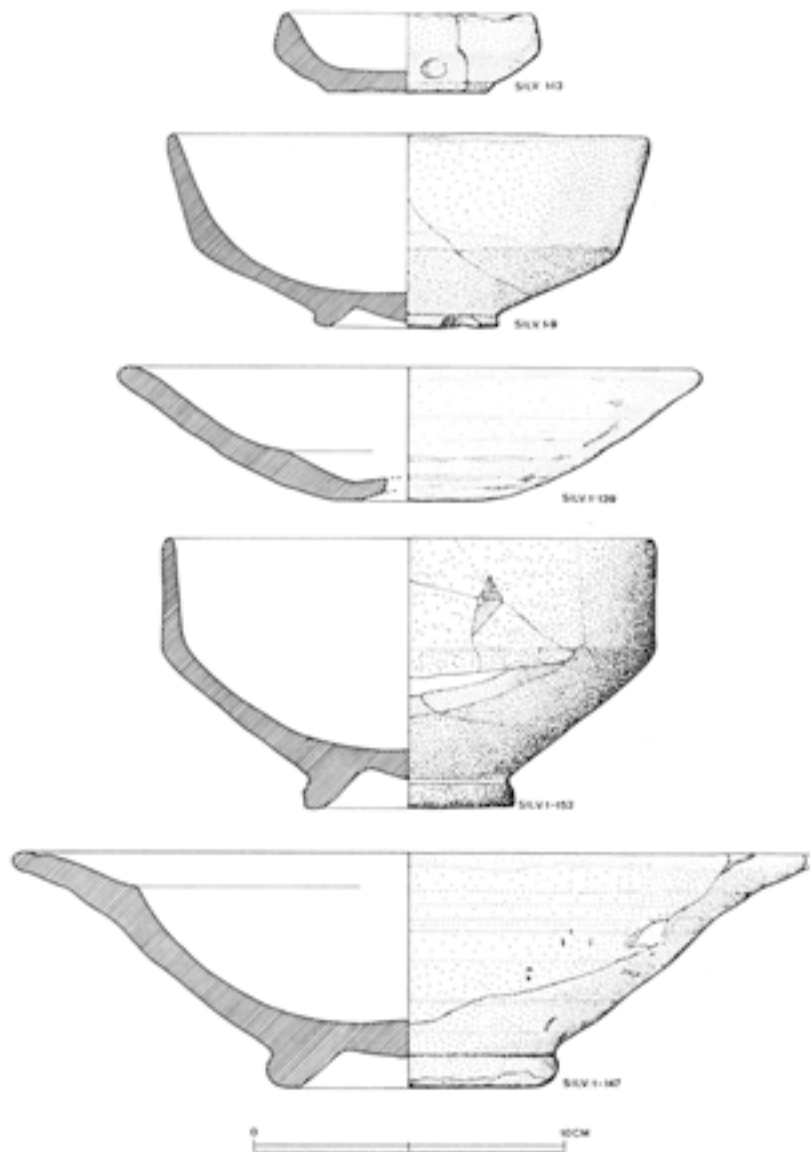


Figura 2 – Poço-Cisterna (Silves). Cerâmicas esmaltadas e vidradas dos séculos XV-XVI (seg. Gomes e Gomes, 1996, p. 157, 159, 161).

porcelanas chinesas. Documentámos, ainda, a existência de anéis, pulseiras, fragmentos de copos e de garrafas de vidro (fig. 3).

Os objetos metálicos incluem brincos, anéis, pendants, tesouras, dedais, alfinetes, fusos de roca, facas, fechos de livros, etc... (Gomes, 2011 p. 7-24) Também se exumaram numerosos numismas, sendo o mais recente 4 reais de Filipe II de Espanha (1556-1598), cunhado em 1597, na cidade de Sevilha (Gomes e Gomes, 2000, p. 269-284).

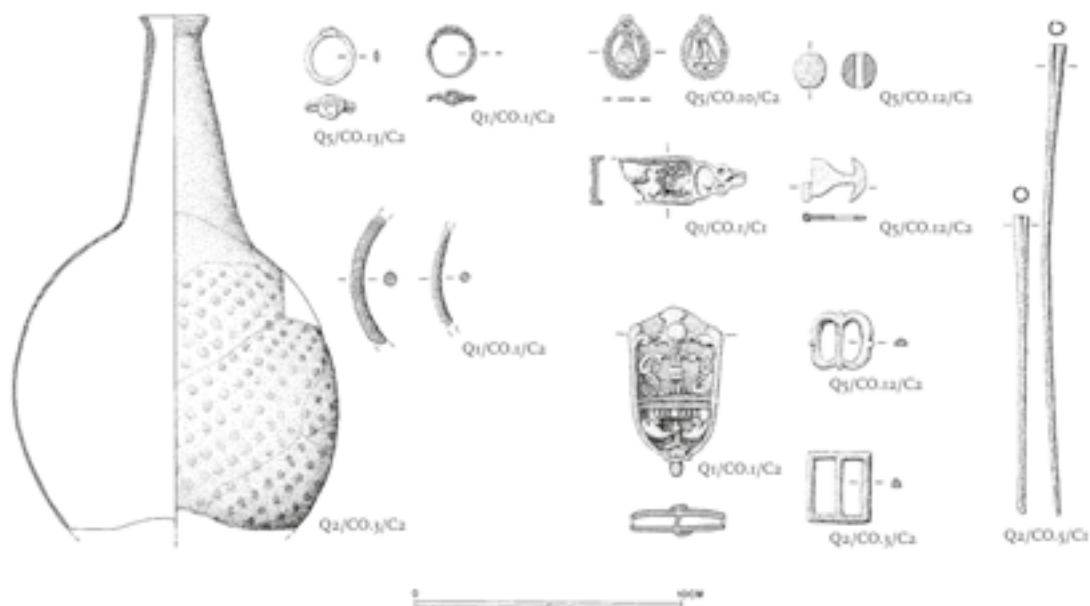


Figura 3 – Zona da Arrochela (Silves) – artefactos de vidro, azeviche e metal, dos séculos xv-xvi (seg. Gomes, 2011 p. 23).

Distintas escavações arqueológicas ocorridas em Lagos, muitas das quais no âmbito do Programa Polis, ofereceram informações sobre a cidade na Modernidade, nomeadamente no que respeita a alterações da rede viária intramuros, entre as Idades Média e Moderna (Serra e Diogo, 2008). Os acompanhamentos realizados, durante a remodelação de edifícios civis e religiosos, proporcionaram testemunhos sobre as modificações sofridas e fases de construção, entre os séculos XVI e XX (Mendes *et al.*, 2010; Oliveira, 2008; Santos e Fontes, 2008). No entanto, uma das mais importantes descobertas aconteceu em zona que corresponderia aos arrabaldes do núcleo urbano, onde terá existido gafaria, que aliás deu origem ao topónimo pelo qual ela é conhecida («Vale da Gafaria») (Ferreira *et al.*, 2008; Neves *et al.*, 2010). Durante obras efetuadas naquele local, conducentes à construção de parque de estacionamento subterrâneo, foram postos à vista, em contexto de lixeira da Idade Moderna, espólios osteológicos humanos pertencentes a 155 indivíduos. As condições do achado levaram a concluir tratar-se de espaço reservado a enterramento, pouco «ortodoxo», de escravos africanos, aspeto ainda mal conhecido e valorizado no atual território português. As deposições mencionadas mostravam variantes, parecendo indicar algumas delas que os indivíduos terão sido, apenas, «atirados» para a lixeira, embora, em certos casos, evidenciassem colocação cuidada (Neves *et al.*, 2010, p. 552-558). Este achado confirma a pouca importância que era dada aos escravos, então considerados como objetos, mas também o papel daquela cidade em tal tráfico.

As primeiras intervenções arqueológicas efetuadas no centro histórico do Funchal, entre 1989 e 1990, contribuíram para o conhecimento da evolução urbana daquele setor da cidade, assim como proporcionaram informação no que respeita a área residencial, onde existia a casa do mercador flamengo João Esmeraldo, construída em 1494 e propositadamente demolida em 1877 (Gomes e Gomes, 1998, p. 315-317). Durante aqueles trabalhos, não só foi possível identificar restos de levada, pertencente a engenho de açúcar, como setor de necrópole, anterior à edificação mencionada. Da casa referida foram postos à vista silo, poço, entulhado no século XVII, elementos arquitetónicos e, ainda, abundante acervo arqueológico, correspondente aos séculos XVI e XVII, que inclui numismas, vidros, cerâmicas de produção portuguesa, nomeadamente núcleo de faianças seiscentistas, peças importadas das oficinas espanholas e italianas, assim como raras porcelanas chinesas (Gomes e Gomes, 1998). Entre aqueles materiais devemos referir taça de produção sevilhana, denominada «Santo Domingo Blue on White», pela primeira vez identificada em Portugal, e conjunto de *olive jars* (fig. 4).

Estas, muito divulgadas pelo comércio colonial, foram produzidas nas oficinas andaluzas e, muito embora os exemplares ali recuperados se integrem nas formas A, B ou C de Goggin (1960), encontram-se, neste arqueossítio, muito bem datadas contribuindo, por isso, para reforçar a atribuição cronológica de peças que têm vindo a ser encontradas descontextualizadas, tanto em ambientes terrestres como subaquáticos (fig. 5).

Os artefactos referidos, devidamente estudados, encontram-se expostos em pequeno núcleo museológico, no próprio local onde foram exumados (Museu «A Cidade do Açúcar», do Funchal).

Dado que as intervenções arqueológicas nas áreas urbanas estão, como se sabe, condicionadas aos limites das obras, pelo que, por vezes, pouco contribuem para o conhecimento do urbanismo ou da arquitetura da Idade Moderna (Santos e Marques, 2003; Serra e Diogo, 2008).



Figura 4 – Faiança sevilhana do tipo «S. Domingo Blue on White», de Silves e do Funchal (seg. Gomes e Gomes, 1996, p. 272, 274; 1998, p. 328).

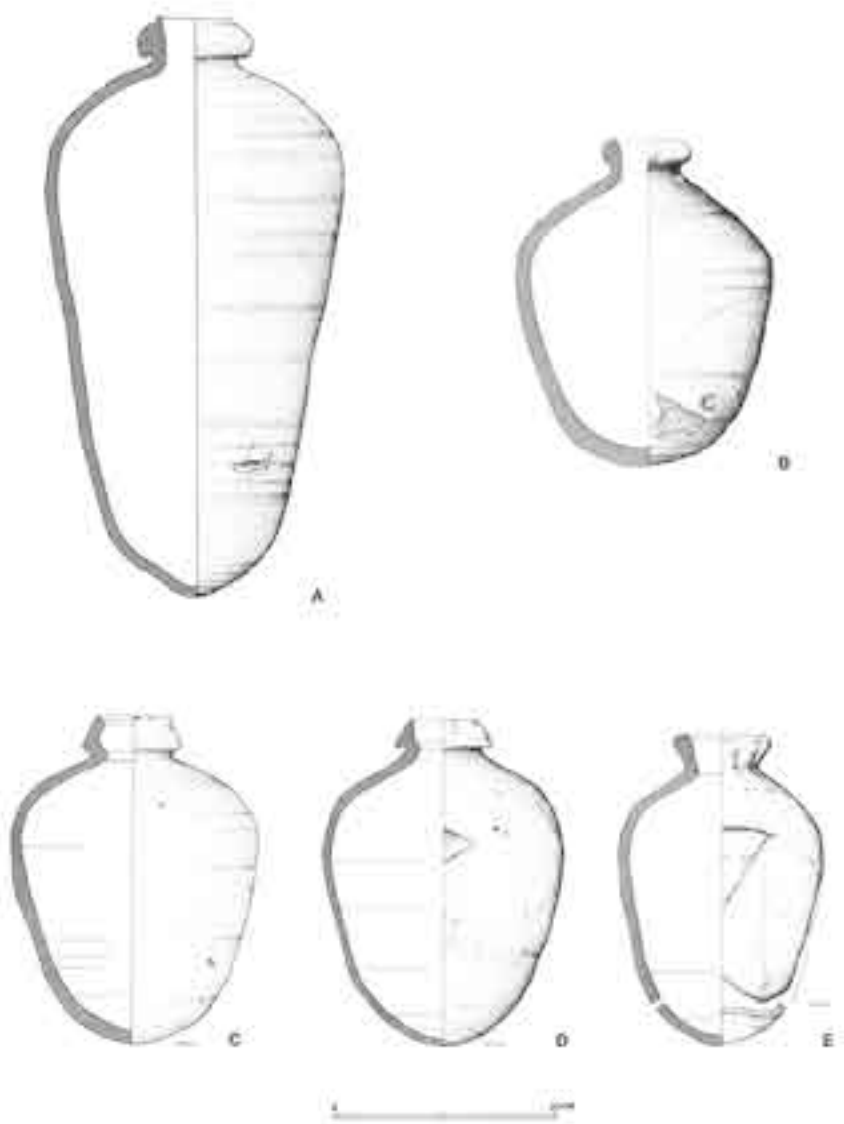


Figura 5 – Anforetas. A – Vilamoura; B – Silves; C- E –Funchal (Casa de João Esmeraldo). (seg. Gomes, 1993).

As investigações arqueológicas permitiram identificar necrópoles, da transição entre a Idade Média e a Moderna ou da Modernidade, tanto no interior como no exterior de edifícios religiosos existentes em núcleos urbanos, designadamente de Arraiolos, Beja, Faro, Lisboa, Lagos, Mexilhoeira Grande, Reguengos de Monsaraz, Silves, Soure, Tavira, mas, também, em certas situações, no exterior das cidades, contribuindo para o estudo de rituais funerários e de patologias ou seja da já chamada Arqueologia da Morte (Bugalhão e Duarte, 2003; Corga e Ferreira, 2010; Costa *et al.*, 2008; Cunha, 1991; Cunha e Morgadinho 1991; Lopes *et al.*, 2003;

Morales *et al.*, 2010; Ramalho e Viegas, 1994; Santos *et al.*, 2008; Soares *et al.*, 2008; Tavares e Santos, 2010).

As cidades portuguesas da Idade Moderna, tal como ocorreu nos restantes países europeus, expandiram-se para o exterior dos núcleos urbanos fortificados e organizaram-se em torno de grandes praças, sendo concebidas como uma nova unidade urbana, normalmente definidas por edifícios com a mesma altura e simetria, onde sobressaem palácios ou construções relacionadas com a administração pública.

Aqueles espaços abertos funcionaram como centro cívico, comercial e serviram, de igual modo, à organização de eventos, tanto sagrados como profanos, permitindo a passagem para as diferentes ruas que, devidamente planeadas, deles divergem. As necrópoles, inicialmente instaladas em torno dos edifícios religiosos, transitam, por questões de salubridade pública, para o exterior dos núcleos urbanos, em espaços bem delimitados e organizados, constituindo, por vezes, verdadeiras cidades dos mortos.

As habitações citadinas da Modernidade, que ainda hoje integram a malha urbana de muitas cidades e vilas portuguesas, oferecem grande polimorfismo, variando na área ocupada, extensão das fachadas, número de andares e nos materiais construtivos nelas empregues. As mais pobres, muito comuns nos pequenos núcleos urbanos, apresentam somente piso térreo, tendo na fachada apenas a porta e uma janela, ou porta e duas janelas, uma de cada lado. Casas com piso térreo (loja) e piso superior (sobrado), destinavam-se a acolher gado, alfaias agrícolas e o resultado das colheitas, uma oficina ou negócio, naquele primeiro espaço, sendo o segundo destinado à vivência familiar. Modelo similar, embora algo mais complexo, devido à existência de pátio interior, foi por nós identificado em Silves, na zona da Arrochela e que já referimos. No Funchal, a casa de João Esmeraldo, possuía três pisos, e quatro a conhecida «Casa dos Bicos», em Lisboa. Estes aspetos foram estudados por Manuel Conde (1997, p. 245), designadamente para as casas urbanas dos finais da Idade Média.

3.2. Casas religiosas – Um mundo pouco conhecido

Nos últimos anos tem-se realizado importantes intervenções arqueológicas em conventos que quase conduz a criar-se novo ramo de especialização da Arqueologia da Idade Moderna – a Arqueologia Conventual. Este conceito, que necessita de desenvolvimento teórico, mas desde logo cronologicamente abrangente e que pode incluir desde as comunidades eremíticas da Alta Idade Média aos *rubūt*, cujo único exemplar no atual território nacional é o da Arrifana (Aljezur) e que tem vindo a ser por nós investigado há mais de uma dezena de anos, até aos muitos conventos de Cister ou Cluny, como à proliferação daquelas casas religiosas, que ocorreu nos séculos XVI a XVIII.

Os conventos da Idade Moderna, quando não propositadamente se ergueram em locais isolados e inóspitos, ocupam quase sempre áreas periurbanas ou inscreveram-se em zonas rurais, próximas daquelas, dado tratar-se de unidades quase autossuficientes que necessitavam de grandes espaços para alojamento da comunidade religiosa e de muitos daqueles que ali trabalhavam, como para a edificação de templos, espaços para cemitério, vacarias, celeiros, cisternas, hortas e jardins, constituindo pequenos mundos que se queriam convenientemente isolados dos quotidianos considerados profanos. Todavia, nem sempre isso aconteceu dado terem existido conventos no interior de áreas urbanas, devido a vicissitudes várias mas por prestarem importantes serviços à comunidade, designadamente na área do ensino e da saúde (Hospital Real de Todos-os-Santos).

De facto, têm sido feitas diversas escavações, com diferente fôlego, desde pequenas sondagens e acompanhamentos até intervenções em extensão, em muitas casas religiosas de norte a sul do País.

Das destacamos, pela extensão e pelos resultados obtidos, as efetuadas em S. João de Tarouca, Santa Maria de Pombeiro, Tibães, Santa Clara-a-Velha, Santana de Leiria, São Vicente de Fora, São Domingos e o anexo Hospital Real de Todos-os-Santos, Jesus de Setúbal e, mais recentemente, de Santana em Lisboa.

A especificidade própria das escavações arqueológicas em conventos requer, a par do estudo dos ricos testemunhos materiais, a interação com a informação escrita que sobre aqueles se conserva, assim se podendo construir modelos diacrónicos que nos aproximem tanto das variadas e complexas práticas quotidianas de tais comunidades, como das ideologias que conduziram à sua existência.

O Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de Coimbra, que conta com vários prémios internacionais, constitui excelente exemplo dos resultados da interação entre a Arqueologia, a História da Arte, a História, a Arquitetura e a Museologia, daí resultando a recuperação e valorização de património das Idades Média e Moderna. De facto, as intervenções ali efetuadas, desde 1995 e no âmbito de projeto de musealização daquela casa religiosa, proporcionaram não só importante informação referente às alterações arquitetónicas e funcionais dos espaços, ocorridas ao longo dos anos, assim como no que respeita aos seus quotidianos (Côrte-Real, 2003; Côrte-Real, 2008; Côrte-Real *et al.*, 2010; Ferreira e Santos, 2010).

Os testemunhos arquitetónicos, e o discurso expositivo ali patente, onde se visualizam os espólios recuperados, alguns em fase de estudo, a sua interpretação e integração cultural na vivência da comunidade religiosa, permite contribuir, sem dúvida, para uma atrativa e muito completa «história do convento», ao qual esteve ligada a Rainha Santa Isabel. Sobressaem, entre o acervo patente ao público, elementos arquitetónicos, objetos de caráter religioso, numismas, peças de vidro, cerâmicas e, entre elas, faianças, assim como exemplares importados de distintas

oficinas europeias e, em especial, a importante coleção de porcelana chinesa, dos séculos XVI e XVII, que confirmam a presença de profetas pertencentes às elites portuguesas da altura; «*todas nobres*», segundo jesuíta que, no século XVI, visitou a instituição (Côrte-Real, 2008, p. 42; Côrte-Real *et al.*, 2010; Ferreira, 2004; Santos, 2002).

Naqueles trabalhos foi possível obter abundantes conhecimentos relacionados não só com a vida como com a morte, como que completando um ciclo incontornável, mas também com a espiritualidade traduzida por muitos aspetos da vida cognitiva de então.

O Convento de Santana, em Lisboa, definitivamente extinto apenas em 1884, com o falecimento da última religiosa, sofreu demolição propositada de grande parte dos seus anexos e da igreja (Gomes e Gomes, 2008, p. 75,76). Esta ocorreu em 1897, com o objetivo de ali instalar o Real Instituto Bacteriológico, inaugurando-se o novo equipamento médico três anos depois. A revista «Occidente», de 10 de Novembro de 1899, deu conta daquele facto, referindo a ligação do antigo convento a Camões, publicando planta e três imagens do templo (Gomes e Gomes, 2008, p. 76). Na necrópole existente junto à igreja, segundo narram alguns textos, terá sido sepultado Luís Vaz de Camões, tendo depois os seus ossos sido trasladados para o interior daquele templo, de onde haveriam de ser exumados e depositados no Mosteiro dos Jerónimos, panteão dos grandes vultos portugueses.

Durante a demolição de grande parte do Convento de Santana ali se encontrou diversificado espólio, datado dos séculos XVI-XVIII, do qual 218 peças foram entregues, em 1897 e 1898, pelo Eng^o Pedro Romano Folque, na altura Diretor das Obras Públicas do Distrito de Lisboa, ao Museu Etnológico Português. Segundo o então director daquela instituição, o conjunto cerâmico constava de «*a) vasilhas de barro; b) inscrições portuguesas; c) um quadro de azulejos*» (Vasconcellos, 1897, p. 303). As peças mencionadas só começaram a ser estudadas e publicadas nos anos noventa da passada centúria e, entre elas, as produções decoradas com aplicações de pedrinhas brancas (Sardinha, 1990-1992; Etchevarne e Sardinha, 2007).

Por solicitação da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, efetuámos em 2002 e 2003 e, ainda, em 2009 e 2010, acompanhamento arqueológico na área onde se erguia o Convento de Santana, tendo em vista ali serem construídos laboratórios, biblioteca e cantina da Faculdade de Ciências Médicas daquela Universidade. Tratou-se de salvamento documental e material dos testemunhos de um dos mais antigos e maiores conventos lisboetas, no quadro daquilo que se costuma chamar minimização de impacto mas, desde logo, foi por nós encarado como projeto de investigação próprio de área que, muito embora abordada por diversos arqueólogos, necessitava de enquadramento teórico específico.

Aquela casa, fundada no século XVI, foi várias vezes ampliada e, em 1729, chegou a tornar-se em uma das maiores da capital. Em 1777, albergava mais de quatro centenas de pessoas, muitas delas providas de outros conventos arruinados pelo terramoto de 1755. Este afetou a igreja que lhe era anexa, em parte caída, tal como setor dos dormitórios, entrando todo o complexo em declínio, apesar das reconstruções efetuadas a partir de 1778, durante o reinado de D. Maria I e até à Extinção das Ordens Religiosas, ocorrida em 1834, momento em que existiam em Lisboa duas dezenas de casas religiosas femininas.

A igreja e Convento de Santana figuram em planta da cidade de Lisboa, do último quartel do século XVIII (ca 1780), que guarda o Arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral (Gomes e Gomes, 2008, fig. 1). Em 1871 foi realizado levantamento das estruturas conventuais, onde se observa o templo e seus anexos, assim como claustro com poço, que escavámos (Gomes e Gomes, 2008).

À data da nossa intervenção subsistiam, das antigas estruturas conventuais, ampla cisterna, tal como largo e profundo poço, entulhado. A escavação arqueológica permitiu explorar e identificar alicerces da igreja e do claustro conventual, onde se reconheceram trinta e quatro sepulturas, dois enormes ossuários e sete grandes fossas de detritos ou lixeiras, contendo abundantíssimo espólio, designadamente cerâmica, por vezes peças quase completas, mas, também, vidros, diferentes pequenos objetos, como contas, medalhas ou numismas e restos de alimentos diversos.

O espólio exumado no Convento de Santana condiz com casa religiosa abastada e requintada, onde o fervor religioso não afastou a riqueza material, a mesa rica e a elegância do gosto. Ele permite, pois, determinar a presença de elite integrada em quadro cultural que privilegiava a novidade e a raridade, conforme demonstram as cerâmicas de mesa, tanto de fabrico lisboeta, como providas das oficinas itálicas ou da longínqua China (fig. 6).

As cerâmicas comuns, em maior número, e aquelas cujas superfícies foram vidradas, ilustram as atividades quotidianas ligadas à manutenção da comunidade religiosa, identificando-se desde grandes recipientes para transporte e armazenamento de alimentos diversos, àqueles onde eles eram preparados e a outros onde seriam servidos. Outros, ainda, respondiam a numerosas funções fora da cozinha, como os grandes alguidares onde se lavava roupa ou os bacios de quarto. Trata-se de produções sobretudo locais ou regionais, algumas talvez procedentes da zona oleira do Barreiro, que muito contrastam com as cerâmicas modeladas e brunidas de cor vermelha, com as faianças portuguesas, espanholas, italianas e também com as dispendiosas porcelanas chinesas. Estas, em alguns casos, são quase tão numerosas como as faianças portuguesas do século XVII, nunca sendo quantitativamente inferiores às faianças italianas e sevilhanas em conjunto, que ali se encontram com apreciável representação. Entre as peças chinesas devemos



Figura 6 – Convento de Santana (Lisboa). Porcelana chinesa (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

destacar taça, dos finais do século XVII, que oferece raríssima decoração com motivos eróticos, constituindo, dado o contexto onde foi identificada, aspeto que carece de justificação.

Os muitos fragmentos de azulejos recolhidos revelam convento onde tais elementos de revestimento foram usados com prodigalidade, tal como acontecia nas igrejas e em outras casas religiosas semelhantes, ou nos palácios e mansões aristocráticas no Portugal dos finais do século XVI e até ao século XVIII (Fig. 7).

O seu estudo constituirá, por certo, valioso contributo para a criptohistória da arquitetura de um edifício grandioso, mas quase totalmente desaparecido,



Figura 7 – Convento de Santana (Lisboa). Painel de azulejos (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

como para a compreensão da sociedade que o ergueu e utilizou durante cerca de três centúrias.

O Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, tem igualmente sido alvo de diversas intervenções, desde 1963, com o apoio do Patriarcado. Foram identificados testemunhos medievais, relacionados com o primitivo edifício, assim como outros da Idade Moderna, sobretudo associados com lixeiras, tanto daquela casa como da própria freguesia, situadas junto à muralha fernandina que ali passava, oferecendo informações, capazes de ajudar a estudar os quotidianos de

monges e de parte da população residente nas proximidades (Ferreira, 1984; 1985). Foi escavada a botica do complexo religioso, datada do século XVII, reconstituída e em exibição no Museu da Farmácia (Ferreira, 1994).

O Mosteiro de São João de Tarouca constitui o monumento que dispõe de maior número de publicações referentes às intervenções arqueológicas que, desde 1998 e quase em continuidade, ali se têm vindo a realizar. Aquelas tratam os resultados obtidos, tanto através da informação documental como, em particular, arqueológica, para o conhecimento das distintas campanhas de obras, remodelações e alterações, processadas ao longo dos anos. Além da componente arquitetónica têm vindo a ser publicados estudos sobre os espólios, em particular cerâmicos, mas ainda epigráficos, azulejares, informações sobre o registo gráfico e a conservação, constituindo importante corpo de testemunhos para a história de um dos primeiros conventos cistercenses em Portugal (Castro, 2009; Castro e Sebastian, 2008; 2010; 2010a; Sebastian e Castro, 2010; Sebastian *et al.*, 2010).

Escavações arqueológicas efetuadas, desde 1996, no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), enquadram-se no âmbito de projeto de recuperação daquele monumento, tal como ocorre no de Tarouca, promovido pelo IPPAR/IGESPAR/DGPC.

Aqueles trabalhos, recentemente dados a conhecer, identificaram a evolução das suas estruturas, desde a sua fundação na Idade Média, até às alterações processadas no século XVI e, em particular, as obras de ampliação do século XVIII (Pinto, 2011). As intervenções, bem documentadas (através de plantas, cortes e alçados), apresentam propostas de interpretação da evolução planimétrica da igreja, assim como da reconstituição da planta, do mosteiro desde a Idade Média à Moderna

(Pinto, 2011). Foi, também, intervencionada a necrópole, sendo estudados os tipos de enterramento, sarcófagos, tampas de sepulturas, algumas com epígrafes, permitindo relacionar os indivíduos sepultados com o próprio convento. Tal trabalho incluiu, ainda, a rede viária e o sistema hidráulico que serviam a casa religiosa. O espólio apresentado, de modo mais sucinto, eventualmente por se encontrar em fase de estudo, inclui, além de elementos arquitetónicos, numismas e cerâmicas, de pastas vermelhas, assim como faianças, sendo reduzido o número de fragmentos de porcelana (Pinto, 2011, p. 67-73, 112-114).

Obras de reabilitação efetuadas em edifícios onde se sabe terem existido estruturas conventuais, trouxeram à luz do dia alguns conhecimentos, não só sobre as remodelações realizadas como testemunhos de anteriores vivências do local. Integra este tipo de casos a adaptação da casa de veraneio do Visconde da Gandarinha, em Cascais, a Centro Cultural. Aqueles trabalhos identificaram setores do antigo Convento da Nossa Senhora da Piedade, dos Frades Carmelitas Descalços, mandado construir em 1594 (Cardoso e Encarnação, 1994, p. 178; Cardoso, Cabral e Encarnação, 2002).

Da intervenção ocorrida no claustro do antigo Convento de Jesus, em Lisboa, onde funciona atualmente a Academia das Ciências, resultou a descoberta de sepulturas, assim como de diversificado espólio, dos séculos XVII-XVIII (Cardoso, 2008). Na Faculdade de Belas-Artes, bem como no Museu do Chiado, ambas instituições instaladas no convento de S. Francisco, de Lisboa, fundado na Idade Média, obras de remodelação dos seus espaços permitiram escavar cisterna, entulhada com materiais dos séculos XVII-XVIII. Destes, têm vindo a ser estudadas as peças esmaltadas e vidradas, algumas poucas peças de porcelana, assim como cerâmica comum e exemplares que oferecem as superfícies modeladas (Ramalho e Folgado, 2002; Torres, 2011).

Na arquitetura conventual devemos, também, valorizar os estudos referentes aos sistemas hidráulicos reconhecidos através de trabalhos de prospeção ou de escavação arqueológica. Alguns daqueles, de fundação medieval, foram alterados na Idade Moderna, conforme se verificou nos mosteiros da Flor da Rosa, no Crato, S. Dinis de Odivelas, S. Cristóvão de Lafões, S. Bento de Castris e no Convento da Arrábida (Caeiro e Mascarenhas, 1996; Dias e Jorge, 1996; Mascarenhas e Fernandes, 1996, Quintela *et al.*, 1996; Tomé *et al.*, 1996).

A expansão dos núcleos urbanos, na Modernidade, irá dar origem a que muitos conventos fundados na Idade Média, nos arrabaldes das cidades, passassem a localizar-se quase no centro daquelas, conforme ilustram, na capital, os já referidos conventos de Santana e de S. Francisco.

Em relação aos espólios que conhecemos, muitos dos quais publicados, verifica-se que nos conventos femininos as peças de porcelana constituem percentagem elevada, enquanto nos masculinos predominam as faianças. Esta parti-

cularidade pode-se relacionar tanto com o «dote» como com o estatuto social dos residentes, e/ ou questões de gosto.

3.3. Estruturas militares – prestígio e defesa

Intervenções arqueológicas efetuadas no interior de dispositivos defensivos têm conduzido ao melhor conhecimento das suas funcionalidades como compreender a sua evolução, designadamente as alterações ocorridas na Modernidade. Muitos daqueles foram reformulados, outros, devido à sua localização, abandonados ou reutilizados com funções diferentes das originais.

O Castelo de Silves constitui bom exemplo de fortificação que perdeu importância estratégica na Idade Moderna. Ele é, presentemente, mais conhecido do ponto de vista arqueológico, devido aos testemunhos islâmicos que ali temos vindo a identificar. No entanto, consta nos documentos do início da Modernidade como nele se erguendo, a designada alcaidaria de Silves. Nesta, terão permanecido, entre outros vultos, os nossos reis D. Afonso V, o Infante D. Henrique, nomeado alcaide-mor da cidade em 1457, e D. Sebastião, que ali pernitoiu em 29 de janeiro de 1573.

Daquela edifício nada se sabia, conhecendo-se, apenas, texto, datado de 1600, onde se refere que o Castelo se encontrava desabitado e entulhado (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 153). É bem possível que então a alcaidaria tivesse já desaparecido, quiçá destruída ou, simplesmente, abandonada. Contudo, o projeto de musealização do Castelo, promovido pela Autarquia no âmbito do programa Silves Polis, proporcionou que realizássemos o acompanhamento arqueológico do setor poente daquela fortificação onde, efetivamente, identificámos espaço habitacional que atribuímos à alcaidaria, das Idades Média e Moderna. Esta, apenas parcialmente intervencionada, assentava sobre estruturas islâmicas e encontrava-se encostada ao pano de muralha. Mostra, por ora, planta de forma sub-rectangular e dela subsistem parte do piso térreo e três degraus que dariam acesso a piso superior. Num dos compartimentos pusemos à vista abóbada tombada. No exterior e anexo à área residencial, reconhecemos engenho de açúcar, que seria movido através de tração animal, similar a outro existente no Chipre e com a mesma cronologia (Wartburg, 1995, p. 89, 96). De facto, só a produção de algo tão valioso como o açúcar e o controlo efetivo da sua produção poderia, a nosso ver, justificar a presença daquele equipamento a funcionar junto da alcaidaria. Trata-se de importante testemunho que parece indicar que os primeiros «ensaios» referentes à produção açucareira nacional terão sido promovidos pelo Infante D. Henrique, alcaide-mor de Silves, no seu Castelo, sabendo-se da existência da plantações de cana-de-açúcar na região, anteriormente ao sucesso que as mesmas tiveram na Ilha da Madeira (Gomes, 2012). Os testemunhos arqueológicos indicam que a alcaidaria pode ter sido

destruída devido a cataclismo, quicá o terramoto ocorrido em 1587 e que muito afetou o Barlavento Algarvio.

O Castelo de Silves não constitui o único exemplo de fortificação islâmica que foi sendo adaptada a novas funções ao longo dos tempos. De facto, o bem próximo Castelo de Paderne, de construção almoadá, sofreu, de igual modo, após a reconquista cristã, alterações no seu interior. Entre elas a construção de edifício religioso, ainda ali existente, que tem como orago N.^a Sr.^a da Assunção, mantendo-se em atividade até ao século XVIII e constituindo lugar de devoção, apesar de, em 1506, se ter efetuado a transferência da paróquia para a aldeia de Paderne. Escavações arqueológicas permitiram, também, reconhecer os testemunhos de espaços habitacionais, de carácter rural, e de espólios da Idade Moderna, assentes sobre estruturas medievais (Catarino e Inácio, 2008).

Distintas estratégias defensivas deram origem à remodelação durante a Idade Moderna, de dispositivos defensivos medievais, adaptando-os a novas funções, conforme terá ocorrido, entre outros, no Castelo de Aljezur mas, também, à edificação de outras fortificações, conforme documenta a de S. Sebastião, em Castro Marim.

Nas escavações arqueológicas efetuadas no Castelo de Aljezur, muito embora este corresponda a dispositivo defensivo muçulmano, verificou-se que terá sofrido transformações nos inícios da Idade Moderna, ilustradas por estruturas dispostas perpendicularmente ao pano de muralha, que corresponderiam a aquartelamento, abandonado no século XVI. Nesta altura a ribeira de Aljezur terá deixado de ser navegável e, eventualmente, devido a este motivo, aquela fortificação perdeu importância estratégica (Magalhães, 2008, p. 67; Silva e Gomes, 2002, p. 347, 348).

As intervenções arqueológicas realizadas no forte de S. Sebastião confirmaram a sua edificação no século XVI e as remodelações efetuadas, tanto no século XVII como nas duas centúrias seguintes (Arruda e Pereira, 2008). Durante os trabalhos mencionados foram recolhidos espólios diversificados, tendo sido estudados, infelizmente, apenas os testemunhos de ocupações anteriores do local, nomeadamente da Idade do Ferro e Romanas.

Entre as várias escavações realizadas em dispositivos defensivos podemos assinalar as efetuadas no Castelo de Penamacor onde, como seria de esperar, se reconheceram, de igual modo, testemunhos arquitetónicos e espólios da Modernidade (Silvério *et al.*, 2004; 2010).

Muito embora os estudos de arquitetura militar da Idade Moderna estejam muito avançados em Portugal, as intervenções arqueológicas nos diferentes dispositivos defensivos existentes poderão, conforme vimos em relação ao Castelo de Silves, oferecer novas informações e interpretações, sobretudo devido às alterações processadas nos sistemas construtivos defensivos, tendo em vista adaptá-los à artilharia pesada e às novas formas de fazer a guerra.

3.4. A verdade arqueológica

Escavações decorrentes de projetos de investigação e principalmente acompanhamentos arqueológicos, efetuados em Portugal e sobretudo graças à legislação em vigor, têm permitido obter distintas informações no que se refere ao urbanismo, arquitetura e quotidianos da Idade Moderna.

Aqueles trabalhos relacionam-se, quase sempre, com a implementação de grandes obras públicas e privadas, decorrentes de programas específicos, ligados à Reabilitação dos Centros Históricos, à execução de diretrizes advindas dos Planos Diretores Municipais e, ulteriormente, devido ao Programa Polis. Embora, aparentemente, constituíssem importante mais-valias, não atingiram totalmente os objetivos pretendidos, no que concerne à Arqueologia, devido, em boa parte, à falta de coordenadores efetivos com responsabilidade sobre aquele património, às condicionantes das áreas investigadas, à pouca interação entre arqueólogos e tutelas (tanto ao nível dos serviços centrais como regionais e até autárquicos) e à ausência de especialistas nas Idades Média e Moderna, mas, ainda, a perspetivas orçamentais que apenas contemplam os trabalhos de campo, esquecendo que as tarefas de gabinete são mais morosas e tanto ou mais dispendiosas que aqueles. Estes aspetos conduziram à falta de compreensão e interpretação de muitos vestígios arqueológicos postos à vista e, portanto, ao seu «esquecimento».

A conjuntura mencionada poderá estar, também, na origem do reduzido número de publicações que, salvo raras exceções, pouco contribuem para o melhor conhecimento dos sítios ou das urbes investigadas, dado o grande número de escavações arqueológicas realizadas, seus custos e resultados obtidos. Estes, na maioria dos casos, nunca chegam sequer a passar de notícias, mais ou menos especulativas e veiculadas por órgãos de comunicação social, maneira julgada expedita para obter os necessários apoios económicos do Estado, autarquias ou de promotores privados.

Conceitos generalizados podem, por vezes, ser desconstruídos ou até reinterpretados através da Arqueologia Moderna.

Um dos «mitos» da nossa Modernidade, ou pelo menos do seu imaginário coletivo, respeita ao terramoto de 1755 e à divulgação da ideia de que todo o país foi, em grande parte, «arrasado»; aspeto que, efetivamente, não coincide com a realidade. De facto, têm vindo a ser detetados níveis com materiais pertencentes a outros sismos de grande magnitude, designadamente ao terramoto de 26 de Janeiro de 1531, tanto em Lisboa como em Setúbal (Diogo e Trindade, 1998; 2000; 2008; Soares *et al.*, 2005-2007). No caso específico daquela última cidade, a escavação ocorrida na rua de Augusto Cardoso, n.º 69, permitiu constatar que o derrube de edifício ali existente se ficou a dever àquele sismo, tendo sido a área, ulteriormente, utilizada como lixeira (Soares *et al.*, 2005-2007). Tratou-se de

destruição provocada por distinto terramoto e, conforme se verificou, a zona só voltou a ser reocupada após 1755.

Uma das cidades mais afetadas pelo cataclismo referido terá sido Lisboa. No entanto, muitos edifícios foram pouco atingidos, contando-se, entre eles, aquele onde hoje funciona o Museu Nacional de Arte Antiga, o antigo palácio de Alvor-Pombal, datado dos séculos XVII-XVIII, e onde, em 1884, foi inaugurado o Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia. Também, o Palácio dos Condes da Calheta se manteve de pé e, presentemente, alberga o Jardim-Museu Agrícola Tropical. Situava-se bem perto do Hospital Real de Todos-os-Santos, o Palácio de Estaus, que se manteve até ao século XIX, quando foi destruído por incêndio. E sobre o Hospital Real já mencionámos que a sua demolição só em parte se ficou a dever ao grande terramoto.

Outra das regiões que terá sido, segundo consta, muito afetada pelo chamado megasismo de 1755, foi o Algarve. Nos trabalhos que, ao longo dos anos, desenvolvemos em Silves, verificámos que muitas das alterações/demolições processadas na cidade são anteriores ao cataclismo setecentista, conforme observámos tanto no Castelo como na área urbana, embora se saiba da derrocada de algumas casas e das abóbadas da Sé, aquando de tal ocorrência.

A intervenção arqueológica ocorrida no Convento das Bernardas, em Tavira, permitiu constatar, tal como verificámos em relação ao Convento de Santana em Lisboa, que terá sofrido danos com aquele sismo, mas continuou em atividade até à extinção das ordens religiosas, tendo-se ali realizado, ao longo dos anos, distintas campanhas de obras. No século XIX foi readaptado, para ali funcionar a Fábrica de Moagem e Massas a Vapor, que nele permaneceu até 1968.

Aquela casa conventual, edificada no século XVI, foi considerada uma das maiores do Algarve e a única da Ordem de Cister, tendo sido, recentemente, reabilitada e interpretada a sua evolução arquitetónica (Covaneiro e Cavaco, 2010; Pinto e Ferreira, 2010).

A presença, um pouco por todo o país, de edificações bem conservadas, anteriores ao terramoto de 1755, indicam que aquele, apesar de ter sido eventualmente um dos mais violentos que o país sofreu, com inegável reflexo no registo arqueológico, não foi o responsável por muitas das destruições que lhe são atribuídas. O facto de ter sido um dos mais recentes sismos, de muito considerável dimensão, associado a maremoto e a grandes incêndios, à capital e a um novo urbanismo desta como, ainda, ao governo de personagem controversa como o Marquês de Pombal, deu origem a que ficasse melhor registado na memória coletiva e, até, alguns aspetos com ele relacionados se tornassem lendários.

Outro conceito muito generalizado respeita à crença que sítios e edifícios religiosos são sistematicamente apropriados e reintegrados em contextos afins, não raro por distintos cultos, mantendo-se longa tradição de sacralidades. Uma

das ideias mais difundidas transmite a sistemática cristianização de mesquitas, designadamente em importantes cidades, como Lisboa ou Silves, aspeto que a Arqueologia viria a demonstrar não ter acontecido.

Também rezava a tradição, depois veiculada por diferentes autores, que sob a atual igreja do Convento da Orada (Reguengos de Monsaraz) se encontravam as ruínas de primitivo templo fundado por D. Nuno Álvares Pereira, donatário de Monsaraz por dádiva de D. João I, remodelada no século XVI (Espanca, 1978, p. 384). Todavia, este foi identificado, através de escavação arqueológica, não sob o edifício do século XVIII mas no adro daquele (Gomes, Gomes, Correia e Serpa, 1991, p. 415). Neste caso, a igreja mais antiga só foi desativada quando o novo templo se encontrava quase construído.

Outros edifícios religiosos limitam-se a reutilizar parte de estruturas arquitetónicas anteriores, ou apenas os seus materiais, respondendo a economia de meios. Constitui bom exemplo a ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Loulé, mandada edificar em 1656 e que reutilizou estrutura defensiva islâmica (Luzia, 2010).

3.5. Da Arqueologia Náutica e Subaquática

Testemunhos arqueológicos de navios da Idade Moderna, encontrados em contextos subaquáticos portugueses, eram, até há pouco tempo, inexistentes (Alves, 1998, p. 79). Será a partir dos inícios dos anos noventa da passada centúria que a Arqueologia Náutica e Subaquática, daquele período, teve importante desenvolvimento em Portugal, com a descoberta de vestígios de embarcações e de espólios. Entre eles podemos referir o naufrágio conhecido como Ria de Aveiro A, identificado em 1994 (fig. 8), o navio do Cais do Sodré, em 1995 e durante as obras do metropolitano de Lisboa, Angra C e D, em 1997, devido a trabalhos de prospeção arqueológica que antecederam a construção da marina de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira (Açores), e, ainda, a presumível nau Nossa Senhora dos Mártires, em 1996, junto a S. Julião da Barra (Alves, 2009; Alves *et al.*, 1998; Alves *et al.*, 2001a; Bettencourt, 2008; Bettencourt *et al.*, 2006; Coelho, 2008; Garcia *et al.*, 1999; Monteiro, 1999; Rodrigues, 2003; Rodrigues *et al.*, 2001).

Aquele último naufrágio ganhou grande impacto mediático, devido ao facto de os primeiros resultados obtidos, durante a intervenção arqueológica ali realizada, terem sido exibidos, em 1998, no Pavilhão de Portugal, durante a Expo 98. Este aspeto haveria, mesmo, de conferir enorme visibilidade internacional para património pouco valorizado até àquela altura, alertando as entidades oficiais para o assunto. Durante a mostra mencionada foi apresentado catálogo onde, além de se contar a «história» da nau naufragada em 14 de Setembro de 1606, se efetua estudo dos espólios ali recuperados, integrando-os no quotidiano da vida a bordo (entre outro acervo, recolheram-se três raros astrolábios, um deles



Figura 8 – Representação gráfica de embarcação da Ria de Aveiro A (seg. Alves et alii, 2001, p. 329, fig. 11).

com a data de 1605) e, também, fazendo referência aos novos produtos exógenos (pimenta, cocos, canela, porcelana) que, através do tráfico com o Oriente, implementado pelos portugueses, chegaram à Europa (*Nossa Senhora dos Mártires*, 1998). A nau *Nossa Senhora dos Mártires* constitui não só evidente testemunho das técnicas construtivas e tipo de materiais empregues, mas das cargas transportadas através daquele comércio.

Existem outras evidências arqueológicas de Idade Moderna, nomeadamente no rio Arade e que têm vindo a ser estudadas, no âmbito de teses de mestrado e, recentemente, de doutoramento (Alves et al., 2008; Loureiro, 2004; Loureiro e Alves, 2007).

O grande dinamismo e desenvolvimento que a Arqueologia Náutica e Subaquática tem experimentado nos últimos anos deve-se ao empenho do Dr. Francisco Alves que constituiu, no IPA, o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática dando, recentemente, com o IGESPAR, origem à Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, quicá com os mesmos objetivos do anterior centro, mas dispendo de menos meios, humanos, logísticos, técnicos e económicos.

3.6. Espólios e quotidianos

Muito embora a Arqueologia da Idade Moderna possa contribuir para obtermos *in situ* informações no que respeita à arquitetura, urbanismo ou à organização de determinado território, são os espólios recuperados durante os trabalhos

de campo que nos transmitem informações complementares sobre os quotidianos das sociedades humanas que aqueles aspetos refletem.

Saber o que se comia, que tipo de vasilhas eram utilizadas no armazenamento ou na confeção de alimentos e onde eram produzidas, que espécies eram cultivadas, quais os medicamentos utilizados, principais causas de morte, constituem, com muitíssimas outras, questões para as quais, as práticas e metodologias arqueológicas e análises específicas têm obtido algumas respostas.

No estudo realizado às faunas, dos séculos XV-XVI, encontradas no Poço-Cisterna de Silves constatou-se, por exemplo, que os animais mais consumidos teriam sido os ovino-caprinos, a que se seguiam o porco e os bovídeos, indicando, em qualquer dos casos, dieta alimentar rica em proteínas (Cardoso e Gomes, 1996). Foram, também, assinaladas, a presença de comensais, através de roídas e dentadas, como seriam o gato e o cão. Entre o espólio mencionado registou-se, ainda, a existência de cágado, que seria utilizado na «*profilaxia da lepra*», conforme o próprio nome da espécie indica (*Mauremys leprosa*), ou consumido na própria alimentação (Cardoso e Gomes, 1996, p. 265). Lixeira de casa do século XV, daquela mesma cidade que, segundo o «Livro do Almoxarifado», terá pertencido a Afonso Vicente Leboreiro, ofereceu restos de fauna algo similares. Em ambos casos, os lixos, por questões higiénicas, entulharam estrutura desativada ou preencheram fossa detritica, propositadamente aberta (Gomes *et al.*, 1996).

As análises realizadas, entre outras, no Convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra permitiram reconstituir a horta daquele convento. De facto, nas lixeiras ali encontradas foram recuperados restos de vegetais, cultivados e consumidos pelos residentes, possibilitando aquela recriação (Côrte-Real, 2012). Nas hortas dos conventos plantavam-se, também, determinados tipos de plantas com fins medicinais. Importante contributo para o conhecimento da farmacopeia utilizada para tratar determinadas doenças decorreu da descoberta e escavação da botica do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa (Ferreira, 1994).

Preocupações relacionadas com a transmissão de doenças conduziu a que se verifique, em cerâmicas de mesa encontradas nos contextos domésticos, à sua individualização através da marcação, normalmente, no reverso, de pequenas marcas incisivas, constituindo letras, séries de traços, cruces, etc..., que as diferenciavam. Também a descoberta de fossas lixeiras, por vezes contendo verdadeiros serviços normalmente associadas a cataclismos, devem antes relacionar-se com medidas de ordem sanitária, designadamente aquando da morte de indivíduos devido a doenças desconhecidas ou às chamadas pestes.

Análises efetuadas a espólios osteológicos, encontrados nas necrópoles intervencionadas, indicam-nos, além da estatura dos indivíduos, causas da morte que, em certos casos, poderia ter constituído epidemia, conforme seria a tuberculose no século XVIII, documentada no Convento da Orada em Reguengos de Monsa-

raz, e doenças, como as artroses, que padeceram em vida (Cunha, 1991; Cunha e Morgadinho, 1991).

Durante as intervenções arqueológicas os espólios são muito diversificados sendo, conforme assinalámos, por vezes estudados por distintos especialistas.

As peças de vidro constituem, tal como as cerâmicas, importante contributo sobre o relacionamento e as trocas comerciais entre diversas regiões da Europa. Elas têm vindo a ser estudadas, designadamente por Manuela Ferreira (2003; 2004; 2005), com trabalhos sobre peças recuperadas em Coimbra, Lisboa, Sintra e Tomar, atribuídas aos séculos XVI, XVII e XVIII (Fernandes e Ferreira, 2004). Exemplares dos séculos XII a XIX, provindos da rua da Judiaria, em Almada, foram igualmente dados a conhecer (Medici, 2005, p. 535-569; 2010). Entre os vidros recolhidos no Convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, verifica-se a presença de fragmentos de ventosas utilizadas no tratamento de certas doenças (Leal e Ferreira, 2006, p. 97).

Muitos dos fragmentos de vidro que encontramos nos contextos da Idade Moderna pertenceram a peças produzidas em Portugal. Outras foram importados das oficinas inglesas, catalãs, italianas ou alemãs, da região da Boémia, nomeadamente anéis, pulseiras, contas, cálices, jarros, pratos, taças, candeias, constituindo bens, normalmente de prestígio, utilizados com variadas funções, onde se incluem as cosméticas e farmacopeias, a iluminação, os serviços de mesa, a ornamentação do corpo e do vestuário, ou podendo, até, servirem como elementos apotropaicos (Gomes, 2011, p. 23). As contas, algumas muito pequenas denominadas missangas, seriam utilizadas, principalmente, no comércio ultramarino.

Distintos materiais metálicos, de ouro, prata, bronze, cobre ou chumbo, além de numismas, costumam ser exumados nos contextos da Idade Moderna, como medalhas, fivelas, fechos de livros, fusos de tear, jóias entre outros, que se integram nos quotidianos domésticos (Gomes, 2011, p. 23; Torres, 2007).

Entre os diferentes tipos de espólios da Modernidade, os azulejos constituem o mais estudado. Existem referências a revestimentos azulejares, desde o século XIX, em *O Archeologo Português, Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* ou na *Portugália* (Correia, 1915; Loureiro, 1899; Peixoto, 1890-1898; Pereira, 1886; Silva, 1956).

Graças a Santos Simões, espólios azulejares provindos de demolições efetuadas um pouco por todo o país foram conservados passando, inicialmente, a integrarem secção do Museu Nacional de Arte Antiga, sendo depois transferidos para o Convento da Madre de Deus e dando origem ao actual Museu do Azulejo (Simões, 1979; 1997).

A chamada cultura material, resultante das intervenções arqueológicas, permite obter informações diversificadas sobre as comunidades que a criaram e utilizaram, constituindo a cerâmica da Idade Moderna, como a de distintos outros períodos, importante indicador cronológico-cultural.

Os primeiros trabalhos de síntese publicados sobre cerâmicas devem-se a José Queiroz (1907; 1913), Virgílio Correia (1919), Carolina Michaelis de Vasconcellos (1921), seguindo vertente ligada à Etnografia, Joaquim Teixeira de Carvalho (1921) e Reynaldo dos Santos (1956; 1970), que as integra na monumental obra «Oito Séculos de Arte Portuguesa», na categoria das «Artes Decorativas» (Santos, 1970, p. 7).

No entanto, aquele mesmo autor analisou, quase arqueologicamente, peças esmaltadas presentes na pintura portuguesa do século XVI e como objetos ornamentais os exemplares dos séculos XVII, XVIII ou alguns do século XIX, em exibição nos principais museus portugueses. Nestes, as cerâmicas constituem setor de reduzida dimensão, sendo, normalmente, mais valorizadas peças de porcelana, as oferecendo decoração de reflexo metálico e, também, a faiança portuguesa, conforme se pode ainda hoje observar, entre outros, no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, Soares dos Reis, no Porto e, de igual modo, na coleção Guerra Junqueiro. A designada cerâmica comum ou vidrada, encontra-se sistematicamente afastada de tais programas expositivos (Gomes e Casimiro, 2012).

Cerâmicas atribuídas à Idade Moderna registam-se, presentemente, de Norte a Sul de Portugal, sendo, preferencialmente, publicadas as importadas, esmaltadas ou vidradas, dada a facilidade na sua atribuição cronológica, visto existir, presentemente vasta bibliografia. Neste sentido, através de exemplares importados tenta-se obter cronologia para outros e, em particular, para as cerâmicas comuns (Barreira *et al.*, 1998; Osório e Silva, 1998). Nos contextos arqueológicos, atribuídos aos fins do século XV e ao século XVI, verifica-se a existência de peças importadas das oficinas espanholas (andaluzas e valencianas), italianas, holandesas e, algumas, alemãs, assim como os mais antigos exemplares de porcelana chinesa, que refletem período de grande prosperidade e interação social, económica e cultural, sendo relacionáveis com os primeiros tempos da Expansão Portuguesa.

Das oficinas valencianas, Paterna e Manises, encontramos, preferencialmente, taças/escudelas, alguns pratos, jarros e potes, com decoração de reflexo metálico, onde se registam motivos como as folhas de cardo, fitomórficos, pautas, folhas de salsa, margaridas, brasões, entre outros (Gomes e Gomes, 1991, p. 476-478; Gomes *et al.*, 2004; Osório e Silva, 1998; p. 302-314; Sabrosa, 2008, p. 125-129). Às oficinas andaluzas (Málaga e Sevilha) são normalmente atribuídas as taças ou escudelas, com ou sem asas e podendo ser polilobuladas, especieiros, jarros e talhas, com as superfícies esmaltadas de cor verde, com decoração de corda seca (de influência islâmica), mostrando as superfícies de cor branca e tendo muitas destas decoração, de cor azul, de carácter fitomórfico ou zoomórfico (Côrte-Real *et al.*, 2010, p. 121; Gomes e Gomes, 1991, p. 465, 478; 1996 a; 1998, p. 328, 344, 345; Sabrosa, 2008, 123, 124). Das produções italianas, as formas mais frequentes são os pratos, taças e jarros, produzidos com pastas bem depuradas,

onde sobressai o brilho e a boa qualidade do vidrado. Oferecem decorações de caráter fitomórfico, geométrico, arquitetónico, antropomórfico, com temas diversificados, sendo a maior parte produzidas em Veneza, Deruta, Faenza, Urbino, Cafaggiolo e Castel-Durante e na Ligúria (Osório e Silva, 1998, p. 314; Gomes e Gomes, 1991, p. 478; Sabrosa, 2008, p. 137-141). Também se têm exumado peças produzidas nas oficinas holandesas que, por vezes, imitam as produções de Montelupo, em Itália (Gomes e Gomes, 1991, p. 480) Registam-se, de igual modo, as primeiras porcelanas vindas da China, produzidas durante a dinastia Ming, sendo as taças e os pratos, com decoração pintada em tons de azul sobre fundo de cor branca, as formas que mais frequentemente encontramos nas escavações arqueológicas. Todas as peças mostram temáticas decorativas que, para os chineses, possuem caráter simbólico (transmitindo a representação do grou e dos pêssegos, votos de prosperidade, e a garça a longevidade, entre outros) enquanto para os europeus não têm qualquer significado (Côrte-Real *et al.*, 2010, p. 128; Fernandes e Carvalho, 1998, p. 215; Gomes e Gomes, 1991, p. 481). A importação de porcelana chinesa vai atingir o seu maior volume no século XVII, correspondendo a produção feita propositadamente para exportação (*Kraakporcelain*).

Do Centro da Europa chegaram-nos peças que utilizam a técnica do vidrado de sal (*stoneware*), constituídas maioritariamente por jarros e canecas para cerveja, produzidas grande parte delas nas oficinas de Raeren. Estas caracterizam-se pelos vidrados de boa qualidade, normalmente em tons de castanho claro e de aspeto melado, com a representação de bolotas, de caras barbudas, as designadas belarminas, e, ainda, outras figurações humanas (Alves *et al.*, 1998, p. 200; Osório e Silva, 1998, p. 312, 314). Surgem em contextos dos séculos XVII e XVIII os designados cachimbos «holandeses» ou de caulino, mas que, também, foram produzidos em Inglaterra (Martins, 1998; Pimenta *et al.*, 2008).

O maior número de cerâmicas exumadas é, efetivamente, constituído pela loiça comum, que se comercializava por todo o país e se exportava para os territórios ultramarinos, sendo transportada por barco, conforme confirmam carregamentos de peças encontradas em embarcações na Ria de Aveiro. Entre o espólio de uma delas incluem-se taças, tigelas, canecas, alguidares, panelas, bilhas, cântaros, bacios, mealheiros, anforetas, formas de açúcar, entre outros recipientes que seriam produzidos naquela região (Alves *et al.*, 1998, p. 191-210). Não obstante, foram igualmente fabricadas, na região de Lisboa, grandes quantidades de cerâmica comum (Cardoso e Rodrigues, 2008), problemática que abordaremos a seguir.

Durante os séculos XVII e XVIII verifica-se que as produções vidradas e esmaltadas espanholas e italianas passam a constituir, por vezes, percentagens muito reduzidas, sendo substituídas pela porcelana importada da China e, em particular, pelas faianças portuguesas que, com excelente qualidade e decorações inspi-

radas em modelos italianos e orientais (chineses, persas, mongóis) irão experimentar difusão internacional (fig. 9) (Barreira *et al.*, 1998, p. 151-154; Fernandes e Carvalho, 1998; Gomes e Gomes, 1998, p. 329, 331 e 332).

A faiança portuguesa oferece formas diversificadas que, além de pratos e taças, incluem jarros, mangas de farmácia, potes, travessas, terrinas, garrafas, bacias de barbear, vasos de noite, caixas, entre outras. Análises realizadas por intervenção de Luís Keil (1938) a faianças de museus alemães, então atribuídas às produções de Delft, revelaram ser de origem portuguesa e, nomeadamente, exemplares ostentando

armas de famílias nobres ou de cidades daquele país. Recordamos que as primeiras análises químicas, feitas a peças de cerâmica portuguesa, terão sido efetuadas por Charles Lepierre (1912), em 1899.

Não podemos deixar de mencionar as cerâmicas de pastas vermelhas, muito bem depuradas que oferecem paredes finas e superfícies brunidas, decoradas com frisos, molduras, mossas, bossas, asas torsas, algumas pedrinhas brancas, mica ou pequenos vidros incrustadas, conforme se regista sobretudo no Centro e Sul do País (fig. 10) (Tibães, Santana em Lisboa, Palmela, Silves) (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 214, 215; Gomes, 2008; Fontes *et al.*, 1998; Santos, 2008).

Os testemunhos arqueológicos correspondentes a fornos de produção de cerâmica são, em Portugal e por ora, muito reduzidos. Dos que se conhecem podemos mencionar exemplar, dos séculos XV-XVI, intervencionado em Alcochete, de que se identificou a fornalha, grelha e câmara de cozedura (Correia, 2005-2007). Aquele, ainda muito bem conservado, foi erguido junto de zona de barreiros, afastada do núcleo urbano e ali se terá produzido cerâmica comum (Correia, 2005-2007, p. 73). Próximo ficaria a zona da Mata da Machada, cuja produção terá incluído exemplares com

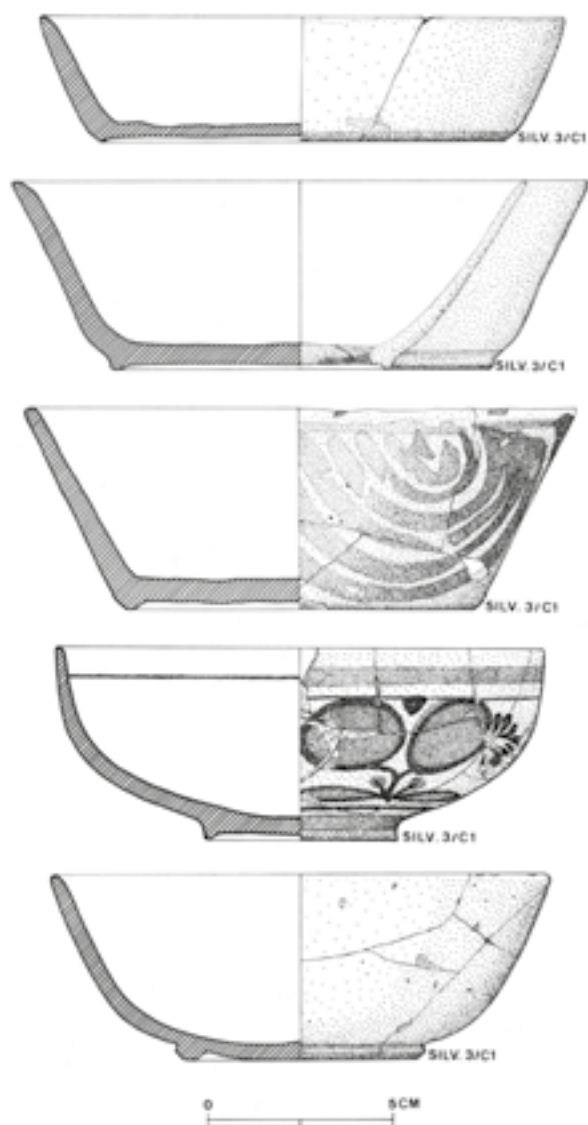


Figura 9 – Pátio anexo ao Poço-Cisterna (Silves). Faianças do século XVII (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

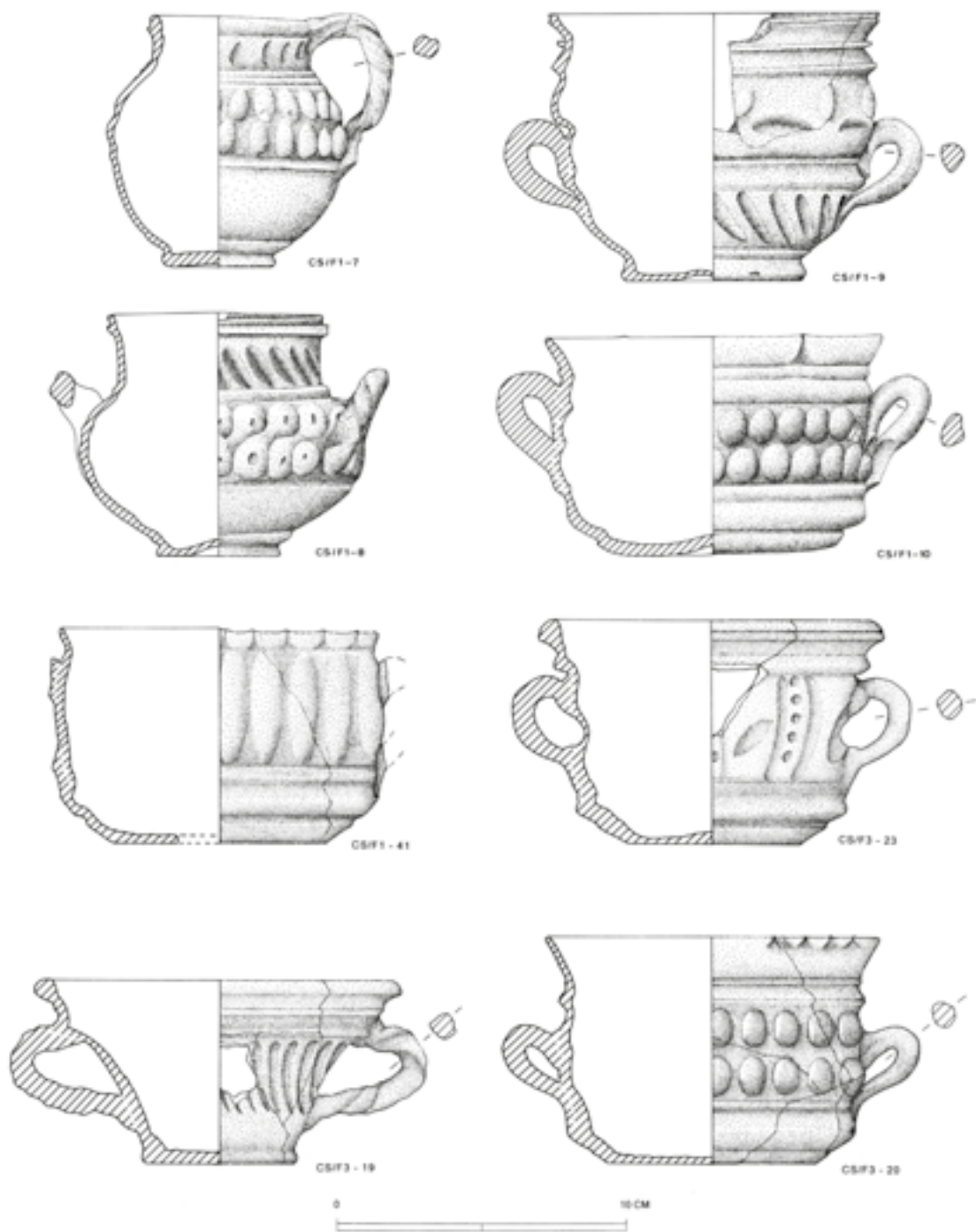


Figura 10 – Convento de Santana (Lisboa). Cerâmica modelada (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

as superfícies esmaltadas e vidradas, quiçá imitando as espanholas, além de cerâmica comum e, entre elas, formas de açúcar e de biscoito (Carmona e Santos, 2005). Na zona de Santos, em Lisboa, que então corresponderia a um dos arrabaldes da cidade onde, além de estaleiros navais, existiram olarias (Santos, 2006, p. 377). Estas foram assinaladas tanto na Zona Oriental como Ocidental da capital (Sebastian, 2010, p. 91-138).

Na área urbana de Palmela, além de espólios, dos séculos XIV ao XVIII, foi identificado parte de forno de cerâmica (Fernandes e Carvalho, 1998).

A descoberta e escavação, em Silves, de dois fornos para produção de cerâmica comum onde, entre outras peças, se cozeram exemplares com as superfícies modeladas, veio contribuir para o melhor conhecimento daquela manufatura (Gomes, 2008). De facto, aquele tipo de cerâmicas era considerado como sendo produzido em oficinas alto-alentejanas, principalmente devido a perviência de produções afins, problemática revista com o achado algarvio (fig. 11).

É possível que aquele tipo de produção se efetuasse em distintas zonas do país, assim se explicando, a par da faiança portuguesa, a sua difusão a longa distância, por territórios ocupados por portugueses e espanhóis.

As cargas transportadas a bordo dos navios naufragados na Ria de Aveiro indicam a existência de muito significativa produção de cerâmica na zona, faltando, no entanto, identificar aqueles centros (Alves *et al.*, 1998).

Materiais arqueológicos da Idade Moderna foram apresentados, pela primeira vez, no IV Congresso Nacional de Arqueologia, realizado, em 1980, na cidade de Faro.

Aqueles, procediam da intervenção arqueológica, na altura a decorrer em Silves, no designado Poço-Cisterna almoada, hoje Monumento Nacional e já antes por nós referido (Gomes e Gomes, 1984; 1987; 1991).

Decorridas mais de três décadas, verificamos que a Arqueologia da Idade Moderna tem constituído, nos últimos anos, muitas vezes a par da Arqueologia Medieval, tema ou secção de Congressos Internacionais, ocorridos em Portugal. Entre eles podemos mencionar as importantes jornadas sobre «Cerâmica Medieval e Pós-Medieval», realizadas em Tondela, que foram pioneiras no acolhimento daquelas temáticas e, também, a presença de tais matérias no «IV Congresso de Arqueologia Peninsular», onde integraram secção designada por Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica, com atas publicadas em 2010. A «*Revista de Arqueologia Moderna e Contemporânea*» (2010) do Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, cujo principal dinamizador é Élvio Sousa, tem contribuído para o conhecimento da Arqueologia daqueles períodos no Machico (Madeira).

Existem, presentemente, várias publicações *on-line* e, entre elas, o «*Jornal de Arqueologia*», que possui Secção com notícias de Arqueologia Moderna. O mesmo se passa em relação à revista «*Al-Madan*» e, embora dedicada a aspetos particulares

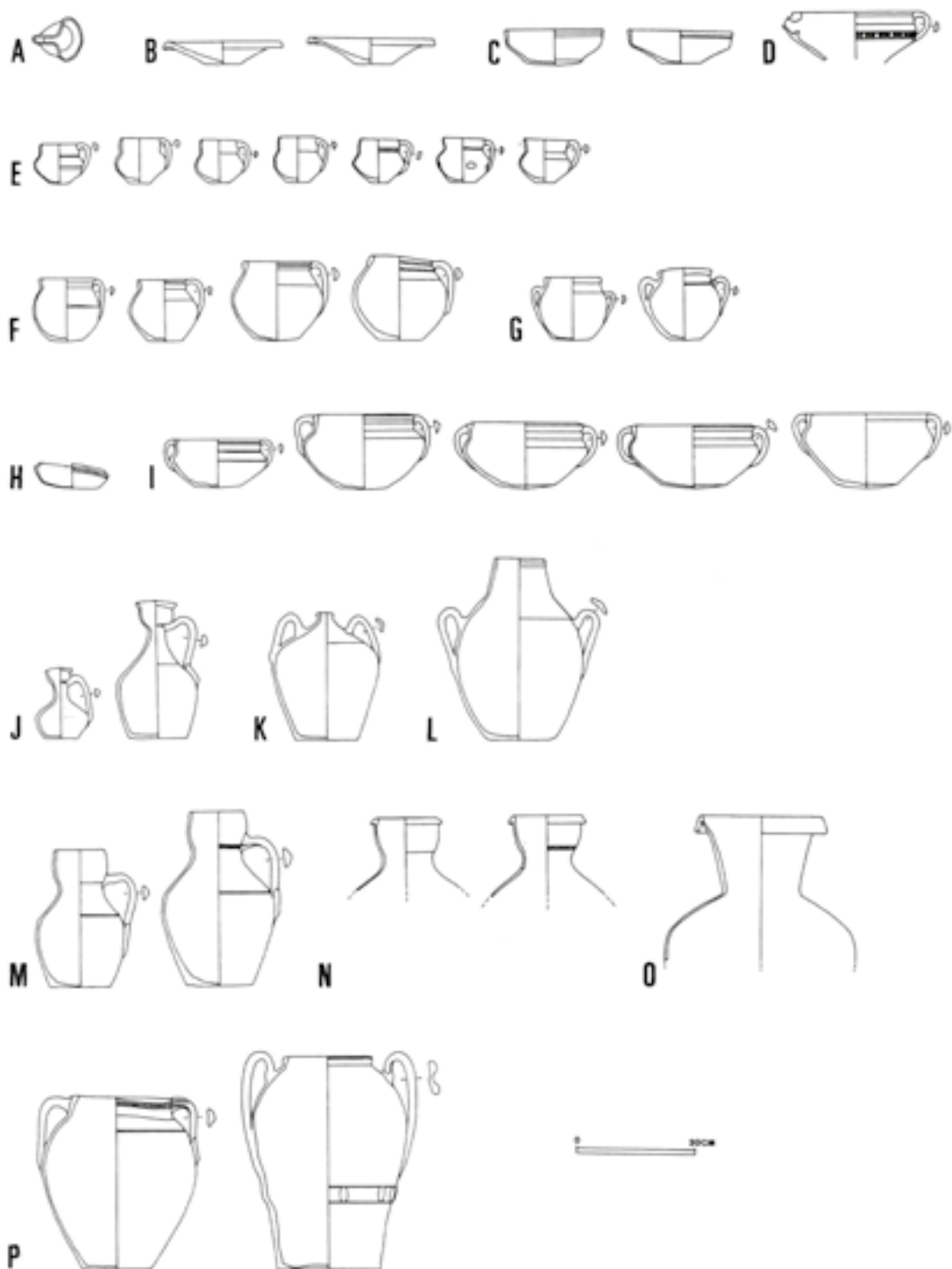


Figura 11 – Principais formas de cerâmica produzidas em fornos de Silves (séc XVI-XVII) (seg. Gomes, 2008, p. 284).

relacionados com as obras por eles promovidas, a «*Revista Digital de Arqueologia*», pertencente à empresa Estradas de Portugal S. A. Pode-se obter, de igual modo, pequenas sínteses sobre a Arqueologia da Idade Moderna e, em particular, no concelho do Porto, no «*Boletim de Arqueologia Portuense*», que se encontra *on-line*.

4. UMA SÍNTESE POSSÍVEL

A Arqueologia Moderna encontra-se, em Portugal, a dar os primeiros passos, ligada, indiscutivelmente, à Arqueologia Urbana, cujo desenvolvimento, por exigência da legislação em vigor, é particularmente notório nas principais cidades do país. Todavia, importa reconhecer a grande falta de interação entre arqueólogos, antropólogos, historiadores, historiadores de arte, urbanistas ou mesmo os arquitetos, pouco contribuindo, por isso, os trabalhos arqueológicos para o estudo da evolução dos núcleos urbanos e rurais.

Tal situação deve-se, a nosso ver, à falta de coordenação, por parte da Tutela e das distintas autarquias, das equipas intervenientes, assim como à quase total ineficiência dos Planos Diretores Municipais, como à falta de cartas arqueológicas mas, também, à escassa divulgação dos resultados obtidos nas intervenções arqueológicas. É possível que a ausência de formação específica, em Arqueologia Medieval e Moderna, de muitos dos arqueólogos a trabalharem em níveis daquelas Idades se manifeste, como seria de esperar, nos poucos trabalhos publicados, se comparados com o elevado número de intervenções arqueológicas efetuadas em contextos urbanos, como à pobreza demonstrada de conhecimentos das problemáticas discutidas.

De facto, assistimos presentemente, à realização de numerosas escavações arqueológicas de contextos da Idade Moderna, efetuadas sobre a responsabilidade de arqueólogos integrados, normalmente em empresas de Arqueologia, mas muitos deles sem qualquer tipo de interesse ou formação na área, o que conduz, na maior parte dos casos, ao simples registo dos achados, tendo em vista apenas a realização, a curto prazo, de relatórios para serem aprovados pela Tutela. Neste caso, grande parte dos vestígios identificados poderão nunca ser publicados e muito menos de modo exaustivo, conduzindo a informações deficitárias, com graves prejuízos para o avanço da investigação, de carácter patrimonial e cultural.

Torna-se, pois, necessário que a Arqueologia Moderna conste do currículo das licenciaturas e mestrados em Arqueologia, aspeto que, no que respeita às nossas Universidades, se encontra, ainda, longe de ser consensual. Não esqueçamos que a grande maioria dos professores, com influência nos desígnios curriculares, têm como área de investigação a Pré e Proto-História ou o Período Romano.

As novas tecnologias e, em particular, as datações absolutas através de radio-carbono, com correção dendrocronológica, assim como os estudos de faunas e

floras, são pouco frequentes para as Idades referidas, tal como outros tipos de análises, designadamente de pastas de cerâmicas ou de vidros, capazes de oferecerem informações em relação aos possíveis centros produtores.

Contudo, apesar dos aspetos negativos enunciados, os contributos oferecidos pela Arqueologia Moderna podem considerar-se como muito positivos, tanto em relação ao estudo da arquitetura como, em particular, no que respeita aos quotidianos. De facto, para além de ter sido possível afirmar o estatuto da Arqueologia Moderna, tem-se desde logo estudado e datado, com maior precisão, espólios considerados como tendo lata cronologia e tidos, até há bem poucos anos, como desprovidos de interesse histórico-arqueológico.

Dois aspetos que nos parecem exemplares, e até algo paradigmáticos, do quadro em apreço, respeitam à perceção recente de que praticamente em todo o País se produziram as chamadas cerâmicas modeladas, durante os séculos XVI e XVII, e não somente em região estrita do Sul (Alto-Alentejo). Não menos importante foi a demonstração que a produção de faiança portuguesa é anterior à de Delft, diferenciando-se desta, em termos formais e decorativos, e em paralelo ter-se reconhecido a sua enorme divulgação em todos os territórios onde os portugueses estiveram ou que com eles comercializaram, só comparável com a difusão que teve, no mundo de então, a *terra sigillata* ou a porcelana chinesa.

Esperamos que, em breve, se verifique um maior interesse pela Arqueologia Moderna, desenvolvendo-se os conhecimentos em relação à sua cultura material, informação imprescindível para a reconstrução histórica de um passado em que apesar de existirem textos, eles não transmitem a totalidade da enorme diversidade dos comportamentos humanos.

Comentario al trabajo de Varela Gomes, Rosa, «A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal. Contributos e problemática», emitido por el Prof. Antonio Malpica Cuello*

Este artículo trata de un tema que ha ganado atención entre los investigadores. Al compás del desarrollo de las actividades arqueológicas, especialmente urbanas, y del perfeccionamiento del registro arqueológico, los testimonios del pasado se han ido ordenando, como parece lógico en primera instancia, en períodos históricos. Hay que tener en cuenta que los artefactos que se recuperan son más abundantes cuanto más próxima a nosotros es la sociedad que los ha generado, pero no es menos cierto que se constata un aumento en su producción en la medida en que su capacidad productiva y, por tanto, de consumo es también

* Catedrático de Arqueología Medieval de la Universidad de Granada, e-mail: amalpica@ugr.es

mayor. Sin duda a esos procesos hay que añadir la generalización del intercambio, fruto de una mejora en los medios de transporte y comunicación y, cómo no, de la demanda de unos grupos sociales o del conjunto de la sociedad.

En suma, la llamada Arqueología Moderna nos acerca a una realidad nueva que no siempre es fácil de definir. La simple constatación de que nos hallamos en una época diferente de la anterior, la medieval, aunque gestada en ella, es suficiente, aunque sería de desear un profundización mayor. En ese sentido, el libro de Johnson, Matthew, *An Archaeology of Capitalism*, es sumamente ilustrativo y permite plantear cuestiones que normalmente son olvidadas.

Tenemos, pues, dos caminos, que pueden y deben ser complementarios y que han de permitir arrojar mucha luz sobre los procesos históricos y antropológicos que se derivan de una creciente capacidad productiva y de un aumento en la demanda de bienes de consumo y de lujo.

El primero es la ordenación de los fenómenos que se perciben y que se han de señalar, a ser posible, con un orden jerárquico, pues no es igual el avance de la ciudad más allá de las murallas, que el uso de vestidos diferentes a los anteriormente empleados. En todo caso, se observa, aun teniendo en cuenta únicamente los datos procedentes de las cada vez más abundantes excavaciones, cómo la dimensión de lo público se va poniendo en un lugar principal. Y de ahí se deriva la práctica de una vida llena de manifestaciones de cada grupo social, que va más allá incluso del estamento en que se inserta. Así, por ejemplo, los aparentemente llamativos hallazgos de cerámicas orientales de importación que se han recuperado en Portugal y de los que se hace eco el artículo, que se insertan en ajuares monásticos, se explica porque sus propietarios/as son nobles y burgueses importantes, si bien religiosos. De ese modo, el marco de los monasterios, que aparece como un punto de referencia del que se sugiere que podría formar parte de una línea de investigación con suficiente entidad, trasciende el propio lugar y nos lleva a analizar los niveles de vida y de capacidad de consumo en el conjunto de la sociedad.

Este primer camino es el que sigue brillantemente la autora en este estimulante artículo. Su capacidad de resumir y analizar la evolución de la que llama Arqueología da Idade Moderna nos permite situar la dinámica de esta naciente disciplina y, consecuentemente, sus posibilidades, en el panorama científico. La divulgación de los conocimientos, que comenzó a mediados del siglo XIX con la organización de grandes exposiciones, marca un punto de inflexión con respecto al período anterior, en el que el coleccionismo y, sobre todo, la prevalencia de los anticuarios es fundamental. Ese cambio viene acompañado de una institucionalización de los objetos y monumentos, gracias a un cambio mental importante en el que el concepto de «patrimonio» tiene una fuerza destacable.

Señala la autora con acierto y en reiteradas ocasiones que esa evolución no es, por supuesto, exclusiva de Portugal, sino que es general a toda Europa. En ese

sentido, quizás, hubiera sido de desear que marcara las grandes líneas antes de entrar en los detalles que menciona y que dan una visión muy completa sobre el caso portugués. Claro está que, de haber elegido esa solución, el artículo hubiera adquirido unas proporciones demasiado extensas.

En su parte tercera opta por una descripción de los temas sustanciales en su criterio que configuran la Arqueologia da Idade Moderna. Sus apreciaciones son muy interesantes y aparecen ordenadas en diferentes apartados que nos dan una idea muy adecuada de ese período a partir de la arqueología. Un ejemplo es la constatación del avance de las ciudades portuguesas más allá de las murallas y la creación de grandes plazas; otro es la consideración de los monasterios como unidades que han de ser analizadas en su conjunto, de forma individualizada, pero con comparaciones obligadas entre ellos. Por otra parte, los cambios habidos en las estructuras defensivas nos conduce a observar la importancia de esos espacios como áreas de prestigio, más que exclusivamente defensivas. No olvida el carácter de lo cotidiano que nos permite el estudio de los artefactos y de los restos modernos. Especialmente importante es el caso de la arqueología náutica y subacuática, que, sin embargo, no tiene apenas desarrollo. A todo ello hay que añadir la importancia de las producciones cerámicas y su capacidad comercial, ya de fuera, ya en el interior, sean importaciones de lujo como exportaciones de producciones que podemos considerar casi industriales y en serie (cerámica del azúcar) y otras que demuestran la asimilación de los nuevos códigos estéticos (la Portuguese Faience) y su gran capacidad de difusión.

En suma, el camino elegido por Rosa Varela Gomes le ha permitido trazar una cuadro muy veraz de las posibilidades del estudio de la Arqueologia da Idade Moderna, de las líneas en las que hay que profundizar. Ha preferido hacerlo así, quizás con buen criterio dado el poco avance de esta disciplina, ordenar los datos y explicar los hallazgos, con un conocimiento importante de las ciudades portuguesas en ese período gracias a las intervenciones que se han ido multiplicando en todo el país. Al compás de sus descripciones, perfectamente organizadas y ordenadas, surgen múltiples cuestiones que estamos seguros que se irán tratando en el futuro, tal vez cuando la reflexión sea mayor en el colectivo de la arqueología portuguesa.

No se ha iniciado el segundo camino, del que cabe, sin embargo, hablar aunque sea de manera resumida e incluso elemental. Cuando se menciona la Arqueologia da Idade Moderna, pensamos que habría que definir el período moderno, porque de otra manera la visión es reducida a fenómenos de tipo artístico, estético o generales. ¿Hay un aspecto material que define a esa etapa? Sí, el surgimiento del capitalismo, del primer capitalismo, del capitalismo comercial. Ese capitalismo que va a crear una economía mundo (Immanuel Wallerstein) y que va a sellar diferencias notables entre los grupos sociales, como en los mismos territorios, con un desarrollo urbano y una gran transformación rural. De ese

proceso arrancan los despoblados (villages désertés, deserted villages), que fueron estudiados en los años 60 del pasado siglo y que, en cierto modo, permitieron la aparición de la Arqueología postclásica. Los cambios habidos en el campo van, sin embargo, mucho más allá, aunque la autora no los tenga en cuenta en su artículo, posiblemente porque en Portugal no hayan sido objeto de una atención detenida y porque hubiera roto su discurso.

La formación de esa economía mundo supone también la aparición en primera línea de la ocupación de nuevas tierras y el contacto con culturas hasta entonces desconocidas. La implantación de la civilización europea supuso un cambio radical y trajo consigo un intercambio desigual, del que se ocupa la arqueología del contacto.

En definitiva, la Arqueologia da Idade Moderna tiene un amplio camino por recorrer. Sin duda, artículos como el presente son más que imprescindibles y merecen ser atendidos para elaborar, como señala la propia autora, una reflexión colectiva que permita que los restos materiales aparezcan en el debate histórico.

Resposta da autora ao comentário

Agradeço e estou de acordo com as observações efectuadas pelo Professor António Malpica Cuello, bom conhecedor da matéria apresentada, dado não só ter dirigido escavações arqueológicas no Alhambra, na área urbana de Granada e em muitos outros sítios, como teses de doutoramento sobre temas afins e muito ter reflectido e escrito sobre a temática tratada. As suas palavras são sempre um incentivo à elaboração teórica e à boa manipulação dos dados empíricos.

Conforme mencionei, no resumo inicial, trata-se apenas de síntese de tema que, eventualmente, por se interligar com outras áreas do saber/investigação arqueológica, é bem complexo. A opção em apresentarmos, apenas, o caso português, relacionou-se com questões de carácter prático, como pelo facto de a Arqueologia Moderna ser encarada de modo distinto nos vários países europeus. Por exemplo, na vizinha Espanha, aquela prossegue na continuação da Arqueologia Medieval, conforme título sugestivo da obra, publicada em 2010, «*Arqueologia III Arqueologia Medieval y Posmedieval*». Na Grã-Bretanha, desde 1968 que são publicados artigos sobre aquelas temáticas, nomeadamente na «*Post-Medieval Archaeology*», pertencente a sociedade com o mesmo nome e criada com o objetivo de «*to promote the study of the archaeological evidences of British and Colonial history of post-medieval period before the onset of industrialization*». A investigação em Arqueologia Moderna tem vindo a dar frutos, em particular, na Europa como do outro lado do Atlântico, embora não sejam despiciendos os testemunhos de outros continentes, designadamente aqueles proporcionados pela Arqueologia Subaquática.

É claro que a Arqueologia Moderna em Portugal não pode ser desligada de contextos europeus ou «ultramarinos». Todavia, quisemos por razões de extensão do artigo que nos foi amavelmente solicitado pelo Dr. Luís Raposo, circunscrevermo-nos ao território nacional.

Encontramo-nos em completa sintonia com o Professor António Malpica Cuello, quando observa que temos de aprofundar as grandes transformações económicas, sociais e ideológicas da Idade Moderna, no quadro do capitalismo comercial que, todavia, não explica todos os contornos que enformam aquelas. Quanto a nós, foi sobretudo uma nova atitude perante o conhecimento, as interrogações sobre o próprio Homem (o «Novo Homem» do Humanismo laico) e sobre o Mundo, que haveriam de conduzir, no século XVI, ao mercado mundial ou, se entendermos, à globalização desenvolvida nas centúrias seguintes e até aos alvares do capitalismo industrial, promovido pelo Estado ou por aristocratas e burgueses (Jeannin, P. 1957, *Les Marchands au XVe Siècle*, Éd. du Seuil, Paris).

Como em Ciência nada está completo e acabado, desejamos que o presente texto estimule outros investigadores a criticá-lo e a prosseguirem estes primeiros passos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, L.F. de (1965) – Alguns documentos para a História da Arqueologia em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. IV, p. 103-108.
- ALVES, F. (1998) – Genealogia e arqueologia dos navios portugueses nos alvares do mundo moderno. In *Nossa Senhora dos Mártires. A Última Viagem*. Lisboa: Editorial Verbo. p. 71-83
- ALVES, F. J.; RODRIGUES, P. J. P.; GARCIA, C.; ALELUIA, M. (1998) – A Cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 185-210.
- ALVES, F.; RIETH, E.; RODRIGUES, P.; ALELUIA, M.; RODRIGO, R.; GARCIA, C.; RICCARDI, E. (2001) – The hull remains of Ria de Aveiro A, a mid-15th century shipwreck from Portugal: a preliminary analysis. In *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition – Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 317-345. (Trabalhos de Arqueologia; 18).
- ALVES, F.; RIETH, E.; RODRIGUES, P.; (2001a) – The remains of a 14th-century shipwreck at Corpo Santo, and of a shipyard at Praça do Município, Lisbon, Portugal. In ALVES, F., ed. – *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition – Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 405-426. (Trabalhos de Arqueologia; 18).
- ALVES, F.; MONTEIRO, P.; PINHEIRO, S. (2008) – *Relatório da campanha de arqueologia preliminar dos destroços do navio Arade 23 (2007)*. Lisboa: DANS. 32 p. (Trabalhos da DANS; 44).
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; RAMALHO, M. (1994) – A Baixa Pré-Pombalina: Alguns Aspectos Urbanísticos. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 227-237.
- ANTUNES, M. T. (1989) – Espólio de animais do poço e do silo da Casa de João Esmeraldo. In *Escavações nas casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal. p. 49-52. Catálogo.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. (2008) – As ocupações antigas e modernas do Forte de S. Sebastião, Castro Marim. *Xelb*. Silves. 8, p. 365-395.
- AQUISIÇÕES do Museu Etnológico Português (1913). *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XVIII, p. 131-165.
- AZEVEDO, P. A. de (1896) – Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758». *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 62-64.
- AZEVEDO, P. A. de (1897) – Informações archeologicas colhidas no «Diccionario geográfico», do Cardoso. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 226, 244.
- AZEVEDO, P. A. de (1900) – Noticias várias. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, V, p. 337-343.
- AZEVEDO, P. A. de (1903) – Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1755». *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, VIII, p. 214-235.
- AZEVEDO, P. A. de (1908) – Miscellanea. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XIII, p. 10-37.
- BARBOSA, T.; CASIMIRO, T.; MANAIA, R.; SILVA, T.; TORRES, A. (2008) – As Escavações no Largo Duque de Cadaval (Lisboa) (2008). *Al-Madan*. Almada. S. 2, 15, p. 8-9. Adenda online.
- BARREIRA, P.; DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 145-184.
- BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2008) – Sondagens arqueológicas na Cerca Seiscentista de Faro: resultados de uma pequena intervenção. *Xelb*. Silves. 8, p. 305-313.
- BETTENCOURT, J. A. (2008) – *A Nau Nossa Senhora da Luz (1615) no Contexto da Carreira da Índia e da Escala dos Açores: Uma Abordagem Histórico-Arqueológica*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências

- cias Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.
- BETTENCOURT, J. A.; CARVALHO, P.; CALEJA, P.; ALVES, F. (2006) – O sítio arqueológico subaquático Arade B. *Xelb. Silves*. 6, p. 254-274.
- BOAVIDA, C. (2011) – Espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal) [Em linha]. [Consult. 28. Jun. 2012]. Disponível em [http://www.museudacidade.pt/arqueologia/estonline/Publicacoes/Esp%C3%B3lio%20v%C3%ADtreo%20de%20um%20po%C3%A7o%20do%20Hospital%20Real%20de%20Todos-os-Santos%20\(Lisboa\).pdf](http://www.museudacidade.pt/arqueologia/estonline/Publicacoes/Esp%C3%B3lio%20v%C3%ADtreo%20de%20um%20po%C3%A7o%20do%20Hospital%20Real%20de%20Todos-os-Santos%20(Lisboa).pdf)
- BUESCU, A. I.; FELISMINO, D., coord. (2011) – *A Mesa dos Reis de Portugal, – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo dos Leitores. p. 478. (Temas e Debates).
- BUGALHÃO, J.; DUARTE, D. (2003) – Intervenção arqueológica na Igreja de Santa Catarina, Lisboa. In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. p. 147-162.
- CAEIRO, E.; ABEL, A. B.; MASCARENHAS, J. M. (1996) – Os sistemas hidráulicos da Abadia de São Bento de Cástris (Évora): Reconhecimento e análise preliminar. In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 209-226.
- CAMPOS, J. P. (1994) – O Património Cultural Defendido pela Igreja. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 119-125.
- CÂNDIDO, M. J.; NETO, J. L. (2008-2009) – A Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus. *Ciências e Técnicas do Património*. Porto. S. I: VII-VIII, p. 115-125.
- CARDOSO, G.; CABRAL, J. P.; d'ENCARNAÇÃO, J. (2002) – De convento a casa de veraneio. Aspectos arqueológicos no estudo do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais. In 3.ª *Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 213-229.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2008) – As cerâmicas de Poço Novo (II) – Cascais. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 95-108.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Junho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 1, p. 259-284.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. (2010) – A estação arqueológica de Salamansa (Ilha de São Vicente, República de Cabo Verde). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13, p. 167-214.
- CARDOSO, J. L.; GOMES, M. V. (1996) – Contributo para o estudo das faunas encontradas no poço-cisterna de Silves (séculos XV-XVI). *Xelb. Silves*. 3, p. 207-268.
- CARDOSO, G.; D'ENCARNAÇÃO, J. (1994) – Três anos de intervenções arqueológicas em Cascais. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 173-185.
- CARMONA, R.; SANTOS, C. (2005) – *Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro. 67 p.
- CARVALHO, J. (1921) – *A Cerâmica Coimbrã no século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASIMIRO, T. (2011) – Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. V, 1, p. 689-726.
- CASTRO, A. S. e, (2009) – *Cerâmica europeia de importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (Séculos XV-XIX)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 316 p., 136 figs. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa. Texto policopiado.
- CASTRO, A. I. S.; SEBASTIAN, L. C. P. (2008) – Faianças dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 325-334.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2010a) – Estudo gliptográfico do Mosteiro de S. João de Tarouca. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 79-90. (Promontoria Monográfica; 8).

- CATARINO, H.; INÁCIO, I.; (2008) – A ocupação tardo-medieval e moderna no Castelo de Paderne. *Xelb. Silves*. 8, p. 307-332.
- CIRCULAR às Câmaras Municipais (1905). *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. 4: X, p. 438-439.
- COELHO, I. A. D. P. (2008) – *A Cerâmica Oriental da Carreira da Índia no Contexto da Carga de uma Nau – A Presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Texto policopiado.
- COELHO, R. A. da G. G. (2009) – *A intervenção arqueológica no Largo António Joaquim Correia – Contributo para o estudo da vida quotidiana em Setúbal no tempo do grande terramoto*. Lisboa: F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Texto policopiado.
- CONDE, M. S. A. (1997) – Sobre a Casa Urbana do Centro e Sul de Portugal, nos finais da Idade Média. *Arqueologia Medieval*. Porto. 5, p. 243-265.
- CORDEIRO, M. da C. T. (2008) – Cerâmica hispano-árabe de reflexo metálico do Museu Nacional de Soares dos Reis – Porto: elementos formais de superfície. In 4.^{as} *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 187-219.
- CORGA, M.; FERREIRA, M. T. (2010) – A acção caritativa da Santa Casa da Misericórdia de Faro: História e Bioarqueologia da 7.^a obra corporal. *Xelb. Silves*. 10, p. 531-546.
- CORREIA, M., (2005-2007) – Um forno de produção cerâmica dos séc. XV-XVI, em Alcochete. *Musa*. Setúbal. 2, p 67-73.
- CORREIA, V. (1915) – Azulejos datados. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série1, XX, p. 162-210.
- CORREIA, V. (1919) – Oleiros quinhentistas de Lisboa. *Águia*. Porto. XV, p. 88. Separata.
- CÔRTE-REAL, A. (2003) – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra. In 3.^o *Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 411-419.
- CÔRTE-REAL, A. (2009) – *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. Coimbra: Ed. Direcção Regional de Cultura do Centro. p. 99.
- CÔRTE-REAL, A. (2012) – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. A doçaria contemporânea de raiz tradicional – o caso das Clarissinhas de Coimbra. In *Sabores e Saberes da Doçaria Portuguesa*. Lisboa. Instituto do Emprego e Formação Profissional. p. 131-139.
- CÔRTE-REAL, A.; LEAL, C.; MUNHÓS, M.; PATO DE MACEDO, E.; BERNARDO, L., M. (2010) – O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: investigação, musealização e síntese de aspectos orientalizantes no espólio. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve p. 113-128. (Promontoria Monográfica; 8).
- COSTA, C.; FERNANDES, T. M.; ALMEIDA, P.; SERRA, M. (2008) – Desenterrando o passado: paleobiologia dos indivíduos exumados na Rua do Adro e Santa Maria em Lagos. *Xelb. Silves*. 8, p. 325-332.
- COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2010) – Gostos e Sabores. O caso do Convento das Bernardas (Tavira). *Xelb. Silves*. 10, p. 635-654.
- CRUZ, P. B. da (1896) – Novas aquisições do Museu Municipal da Figueira. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 294.
- CRUZ, P. B. da (1897) – Museu Municipal da Figueira da Foz, *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 118, 119, 191.
- CRUZ, P. B. da (1897) – Museu Municipal de Bragança. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 155-156.
- CRUZ, P. B. da (1900) – Museu Municipal da Figueira da Foz. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1,V, p. 177-184.
- CUNHA, A. S. (1991) – Um caso de morbilidade em necrópole do Convento da Orada. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 425-428.
- CUNHA, A. S.; MORGADINHO, S. M. C. (1991) – Estudo de uma artrose de um pé, de um caso de mumificação natural do século XVIII, aparecido na igreja da Graça em Lisboa. In *Actas das*

- IV *Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 445-447.
- DIAS, C. C.; JORGE, V. F. (1996) – Rede Hidráulica da abadia cisterciense de São Cristóvão de Lafões (São Pedro do Sul). In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 227-240.
- DIAS, J. (1971) – Estudos do Carácter Nacional Português. *Estudos de Antropologia Cultural*. Lisboa. 7, p. 49.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (1995) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo Terramoto de 1755. In *1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 163-170.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) – Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, n.ºs 36-44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 257-265.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 201-235.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (2008) – Cerâmicas de barros vermelhos provenientes de entulhos dos terramotos de 1531, em Lisboa. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 171-185.
- ESPANCA, T. (1978) – *Inventário Artístico de Portugal. IX Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. p. 850
- ESTRELA, C. L.; FERREIRA, S. D.; FERREIRA, R. M. (2008) – Apontamentos sobre Silves na época moderna: a intervenção arqueológica na Rua das Parreiras. *Xelb. Silves*. 8, p. 223-233.
- ETCHEVARNE, C.; SARDINHA, O. (2007) – A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 25, p. 345-372.
- FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1998) – Conjuntos cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 211-255.
- FERNANDES, L. (1994) – Alguns dados acerca do dique da Ribeira das Naus. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 253-259.
- FERNANDES, L.; FERREIRA, M. (2004) – Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa Pombalina em Lisboa. Estudo do espólio vítreo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 22, p. 453-489.
- FERREIRA, F. E. R. (1984) – Mil e cem anos na história de S. Vicente de Fora: contributo da arqueologia. *Almadan*. Almada. 2, p. 3-5.
- FERREIRA, F. E. R. (1985) – O mosteiro afonso de S. Vicente de Fora: subsídios para a reconstituição da sua fisionomia. *Revista Municipal*. Lisboa. S. 2, 12, p. 3-12.
- FERREIRA, F. E. R. (1994) – Escavações arqueológicas da botica do mosteiro de S. Vicente de Fora. In *A botica de S. Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional de Farmácias. p. 26-32.
- FERREIRA, F. E. R. (2002) – As Etapas do Moderno. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 239-244.
- FERREIRA, M. A. (2003) – Vidro arqueológico da região de Sintra (séculos XVI e XVII). *Arqueologia Medieval*. Porto. 8, p. 279-291.
- FERREIRA, M. A. (2004) – Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de St.ª Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 541-583.
- FERREIRA, M. A. (2005) – O uso de vidraria em Sellium e em Tomar: as descobertas arqueológicas recentes em relação com a História do vidro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 387-431.
- FERREIRA, M., A.; SANTOS, P. C. (2010) – O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: investigação, musealização e síntese de aspectos orientalizantes no espólio. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da

- Universidade do Algarve. p. 113-128. (Promontoria Monográfica; 8).
- FERREIRA, N. M.; DIOGO, M.; COSTA, C.; FARIA, F.; FERNANDES, T. M. (2008) – Um edifício, uma planta, um enterramento... uma gafaria em Lagos?. *Xelb*. Silves. 8, p. 431-449.
- FONTES, L.; FERNANDES, I. M.; CASTRO, F. (1998) – Peças de louça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Mosteiro de S. Martinho de Tibães. In *2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 355-363.
- FRANÇA, J. A. (1977) – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand. p. 389.
- GARCIA, C.; MONTEIRO, P.; ALVES, F. (1999) – Estratégias e metodologias da intervenção arqueológica subaquática no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 199-210.
- GARCIA, C.; MONTEIRO, P.; PHANEUF, E. (1999) – Os destroços dos navios Angra C e D descobertos durante a intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 211-232.
- GARCIA, J. M. (2008) – *Lisboa do Século XVII “A Mais Deliciosa Terra do Mundo”*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses; Direcção Municipal de Cultura. p. 120.
- GARCIA, J. M. (2009) – *História de Lisboa. Tempos Fortes*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses; Direcção Municipal de Cultura. p. 132.
- GOGGIN, J. M. (1960) – *The Spanish Olive Jar. An introductory study*. Sidney W Yale: Yale University Publications in Anthropology. (*Papers in Caribbean Anthropology*; 62).
- GOMES, M. V. (1993) – Ânfora encontrada em Vilamoura (Loulé). *Al’-Ulyā*. Loulé. 2, p. 49-60.
- GOMES, M. V. (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (Sécs XVI-XVII) – Notícia preliminar. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 271-292.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1984) – Cerâmicas importadas dos séculos XV e XVI encontradas no poço-cisterna árabe de Silves. In *Actas do 3.º Congresso do Algarve*. Silves: Racial Clube. 1, p. 35-44.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço-cisterna de Silves. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa. Campo Arqueológico de Mértola. p. 457-490.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XV a XVI do poço cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143-206.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1996a) – Faianças do tipo «Santo Domingo Blue on White» do Funchal e de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 269-284.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 315-348.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CARDOSO, J. L. (1996) – Aspectos do quotidiano de uma casa em Silves durante o século XV. *Xelb*. Silves. 3, p. 33-78.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CORREIA, J. R.; SERPA, F. (1991) – Escavações na primitiva igreja de N.ª Sr.ª da Orada – Reguengos de Monsaraz, (Notícia preliminar). In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 415-423.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2000) – Numismas de Aragão Leão e Castela, procedentes de contextos arqueológicos de Silves In *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática*. Porto: Associação Numismática de Portugal. p. 249-261.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2000) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa – Resultados preliminares. *Olisipo*. Lisboa. S. II, 27, p. 75 -92.
- GOMES, P.; MELO, M.; OSÓRIO, M.; SILVA, A.; TEIXEIRA, R. (2004) – Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto. *Olaría*. Barcelos. 3, p. 89-96.
- GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Alcaçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 525. (Trabalhos de Arqueologia; 35).

- GOMES, R. V. (2006) – *Silves (Xelb)-Uma Cidade do Gharb al-Andalus. O Núcleo Urbano*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 224. (Trabalhos de Arqueologia; 44).
- GOMES, R. V. (2011) – *Silves (Xelb)-Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 411. (Trabalhos de Arqueologia; 53).
- GOMES, R. V. (2012) – Engenho de Açúcar da Alcaldaria de Silves. In *Velhos e Novos Mundos – Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM. p. 343-354.
- GOMES, R. V.; CASIMIRO, T., M. (2013) – Post-Medieval Archaeology in Portugal, *Journal of Post-Medieval Archaeology*. Society of Post Medieval Archaeology. p. 17-34.
- GUERRA, L. de F. da (1896) – A Exposição de Vianna do Castelo. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 269-272.
- GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. (1983) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- GUSMÃO, A. N. (1956) – *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio da Arqueologia da Idade Média)*. Lisboa: [s. n.].
- HAUPT, A. (1986) – *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. p. 309.
- IGREJA de Leça do Bailio (1935). *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. 1, 79 p.
- KEIL, L. (1938) – A faiança de Hamburgo e as suas analogias com a cerâmica portuguesa do século XVII. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*. Lisboa. S. 1, 3, p. 44-47.
- LEAL, C.; FERREIRA, M. A. (2006) – Cuidados de higiene e saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. *Portugália*. Porto. XXVII, p. 89-117.
- LEMOS, F. S. (2002) – Arqueologia urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 245-253.
- LEPIERRE, C. (1912) – *Estudo Químico e Tecnológico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOPES, M. C.; UMBELINO, C.; CUNHA, E.; SILVA, A. M. (2003) – Intervenção arqueológica de emergência no Convento de S. Francisco – Beja. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 137-144.
- LOUREIRO, F. (1899) – Um azulejo do século XVII. *Portugália*. Porto. 1: 1, p. 145-146.
- LOUREIRO, V. F. (2004) – *O Casco do Arade 1 (Algarve/Portugal) – Arqueografia e arqueologia de uma embarcação do início da Época Moderna*. Paris: Université de Paris I – Sorbonne; Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. D.E.A. en Archéologie des Temps Historiques. Texto policopiado.
- LOUREIRO, V.; ALVES, J. G. (2007) – O navio seiscentista Arade 1: resultados preliminares das intervenções arqueológicas de 2004 e 2005. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10, p. 367-379.
- LOURENÇO, F. S.; RAMALHO, M. (1991) – O Celeiro Medieval do Hospital o Salvador em Abrantes. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 401-413.
- LUZIA, I., (2010) – A Ermida de Nossa Senhora da Conceição: evolução de um espaço. *Xelb*. Silves. 10, p. 421-438.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. III, 1, p. 51-448.
- MAGALHÃES, N. (2008) – *Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas*. Faro: Letras Várias, Edições e Arte. p. 330.
- MANOEL, C. da C. (1895) – Archeologia Ebo-rensense. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, I, p. 281-291.
- MANOEL, C. da C. (1896) – Archeologia Ebo-rensense. Cofre de ferro existente na Secção Archeologica da Bibliotheca Pública de Évora. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 95-97.
- MANOEL, C. da C. (1896a) – Archeologia Ebo-rensense. As ruínas do antigo convento de S. Fran-

- cisco de Évora. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 302-304, 2 ilustrações.
- MARQUES, A.; FERNANDES, L. (2003) – Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma intervenção urbana. In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. p. 31-43.
- MARQUES, A.; FERNANDES, L. (2006) – Palácio dos Marquês de Marialva. Intervenção Arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa, 1999-2000). *Património Estudos*. Lisboa. 9, p. 195-206.
- MARQUES, T., coord. (1992) – *Carta Arqueológica de Portugal, Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel*. Lisboa: IPPAR. p. 303.
- MARQUES, T., coord. (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal, Faro, Olhão, Tavira, Vil Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim*. Lisboa: IPPAR. p. 314.
- MARTINS, A.; NEVES, C.; ALDEIAS, V. (2010) – Arqueologia Medieval – Moderna – os silos da Avenida Miguel Fernandes – Beja. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 205-212. (Promontoria Monográfica; 8).
- MARTINS, M. (1998) – Um fragmento de tubo de cachimbo da Secção II, Contexto n.º 8 do Moinho de Alfragide (MV-21.079) (Amadora). In *2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 365-366.
- MASCARENHAS, J. M.; FERNANDES, T. M. (1996) – Os sistemas hidráulicos do mosteiro da Flor da Rosa (Crato). In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 299-320.
- MEDICI, T. (2005) – The glass finds from Rua da Judiaria, Almada, Portugal (12th-19th century). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 535-569.
- MEDICI, T. (2010) – Vidros medievais e modernos da escavação da Rua da Judiaria em Almada (Portugal). In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 265-278. (Promontoria Monográfica; 8).
- MEDINA, J. (1994) – O «Estado Novo» – I O ditador e a Ditadura. In *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. XII, p. 409.
- MENDES, C.; NEVES, M., J.; DIAS, G. (2010) – Igreja das Freiras (Lagos): contributo da arqueologia acima e abaixo da cota zero para a história da evolução arquitectónica do edifício. *Xelb*. Silves. 10, p. 531-546.
- MESTRE, J. (1991) – Olaria medieval de Beja. Contribuição para o seu estudo. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola. p. 565-574.
- MOITA, I. (1964-66) – Hospital Real de Todos-os-Santos. Relatório de escavações da C.M.L. *Revista Municipal*. Lisboa. 101-111.
- MOITA, I. (1993-1994) – Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia. Um problema de identidade. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. IV, 11-12, p. 143-151.
- MONTEIRO, P. (1999) – Os destroços dos navios Angra C e D descobertos durante intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto da construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores): discussão preliminar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 233-261.
- MORALES, A. C.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J. (2010) – Atitudes face à morte em Tavira (Portugal). In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 213-222. (Promontoria Monográfica; 8).
- MUSEU Etnológico do Dr Leite de Vasconcellos (1930-31). *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XXIX, p. 210-218.
- O MUSEU Municipal do Porto (1899). *Portugália*. Porto. 1: 1, p. 155-156.
- NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; FERREIRA, M. T. (2010) – Separados na vida e na morte: retrato do tratamento mortuário dado aos escravos africanos na cidade moderna de Lagos. *Xelb*. Silves. 10, p. 547-560.
- NEVES, M. J.; FERREIRA, M., T.; ALMEIDA, M.; DIAS, G. (2010) – Necrópole medieval de Nossa Senhora de Finisterra (Soure, Coimbra): Resultados de uma escavação em contexto de emergência. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 233-240. (Promontoria Monográfica; 8).
- NOSSA Senhora dos Mártires. *A Última Viagem* (1998). Lisboa: Editorial Verbo.

- OLIVEIRA, C. (2008) – A intervenção arqueológica na Rua de S. Gonçalo de Lagos, n.º 13-15. Um modesto contributo para a história da época moderna na cidade de Lagos. *Xelb. Silves*. 8, p. 315-324.
- OSÓRIO, M. I. N. A. P.; SILVA, A. M. S. P. (1998) – Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 283-314.
- OSÓRIO, M. I. N. A. P.; SILVA, A. M. S. P. (2002) – Arqueologia de um espaço urbano – A Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia. In 3.º *Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 83-95.
- PAIS, J. (1989) – Macrorrestos de vegetais recolhidos no poço da Casa de João Esmeraldo. In *Escavações nas casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal. p. 54-57. Catálogo.
- PEIXOTO, R. (1890-1898) – Uma iconografia popular em azulejos. *Portugália*. Porto. I: 3, p. 585-590.
- PEREIRA, G. (1886) – Os azulejos. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. 3: V, p. 45-47.
- PEREIRA, V. (2003) – Intervenção Arqueológica no edifício dos Antigos Paços do Concelho, Guarda. In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal de Amadora. p. 95-105.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; SILVA, R. B. da, (2008) – Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge, em Lisboa. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 335-353.
- PINTO, M. M. (2011) – *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro – Arqueologia*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras. p. 193.
- PINTO, M. P.; FERREIRA, A. G. (2010) – A dinâmica da evolução do espaço de um convento cisterciense: o caso do convento das Bernardas em Tavira, *Xelb. Silves*. 10, p. 613-633.
- QUEIRÓZ, J. (1907) – *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typografia do Anuário Commercial.
- QUEIRÓZ, J. (1913) – *Olarias do Monte Sinai*. Lisboa: Typografia Castro Irmão.
- QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. E.; PEREIRA, T.; MENDES, P. (2006) – *Santa Clara-a-Velha: O Quotidiano para além da Ruína – Primeiros Resultados da Investigação Paleoeológica e Arqueobotânica, 2006*. Lisboa: IGESPAR. p. 1-139. (Trabalhos do CIPA; 97).
- QUINTELA, A. de C.; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J. M.; ABECASIS, M. H. (1996) – A água no convento da Arrábida. In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 349-372.
- RAMALHO, M. M. B. M.; FOLGADO, D. (2002) – Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa. In 3.º *Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 247-288.
- RAMALHO, M. M.; VIEGAS, C. (1994) – Intervenção Arqueológica nos Armazéns do Chiado (Lisboa). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 243-252.
- RASTEIRO, J. (1897) – Notícias Archeologicas da Península da Arrábida. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 1-48.
- REAL, M. L.; GOMES, P. D.; TEIXEIRA, R.; MELO, R. F. (1994) – A Casa do Infante (Porto): Um Projecto de Intervenção Arqueológica Urbana. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 135-144.
- REAL, M. L.; GOMES, P. D.; TEIXEIRA, R. J.; MELO, R. F. (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In 1.ªs *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 171-186.
- RIBEIRO, M. (1984) – *Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI*. Montemor-o-Novo: Ed. Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo. 93 p. (Cadernos de Etnologia; 1).
- RIBEIRO, M. C. S. (2002) – Acompanhamento arqueológico dos Trabalhos de recuperação urbana nas Ruas do Bairro da Sé (Porto). Metodologia e resultados preliminares. In 3.º *Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 23-35.

- RODRIGUES, P. J. P. (2003) – *Comentários ao cavername dos destroços do navio do Cais do Sodré da 2ª metade do século XV/inícios do século XVI*. Paris: Université de Paris I – Sorbonne; Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. D.E.A. en Archéologie des Temps Historiques. Texto policopiado.
- RODRIGUES, P.; ALVES, F.; RIEIH, E.; CASTRO, L. F. V. (2001) – L'épave d'un navire de la deuxième moitié du XVème siècle/début du XVIème, trouvé au Cais do Sodré (Lisbonne). In *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition – Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 347-380. (Trabalhos de Arqueologia; 18).
- SABROSA, A. (2008) – As Faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 109-142.
- SABROSA, A.; SANTO, P. (1992) – Almada Medieval/ Moderna – um projecto de investigação. *Al-Madan*. Almada. S. 2, 1, p.5-12.
- SANTOS, C. L.; BARBOSA, C. S.; RAMOS, S. (2008) – Contributo da antropologia biológica para a História de Silves: resultados das intervenções arqueológicas durante o programa Polis (2004-2006). *Xelb*. Silves. 8, p. 417-430.
- SANTOS, M. J. (2006) – O Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa): Contributo para a história da zona ribeirinha de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 369-399.
- SANTOS, P. A. (2008) – Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, p. 324-345.
- SANTOS, R. (1956) – A faiança do século XVI nos primitivos Portugueses. *Panorama*. Lisboa. S. III, 4, p. 4-11.
- SANTOS, R. (1970) – *Oito Séculos de Arte Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. Vol. III.
- SANTOS, R.; FONTES, T. (2008) – Intervenção arqueológica na Rua do Jardim, n.º 21 Centro Histórico de Lagos. *Xelb*. Silves. 8, p. 341-363.
- SANTOS, V.; MARQUES, J. A. (2003) – Intervenção de emergência num edifício da Baixa de Lisboa CNN – Companhia Nacional de Navegação. In 3.º *Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 145-159.
- SARDINHA, O. (1990-92) – Olarias pedradas portuguesas: Contribuição para o seu estudo. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 8-10, p. 487-512.
- SARDINHA, O.; LONGO, P. (1999) – A cerâmica como objecto de estudo e exposição – duas experiências, múltiplas interrogações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 17, p. 123-152.
- SCHATTNER, T. G. (1995-97) – A igreja de Sant'Ana do Campo – observações num templo romano invulgar. *O Arqueólogo Português*. S. IV, 13-15, p. 485-558.
- SEBASTIAN, L. (2010) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 675 p, 386 figs. Tese de Doutoramento em História – Especialidade de Arqueologia. Texto policopiado.
- SEBASTIAN, L.; CASTRO, A. S. (2010) – A faiança portuguesa no mosteiro de S. João de Tarouca: da restauração à reforma pombalina. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 57-78. (Promontoria Monográfica; 8).
- SEBASTIAN, L.; PEREIRA, H.; GINJA, M.; CASTRO, A. S. e (2010) – O levantamento gráfico da igreja e área de escavação do Mosteiro de S. João de Tarouca. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 43-56. (Promontoria Monográfica; 8).
- SERRA, M.; DIOGO, M. (2008) – Polis de Lagos – Resultados preliminares. *Xelb*. Silves. 8, p. 215-222.
- SILVA, C. T. da; GOMES, R. V. (2002) – Primeiros resultados das escavações arqueológicas no Castelo de Aljezur. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela. p. 347-356. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*.

- SILVA, J. P. N. da (1878) – *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa: Lallement Frères.
- SILVA, M. M. C. (1956) – Notas para o estudo de alguns azulejos do distrito de Leiria atribuídos à fábrica do Juncal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série, III, p. 211-219, 17 figs.
- SILVA, R. B. da; GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos espaços e objectos*. Lisboa: Ministério da Educação. p. 285.
- SILVÉRIO, S.; BARROS, L.; TEIXEIRA, A. (2004) – Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor/Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 473-540.
- SILVÉRIO, S.; BARROS, L.; NUNES, D. (2010) – Arqueologia no Castelo de Penamacor – Cimo de Vila. A alcáçova e o cemitério. Resultados das campanhas de 2004 a 2006. *Arqueologia Medieval*. Porto. 11, p. 195-223.
- SIMÕES, J. M. S. (1979) – *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SIMÕES, J. M. S. (1997) – *Azulejaria em Portugal no Século XVII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOARES, I.; PEREIRA, A.; OLIVEIRA, C. P. P. de; FREITAS, V. T. de (2008) – Intervenção arqueológica na Igreja Matriz da Mexilhoeira Grande, Portimão. *Xelb*. Silves. 8, p. 235-248.
- SOARES, J. (2000) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: IGESPAR. p. 103-130. (Trabalhos de Arqueologia; 14).
- SOARES, J.; DUARTE, S.; SILVA, C. T. (2005-2007) – Sismos e arqueologia urbana. Intervenção arqueológica na Rua Augusto Cardoso, n.º 69, Setúbal. *Musa*. Setúbal. 2, p. 67-73.
- A SOCIEDADE Archeologica e o Museu Municipal da Figueira da Foz (1899). *Portugália*. Porto. 1: 1, p. 156-159.
- TAVARES, P.; SANTOS, A. L.; (2010) – O espólio antropológico e arqueológico das sepulturas das alas Norte e Oeste do claustro do Convento dos Lóios em Arraiolos (Alto Alentejo, Portugal). In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 241-252. (Promontoria Monográfica; 8).
- TEICHNER, F. (2003) – Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 501-520.
- TOMÉ, M. J.; MONTEIRO, M. F.; CORNACHO, M. G.; JORGE, V. F. (1996) – Aspectos da hidráulica do mosteiro cisterciense de São Dinis de Odivelas. In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 241-254.
- TORRES, A. M. (2007) – Contas Modernas do Palácio Marquês de Marialva. In *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa. Centro de História de Além-Mar. p. 181-237.
- TORRES, J. B. (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 433 p. Dissertação Mestrado de Arqueologia. Texto policopiado.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (2001) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 349-353.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (2001) – Intervenção Arqueológica de emergência na Rua dos Correiros em Lisboa. As sondagens n.ºs 2, 6, 7, 9 e 10. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 1, p. 187-204.
- VALE, A.; MARQUES, J. (1997) – Escavações Arqueológicas no Largo do Corpo Santo (Lisboa): Estruturas do Palácio Corte-Real. In *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- VASCONCELLOS, C. M. de (1921) – *Algumas palavras a respeito dos pícaros de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VASCONCELLOS, J. L. (1896) – Questionários archeologicos. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 237-238.
- VASCONCELLOS, J. L. (1897) – Museu Ethnológico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 113-115.

VASCONCELLOS, J. L. (1897a) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 303-304.

VASCONCELLOS, J. L. (1905) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, X, p. 44-48.

VASCONCELLOS, J. L. (1907) – Conselho dos Monumentos Nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XII, p. 201-204.

VASCONCELLOS, J. L. (1910) – Museu Municipal de Castello Branco. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, V, p. 120.

VASCONCELLOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. 446 p.

VITERBO, S. (1896) – Archeologia industrial Portuguesa Os moinhos. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p.193-204.

WARTBURG, M-L., von (1995) – Desing and technology of the medieval refineries of sugar cane in Cyprus. A case of estudy in industrial archaeology. In *Paisajes del Azucar*. Granada: Diputación Provincial de Granada. p. 81-116.

José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia

JOÃO LUÍS CARDOSO*

RESUMO

Apresenta-se a correspondência anotada trocada entre Leite de Vasconcelos e Joaquim Fontes, conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia (a remetida por Joaquim Fontes a José Leite de Vasconcelos) e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (a enviada por José Leite de Vasconcelos a Joaquim Fontes).

A correspondência trocada assiduamente entre os dois arqueólogos entre 1910 e 1925, correspondente a todo o período da 1.ª República, ilustra de forma clara a natureza, características e vicissitudes da investigação arqueológica realizada em Portugal, na qual José Leite de Vasconcelos se assumiu como o principal protagonista.

As fragilidades evidenciadas pela correspondência do modo como então se efetuava a investigação arqueológica no nosso País, explicam igualmente as razões que conduziram ao abandono de uma carreira devotada inteiramente à Arqueologia, por parte de Joaquim Fontes, o primeiro discípulo de Leite de Vasconcelos, dos diversos que depois viria a ter.

Palavras-chave: Leite de Vasconcelos – Joaquim Fontes – História da Arqueologia – 1.ª República – Portugal

* Universidade Aberta (Lisboa), Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), e-mail: cardoso18@netvisao.pt

ABSTRACT

Here we present the annotated correspondence between Leite de Vasconcelos and Joaquim Fontes preserved in the Archives of the National Museum of Archeology (the letters send by Joaquim Fontes to José Leite de Vasconcelos) and of the National Laboratory of Energy and Geology (the letters send by José Leite de Vasconcelos to Joaquim Fontes). The main correspondence was exchanged between 1910 and 1925, throughout the period of the 1st Republic. It illustrates clearly the nature, characteristics and problems of the archeological investigations carried out in Portugal and for which José Leite de Vasconcelos played the important role of prime protagonist. The fragilities shown on the correspondence in the way archeological research was conducted in the country explain why Joaquim Fontes, the 1st disciple of Leite de Vasconcelos, abandoned the archeological career and devoted himself to other university activities.

Keywords: Leite de Vasconcelos – Joaquim Fontes – History of Archeology – 1st Republic – Portugal – correspondence

1. INTRODUÇÃO

A correspondência trocada entre José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) abarca uma das épocas menos produtivas da Arqueologia portuguesa, após a pujança verificada entre o último quartel do século XIX e os primórdios do século XX. Desaparecidas as grandes figuras fundacionais da Pré-História e da Arqueologia, o primeiro quartel do século XX correspondeu a um declínio acentuado da prática arqueológica, pois aquelas figuras não deixaram continuadores, tanto institucionais como pessoais, com escassas exceções: é o caso do grupo da revista *Portugália*, animado por Rocha Peixoto e Ricardo Severo, cuja vida efémera não ultrapassaria a primeira década do século, tendo sido o último número publicado em 1908, tal como aconteceria com o grupo reunido em torno de Santos Rocha, na Sociedade Arqueológica da Figueira, que ulteriormente viria a adotar o nome do seu patrono, a qual também não sobreviveu ao seu desaparecimento, verificado em 1910.

Esta lacuna propiciou a indiscutível afirmação em todo o território nacional de José Leite de Vasconcelos, mormente por via das funções oficiais de que fora instituído, aquando da fundação do Museu Etnológico Português, em 1893, como seu Director, logo seguidas, em 1894, como fundador e redator de *O Arqueólogo Português*, órgão científico do Museu, que possibilitou a projecção além fronteiras da sua notável atividade, secundado por uma plêiade de colaboradores espalhados pelo País.

Leite de Vasconcelos tinha obtido anteriormente, ainda antes de terminado o curso de Medicina, em 1886, devido ao seu esforço pessoal, uma assinalável formação clássica, mormente no campo da epigrafia latina, por via do convívio que manteve com o sábio vimaranense Francisco Martins Sarmento (1833-1899) e

com o berlinense Emil Hübner (1834-1901), cujos ensinamentos soube articular coerentemente com os seus estudos sobre etnografia e linguística.

Por volta de 1910, Leite de Vasconcelos exercia, pelas razões apontadas, uma indiscutível liderança nos estudos arqueológicos em Portugal. A ascendência e hegemonia por si exercida nos estudos de Arqueologia era não só propiciada pelos apoios institucionais que a sua posição permitia, mas também favorecida pela ausência de investigadores à sua altura. Tal realidade permitiu-lhe a segurança necessária para dispensar apoio pessoal e institucional a alguns jovens que dele se abeiravam, seduzidos pelo seu saber e verdadeira disponibilidade. Os dois exemplos mais expressivos dessa realidade, são o malgrado Francisco Tavares de Proença Júnior (1883-1916), de Castelo Branco (Fabião, 2004; Cardoso, 2010), e o jovem Joaquim Fontes, cuja correspondência será objeto deste estudo.

O convívio estabelecido entre Leite de Vasconcelos e Joaquim Fontes ascende, como este último declarou em trabalho de homenagem ao seu antigo mestre, a pouco tempo antes da sua descoberta maior, a estação do Casal do Monte, às portas de Lisboa: «um dia fui de visita ao *Museu Etnológico* e encontrei-me com Leite de Vasconcelos. Um contínuo disse-me ser aquele senhor de aspeto bisinho, de barba mal talhada, desprezioso no trajar, o diretor da casa. Pedi-lhe licença para frequentar a biblioteca da instituição e o estudo das coleções ali existentes» (Fontes, 1959, p. 35). Pouco tempo depois, a 17 de outubro de 1909, o então aluno finalista do Liceu de Camões, em Lisboa, foi, em companhia de seu irmão Victor e de um colega de ambos, Gonçalo Santa Rita, explorar as colinas que se desenvolvem nas imediações de Lisboa, já no concelho de Loures, perto de Santo Antão do Tojal. Rapidamente constataram encontrar-se o solo pejado de belos sílices reluzentes, contrastando com a negritude dos solos basálticos: estava assim descoberta aquela que, ainda hoje, é considerada a estação-tipo paleolítica do Complexo Vulcânico de Lisboa (Cardoso, Zbyszewski e André, 1992), cujas coleções se distribuem por diversos museus tanto nacionais, como no estrangeiro (Cardoso, 2010-2011). «Observei com atenção todos os bocados que encontrei, mostrando-os depois tanto ao Sr. Dr. Leite de Vasconcelos como ao Sr. Dr. Alves Pereira. Ambos estes senhores foram da minha opinião, isto é, que os sílices mostravam trabalho humano. Foi assim que descobri a estação» (Fontes, 1910a, p. 94). Incitado por J. Leite de Vasconcelos, a descoberta não tardou a ser por si publicada nas páginas d' *O Arqueólogo Português*, graças ao declarado interesse que o então Diretor do Museu Etnológico Português desde logo lhe atribuiu. Versão idêntica do mesmo trabalho foi, ao mesmo tempo, publicada em edição de autor, com nota prévia de António Aurélio da Costa Ferreira, Professor de Ciências Naturais de Joaquim Fontes no Liceu de Camões, resultante do relatório por este último apresentado à Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (Fontes, 1910b). Data ainda daquele ano de 1910 a publicação

na revista *Materiaes*, dirigida por Francisco Tavares de Proença Júnior, de estudo mais desenvolvido, onde pela primeira vez é mencionado em Portugal a «Época musteriana», considerada a «mais largamente representada no Casal do Monte», a par de outras designações de há muito estabelecidas na nomenclatura arqueológica internacional (Fontes, 1910c).

A importância conferida à estação, tendo em atenção as magras provas da existência do homem paleolítico no território português até então reunidas, está bem patente nas palavras a seguir transcritas de J. Leite de Vasconcelos, proferidas na Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses realizada a 17 de Maio de 1910 (Sequeira, 1911, p. 155): «Seguidamente o sr. Leite de Vasconcelos, refere-se ao descobrimento feito pelo sr. Joaquim Fontes, que classifica de importantíssimo. Entre nós conhecia-se muito pouco dessa época, limitando-se quasi os descobrimentos de estações paleolithicas, à estação de Cesarêdo (sic). O Museu Ethnologico possui uma série de objectos offerecidos por aquelle estudante e achados no Casal do Monte.» O interesse de Leite de Vasconcelos pelo Casal do Monte esteve, pouco depois, na origem da oferta, por Joaquim Fontes, ao Museu da Academia das Ciências de Lisboa, de uma coleção representativa destes artefactos, conforme elucida o então Director do Museu da Academia (Vasconcelos, 1915a): «Por não existirem no Museu da ACL documentos da Idade da pedra lascada, ao passo que existem alguns de outras idades lusitanicas, da da pedra polida, da do bronze, da do ferro, da romana, pedi ao meu amigo Joaquim Fontes, estudante laureado da Faculdade de Medicina de Lisboa, o qual possui abundante colecção paleolítica, dois ou três objectos d' esta idade, que viessem preencher a lacuna do nosso Museu. O Sr. Fontes foi alem do meu pedido, porque, em vez de dois ou três, entregou-me dezasseis objectos de quartzite e sílex [...]». À data desta publicação, já a estação de Casal do Monte era internacionalmente conhecida, por via das comunicações apresentadas a diversas reuniões realizadas além fronteiras (Fontes, 1911, 1912, 1913a, 1913b). O sucesso de tais apresentações, seguindo de perto aquele que, anos antes, um seu compatriota, Francisco Tavares de Proença Júnior, havia conhecido, reforçou o apreço e consideração de Leite de Vasconcelos pelo seu jovem discípulo, com quem convivia então quase diariamente, quando estava em Lisboa, como Joaquim Fontes revelou, muitos anos volvidos (Fontes, 1959). É, pois, no âmbito das relações de estreita amizade e confiança estabelecidas entre os dois arqueólogos que se integra o conjunto epistolar agora transcrito e comentado. E compreende-se que assim seja, pois, na verdade, foi Leite de Vasconcelos quem esteve na origem da afirmação da vocação arqueológica do jovem Fontes (Cardoso, 2010-2011), que viria a ser médico, tal como ele, embora sem ter chegado a trocar o exercício desta profissão pelos encantos da Arqueologia como consigo aconteceu, por razões que a própria correspondência torna claras.

2. A CORRESPONDÊNCIA

Circunstâncias felizes conduziram a que, no âmbito da inventariação documental levada a cabo nos arquivos do atual Laboratório Nacional de Energia e Geologia, em colaboração com Ana Ávila de Melo, no decurso do ano de 1999, a pedido do Prof. Doutor Miguel Magalhães Ramalho, então vice-Presidente do ex-Instituto Geológico e Mineiro, fosse encontrado um conjunto de missivas recebidas por Joaquim Fontes de Leite de Vasconcelos. Desconhecem-se as razões que explicam tão inesperada descoberta, já que Joaquim Fontes jamais foi funcionário dos Serviços Geológicos de Portugal, quedando-se a sua colaboração com a instituição pela publicação de dois artigos no órgão científico da mesma (Fontes, 1915-1916, 1918). Por outro lado, as ligações afetivas à casa fundacional da Geologia e da Arqueologia portuguesas terminaram com o falecimento de Paul Choffat, em 1919, de quem o jovem Fontes se tornou amigo íntimo, a ponto de aquele lhe ter legado em testamento os seus livros de Arqueologia (Castelo-Branco, 1961). A forte afeição estabelecida entre ambos explica, por seu turno, o elogio histórico que Fontes viria a dedicar a Choffat, anos depois do seu passamento (Fontes, 1922-1928). Assim, admite-se que Joaquim Fontes, em época seguramente posterior a 1925, data da última missiva que recebeu de Leite de Vasconcelos, tenha considerado ser aquela atualmente mais do que centenária casa, o local ideal para albergar o espólio epistolar que coligira ao longo dos anos do seu convívio com Leite de Vasconcelos, juntando-lhe a correspondência recebida dos mais eminentes arqueólogos do seu tempo, entretanto publicada (Cardoso e Melo, 2005; Cardoso, 2006). Esta decisão terá sido acompanhada da entrega ao referido Museu da soberba coleção de materiais paleolíticos do Casal do Monte, antecedendo o seu estudo sistemático por H. Breuil e G. Zbyszewski, em 1941-1942 (Breuil e Zbyszewski, 1942).

Independentemente das razões que justificaram o depósito da coleção de missivas remetidas a Joaquim Fontes nos Serviços Geológicos de Portugal e da época em que tal se verificou, a verdade é que este conjunto, a par da correspondência enviada por Joaquim Fontes a Leite de Vasconcelos, permitiu traçar a trajetória de uma relação de estreita proximidade e cumplicidade desde logo estabelecida entre ambos, estranha e de difícil explicação, dadas as realidades absolutamente distintas que enformavam o quotidiano e o estatuto de ambos.

Aspetos de caráter pessoal, as mais das vezes, entrelaçam-se com outros de caráter científico, produzindo um retrato fiel de um dos períodos menos conhecidos da história da Arqueologia portuguesa, e de alguns dos seus principais protagonistas, pela voz do maior deles todos, correspondente *grosso modo* à vigência de toda a 1.ª República (1910-1926). O peculiar relacionamento estabelecido entre ambos revela afetividade por parte de Leite de Vasconcelos, que sem dúvida vislumbrou em Joaquim Fontes, mais do que um jovem amigo com quem se podia

sentir à vontade, sempre disponível para lhe resolver pequenos detalhes do seu quotidiano, verdadeiras qualidades humanas e de trabalho que lhe terão dado a convicção de ter nele encontrado um seu continuador. Fontes destacar-se-ia, por seu turno, dos alunos que Leite de Vasconcelos passou anualmente a avaliar na Faculdade de Letras de Lisboa a partir de 1911, onde quase nenhum se distinguiu no período em que o convívio com Fontes foi mais estreito e fecundo, até finais daquela década. Não fossem as circunstâncias adversas com que a Arqueologia então se praticava em Portugal, as quais transparecem nas missivas ora publicadas, bem como a alternativa apresentada por Fontes para que pudesse continuar a trabalhar em Arqueologia sem prejuízo do sustento da sua Família, e ele teria sido de facto o discípulo e continuador desejado por Leite de Vasconcelos nesta área científica.

O que afastou Fontes da Arqueologia não foram as extremas condições em que a mesma era então praticada, com renúncia às comodidades mais elementares, como transparece em muitas missivas remetidas por Leite de Vasconcelos, que atenuava tais adversidades, sempre que possível, pelo acolhimento em casas de amigos e familiares. Fontes foi obrigado a fazer a sua opção de vida pela carreira médica, em 1916, porque não conseguiu convencer Leite de Vasconcelos, já então credenciado Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, a empenhar-se na proposta, da qual teria de ser o paladino, de um sistema de contratação e de progressão na carreira de Assistentes da Faculdade de Letras, tal como já então existia na Faculdade de Medicina, onde Fontes ingressou, como 2.º Assistente, em 1919. Compreende-se que aquele seu propósito, apresentado numa das missivas adiante transcritas, não tivesse sido recebido com entusiasmo pelo Mestre, asoberbado com outras atividades e sem ânimo para enfrentar com empenho mais esta batalha; mas não se pode deixar de partilhar das incertezas e das dúvidas de um jovem médico em trocar um futuro promissor, bem pago e prestigiado socialmente, pelas incertezas das escavações, via de regra feitas em penosas condições e sempre deficientemente recompensadas tanto social como financeiramente, sobretudo para quem tinha obrigações familiares, ao contrário do verificado com o Mestre. Com efeito, verifica-se que os mais próximos discípulos de Leite de Vasconcelos, tanto na Arqueologia como em outros campos científicos, já tinham o seu pecúlio garantido por via das carreiras que abraçaram, ao contrário do que aconteceu com Joaquim Fontes, sujeito a viver do magro orçamento do Museu, caso tivesse aceite, em 1916, a proposta de Leite de Vasconcelos para continuar a proceder a investigações arqueológicas por conta daquela instituição.

* * *

O conjunto das missivas remetidas por J. Fontes a Leite de Vasconcelos conserva-se no Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, onde pos-

sui os números de inventário n.º 8519 a 8594, faltando no entanto um documento, o n.º 8571, já extraviado aquando da elaboração do inventário (Coito, 1999, p. 109). Assim, considerando as 58 missivas datadas (note-se que apenas 17 não ostentam data, das quais se transcreveram 14, visto as restantes serem irrelevantes), verifica-se que, entre 1910 e 1920 (inclusive), foram escritas 51 missivas, enquanto que, de 1921 a 1940 (data da última missiva), J. Fontes remeteu apenas 7 missivas ao Mestre.

Em contrapartida, Leite de Vasconcelos, apesar dos seus muitos afazeres pelo país e pelo Estrangeiro, dedicou mais atenção ao seu jovem pupilo, pois, além das 14 missivas não datadas, foram inventariados 66 documentos remetidos entre 1910 e 1920 (inclusive) e 4 entre 1921 e 1925, ano da última missiva conservada, muito embora deva ter existido uma última, remetida em 1940 a J. Fontes, a pedir-lhe a devolução de um livro, cuja existência se encontra documentada pela respetiva resposta.

Assim, pode concluir-se que as relações em ambos decaíram de forma marcada a partir de 1921, época em que Joaquim Fontes terá ficado mais assoberbado de obrigações clínicas, como ele próprio desabafa nalgumas missivas. A correspondência tornou-se esporádica, entrecortada por longos anos de silêncio: note-se que a última carta de Joaquim Fontes para Leite de Vasconcelos data de 1940 e foi escrita apenas com o intuito de lhe dar conta de livro que este lhe havia emprestado.

Além da opção que em 1916 Fontes foi obrigado a fazer pela Medicina, pode ter existido outra razão para o afastamento do seu convívio com o Mestre: naquele ano de 1925, comemorou-se o centenário da fundação de Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, antecessora da Faculdade de Medicina de Lisboa a que Fontes pertencia. Desejando participar nas comemorações com uma palestra que pudesse depois ser publicada, desafiou Leite de Vasconcelos a elaborar com ele um trabalho em parceria sobre a história da medicina, recorrendo a informações arqueológicas e etnográficas. Trabalhos em regime de co-autoria, se bem que já então fossem usuais em outros domínios científicos, como o da investigação médica, eram exceção naqueles em que Leite de Vasconcelos atuava. A forma pouco calorosa com que este acolheu aquela ideia, invocando que, ele próprio, estava integrado oficialmente nas comemorações e tinha planeado de há muito a elaboração de um trabalho sobre a medicina dos Lusitanos, o qual viria a ser publicado naquele mesmo ano e no âmbito das referidas comemorações (Vasconcelos, 1925), terá inviabilizado o projetado trabalho e conseqüentemente o referido afastamento, discreto mas definitivo. Note-se, com efeito, que se a celebridade de J. Fontes no campo arqueológico foi adquirida rapidamente, após a publicação em 1910 em *O Arqueólogo Português* da sua primeira descoberta, após 1916 nada mais publicou na referida revista, embora tenha continuado a

dar regularmente à estampa artigos seus, no decurso das décadas de 1920 e 1930, privilegiando outras revistas portuguesas de menor impacto científico.

Na documentação a seguir transcrita respeitou-se a grafia original, assinalando-se palavras ilegíveis com (???). Trechos ilegíveis ou em falta, de maiores dimensões, são indicados entre parêntesis retos.

Respeitando o modelo adotado em trabalhos anteriores, a transcrição de cada documento será seguida das observações atinentes à leitura do mesmo, tornando-se assim fácil e direta a confrontação dos comentários com o texto original; aqueles, necessariamente curtos, afiguraram-se indispensáveis para o adequado enquadramento de factos relatados e personalidades citadas.

A publicação do conjunto epistolar trocado nos dois sentidos pelos correspondentes, neste caso Leite de Vasconcelos e Joaquim Fontes, é realidade que só muito raramente se consegue verificar dada a destruição a que normalmente eram votados os espólios desta natureza. Tratando-se de documentos de cunho marcadamente pessoal, apresentam-se isentos de convenções, apresentando-se as realidades de vária índole abordadas na correspondência fielmente retratadas, por assim tão despojadamente se encontrarem apresentadas.

Com o presente trabalho, dá-se, pois, por concluída a tarefa encetada em 2005 da publicação crítica do epistolário arqueológico de Joaquim Fontes, com base nas missivas por ele recebidas de ilustres arqueólogos portugueses e estrangeiros (Cardoso e Melo, 2005; Cardoso, 2006).

**CORRESPONDÊNCIA DE JOAQUIM FONTES PARA JOSÉ LEITE
DE VASCONCELOS – ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU NACIONAL
DE ARQUEOLOGIA**

**1. Bilhete-postal n.º 8522 (identificação MNA),
carimbo com data ilegível**

Meu caro mestre

Na impossibilidade de lhe fallar pelo telephone e desejando muito vê-lo escrevo este postal dizendo que amanhã, 6^a feira, irei a sua casa. Não fui a Pinhel e tencionava ir hoje a sua casa mas não foi possível avisa-lo.

Estou mobilizado e qualquer dias sou alferes não sei para onde nem quanto tempo.¹

Até amanhã.

Um abraço do seu discípulo e amigo.

Joaquim Fontes
(assinatura)

2. Bilhete-postal n.º 8523 (identificação MNA), carimbo com data ilegível

Meu exc.^{mo} mestre e amigo

Estive agora com o Sn^r. Fidelino de Figueiredo² com quem fallei a respeito das publicações de pareceres sobre revistas portuguesas. Há uma certa urgência numa publicação pedia pois o favor de roubar uns momentos aos seus estudos e fazer seu parecer sobre o Boletim do Carmo. O Snr. Figueiredo conta publicar isso pelo Ministério da Instrução.

Seu amigo muito obrigado

Joaquim Fontes
(assinatura)

¹ Embora não datada, esta missiva deve reportar-se ao ano de 1916, em que, terminado o curso de Medicina, foi mobilizado no País, tendo criado no Batalhão n.º 1 da Guarda Fiscal, um posto de socorros para officiaes e soldados e suas famílias (GEPB, artigo Fontes, Joaquim Moreira, p. 596).

² Ilustre académico e professor universitário de literatura, escritor e historiador, director da Biblioteca Nacional e politico (1889-1967). A referência à publicação do «parecer sobre o Boletim do Carmo» (leia-se, *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*), deve relacionar-se com o período em que Fidelino de Figueiredo desempenhou comissões técnicas no Ministério da Instrução Pública (1914, 1917-1919, e 1926-1927).

3. Carta n.º 8524 (identificação MNA), não datada

Meu querido Mestre e bom amigo

Só tive conhecimento de sua chegada a Lisboa pelo Victor³ depois de já cá estar. Por isso não me foi possível como desejava ir esperá-lo para lhe dar um abraço de boas vindas.

Sei porem que felizmente chegou bem e que a sua viagem lhe foi agradável.

Quis já por 3 vezes telefonar para sua casa mas dizem-me sempre que o seu telefone está desligado. Não sei aonde o poderei procurar para o ver e abraçar e tanto eu como a Antónia muito desejávamos que venha jantar connosco.

Aonde o poderei ver? Ou quer ir dar já por convidado para jantar e vir aqui a nossa casa no dia que mais lhe convier e que terá a amabilidade de me dizer pelo telefone?

Cumprimentos da Antónia.⁴

Um abraço de boas vindas do seu amigo e discípulo obrigado

Joaquim Fontes
(assinatura)

4. Carta n.º 8525 (identificação MNA), não datada

Meu caro Mestre

Recebi o seu postal agora, pois que, como não estou em Lisboa a correspondência chega-me atrasada. Peço-lhe licença para discordar de uma palavra com que começa o seu postal «como insiste em querer escrever etc.» Ora o facto é que lhe pedi, no meu primeiro postal, licença para publicar uns objectos do Museo. Em virtude das suas informações e dos seus desejos e tenções de escavação sobre o assunto apesar de amabilissimamente desistir de esses materiais a meu favor eu recuei e por isso lhe propuz aquela divisão de trabalho. Parecia-me a mim (talvez não tenha sido feliz no modo de dizer) que colaborando o Museo na exposição do Centenário ahi terão que ser representados objectos arqueológicos e etnográficos ali existentes. Tendo o meu querido amigo que descrever e fazer resenha de esses objectos que vai expor tem que fatalmente se ocupar da Etnografia e por isso me atrevi a sugerir-lhe essa divisão de trabalho e isto em face da sua amabilíssima desistencia.

³ Professor Victor Moreira Fontes, irmão de Joaquim Fontes e participante ocasional em trabalhos arqueológicos da iniciativa deste, que veio a atingir a categoria, como seu irmão, de professor catedrático da Faculdade de Medicina

⁴ Mulher de Joaquim Fontes.

Desculpe pois este protesto contra o insiste, palavra que talvez lhe fosse sugerida por qualquer coisa da minha carta que porem não traduzia o meu pensamento.⁵

Parece-me que a sua proposta não é viável pois que não podem figurar nas publicações do Centenário dois artigos que, salvo as devidas distancias, versariam sobre o mesmo assunto. A falta de tempo para se ocupar da medecina popular, e, evidentemente na minha proposta eu não admitia a hipótese de fazêr uma conferencia um estudo completo sobre medecina popular que lhe irá ocupar um grosso volume da sua Etnografia, vae ser removida pois que o Centenário será em Dezembro corrente (isto é um pouco segredo ainda). Portanto ao propor-lhe a minha solução, eu julguei poder harmonisar a sua amabilissima oferta com o desejo, que previ de escrever sobre o assunto de novo. E ate lhe pedia indicações e as Religiões seriam citadas a cada passo como alias tenho feito em quasi todos os meus trabalhos.

Seu discípulo e amigo grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

P.S.

Tenho informações que está no meu consultório um livro que o meu amigo lá deixou. Será a Barba?⁶ Muito e muito obrigado. Amanhã à noite já o começarei a lêr pois que já o mandei vir.

5. Carta n.º 8526 (identificação MNA), não datada

Sei pela sua ex.^{ma} prima que o meu caro mestre tem passado pouco bem de saúde o que deveras lastimo. Precisa de ter muito cuidado com as comidas pois essa forma de neurasthenia gástrica é muito enfadonha e incommodativa. Digestões mal feitas pelo seu demasiado trabalho intelectual trazem perturbações varias (cephaleia, tonturas etc.) que muito indispõem.⁷

Na primeira carta que lhe escrevi agradecia-lhe as suas citações a meu respeito no Archeólogo, mas essa carta não chegou às suas mãos. Outro dia lembrei-me d'isso e hoje renovando o meu agradecimento peço que me desculpe só agora lh'os apresentar.

⁵ Refere-se às comemorações do centenário da fundação da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, antecessora da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1825, tendo, para o efeito, José Leite de Vasconcelos sido convidado a apresentar conferência, depois editada em livro, intitulada «Medicina dos Lusitanos» (Vasconcelos, 1925a).

⁶ Trata-se do livro da autoria de J. Leite de Vasconcelos «A Barba em Portugal» (Vasconcelos, 1925b). Estas referências permitem situar a presente missiva em 1925.

⁷ Leite de Vasconcelos apresentava, ainda que discretamente, a Joaquim Fontes, aspetos da sua saúde que o apoquentavam, a que este respondia, na dupla qualidade de médico e de amigo.

Afinal não pude ir agora dar o meu passeio porque o Dr. Araújo, com quem trabalho na enfermaria, não me podia dispensar pois não tem nenhum ajudante agora com elle. Tenho pena de não poder ir, mas espero que lá para os fins d'este mez ainda ali possa ir ou pelo menos percorrer parte do itinerário que tencionava fazer. Precalços de quem não pode só ser archeólogo mas também um pouco médico. Enfim sempre ganho alguma coisa e poderei ajudar um pouco meu pai aliviando da compra de coisas para mim para o inverno.

Estamos, como já sabe, em S. Pedro de Sintra na R. de Serpa Pinto – n.º 1 – 1º onde espero ter o prazer de o abraçar.

Todos os dias porem tenho ido a Lisboa. Dei há dias um grande passeio com o Victor aqui pelos arredores com intuitos arqueológicos mas nada encontrámos só vimos um mísero pedaço de silex! Espero porem que isto não irá assim até ao fim.

Domingo, 5, vou com Dr. Athias⁸ e Victor aos kjoekkenmoeddings de Mugem. O Dr. Athias mostrou desejos e eu ando já há tempos com vontade de dar um passeio. Traremos alguma coisa? Se assim for, e for de monta, desde já lhe prometto a colheita. O meu querido mestre disse que queria ir mas, como não vem tão cedo, não poderia ser addiado o passeio pois tenho medo que o inverno o faça addiar. Estou porem ás suas ordens para de novo lá voltar.

Estou muito desesperado. Andava já há dias a dizer á Sn^{ra}. D. Amália⁹ para ella vir aqui até Sintra. Combina-se tudo mas calha num dia em que eu não poderia ficar aqui. Previno minha mãe e Victor para a irem esperar á estação no comboio das 10,55 e aqui entenderam o comboio que parte de Lisboa às 10,55.

Sua prima veio e não vendo ninguém foi-se embora calcule, como nos aborreceu este incidente. Não só involuntariamente incorremos num acto de pouca delicadesa para com sua prima que hoje pela manhã lhe fui apresentar as minhas desculpas¹⁰, com também nos privamos da companhia agradável de sua ex.^{ma} prima, pessoa de nossa amizade.

Uma maçada que muito nos aborreceu. O meu caro mestre que nos conhece sabe bem que não faríamos voluntariamente esta parvoíce.

Recomendações da minha família abraça-o o seu amigo e discípulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

⁸ Dr. Marck Athias, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa e muito interessado em Arqueologia, com quem o jovem médico Joaquim Fontes depressa se relacionou, ainda na qualidade de aluno de Medicina, relação que depois se fortaleceu, quando ingressou no corpo docente daquela faculdade.

⁹ Trata-se provavelmente de D. Amália Leite Pereira de Melo, Prima de Leite de Vasconcelos. A recorrente menção a uma Prima, frequentemente designada por Sr.^a D. Amália, nas missivas subsequentes, corresponde seguramente a esta familiar.

¹⁰ Esta Prima de Leite de Vasconcelos era senhora que, enquanto solteira, vivia em casa do Mestre (Almeida, 1973, p. 20). No epistolário de Leite de Vasconcelos existe referência a correspondência que lhe foi remetida de Columbeira, de Lisboa e, finalmente, de Paço de Arcos, para onde foi por certo residir na década de 1930 (Coito, 1999, p. 162).

6. Carta n.º 8527 (identificação MNA), não datada

Meu caro Mestre e amigo

Não lhe respondi imediatamente ao seu postal (o primeiro) porque só há 2 ou 3 dias o recebi visto estar fora de Lisboa em Mem Martins próximo de Lisboa para onde vim para a Antónia¹¹ repousar e ganhar forças que perdeu com as suas duas operações. Desculpe-me pois tardar tanto em lhe agradecer o seu postal e as amabilidades que nele tem para mim mas foi por falta involuntária o atraso da resposta.

Agradeço-lhe do coração as facilidades que me dá para o meu pretenso trabalho e creia que muito me sensibilizou o privar-se de materiaes que já tinha escolhido e estudado para me ser agradável. È um grande favor que a sua bondade que conheço e aprecio, justifica. Mas coloca-me assim numa situação delicada de que eu não posso aceitar sem condições. Vou-lhe pois propor um plano pois afigura-se-me injusto colocá-lo ainda que involuntariamente, numa situação que o inibe de colaborar no centenário. E como por outro lado recusar a sua gentileza seria má educação depois de pensar atrevo-me a propor-lhe o seguinte: colaboração a meias. Ora o Museo Etnológico contribui para a exposição com materiais arqueológicos e etnográficos, ou, melhor, o meu querido amigo. Porque não dividimos isto ao meio? A etnografia para si e a arqueologia para mim. Porque não faz o meu amigo um trabalho sobre a medicina popular? Elementos não lhe faltam e o assunto está dentro do seu plano actual de monografias sobre esta sciencia. Era mais um capitulo da sua obra sobre Etnografia. Já tem o sino-saimão, a figa, a barba e agora a medicina popular. E assim já que me quere fazer o especial favor de se privar da parte arqueológica, ahí tem um medico a escrever sobre medicina. Fazia a sua descrição nas conferencias, abrihantava com o seu saber e eu sentia-me mais a vontade para aceitar a sua oferta. Tinha assim para mim a desculpa de que tinha contribuído não para um artigo seu mas para uma monografia. Aceita? São os meus mais ardentes votos de que este meu plano lhe agrade. Esperando a sua resposta renovo-lhe os meus mais sinceros agradecimentos por mais este favor¹².

Seu discípulo e amigo grt

Joaquim Fontes
(assinatura)

P.S. – A Antónia agradece-lhe os seus votos e recomenda-se também. Pode escrever para minha casa.

¹¹ Ver nota 4

¹² Ver nota 5. Na verdade, apesar da possibilidade da colaboração de Joaquim Fontes nas comemorações do Centenário da Faculdade de Medicina de Lisboa ter sido largamente discutida com Leite de Vasconcelos, a mesma não se traduziu em nenhum trabalho propositadamente preparado para o efeito por Joaquim Fontes, ao contrário do que viria a verificar-se com Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1925a). A missiva deve, em face da temática abordada, remontar a 1925, tal como a missiva n.º 4.

7. Carta n.º 8528 (identificação MNA), não datada

Exmo amigo e caro mestre

Minha mãe não pode hontem terminar a passagem a papel da fotografia que tirei no domingo conto porem amanhã tê-la prompta. Peço-lhe o favor de me mandar dizer para a Estefânia ahi pela 1/h da tarde onde a deixarei ficar.

Sou um discípulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

8. Carta n.º 8529 (identificação MNA), não datada

Caro mestre

Estou um pouco indisposto.

Grippe fructo d'este péssimo tempo. Não posso por isso comprar senão d'aqui a 2 ou 3 dias, salvo qualquer complicações, o papel e banhos photographicos para sua prima. Desculpe esta involuntária demora.

Sou de V. Ex.^a Amigo e discípulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

9. Bilhete-postal n.º 8530 (identificação MNA), carimbo com data ilegível

Querido mestre e amigo

Com que então cheio de coisas lindas? Belos coups de poing de St. Acheul ? O pior foi a Inglaterra e o estreito. Quando chega ? Agora nesse lindo Paris descança e esquece as agruras da Gran-Bretanha. V. Ex.^a viu lindos punhões por ahi mas poucos encontraria como um que eu há dias achei no Casal do Monte. Que encanto. É o melhor que se tem encontrado ali, é dos melhores do paleolítico português. Minha família recomenda-se-lhe muito.

Um abraço do seu discípulo e amigo¹³

Joaquim Fontes
(assinatura)

¹³ Esta missiva relaciona-se e sucede-se a uma que Leite de Vasconcelos lhe enviou de Amiens (documento n.º 44, bilhete-postal ilustrado, «Amiens – L'Église Saint-Acheul», datado de 24 de Setembro de 1913) e teve como resposta uma outra que Leite de Vasconcelos lhe remeteu logo no dia seguinte a que chegou a Lisboa, depois do seu prolongado périplo por França e Inglaterra, entre Agosto e inícios de Outubro de 1913 (documento n.º 45, bilhete-postal, datado de 9 de Outubro de 1913), podendo deste modo ser datada de Outubro de 1913. A referência à recolha de um notável biface em Casal do Monte comprova que, nos anos imediatos à descoberta da estação, Joaquim Fontes continuou a ser um seu frequentador assíduo, aspeto aliás comprovado pelos trabalhos que continuou a publicar sobre a mesma.

10. Cartão de visita n.º 8531 (identificação MNA), «Dr. Joaquim Fontes, Assistente da Faculdade de Medicina» não datado

Meu caro amigo e Mestre.

Passando aqui para ver um doente próximo quis vir dar-lhe um abraço mas infelizmente ninguém me respondeu. Está bom?

Abraça-o o seu amigo muito grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

11. Cartão de visita «Joaquim Moreira Fontes», com n.º 8532 (identificação MNA), não datado

Ex.^{mo} mestre e amigo

Peço-lhe desculpa de ainda ter demorado uns dias as fotografias¹⁴, mas tenho tido muito que estudar. A prova onde está a assinatura não foi cortada pois não sei se quer toda ou a parte final. Esta chapa partiu-se, d'ahi o risco ao meio que não prejudica nada o texto.

Desculpe e disponha de meu fraco préstimo

Joaquim Fontes
(assinatura)

¹⁴ J. Fontes fez diversas fotos de Leite de Vasconcelos que este utilizou em bilhetes de identidade, tendo-se ainda encarregue de fotografias de materiais arqueológicos do Museu, à falta da existência de um fotógrafo no seu quadro de pessoal.

**12. Cartão de visita «Joaquim Fontes Medico-Cirurgião»
com n.º 8533 (identificação MNA), não datado**

O Pantheon
A Cava de Viriato – A Citania – Trebaruna
Borges de Figueirêdo e a Archeologia Portuguesa
Notícia biográfica do P.^e Joaquim J. da R. Espanca
Amuletos populares portugueses
Fragmentos de mythologia popular portuguesa
Tradições populares
Annotationes ad geographiam Lusitanam (sic)
Novas inscrições do Endovellico
O deus bracarense Tongoenabiagus
Inscrição inédita de Mercúrio¹⁵

**13. Cartão de apresentação «Joaquim Fontes Medico-Cirurgião»,
com n.º 8534 (identificação MNA), não datado**

Meu caro Mestre
Ahi vai o seu retracto que me parece bom¹⁶.
Abraça-o o seu amigo e discípulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

P.S. – A Historia é óptima e li-a sem descanço. O nosso amigo rabiará¹⁷. Peço que me recomende à S.^{ra} D. Amália.

¹⁵ Lista de publicações de Leite de Vasconcelos que provavelmente Joaquim Fontes solicitava por esta via ao Mestre. Este pedido, bem como os termos familiares da missiva n.º 10, comprovam que a intimidade, nascida nos tempos de estudante de J. Fontes, entre os dois amigos, se manteve pelo menos nos primeiros tempos após a sua formatura em Medicina em 1916, pois estes dois documentos foram já escritos no exercício da sua profissão de médico. Como se verá, a relação entre ambos parece ter sofrido um nítido afastamento após as comemorações do centenário da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1925, em que a colaboração através de trabalho de coautoria, desejada por J. Fontes, não encontrou aparentemente muita receptividade por parte de Leite de Vasconcelos. Ver notas 5 e 12.

¹⁶ Por esta e por anteriores missivas se conclui que Joaquim Fontes exercia atividade como fotógrafo amador.

¹⁷ Deve referir-se à *História do Museu Etnológico Português*, da autoria de Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1915b), o que permite situar em 1916 o ano desta missiva, que foi aquele em que o livro foi editado, embora conste da capa o ano anterior. A expressão «O nosso amigo rabiará» deve referir-se a Vergílio Correia (ver notas 73 e 130).

**14. Cartão de apresentação de Joaquim Fontes, com n.º 8535
(identificação MNA), não datado**

Querido mestre.

O Dr. Vilhena¹⁸ pediu-me para lhe entregar a carta junta. Como não o poderei encontrar nestes dias mais próximos, deixo-a aqui onde V. Ex.^a virá 2^a ou 4^a f. segundo o costume.

Seu discípulo amigo e obrigado

Joaquim Fontes
(assinatura)

**15. Cartão de apresentação «Joaquim Moreira Fontes», com n.º 8536
(identificação MNA), datado de 1 de janeiro de 1910**

Ex.^{mo} Sn^r Dr. Leite de Vasconcellos.

Conforme tinha dito a V. Ex.^a vim hoje trazer o Musée-prehistorique¹⁹ e a Classification palethnologique²⁰. Agradeço-lhe mais uma vez todos os favores que me tem dispensado.

Desejo-lhe um anno feliz e muito boas festas. Disponha do meu fraco préstimo para tudo que lhe possa servir²¹.

Joaquim Fontes
(assinatura)

¹⁸ Henrique de Vilhena (1879-1958), Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e reorganizador do respectivo Instituto de Anatomia, sendo, por conseguinte colega de Joaquim Fontes, à época da redacção desta missiva.

¹⁹ Refere-se ao manual de arqueologia intitulado *Musée Préhistorique*, importante álbum de apoio à classificação das indústrias pré-históricas europeias, da autoria dos irmãos Gabriel e Adrien de Mortillet (Mortillet e Mortillet, 1903), baseado essencialmente nas colecções conservadas no Musée des Antiquités nationales, em Saint-Germain-en-Laye, de que o primeiro era conservador.

²⁰ Refere-se à obra *La classification palethnologique*, de Adrien de Mortillet, publicada em Paris em 1908.

²¹ Embora a máxima de Leite de Vasconcelos fosse, no concernente à gestão da sua biblioteca «Não emprestar livros» (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 259), a exceção, comprovada por esta missiva, evidencia a particular relação estabelecida entre ele e Joaquim Fontes que, em retribuição, se encontrava sempre disponível em providenciar ajuda ao seu Mestre.

**16. Bilhete-postal n.º 8537 (identificação MNA),
datado de Lisboa de 17 de agosto de 1910**

Lisboa, 17/8/1910

Querido mestre e amigo.

Na 3ª feira não me foi possível ir mais cedo pois como sabe quem manda ali são elles e não eu. Por isso peço-lhe que me desculpe. Chego agora da Trafaria sempre à mesma hora e portanto caso possa e queira na 3ª feira das 9 ½ para as 10 horas estou no Museu e então lá combinamos a elaboração do catalogo²². Peço-lhe para me mandar a resposta pois não posso ir à Biblioteca pois às 4 ¼ chego a Belém.

Disponha do seu amigo verdadeiro e obrigado

Joaquim Fontes
(assinatura)

**17. Carta n.º 8538 (identificação MNA),
datada da Trafaria de 16 de setembro de 1911**

Trafaria, 16/9/1911

Querido mestre e amigo

Recebi o seu postal. Não lhe escrevi à (*sic*) mais tempo por 2 motivos. O primeiro (antes de receber noticias suas) por não saber (???) que estava em Aveiro e agora por me encontrar bastante adoentado. Não é coisa de grande importância mas a gripe é coisa muita maçadora e que nos perturba bastante como sabe. Então tem passado bem? Muitas excursões? Importantes achados?

Eu agora não tenho trabalhado nada devido a minha doença mas espero em breve fazer umas excursões que devem talvez ser bastante productivas.

Outro dia fui a Lisboa e encontrei em casa o ultimo numero do Archeologo que o Snr. Dr. Alves Pereira me tinha enviado. Como já V. Ex.^a me tinha feito o favor de m'ó dar vou entregar-lo aquelle senhor e agradecer-lhe o não se ter

²² Deve tratar-se de projeto de Leite de Vasconcelos na elaboração do inventário das coleções, o qual se deveria iniciar pelas séries paleolíticas reunidas por Joaquim Fontes em Casal do Monte, estação acabada de descobrir. O referido projeto só muito lentamente foi avançando, mas não pela mão de Joaquim Fontes, devendo-se a Félix Alves Pereira, conservador do Museu até 1911, a realização deste trabalho, que não chegou a concluir. A publicação do inventário dos espólios paleolíticos do Museu começou a fazer-se em 1912, iniciando-se de facto pelos materiais do Casal do Monte (Pereira, 1922).

esquecido de m'ó dar attendendo ao estado desgraçado e permanente das minhas algibeiras de estudante.

Recomendações de meus paes, Victor e S.^{ta} Ritta²³.

Um abraço de seu discípulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

Trafaria 16/9/1911

**18. Carta n.º 8539 (identificação MNA),
datada de 12 de outubro de 1911**

Lisboa, 12/10/1911

Caro mestre e amigo.

Estive hontem em sua casa onde o ia cumprimentar pois estou desde o dia 5 em Lisboa. Se já à (sic) mais tempo não o fiz foi por não saber onde o encontraria de dia e à tarde as minhas horas de jantar proibiam-me de ir a sua casa. Hontem porem jantei mais cedo para o ir visitar mas ao chegar ahi a sua prima disse-me que tinha ido presidir a uns exames para Aveiro²⁴. De volta a casa encontrei o seu bilhete pelo qual então soube a direcção e me permite escrever.

Está bem? Não há por ahi revoluções? Fiquei muito admirado quando vi que o Tavares Proença também era «paivante»²⁵. A pobre archeologia portuguesa soffre perdas constantes. Aquelle rapaz que tanto podia fazer inutilisa-se por uma parvoíce. Tenho em casa os taes tijollos romanos para os levar para o Museu e estou ancioso que o tempo melhor (sic) para fazer algumas explorações aqui nos arredores.

Peço o favor de me escrever dando noticias suas pois como o norte está bulhento sempre tenho algum cuidado apezar de saber a quasi null a importância do movimento²⁶.

Recomendações de meus paes, Victor e S.^{ta} Ritta. Um abraço de seu discípulo, amigo e obg.

Joaquim Fontes
(assinatura)

²³ Refere-se ao Professor Doutor José Gonçalo Santa Rita (1891-1967), colega de Victor e Joaquim Fontes no liceu de Camões e companheiro das lides arqueológicas dos dois irmãos, depois doutor em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Professor da então chamada Escola Superior Colonial.

²⁴ Leite de Vasconcelos participava nos júris de exames do ensino liceal, nos meses de verão, que se realizavam nas principais cidades da província.

²⁵ Refere-se ao arqueólogo albacastrense Francisco Tavares de Proença Júnior (1883-1916), também discípulo de Leite de Vasconcelos (Cardoso, 2010) que, após a implantação da República, aderiu aos grupos de guerrilheiros monárquicos sob a égide de Paiva Couceiro (Fabião, 2004).

²⁶ Refere-se ao movimento insurreccional monárquico liderado por Henrique de Paiva Couceiro, de vida efémera, que conduziu à chamada Monarquia do Norte.

**19. Bilhete-postal n.º 8540 (identificação MNA),
datado de Lisboa, de 23 de novembro de 1911**

Lisboa, 23/11/1911

Querido mestre e amigo

Tenho-o já procurado na Faculdade de Letras mas ainda não o pude encontrar pois não posso lá ir às horas das suas aulas pela incompatibilidade com as minhas. Recebi o seu bilhete e a elle respondo dizendo que meu pae vae ao Museu sabbado do meio dia para a uma onde estará às suas ordens para tratarem do tal negocio do contador²⁷. Naturalmente também nesse dia ahi irei. Um abraço do seu discípulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

**20. Bilhete-postal ilustrado, n.º 8541 (identificação MNA),
datado de Angoulême (França), de 27 de agosto de 1912**

França, 27/8/1912

Querido Mestre

Escrevo-lhe de Angoulême. Logo no primeiro dia apresentei silices e memoria²⁸. Cartailhac, Martin, Hue, Baudoin, Chauvet e Mortillet foram da nossa opinião de silices mostereanos. Rutot disse-me pensar que sejam (???) antigos. Depositaram grande interesse. Está bom? As suas obras?²⁹ Escreva para Paris. Recomende-me a sua Ex.^{ma} prima. Um abraço do seu discipulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

²⁷ Refere-se provavelmente à instalação do contador da água ou da luz em sua casa, em que interveio o Pai de J. Fontes. Ver notas 151, 159 e 220.

²⁸ Ao 8.º Congrès Préhistorique de France, reunido em Angoulême em 1912, apresentou nota sobre o Mustierense em Portugal (Fontes, 1913a), publicada nas respectivas actas.

²⁹ Refere-se às remodelações no primeiro andar da casa onde vivia Leite de Vasconcelos, então em curso.

**21. Bilhete-postal ilustrado, n.º 8542 (identificação MNA),
datado de Eyzies (França), de 27 de agosto de 1912**

Eyzies, França, 27/8/1912

Querido mestre

Tenho colhido bons sílices. Visitei o celebre Placard. Amanhã vou ao valle das Eyzies (Moustier e Magdeleine)³⁰. Esta bom?

Saudades do seu discípulo e muito amigo

J. Fontes
(assinatura)

**22. Bilhete-postal ilustrado «Bords de la Vèzère Les Eyzies, l' Entrée des
Gorges d' Enfer», n.º 8543 (identificação MNA),
datado de 28 de agosto de 1912**

Eyzies, França, 28/8/1912

Querido mestre

Escrevo-lhe de Eyzies. Tenho-me lembrado muito de si. Ponta solutriana (1/2) linda abundante provisão de sílices. Micoque, exemplares solutreanos, magdele-
neanos e aurignaceanos. Amanhã – Magdeleine e Moustier. Jantei e almocei num
hotel onde era Cro-Magnon. Calcule a alegria. Levo muito material³¹.

Saudades do seu discípulo e respeitoso abraço do

J. Fontes
(assinatura)

³⁰ A gruta do Placard corresponde a importante estação mustierense, tal como a gruta do Moustier, estação epónima daquele complexo tecno-cultural do Paleolítico Médio. Já a gruta de Magdeleine, deu o nome ao Madalenense, último tecno-complexo do Paleolítico Superior. J. Fontes teve, pois, a oportunidade de, no âmbito da sua deslocação a França, aquando da sua participação no 8.º Congresso Pré-Histórico de França, visitar aquelas notáveis estações paleolíticas, sendo o único português a conhecê-las directamente. Os contactos então estabelecidos com os mais eminentes pré-historiadores franceses, ainda como aluno de Medicina, explicam a sua projecção no meio científico da época, tal como anteriormente acontecera com F. Tavares de Proença Júnior (Cardoso, 2010).

³¹ Na época, era usual os arqueólogos efectuarem recolhas de materiais arqueológicos nas estações que visitavam, facilitadas pelos colegas que as exploraram.

**23. Bilhete-postal ilustrado «Homo mousteriensis Hauseri», n.º 8544
(identificação MNA), datado de 30 de agosto de 1912**

França, 30/8/1912

Querido mestre

(???) trabalhados, facas, pontas, agulhas, cornos de rena, laminas de dorso abatido, lamina de quartzo de Magdeleine. Foi-me dada uma pequena coleção de sílices (muito bons) mostereanos.³² Levo também do Moustier, aurignaceanos e de La Micoque. Vou a casa do Presidente da S. Preh. de França. Parto hoje Paris. Cavei em todas as estações.³³

Recomende-me a su Ex.^{ma} prima. (???) abraços do seu discípulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

**24. Bilhete-postal ilustrado, «Paris La Place de l' Ópera et la Station du
Métropolitain», n.º 8545 (identificação MNA),
datado de 31 de agosto de 1912**

Paris, 31/8/1912

Querido mestre

Recebi o seu postal o que muito estimei. Sempre pensa em ir a Itália? Era-me extremamente agradável como deve calcular. Gosto imenso de Paris. Parto para a Belgica a 2 ou 3 de Setembro. Se quizer alguma coisa faz favor de mandar dizer. Tenho aprendido uma porção enorme de coisas como deve calcular. Paleolítico principalmente.³⁴ Como gosta da Opera envio postal. Recomende-me a sua ex.^{ma} prima. Um abraço de seu discípulo e amigo.

J. Fontes
(assinatura)

³² Ver nota 31.

³³ Verifica-se que nesta ida a França J. Fontes não só se relacionou com os principais arqueólogos franceses da época, como teve a oportunidade, por si naturalmente porfiada, de trabalhar no terreno, o que lhe conferiu uma preparação e formação técnica singular, no panorama vigente à época em Portugal.

³⁴ Importa destacar a oportunidade que J. Fontes teve de contactar directamente com materiais arqueológicos então quase desconhecidos em Portugal, experiência fundamental na sua formação científica. Ver nota 33.

25. Bilhete-postal ilustrado «Musée Royale d' Histoire Naturelle Bruxelles
6. – Le Mammouth», n.º 8546 (identificação MNA),
datado de 5 de setembro de 1912

Bruxelas, 5/9/1912

Querido mestre

Escrevo-lhe do Museu Real da Bélgica, d'onde venho excitado Que riqueza! Envio-lhe um postal com Mamouth fiel companheiro (Agressivo) dos nossos paleolíticos do Casal do Monte. Calcule o que seria aquelle morro coberto de neve, fogueiras no alto e o Mamouth passeando no valle³⁵! Está bom? Sua ex.^{ma} prima?³⁶ Sempre vae a Itália³⁷? Escreva só para Genebra. Parto hoje para a Allemanha.³⁸

Saudades do seu discípulo e amigo

Bruxellas, 5/9/1912

J. Fontes
(assinatura)

26. Bilhete-postal n.º 8547 (identificação MNA),
datado de 9 de outubro de 1912

Meu caro mestre.

Regaladamente sentado numa cadeira debaixo do tecto da minha casa de Lisboa, tenho diante de mim os coups de poing e outros instrumentos do Casal do Monte. V.Ex.^a está em frente das ruínas do Povo Rei, mas sempre são ruínas, sempre causa tristeza ver que um povo de tão brilhante civilização tenha desaparecido; enquanto que os coups de poing do Casal do Monte dão uma emoção diferente. Elles attestam sempre a origem da ideia, do raciocínio. Examina-los é estar a ver a faísca maravilhosa que brilhou pela primeira vez no cérebro d'um ente que não é homem nem macaco, e que chamam antropopithecó (como sabe).

³⁵ Trata-se de um equívoco, certamente que, aquando da ocupação do Casal do Monte não era o Mamute que ocupava as terras baixas, de Santo Antão do Tojal, mas sim o Elefante Antigo, conforme foi verificado muitos anos depois (Zbyszewski, 1943).

³⁶ Ver nota 9.

³⁷ Leite de Vasconcelos deslocou-se efectivamente a Itália, em 1912, para participar no Congresso Arqueológico de Roma, onde presidiu à secção de Arqueologia pré-Histórica, tendo apresentado a comunicação «Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques», publicada nesse mesmo ano em *O Arqueólogo Português*, vol. 17.

³⁸ Tratou-se, pois, de uma importante digressão pelos principais países europeus, muito tendo beneficiado com as visitas às estações arqueológicas e aos museus mais importantes.

Esse fausto, essa riqueza dos romanos desapareceram e só restam as ruínas; do antropopithecó restam estes documentos quasi indestructíveis. A uns bastavam poucas centenas de annos para os destruírem os outros tem zombado dos milênios. Enfim foi-me sugerido este pensamento como vê pelo seu bilhete que imitei ao principio³⁹. Muito o felecito e me felecito pelo caixote do paleolítico dado a V.Ex.^a por Cartailhac. Infelizmente estive em Tolosa⁴⁰ mas não pude visitar o Museu por causa dos comboios. Estou desejoso que chegue para fallarmos sobre o paleolítico. Pena tive que V.Ex.^a não tivesse este anno podido estudar o paleolítico especialmente pois eu tenho sempre receio de me poder enganar. Sempre vêem mais 4 olhos do que 2 e então, quando uns são como os de V.Ex.^a. O Museu de Tolosa disse-me Cartailhac ser muito importante e ter paleolítico. Ali estudou com certeza alguma coisa e eu desde já lhe peço mais uma vez os seus conselhos para poder continuar no estudo deste passado tão longuico.

Abraça-o com a maior estima e consideração o seu discípulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

Lisboa 9/10/1912.

**27. Carta n.º 8548 (identificação MNA),
datada de 19 de junho de 1913**

Caro mestre

Não só por minha causa mas também e muito especialmente por V.Ex.^a e pelas provas d'amizade com que me tem honrado, nada pode haver entre mim e a creatura que tanto ultimamente o tem incommodado⁴¹.

Foi por isso que pedi para ser substituída a minha proposta de sócio por outra não assignada por tal cidadão.

Obsequiosamente isso me foi concedido não sendo preciso dar a minha demissão. Devia-lhe esta satisfação, ainda que não tivesse concorrido nem directa nem indirectamente para tal facto, e envio-lhe o officio em que no numero dos

³⁹ Ver nota 168.

⁴⁰ Refere-se a Toulouse, onde Émile Cartailhac, eminente pré-historiador e amigo de Leite de Vasconcelos (1845-1921) vivia e dirigia o Museu local. A correspondência de Émile Cartailhac para Leite de Vasconcelos foi já publicada (Cardoso, 2009). Aliás, as relações de Cartailhac com Portugal remontavam a 1880, tendo participado ativamente nas sessões da célebre IX sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em setembro daquele ano.

⁴¹ Deve referir-se ao Dr. António Mesquita de Figueiredo, e à sua atuação no âmbito da sindicância ao Museu Etnológico Português, a qual esteve na origem da publicação *Defensão do Museu Etnológico Português*, publicada nesse mesmo ano de 1913 por Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1913).

preponentes não aparece o nome do... pulha como o Dr. Vergílio muito bem lhe chamou.

Estimando as suas melhoras assigno-me meu caro mestre com a mais alta estima e consideração

Joaquim Fontes
(assinatura)

Lisboa 19/6/1913.

P.S. Peço que me recomende a sua Ex.^{ma} família.

**28. Telegrama n.º 8549 (identificação MNA),
datado de 1 de julho de 1913**

Doutor Leite de Vasconcelos. R. D. Carlos Mascarenhas 2.º Lisboa.
Distictos

Fontes

**29. Bilhete-postal ilustrado «Sernache do Bomjardim – Estrada Real»,
n.º 8550 (identificação MNA), datado de 9 de julho de 1913**

Querido mestre

Como passa? Está já socegado? Eu por aqui ando perdido num Cabeço da Beira, numa casa typica perdida entre castanheiros. Se desejar alguma coisa de mim tem a bondade de escrever para Sernache do Bomjardim – Cabeço. Peço que me recomende a sua Ex.^{ma} prima⁴². Minha família recomenda-se

Um abraço do seu discípulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

⁴² Ver notas 9 e 10.

**30. Carta n.º 8551 (identificação MNA),
datada de Sernache do Bomjardim, de 19 de julho de 1913**

Meu querido mestre

Sernache 19/7/1913.

Recebi carta de meu pae em que me diz ter falado com V. Ex.^a e o meu amigo lhe ter dito que eu ainda lhe não mandara noticias minhas.

Porem não aconteceu assim. Escrevi-lhe já dois postais. Naturalmente perderam-se. No primeiro dava-lhe noticias minhas, no segundo felecitava-o ainda que um pouco tardiamente pelo dia 7 de Julho.

Tudo se perdeu naturalmente.

Desculpará pois visto não ter tido culpa. V.Ex.^a conhece-me já suficientemente para me não julgar capaz de me têr esquecido d'uma pessoa a quem tanto estimo e a quem tanto devo.

No domingo 20 parto para Lisboa e num dos dias da próxima semana irei visita-lo e jantarei consigo. Desculpe a sem cerimonia. Peço que me recommende a sua Ex.^{ma} prima.

Um abraço do seu discípulo e amigo⁴³

Joaquim Fontes
(assinatura)

**31. 8552 Bilhete-postal ilustrado «Cernache do Bonjardim – Couceiros»
n.º 8552 (identificação MNA), datado de 10 de Julho de 1913**

Querido Mestre

Ainda que um pouco tardiamente por julgar ser no dia 10 de Julho, felicito-o pelo seu aniversario natalício desejando-lhe muitas felicidades.

Um abraço do seu discípulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

⁴³ A impaciência com que Leite de Vasconcelos aguardava a correspondência do seu discípulo, expressa a seu pai, evidencia a familiaridade e laços de forte amizade que os uniam, reforçada com a sem-cerimónia com que Fontes lhe anuncia que jantaria com ele em sua casa «num dos dias da próxima semana».

Um dos postais enviados a Leite de Vasconcelos e que julgava extraviado, foi, no entanto, recebido ulteriormente por este, correspondente ao documento seguinte.

32. Bilhete-postal n.º 8553 (identificação MNA), datado de 29 de Setembro de 1913

Meu caro mestre.

Telephonei a sua prima falando a respeito do Dr. Athias e esqueci-me de lhe pedir o favor de lhe dizer que amanhã não posso ir ao Museu. Devia hoje ter ficado em Sintra mas tive uma operação e transferi a excursão ao Cabo da Rocca para amanhã visto 6.ª feira ter outra operação.

Na 6ª feira irei pois ao Museu tirar photographias.⁴⁴

Como disse a sua ex.^{ma} prima o meu caro mestre fazia o favor de telephonar amanhã ao Dr. Athias (ahi pela 1h.) dizendo se vae. Elle já está prevenido. O n.º do telephone é: norte 1349.

Até 6ª feira. Um abraço do seu discípulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

**33. Bilhete-carta n.º 8554 (identificação MNA),
datado de 10 de fevereiro de 1914**

Meu caro mestre e amigo,

Tenho um favor a pedir-lhe e desde já peço que me desculpe o fazê-lo por carta e não pessoalmente como devia; em breve tenciono procura-lo e agradecer-lhe.

São precisos na Escola Medica morcegos para estudos de embryologia que o prof. da cadeira (Celestino da Costa) e eu andamos a fazer. Como precisávamos d'uns animaes e havendo-os em Liceia (grutas) em grande abundância poderia o meu caro mestre escrever ao seu amigo o que tem aquela quinta junto á Ribeira de Barcarena e pedir-lhe que arranjasse um homem d'ali que apanhasse os morcegos e os trouxesse a Lisboa á Escola Medica pagando-se as passagens e gratificando-o? Por este favor ficarei muito reconhecido⁴⁵. Seria favor, se se poder arranjar o homem, trazêr ainda esta semmana alguns morcegos.

Um abraço do seu discípulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

P.S. – Deixei no Teixeira sábado os (???)

⁴⁴ Ver nota 14.

⁴⁵ Leite de Vasconcelos tinha em Barcarena diversas pessoas amigas, em resultado das suas frequentes deambulações arqueológicas pelos arredores de Lisboa, visitando estações de há muito conhecidas, como o povoado pré-histórico de Leceia, do qual publicou em *O Arqueólogo Português* pequena nota (Vasconcelos, 1917). Por outro lado, as grutas aludidas são antigas pedreiras subterrâneas, do século XVIII, existentes no topo da encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, que exploraram os calcários duros recifais do Cretácico. É interessante notar como na época se recorria a morcegos, grupo hoje rigorosamente protegido, para experiências cuja relevância e finalidade se afiguram pouco evidentes.

**34. Bilhete-postal n.º 8555 (identificação MNA),
datado de 13 de abril de 1914**

Caro mestre

Estimo saber que tem estado com saúde e com sorte. As minhas felicitações. Ainda lhe não escrevi por não saber a direção e só ha dias por sua ex.^{ma} prima⁴⁶ tive conhecimento d'ela. Apresso-me a fazê-lo desejando-lhe que a sorte o continue a proteger. Festas felises. Quando vem?

Meus paes recommendam-se.

Seu discípulo amigo e obj^o.

J. Fontes
(assinatura)

P.S. – Estou a trabalhar nas tatuagens⁴⁷. Devo terminar estes dias e precisava dos seus Ensaios Ethnographicos. Podia o meu caro mestre emprestar-m'os⁴⁸?

**35. Bilhete-postal n.º 8556 (identificação MNA),
datado de 25 de julho de 1914**

Meu caro amigo.

Admirei-me com o que me diz no seu ultimo bilhete e fui perguntar á pessoa a quem pedi para o deitar no correio. Essa pessoa (meu primo) faz-se muito corado e diz-me que se tinha esquecido. Eis o motivo do meu silencio.

Felicito-o pelos seus achados que como calcula me dão prazer como amigo e archeologo (em miniatura).

Eu continuo cheio de afazeres e sem poder pensar mesmo na archeologia mas agora espero em breve pensar outra vez em taes assumptos. Lastimo o seu incommodo de saúde. Um abraço do seu amigo e discípulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

Lisboa 25-7-1914

⁴⁶ Ver notas 9 e 10.

⁴⁷ Sobre esta temática publicou artigo onde relacionou as tatuagens observadas em ídolos calcolíticos e em objetos de arte primitiva (Fontes, 1915). Note-se que, nesse mesmo ano, Vergílio Correia publicou artigo sobre a mesma temática, o que pode ter sido accidental, mas que certamente contribuiu para o ensimesmar das relações entre ambos. A publicação nesse trabalho de dois ídolos placa expostos no Museu e ainda inéditos, recolhidos por Leite de Vasconcelos e à sua revelia foram por certo o motivo da grave desavença que conduziu à saída de Vergílio Correia do Museu, onde desempenhava o cargo de Conservador. Ver notas 17, 73, 130 e 201.

⁴⁸ Ver nota 21.

**36. Bilhete-postal n.º 8557 (identificação MNA),
datado de 19 de novembro de 1914**

Meu caro mestre,

Estimo muito as suas melhoras. Tenciono amanhã, 6.ª feira, falar na S. P. de E. H.⁴⁹ sobre o Casal do Monte. Julgo do meu dever de discípulo prevenil-o do facto pedindo-lhe no entanto que não altere a sua vida e se não cance sahindo à noite por este motivo.

Seu discípulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

19/11/1914

**37. Carta n.º 8558 (identificação MNA),
datada de 7 de maio de 1915**

Meu ex.^{mo} mestre.

Conforme prometti deixo hoje, 6ª feira, na Livraria Classica os seus livros como a minha separata sobre tatuagens⁵⁰. Ficam em minha casa dois de que preciso, mas se tiver necessidade d'elles pedia-lhe favor de me escrever para eu lh'os levar.

Com respeito à separata renovo o pedido de a conservar o menos publica possível.⁵¹

As photographias, como vê, ficaram óptimas. O deus dos photographos deitou-me bom olhar.

A ponta de lança e a candeia estão promptas. As outras photographias em breve as enviarei. O coup-de-poing ficou optimo mas não tem banho de maneira que não a pode ver muito a luz do dia porque senão desaparece. O pedaço de barro ficou bem. Vem-se nitidamente os sulcos. Há relevo. O machado não ficou com o orifício branco por ser uma prova, mas noutra prova

⁴⁹ Trata-se da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, editora da revista periódica *Revista de História*, onde diversos arqueólogos publicaram artigos. Joaquim Fontes publicou naquela revista, no volume datado de 1912, um artigo dedicado ao estudo de três bifaces daquela estação arqueológica e do Moinho das Cruzes, que poderá corresponder à comunicação referida na missiva (Fontes, 1912).

⁵⁰ Ver nota 48. Mais uma vez, verifica-se que Leite de Vasconcelos abria uma excepção para com J. Fontes, emprestando-lhe livros da sua biblioteca pessoal. Ver nota 21.

⁵¹ Esta preocupação de manter o mais possível o seu trabalho fora do domínio público prende-se com o facto de, no mesmo ano, ter Vergílio Correia publicado na revista *A Águia* um artigo onde aborda a mesma temática (Correia, 1915). A publicação deste artigo de Vergílio Correia haveria, aliás de estar na origem de um grave desentendimento com Leite de Vasconcelos e, por interposta pessoa, com J. Fontes, como adiante se verá. Ver notas 17, 72 e 129.

definitiva aparece bem. As pontas de setta hão-de ficar com mais relevo. Enfim tive bastante sorte.

Peço que me recomende a sua Ex.^a prima
Disponha sempre do seu discípulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

7-V-1915

P.S. – Se na imprensa, se acaso são para imprimir as photographias, disserem qualquer coisa com respeito à cor das photographias, faz favor de me avizar que se modificará isso. Não me parece que seja preciso.

**38. Bilhete-postal n.º 8559 (identificação MNA),
datado de 9 de maio de 1915**

Meu caro mestre,

Tencionava ir hoje visitá-lo e dar-lhe o meu abraço de discípulo e amigo mas o Dr. Araújo disse-me que talvez tenhamos que partir hoje para Pinhel para uma operação⁵². De maneira que não podia ir hoje a sua casa. Não sei quando voltarei (se for) e à volta irei então abraçá-lo. Como se deu pela sua excursão? Veiu cheio de coisas boas?

Estou com muita vontade de vêr todas essas preciosidades.

Tanto eu como o Victor⁵³ estamos incluídos na mobilização e esperamos so o terminar do curso⁵⁴. Abraça-o o seu discípulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

P.S.- Peço o favor de me recomendar à sua ex.^{ma} prima⁵⁵.

⁵² Verifica-se que J. Fontes, como aluno finalista de Medicina, pois o curso com a apresentação do “acto grande” só o viria a terminar a 7 de Agosto de 1916 (Paço, 1961), participava em intervenções médicas coadjuvando operações em hospitais de província, como a que se encontra mencionada.

⁵³ Trata-se de seu irmão Victor Moreira Fontes. Ver nota 3.

⁵⁴ J. Fontes terminou oficialmente o curso de Medicina a 7 de agosto de 1916 (Paço, 1961). Tal como seu irmão, foi mobilizado nesse mesmo ano, como médico para assegurar serviços no território continental. Ver notas 1 e 187.

⁵⁵ Ver notas 9 e 10.

39. Carta n.º 8560 (identificação MNA), datada de 3 de julho de 1915

Meu querido mestre

Na impossibilidade de lhe poder falar, pois o meu exame a isso se opõe escrevo-lhe para dizer que a leitura do seu relatório me foi extremamente agradável. Não o li d'uma vez porque tinha de estudar, mas li em dois dias, às furtadelas e foi preciso que fizesse esforço para deixar de lêr o seu livro para ir vêr como se desarticulava qualquer osso (as maçadas do exame de operações). Disse-me há tempo o meu querido mestre que no relatório veria uma amostra da sua ethnographia, e essa amostra despertou em mim o desejo de a conhecê⁵⁶.

É indispensavel que o meu querido mestre comece a trabalhar sobre esse assumpto. Ninguém tem mais material, afora a sua competencia que mal me ficaria aqui trata-la.

Tenha paciencia; um pouco menos de philologia, nummismatica e até mesmo de archeologia (ainda que me custe dizêr isto) e a ethnographia portugêsa que a amostra me fez aguar⁵⁷. De Campolide a Melrose é como as Religiões (falo só dos trabalhos do meu querido mestre que posso julgar) um trabalho a que se recorre constantemente ao estudar estes assumptos.

Dei-lhe outro dia os parabens, parabens de amigo e discipulo; as minhas felicitações d'hoje tem mais a minha admiração por um trabalho notabilissimo.

Vou estudar laqueações. Veja que maçada. Durantes estes momentos que lhe escrevo goso ainda o relatório e agora maço-me a estudar coisas que me são muito menos agradaveis.

Peço que me recomende a sua ex.^{ma} prima.

Um abraço do seu discipulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

3/VII/1915.

⁵⁶ Refere-se à obra *De Campolide a Melrose*, relatório de viagem de estudo efectuada entre 10 de Agosto de 1913 e 8 de Outubro do mesmo ano, visitando diversas instituições científicas em Inglaterra e França, a qual foi publicada em 1915 (Vasconcelos, 1915 c).

⁵⁷ É extremamente interessante a sugestão dada por Joaquim Fontes para que o Mestre se dedicasse mais à publicação dos notáveis e numerosos materiais etnográficos que coligira ao longo dos anos, mesmo que para isso fosse necessário sacrificar a investigação nos outros domínios científicos por ele cultivados. Sabe-se, com efeito, que Leite de Vasconcelos só tardiamente começou a redigir a sua obra etnográfica magna, a *Etnografia Portuguesa*. Foi só no primeiro dia do ano de 1928 que começou a redacção daquela obra (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 263), a qual só conseguiu avançar depois da sua aposentação, tornada obrigatória no ano seguinte, já com 71 anos.

40. Carta n.º 8561 (identificação MNA), datada de 6 de julho de 1915

Meu querido Mestre

Não sei se amanhã, dia dos seus anos o poderei ir abraçar. Faço como sabe o meu exame de operações e não sei a que horas acabarei. Talvez muito tarde.

Impossibilitado pois de o ir abraçar escrevo-lhe dando as minhas sinceras felicitações.

Só na quinta-feira naturalmente irei a sua casa felicita-lo pessoalmente e despedir-me do meu querido mestre.

Um abraço do seu discípulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

P.S. – Tive que empregar um sobrescrito da Soc. pois não tenho nenhum. Desculpe-me. À Soc. dou 5 reis.

41. Carta n.º 8562 (identificação MNA), datada de 4 de agosto de 1915

Meu caro mestre

Escrevo-lhe para lhe participar duas novas, uma má outra boa.

A má é muito triste, o pobre Joaquim Silva faleceu hontem e enterrou-se hoje. Coitado era bem meu amigo. Lembro-me ainda o entusiasmo com que me participou o eu poder realizar a minha viagem e durante ella sempre me escreveu com grande satisfação, tão alegre, mais alegre mesmo do que eu que por lá andava. Era bem meu amigo e tenho bastante pena d'elle. Deixa 4 filhos, uma sobrinha e a mulher!

A morte d'elle incommodou-me muito e é a custo que me tenho em pé. Pobre d'elle.

A boa nova vae dar-lhe satisfação. O Sn^r. Couto dá-me 50:000 reis para eu realizar o meu passeio pela Extremadura à procura de grutas pintadas. Irei às Seras de Montejunto, Aire, Candieiros etc, Peninche, Cesareda até Porto de Móz⁵⁸. Essa região, segundo Choffat⁵⁹, é muito abundante de grutas e é provável pois, se

⁵⁸ É provável que este interesse pelas grutas tenha decorrido das relações entretanto estabelecidas com o catedrático espanhol Eduardo Hernández-Pacheco, que com muito sucesso vinha identificando e publicando tais ocorrências do outro lado da fronteira, como aliás se deduz da correspondência trocada entre ambos (Cardoso e Melo, 2005; Cardoso, 2006). É interessante verificar que as atividades arqueológicas de J. Fontes foram subsidiadas por dinheiros públicos, tal como já o havia sido a sua ida a França e a outros países europeus, para o que terá por certo concorrido o apoio de Leite de Vasconcelos.

⁵⁹ Paul Choffat (1849-1919), eminente geólogo suíço que realizou a parte principal da sua obra em Portugal,

a minha brilhante estrella não estiver emsombrelada, se aquella sorte que dantes me seguia não desapareceu, é provavel, dizia, que alguma coisa descubra.

O interesse do assumpto tem me cheio de enthusiasmo.

Veremos; não quero soffrer desenganos. Não sei se o meu querido mestre estará já em Lisboa quando eu sahir e, se assim fôr, então lhe descreverei todo o itinerario, se não estiver escrevêr-lhe hei.

Estou-me preparando com varias leituras sobre coisas subterraneas.

Que o nosso deus me proteja em nome da archeologia nacional, que as grutas pintadas sejam descobertas por um portuguez e que não venha um Breuil ou outro qualquer descobrir essas joias de arte quaternaria.

Recommendações de todos os meus.

Um abraço do seu discipulo muito amigo

J. Fontes
(assinatura)

4/VIII/1915.

**42. Bilhete-postal n.º 8563 (identificação MNA),
datado de 6 de agosto de 1915**

Meu caro Mestre

Pedi a meu livreiro francez para me arranjar um Cartailhac⁶⁰. O livreiro mandou agora dizêr que o arranjou mas o preço é para uma bibliotheca. Custa 135 fr. Quere-o para o Museu? Peço o favôr de me prevenir com brevidade. O Victor descobriu em Caldellas uma estação com vasos, pesos com sulco etc.⁶¹

É meu mano!

Desculpe a impertinência.

Um abraço do

J. Fontes
(assinatura)

empenhando-se no estudo dos sistemas Jurássico e Cretácico, avultando trabalhos de paleontologia, estratigrafia e cartografia geológica. Amigo de Joaquim Fontes, que apoiou aquando do estudo por este empreendido dos materiais paleolíticos do Museu da Direção dos Serviços Geológicos (Fontes, 1915-1916; 1918), este dedicou-lhe elogio histórico publicado depois do seu passamento (Fontes, 1922-1928).

⁶⁰ É o clássico da arqueologia peninsular *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, publicado em 1886 em Paris, em resultado de uma missão científica realizada à Península Ibérica patrocinada pelo governo francês (Cartailhac, 1886).

⁶¹ Trata-se da estação de S. Julião, publicada por Joaquim Fontes no ano seguinte (Fontes, 1916a).

**43. Carta n.º 8564 (identificação MNA),
datada de 9 de agosto de 1915**

Deve ter recebido já uma carta minha e um postal e sei que a carta que enviei para Chaves se perdeu. É uma maçada isto do correio. O Victor, que está em Cal-dellas, a quem escrevi 2 cartas não recebeu nenhuma. Envio hoje o seu dinheiro. Não desconto nada para não ter de o trocar; depois quando vier se farão contas.

Tem passado bem?

Muitas coisas de arqueologia

O tal telegramma ?

Ainda não fui ao Museu.

Abraça-o com muita amizade o seu discípulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

**44. Carta n.º 8565 (identificação MNA),
datada de 21 de fevereiro de 1916**

Meu caro Mestre.

Peço que me desculpe o não têr ainda enviado as photographias dos vasos de Aramenha⁶² mas a minha vida nos ultimos tempos tem estado cheia de varias contrariedades que não me deixaram tempo livre. A doença de minha mãe que muito me assustou (já há perto de um mez) tem-me tirado a serenidade para tratar das coisas que necessitava e agora essa maldita greve em que o meu terminar de curso está tão ameaçado deixa-me em disposição de espirito pouco boa para tratar de qualquer coisa.

Essa idiotica greve em que desde os alunnos aos professores e parlamento não se fez senão grandes tolices tomou um aspecto tão grave que ando cheio de receio pelo futuro. Via-me a, caso não houvesse desastres, terminar o meu curso dentro de 3 ou 4 mezes e assim não sei. Porem parece-me que já vae tudo serenando.

Agradeço-lhe muito o seu cuidado com respeito a minha mãe, ella felizmente está quasi restabelecida.

⁶² Refere-se a fotografias de vasos da cidade romana de *Ammaia*, S. Salvador de Aramenha (distrito de Portalegre), executadas pelo próprio com a ajuda de sua mãe. Por esta e outras passagens pode concluir-se que Leite de Vasconcelos recorria aos préstimos de J. Fontes como fotógrafo, colmatando assim a lacuna existente a este nível no Museu. Ver notas 14, 44 e 138.

As photographias ficarão promptas esta semana mas para que o Saavedra⁶³ não faça desenhos inúteis mando junto os decalques das photographias dos vasos. Assim se evitam repetições inúteis. Já viu anunciada a nova Revista?

Peço-lhe o favôr de apresentar os meus respeitosos cumprimentos à Sn^{ra}.
D. Amália.

Abraça-o o seu discípulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

21/II/1916.

P.S. – A sua Historia?⁶⁴ Espero por ella com anciedade e estou a suster o meu artigo sobre a foice⁶⁵ pois compete-lhe a prioridade. Deve estar a sahir.

**45. Bilhete-postal n.º 8566 (identificação MNA),
datado de Alandroal de 19 de abril de 1916**

Meu caro Mestre

Recebi o seu postal que muito agradeço. Felicito-o pelos seus numerosos achados. Ante hontem domingo estive com o Dr. Athias nas grutas sepulchraes de Palmella.

Muito curiosos e bem mereciam um gradeamento que os protegesse⁶⁶. Nada porem encontramos.

⁶³ João Saavedra Machado (1887-1950), preparador e desenhador do Museu de 1912 a 1920.

⁶⁴ Refere-se à História do Museu Etnológico, que, datada de 1915 (Vasconcelos, 1915b), devia estar quase a sair do prelo, em fevereiro de 1916. Esta passagem é decisiva para se concluir que a data oficial da publicação foi intencionalmente alterada por Leite de Vasconcelos. Esta preocupação prende-se provavelmente com a intenção de o ano de publicação das placas de xisto de Ponte de Sor e de Mértola, pertencentes à coleção do Museu Etnológico Português dadas à estampa, sem a autorização do Diretor do Museu, por Vergílio Correia, em 1915 (Correia, 1915), coincidir com o ano da publicação daquela obra, onde aquelas duas placas foram também apresentadas, evitando-se assim a prioridade de Vergílio Correia.

⁶⁵ Trata-se do célebre molde de arenito fino do Bronze Final para produção de foices de bronze de talão, ditas «de tipo Rocanes», perto do Cacém (concelho de Sintra), local de onde proveio o único exemplar conhecido. Este foi recolhido por Paul Choffat no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, e por este cedido a J. Fontes para estudo, o qual veio a ser publicado neste mesmo ano de 1916 nas páginas de *O Arqueólogo Português* (Fontes, 1916b). Desconhecem-se as razões que levaram os envolvidos a oferecer a peça ao Museu Etnológico, subtraindo-a às coleções dos Serviços Geológicos de Portugal. Pela missiva se verifica que J. Fontes desejou retardar a publicação do achado até Leite de Vasconcelos ter oportunidade de publicar a obra referida na nota anterior, por forma a poder citá-la no seu estudo, como de facto veio a acontecer.

⁶⁶ Ainda hoje as grutas artificiais do Casal do Pardo, na freguesia da Quinta do Anjo, concelho de Palmela, tornadas célebres desde que foram visitadas por E. Cartailhac, que as incluiu na sua célebre obra sobre a Pré-História da Península Ibérica (Cartailhac, 1886) se encontram desprotegidas desse ponto de vista e quase ao abandono. Anteriormente (ver documento 42. Bilhete-Postal n.º 8563 (identificação MNA), datado de 6 de Agosto de 1915), J. Fontes refere-se à possibilidade de o Museu adquirir um exemplar do célebre livro *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, publicado em 1886 em Paris (Cartailhac, 1886), onde o então ainda jovem arqueólogo francês descreve largamente as grutas e os principais objectos nelas encontrados, aquando das escavações ali realizadas sob a égide de Carlos Ribeiro, pelo colector António Mendes, em 1876.

Recebi o livro do Obermaier. É um importante trabalho de 400 pag sobre o homem fossil e é com muito prazer que vejo Portugal já rasoavelmente representado. O seu nome aparece por lá bastas vezes⁶⁷.

Estimo que tenha sempre boa saude.

Abraça-o o seu discipulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

P.S.

Hernandez Pacheco descobriu pinturas não quaternarias na Serra de S. Mamede⁶⁸.

**46. Bilhete-postal n.º 8567 (identificação MNA),
datado de Castelo Branco de 31 de julho de 1916**

Meu caro Mestre

Desculpe-me de só hoje dar resposta ao seu postal mas tenho tido aqui em casa um amigo que me tem tirado o tempo.

Agradeço-lhe todas as suas amaveis palavras com respeito ao opusculo e nada tem que me agradecer por retardar a sua publicação e citar a Hist.⁶⁹. Cumpri com o meu dever. Nós não devemos andar ca por este mundo e fazêr mal uns aos outros. Cumpria-lhe tratar primeiro do assumpto porque primeiro do que eu descobrira materiais para tal. Que necessidade há em nos maçarmos mutuamente quando somos tão poucos. Alem d'isso o seu grande sabêr, a sua idade e a muita amisade que lhe tenho seriam causas suficientes, alem da justiça que lhe assistia, para eu

⁶⁷ Trata-se da notável obra sobre a Pré-História peninsular *El Hombre Fósil*, cuja primeira edição veio a público naquele ano, contendo assinalável quantidade de referências às estações portuguesas, como não podia deixar de ser (Obermaier, 1916).

⁶⁸ Esta afirmação relaciona-se com a carta que Eduardo Hernández-Pacheco escreveu a J. Fontes a 19 de janeiro de 1916, em que declara que tinha o projeto de explorar a serra de S. Mamede, em colaboração com o próprio J. Fontes (Cardoso e Melo, 2005, p. 199). Contudo, desta intenção não decorre que tenha sido o arqueólogo espanhol o descobridor dos primeiros testemunhos de arte rupestre naquela região do território português. Como refere H. Breuil (Breuil, 1917), as primeiras descobertas naquela região devem-se a Aurélio Cabrera, tendo sido apresentadas em artigo da autoria de E. Hernández-Pacheco em Fevereiro de 1916 no tomo 16 do *Boletín de la Real Sociedad Española de Historia Natural*. A publicação de H. Breuil, proporcionada pela sua estada na região de Arronches, em 1916 (Cardoso, 2009), inviabilizou, naturalmente, a ideia inicial de E. Hernández-Pacheco de publicar aquela ocorrência de forma mais desenvolvida conjuntamente com os pré-historiadores portugueses (Cardoso e Melo, 2005, p. 200).

⁶⁹ Ver nota 64.

esperar o seu livro. Mandei ao Chaves⁷⁰, Alves Pereira⁷¹ e Lamas⁷² (este ainda me não mandou o seu livro que eu gostaria muito de tê-lo. E se lhes lembrasse?) o meu opusculo. Ao primeiro vou escrever pedindo para o guardar aos outros não será preciso e o resto, tirando os que mandarei para fora, ficam ali na gaveta. E os que mandei foram antes do seu postal chegar. Estimo que tenha passado bem e cheio de felicidades archeologicas.

Abraça-o o seu discipulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

P.S.

Calcule que o nosso homem mandou-me uma sepparata!! É phantastico!!⁷³
31/VII/1916

47. Carta n.º 8568 (identificação MNA), datada de 4 de agosto de 1916

Meu caro Mestre

Recebi e agradeço-lhe o seu postal. Por elle vejo que não tem passado tão bem como desejava. Efectivamente o calor tem sido insuportavel e eu que tenho raça de lagarto pois só me dou bem com o sol tenho tambem passado muito

⁷⁰ Luís Chaves (1889-1975), Preparador do Museu Etnológico desde 31 de agosto de 1912, foi nomeado Conservador a 6 de outubro de 1916, aposentando-se a 25 de novembro de 1957 (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 130).

⁷¹ Félix Alves Pereira (1865-1936), Oficial e, mais tarde, Conservador do Museu Etnológico, entre 15 de maio de 1902 e 9 de setembro de 1911, data em que pediu a exoneração por incompatibilidade das funções que passou a exercer no Congresso da República (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 122).

⁷² Artur Lamas (1874-???), autor de valiosos estudos sobre medalhística, em grande parte publicados em *O Arqueólogo Português*, destacando-se a notável obra de conjunto publicada neste mesmo ano de 1916 *Catálogo das medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, aquela a que J. Fontes certamente se refere na missiva, recordando a possibilidade de Leite de Vasconcelos a pedir ao autor.

⁷³ Trata-se de Vergílio Correia (1888-1944), Conservador do Museu Etnológico entre 31 de agosto de 1912 e 8 de agosto de 1916. Com efeito, a data do postal (31/7/1916) é mais consentânea com esta possibilidade, encontrando-se então ao rubro as dissensões entre aquele ainda Conservador e o Diretor do Museu Etnológico, por via das quais aquele viria a pedir a demissão. Tais dissensões tiveram origem anos antes, conforme se conclui da correspondência enviada por Vergílio Correia a Joaquim Fontes (Cardoso e Melo, 2005, p. 311), e nelas se viu envolvido Joaquim Fontes, na fase final das mesmas. Crê-se que os motivos da discórdia se relacionassem com a publicação da monografia de Juan Cabré por iniciativa de J. Fontes *Arte rupestre gallego y português* (Cabré, 1916), que motivou duas respostas de Vergílio Correia (Correia, 1917, 1918) e uma réplica de Joaquim Fontes, que assim se viu envolvido diretamente na polémica (Fontes, 1918). Com efeito, Vergílio Correia considerava-se o pioneiro do estudo e publicação da arte rupestre em Portugal, tendo publicado em 1916, portanto no mesmo ano da publicação original de Hernández-Pacheco e a ela fazendo alusão, nota sobre a estação rupestre da Senhora da Esperança (Correia, 1916a) e uma outra sobre o Cachão da Rapa, sobre o Douro, extensa rocha pintada identificada e publicada no século XVIII por Contador d' Argote (Correia, 1916b). Ver, a tal propósito, os comentários à correspondência remetida por Juan Cabré a J. Fontes, já publicada (Cardoso e Melo, 2005). Face ao clima agreste então existente entre Leite de Vasconcelos e J. Fontes, por um lado, e Vergílio Correia, por outro, é explicável o espanto de J. Fontes ao receber separata do seu opositor. Ver notas 17, 51, 74, 75, 130 e 201.

incommodado e incapaz do mais pequeno trabalho. Felismente por cá abrandou um pouco e desejo-lhe que o fresco que aqui corre tambem o bafeje por lá. Felicito-o por todas as novas archeologicas que me dá e desejo que venha da Serra carregado de material de estudo.

Se no meu postal não me referia ao nosso homem foi por ainda não sabêr nada, mas considero um dia feliz para a archeologia aquelle em que o cidadão sahir do Museu⁷⁴. Prohibir que todos ali trabalhassem e o immenso material ali acumulado não serviu para nada pois quem ali fosse ou tinha que atura-lo a vêr o que se fazia, ou discutia com elle. Estava impossivel ali a sua permanencia e oxalá vá para sitio onde não estorve quem queira trabalhar. Felicito-o por isso. O meu caro mestre chegando ao ponto a que chegou não podia têr que estar a aturar meninos hystericos, a perdêr o seu tempo e a desperdiçar o seu socego e sabêr em taes porcarias. Dá-lhe direito esse socego que necessita todo o seu passado de trabalho extraordinario e exigiam-no todos aquelles que esperam as suas futuras producções scientificas e que necessitam todo o colossal material acomulado por si em publicação.

E se o felicito muito sinceramente como amigo e como discipulo tambem dou parabens a mim proprio. Com quanto a archeologia não possa infelizmente deixar de sêr para mim uma amante um tanto dispendiosa, vejo com prazêr que a sahida do nosso homem me dá aso a podêr ocupar-me com ella mais tempo e mais soceadamente.

E que me diz áquella nova oferta de separatas? Sabe a razão porque m'as mandou? Elle sabe que trato de impressão do trabalho do Cabré e as separatas que me enviou são as taes em que falla da arte rupestre do Cachão da Rapa (do Argote) e uma noticia bibliographica sobre o artigo do Hernandez Pacheco a proposito das pinturas de S. Mamede. Não valem as separatas essas noticias mas quis-me mostrar que elle primeiro do que eu se preocupou do assumpto. Se não fosse esta razão devia-me enviar as separatas de outros artigos que tem na Terra Portuguesa⁷⁵.

É phantastico! Hade morrer de inveja! E já fui seu caro amigo, distincto archeologo e agora sou simples consciencioso investigador, amanhã manda-me uma descompostura numa dedicatória! Deixa-l'ó. Foi bem bom o têr-se ido embora e que o deixe em paz.

Abraça-o o seu discipulo muito amigo

J. Fontes

4-8-1916.

⁷⁴ O que se verificou a 8 de agosto de 1916, portanto apenas quatro dias depois de escrito este postal. Ver nota 73.

⁷⁵ Ver nota 73.

48. Carta n.º 8569 (identificação MNA), datada de 8 de agosto de 1916

Meu caro mestre.

Não sei se leu o Diário de Notícias de hoje, 8 de Agosto; se o fez deve-se têr farto de rir. Viu aquella esplendorosa, magnifica, soberba, pyramidal (acabaram-se-me os adjectivos) exploração á gruta prehistorica (ainda não appareceram razões que o mostrem) de Santarém⁷⁶? Viu o grupo? Que curioso. Perto de uma columna para dizêr que o Sn^r. Dr. Vergilio Correia andou de gatas num corredôr apertado até uns metros e que foi seguido pelo Sn^r. Dornellas⁷⁷, voltando para traz pois não poderam passar! Não é uma noticia importante? Não é aquelle dia uma data memoravel já na archeologia universal, em que se andou de engatinhando pelo corredôr de uma caverna? É phantastico. Em que havia de dar um rapaz que se tinha na conta de um dos que sustentariam esta pobre archeologia portuguesa. É perfeitamente Cabreiresca tal noticia⁷⁸. E photographaram-se e lá vem o seu nome destacado e o sabio director da revista Terra Portuguesa, importante publicação que espalha luz e contribue para o engrandecimento da patria.

Tenho lá em casa uma pasta de curiosidades ... archeologicas! A ultima que lá metti é o retrato do Cabreira de farda a desembarcar no Algarve para de espada desembainhada fundar o Instituto Archeologico do Algarve⁷⁹ e este agora vai-se seguir áquelle não destoando nada.

Mas deixemos isso, são notas picarescas que adoçam as agruras da vida.

Como tem passado? Está melhor? Recebi o postal que muito agradeço e passo a respondêr-lhe.

Á oferta do nosso amigo respondi com um ag num cartão e mais nada, d'uma frialdade que contrastava com a amabilidade de pessoalmente m'os trazêr a minha casa. Felicito-o por todos os seus importantes achados e estimo que venha bem rico d'ahi. Agora vou para Sintra e ahi nos intervallos que tiver livres farei algumas pesquisas e se poder irei lá para Outubro ao Algarve. Se fôr a (???) não se esqueça (é ousadia lembrar-lh'o) de visitar a tal gruta onde se diz havêr pinturas e faça favôr de inaugurar um capitulo da prehistoria portuguesa: a arte quaternaria.

⁷⁶ Desconhece-se os resultados destas explorações, que não foram objeto de publicação por Vergílio Correia.

⁷⁷ Trata-se de Afonso Dornelas (1880-1944), arqueólogo, académico e heraldista, sócio proeminente da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

⁷⁸ António Cabreira (1868-1953), pitoresca figura de matemático, pelas suas atitudes e ideias extravagantes, não obstante ter sido alvo de múltiplas homenagens em vida. Frequentemente se fazia fotografar em poses solenes, de farda académica e espada, a propósito de todas as iniciativas cuja importância era por si sobrevalorizada, pela sua simples participação.

⁷⁹ António Cabreira era Algarvio e fundou nesta Província uma delegação do Real Instituto de Lisboa, por ele também criado no final do século XIX. Tal iniciativa estendeu-se, mais tarde, à fundação do Instituto Arqueológico do Algarve, retomando assim a ideia do seu conterrâneo Estácio da Veiga (Cardoso, 2007). Com efeito, discurso inaugural apresentado aquando da inauguração do Instituto Arqueológico do Algarve foi noticiado na edição de 1 de janeiro de 1916 de *O Diário de Notícias* e republicado um ano depois (Cabreira, 1917).

A proposito da nova reforma da Escola Medica lembrei-me d'uma coisa que talvez resolvesse a crise por que esta passando a archeologia.

Na reforma entre varias coisas trata-se da criação de logares de assistentes. Esses assistentes são de confiança do professor e tem o seu logar enquanto pelos seus trabalhos merecerem em confiança. Para sêr assistente é preciso têr trabalhos e publica-los enquanto lá estiver, tendo como obrigação o fazêr as aulas praticas.

Não ha preocupação de horas, ha só preocupação de trabalhos e desde que esta não seja satisfeita o logar é perdido. Durante os primeiros annos (3 se me não engano) o ordenado é de 30:000 reis e no fim depois se o professor acha que o seu assistente tem trabalhos bons o seu ordenado augmentaria para 60:000 reis. Este projecto vae passar segundo me disse o Dr. Athias nas Camaras. Ora se fosse possivel na archeologia fazêr isto parece-me que seria um grande passo. Pela Faculdade de Lettras, que é rica, não será possivel a criação d'esses logares de assistentes de archeologia?⁸⁰

Dois ou três assistentes que houvesse seriam obrigados a trabalhar porque de contrario perderiam o seu logar, ahi o dinheiro seria o estímulo⁸¹. Não se tratava d'um logar onde quer se trabalhe ou não se tem a certeza que no fim do mez tem o seu ordenado mas sabia-se que se se cabrelasse se seria corrido. Não sei se isto lhe parecerá bom, a mim afigura-se-me optimo para a archeologia. É claro que me conviria pessoalmente isso se o meu querido mestre me quizesse para seu assistente, mas se eu ganharia assim tambem a archeologia sofreria com certeza um impulso. Ha gente que não estuda archeologia porque precisam de ganhar a sua vida e como archeologos só gastariam dinheiro. O Sta. Ritta⁸² por exemplo é um d' elles. E talvez não fosse uma transcendente dificuldade conseguir isto. À vista fallaremos no assumpto.

Abraça-o com muita amisade o seu discipulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

8/VIII/1916.

P.S.

Apezar de ir para Sintra ficam pessoas em minha casa de maneira que a correspondencia pode, caso me queira escrevêr, sêr enviada aqui para Lisboa.

⁸⁰ Esta ideia de J. Fontes, caso fosse abraçada e defendida por Leite de Vasconcelos, renunciaria um futuro de sucesso como arqueólogo ao proponente. Infelizmente, como se verá, o Mestre entendeu não poder aceitar mais este desafio, previsivelmente arrastado e desgastante, com as autoridades da Universidade de Lisboa.

⁸¹ É muito interessante esta perspectiva de valorizar o mérito científico na seleção e ulterior manutenção contratual dos docentes universitários, certamente uma solução que teria obviado à estagnação da investigação arqueológica, caso tivesse sido aplicada também a esta área científica, o que, como se sabe, não se verificou.

⁸² Ver nota 23.

**49. Bilhete-postal n.º 8573 (identificação MNA),
datado de Lisboa de 22 agosto de 1916**

Meu caro Mestre

Recebeu a minha carta ultima que envie para Monsanto? Como tem passado? Vou-lhe pedir um favôr.

Recebi um postal de Cabré no qual a proposito de Cachão de Rapa me diz «Como no hace U. su estúdio». As razões sabe o meu querido mestre, quaes são. Agora como o nosso amigo nos deixou em paz, não será possível contar com 30:000 reis para eu ir ali estudar aquellas pinturas e outras que naturalmente se encontrarão também⁸³?

Se o meu querido mestre poder dispôr d'uma verba do M. a archeologia e o M. lucrariam porque tudo o que eu encontrasse seria, como o foi o anno passado e fui á minha custa, para o M. Não se pode sêr archeologo nesta terra pois só serve para despesa e eu não posso estar a sahir de Lisboa à minha custa a favôr d'uma instituição oficial. Se poder dispensar tal quantia (talvez se gaste mênos) pedia-lhe o favôr de me avisar porque então partiria talvez ainda este mêz. Já mandei tirar informes da região e pedia-lhe o favôr de me dar aquelles que podesse. Eu poderia agora adiantar o dinheiro e recebê-lo-hia depois quando o meu querido mestre voltar. Esperando a sua resposta sou seu discipulo e amigo sincero⁸⁴

Joaquim Fontes
(assinatura)

**50. Carta n.º 8574 (identificação MNA),
datada de Sintra de 29 de agosto de 1916**

Meu querido Mestre

Recebi hontem, 2^a feira, o seu postal e se não escrevi immediatamente foi por não poder dar-lhe uma resposta segura. No seu postal limitava-se a dizer que era a continuação das explorações de Torres e so com estes informes fiquei sem saber bem do que se tratava. Como recebesse o seu postal à tarde e esteja em Sintra (tenho

⁸³ Refere-se a Vergílio Correia. Recorde-se que este tinha publicado havia pouco tempo atrás um estudo sobre o Cachão da Rapa, embora apenas com base na representação histórica de Contador de Argote (Correia, 1916b), visto o sítio arqueológico só ter sido realocado cerca de duas décadas depois (Santos Júnior, 1934). Não espanta que, sem novos dados, J. Fontes não considerasse justificado voltar a abordar o tema, independentemente da falta de financiamento para o efeito, questão que se aborda a seguir.

⁸⁴ A questão da falta de verbas para financiar os trabalhos arqueológicos que J. Fontes desejava realizar pelo País e o impasse a que se chegou a tal respeito estiveram, naturalmente, na origem do seu afastamento progressivo da arqueologia, tanto mais que, com a obtenção do diploma de médico, nesse mesmo mês de agosto de 1916, J. Fontes teria diante de si uma promissora carreira profissional e académica com evidentes vantagens face à referida alternativa. Ver nota 80.

familia em casa que recebe a correspondencia) não me foi possível procurar hontem o Dr. Felix⁸⁵ o que fiz hoje pela manhã. Elle porem tambem não sabe do que se trata, não conhece a gruta, não sabe se levará muito ou pouco tempo. De maneira que com esta escassez de informes não posso dar-lhe resposta segura. Sabe o meu querido Mestre do que se trata? A gruta é grande, ou é de difficil exploração? No caso de não a conhecêr quer que eu vá ali tirar informações? E ahi vae o tempo que agora posso dispor. Tenho agora 10 ou 12 dias que posso pôr á sua disposição mas preciso de partir immediatamente. Com o tempo que levará a sua resposta em tempo (???) 2 ou 3 dias. Parece-me pois que agora não valeria a pena, mas se entender que alguma coisa se pode fazêr estou á sua desposição. Depois tenho que ficar a substituir um collega na Associação dos Empregados do Commercio que já tem licença. E é isso que me dá algum dinheiro e não posso de maneira alguma perdê-lo. Depois lá para 10 d'Outubro posso talvez com um pouco de esforço dispôr de um mez menos poucos dias. Se qualquer d'estas fugas à minha vida medica se aproveitam peço-lhe que me avise e pode dispôr dellas. Era com o máximo prazêr que accetaria o seu convite, que muito reconhecidamente agradeço, e se não fosse o eu têr que pensar a serio na maneira de ganhar o meu pão ter-lhe-hia escripto immediatamente dizendo que marcasse o dia da minha partida. Não só me era muito agradável proceder a uma grande exploração como tinha muita satisfação em lhe sêr util e de algum modo pagar-lhe a minha grande divida para consigo a sua amisade e os seus conselhos.

Mas não posso sêr archeologo tenho que sêr medico. Puz ha um mez e meio consultorio que custou 400:000 reis e mais uns cobres. Devo a meu pae ainda 100:000 reis e tenho a renda e o ordenado do criado. A clinica é pouca e mal chega para as despesas. Alem d'isso eu no começo de vida quando não devo perder uma chamada para me tornar conhecido e ganhar dinheiro que preciso para as minhas despesas (meu pae no dia em que acabamos o curso disse-nos que não podia dar-nos mais dinheiro), não podia nem comprometter gravemente o meu futuro dospôr de 2, 3 ou 4 mezes sem proveito algum e com despesas que orçam por 15:000 reis mensaes, afóra as despesas que tenho com a minha pessoa. Eis a minha vida. Se não vou é porque não posso. Vontade não me falta mas preciso de pensar e resolver em harmonia com o meu futuro.

Eu sei que a archeologia é muito prejudicada se não fizer a exploração de Torres, se não se aproveitar o offercimento do homem, mas entre dois males tenho que evitar aquelle que menos pessoalmente me incomoda. É um egoismo de que fatalmente me enervo. Hontem com o Dr. Felix estivemos a fallar sobre o assumpto e acordamos em que o meu querido Mestre se vem a encontrar em varios embarços

⁸⁵ Ver nota 71. Note-se que, mesmo depois de afastado do Museu, por incompatibilidades com o lugar que ocupou no Congresso da República, a partir de 1911, Félix Alves Pereira continuou ligado à instituição, sendo a sua opinião muito considerada.

por falta de quem o ajude no Museu. O Chaves⁸⁶ não chega como (???). O unico processo de evitar estes inconvenientes é segundo a opinião do Dr. Felix e minha, reformar por completo o Museu. Seria preciso criar duas categorias de logares: os da secretaria e os de conservadores. Os primeiros seriam sujeitos aos pontos e tratavam exclusivamente da parte burocratica. Os conservadores encarregavam-se da parte technica sem estarem sujeitos a nada d'isto. Era o que eu lhe dizia noutra carta: obrigados a trabalhar e não obrigados a entrar as 10 e sahir as 4 sem nada fazerem. Os conservadores teriam a sua especialidade a que dariam incremento. D'esta maneira os três ou quatro carolas que ai na terra tem coragem de se dedicar a estes estudos podiam fazer alguma coisa. O Museu lucraria e talvez que se conseguisse criar uma tradição nestes estudos e à archeologia portuguesa estariam reservados melhores dias. Foi o que aconteceu em Hespanha. Debaixo da direcção do Marquez de Cerralbo estão trabalhando quasi todos que no paiz visinho se dedicam a esta sciencia⁸⁷. É a Comision de investigaciones paleontológicas y prehistoricas. Alem disso era o unico processo de inutilisar, digo, afastar por completo do Museu o nosso amigo que é um grande estorvo á archeologia⁸⁸. Enfim isto são desabafos mas vejo muito entrovicado o futuro d'estes estudos das coisas velhas.

Eu agora sou medico e como tal vou orientar a minha vida. Como todos os outros d'aqui a 5 ou 6 annos posso fazer 200:000 ou 300:000 reis mensaes o que é muito melhor que 50:000 ou 60:000 reis que podia vir a ganhar no Museu.

Tenha paciencia de me aturar tanto tempo.

Felicito-o por todos os seus achados. Quando vem? Espero a sua resposta.

Abraça-o com muita amizade o seu discipulo e amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

P.S. – Se lhe pedi para ir ao Cachão de Rapa era porque a exploração duraria poucos dias e estaria de volta antes de fazer falta na Associação.

⁸⁶ Ver nota 70.

⁸⁷ O Marquês de Cerralbo (1845-1922) foi um dos mais importantes arqueólogos espanhóis da sua época; dinamizador da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, funcionando no Museo Nacional de Ciencias Naturales (Madrid), conseguiu agregar em torno da mesma uma plêiade de investigadores cujos méritos científicos se encontram claramente expressos pelas notáveis monografias publicadas nas décadas de 1910 e 1920, bem conhecidas de J. Fontes. Este modelo, caso tivesse sido transposto para Portugal, teria certamente como resultado importante impulso na investigação arqueológica, centralizada, como já então estava, no Museu Etnológico Português e no seu Director.

⁸⁸ Refere-se de novo a Vergílio Correia. A questão do futuro de J. Fontes na arqueologia encontra-se claramente exposta nesta missiva. O próprio, pelo muito amor que tinha a esta ciência, estava inclusivamente disposto a ganhar ao fim de alguns anos de trabalho uma quantia quatro ou mais vezes inferior àquela que viria a auferir como médico com consultório montado (como era o caso); mas mesmo essa disposição obrigava a que fosse revista orgânica do Museu Etnológico, criando ali um quadro de investigadores sem horário atribuído e cuja única fonte de avaliação consistiria nos trabalhos publicados, com um salário compatível com o que na Faculdade de Medicina se praticava para com os Assistentes, reforçando o que em anterior missiva já alvitara, a extensão deste regime à Faculdade de Letras, e, por maioria de razão, ao Museu Etnológico, àquela ligada por laços funcionais. Ver notas 80, 81 e 84.

**51. Bilhete-postal n.º 8570 (identificação MNA),
datado de 6 de setembro de 1916 (?)**

Meu caro amigo e Mestre

Recebi o seu postal e as indicações que dou são as que tenho. Calcula o Victor que talvez a uns 3 kilometros de Vianna, mesmo na estrada ao pé de um muro é que achou o coup-de-poing. Vou em 10 ao Porto mas estou substituindo o Dr. Saccadura⁸⁹ e volto nesse mesmo dia para Lisboa. Conto porém quando este regressar aqui partir para o Norte e irei a Vianna.

Não faz ideia como ando ou antes – como me arrasto.

Estou esgotado.

Um abraço do seu amigo grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

**52. Bilhete-ostal n.º 8572 (identificação MNA),
datado de 12 de outubro de 1916**

Meu caro Mestre

É perto da 1h. da noite e tenho estado a tratar de uma noticia necrologica sobre Tavares Proença⁹⁰. Não tive tempo ainda de o procurar. Estou a substituir dois collegas o que me tira todo o tempo de dia. Só acabo os meus afazeres pelas 7 ½ da noite. Isto está por pouco e então poderei de novo voltar à minha vida socegada e trabalhar mais.

Este anno é que o Casal do Monte leva um avanço e quero vê se estará publicado antes do Verão que vem⁹¹. O meu querido Mestre como tem passado? Sua ex.^{ma} prima?

Desculpe-me o não têr ainda ido cumprimentá-lo mas como lhe disse o tempo que tenho livre é nulo. Quero vêr porem se ainda esta semana vou ao Museu.

Abraça-o o seu discipulo muito grato e amigo

J. Fontes
(assinatura)

⁸⁹ Trata-se do Prof. Sebastião da Costa Cabral de Sacadura, nascido a 1872 e licenciado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, vindo a desenvolver depois uma notável carreira como médico e Professor.

⁹⁰ Trata-se de Francisco Tavares de Proença Júnior (1883-1916), arqueólogo albicastrense e discípulo de Leite de Vasconcelos, que morreu prematuramente na Suíça, vítima de tuberculose (Fabião, 2004). No entanto, nada se conseguiu apurar sobre o local em que Joaquim Fontes publicou esta nota necrológica. Ver nota 25.

⁹¹ Expectativa que não se concretizou. Com efeito, J. Fontes nada mais viria a publicar sobre a estação de Casal do Monte, a sua primeira descoberta arqueológica e que tanta celebridade lhe proporcionou, sobretudo a nível internacional, em resultado do seu crescente envolvimento profissional como médico, que lhe ia retirando tempo e disponibilidade para a Arqueologia.

53. Carta n.º 8575 (identificação MNA), datada de 3 de novembro de 1916

Meu caro mestre.

Quando hontem em casa ao abrir os «Ensaio» tencionava escrevêr no primeiro volume que me tinham sido oferecidos pelo meu amigo, reparei então só que o meu querido Mestre se não tinha limitado a dar-me o seu trabalho mas que tinha posto uma amavel dedicatoria. Agradeço-lhe a sua amabilidade muito reconhecidamente.

A sua amisade não perde um momento para se me evidenciar, e ao meu coração ella é bem grata. Muito obrigado pois.

Juntamente com os livros vem o postal e apontamentos que junto envio.

Peço-lhe que apresente os meus respeitos a sua ex.^{ma} prima⁹² e para o meu querido mestre⁹³ um abraço de reconhecimento do

J. Fontes
(assinatura)

3-XI-1916

**54. Bilhete-postal n.º 8576 (identificação MNA),
datado de Sevilha de 9 de maio de 1917**

Meu caro Mestre.

Como está? Os silices produziram sensação.

Rei, (???) e Congressistas amabilíssimos⁹⁴. Escrevo à pressa.

Um abraço do seu discipulo

Joaquim Fontes
(assinatura)

⁹² Ver notas 9 e 10.

⁹³ Os termos tocantes usados por J. Fontes, então um jovem médico que se ia a pouco e pouco, mau-grado a sua vontade, afastando da Arqueologia, para com Leite de Vasconcelos, que nele ainda depositava por certo tantas esperanças, não podem deixar dúvidas sobre a profunda e íntima relação de respeito e de amizade que unia ambos. Mas a evidência de que a proximidade entre ambos iria em breve esmorecer é o espaçamento crescente verificado na correspondência trocada entre ambos.

⁹⁴ Reportar-se-á ao Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, reunido em Sevilha em 1917. Poderá concluir-se que nesse Congresso J. Fontes terá apresentado comunicação, mas a sua bibliografia arqueológica é omissa a tal respeito: poderia ter efetuado, simplesmente, uma comunicação oral, acompanhada de mostra de materiais arqueológicos aos principais congressistas, como era de uso na época.

**55. Bilhete-postal n.º 8577 (identificação MNA),
datado de Granada de 15 de maio de 1917**

Granada

Meu caro Mestre.

Que joia preciosa é Alhambra! Que patina! Que côres! É um sonho esta viagem de que infelizmente tenho que acordar.

Como tem passado? Ahi vae neste postal a preciosa jarra de Alhambra: a celebre jarra!

Abraço do seu amigo

Joaquim Fontes
(assinatura)

**56. Bilhete-postal n.º 8578 (identificação MNA),
datado de Madrid de 18 maio de 1917**

Madrid

Meu caro Mestre

Como tem passado? Recebeu a minha correspondencia? Estou em Madrid e agora falta-me Toledo, Escorial e Segovia.

Em breve conto abraça-lo e contar-lhe as novas archeologicas. Os meus cumprimentos à sua ex.^{ma} prima.

Um abraço do seu discipulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

57. Carta n.º 8579 (identificação MNA),
datada de Nueva (Astúrias) de 17 de outubro de 1917

Nueva (Asturias)

17/X/1917

Meu caro Mestre e amigo

Escrevo-lhe do solar do Conde de la Vega del Sella⁹⁵ onde estou hospedado optimamente, num quarto de castello feudal, perdido entre os Cantabricos, à beira do mar⁹⁶. Por aqui tenho andado em explorações pelas muitas grutas que abundam nos arredores. Estes dois dias tenho-os passado mettido dentro de uma grande gruta cheia de extractos archeologicos, a escavar e a crivar a terra vendo aparecêr os fosseis e os instrumentos de silex e osso em niveis magdalenenses e asturienses⁹⁷. Todos os objectos que temos encontrados oferece-m'os o conde de maneira que posso bem fazêr ideia da estação. Hontem numa cueva descobrimos uns riscos gravados como muitos que se encontram em covas d'aquí. Hoje à tarde no automovel do Conde fomos a Peña Tu vêr o celebre idolo pintado e que tem tantas analogias com os idolos que publicou no archeologo. Lembra-se da publicação da Junta onde vem? Parece-me que a tem no Museu⁹⁸. O sitio é soberbo e a Peña distingue-se de toda a parte, parece um grande berrão no alto d'um monte isolado e fatalmente que havia de atrahir como atrahiu o homem do periodo calcolithico. É bem escolhido para altar, era um templo que de muito longe se avista e que portanto deveria chamar os fieis e lembrar-lhe nas suas cavernas a supremacia do seu idolo. Depois fomos a La Franca vêr um enorme kjoekkenmo-edding asturiense onde se estive escavando e d'ali sacamos alguns picos como

⁹⁵ Conde de la Vega del Sella (1870-1940), de seu nome Ricardo Duque de Estrada, décimo primeiro conde do título, arqueólogo e historiador asturiano que se celebrou pelas suas investigações das cavernas asturianas com arte paleolítica das que possuíam ocupações pós-paleolíticas.

⁹⁶ Na sequência da iniciativa do Prof. Eduardo Hernández-Pacheco querer envolver arqueólogos portugueses em trabalhos arqueológicos transfronteiriços, entre outros J. Fontes, desenvolveram-se diversos contactos que conduziram ao convite para o jovem arqueólogo português participar em investigações que então se encontravam em curso no país vizinho. Assim, sabia-se já que o Conde de la Vega del Sella tinha acolhido em Nueva (Astúrias) J. Fontes, e que este tinha colaborado em escavações que o Conde então tinha em curso, em grutas que distavam entre 7 e 9 km de Nueva, conforme missiva já publicada (Cardoso, 2006, p. 210), sendo por conseguinte o primeiro português a ter efetuado intervenções desta índole no país vizinho. O que não se sabia até agora era a extensão e pormenores dessa estada, sendo a presente missiva muito expressiva a tal respeito.

⁹⁷ É interessante notar que J. Fontes já utilize o termo «Asturiense» para designar algumas das indústrias recolhidas nas escavações do Conde de la Vega del Sella em cavernas das Astúrias, visto que só em 1923 o referido arqueólogo definiu cabalmente as características dessa indústria, numa memória intitulada *El Asturiense. Nueva industria preneolítica* (Vega del Sella, 1923).

⁹⁸ O célebre idolo pintado do final do Calcolítico de Peña Tú foi reproduzido na memória número 2 da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, *Las pinturas prehistóricas de Peña Tú*, da autoria de Eduardo Hernández-Pacheco e Juan Cabré, publicada em 1914.

os que o Conde e Obermaier⁹⁹ tem já publicado objectos que me foram dados a par de muitos fosseis. Antes de vir para aqui estive numa caverna pintada nos arredores d'Oviedo em San Roman; soberbas pinturas paleolithicas cheias de vigor, de realidade. Ha ali uns veados, um rinoceronte e um cavallo que são verdadeiras obras primas. Amanhã iremos começar a exploração de uma gruta intacta para que eu assim possa sabêr como se começa e á tarde vêr outra gruta com pinturas. Depois d'amanhã vou a Cangas d'Onis e a Covadonga vêr a região, outras grutas pintadas e subirei um pouco pelos Picos da Europa. Por aqui estarei mais alguns dias e acabar alguma exploração e depois vou a Santander subindo então a Altamira, Castillo e Pasiega e regressarei a Madrid onde tenciono ficar uns dias¹⁰⁰. Irei depois mais uma vêz a Toledo e quero vêr se posso ir a Avila.

Parece-me que tenho aproveitado e aproveitarei bem o meu tempo e que vou para Portugal com bastante bagagem para explorar. Em França fiz a minha aprendizagem do paleolithico inferior e agora completo-a com a arte rupestre e paleolithico superior.

Quer alguma coisa de Nueva? Como tem passado o meu caro mestre? A Sn^{ra}. D. Amália¹⁰¹? Dizêr-lhe que sou tratado da maneira mais amavel parece-me desnecessario, bem como dizêr-lhe que a região não tem inveja à (???)

Abraça-o o seu amigo e discipulo grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

⁹⁹ Hugo Obermaier (1877-1946), padre católico de origem bávara, distinguiu-se pelas suas investigações sobre a arte rupestre quaternária e o Homem paleolítico, especialmente na região asturiana. A gruta de Altamira correspondeu à sua mais célebre escavação, mas também foi autor de valiosos estudos sobre estações de épocas ulteriores, designadamente de monumentos megalíticos. Autor de importantes obras arqueológicas de síntese, a mais célebre de todas *El Hombre Fósil*, publicada em 1916, apresenta uma notável visão da Humanidade paleolítica, resultante essencialmente das investigações peninsulares realizadas até então.

¹⁰⁰ Pela descrição apresentada se verifica que J. Fontes, depois desta viagem, ficou detentor de uma formação prática insubstituível e única entre os escassos arqueólogos portugueses da época, a qual se veio a somar à que tinha adquirido anos antes em França. No campo prático, no entanto, esta experiência acumulada não foi aproveitada, pelo seu definitivo abandono da Arqueologia de terreno, embora no campo teórico tenha providenciado a segurança e os conhecimentos depois utilizados na redação de obra de síntese, *O homem fóssil em Portugal*, publicada anos depois (Fontes, 1923). Note-se a identidade absoluta entre este título e o do célebre livro de Obermaier, publicado anos antes, mencionado em anterior missiva (Obermaier, 1916).

¹⁰¹ Ver notas 9 e 10.

**58. Bilhete-postal n.º 8580 (identificação MNA),
datado de Nueva (Astúrias) de 18 de outubro de 1917**

Meu caro mestre.

Aqui estou em Nueva, no solar do Conde de la Vega. Amanhã tenciono escrevêr-lhe carta. Estou satisfeito grutas pintadas, escavações e coleção que levarei¹⁰². A região é um encanto.

Recomende-me à Ex^{ma}. Snr^a. D. Amália¹⁰³.

Seu discípulo e amigo grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

Nueva (Asturias) 16/X/1917

**59. Bilhete-postal n.º 8581 (identificação MNA),
datado de Santander de 24 de outubro de 1917**

Santander 24 /X/1917

Meu caro Mestre e amigo

Estou em Santander e venho da Capella Sistina da arte quaternaria, do santuario iberico do paleolithico – e um templo magnifico lembrei-me de si¹⁰⁴.

Levo comigo grande colleccão¹⁰⁵. Estou cheio de novas ideias¹⁰⁶.

Os meus cumprimentos à Snr^a. D. Amália¹⁰⁷. Até breve.

Abraça-o o seu amigo e discípulo grato

J. Fontes
(assinatura)

¹⁰² Como atrás se referiu, era usual os arqueólogos, de visita a outros países, trazerem consigo espólios arqueológicos, oferecidos pelos exploradores das respetivas estações. Ver nota 31.

¹⁰³ Ver notas 9 e 10.

¹⁰⁴ Trata-se da caverna de Altamira, a qual viria a ser explorada anos depois por Hugo Obermaier, e a ser visitada então por outro português, o padre Eugénio Jalhay (Cardoso, 2006).

¹⁰⁵ Ver notas 31 e 102.

¹⁰⁶ Que infelizmente não colocou ao serviço da investigação arqueológica em Portugal, por ter sido obrigado a outros afazeres, tornados prioritários. Ver nota 100 e notas 80, 81 e 84.

¹⁰⁷ Ver notas 9 e 10.



Fig. 1 – Autógrafo de Joaquim Fontes, correspondente ao documento 59, bilhete-postal n.º 8581 (identificação MNA), datado de Santander de 24 de outubro de 1917.

60. Bilhete-postal n.º 8582 (identificação MNA), datado de 22 de fevereiro de 1918

Meu querido Mestre

Aqui vai a listazinha dos seus artigos sobre excursões em Portugal que não tenho:

Por Tras-os-Montes

Excursão archeologica ao Sul de Portugal

Pelo Alentejo

Da Lusitania à Bética

Pedia-lhe o favôr ou de m'os levar para o Museu ou então se passar pelo Teixeira tambem muito lhe agradeceria o favôr de ahi os deixar¹⁰⁸.

Desculpe a maçada

Um abraço do seu discipulo e amigo grato

J. Fontes
(assinatura)

22/II/1918

¹⁰⁸ Trata-se de artigos publicados em *O Arqueólogo Português*, de que se fizeram separatas oferecidas pelo Autor.

**61. Carta n.º 8583 (identificação MNA),
datada de Lisboa de 26 de agosto de 1918**

26.VIII.918

Lisboa

Meu caro Mestre e amigo.

Desculpe o meu silencio, mas a minha vida ha uns meses para cá é tão complicada, tão cheia de massadas que quando chego a casa, em regra pela meia noite, me deito estafado para no dia seguinte às 7 horas recommear a minha estafação. Sei que está bom por sua prima e pelo seu postal que ha tempos recebi e a que ainda não tinha respondido mas da sua amisade espero que serei desculpado¹⁰⁹.

Já sabe naturalmente pelo Dr. Athias¹¹⁰ da bordoada que o Virgilio me dá na Terra¹¹¹. Ao principio quiz-lhe batêr depois o Dr. Athias dissuadiu-me d'isso porque, diz elle, aquilo está escripto tão malcreadamente que cahirá sobre o nosso amigo tal porcaria. O meu amigo é tambem alvejado. Enfim com o meu emprego em sua casa – varredor da sua escada (o Dr. Athias que lhe conte o que isto quer dizêr) – não me vou dando mal e nesta crise das subsistencias sempre são uns tostões a entrar na algibeira.

Aquilo é que me sahiu um pulha, um pulha como elle chamou ao seu (d'elle) recente amigo Mesquita¹¹² quando tambem era varredor da sua escada, à minha frente em plena R. do Ouro.

Válha-nos Deus.

O meu irmão descobriu um esplendido coup-de-poing de quartzito (calhau rolado) typo do Casal do Monte, nos arredores de Vianna do Castello¹¹³. Não poude procurar mais porque foi já de noite quando regressava com a mulher à cidade que o encontrou. Afinal mesmo no Minho ha estações paleolithicas e o

¹⁰⁹ O espaçamento da correspondência e as lamentações (fundadas) pela falta de tempo para as lides arqueológicas ditaram inexoravelmente o paulatino afastamento de J. Fontes da investigação para a qual se havia tão bem preparado. Note-se que esta carta nada tem de verdadeiro valor científico, sendo apenas um desabafo a um artigo considerado insultuoso.

¹¹⁰ Ver nota 8.

¹¹¹ Refere-se a artigo que Vergílio Correia publicou na revista *Terra Portuguesa* em 1918 (Correia, 1918), no âmbito da polémica gerada pela publicação em 1916 do opúsculo de Juan Cabré *Arte prehistórico gallego y português* (Cabré, 1916). Ver nota 73.

¹¹² Ver notas 17, 51, 64, 73, 74, 75, 130 e 201.

¹¹³ É mais provável que se trate de um pico do tipo asturiense, e não de um biface paleolítico, muito frequentes ao longo do litoral a norte de Viana do Castelo, sendo recolhidos até à atualidade em grande quantidade na maré-baixa.

que falta é explora-las. Se eu este anno ahi fôr como tenciono, alguma coisa de novo encontrarei para imolação do nosso amor Virgilio.

É pena que sendo nós tão poucos andemos assim a tratar-nos. Mas a culpa não é nossa.

Estimo que continue passando bem de saude e que traga farta colheita.

Abraça-o o seu amigo muito obrigado e discipulo grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

**62. Bilhete-postal n.º 8584 (identificação MNA),
datado de 27 de janeiro de 1919**

Meu caro Mestre e amigo.

Inutilmente tenho, ha já uns dias, querido sabêr de si pelo telephone. Não tenho obtido ligação e confeço-lhe que ando um pouco preocupado. Quer dar-se ao incomodo de me mandar um postal? Tenha paciencia do tempo que lhe roubo.

Abraça-o o seu amigo e discipulo grato

J. Fontes
(assinatura)

**63. Bilhete-postal n.º. 8585 (identificação MNA),
datado de Lisboa de 2 de setembro de 1919**

Meu presado Mestre

Agradeço as suas noticias.

Estou cheio de trabalho; não tenho tempo de coçar as pulgas!

Com respeito ao coup-de-poing as informações que posso dar: estrada de St.^a Martha a Portozelo (Vianna do Castello)¹¹⁴.

Peço-lhe que me recomende ao Dr. Athias.

Um abraço do seu discipulo e amigo sincero

J. Fontes
(assinatura)

¹¹⁴ Trata-se de região onde, menos de dez anos volvidos, já havia uma assinalável abundância de ocorrências de tipo asturiense conhecidas, primeiramente devidas a Rui de Serpa Pinto, depois graças a Abel Viana, Afonso do Paço e outros investigadores, tendo culminado na década de 1940 com as explorações de H. Breuil e seus colaboradores, alguns deles os antes citados. Ver notas 113 e 224.

**64. Bilhete-postal n.º 8586 (identificação MNA),
datado de Guimarães de 15 de outubro de 1919**

Guimarães

15/X/1919

Meu caro Mestre e amigo

Tive que sahir de Lisboa com urgencia para trazêr um doente aqui ao Norte e por isso não me foi possivel ir abraça-lo e entregar-lhe a sua encomenda. Desculpe. Na 2.^a feira passei toda a manhã a telefonar-lhe mas não obtive nunca ligação apesar de ouvir a voz de sua criada e até a sua.

Até breve. Devo chegar a Lisboa 3.^a ou 4.^a feira. Estou em Guimarães. Se quizer a sua encomenda peça a meu pae.

Abraça-o o seu discipulo e amigo

J. Fontes
(assinatura)

**65. Bilhete-postal n.º 8587 (identificação MNA),
datado de Arganil de 22 de outubro de 1920**

22/X/1920

Meu caro Mestre e amigo.

Tinha toda a razão no que dizia de Arganil. É uma região encantadora, muito risonha nas baixas a par de (???) nas montanhas. Estamos encantados. Por enquanto não vi nada de archeologia; só encontrei uma igreja romanica aqui nos arredores e que ainda não vi citada.

A Antonia¹¹⁵ recomenda-se muito.

Abraça-o o seu discipulo e amigo grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

¹¹⁵ Mulher de J. Fontes. Ver notas 4 e 11.

**66. Bilhete-postal n.º 8588 (identificação MNA),
datado de 15 de outubro de 1921**

Meu caro Mestre e amigo.

Ha dias quando estive consigo esqueci-me de lhe dizêr que um espanhol de Santiago a quem desejo sêr agradável porque me pode fornecêr umas gravuras rupestres muito importantes para interpretação das de Gião¹¹⁶, me pediu os Maias. Ora eu creio que ha uma 2ª edição. Se portanto não tivêr nenhum exemplar que queira ofertar ao homem o que eu por estas razões agradecia, pedia-lhe o favôr de dizêr qual foi o editor.

Como está? Quando vem jantar? Amanhã 4ª feira vou ao Museo pela tarde. Quando telefona a dizêr do jantar?

Seu discipulo e amigo muito grato

J. Fontes
(assinatura)

**67. Bilhete-postal n.º 8589 (identificação MNA),
datado de 14 de julho de 1923**

14/VII/1923

Meu querido amigo

Como tem passado? Depois de uma felissisima excursão pelo norte do paiz aqui estou em Madrid à sua disposição. A exploração do Soajo é Kolossal e à vista falaremos¹¹⁷. É qualquer coisa de unica no mundo.

Infelizmente (estão a acabar as pesetas!) até breve.

Um abraço do seu amigo

J. Fontes
(assinatura)

Antónia recomenda-se.

¹¹⁶ Santuário rupestre do concelho de Arcos de Valdevez, atribuível essencialmente à Idade do Bronze, publicado primeiramente por J. Fontes (Fontes, 1932).

¹¹⁷ Infelizmente, nada publicou desta região.

**68. Bilhete-postal n.º 8590 (identificação MNA),
datado de 2 de dezembro de 1924**

Meu caro Mestre

Conforme o prometido escrevo-lhe ao chegar a casa para lhe dizêr que estou nomeado professor livre¹¹⁸. Levei a cruz ao calvario e estou felizmente livre de tanta maçada.

Agradecendo-lhe o seu cuidado sou
Discipulo e amigo muito grato.

J. Fontes
(assinatura)

**69. Bilhete-postal n.º 8591 (identificação MNA),
datado de Paris de 13 de abril de 1925**

Paris 13/IV/1925

Meu caro amigo

Pascoa feliz é o que do coração lhe desejo. Por enquanto so tenho tratado de medicina, mas em breve volto aos calhaus¹¹⁹. Sigo a 18 para Londres e se quiser de cá alguma coisa diga (Hotel Bergère – Rue Bergère para onde volto a 26).

Abraça-o o seu amigo muito grato.

J. Fontes
(assinatura)

¹¹⁸ Tratava-se de uma categoria que já não existe nas Universidades portuguesas, sucedendo-se à de segundo assistente (no caso, da área de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa), que vinha desempenhando desde 1919 e antecedendo a de Professor auxiliar, que atingiu em 1928 (Paço, 1960, p. 13). Apesar de ainda corresponder a um posto pouco relevante, proporcionava-lhe a tão almejada segurança no emprego.

¹¹⁹ A forma displicente como se refere aos estudos de arqueologia revela já quanto se encontrava mentalmente afastado da investigação arqueológica. Em contrapartida, estava em plena atividade científica na área em que se graduou, como se deduz desta missiva.

**70. Bilhete-postal n.º 8592+A (identificação MNA),
datado de 29 de agosto de 1925**

Meu caro Mestre e amigo

Sei que está em Lisboa e desejo-lhe que tenha tido boas férias. Como sabe ha este ano o Centenario da Faculdade e parece mal que eu convidado a fazêr conferencias nada faça. Lembrei-me e já falei nisso ao Athias de ir à arqueologia e fazêr assim o discurso, mas para isso preciso de sua autorização. Dê licença que eu estude, fotografe e publique lapide de Endovelico, craneo trepanado de Torres e sepultura de medico romano, afóra alguma coisa mais que eu lá veja (por ex. Biberons etc.) ou de que o meu amigo se lembre e me queira informar? Filho da Velha Escola, assistente e professor livre da mesma sinto-me obrigado a isso e à sua amizade peço esta ajuda¹²⁰.

Seu discipulo e amigo grato

J. Fontes
(assinatura)

Junto papel manuscrito de J. Leite de Vasconcelos:

A Comissão das festas do Centenário não só me nomeou p. faser pt. da sub-comissão da exposição de Medicina retrospectiva, mas officou-me para eu lhe enviar o que do Museu houvesse do assunto. Tencionava remeter varios objectos para o que já pedi autorização ao Ministro, (???) Medicina dos selvagens, um esboço da medicina lusitana (e que aproveitasse e desenvolvesse o que já disse nas Religiões, onde está o principal: medicina prehistorica, protohistorica, e lusitano-romana), e algo também medicina popular. Ha muito que penso em escrever sobre a medicina lusitana, e até já haverá uns 2 anos eu disse ao Costa Sacadura¹²¹ que lhe havia de ler na Soc. da Sc. Medic. o que eu escrevesse. Pois que, sendo eu medico, deixei a medicina, queria faser alg cousa no campo da Hist. Medica, ligando isto agora com o que escrevi para o Porto. – Todavia, visto que o meu am. quer tratar do assunto ponho as cousas do Museu á sua disponib e faça o meu am. a descrição dos objectos, que a fará melhor do que eu a faria¹²².

¹²⁰ Fazia todo o sentido o pedido de J. Fontes a Leite de Vasconcelos para que o autorizasse a estudar espólios do Museu Etnológico relacionados com a história da Medicina, para documentar conferência que se propunha fazer aquando das comemorações do centenário, em 1925, da fundação da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, já então designada Faculdade de Medicina de Lisboa. Ver notas 5, 122, 132 e 237.

¹²¹ Prof. Sebastião Costa Cabral de Sacadura. Ver nota 89.

¹²² Leite de Vasconcelos usou neste esboço de resposta de toda a sua capacidade retórica, informando de forma sibilina o seu amigo da sua prioridade em participar nas referidas comemorações, sem deixar de lhe colocar os objectos requeridos à sua disposição, colocando-o assim numa posição difícil: com efeito, fez questão de lhe referir que, ele próprio, fazia parte da organização oficial das comemorações e até já tinha organizado um programa expositivo a tal respeito. Sabe-se que, apesar das sugestões ulteriormente expostas por J. Fontes em missivas não datadas sobre esta questão, foi a ideia que Leite de Vasconcelos tinha desde o início sobre esta questão, cuidadosamente apresentada a

71. Carta n.º 8593 (identificação MNA),
datada do Luso de 27 de julho de 1935

Meu caro amigo.

Tive que sair de Lisboa antes de acabar os exames visto que voltei a deitar um calculo do meu rim. Fugi aqui para o Luso onde me encontro ao seu dispor.

Antes de partir falei com o Athias acerca do seu pedido e espero que as cousas tenham corrido bem.

Se precisar alguma coisa de aqui pode dispor de mim como lhe aprouver.

Abraça-o com muita estima e consideração o seu amigo muito grato

Joaquim Fontes
(assinatura)

72. Bilhete-postal n.º 8594+A-B (identificação MNA),
datado de Sintra de 21 de outubro de 1940

Meu (???) Mestre e amigo

Só hoje 21 recebi o seu postal pois estou ainda fora de Lisboa. Devo voltar de ali, do meu Casal perto de Sintra, em 30 ou 31 de êste mez. Então procurarei o folheto de Gonçalves Lopes que precisa.

Tenho pena de não estar já na minha casa de Lisboa para lh'o levar imediatamente.

Suponho que não precisa urgentemente de êle. Caso assim seja pedia-lhe o favor de me dizer.

Na verdade ha anos que não nos vemos. Uma vida agitada pela medicina e pela biologia a par de doença grave e operação tambem grave tem-me inibido de o ver¹²³.

Discipulo e amigo muito grato

J. Fontes
(assinatura)

21/X/40

J. Fontes até este a compreender completamente, aquela que vingou: com efeito, foi autor de um opúsculo publicado no âmbito das comemorações, dedicado à Medicina dos Lusitanos (Vasconcelos, 1925a), ao passo que de J. Fontes nada se conhece publicado naquele âmbito, ao contrário do que desejava de início. Ver notas 5, 120, 132 e 237.

A referência ao que havia escrito para o Porto prende-se com as comemorações também em 1925, do centenário da fundação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde Leite de Vasconcelos cursou Medicina e se graduou médico, em 1886, e em cujas comemorações participou com a publicação do estudo etnográfico *A Figa* (Vasconcelos, 1925c).

¹²³ Anos de silêncio, pelo menos epistolar, por parte de J. Fontes, perante o seu antigo Mestre, embora pudessem ter mantido contacto telefónico, como sugere a carta anterior, não podem ser justificados com uma vida agitada de caráter profissional, nem com problemas de saúde. Houve de facto um afastamento inexorável, decorrente do abandono das investigações arqueológicas por sua parte. Aliás, esta missiva surgiu na sequência de um pedido de Leite de Vasconcelos para devolução do folheto que Fontes retinha consigo. Enfim, recorde-se que este se encontrava a menos de um ano de falecer, e, tendo a sua saúde declinado fortemente por aquela altura, o que seria normal por parte de alguém que mantivesse acesa a chama verdadeira da amizade, seria visitá-lo amiúde.

8594 A Papel autógrafo de J. Leite de Vasconcelos anexo ao postal

Ex. Sr. Dr. Joaquim Fontes, Presidente da Secção prehistorica do Museu do Carmo¹²⁴

Tencionava ir hoje assistir à sessão, e faser uma breve comunicação arqueológica, porém vejo-me obrigado a faltar por motivo imprevisto. A comunicação respeitava às seguintes aquisições feitas ult, pelo Museu Etnologico.

instrumento paleolitico do Alto Minho, oferecido pelo P.^e Miranda¹²⁵

instrumento paleolítico das margens do Caia, oferecido pelo Sr. Leren Antunes, de Elvas¹²⁶.

Todos estes instr. pertencem ao paleolitico inferior, e foram achados à superficie do terreno.

Picos do tipo instrumento asturiense, oferecido pelo Sr. Ruy de Serpa Pinto, do Porto¹²⁷.

Pico do mesmo tipo, oferecido pelo Sr. Abel Viana, Professor oficial de Seixas (Alto-Minho)¹²⁸

Todos estes picos se relacionam com os que o Dr. Serpa Pinto (???) em opúsculo de que já V.V. deu noticia em uma sessão da nossa Associação¹²⁹.

Vê-se que o periodo paleolitico, ainda ha pouco era quasi desconhecido em Portugal, se vai achando cada vez mais, depois do impulso que V.V. deu a estes achados com os seus felizes achados do Casal do Monte.

¹²⁴ Este manuscrito deve ser anterior ao postal a que atualmente se encontra associado, pois menciona pessoas que ainda então estariam vivas, como é o caso de Rui de Serpa Pinto, falecido em 1933. É muito interessante verificar que Leite de Vasconcelos, embora cada vez mais empenhado na publicação, a sua *Etnografia Portuguesa*, se mantivesse desperto pela investigação arqueológica, neste caso publicando síntese das novidades sobre o período Paleolítico então ainda quase desconhecido em Portugal, excetuando a região de Lisboa.

¹²⁵ Padre Saraiva de Miranda, investigador local e que ao Paleolítico do Alto-Minho dedicou diversos estudos, em resultado das colheitas de materiais por si realizadas.

¹²⁶ Engenheiro Leren Antunes Barradas, que foi o descobridor das riquíssimas estações paleolíticas do rio Caia, na sequência dos primeiros achados realizados por H. Breuil, aquando da sua inopinada prisão em Arronches, em 1916 (Breuil, 1917), tendo publicado o resultado preliminar dos seus trabalhos de campo em 1939 (Barradas, 1939).

¹²⁷ Rui de Serpa Pinto (1907-1933) publicou em 1928 (Pinto, 1928) os resultados das suas colheitas de materiais líticos ao longo do litoral minhoto, tendo definido o Ancorense, indústria afim do Asturiense do litoral cantábrico.

¹²⁸ Abel Gonçalves Viana (1896-1964) iniciou as suas atividades no campo etnográfico e arqueológico no Alto-Minho, de onde era natural. Sobre as indústrias paleolíticas desta região, publicou diversos contributos, destacando-se a síntese de 1930 (Viana, 1930).

¹²⁹ Deve referir-se ao estudo publicado por Rui de Serpa Pinto em 1928. Ver nota 127.

**8594 B Papel autógrafo de J. Leite de Vasconcelos anexo ao postal,
datado de 29/7/1917 ⁽¹²⁹⁾**

Meu querido amigo Dr. Joaquim Fontes

Respondendo á pergunta que me fez acerca das duas chapas, ou placas de lousas publicadas em 1915 na minha Historia da Nossa Etnologia, fl. 354, n.^{os} 17 e 18, direi o seguinte.

O chapão n.^o 17 encontrou-se, segundo notas ibidem, na anta n.^o 6 da herdade dos Cavaleiros, concelho de Ponte de Sôr, quando a explorei (no dia 8 de Junho de 1910), como consta d' O Archeologo, XV, 248-249, onde escrevi o seguinte: «Appareceram seis placas de lousa, sendo uma com uma gravura que representa uma cara, objecto muito raro».

O chapão n.^o 18 apareceu no concelho de Mertola, e foi-me oferecido com outro a meu pedido (p. O Museu), pelo meu colega e amigo Otto von Haffe. Inscrevi-os ambos em 1911 no Livro das Entradas dos objectos do Museu, fls. 52, com os n.os 3454-3455 e com estes explicitarei os dizeres: «Duas placas de lousa prehistoricas, com ornamentação, – uma d'ellas representa uma cara tatuada – achadas etc.»

Os dois referidos objectos os expus no Museu Etnologico ao publico logo após a entrada, isto é, em 1910 e 1911.

Até 1915, em que dei a lume a (???) na Historia do Museu, eles estiveram porém, como creio, propriamente inéditos: pelo (???) que nenhuma pessoa bem educada e sensata se atreveria reproduzil-os sem minha autorização, – já por ser essa a cortesia, e o dever (Regulamento do Museu, art. 12.^o, §§ 1.^o e 2.^o), já porque no caso presente seria eu quem melhor poderia dar informação a respeito da proveniencia dos mesmos objectos.

Se precisar de mais alg. indicação, fico ao seu dispôr, e tem liberdade de publicar esta carta, querendo¹³⁰.

29.VII.917

¹³⁰ Este autógrafo de Leite de Vasconcelos nada tem a ver naturalmente com o postal a que se encontra agregado. Prende-se com polémica que em 1917 estalou entre o próprio e Vergílio Correia, e em que foi envolvido Joaquim Fontes. A questão centra-se nas duas placas de xisto mencionadas neste documento, a qual, tendo sido oferecidas a Leite de Vasconcelos, foram por este expostas no Museu sem terem sido previamente publicadas. Sendo de acesso público, Vergílio Correia solicitou a Alberto Sousa, seu Amigo, que as desenhasse, tendo sido por ele publicadas em 1915 (Correia, 1915), antes de Leite de Vasconcelos, com base em outros desenhos que mandou executar, as ter publicado, na História do Museu Etnológico, formalmente com a mesma data, de 1915, mas só saída em 1916, como aliás decorre da correspondência agora publicada. Aquando da publicação em 1916 da obra de Juan Cabré, Arte rupestre gallego y portugués (Cabré, 1916), as mesmas duas placas são reproduzidas, a partir da obra de Vergílio Correia, mas erroneamente são atribuídas à obra de Leite de Vasconcelos, o que motivou logo a primeira crítica ao referido trabalho (na verdade, a quem esteve por detrás da sua publicação, que foi J. Fontes) de Vergílio Correia, publicada logo no ano seguinte (Correia, 1917). As observações apresentadas por Vergílio Correia não deixaram de ter resposta, por parte de Joaquim Fontes (Fontes, 1918), sendo elas mesmas objecto de tréplica (Correia, 1918).

O presente documento insere-se na estratégia de Leite de Vasconcelos responder a Vergílio Correia por interposta pessoa, evitando envolver directamente o seu nome na contenda, apresentando elementos para que J. Fontes pudesse elaborar a réplica que efectivamente veio publicar em 1918 (Fontes, 1918). Ver notas 17, 51, 64, 73, 74, 75, 83, 111, 112, 143 e 201.

CORRESPONDÊNCIA DE JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS PARA JOAQUIM FONTES – ARQUIVO HISTÓRICO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA

1. Cartão de visita «D.^{or} J. Leite de Vasconcellos», não datado

Vinha saber como estava das suas queimaduras. Pelo que me diz a criada, está melhor, e isso estimo.

A respeito da viagem é o que se vê!

2. Bilhete-postal, com data imperceptível no carimbo

Caro amigo,

Anda-me a apetecer uma ascensão ao Casal-montês; e então com este lindo sol a provocar-nos, e a fazer-nos reluzir diante de nós as pedras paleolíticas!

Se quiser ir Domingo, mande dizer pelo telefone. Eu estarei no Arco do Cego às 9 ½¹³¹.

Seu am. ob.

Leite
(assinatura)

3. Bilhete-postal, com data imperceptível no carimbo

Caro amigo.

De Medicina popular não posso tratar agora; o que podia dizer de modo geral, já o escrevi p. o Porto; (???) a Etnografia convenientemente, e também impossível fazer (???) em 3 meses, de mais a mais assoberbado com outros trabalhos (???). Os objectos etnograficos que o Museu expõe são (???) de uma lista apenas o que creio que o Valença já fes. A unica cousa que eu podia faser de colaboração consigo, e rapidamente, creio que já disse, por ter quasi tudo já escrito e publicado.

¹³¹ Este postal evidencia bem, como outros, a cumplicidade e familiaridade que unia os dois amigos; nele, Leite de Vasconcelos desafia J. Fontes a mais uma saída dominical à célebre estação paleolítica de Casal do Monte, perto da Póvoa de Santo Adrião (Loures), partindo de eléctrico da antiga estação central do Arco do Cego até à Calçada de Carriche, e fazendo a parte restante do caminho a pé. Embora não datado, o postal deve ser dos primeiros anos da década de 1910, tendo Leite de Vasconcelos cerca de 55 anos e Fontes cerca de 20.

Não eram inexequíveis duas leituras históricas, uma sobre um tema geral, outra sobre um ponto d'este tratado mais desenvolvidamente¹³².

Mas o melhor é irmos á fala, porque às palavras escritas dão-se ás vezes interpretações que elas não devem receber. Se o meu am. ve este cenário, marcaremos uma noite; senão vem ainda, como os domingos são livres p. ambos, marcaremos encontro para o dia 4, em local e hora que (???) (sempre melhor, de tarde ou á noite).

Cumprimentos, á sua Esposa, cujas melhoras desejo.

Seu am. obg. e at.

J. L. de V.

4. Bilhete-postal, com data impercetível no carimbo

Não entendo a paginação das provas, mas continuo agora o trabalho da revisão.

Precisa, pois, de apparecer.

Seu am.

Leite

5. Bilhete-postal, com data impercetível no carimbo

Am.

Não pude ir à sessão da Socied. de Hist.¹³³ porque cuidei que era à noite; e quando estava p. ir, é que vi que fôra de tarde. Póde deixar-me os índices, bem acondicionados, no Teixeira, aonde vou frequentemente.

Cumprimentos.

Seu am. Ob.

J.º Leite

¹³² Esta missiva tem a ver com a participação de ambos nas comemorações do centésimo aniversário da fundação da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, em 1925, através de conferências relacionando a medicina com as áreas que cada um deles tratava. O contributo sobre Medicina popular, a que Leite de Vasconcelos alude, corresponde ao trabalho "A Figa", publicado em 1925 no âmbito das comemorações do centenário da Faculdade de Medicina do Porto (Vasconcelos, 1925c). Ver notas 5, 12, 120, 122 e 237.

¹³³ Sociedade de Estudos Históricos, editora da «Revista de História», onde J. Fontes publicou vários trabalhos científicos.

6. Bilhete-postal, com data impercetível no carimbo

Columbeira

Caro amigo

Nada paleolítico, nem sinaes, Ontem entrei em 3 grutas, e nenhuma pinturas vi¹³⁴. Em compensação já tenho 26 machados polidos bons (e 22 quebrados), 2 machados chatos de cobre, uma carranquinha romana e uma moeda romana, e alguns objectos de arqueologia portuguesa. Já vê que o meu descanso deu alguma coisa. E ainda hoje hei-de fazer uma excursão que espero renda um pouco.

No Domingo à tarde chego a casa. 2^a feira estarei em Lx. Não sei ainda se na 3^a ou 4^a sairei p. o Alemtejo. Depende de circunstancias que saberei em chegando.

Cumprimentos à Ex. Família.

Seu am. obr.

J. L.

Entre os instr. Neolíticos conta-se um machado novo em folha de mais de 2 decímetros de comp. e um lindo raspador branco.

No caminho do correio apanhei mais dois, chovem!

7. Bilhete-postal, com data impercetível no carimbo

Fundão, Dom.

Caro amigo

Pela 3^a vez me pedem de Torres Novas que mande continuar a exploração das grutas.¹³⁵ O Chaves vai p. Extremoz. O Dr. Felix é que devia ir, mas certamente

¹³⁴ Vê-se que uma das grandes preocupações arqueológicas de Leite de Vasconcelos no início da década de 1910 (a que pertence por certo esta missiva), também instigada pelas descobertas realizadas pela mesma época em Espanha, era a identificação de pinturas rupestres nas grutas calcárias da Estremadura, no que era acompanhado por J. Fontes, cuja falta de tempo não permitiu que se envolvesse tanto na exploração de tais cavidades quanto o desejo do Mestre: ver a tal respeito, o documento 46 da correspondência enviada por J. Fontes acima transcrito e o documento seguinte. A sua presença frequente na Columbeira, tal como no Peral, povoações dos concelhos de Bombarral e de Cadaval, decorre do facto de ali ter parentes, em casa dos quais se alojaria.

¹³⁵ Esta carta relaciona-se com a que J. Fontes remeteu, em resposta a Leite de Vasconcelos, a 29 de Agosto de 1916 (documento 46, acima transcrito). J. Fontes tinha acabado de concluir, em 7 Agosto desse ano, o curso de Medicina, não lhe sendo virtualmente possível assegurar a exploração desta gruta da região de Torres Novas, dada a provável falta de apoios financeiros para tal e a prioridade, legítima, que devia dar ao exercício da sua verdadeira profissão de médico. Leite de Vasconcelos, com efeito, limitava-se a perguntar a Fontes se desejava ou podia ir, articulando tal ida com Félix Alves Pereira, antigo Conservador do Museu (saiu em 1911), sem avançar com nenhuma garantia de apoio financeiro, o que era natural para quem, como ele, dificilmente poderia ser

não póde. Quer ir o am. Fontes? No caso afirmativo, pedia-lhe que depois combinasse alg. coisa com o Felix. Do que preciso agora é da resposta: sim ou não, para eu ter que dizer ao dono do terreno. Eu bem estimaria que fosse, e isso era-lhe util.

Já arranjei 6 inscrições romanas! E obtive, não sei se já lhe disse, um stilus romano.

Sem tp.º p. mais.

Se receber este a tempo de me poder responder na 2ª feira, queira escrever-me para Fundão. Se não receber, então escreva para Covilhã, posta-restante.

Cumprimentos

Abraça-o

Seu am.

Leite

No caso de querer ir, quando póde?

Temos dois (???): 1) saber eu se o Fontes que ir;

2) combinar com o Felix. A sua ida era só no caso do Felix (???)

Não (???) nem eu preciso agora de sua resposta p.a dar ao dono.

8. Bilhete-postal, com data impercetível no carimbo

Caro am.

O livro do Ferreira era p. um frégues.

O meu am. se se lembrar levará o seu amanhã, p. eu ver, e depois o encomendar.

Cumprimentos

Seu am.

Leite

sensível a tal realidade, por ter garantido o seu salário como professor universitário, e ser pessoa sem família que dele dependesse.

A alusão à ida de Luís Chaves, funcionário do Museu, a Estremoz, relaciona-se com as escavações que então realizava na grande *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial, o que permite situar a missiva em 1915. Ver notas 70, 80, 81, 84 e 100

9. Bilhete-postal, com data impercetível no carimbo

Caro amigo

Diz a minha serva que lhe parece que o meu amigo dissera que vinha 3^a feira cá. Se tinha de vir, peço-lhe não venha nesse dia, e venha noutro, pois 3^a feira jantamos fóra de casa com umas parentas¹³⁶.

Cumprimentos.

Seu am. obr.

J. Leite
(assinatura)

10. Carta de pequeno formato, sem data

Caro am.

Pedem-me do conselho de Arte¹³⁷, p. o bilhete de identidade, o meu retrato ????. com as dimensões de 4 1/?x4. Poderíamos tirá-lo Domingo no Museu¹³⁸?

Quer vir p. m^a. casa, ou quer aparecer lá? Na 1^a hypothese poderia pôr-se a ???? outra escolha do local.

Em todo o caso diga à Mamã se janta cá.

Seu am.obr.

J.L.V
(assinatura)

¹³⁶ O plural significa que Leite de Vasconcelos vivia nesta altura acompanhado em sua casa, por sua Prima, D. Amália, muito mais nova do que ele. A alusão a "parentas" significa que tinha na capital, outros familiares, embora afastados. Ver notas 9, 10 e 228.

¹³⁷ Refere-se ao Conselho de Arte e Arqueologia, criado pelo Governo da República, de que era Vogal.

¹³⁸ Trata-se da fotografia que consta do seu cartão de identidade como Vogal do referido Instituto, datado de 15 de Julho de 1913, data que será próxima da missiva (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 158). O pedido para J. Fontes lhe tirar o retrato confirma a sua atividade como fotógrafo e a ausência no Museu de um profissional daquela índole. Ver notas 14, 44, 62 e 152.

11. Bilhete-postal, datado de 21 de Fevereiro

21.II

Caro am.

Primeiro que tudo, (???) que sua (???) mãe já esteja restabelecida.

Pois que o meu am fes o favor de tirar as fotografias da (???), digo-lhe mais o de (???) enviar as provas, pois está o (???) a desenhar o resto, e não sei o que foi que o m am fotografou, e temo que se façam desenhos repetidos. Alem d'isso desejava enviar o artigo a Imprensa¹³⁹.

Seu am

Ha dias ouvi a sua voz, (???) passar numa escada.

J. Leite
(assinatura)

12. Bilhete-postal, datado de 7 de Agosto (de 1920?)

Foz do Douro

7.VIII.

Caro amigo

Saí de Lisboa sem lh'ó diser, pque o meu telefone esteve na vespera da partida um pedaço sem funcionar. D'aqui vou por esse Norte a cima, até Melgaço. Peço-lhe pergunte outra vez a seu mano o local em Viana onde encontrou o instrumento paleolítico¹⁴⁰ para: Famicão (ao cuidado do Sr. Julio Brandão, no Hotel Central); – mas há-de escrever-me logo, pque eu apenas estarei um dia em Famicão. Publiquei mais uns trechos da Etnografia num jornal (???) provinciano. – Continuo doente das pernas, e já esta semana tive tres veses dores de cabeça, apesar do pouco trabalho intelectual. – No Porto vi o M. Correia¹⁴¹ e o (???), e em casa de um amigo uma colecção de vasos romanos, um d'eles da minha terra! – Cumprimentos à Ex. Esposa.

Seu am. obr.

Leite de Vasconcellos
(assinatura)

¹³⁹ Ver nota 138.

¹⁴⁰ Ver notas 113 e 114.

¹⁴¹ António Augusto Esteves Mendes Corrêa (1888-1960), ilustre Professor de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto e Arqueólogo, amigo e correspondente de Leite de Vasconcelos.

13. Bilhete-postal, datado de 21 de agosto

Londres 21.

Caro amigo:

Levo a visita do Museu Britânico por ordem, e ainda não cheguei à Prehistória apesar de ter já percorrido 20 e tantas salas. É assombroso!¹⁴²

Visitas seus Paes e Irmão.

Abraça-o o seu am. obr.

J. Leite
(assinatura)

14. Bilhete-postal, datado de 23 de agosto

Alpedrinha

23.VIII.

Caro am.

Agora é impossível fazer-se o que deseja, (???) varias noticias que lhe direi depois.

Ha dias recebi a sua carta, a q não respondi pq tenho andado por Seca e Meca. Tenho colhido alg. cousas boas, e já enviei 3 caixotes e 3 lapides.

Faz mt. calor, e ha mt. mosca.

Não irei ainda para fazer a ascensão à Serra.

O Cabré tambem me pediu copia da inscrição, e eu tencionava pedir-la a um engenheiro. Porém não bastava os desenhos que dei nas Religiões?

Cumprimentos

Abraça-o

Seu am. Obr.

J. Leite
(assinatura)

¹⁴² Missiva remetida por Leite de Vasconcelos aquando da visita de estudo a França e a Inglaterra realizada entre 10 de Agosto e 8 de Outubro de 1913, de que resultou a obra *De Campolide a Melrose* (Vasconcelos, 1915c). Conforme indica na respetiva nota introdutória, esteve em Londres de 16 de agosto a 7 de setembro, enquadrando-se deste modo o presente postal naquele período. Ver notas 56, 172 e 176.

15. Bilhete-postal com carimbo de 28 de abril de 1910

De todo me esqueci de lhe dar pecunia para as compras! Desculpe. Não pensei no que é a bolsa dos estudantes!

Seu am. Obr.

Leite

16. Bilhete-postal ilustrado “Vizeu Cava de Viriato”, datado de 8 de Junho de 1910

Escrevo-lhe do interior do Alemtejo, de uma região dolmenica. Já explorei seis antas. O espolio não foi grande, mas ha um objecto importante (placa de lousa com cara gravada na frente e em cima)¹⁴³. Tenho a par obtido outros objectos. Isto, além de uma colleccão que me está reservada. Felismente tenho passado bem de saude, e estou esplendidamente hospedado em casa de um amigo. Ao mesmo tempo observo costumes, e colho linguagens. Tambem cá vi um carro de pastor, como aquelle que vimos nos Saloios. – De paleolitico é que nada encontrei ainda, apesar das minhas buscas. Isso é só lá para o Casal do Monte, e privilegio das tres esperanças¹⁴⁴.

Cumprimentos a seus Ex.^{mos} Paes, e Mano.

Devo estar ahi nos começos da semana proxima.

Ando em companhia de outro amigo, entusiasta da archeologia.

Seu am. Obr.

J. L. de V.

¹⁴³ Trata-se de placa de xisto que Leite de Vasconcelos recolheu na anta n.º 6 da herdade dos Cavaleiros, concelho de Ponte de Sôr, quando a explorou, tendo-a publicado em *O Archeologo Português*, 15, p. 248-249, nesse mesmo ano de 1910. Ver notas 17, 51, 64, 73, 74, 75, 83, 111, 112 e 201.

¹⁴⁴ É expressiva a forma terna com que Leite de Vasconcelos designa os irmãos Fontes e o seu amigo Gonçalo Santa Rita, os descobridores de Casal do Monte, no ano anterior, ainda alunos finalistas do Liceu Camões. Lembre-se que o Mestre nesta altura estava com 52 anos, o que não o dispensava de prestar uma atenção desvelada aos seus jovens amigos, ainda adolescentes.

**17. Bilhete-postal «Antiga Casa Bertrand»,
com carimbo de 20 de julho de 1910**

Se na 5^a f. estiver desocupado, e puder aparecer pela Bibl.^a p.^a lá me ajudar num trabalhinho, agradecerei. E desculpe¹⁴⁵.

Seu am.

Obr

J. Leite

**18. Bilhete-postal, com carimbo de 19 de agosto de 1910
(resposta ao postal 8537)**

Suppus que ficasse preso no forte; como porém está solto e livre, é o que se quer. Na 3^a lá o espero.

Seu am. obr.

Leite

19. Bilhete-postal, datado de 29 de setembro de 1910

Santa + do Douro

Ontem à tarde recebi o seu telegrama, que mto. agradeço. Felicito-o pelo descobrimento. Foi talvez em trabalhos da rua? Eu em indo, verei com mt. prazer tudo isso. Eu devo estar em Lisboa no dia 4; isto é, chego nesse dia, e no dia 5 vou de manhã ao Museu, e depois á Biblioteca. De saude estou já bem; agradeço o seu cuidado. Se o tempo o permittir, espero continuar a excavação (um dia ou dois) no castro pre-romano que aqui tenho, mas que pouco continua dar¹⁴⁶. – Além dos 4 machados de bronze de que já lhe falei, não adquiri mais nada, senão uma moeda do sec. III. No Domingo espero fazer uma excursão que talvez renda algo. De ethnographia litteraria e lexicographia é que tenho colhido muito. Não se descuide do allemão. Sempre um pouco cada dia¹⁴⁷. Cumprimentos à Ex. Familia, e a St. Rita. – Já sei que tem ido ao Museu, o que mt. lhe agradeço. Seu am. obr.

J. L.

¹⁴⁵ Os termos desta missiva constituem mais uma evidência da cúmplice familiaridade cedo estabelecida entre ambos.

¹⁴⁶ Trata-se provavelmente de sítio localizado perto ou na da Quinta de Mosteirô, pertença de um seu familiar, onde Leite de Vasconcelos estanciou por diversas vezes, e realizou explorações. Há, de facto, diversos familiares seus que lhe escreveram desta localidade (Coito, 1999).

¹⁴⁷ Este princípio seguiu-o Leite de Vasconcelos até ao fim da vida (Machado, 1999-2000).

20. Bilhete-postal, com carimbo de 3 de outubro de 1910

Douro, Domingo

Caro am.

Emvesde, comolhedisse, estarna Bibl. na 4^a. f., só estarei na 5.^a, depois do ½ dia.

O mau tempo impediu-me a excavação, e por isso fico mais um dia, a ver se ainda a faço.

Hoje vou dar um passeio todo o dia a cavallo, a ver se obtenho alguma coisa, mas com poucas esperanças.

Seu am. obr.

J. L. de V.

21. Bilhete-postal, com carimbo de 21 de dezembro de 1910

Amanhã, 5^a f., vou para Evora, e só regresso Domingo.

-

Vou a escrever-lhe a andar na rua¹⁴⁸.

Desculpe a pressa

Seu am.

Leite
(assinatura)

22. Bilhete-postal ilustrado «Aveiro – Ponte sobre a ria», datado de 8 de setembro de 1911

Aveiro 8-IX-911¹⁴⁹

De 15 em diante o meu endereço é Santa Cruz do Douro.

J. L. de V.

¹⁴⁸ Era proverbial o afã de leite de Vasconcelos em não perder tempo, preocupação que se acentuou depois de dobrar a casa dos 70 anos, quando encetou com afinco a redação sistemática da sua obra maior, a *Etnografia Portuguesa*; por isso, todas as alturas lhe serviam para tratar de questões que tinha pendentes. É curioso, no entanto, que se tenha lembrado de escrever a J. Fontes, só para lhe dizer que só regressaria no domingo, não querendo deixar o seu amigo privado das suas notícias. Nestes pequenos detalhes se evidencia a atenção que dispensava a todos eles, especialmente àqueles com quem se podia sentir mais à vontade, liberto de convenções que teria de respeitar no trato com os seus colegas e iguais.

¹⁴⁹ Ver documento n.º 17, acima transcrito.

23. Bilhete-postal, datado de 24 de setembro de 1911

Caro am.
Corgo, 24 IX/911
Sinto o que me diz da sua saúde.¹⁵⁰
Poucas felicidades, ou nenhuma, archeologicas tenho tido.
Tenciono chegar a Lisboa antes do fim do mês.
Cumprimentos aos Seus Paes, e Mano, e a Sr. Rita.
Seu am.
Obr.

L. de V.

24. Bilhete-postal, datado de 10 de outubro de 1911

Viseu
Hotel «de Portugal»
Lembrança do seu am. obr.

J. L. de V.

25. Bilhete-postal, datado de 18 de novembro de 1911 (relação com postal 8540)

Belem

Caro am.
Pedia-lhe o favor de diser a seu Ex. Pae que quando viesse a Belem tivesse a bondade de vir ao Museu p. nos dar umas explicações acerca do contador¹⁵¹. Se eu não estiver, poderia elle entender-se com o Xavier. Desculpe.
Seu am. obr.

J. L. de V.

¹⁵⁰ Ver documento n.º 17, acima transcrito.

¹⁵¹ Ver nota 27.

26. Bilhete-postal, datado de 20 de dezembro de 1911

Campolide, 20//XII//911

Caro am.

Não é certo eu estar no Sabbado em Belem ás 4h, pois talvez vá e venha cedo, se for. Mas na 6^a feira é provavel que eu saia da Bibliotheca ás 4h. Em todo o caso, como no dia 26 vou para o Porto, desejava o bilhete de identidade antes d'esse dia, ou mesmo nesse dia (eu parto de tarde), por causa do abatimento que elle origina no comboio.¹⁵² Deve ter recebido as provas que lhe mandei.

Seu am. obr.

J. L. de V.

27. Bilhete-postal, com carimbo de 26 de março de 1912

É incerta a hora da partida, por causa do desarranjo do tunel de Albergaria, vou 8.20, ou 10.30, e por isso não se incomode.

De lá escreverei.

Vae a lapis, pque escrevo no electrico.¹⁵³

Seu am. obr.

J. Leite

28. Bilhete-postal, datado de 31 de março de 1912

Nellas, 31/III/912

Am.

Por cá ainda só explorei um dolmen já desmantelado, que me deu no crivo uma conta verde e uma ponta de seta, e fóra fragmentos de mós primitivas, mas obtive pelos campos machados varios, e tendo colhido mt. noticias arch. e ethnographicas.

¹⁵² Refere-se a pedido para que J. Fontes lhe fizesse fotografia a inserir no bilhete de identidade, para possuir, dadas as funções desempenhadas, desconto nas viagens de caminho-de-ferro. Mais tarde, passou a usufruir de passes anuais para livre circulação nos caminhos-de-ferro do Estado. Ver notas 14, 44, 62 e 138.

¹⁵³ Ver nota 148.

D'aqui vou p^a parte incerta.¹⁵⁴

Estimarei que tenha saúde e que a Archeologia o não distraia dos estudos escolares, que actualmente o principal.¹⁵⁵

Seu am. obr.

J. L.

29. Bilhete-postal, com carimbo de 3 de junho de 1912

Precisava de lhe fallar para ver se podiam tirar-se umas fotografias (capazes) de decalques de moedas portuguesas¹⁵⁶. Onde poderemos ver-nos?

Na 4^a saio da aula à 1 ¼ (estou ao ½ dia ou ½ dia e ¼). A 2^a aula não sei onde e quando a darei nesse dia.

À tarde estou sempre em casa pelo menos até ás 7h, e estas noites em que não ha electricos não (???) mesmo.

Não lhe custando apparecer, agradeceria.

Seu am. obr.

Leite

30. Bilhete-postal, datado de 5 de junho de 1912

Amanhã, 5^a f, vou para Evora, e só regresso Domingo

Vou a escrever-lhe a andar na rua.¹⁵⁷

Desculpe a ????

Seu am.

Leite

¹⁵⁴ Esta declaração, «vou para parte incerta», evidencia que Leite de Vasconcelos não tinha, em muitas das suas deambulações pelo País, um plano previamente preparado e organizado. Os seus trajetos eram ditados pelas circunstâncias, por via de informações que ia obtendo, a par e passo, em cada lugar que visitava.

¹⁵⁵ A preocupação sentida por Leite de Vasconcelos em relação aos sucessos escolares de J. Fontes assume um aspeto quase paternal, substituindo o filho que não teve. A afirmação é dúbida, porém, em relação ao futuro que desejava – como médico, ou como arqueólogo ? – para o seu jovem pupilo.

¹⁵⁶ Ver notas 14, 44, 62, 138 e 152.

¹⁵⁷ Ver notas 148 e 153.

31. Bilhete-postal datado de 7 de junho de 1912

Evora 7 – VI – 912

Por ora colheita deminuta: 7 machados de pedra. Vi duas antas, numa das quaes encontrei um fragmento de instrumento.

Seu am. obr.

J. L.

32. Bilhete-postal, com carimbo de 26 de junho de 1912

Caro amigo

Ao chegarmos ao Rocio ás 8, ficámos tristes por o não vermos. O Vergilio, por já ser tarde, foi tomar logares, e eu fiquei a comprar os bilhetes. Já descambava das 8 quando subi, e sempre espreitando p. baixo, a ver se o Fontes apparecia. Depois o Vergilio ainda veio numa corrida p.^a o mesmo fim. E nada! O comboio partiu algo atrasado. – Teria passado um dia agradável, mas cheio de pó e de fadiga, e sem ver monumento nenhum, pois tudo estava destruido ou encoberto. Ainda assim, fiseamos boa colheita. Dormimos em Torres, por ser já tarde de mais quando acabámos o encaixotamento. – Se não fosse o termos de esperar por si, teriamos tomado o tranvias em Campolide até o Cacem, e esperado lá depois o comboio ordinario. Já vê que de boa vontade estivemos no Rocio. – Não se desconsole, porque o Vergilio volta lá, e talvez eu; e em qualquer dos casos o Fontes póde ir então, – com tanto que madrugue uns minutos mais!¹⁵⁸

Rogue o favor de diser ao Papá que eu talvez venha a fazer negocio com o homem.¹⁵⁹ Qualquer dia ahi irei.

Cumprimentos.

Seu am. obr.

J. L. de V.
(assinatura)

¹⁵⁸ Refere-se à exploração do monumento funerário calcólico da Serra das Mutelas (Torres Vedras), publicado por Vergílio Correia dois anos depois nas páginas de *O Arqueólogo Português* (Correia, 1914).

¹⁵⁹ Deve corresponder à instalação do contador da água ou da luz. Ver notas 27 e 151.

33. Bilhete-postal, com carimbo de 2 de agosto de 1912

Caro amigo

Na 2ª feira tenho de ir a Alemtejo em virtude de carta que recebi de lá. E por isso seria bom aparecer Domingo de manhã p. lhe dar bilhete p.ª Roma¹⁶⁰. Eu Domingo de manhã estou em casa a fazer a mudança do 1º andar p. o r/c.

Quando eu voltar do Alemtejo, já o meu am. deve ter partido.

Cumprimentos.

Seu am. obr.

J. L.

34. Bilhete-postal, com carimbo de Aviz, 8 de agosto de 1912

Obtive uma cousa preciosa, uma pedra que indica um dos processos de fabricar instrumentos neolíticos.¹⁶¹ Também obtive uma ara de um deus d'uma fonte¹⁶², e lindos machados neolíticos e curiosidades artistico-etnograficas.

Estou mt. contente. Hoje trago excavações. – Mercê de pessoas dedicadas que por aqui ha, o Museu se engrandece agora não pouco.

Visitas a seu Ex. Pae.

Seu am. obr.

J. L. de V.

¹⁶⁰ Alusão relacionada provavelmente com a ida nesse ano de 1912 de Joaquim Fontes a Roma, confirmada pelo documento n.º 36. Bilhete-postal enviado para Genebra – posta restante e reenviado para Roma – posta restante, datado de 10 de Setembro de 1912. Com efeito, não fosse esta indicação, nada existe na correspondência que comprove a estada em Roma de J. Fontes.

¹⁶¹ Com efeito, a 7 de Agosto de 1912 foi oferecido a Leite de Vasconcelos, em Avis, «um curiosíssimo objecto de pedra (fibrolite), que representa dois machados neolíticos em vias de fabrico» (Vasconcelos, 1912a, p. 286).

¹⁶² Trata-se de ara oriunda do Ervedal (concelho de Avis) consagrada ao deus *Fontanus* (Vasconcelos, 1912a, p. 286).

**35. Bilhete-postal, datado de Lisboa, de 25 de agosto de 1912
(resposta ao postal 8541), endereçado para Paris, Rue des Écoles, 50.¹⁶³**

Lx-25.VIII/912

Caro amigo:

Sinceramente estimei o que me diz dos silices. Quando tornar a ver o Mortillet, recomende-me.

É possível que eu vá à Italia, por meados de Set.º, p.ª voltar por 20 de Out.º; não porém ainda certo.¹⁶⁴ Vá-me sempre dizendo p. onde lhe hei-de escrever (posta-restante).

Cumprimentos a MM. Blanc.

Seu am. Ob.

J. L.

Rogo o favor de dizer a MM. Blanc que o meu endereço já não é a Bibliotheca, mas o Museu Ethnologico, Belem (Lisboa).¹⁶⁵

Creio que as minhas obras começarão amanhã. Agradeço o cuidado. Visitas de m.ª Pr.ª.

36. Bilhete-postal enviado para Genebra – posta restante e reenviado para Roma – posta restante, datado de 10 de setembro de 1912 (relação com 8545)

Caro am.

Sempre com prazer recebi as suas noticias.¹⁶⁶ Vejo que pouco parou em Paris. Para lá lhe escrevi, dizendo que ia a Italia.

Parto de Lisboa no dia 16 á tardinha em direcção a Baiona, aonde chegarei a 17 á ½ noite. No dia 18 conto descansar lá, e no 19 seguir para Monaco (ver o

¹⁶³ Trata-se de bilhete-postal remetido para França, onde J. Fontes participava no Congresso Pré-Histórico de França reunido em Angoulême, em resposta ao documento n.º 20 remetido por J. Fontes, datado de 23 de Agosto de 1912. É extraordinário que então o correio tivesse demorado apenas dois ou três dias a proceder à entrega do referido postal em Lisboa, muito menos do que o tempo hoje requerido...

¹⁶⁴ Refere-se à sua deslocação a Roma, para participar no Congresso Arqueológico ali reunido, onde presidiu à sessão sobre Pré-História e apresentou uma comunicação (Vasconcelos, 1912b).

¹⁶⁵ Com efeito, ao assumir o lugar de Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1911, Leite de Vasconcelos abandonou o anterior cargo público que exercia, o de Conservador da Biblioteca Nacional. Este Senhor Blanc deve ser o Barão Albert Blanc, professor da Universidade de Roma. No entanto, no epistolário de Leite de Vasconcelos não existe nenhuma missiva conservada de sua autoria.

¹⁶⁶ Esta resposta relaciona-se com o documento n.º 24 remetido por J. Fontes, bilhete-postal ilustrado Paris «La Place de l' Ópera et la Station du Métropolitain», n.º 8545 (identificação MNA), com carimbo datado de 3 de Setembro de 1912.

Museu), Genova, Pisa, Florença, onde estacionarei uns dias. Em 2 de Outubro, à *peu près*, chegarei a Roma, e lá me ficarei até 17.¹⁶⁷

Seu am. e obr.

J. L.

Tambem recebo correio em Florença, posta-restante, e em Gênes (Genova): Italia, posta-restante.

Se quiser que nos encontremos em Monaco, p. ex., escreva p.: posta-restante Bayonne (France)

**37. Bilhete-postal ilustrado, «Foro Romano»,
datado de 3 de outubro de 1912 (relação com o postal 8547)**

3-X-912// Via dei Portoghesi, 2.

Regaladamente sentado numa lapide arcaica debaixo de uma arvore no Forum Romanum,¹⁶⁸ tenho diante de mim bello pormenor da vida antiga, – mas penso tambem meus amigos de Lisboa.

Afinal desencontrámo-nos. Vi museus de Tolosa (com Cartailhac, que me deu um caixote de paleolitico), Monaco, Pisa e Florença. Tenho aproveitado muito. Cheguei a Roma ontem à noite.

Envio cumprimentos p. a sua Familia, e peço ao seu Papá que não me desampare as obras.

Lembranças ao Sr. Silva¹⁶⁹.

Seu am. obr.

J.L.

¹⁶⁷ Ver nota 164.

¹⁶⁸ Esta alusão poética de Leite de Vasconcelos foi mote para a resposta de J. Fontes, que a repete em missiva enviada a Leite de Vasconcelos, na volta do correio. Ver documento n.º 26. Bilhete-postal n.º 8547 (identificação MNA), com carimbo datado de 10 de outubro de 1912.

¹⁶⁹ Era o funcionário administrativo a que se refere J. Fontes no documento n.º 8562 (identificação MNA), datada de 4 de agosto de 1915. Ver nota 191.

**38. Bilhete-postal ilustrado, «Caere –Nuovi Scavi – 2^a. via sepolcrale
Congresso Archeol. Intrn. Ricordo della visita a Caere Ottobre 1912»,
datado de 17 de outubro de 1912**

Roma, 17-X-912 = Estou em vespas de partida, e com bastantes saudades para voltar. O Congresso roubou-me mt. tempo e não vi mt. cousa que queria ver. Tivemos 2 lindas excursões, a Cerveteri (tumulos etruscos) e a Ostia (cid. romana, maior que Pompeia). Tenho aproveitado mt., mas estou mt. fatigado. No Sab-bado proximo parto. Conto estar em Lisboa a 25. Recomende-me á sua Fam.^a e ao Sr. Silva. – Deve ter recebido uma carta do nosso Ministro aqui, a qual lhe terá agradado. Peço a seu Papá o favor de não me desaparecer das obras.¹⁷⁰

Seu am. obr.

J. L.

39. Bilhete-postal, com carimbo de 27 de outubro de 1912

Caro a.^o

Precisei dos meus Ensaio Etnog. Ontem, eu vi tudo, e não os achei. Tenho ideia de que lh'os emprestei p.^a os lá ter emqt.^o eu estivesse fóra. Se assim é, e já não necessita d'eles, rogo-lhe o favor de os deixar no Teixeira embrulhados.¹⁷¹

Um folheto que cá tenho seu, e que me tenho esquecido de entregar, deixei-o já á m.^a prima.

Cumprimentos

Seu amigo

JLeite
(assinatura)

¹⁷⁰ Ver documentos n.ºs 35 e 37.

¹⁷¹ Embora o empréstimo desta obra seja referido em missivas ulteriores, até à data desta não há nenhuma evidência de que tal empréstimo tenha de facto ocorrido.

**40. Bilhete-postal, com carimbo de 6 de junho de 1913
(relação com postal 8551)**

Am.

Amanhã 6^a f. Tenciono sair p^a fóra de Lx^a. vários dias. Digo-lhe adeus por este meio, e desejo que vá melhor.

Seu am. obr.

J. L.

41. Bilhete-postal, com carimbo de 4 de agosto de 1913

Vim a Portalegre, e não lhe pude falar. Chego a Lx 5^a feira, mas no Domingo vou p. França e Inglaterra.¹⁷²

Tenho estado muito contente, com boa colheita etc., mas recebi agora notícias teleg. do falecimento de um dos meus maiores e mais antigos amigos, o que muito me entristece. Não ha gosto sem desgosto!

Eu farei por ir a sua casa

Visitas

Seu am. obr.

J. L.

**42. Bilhete-postal ilustrado, «Templo Romano (vulgo de Diana)»,
datado de 15 de agosto de 1913**

Paris 15 – VIII – 913

Caro am^o

Cheguei bastante moído, e quando este estiver nas suas mãos a ser lido, já eu terei lançado os intestinos aos peixes do Canal, pois amanhã parto para Londres. – Visitas a toda a Fam^a e ao Santa Rita, a quem não escrevo, por não saber para onde. – Seu am. obr.

J. L.

¹⁷² Trata-se da viagem de estudo que originou a obra *De Campolide a Melrose* (Vasconcelos, 1915c). Ver notas 56 e 142.

43. Bilhete-postal ilustrado, Abadia de Melrose, datado de 13 de novembro de 1913, por lapso (carimbo de Lisboa-Central de 17 de Setembro de 1913)

Edimburgo 13-XI-913

Caro amigo,

Chego agora da poetica abadia de Melrose q andava na m.^a imaginação desde os tempos de estudante.¹⁷³ Creia que já tenho saudades suas e dos nossos passeios casalmontenses e monsantenses, mas ainda estou longe de me matar.¹⁷⁴ – Vou cheio de museus e de etnografia. Agora passarei 2 semanas em Paris p.^a tratar de Filologia. – Amanhã volto a Londres. Cumprimentos.

Seu am. obr.

J. L.

¹⁷³ Leite de Vasconcelos tinha traduzido o poema que Walter Scott tinha dedicado àquelas vetustas pedras, ainda estudante liceal, publicando-o em dois humildes jornais regionais, em 1882 (Cardoso, 2008b). De tal forma tinha ficado impressionado com o mesmo que, logo que teve oportunidade de se deslocar a Inglaterra, em 1913, não deixou de incluir a visita à célebre abadia cisterciense do século XII. Na obra dedicada àquele périplo, voltou a traduzir o poema, cujos versos, como então confessa (Vasconcelos, 1915c, p. 107), «nunca mais me saíram do pensamento!». Por tanto terem impressionado o Mestre, constituem expressão da sua sensibilidade, e por isso se considera de interesse reproduzi-los aqui de novo:

Se queres ver Melrose, vai lá quando
Pálida e meiga a lua no ar avulta,
Pois o clarão do sol, sobredoirando
As baças ruínas, como que as insulta

À hora em que nas sombras as arcadas
Adormeçam; as góticas janelas
O luar as esbata, e em ondas belas
Banhe a luz fria as torres derrocadas;
Sejam os botareus alternamente
Negros de ébano, brancos de marfim;
Cada estatua em seu tumulo jacente
De alvor de prata se revista, e assim
As volutas que tétricas o exornam
E a vida à morte semelhante tornam;
Nas campas pie o mocho funerário,
E se escute gemer ao longe o Tweed:
Vai então, e visita solitário
Os restos da mansão de S. David.

À volta jurarás que nunca viste
Scena alguma tão linda, nem tão triste!

¹⁷⁴ Referia-se aos passeios dominicais às estações de Casal do Monte (Loures) e da serra de Monsanto, estas últimas acessíveis a pé, a partir da residência de Leite de Vasconcelos em Campolide. Ver nota 131.

**44. Bilhete-postal ilustrado, «Amiens- L' Église Saint-Acheul»,
datado de 24 de setembro de 1913**

Amiens 24.IX.913

Hoje parti de Londres p. aqui e visitei esta tarde com o Commont o proprio local de St. Acheul.¹⁷⁵ Amanhã verei o museu d'ele, e outra estação vizinha, e partirei às 2h. p. Paris (Rue des Ecoles 50). Na Inglaterra aproveitei muitissimo, mas venho enjoado, e muito, do viver de lá. Comprei muitas cousas bonitas p. o Museu.¹⁷⁶ Visitas a seus Ex. Pae e ao Victor e

Abraços do seu am. obr. J. L.

45. Bilhete-postal, datado de 9 de outubro de 1913

Caro amigo:

Cheguei ontem; e hoje recebi o seu postal, recambiado de Paris – Mt. estimei o que me dis, e se vier a m^a casa, queira trazer o machado para eu o ver. – A encomenda que tem lá, rogo o favor de só a entregar a mim. Venha jantar quando quiser, avise a m^a Prima; excepto 2^a feira.

Cumprimentos

Seu am. obr.

J. L.

Vim adoentado, com tosse, mas creio que passará breve.

Atravessei o canal sem dificuldade. As tripas não ficaram lá!¹⁷⁷

¹⁷⁵ Victor Commont (1866-1918) foi pré-historiador francês celebrado pelas colheitas de materiais paleolíticos recolhidos nos terraços do vale do Somme, entre os quais o local epónimo do complexo tecno-cultural Acheulense, Saint Acheul.

¹⁷⁶ Materiais que depois veio a publicar exaustivamente, como era seu timbre (Vasconcelos, 1915c). Ver notas 56, 142 e 172.

¹⁷⁷ A este postal respondeu J. Fontes com outro, acima transcrito, correspondendo ao documento n.º 9. Bilhete-postal n.º 8530 (identificação MNA), carimbo com data ilegível. Ver nota 13. O machado a que alude Leite de Vasconcelos deve ser o belo coup-de-poing recolhido por J. Fontes no Casal do Monte, referido naquela missiva.

46. Bilhete-postal, datado de 6 de fevereiro de 1914

Am.

Não pude ir à sessão da Socied. de Hist.¹⁷⁸ pque cuidei q era à noite; quando estava p. ir, é que vi que fôra de tarde. Póde deixar-me os indices, bem acondicionados, no Teixeira, aonde vou frequentemente.

Cumprimentos.

Seu am. obr.

J.º Leite
(assinatura)

47. Bilhete-postal, datado de 6 de fevereiro de 1914

2º Bilhete de hoje

Mt. estimaria que tirasse fotografias de alguns objectos bons e tipicos do Casal-do-Monte e as acompanhasse de um artigo p. o Arch., pois tenho mt. necessidade de artigos.¹⁷⁹

Seu am. obr.

J.º Leite

48. Bilhete-postal, datado de 1 de abril de 1914

Caro amigo: Tencionava despedir-me pessoalmente, mas não me foi possivel. Faça-o p este meio. Parto d'aqui a 1 hora p.^a as terras transtaganas: p.^a Evora, e de lá para outros sitios. Cumprimentos à Ex. Familia.

Seu am. e obr.

J. L.

P.S. Se os Ciganos derem p lá cabo de mim, o meu amigo receberá da mão de minha Prima um papel, com da outra vez recebeu quando fui p. Londres. É para seu Papá abrir.¹⁸⁰

J. L.

¹⁷⁸ Sociedade de Estudos Históricos, editora da *Revista de História*, onde J. Fontes publicou diversos artigos. Ver nota 133.

¹⁷⁹ Este pedido jamais foi satisfeito, apesar da intenção em contrário, manifestada por J. Fontes, pois além do artigo publicado em 1910, nada mais sobre esta estação deu á estampa nas páginas de *O Arqueólogo Português*.

¹⁸⁰ Vê-se que Leite de Vasconcelos levava muito a sério os potenciais riscos que corria aquando das suas deambulações pela Província, o que não era para menos, por muitas vezes se deslocar sozinho, ou com escassa companhia que não lhe poderia valer, a pé, em carro ou a cavalo, tantas vezes por ermos e a altas horas da noite



Fig. 2 – Autógrafo de José Leite de Vasconcelos, correspondente ao documento 48, bilhete-postal, datado de 1 de abril de 1914.

49. Bilhete-postal, datado de 9 de abril de 1914 (relação com 8555)

Fronteira

Caro amigo

Não lhe tenho escrito p falta de tempo. Já estive em Evora, Sousel, e numa herdade. Agora estou aqui, e amanhã vou p. Avis, até 17. Tenho colhido bastantes cousas, nada porém de extrema importancia. Explorei uma anta que me rendeu um vasilho inteiro, pt. de seta, 2 percutores e uma lousa de cóvinhas. Um amigo deu-me uma colecção de obj. romanos. Agora mesmo obtive um machado de pedra de 24,5 centímetros, e tenho muitos mais. Também coligi ceramica portug. antiga, etnografia moderna, etc. Já enchi 5 caixotes. Estimarei que andem bons, e peço me recomende á Ex.^a Familia.

Seu am. ob.r e ded.

J. Leite

50. Bilhete-postal, datado de 14 de abril de 1914

Avis

Caro amigo

Agradeço a sua carta. Os Ensaios estão ao seu dispôr, mas só em eu chegando, o q será Sabado ou Domingo, pqe deixei fechada a estante onde os tenho. Foi a unica cousa que ficou fechada (???) na minha ausencia!¹⁸¹

Estimo que trabalhe activamente no seu livro. Escrevi-lhe ha dias, não me lembro já de d'onde.

Tenho feito boa colheita: lindos machados de pedra, um de Cobre escangalhado, e creio que outro (???), um colar de ouro e 3 espiraes de ouro, loiça portuguesa, etnografia moderna, loiças romanas e prehistóricas; tbem me deram uma inscr. romana, que ainda não está em meu poder; mas que é como se o estivesse, e vi outra que espero obter. Vou rico!

Desejo a sua saude, bem como a de seu mano e Pae, a todos os qs. me recomendo.

Creia-me sempre, seu dedic. am. e obr.

J. L.

51. Bilhete-carta, com carimbo de 17 de julho de 1914

Portalegre

Praça da Republica, 5

Caro amigo,

Obtive um lindo bracelete de ouro, um machado de bronze, 4 de fibrolite belos, afóra outros de outras pedras, loiça romana (mt. vasos), etnografia, moedas.¹⁸² Mas tenho dormido pouco, e na 3^a f. jantei á 1 da noite. Provavelmente

¹⁸¹ Trata-se de pedido que J. Fontes apresenta em missiva datada da véspera e que uma vez mais evidencia a eficácia dos serviços de correios em Portugal naquela altura: note-se que o postal, datado da véspera, chegou no dia seguinte a Avis, sendo nesse mesmo dia respondido por Leite de Vasconcelos [ver documento n.º 8555 (identificação MNA), datado de 13 de Abril de 1914].

¹⁸² Leite de Vasconcelos tinha em Portalegre um importante apoio na procura de materiais arqueológicos para o Museu Etnológico na pessoa de António Maçãs, cuja correspondência com o Mestre, a propósito da Ammaia, já foi publicada (Oliveira e Cunha, 1993-1994). É mesmo provável que estivesse alojado na própria casa de António Maçãs, já que o mesmo morava também na Praça da República.

ainda me demoro bastante. Estimo que ande de saúde, e recomende-me a toda a sua família.

Um abraço do seu am.

Leite

Não tenho passado mt. bem de saúde, e hoje estou com dores de cabeça. Tenho pelo menos uma dôr de cabeça p. semana! – Vá lá apontando factos idiosincráticos d'estes no seu canhenho médico.¹⁸³

**52. Bilhete-postal ilustrado «Portalegre – vista parcial»,
datado de 22 de julho de 1914 (relação com 8556)**

Caro am.

Estou admirado da falta das suas notícias, pois lhe escrevi logo que cheguei, ou pouco depois, dando-lhe notícias de algumas aquisições¹⁸⁴. Já fiz mais. Tenho pedra, br., ferro, rom., e xorca aurea, e cousas portuguesas¹⁸⁵. Ainda me demoro até 28. Parto em 29 p. outras terras. Devo estar em casa em 31. No dia 7 é que parto p.^a a viagem. Cumprimentos a toda a família.

Seu am. obr.

J. L.

53. Bilhete-postal, datado de 19 de outubro de 1914

Caro am.

Agr. o seu cuidado. Pior não estou mas, se estou melhor, é pouco...¹⁸⁶.

Estou com cuidado. Diga-me se o chamarem p. as fileiras.¹⁸⁷ Responda p.: Vilarouco (linha do Douro), mas só lá estou 3^a ou 4^a.

P.^a o fim do mês estou ai.

Cumprimentos

E seu mano?

Leite

¹⁸³ Leite de Vasconcelos tinha assinalável cuidado com a sua saúde, a ponto de relatar com minúcia sintomas banais como os apresentados, na esperança que J. Fontes lhe pudesse valer, como se verifica nesta como em anteriores missivas.

¹⁸⁴ Na verdade, o postal em que J. Fontes respondia a Leite de Vasconcelos não foi enviado, por incúria de um primo daquele. Ver documento n.º 8556 (identificação MNA), datado de 27 de Julho de 1914.

¹⁸⁵ Pela descrição, verifica-se serem de facto aquisições importantes, que só podiam ser obtidas com o apoio local de pessoa influente, certamente o disponibilizado por António Maças. Ver nota 181.

¹⁸⁶ Ver nota 183.

¹⁸⁷ Com o estalar da 1.^a Guerra Mundial, Leite de Vasconcelos temia que J. Fontes fosse chamado para cumprir o serviço militar, o que só se verificou, contudo, em 1916, concluído o curso de Medicina, para desempenhar tarefas médicas em Portugal Continental. Ver notas 1 e 54.

54. Bilhete-postal, datado de 6 de abril de 1915

Alandroal

6.IV.1915

Caro am. Por cá ando. Estive em varias terras. Já colhi uns 90 objectos, entre eles um facalhão de fibrolite de 0,20^m de comprido, e 2 cunhas de bronze, e muitos machados de pedra. Ainda espero em ver mais terras.

Cumprimentos à (???) Família.

Seu am. obr

J. L.

(assinatura)

55. Carta em folha pautada, datada de 21 de julho de 1915

Chaves, 21/VII/1915

Caro amigo:

Já está pronto de exames? É o que estimarei. Ainda não pude enviar-lhe o tal telegrama, mas estou certo que se eu tivesse tempo, e pernas, e melhor vista, lh'ó enviava, porque vi em mãos particulares uma maravilha: um faztudo de St. Acheul, tão grande como os de França, pouco espesso, inteiro, patinado, – lindo! De belo sílex. Não o pude obter, como também não pude obter 4 optimos machados de bronze¹⁸⁸ e outros de pedra. Pouco feliz tenho sido por cá, só obtive uma seta de cobre ou bronze, alguns machados de pedra, e cousas etnograficas. Em compensação tenho passado muito bem de saúde, estou num hotel higiénico e em um quarto que deita [...] campos e jardins.

Isto que lhe digo da Arqueologia, guarde-o só para si por ora.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Estes machados correspondem a alguns dos exemplares da região de Chaves recentemente estudados (Cardoso e Vilaça, 2008).

¹⁸⁹ Leite de Vasconcelos designava os «coup-de-poing», ou bifaces paleolíticos, pelo sugestivo nome de «fazitudo», pois de facto constituíam artefactos polivalentes. Porém, neste caso, trata-se, não de um biface acheulense, como durante muito tempo se pensou, mas de uma alabarda neolítica ou calcolítica de sílex recolhida na serra do Brunheiro (Chaves), a qual ainda se conserva em poder de descendente da pessoa que a mostrou a Leite de Vasconcelos, tendo sido recentemente reestudada (Cardoso, 2008c). Embora não tivesse conseguido obter o exemplar inteiro, foi apresentado com um, inteiramente semelhante e recolhido no mesmo local, mas fraturado, o qual se conserva no acervo do Museu. O pedido de sigilo sobre este achado, que considerou de grande importância, prendia-se com o interesse que Vergílio Correia, por aqueles anos investigador do Paleolítico teria certamente no achado, tendo em conta o contencioso que já então existia entre ambos.

O nosso amigo mandou-me um exemplar do folheto. Mas ainda nem o tirei do sobrescrito.

Do dia 27 em diante, d'aí pôde escrever-me para: Liceu de Bragança. Estarei lá até 15 de Agosto.¹⁹⁰

(???) (???) deve ter recebido um postal que lhe enviei.

A veiga de Chaves é toda plana e verde. A planície é extensa, curtada pelo Tamega, e com (???) montanha que a borda pelo Nascente. Na encosta de uma d'estas montanhas tinha seu culto o deus Larocus, cujo nome li numa pedra que também não pude obter! Se eu levasse tudo o que tenho visto, ia rico! A estrela d'outros tempos está agora um pouco toldada por estas montanhas e castanhais; veremos se lá por Bragança se desanuvia.

Lembrança a toda a sua fam^a.

Abraça-o o

Seu am. or

J^e. Leite
(assinatura)

56. Bilhete-postal, datado de 11 de agosto de 1915 (relação com postal 8562)

Bragança

Meu prezado amigo:

Mt. e mt. agradeço a sua amabilíssima carta, e a transcrição que nela faz e que mt. me penhora. Hoje recebi o vale. Obrigado também. O telegrama ainda não sei se o enviarei. Todavia já descobri silex! Falta descobrir trabalho. Ando na pista...

Tenho-me dado aqui pouco bem, e resolvi interromper a excursão. Vou p. a semana para as Pedras Salgadas tomar as agoas, e talvez a Arqueologia lucre mais!

Chegou-me hoje a honrosa notícia, honrosa p.^a mim, da Soc. de Sc. Naturais. Vou agradecê-la. O meu am. também de certo meteu dedo no caso. Mais grato lhe estou.

Senti mt. o falecimento do Silva. M.^a prima já m'ó tinha dito.¹⁹¹

Vejo que tanto o meu am. como o Victor vão em triunfos constantes. Quanto o estimo!

¹⁹⁰ A maioria das andanças de Leite de Vasconcelos pelo interior do País no Verão eram propiciadas pelo facto de ser membro dos júris dos exames finais liceais que se realizavam nas capitais de distrito, aproveitando a ocasião para percorrer as regiões envolventes, em busca de materiais arqueológicos e de informações etnográficas. Ver notas 24 e 218.

¹⁹¹ Ver documento enviado por Joaquim Fontes n.º 41. Carta n.º 8562 (identificação MNA), datada de 4 de agosto de 1915.

Em Mertola apareceu um mosaico mais. O Conservador partiu p. lá.¹⁹²

Em eu regressando a Lx dar-lhe-hei mais exemplares do folheto do Casal do Monte, e darei tambem ao Victor e ao St. Rita.¹⁹³

Adeus. Um abraço do seu am. obr.

J. Leite

Depois lhe direi o me endereço. Cumprimentos à Ex.^a Família.

57. Bilhete-postal, datado de 12 de agosto de 1915 (relação com postal 8562)

Bragança 12.VIII.915

Caro am.º

O meu bilhete d'ontem ia muito cheio, agora continúo. Dou-lhe os parabens por causa das grutas.¹⁹⁴ Deve levar luz especial, cartão ou album, lapis de côres etc. Eu tenho muitas notas sobre grutas pintadas. Na Portugalia (???) um artigo (???)¹⁹⁵ Na Anthropologie, no Museu, ha muitos artigos tambem. Convinha-lhe vê-los d'ante-mão. O Carlos Ribeiro dá noticia de muitas grutas aí perto.

O Victor escreveu-me. Não lhe respondi porque não sei o hotel, nem se ele lá se demora. Rogo ao meu am. o favor de lhe dizer que o felicito pelo achado neolitico.

Eu ando adoentado, e dormindo muito mal. D'aqui vou p. as Pedras Salgadas, por conselho médico.

Agora não me escreva, sem eu lhe dizer p. onde.

¹⁹² Esta referência à existência de «um mosaico mais», explica-se, dado que de Mértola já se conhecia o chamado «mosaico da Tartaruga», registado por Estácio da Veiga (Lopes, 2003, p. 98). Contudo, segundo este autor, até às intervenções modernas, sob a égide do Campo Arqueológico de Mértola, mais nenhum mosaico se conhecia, pelo que a afirmação de Leite de Vasconcelos nesta missiva é enigmática e carece de fundamento. Aliás, o próprio, em nota sobre as antiguidades de Mértola, publicada depois desta missiva, nada menciona sobre a presença do dito mosaico (Vasconcelos, 1920, p. 231, 232).

¹⁹³ A oferta, por Joaquim Fontes, ao Museu da Academia das Ciências de Lisboa de uma coleção representativa destes artefactos, anos volvidos sobre a descoberta e publicação da estação, esteve na origem da redação de opúsculo de Leite de Vasconcelos, então Diretor do Museu da Academia, correspondente à notícia lida em sessão da assembleia geral de 4 de março de 1915, publicado no *Boletim da Segunda Classe* (Vasconcelos, 1915a).

¹⁹⁴ Ver documento enviado por Joaquim Fontes n.º 38, carta n.º 8562 (identificação MNA), datada de 4 de agosto de 1915.

¹⁹⁵ Trata-se do artigo de síntese sobre a arte rupestre paleolítica da província de Santander, da autoria de Hermilio Alcalde del Rio (Alcalde del Rio, 1905-1908), publicado simultaneamente pelo próprio como edição independente em Espanha, em 1906.

O Chaves tem-me dado boas notícias. Está-se a formar nele um bom arqueólogo, observador e circunspecto, e amigo de se aperfeiçoar.¹⁹⁶ Do ofício da Soc. de Sc. Nat. vejo que a m.^a eleição foi em 7 de Julho, não sei se por casualidade, se por lembrança do meu amigo.¹⁹⁷ Hoje agradeço, pque não sei o endereço. O meu amigo dirá p. lá que eu estou fóra de Lx.

Cumprimentos à Ex.^a Família

Seu am. obr.

J. L. de V.

58. Bilhete-postal, datado de 4 de setembro de 1915

Bragança

Caro am.

Por minha Prima soube que me escreveu, mas a carta perdeu-se, em qt^o eu já recebesse aqui carta remetida p. Chaves.

Nada de novo tenho que lhe dizer. Deve ter recebido a separata a respeito do C. do M.¹⁹⁸

Peço-lhe me mande a quantia que lhe deixei, deduzindo o premio e o correio. Estou aqui até 15.

Cumprimentos.

Já está pronto de exames?

J. L.

¹⁹⁶ Trata-se de Luís Chaves (ver nota 69), que por esta altura foi enviado por Leite de Vasconcelos para explorar a *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) (Chaves, 1932), depois de ter participado na continuação da exploração arqueológica do povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos), em 1913, a qual se encontra circunstanciadamente descrita no trabalho publicado em 1915 em *O Arqueólogo Português* (Chaves, 1915).

¹⁹⁷ Foi certamente por iniciativa de J. Fontes que Leite de Vasconcelos foi eleito sócio da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, tendo sido de sua autoria a segunda memória editada por aquela sociedade, em 1923, intitulada *Origem histórica e formação do povo português*, que na verdade é resumo de um dos capítulos da *Etnografia Portuguesa*, que o Autor então já estava a preparar.

¹⁹⁸ Refere-se à estação paleolítica do Casal do Monte. Ver nota 193.

59. Bilhete-postal, datado de 5 de setembro de 1915

Casal da Granja,

Meu presado amigo

Já numa carta anterior me esqueci de lhe dizer que não desejo o Cartailhac, p ser mt. caro. Em todo o caso agradeço o seu cuidado. – Também lhe agradeço o que me diz da m^a saúde. Esta noite dormi bem. – Na Arqueologia e Etnografia é que não tenho sido feliz. Ainda só mandei p. Lisboa 4 caixotes. D’aqui enviarei mais um, pequeno. Eu chego Lisboa no dia 12, e estarei lá a 13. No dia 14 vou a Extremoz ver o mosaico, p. voltar a 16, e recomeçar os meus trabalhos em 17. – Tive notícia de uma inscrição (?) gravada numa gruta. Será coisa importante? Espero informações. Vejo o que me diz da m.^a Prima. São cousas que acontecem. Estimo que ande bom, e que o Victor viesse melhor. O meu am. examine os kjoekkenmoeddinger, e depois iremos lá ambos. Eu bem gostarei de os ver.¹⁹⁹ – Cumprimentos a seus Ex^o. Pai e mano. Abraça-o

Seu dedicado am. obr.

J. L.

60. Bilhete-postal, datado de 16 de abril de 1916 (relação com postal 8566)

Alandroal

16.IV.916

Caro am.

Aqui cheguei ontem à tarde, depois de ter passado perto de um dia em Evora, e um e perto de outro em Extremoz. Tenho colhido mt. coisa. Anel romano de ouro, moeda arabica de ouro, brincos (???) aneis dos pequenos, de ouro, que suponho antigos, loiças romana, alg. com marca, inscr. romana, machadaria de pedra (alguns p. bom preço! Estão mal acostumados!), algumas (???), etc.

¹⁹⁹ No respeitante à aquisição da obra de Cartailhac, ver documento n.º 39 da correspondência enviada por J. Fontes, bilhete-postal n.º 8563 (identificação MNA), datado de 6 de agosto de 1915 e nota 59. Quanto à visita aos concheiros de Muge, verifica-se que Leite de Vasconcelos tinha grande interesse em os visitar, o que viria a verificar-se ulteriormente, em companhia de J. Fontes, embora esta saída não esteja registada na correspondência, tendo sido apenas referida por Fontes, em artigo evocativo do mestre, publicado muitos anos depois (Fontes, 1959).

Demoro-me aqui esta semana, até 3^a f. de Pascoa. Na 4^a f. depois da Pascoa irei p. Campo Maior, onde ainda não fui.²⁰⁰

Cumprimenos aos Ex.. Pais e Mano. E dê-me as suas noticias.

Seu am.

Ded.º ob.

J.^e Leite

61. Bilhete-postal, datado de 23 de julho de 1916

Cast. Brº.

23.VII.916

Caro am.

Neste momento recebi o seu opusculo. Está bonito, e as gravuras ficam optimas. Mt. agradeço a referencia (a Hist. do Museu é de 1915, e não de 1916).²⁰¹ Ao citar as obras, pq é que não usa o italico? Como faz, á moda alemã, q nisto cá p mim é pessima. Peço-lhe não distribua ainda os exemplares, pelo menos cá, pque o homem ainda não sabe da Hist., e só me convinha q soubesse em sahindo do M.; ele vai em licença de 2 meses, creio, em 1 de Agtº.²⁰²

Não lhe tenho escrito p falta de tempo, e p não haver nada sensacional q lhe relate. Cumprimentos aos (???) Pais e Irmão. Este deve ter recebido um bilhete que lhe enviei.

Abraça-o

Seu dedic.

Am. obr.

J. L.

(assinatura)

²⁰⁰ A presença de Leite de Vasconcelos no Alandroal, onde passou o dia 16 de abril de 1916, vindo de Estremoz e de Vila Viçosa, foi curta, pois a 17 de abril voltou a Vila Viçosa, para no dia 18 de abril iniciar a escavação da necrópole romana de Alcalate, a uma hora e meia de trem do Alandroal, estação que escavou nos dias seguintes, com base no Alandroal, conforme refere em diário publicado (Vasconcelos, 1916, p. 173, 174). A ida a Campo Maior concretizou-se a 26 de abril, conforme consta do mesmo relato (*op. cit.*, p. 179).

²⁰¹ Refere-se à publicação «Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes», publicado primeiramente no *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais* e no mesmo ano em *O Arqueólogo Português* (Fontes, 1916). A chamada de atenção de Leite de Vasconcelos para a afirmação de J. Fontes ao indicar a data de 1915 e não de 1916 para a publicação da obra “História do Museu Etnológico Português” pode relacionar-se com a prioridade de publicação de duas placas de xisto decoradas, que foram apresentadas em 1915 por Vergílio Correia (Correia, 1915). Na verdade, embora datado de 1915, a *História do Museu Etnológico Português* só saiu em 1916. Ver notas 17, 51, 64, 73, 74, 75, 83, 111 e 112.

²⁰² Refere-se a Vergílio Correia, que por desentendimentos com Leite de Vasconcelos rescindiu com o Museu o seu contrato de Conservador, com efeitos a partir de 8 de agosto de 1916. Ver notas 17, 51, 64, 73, 74, 75, 83, 111, 112 e 201.

62. Bilhete-postal, datado de 2 de Agosto de 1916

Cast. Br.º

Caro amigo

32º grau de calor! Morre-se aqui. E ainda estarei cá até 9 d'este mês.²⁰³

Ha aqui um belo machado acheulense, do tipo dos das Caldas. E lindas fibulas e xorcas.

Por mim obtive 20 e tantos machados neolíticos, ceramica romana e etnografia. Domingo andei todo o dia buscando cousas.

Estou admirado de não me falar da transferencia do nosso amigo! Eu vi-a no Diario de Noticias, e ninguem de Lisboa me falou ainda d'ela. No Diario do Gov. é que ainda não veio.²⁰⁴

Cumprimentos a todos.

Seu am. obr.

Leite

Hoje recebi o seu postal que agradeço.

63. Bilhete-postal, datado de 7 de agosto de 1916

7.VIII

Caro am.

Ontem à noite, ao chegar de uma excursão, recebi a sua carta q mt. estimei.

[segue-se frase sem nexo por ser impossível ler a maioria das palavras]

Particpei-lhe que enriqueci ontem o Museu com dois objectos novos: um stilus romano (desenho, conjunto de pente e espatula) e um «bulezinho» de vidro, da mesma epoca. Isto entre de muitas outras cousas: ungentario de vidro inteiro, ceramica, machadaria etc. Tambem um belo raspador fibrolitico, muito (???)

Se me quiser escrever, póde fazé-lo até 13 para Monsanto (Beira-Baixa), – posta restante. Depois não sei p. onde irei.

²⁰³ Esta estada em Castelo Branco respeita à participação de Leite de Vasconcelos nos Júris de exames liceais, que então se realizavam naquela época do ano. Ver nota 24.

²⁰⁴ É a Vergílio Correia (1888-1944) que este comentário se refere. Com efeito, a sua exoneração do cargo de Conservador do Museu Etnológico remonta a 8 de agosto de 1916 tendo depois ocupado o cargo de Conservador do Museu de Arte Antiga, de onde transitou para Professor da Universidade de Coimbra, mas apenas em 1921. Ver nota 202.

Ando sem apetite; os (???) , que iam a (???) , voltaram. Esta terra é horrível de calor, sem agoa, maus trilhos. Está-se aqui muito mal. Na 6^a. feira vou (???) na excursão a Monsanto, Idanha etc.

Lembranças a todos os seus.

Um abraço de

Seu am. obr.

J. L.
(assinatura)

64. Bilhete-postal, datado de 3 de setembro de 1916 (relação com carta 8574)

Covilhã

Caro am.

A gruta deve dar trabalho demorado. O Felix sabe perfeitamente o que é, até me admiro de ele dizer que não sabe. Foi lá, conhece o espólio, e até estaria p. descrever o que já se encontrou.²⁰⁵

O meu am. fala mt. bem de reformas e planos. Mas quem vai fazer isso? Quem tem força p. tal? Eu já fiz o que tinha de fazer: ha 23 anos que trabalho insanamente por essas secretarias. Agora quero estar em paz p. escrever e pôr em ordem os meus materiais; tenho alem d'isso o arrumo das varias salas, q me vão acabar de esgotar. Falta-me tempo, forças e paciencia.²⁰⁶

D'aqui não sei p. onde irei. Esta noite dormi ¼ hora num maldito hotel bulhento, e ontem andei de trem desde as 9 menos ¼ da manhã às 8 ½ da noite.²⁰⁷

Abraça-o o seu am. J. L.

²⁰⁵ É muito provável que se trate da Gruta da Galinha (Alcanena), cuja exploração foi orientada por Félix Alves Pereira e realizada por José de Almeida Carvalhais, iniciada em julho e concluída em outubro de 1908, da qual Leite de Vasconcelos publicou pequena notícia nas páginas de *O Arqueólogo Português*, 1908, p. 382, 383, antecedendo a publicação de trabalho de vulto, o qual, embora por ele anunciado, jamais se chegou a fazer. É provável, pois, que anos volvidos, por insistência dos proprietários ou das autoridades locais, voltasse a ser considerada a necessidade de prosseguir os notáveis trabalhos de campo realizados em 1908.

²⁰⁶ Esta carta é a resposta àquela que J. Fontes lhe enviou a 29 de agosto de 1916 [ver Documento n.º 8574 (identificação MNA) e nota 87]. Verifica-se que Leite de Vasconcelos não está minimamente interessado em encetar mais uma batalha administrativa para o reenquadramento funcional e de carreiras do pessoal do Museu Etnológico, pois sentia-se já cansado, como expressivamente declara nesta missiva, dos muitos anos dos porfiados esforços permanentes que desenvolvera em prol da Arqueologia e do Museu que dirigia. A este propósito, é interessante consultar o documento autógrafa recentemente publicado na íntegra, intitulado «ara a história do Museu Etnológico (de 1893 a 1908): 14 anos de luta, ralações e trabalho» (Vasconcelos, 2008). Ver notas 70, 80, 81, 84, 100 e 135.

²⁰⁷ Este pequeno trecho é suficiente para elucidar-nos dos trabalhos e cansaços físicos extremos a que Leite de Vasconcelos se sujeitava para o engrandecimento das coleções do Museu que dirigia e do edifício que aos poucos ia construindo para o conhecimento das origens e características do povo português.

65. Bilhete-postal, datado de 10 de outubro de 1916

Caro am.

No Domingo é a feira das Mercês e o muro do derrete. Eu não me quero derreter, mas quero estudar Etnografia. O meu am. é que talvez sim. Tem esses motivos, eu vou lá, e pergunto-lhe se também quer ir (a que horas e onde o encontro?). No caso de ir, pergunto também se quer vir cá jantar. A ida deve ser antes, pqe depois é tarde.²⁰⁸

Seu am. obr.

L. de V.

O Museu ao pé dos objectos

Quando trouxer o vaso, do (???). Já fui buscar á Dir. Gelogia a forma²⁰⁹ mais 2 photos antigas (+) (???) não se esqueça. (+) (???) ao pé dos objectos.

66. Bilhete-postal, datado de 18 de outubro de 1916

Caro amigo

No Sabado tenho uma reunião profissional nocturna em que me encontrei com o Alm.^a Lima. Desejava me dissesse o que é que hei-de pedir-lhe qt.^o ás gravuras.²¹⁰

Logo que possa enviar-me as fotografias, agradecerei, pq. Gomes da Impr.^a N.^{al} estará á espera d'elas.

Cumprimentos

Seu am.

Assinatura ilegível

Hoje tornei a ter dores de cabeça! Creio que foi de beber leite de noite.

Bebi-o p. dormir pq. se não o bebesse teria logo insonia. Preso por ter cão, e preso por o não ter.²¹¹

Leite

²⁰⁸ Apesar de liminarmente ter rejeitado pouco antes a possibilidade de J. Fontes vir trabalhar com ele no Museu Etnológico, como seu Assistente tendo presente as dificuldades que antevia ter de enfrentar para tal, Leite de Vasconcelos continuou a tratá-lo com intimidade, como se evidencia dos termos desta missiva. Ver nota 206.

²⁰⁹ Refere-se ao molde para foices de talão, já mencionado em anteriores missivas, que acabava de ser estudado por J. Fontes (Fontes, 1916). Esta notável peça, recolhida por Paul Choffat, fora depois oferecida pelo próprio ao Museu Etnológico, em detrimento do Museu da Direção dos Serviços Geológicos, opção que só se poderá explicar pelo ambiente de declínio que então ali se vivia testemunhado diretamente por Choffat, e pelo incentivo que este terá tido por parte de J. Fontes na opção tomada. Ver notas 65 e 201.

²¹⁰ Refere-se à publicação de um vaso romano de bronze, aparecido em Rio Maior, no *Arquivo da Universidade de Lisboa* e também em *O Arqueólogo Português* (Fontes, 1916b).

²¹¹ Ver nota 183.

67. Bilhete-postal, datado de 30 de outubro de 1916

Imprensa Nacional

Caro amigo

O Sr. Gomes está-me aqui a pedir a instancia as fotografias. Logo que o meu am.º possa fara o favor de m'as enviar, mt. agradecerei.

O Dr. Almeida Lima disse-me que o caso da gravura do vaso era com o Dr. Athias.²¹²

Seu am. obr.

J. Leite

67. Bilhete-postal, datado de 2 de janeiro de 1917

2.I.917

Caro amigo

É este o 1º bilhete ou carta que escrevo. Desejo-lhe pois e a todos annum novum faustuus felicem, como diziam os Romanos.

Oxalá chegasse bem a casa. A m^a. dôr de cabeça passou-me pouco depois. E dormi bem.²¹³ Acabei agora de ler a mem. do Pacheco, q. me entusiasmou. Era preciso cá fazer tanto!²¹⁴ Na 4^a. Feira falaremos.

Tem este p. fim principal lembrar-lhe o artigo biogr. do Tav. de Proença p. o Arch.²¹⁵

Ao chegar a casa encontrei uma carta do meu a.º Joaquim Batista, de Alcacer do Sal, que me diz: "Quando possa vir, previna-me com uns dias de antecedência, p. explorar os terrenos do p. Gentil". É que ele já me obteve as licenças que em tempos eu tinha pedido. Agora porém não vou. Iremos nas feiras do (???)²¹⁶

Até 4^a. f.

Seu am. obr.

J. Leite
(assinatura)

²¹² Ver nota 210.

²¹³ Ver notas 183 e 211.

²¹⁴ Refere-se a uma das monografias da autoria de D. Eduardo Hernández-Pacheco editadas pela Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, de Madrid.

²¹⁵ Trata-se de nota necrológica que não chegou a ser redigida. Ver notas 25 e 90.

²¹⁶ Apesar da autorização para proceder a escavações na célebre necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, as mesmas só vieram a efetuar-se por Vergílio Correia, já na qualidade de Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (tomou posse em 1921), depois deste ter deixado em 1916 o serviço do Museu Etnológico, por incompatibilidades com Leite de Vasconcelos. Ver notas 17, 51, 64, 73, 74, 75, 83, 111, 112 e 201.

68. Bilhete-postal, datado de 15 de janeiro de 1917

15.I.1917

Presado am.

Pedia-lhe a especial fineza de se passar pela Livraria do Teixeira, na 3^a de tarde ou um dos dias seguintes, procurar lá um embrulhito meu e o entregar a seu mano. Não vou eu pessoalmente levar-lh'ó p. absoluta falta de tempo. Desculpe.

Seu am.

J. Leite

69. Bilhete-postal ilustrado, «Faro – Museu Archeologico Infante D. Henrique», datado de 31 de julho de 1917

Faro, velho reino do Algarve

Caro amigo:

Cheguei esta manhã, após uma noite mal dormida no comboio, e outra em claro em Beja.²¹⁷ Aqui obtive varias miudezas arq. e etnogr. Se na sessão se passou alg. coisa digna de nota, desejava saber. Cumprimentos à Ex.^a Fam.^a, e ao Dr. Athias. Estou em Faro até 10. O endereço é: Liceu de Faro.²¹⁸

Abraça-o o seu am. obr.

J. L.

²¹⁷ Mais uma evidência do desgaste físico a que Leite de Vasconcelos se sujeitava aquando das suas andanças pelo País. Ver nota 207.

²¹⁸ Esta estada no Algarve relacionou-se, como tantas outras ocorridas nos meses de verão, com a integração de Leite de Vasconcelos nos júris de exames liceais realizados nas principais cidades da província. Ver notas 24 e 190.

70. Bilhete-postal, com carimbo de 20 de março de 1918

Peral (Cadaval)²¹⁹

Caro amigo:

Não lhe pude dizer adeus por falta de tempo. Queira dizer ao seu Ex. Papá que já foi posto o contador, e que regula bem.²²⁰ Com eu indo, satisfarei.

Colheita: tenho alguns machados, e ando à cata de paleolítico.²²¹

Tencionava ir p. o Sul, mas á ultima hora resolvi vir para aqui. Na 2^a de Pascoa estarei em casa.

Cumprimentos à Ex. Fam.

Seu am.

Dedic. obr.

J. L.

71. Bilhete-postal, datado de 24 de maio de 1918

Columbeira

24.V.918

Querido amigo:

Ontem estive em Leiria d'onde tencionava escrever-lhe (texto em falta) tempo. Mandei-lhe ha (falta texto) minha Prima. Estou (falta texto) tenho escrito pouco.

Passei uns dias no Cadaval, (???) duas excursões a Pragança²²². D'ambas obtive bronzes, sílices, machados. Depois fui ao (???), onde obtive um machado. Em Leiria obtive cousas, não prehistóricas.

²¹⁹ Como se disse atrás, Leite de Vasconcelos tinha propriedades e laços de família na região do Cadaval, onde de tempos a tempos regressava; a tal facto não foi estranho o ter iniciado ali a sua carreira médica, como subdelegado de saúde, cargo que abandonou ao fim de seis meses para se dedicar a tempo inteiro à Arqueologia e à Etnologia. Ver nota 134.

²²⁰ Deve tratar-se do processo da instalação do contador da água ou da luz, em cuja instalação interveio o pai de J. Fontes, processo a que se referem as notas 27, 151 e 159.

²²¹ É interessante verificar que, ainda que atraído por uma multiplicidade de assuntos e de objetos, não deixava de conferir à pesquisa de materiais paleolíticos destacada importância, ainda que os resultados fossem desanimadores. É provável que essa procura fosse em parte sugestionada pela presença de gutas nas redondezas.

²²² Leite de Vasconcelos procedeu a escavações em 1894 no importante povoado pré e proto-histórico de Pragança (concelho de Cadaval), em companhia de Maximiano Apolinário, então preparador do Museu, tendo obtido notável colheita de materiais, especialmente do Calcolítico, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro. A forte ligação estabelecida com população local, por via das suas explorações, encontra-se comprovada por um sarau que aquela lhe dedicou, promovido pelo Teatro de Pragança, cujo programa se conserva (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 266).

2ª f. de manhã tenciono chegar a Lisboa. Póde telefonar p. mª. casa às 7 horas, se quiser.

Estimo que os seus negocios corram bem. Em Pragança deixou boas recordações. Por vezes me falaram «de um Doutor novo» que la esteve.

Visitas a seu Mano e ao D^{or}. Athias.

Um abraço do (???) mt. dedicado am.

J. L.
(assinatura)

Se puder, rogo-lhe o favor de diser à mª. prima e pelo telefone, que eu chego 2ª f. de manhã. Mas se não puder, não se preocupe, que é cousa sem importância.

72. Bilhete-postal, datado de 11 de agosto de 1918

Beira-Baixa

11.VIII.918

Caro amigo

Nada de importancia tenho tido p. lhe comunicar. Arqueologia ha pouca. Só tenho colhido algo de etnografia oral, e sobretudo cuidado da m.ª saude. Estou melhor do estado geral. As festas de Viana creio que são em 18, 19 e 20. Eu de 16 a 20 estou em Viana, Casa da Praça; mas o meu endereço é: posta-restante, Viana do Castelo.

No dia 21 vou p. Melgaço, e lá me encontrarei certamente com o Athias.

Estimo que o meu am. ande de saude. Um passeio descansado pelo Norte far-lhe-ha bem.

Abraça-o o seu mt. am. e obr.

J. Leite

73. Bilhete-postal, datado de 28 de agosto de 1918 (relação com carta 8583)

Hotel da Quinta do Peso, por Monção

Prezado am.

Muito folguei com a sua carta. Quanto ao garoto, não faça absolutamente caso; deixe-o arnear. Como sabe, eu não o tornei a ler. Só merece desprêso.²²³ Eu obtive dois aneis de ouro mt. curiosos, um visigotico, com inscrição e uma ave, o outro mágico, do sec. XVII ou XVI. Fóra d'isso só tenho obtido miudezas. Parabens pelo novo machado. Eu desejava que seu mano me dissesse o local preciso, pqe eu talvez tenha de tornar p. Viana, e poderei acaso ir ao lugar²²⁴. Por cá tenho convivido com o Dr. Athias; ainda ha poucos instantes viemos de um passeio á Cidade. Por aqui não aparecem objectos. Apenas ha Etnografia. Tenho coligido muitas tradições. Veja se descansa um tempo. Péna é que não pudesse vir para aqui, onde a agua, o ar, e o sossêgo são optimos. Peço-lhe telefone á minha Prima e lhe diga que recebi o que ela me enviou, e que eu estou bem, e sem açúcar. Já 3 analises não deram nada.²²⁵

Abraça-o

Seu mt. dedicado

Am. e obr.

J. L.

²²³ Refere-se a Vergílio Correia, que, em 1918, publicou a sua tréplica (Correia, 1918) a uma resposta que J. Fontes (Fontes, 1918) no mesmo ano fizera sair, no âmbito da polémica por aquele iniciada (Correia, 1917) a propósito da legitimidade e prioridade da publicação de duas placas de xisto pertencentes ao Museu Etnológico (Correia, 1915) colhidas por Leite de Vasconcelos e sem autorização deste. Nesta polémica foi J. Fontes envolvido, respondendo pelo Mestre, que se resguardou de intervir. Ver notas 17, 51, 64, 73, 74, 75, 83, 111, 112 e 201.

²²⁴ Refere-se à notícia do achado de um presumível biface paleolítico por seu irmão, perto de Viana do Castelo, noticiado no documento n.º 8583 (identificação MNA), datada de 26 de Agosto de 1918, mas que, provavelmente, corresponde a um pico ancorense o que constituiria o primeiro achado deste tipo realizado naquele trecho litoral. Ver notas 113 e 114.

²²⁵ Era diabético, o que explica em parte os constantes cuidados com a sua saúde, referidos amiúde a J. Fontes.

74. Bilhete-postal, datado de 4 de setembro de 1918
(relação com postal 8585)

Hotel da Quinta do Pêso, por Monção

Prezado amigo

As indicações que me deu são vagas demais para que eu possa encontrar o local.²²⁶ O Dr. Athias parte hoje p. Viana: se as indicações fossem melhores, também ele poderia procurar. Por causa da distancia, era conveniente aproveitar a ocasião para fazer buscas. Porque é que o meu am.º não vai a Viana? Eu no dia 11 (e só nesse dia) poderia também lá ir, e esperá-lo. Creio que vem ao Porto a 10, e talvez lhe fosse facil chegar mais a cima. Eu saio de cá em 10 p.ª Carvoeiro; em 11, iria a Viana, em 12 vou para o Porto. – Não podendo mandar outras indicações, desisto de ir a Viana, pqe não darei com o local. Pode escrever-me ainda: a última carta ou postal que, me escrever deve partir d’ai no dia 7.

Estimo que ande bem. O que lhe era preciso era descansar uns dias.

Abraça-o seu
mt. am. obr.

J. L.

75. Bilhete-postal, datado de 1 de janeiro de 1919

Peral, 1.I.919

Presadissimo am.

É este o 1º postal que escrevo em 1919, hoje dia de ano-bom: para lhe desejar prosperidade de toda a espécie, e a sua Ex. Familia.²²⁷

Varias veses lhe telefonei nas vespersas de partir, mas sempre nos desencontrámos. Vim d’ai na 6ª f., e no proximo Sab.º retiro-me. Vim mais p. descanso do q. p. outra cousa, mas tenho feito excursões, e colhido algo: um machado grande bom, de cabo tosco; outro mt. apurado, menor; mais 7 bons; outros inferiores; uma seta; um objecto dos que chamo braçais; um machadinho de cobre. Tbém

²²⁶ Refere-se às indicações que J. Fontes lhe forneceu para a localização do artefacto encontrado por seu irmão, «estrada de Santa Marta a Portozelo» [ver documento n.º 8585 (identificação MNA), datado de 2 de Setembro de 1918], na verdade demasiado vagas para serem aproveitadas. Ver notas 113, 114 e 224.

²²⁷ A sua presença nesta povoação estremenha do concelho de Cadaval explica-se pelas propriedades e família que ainda tinha naquela região. Ver notas 134 e 219.

tenho feito muitas observações etnográficas. Creio que a saúde igualmente vai melhorando.

Sabe que me tenho visto aflito por falta de criada. Tivera uma vizinha de me fazer a comida um dia, e outra de me arranjar o quarto; e comi mais de uma semana em casa de uma família amiga, em St^a Isabel. E ainda não tenho criada. A m.^a prima (???) emprestou-me a d'ela, que ficou a guardar-me a casa, em companhia de outra minha prima.²²⁸

Adeus. Cumprimentos. No dia, 5 póde telefonar.

Abraça-o o Seu mt. am. obr.

J. L.

76. Bilhete-postal ilustrado «Coimbra Museu Archeologico do Instituto», datado de 5 de junho de 1919

Coimbra, Escola Normal Superior

Abraço do seu dedicado²²⁹

Am.obr. J. Leite

77. Bilhete-postal, datado de 9 de agosto de 1919

Liceu de Aveiro²³⁰

Caro amigo,

Felicito-o pela sua nomeação, que vi no DG de 7.²³¹ Só tem de reclamar contra a alteração que lhe puseram no nome: Pontes p. Fontes. Deve ter recebido

²²⁸ A existência de parentela, mais afastada que próxima, era o único amparo permanente no dia-a-dia em Lisboa do Mestre, dando-lhe a ilusão de ter uma família. As alusões constantes, ao longo da correspondência a sua prima, D. Amália, ainda jovem, permite concluir que esta viveu em sua casa, até ter provavelmente casado. Esse casamento deve ter-se dado pouco antes da escrita desta missiva, visto que o mestre refere que a sua prima lhe emprestou a criada dela, prova de que então já não vivia consigo. A sua prima D. Amália passou a viver em Paço de Arcos e não se confunde com outra prima, D. Maria Henriqueta que, em 1941 lhe assistiu aos últimos momentos (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 286) e de quem não existe correspondência remetida a Leite de Vasconcelos. Ver notas 9, 10 e 136.

²²⁹ Em serviço oficial, provavelmente de exames, nem por isso se esquecia do seu amigo J. Fontes, mesmo que fosse apenas para lhe dar um abraço.

²³⁰ De novo em serviço de exames liceais, no pino do verão. Ver notas 24 (liceu de Aveiro); 190 (liceu de Bragança); 203 (liceu de Castelo Branco); 218 (liceu de Faro); Coimbra 229 e esta, reportada de novo ao liceu de Aveiro.

²³¹ Refere-se à nomeação de J. Fontes como 2.º assistente de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, o que afastaria definitivamente o jovem médico de uma carreira inteiramente dedicada à Arqueologia. Mesmo fora de Lisboa, e sempre que possível, Leite de Vasconcelos não dispensava a leitura do Diário do Governo. Assim se mantinha informado, e em primeira mão, do movimento oficial de amigos e adversários.

a encomenda que lhe enviei, dos cem. Isto p. aqui é muito fresco, e etnograficamente muito curioso; mas tenho dormido muito mal. Ainda me demoro talvez na semana.

O Museu regional é bom, sob o aspecto da arte religiosa, e da outra e geral (talhas, indumentária etc.)

Abraça-o o seu am. obr.

J. L.

78. Bilhete-postal, datado de 5 de setembro de 1919

Hotel da Quinta do Pêso (por Monção),

Prezado e bom amigo

Desculpe não lhe ter escrito já. Parece que cá por fóra ha mt tempo, e não ha.

Vou de cá mt. pobre de arqueologia: apenas umas moedas! De Etnografia literaria é que tenho colhido cousas importantes. Perto de Aveiro as casas de pescadores, assentes em estacas; fiz nesse dia linda excursão! Da m.^a saude não vai mal, só tenho dormido quasi sempre muito pouco. O seu despacho vi-o no jornal, ainda em Aveiro.²³² Creio que lhe dei os parabens, pelo menos tive tenção de lh'os dar; se lhos não dei, aqui estão agora mt. sinceros. Cumprimentos a sua Familia. Abraça-o o

Seu dedicado

Am. obr.

J. Leite

²³² Ver nota 230.

79. Bilhete-postal, datado de 4 de abril de 1920

Columbeira

Caro am.

Fui um d'estes domingos passados a sua casa, porem não o encontrei. Depois telefonei-lhe; creio que seus Pais lh'ó diria.

Estou aqui ha uma semana, e conto estar outra. Tem-me feito bem á saude a estada, e tambem ja colhi um 20 e tantos machados, e entre eles 6 de fibrolite.

Espero as suas noticias em m.^a casa no dia 11 (pelo telefone) ou depois.

Visita a seus Pais.

Seu am. obr.

Abr.

J. L. de V.

80. Bilhete-postal, datado de 8 de junho de 1920

Coimbra

Caro amigo

Já que não posso assistir à maior solenidade da sua vida,²³³ envio-lhe um estreito abraço, ao mesmo tempo que cumprimento sua Ex. Esposa.

Seu am. obr.

José Leite

P.S. Não mando telegrama, como desejava por não chegar a tempo.

²³³ Não foi possível identificar seguramente qual seria. Talvez se tratasse do batismo de uma sua filha. Nada há na correspondência e nas notícias biobibliográficas consultadas que comprove a existência de descendentes, embora adiante se mencione uma «menina» que deverá ser a filha a que esta missiva indiretamente se refere. É sabido o grande desgosto que Leite de Vasconcelos tinha de não possuir herdeiro, mais acentuado para o fim da vida. Ver nota 236.

81. Bilhete-postal, datado de 27 de dezembro de 1920

Alto-Alentejo

«região das Areias»²³⁴

27-XII-920

Caro Amigo

Desejo b. f. e bom ano ao meu am. e a sua Ex. Esposa, a quem apresento os meus respeitos.

Já encomendei o touro, aqui chamado cornudo; está um pastor a fazê-lo, porém não o concluirá a tempo de o eu levar, irá depois pelo caseiro.

Pelo que toca a objectos arq., tenho obtido alguns machados, e obtive uma linda chapa de cinturão visigotico, que tem um ornato cordiforme, e neste uma ave. Tambem tenho outras cousas.

Não lhe dou direcção postal, depois terei as suas noticias em Lisboa.

Abraça-o o seu am. obr.

J. L. de V.

82. Bilhete-postal, datado de 3 de setembro de 1923

Braga 3.IX.23

[Boa parte do texto encontra-se ilegível].

No Porto obtive um vaso romano da minha terra, (???)²³⁵ fiquei doido de contente. Aqui depois algumas noticias arqueologia. Amanhã vou ver a estrada romana da Geira no Geres, depois vou a Guimarães, e p. 12 devo estar na R. de D. Carlos Mascarenhas n.º. 4.

Estimarei que ande de saude (???) sou (???) (???) para a menina²³⁶.

Visita a seu (???)

Um abraço do seu (???) grato

J. L. V.

(assinatura)

²³⁴ Nesta região, à semelhança do verificado na região de Cadaval, tinha Leite de Vasconcelos parentela (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 254), em cuja casa se albergava recorrentemente. Existe, com efeito, no epistolário do Mestre, diversos familiares que se corresponderam desta região (Coito, 1999). Assim, este postal, que foi redigido entre o Natal e o Ano Novo, comprova mais uma estada junto daqueles familiares longínquos naquela época festiva, dando-lhe a ilusão de uma verdadeira família.

²³⁵ Leite de Vasconcelos era natural de Ucanha (Mondim de Basto), onde nasceu a 7 de julho de 1858. Já anteriormente tinha manifestado a sua alegria ao ver no Porto um vaso romano com a mesma origem. Ver bilhete-postal, datado de 7 de Agosto (de 1920 ?).

²³⁶ Deve referir-se a uma provável filha de J. Fontes. Ver nota 233.

**83. Bilhete-postal, datado de 29 de agosto de 1925
(relação com postal 8592+A)**

S. C. 29-VIII-25²³⁷

Presado amigo.

A Comissão das festas do Centenario não só me nomeou para faser parte da sub-comissão da exposição de Medicina retrospectiva, mas oficiou-me para eu lhe enviar o que no Museu houvesse do assumto. Tencionava remeter varios objectos, para o que já pedi autorisação ao Ministro, e acompanhar a remessa com a descrição, isto é, com uma palavra acêrca da Medicina dos selvagens, um esboço da Medicina lusitana (em que aproveitasse e desenvolvesse o que já disse nas Religiões, onde está o principal: Medicina prehistorica, protohist., e lusitano-romana), e algo tambem de Medicina popular. Ha mt. que penso em escrever o artigo sobre a Medicina lusitana, e até já haverá uns dois anos eu disse ao Costa Sacadura que lhe teria de ler na Soc. das Sc. Medicas o que eu escrevesse. Pois que, sendo eu Médico, deixei a Medicina, queria ao menos faser algumas cousas no campo da Historia medica, ligando isto agora com o que escrevi para o Porto.

Todavia, visto que o meu am. quer tratar d assunto; ponho as cousas do Museu á sua disposição, e faça o meu am. a descrição dos objectos, que a fará melhor do que eu faria.

Vim ha quasi um mês, p. causa do meu trabalho. A Figa já está no prelo, e impressa a introdução, e o começo da obra. Deve dar cem páginas.²³⁸

Seu am. obr.

J. L. de V.

²³⁷ Este postal é a resposta a um que J. Fontes lhe havia escrito, acima transcrito. Ver documento n.º 8592+A (identificação MNA), datado de 23 de Agosto de 1925. O texto do presente postal é idêntico ao rascunho conservado no arquivo de Leite de Vasconcelos anexo àquele, também acima transcrito, e comprova o cuidado que o mesmo dispensou à preparação da respetiva resposta, o que se justificava pelo melindre da questão, suscitada, de mais a mais, por pessoa que fora nos anos anteriores de sua intimidade. Ver notas 5, 12, 120, 122, 132, 239, 240 e 241.

²³⁸ Trata-se de monografia etnográfica publicada no Porto neste mesmo ano de 1925, no âmbito das comemorações da Escola Régia de Cirurgia do Porto, fundada, como a de Lisboa, em 1825. Ver Vasconcelos, 1925c.

84. Bilhete-postal, com carimbo de 3 de setembro de 1925

Lx, 3

Caro amigo

Desejava saber se aceita ou não o meu oferecimento, p. no caso afirmativo eu não continuar com o assunto, e aplicar o tempo a outro.²³⁹

Esqueci-me de lhe dizer que estive em Alcacer, onde vi alguns dos objectos extraídos, de ferro e barro etc., pela (???) parte antigos aos que estão no Museu.

Cumprimentos à Exm. Esposa.

Seu am. obr.

J. L. de V.

85. Bilhete-postal, datado de 16 de Novembro de 1925

16.IX.1925

Caro amigo,

Como insiste em querer escrever alguma coisa de Medicina antiga, e por outro lado quer q (???) juntos, proponho o seguinte²⁴⁰:

– eu escrevo o meu projectado artigo de historia da medicina lusitana no seu conjunto, porque, ainda que o meu amigo agora tratasse d’ela, isso não me impedia de a eu escrever depois, isto é, de reunir e ampliar os elementos que estão dispersos em 3 vols. das Religiões [assim se evita repetições, e eu aproveito o estímulo que o (???) me dá para escrever]; mas, ao tratar da trepanação (a que consagrei mais de 20 paginas no vol. 1º da Religiões), (???) apenas ao cranio trepanado de Torres Novas, (???) digo que:

– o meu amigo faz sua comunicação desenvolvida acêrca d’êste cranio (o que se lhe torna trabalho original, aparte o ter sido o cranio trazido para o Museu por pessoal d’este).

²³⁹ Ver notas 5, 12, 120, 122, 132, 237, 240 e 241.

²⁴⁰ Não era hábito da época e muito menos de Leite de Vasconcelos redigir trabalhos em coautoria, ao contrário da experiência testemunhada por J. Fontes de cuja inserção em equipas médicas, resultava a produção e publicação de investigação desenvolvida em comum. Daí o facto de Leite de Vasconcelos ter-se distanciado dessa ideia, não a rejeitando liminarmente, dado ter sido proposta por pessoa que respeitava profundamente. Ver notas 5, 12, 120, 132, 237, 238, 239 e 241.

Tratar eu agora latamente de Medicina popular é-me impossível: ou antecipar o que ha-de sair na Etnografia. E como havia eu de tratar tão vasto assunto ao (???) tempo que vai até ás festas?²⁴¹

Ainda não tive tempo p lhe enviar a Barba. (???) lh'a levo a (???)²⁴²

Am. (???)

E obg.

J. L.

Estive 8 dias em Cadaval a descansar, e p isso demorei a resposta.

²⁴¹ Refere-se às festas de Natal: na verdade, a conferência de Leite de Vasconcelos sobre «Medicina dos Lusitanos», foi apresentada a 12 de dezembro de 1925 na sala dos Actos da Faculdade de Medicina de Lisboa, conforme consta da portada da correspondente monografia (Vasconcelos, 1925a). Conclui-se que Leite de Vasconcelos manteve inalterado o seu anterior ponto de vista, que concretizou integralmente, remetendo a J. Fontes a preparação de um tema específico tratado separadamente por ele sobre a trepanação pré-histórica; para tal ofereceu-lhe a possibilidade de estudar um crânio recolhido em Torres Novas, o qual, porém, não deixou de ser referido e figurado com prioridade por ele próprio naquela monografia: trata-se de exemplar recolhido na gruta da Galinha (Torres Novas) (Vasconcelos, 1925a, p. 12 e Fig. 1). Assim esvaziado o tema da apresentação destinada a J. Fontes, já de si muito mais limitado do que aquele que ele anteriormente previra e desejara, por certo que abandonou a ideia, pois não há registo de qualquer publicação no âmbito das comemorações em apreço de sua autoria. Ver notas 5, 12, 120, 122, 132, 237, 239 e 240.

²⁴² Ver nota 6.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, então Diretor do Museu Nacional de Arqueologia e à Dr.^a Lúcia Cristina Coito, responsável pela Biblioteca e Arquivo Histórico, por terem, respetivamente, autorizado o acesso à correspondência remetida por Joaquim Fontes a Leite de Vasconcelos e apoiado o respetivo trabalho de transcrição, com a cordialidade habitual.

Ao Doutor Miguel Magalhães Ramalho, ao tempo Vice-Presidente do Instituto Geológico e Mineiro, ao ter permitido o estudo da correspondência remetida por Leite de Vasconcelos a Joaquim Fontes, e à Dr.^a Paula Serrano, responsável pelo Arquivo Histórico da Instituição.

Ao José Carlos Henrique pela competência com que assegurou a transcrição da documentação, confirmada pela revisão ulteriormente efetuada.

Ao Dr. Filipe Martins pelo apoio prestado na reprodução fotográfica da documentação conservada no Museu Nacional de Arqueologia.

À Mestre Ana Melo, por ter acompanhado a realização deste trabalho. Desde literalmente a primeira linha do mesmo, até à cuidada revisão que efetuou do manuscrito final. Cumpre-me agradecer-lhe, especialmente, a amizade demonstrada pela sua permanente disponibilidade, sendo-me muito grato registar o empenho inequívoco que dispensou à concretização da sua publicação. Bem-haja!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. de (1973) – Prof. Joaquim Fontes. In *Actas II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 19-24.
- BARRADAS, L. A. (1939) – Estações paleolíticas do Caia inferior. *Brotéria*. Lisboa. 28:2, p. 215-223.
- BREUIL, H. (1917) – Glanes paléolithiques anciennes dans le bassin du Guadiana. *L'Anthropologie*. Paris. 28:1-2, p. 1-19.
- BREUIL, H.; ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. Vol. 1. (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal; 23).
- BREUIL, H. (1917) – La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près de Arronches (Portalegre). *Terra Portuguesa*. Lisboa. 13-14, p. 17-26.
- CABRÉ, J. (1916) – *Arte rupestre gallego y português (Eirados Mouros e Cachão da Rapa)*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. (Memórias da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais; 2).
- CABREIRA, A. (1917) – Discurso inaugural do Instituto Arqueológico do Algarve. *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*. Lisboa. Série I, 5, p. 39-46.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos. In *Summus Philologus Necnon Verborum Imperator. Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90.º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. p. 451-504.
- CARDOSO, J. L. (2006) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do século XX. Uma contribuição para a História da Arqueologia Peninsular. *Colóquio Astúrias e Portugal. Relações históricas e culturais (Lisboa, 2005)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. p. 191-233.
- CARDOSO, J. L. (2007) – Vida e obras de Estácio da Veiga. In *Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2006)*. Silves: Câmara Municipal de Silves. p. 15-72.
- CARDOSO, J. L. (2008a) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941): o Médico, o Humanista e o Homem. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 126, p. 73-83.
- CARDOSO, J. L. (2008b) – José Leite de Vasconcelos e os instrumentos líticos da serra do Brumheiro (concelho de Chaves). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 26, p. 345-362.
- CARDOSO, J. L. (2009) – José Leite de Vasconcelos, pré-historiador: sua projecção internacional. In *150 anos do nascimento de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. p. 85-180.
- CARDOSO, J. L. (2010) – Francisco Tavares de Proença Júnior no quadro da Arqueologia portuguesa do início do século XX. In *Actas Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no interior centro (Castelo Branco, 2008)*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior. p. 17-45 (Materiais; número especial).
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – Joaquim Fontes, primórdios de um arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 623-630.
- CARDOSO, J. L.; MELO, A. A. (2005) – Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a História da Arqueologia Peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 13, p. 195-321.
- CARDOSO, J. L.; VILAÇA, R. (2008) – Artefactos da Idade do Bronze da região de Chaves. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, p. 41-54.
- CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G.; ANDRÉ, M. C. (1992) – *O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*; 3).
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: C. Reinwald.
- CASTELO BRANCO, A. de (1961) – O Professor Joaquim Moreira Fontes e os Serviços Geológicos. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 10,

- p. 175-182. (Em Memória do Professor Doutor Joaquim Fontes).
- CHAVES, L. (1915) – Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (termo de Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 20, p. 258-271.
- CHAVES, L. (1932) – Acerca da villa luso-romana de Santa Vitória do Ameixial. Ecos e notas de uma campanha arqueológica em 1915/1916 no Alentejo. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 250-255.
- COITO, L. C. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 1).
- COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CORREIA, V. (1914) – A exploração arqueológica da serra das Mutelas (Torres Vedras). Relatório. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 19, p. 264-270.
- CORREIA, V. (1915) – Ídolos prehistóricos tatuados de Portugal. *A Águia*. Porto. 2.^a Série, 7, p. 244-252.
- CORREIA, V. (1916a) – Pinturas rupestres da Sr.^a da Esperança (Arronches). *Terra Portuguesa*. Lisboa. 5, p. 158.
- CORREIA, V. (1916b) – Arte pré-histórica. Pinturas rupestres descobertas em Portugal no século XVIII. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 4, p. 116-119.
- CORREIA, V. (1917) – A propósito da «Arte rupestre gallego y português» do Sr. Juan Cabré Aguiló. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 12, p. 186-188.
- CORREIA, V. (1918) – Ainda a propósito da «Arte rupestre gallego y português» do Sr. Juan Cabré Aguiló. *Terra Portuguesa*. 24, p. 249-250
- FABIÃO, C. (2004) – O arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior. In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares Proença Júnior. p. 13-35.
- FIGUEIREDO, A. M. de (1914) – *Contestação e réplica do folheto intitulado: Defesa do Museu Etnológico Português contra as arguições que um sr. deputado lhe fez no Parlamento*. Coimbra: Minerva Comercial.
- FONTES, J. (1910a) – Estação paleolítica de Casal do Monte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 15, p. 93-96.
- FONTES, J. (1910b) – *Estação paleolítica de Casal do Monte*. Lisboa: Tip. do Anuário Comercial. 7 p.
- FONTES, J. (1910c) – Indústrias paleolíticas do Casal do Monte. *Materiais para o Estudo das Antiguidades Portuguesas*. Leiria. 1: 2, 5 p. Separata.
- FONTES, J. (1911) – Contribution à l'étude de la période paléolithique en Portugal. In *Actas 7^o. Congrès Préhistorique de France (Nîmes, 1911)*. Nîmes: [s.n.]. p. 137-145.
- FONTES, J. (1912) – Trois coup de poing acheuléens du Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Le Mans: Imprimerie Monnoyer. 3 p. Separata.
- FONTES, J. (1913a) – Note sur le Moustérien en Portugal. In *Actas 8^o. Congrès Préhistorique de France (Angoulême, 1913)*. Paris: [s.n.]. p. 342-350.
- FONTES, J. (1913b) – Sur quelques types inédits de coups de poing du Portugal. In *Actas 14^o. Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Genebra, 1912)*. Genebra: Imprimerie Albert Kündig. Vol. 2, p. 351-354.
- FONTES, J. (1915) – Sobre a tatuagem facial em ídolos pré-históricos e gentílicos. *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Lisboa. 3: 2, p. 61-64.
- FONTES, J. (1915-1916) – Station paléolithique de Mealhada. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 11, p. 7-15.
- FONTES, J. (1916a) – La station de S. Julião aux environs de Caldellas. *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*. Lisboa. 7:2, p. 198-210.
- FONTES, J. (1916b) – Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocannes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 21, p. 337-342.
- FONTES, J. (1916c) – Un oenochoé en bronze rencontrée à Rio Maior. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 21, p. 264-271.
- FONTES, J. (1918a) – A obra do Sr. Cabré «Arte rupestre gallego y português» e a crítica do Sr. Vergílio Correia. *Revista de História*. Lisboa. 7, p. 63-65.

- FONTES, J. (1918b) – Instruments paléolithiques dans la collection de Préhistoire du Service Géologique. 2 – Instruments paléolithiques des environs de Porto. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 12, p. 3-16.
- FONTES, J. (1922-1928) – Paul Choffat et l'Archéologie portugaise. *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences naturelles*. Lisboa. 9. Separata.
- FONTES, J. (1959) – Leite de Vasconcelos: arqueólogo. In *Actas I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. 1, p. 27-36.
- LOPES, V. (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do Cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACHADO, J. P. (1999-2000) – Recordando José Leite de Vasconcelos: um testemunho pessoal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 25-31.
- MORTILLET, G.; MORTILLET, A. (1903) – *Musée Préhistorique*. 2.ª edição. Paris: C. Reinwald.
- OBERMAIER, H. (1916) – *El hombre fósil*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas. (Memoria; 9).
- PAÇO, A. do (1961) – Joaquim Fontes, arqueólogo. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série IX, 10, p. 13-37
- PEREIRA, F. Alves (1922) – Catálogo do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 25, p. 251-287.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1934) – As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6: 3, p. 185-222.
- SEQUEIRA, G. de Matos (1911) – Acta n.º 49. Sessão da Assembleia Geral de 17 de Maio de 1910. *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Série V, 12: 1, p. 152-158.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1912a) – Pelo Alentejo. *Arqueologia e Etnografia. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 17, p. 284-289.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1912b) – Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 17, p. 255-265.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1913) – *Defensão do Museu Etnológico Português contra as arguições que um sr. Deputado lhe fez no Parlamento*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1915a) – *Objectos paleolíticos do Casal do Monte oferecidos ao Museu da Academia das Ciências de Lisboa. Breve notícia*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 8 p. (Separata do *Boletim da Segunda Classe*; 8).
- VASCONCELOS, J. Leite de (1915b) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1915c) – *De Campolide a Melrose*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1916) – Entre Tejo e Odiana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 21, p. 152-195.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1917) – Arqueologia license. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 22, p. 203-206.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1920) – Coisas Velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, 24, p. 215-237.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1925a) – *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1925b) – *A barba em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1925c) – *A figa*. Porto: Araújo & Sobrinho, suc.
- VASCONCELOS, J. Leite de (2008) – Para a história do Museu Ethnológico (de 1893 a 1908). 14 annos de luta, ralações e trabalho. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 26, p. 15-40.
- VEGA del SELLA, Conde de la (1923) – *El Asturiense nueva industrias preneolítica*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas. (Memoria; 32).
- VIANA, A. (1930) – Estações paleolíticas do Alto Minho. *Portucale*. Porto. 3:15, p. 189-235.
- ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Les éléphants quaternaires du Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 24, p. 71-89.

Em busca do tempo perdido: a proteção arqueológica em Portugal e em Espanha (1.^a metade do século XX)

ANA CRISTINA MARTINS*

«Certo é que existem conselhos d'arte e archeologia;
mas mais certo é que a sua existência
é meramente nominal e decorativa,
que a sua acção pouco mais d'estéril tem sido,
já por falta de recursos e d'apoio das estações oficiais
já por falta d'homogeneidade na sua constituição,
quer de valores d'actividade e brio patriótico
quer de capacidade technica»
(A.H./A.A.P., *Correspondência Expedida*, 18-04-1929)

RESUMO

Como noutros países europeus, a primeira metade do século XX foi decisiva em Portugal para a institucionalização da salvaguarda do património histórico-cultural, de um modo genérico, e para o arqueológico, em particular. Entre os protagonistas deste longo processo, constam nomes incontornáveis da afirmação arqueológica no país, alguns dos quais figuras de proa da Associação dos Arqueólogos Portugueses, justificando a sua integração nos principais organismos governamentais instituídos nesse âmbito. Conjuntamente a outros nomes e a experiências estrangeiras, mormente espanholas, eles contribuiram de modo inequívoco para a montagem de todo um mecanismo que visava o estudo, preservação, valorização e divulgação de sítios arqueológicos, congregando valências e esforços diversos.

Palavras-chave: arqueologia – Associação dos Arqueólogos Portugueses – legislação patrimonial – Portugal e Espanha – Século XX.

* Investigadora do Instituto de Investigação Científica Tropical e Professora Auxiliar Convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E-mail: ana.c.martins@zonmail.pt / ana.martins@iict.pt

ABSTRACT

As in other European countries, the first half of the twentieth century was decisive in Portugal to institutionalize protection of historical and cultural heritage, in a generic way, and the archaeological, in particular. Major players in this long process, are names of compelling archaeological claim in the country, some of which leading figures from the Association of Portuguese Archaeologists, justifying their inclusion in the main government bodies established within that framework. Together with other names and foreign experience, especially Spanish, they contributed unequivocally to assemble a whole mechanism aimed at the study, preservation, promotion and dissemination of archaeological sites, bringing together different valences and efforts.

Keywords: archaeology – Association of Portuguese Archaeologists – heritage legislation – Portugal and Spain – 20th century.

1. PRELÚDIO

Como sucedera no auge da intervenção patrimonial da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) (Martins, 2005), o final dos anos 20 de novecentos relançou para a sua discussão interna questões legais desta área da vida portuguesa, como se as autoridades competentes persistissem alheias face a outros interesses que as limitavam nas suas ações. Razões suficientes para se afirmar, a propósito das atividades da *Sociedade Archeologica da Figueira* (SAF), que «A influencia benefica d'esta propaganda, assim cumprida, vae colhendo immediatos resultados, como não teem conseguido varias leis proteccionistas e commissões adrede nomeadas de caracter official e de ephemero successo». (A Sociedade Archeologica e o Museu Municipal da Figueira da Foz, 1911, p. 159. Nosso itálico).

Comentário que não surpreende. Apesar das recentes reformas legislativas, a 1.^a República Portuguesa não sabia, conseguia ou queria ultrapassar os principais óbices neste campo. A *Secção de Archeologia Lisbonense* da AAP propôs, então (1914), realizar um congresso congregador de corporações dedicadas ao estudo, divulgação e preservação do património artístico-arqueológico para discutir temáticas subjacentes e asseverar «que aos monumentos seja assegurada a protecção devida.» [AH/AAP, *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense (19/06/1914-28/12/1917)*. Sessão de 19/06/1914]. Apesar disso, José Maria da Silva Pessanha (1865-1939), olisipógrafo, activo consócio e fervoroso defensor da *memória* nacional, fez sentir, volvido um ano, o facto de a,

secção não mostrar a actividade que era para desejar, julgando necessario e essencial para a vida da Associação, que ella se pode dizer representa, o seu trabalho constante. São precisas energias e torna-se mister que os socios trabalhem, *não adormecendo á sombra dos louros colhidos pela exposição olissipo-*

nense. As suas palavras não representam censura, mas sim incentivo para o trabalho associativo. Com tal modo de ver concorda toda a secção. O signatário aprovando a ideia do sr. D. Jose Pessanha, alvitra que se dê cumprimento a qualquer dos trabalhos aprovados pela secção, fazendo considerações acêrca de cada *uma das propostas antigas da secção, como por exemplo, á exposição de arte manuelina, á dos retratos, ao congresso de defeza do nosso patrimonio artistico e á inventariação dos monumentos e trechos monumentais de Lisboa* (id., *idem*, Sessão de 18/06/1915. Nosso itálico).

De novo, era como se a iniciativa personalizada firmasse o bom andamento dos projetos delineados e o verdadeiro motor das secções de estudo da AAP fosse protagonizado por um punhado de associados compelidos na sua vitalização, conglutinando um grupo alargado de personalidades imprescindíveis à sua execução. A verdade é que, pontualmente ausentes, desalentavam a sua vida intrínseca, sem a voz de quem movia a maioria das iniciativas graças ao fulgor com o qual debatiam a indiferença generalizada pela temática patrimonial, mercê também, do capital social detido individualmente. Panorama acentuado quando o discurso incidia sobre a área arqueológica, mormente ao cotejá-lo à prática espanhola. Aqui, os estudos arqueológicos assumiam contornos extraordinários, designadamente por mão do senador e arqueólogo Enrique de Aguilera y Gamboa, Marquês de Cerralbo (1845-1922), na sua qualidade de vice-presidente da *Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades (JSEA)*. Além disso, promovera a publicação de importantes *Memorias* sobre campanhas arqueológicas estatais: «assim se dá nas nações cultas a verdadeira assistencia aos *assuntos arqueologicos, que, em Portugal, estão como que abandonados, ou monopolizados por funcionarios que pouco fazem, não consentindo que os outros trabalhem.*» (Figueiredo, 1917, p. 42. Nosso itálico). Situação registada mesmo quando o diploma legal português de 1924 consagrava que «O reconhecimento do local arqueológico será feito por vistorias e a vedação estritamente limitada a êsse local, sob pena de indemnização de perdas e danos.» (*Diário do Govêrno*, Decreto n.º 1700, de 18 de Dezembro de 1924, p. 702). Era, contudo, uma crítica direta (e direcionada) de António Mesquita de Figueiredo (1880-1954) à inoperância pressentida nas (escassas) ações dos republicanos Conselhos de Arte e Arqueologia (CAA) das três circunscrições do Conselho de Arte Nacional (CAN). Mas era também uma diatribe lançada ao cerceamento por elas imposto à acção dos arqueólogos no terreno, em parte por influência de José Leite de Vasconcelos (1858-1941), na sua permanente tentativa de circunscrever aos interesses do museu que dirigia – *Museu de Ethnologia Portuguez (MEP)* 1893 – os empreendimentos neste âmbito. Enquanto isso, Espanha instituía a *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas* (1912-1939), numa atuação perseguida por quem se dedicava à arqueologia resultante da aliança com as ciências

naturais, afastada que estava da tradição artística de Johan Joachim Winckelmann (1717-1768).

2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Foi no dealbar dos anos 20 que a salvaguarda arqueológica se (re)introduziu com maior assertividade pelos esforços de uma pedra angular da teoria e prática museológica portuguesa. Membro apressado da AAP e prestigiado nome da comunidade científica e civil, o historiador de arte e director do Museu Nacional de Arte Antiga (1884) (MNAA) João Couto (1892-1968) advertiu que, como assinalavam intelectuais oitocentistas, «a todo o momento se procura fazer sair do paiz as obras de arte existentes» [AH/AAP, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*. Acta n.º 62, 05/12/1929]. Situação ocorrida apesar de, 15 anos antes, o pintor, historiador da Arte e arqueólogo José Queiroz (1856-1920) lamentar o desbarato de *preciosidades*, como azulejos, que «frequentemente são mutilados ou remetidos para fóra do pais.» [Id., *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense (27/12/1912-15/05/1914)*. Sessão de 15/05/1913]. Havia, pois, que inventariá-los de forma exaustiva. Mas J. Couto ia mais longe.

Surpreendentemente (ou talvez não), propunha que a AAP tomasse a dianteira nesta questão. Não apenas pela longa prática que detinha no campo. Deveria fazê-lo, de igual modo, pela excelente plêiade de colaboradores que a compunham, investido dos conhecimentos essenciais à sua concretização, assim como pela rede considerável de sócios-correspondentes de que dispunha. Estranhamente porque «só os Conselhos de Arte e Arqueologia teem o direito de tratar desses assuntos» [id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*. Acta n.º 62, 05/12/1929]. Restaria, pois, à AAP assinalar a existência de *objectos artísticos* e comunicar ao Governo, em tempo útil, acções danificadoras do *património artístico* nacional. Pressentia-se, deste modo, que a ação dos CAA não seria a mais acertada. De contrário, os monumentos não estariam no *mau estado* assinalado por consócios. E o que J. Couto denunciava, antes de mais, era a inoperância dos CAA, criticada amiúde por outros elementos da AAP (Martins, 2005).

O cenário não se modificara em substância. Neste ano (1929), enquanto mostrava um artefacto (supostamente) neolítico descoberto ao Sul de Serpa, e uma *sepultura de paredes de chisto*, de onde trouxera dois machados de pedra, Melo Nogueira descrevia os trabalhos de J. Alberto da Cruz e Silva (1934-) na estação pré-histórica de Melides [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/06/1925-16/11/1933)*. Sessão de 18/01/1929]. Pediu, então, que a AAP solicitasse à autarquia a sua proteção e aquisição dos artefactos, para com eles e demais

a exumar organizar um museu municipal. Se tal não sucedesse, perder-se-iam para sempre. Mas a assolação para o mundo científico já ocorrera. Como notara o médico e arqueólogo Joaquim Moreira Fontes (1892-1960), a exploração das grutas não fora acompanhada de *pessoa competente* que registasse, entre outras realidades observadas no terreno, a localização e posição exata dos vestígios osteológicos humanos, conquanto não ocorresse o mesmo que em Loures, onde se destruíram sepulturas em busca de «tesouros encantados». Esta, era uma questão central da investigação arqueológica das primeiras décadas de novecentos, como se os esclarecimentos sobre esta atividade científica não fossem suficientemente divulgados num país onde o analfabetismo era traço saliente. Bastará parafrasear o advogado e arqueólogo figueirense António dos Santos Rocha (1853-1910), em comunicação apresentada à SAE, para apreendermos tal fenómeno:

A exploração foi feita com dificuldade, ora debaixo de chuva, ora no meio d'um povo ignaro e desconfiado, que se apinhava para tudo vêr, interrompendo-nos constantemente, cobrindo-nos de chufas e procurando ás vezes prejudicar os trabalhos. No dolmen do Seixo um precioso fragmento de ceramica foi partido, para vêr se teria outro dentro; e no da Sobreda, ao segundo dia de trabalho, encontramos dentro da crypta as pedras que havíamos feito extrahir na vespera. Sem o auxilio d'algumas pessoas de Paranhos e do Seixo, a quem fomos recommendados, não teria sido possivel levar a cabo semelhante exploração. O povo acreditava que procuravamos haveres escondidos, guiando-nos por algum roteiro; e não podia conformar-se com a ideia de nós o irmos esbulhar d'essas riquezas.... [e] um dos interessados levava o proprio entulho carregado de carvões, acreditando que estes continham ouro! (Santos Rocha, 1929. Nossos itálicos).

Reproduzamos, ademais, escritos desta Sociedade, ilustrativos do pessimismo quanto a iniciativas associativas, especialmente quando despontadas em localidades apartadas de Lisboa:

Noticiava a Gazeta da Figueira, no seu numero 15 de dezembro, em 1897, que se preparava a organização de uma Sociedade Archeologica, sympathica congregação de individuos, decididos a trabalhar e *promover por todos os meios o estudo e progresso dos diversos ramos que constituem as sciencias archeologicas*; e n'est[e] local se lançava o convite para que concorressem á inscripção para socios *todos os homens intelligentes, sem distincção de classes, tanto da Figueira, como a ella extranhos*, que quizessem auxiliar esta iniciativa de estudo e vulgarização [...] O insucesso era de prever, com solido fundamento n'este caso, pela experiencia de muitas tentativas em centros de maior densidade.

Seria pois mais um caso de miragem, fruste projecto a nota na historia das nossas instituições ou collectividades similares, que viveram apenas no alvará official ou no estatuto, outras terminando em breve por falta de energia, socios ou subsidio («A Sociedade Archeologica e o Museu Municipal da Figueira da Foz», p. 156. Nosso itálico.).

Confirmavam-se, pois, os piores receios do presidente do Conselho Administrativo da AAP. Propondo ocupar-se da proteção arqueológica, o docente universitário Possidónio M. Laranjo Coelho (1878-1969) constatava que, embora legislada desde 1721, só com dificuldade se implementava. Entretanto, desdobravam-se derrubes de vestígios arqueológicos, ironicamente consoante a atenção dos especialistas crescia. Situação que a AAP desejava evitar (por vezes) com algum desespero, como no arqueossítio de Areosa, em risco de desbaratamento artefactual por curiosos (AH/AAP, *idem*. Sessão de 21/02/1929), urgindo, por conseguinte, arrolar o jazigo 238 «para que se dignem providenciar de forma a ser defendido e acautelado de danos e inutilizações e de possíveis desvios o rico e importante nucleo de objectos pre-historicos do sistema Musteriense» (*id.*, *Correspondência Recebida*. 22/01/1929. Nosso itálico).

Este cenário surgira enquanto os investigadores espanhóis evoluíam na sua missão. P. M. Laranjo Coelho sugeriu, por isso, ao sacerdote e pré-historiador Eugénio Jalhay (1891-1950) que detalhasse a legislação espanhola sobre proteção das estações pré-históricas, para que, associado a elementos inscritos em legislação nacional, se dirigisse um parecer circunstanciado ao Governo português, porquanto, «Sem a autoridade que só a lei pode conferir, a Associação não poderá jamais evitar desacatos como os que foram apontados.» [*id.*, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (14/06/1925-16/11/1933). Sessão de 18/01/1929. Nosso itálico.].

Esperava-se obter deste modo o auxílio essencial à proteção dos monumentos nacionais, como se não existisse, de facto e de modo atuante, um organismo responsável por este assunto. A situação repetiu-se quatro anos depois. Solicitou-se então ao militar e arqueólogo Manuel Afonso do Paço (1895-1968) um relato acerca da organização de museus espanhóis após a sua mais recente viagem a Madrid (*id.*, *idem*. Sessão de 11/05/1933). Necessidade quase intrínseca da experiência espanhola onde, ao contrário do vigente entre nós, avultavam situações como a de Vigo, onde, após ser encontrado acidentalmente por liceal, um *castro neolítico* fora reconhecido e protegido de imediato pelas autoridades. Em especial, depois do arqueólogo alemão naturalizado espanhol Hugo Obermaier (1877-1946) recolher fragmentos de *ceramica ibérica*, os primeiros identificados na Galiza [*id.*, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (14/06/1925-16/11/1933). Sessão de 22/03/1929].

De facto, alguns membros da AAP encontravam-se numa condição assaz privilegiada para aferir este tipo de situações. Se dúvidas houvesse, aí estavam as deslocações frequentes, por exemplo, de E. Jalhay à Galiza. Aqui descobriram e escavaram um concheiro em *Pasage de la Guardia*, semelhante (no seu entender) ao de S.^{ta} Tecla, numa época em que o terreno arqueológico espanhol ainda se encontrava acessível a incursões estrangeiras (id., *idem*. Sessão de 13/02/1930):

Tendo escavado êste concheiro, o sr. padre Jalhay não encontrou nêle industria nenhuma litica, mas achou, de mistura com a «Patella vulgata», e o «Myrtilus edulis» o «Trochus lineatus», o *que o torna, pela sua fauna, mais semelhante aos da costa cantábrica do periodo asturiense*. O concheiro mede 3 metros de comprimento por 2 de largura, talvez com 1 metro, apenas, de profundidade, e apresenta a particularidade interessante de lhe faltar a «Littorina littorea», o que indica transição do clima fresco para o clima quente. Apareceram pedras ovais, chamuscadas, e até estaladas pelo fogo, mas *não tendo sido encontrado nenhum pico, o concheiro não adeanta nada sôbre a cronologia das estações próximas* (*Ibidem*. Nossos itálicos).

Talvez por isto, Sta. Tecla mereceu atenção redobrada de pré-historiadores associativos, comunicando-se, reiteradamente, o evoluir dos trabalhos ali conduzidos. Assim sucedeu em 1933, após descoberta de uma terceira linha de muralha e de um grupo de estruturas habitacionais erguido sobre um concheiro, no interior de uma das quais se encontraram vários artefactos, como uma ânfora, inúmeras *moedas autónomas da região* (acentuando-se, de novo, os intentos políticos subjacentes), a cabeça de um torques e o pé de uma estátua, entretanto expostos no Museu da Sociedade Pró Monte (*ibidem*).

Na verdade, escusava-se ir além de Espanha para encontrar modelos a seguir. Não obstante, a participação de M. Afonso do Paço na sessão do Congresso Internacional de Ciências Pré e Proto-históricas (Oslo, 1936), onde H. Obermaier foi surpreendido pelo levantamento militar espanhol de 18 de Julho, permitiu-lhe visitar museus constituídos com materiais recolhidos em escavações de povoados vikings (embarcações, tecidos e apetrechos bem conservados pelos solos em que permaneceram ao longo dos séculos) [id., *idem*. *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (03/06/1933-21/06/1938). Acta n.º 22. 17/12/1936]. Visionou, ainda, «*Explorações cuidadosíssimas [que] permitiram recolher todo êste notabilíssimo material que nos dá idea da vida dos Vikings, bem como reconstituir com os fragmentos achados e outros que se adicionaram*» (Afonso do Paço, 1937, p. 120. Nosso itálico). Além disso (ou sobretudo por isso), eram apoiadas pelo Estado norueguês, restaurando-se (1925) o barco de Gokstad graças aos poderes públicos e à Sociedade dos Monumentos Históricos da Noruega.

A primeira medida da AAP neste sentido foi acertada e das escassas conseqüentes. Referimo-nos ao facto de se ter endereçado ao CAA da 3.^a Circunscrição do CAN, sediada no Porto. A resposta não terá sido a esperada, ao declarar a (quase) impossibilidade de acautelar a defesa e vigilância da estação arqueológica de Areosa, em razão da sua localização. Considerava-a, não obstante, resgatada, uma vez que o Museu Regional de Viana do Castelo recebera mais de 100 objetos recolhidos no local pelo arqueólogo e associado Abel Viana (1896-1964) (AH/AAP, *idem*. Sessão de 22/03/1929). Posição enquadrada no conceito de salvaguarda patrimonial (ainda) conotado à musealização, mas não em termos de apresentação. Para isso, havia que percorrer um longo caminho, persistindo o de depósito parcial ou esporadicamente público, procurando-se debelar parte destas situações mediante ampla divulgação regional e local dos conhecimentos arqueológicos, como entrevira o mentor e principal fundador da AAP, o arquiteto e arqueólogo J. Possidónio N. da Silva (1806-1896) (Martins, 2003).

Na ausência de iniciativas governamentais nesta área, impor-se-ia a membros destacados da AAP liderar este movimento, até para defesa dos pressupostos sobre os quais assentavam os seus estatutos.

Apresentadas primeiramente na assembleia geral da AAP, o seu teor assumiu um certo pendor propagandístico, mesmo que oficioso. Despertou, contudo, o interesse de comunidades provinciais, incitando-as a abraçar a causa associativa. Isso mesmo sucedera com um pároco local, ao enviar artefactos arqueológicos ao polígrafo, educador e colaborador do MEP Félix Bernardino da Costa Alves Pereira (1865-1936), numa confirmação de que «*Espalhadas pela provincia há muitas pessoas que se ocupam um pouco de arqueologia, e que necessitam de ser orientadas por nós, lançando a propaganda da Associação para fóra dela.*» (AH/AAP, *idem*. Sessão de 15/01/1933. Nosso itálico). Exemplos a ressaltar para motivar outros a investir numa área noticiada de forma positiva e pontual pela imprensa local, regional e/ ou nacional, como por ocasião da morte do João Luiz Lourenço Loução, abade de Gondarém, cujos trabalhos sobre etnografia e folclore da região foram enaltecidos por F. Alves Pereira, explorando *castros* e recolhendo *pedras talhadas*, algumas apresentadas na Secção de Arqueologia Pré-histórica (SAPH) da AAP. Pois, «Não sendo um didactico nem um estudioso, era, sobretudo, um trabalhador que muito aproveitou á sciencia, pela sinceridade com que reuniu elementos, de que outros poderam tirar o proveito.» (*idem*, sessão de 09/01/1930).

Além destas acções (sempre meritórias, pela sua justeza), sublinhava-se o esforço de quem, destituído de meios essenciais à sua concretização, se esforçava por preservar, em determinados recantos do país, as *memórias* em museus. Assim sucedeu com o municipal (1933) de Torres Vedras. Seguramente atraído

pelos artefactos pré-históricos expostos, E. Jalhay visitou-o, notando «como nestes pequenos museus de provincia se encontram, por vezes, colecções e objectos ainda inteiramente inéditos, e que convem fazer chegar ao conhecimento dos especialistas, como sucede com esse pequenino mas rico museu de Torres Vedras.» (Id., *idem*, sessão de 15/06/1933); e «*Embora alguns fragmentos mostrem indícios de soldadura, a tecnica da ornamentação parece permitir data-los duma epoca mais remota que a indicada na etiqueta (periodo luso-romano).*» (*Ibidem*. Nosso itálico).

3. SUPERVISÃO ARQUEOLÓGICA NO LIMIAR DOS ANOS 30

Independentemente dos organismos instituídos, a AAP era raramente olvidada quando da formação de novos grupos de trabalho direcionados para a área patrimonial. Não surpreende, por isso, que, volvidos três anos sobre os eventos relatados até agora, o Ministro da Instrução Pública, (MIP), o filólogo e professor universitário, Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), incluísse um seu representante no Conselho Superior de Belas-artes (CSBA). Nomeação enaltecedora de quem «*tem prestado altos serviços á Pátria, quer pela organização de ensino, quer protegendo o patrimonio artístico e arqueológico*» [Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (29-05-1931 a 25-06-1935)*. Acta n.º 99, 31/03/1932. Nosso itálico]. Ademais, «*prestou e continua a prestar pugnando pela conservação dos seus monumentos, recolhendo no seu Museu restos de outros já desaparecidos, estudando o passado*» (*Ibid*. Nosso itálico). Era, todavia, como se estas aparentes deferências mais não fossem do que simples letras mortas, uma forma, talvez, de silenciar, mesmo que momentaneamente, a incómoda voz associativa ecoante pelos principais periódicos nacionais. Mau grado a colaboração mantida de modo privilegiado com o Governo português, a AAP compreendeu de imediato que, em matéria legislativa, o seu brado era obviado, quando não silenciado.

3.1. Regularizar o exercício arqueológico

O afastamento gradual da AAP das decisões patrimoniais teve lugar pouco depois (1932), a propósito do conhecido decreto n.º 21117 (*Diário do Governo*, Decreto n.º 21117, de 18 de Abril de 1932, p. 520-521). Regulador das escavações arqueológicas, ele fora assinado pelo MIP, anos depois de J. Leite de Vasconcelos tentar intervir nesta área, certamente para enriquecer o estabelecimento que dirigia (MEP):

Proponho á Commissão dos Monumentos Nacionaes que se estude o meio de impedir que se deteriorem os restos que ainda existem das nossas antiguidades, *regulando o modo de proceder ás escavações, evitando a sahida d'elles*

para fóra do reino, e considerando como propriedade do Estado os que casualmente apparecerem. E mais proponho que desde já se peça a S. Ex.^a o Sr. Ministro das O. Publicas um decreto em que: 1.º se prohibam, sob graves penas, escavações archeologicas em terrenos publicos, quer das parcohias, quer das camaras, quer do Estado, sem prévia auctorisação d'este Ministerio, depois de ouvida a Commissão dos Monumentos; 2.º se considerem como monumentos do Estado todos os restos de antiguidade romana e pre-romana, sem excepção, taes como castros, dolmens e outras sepulturas, grutas prehistoricas, etc.; 3.ª se prohiba que nenhum particular se apodere de quaesquer monumentos publicos, taes como lapides, estátuas, azulejos, peças de architectura, etc., de valor archeologico; 4.º se recomende a todos aquelles que superintendem as obras publicas, taes como abertura ou comportas de estradas, canalisações, demolições de edificios, etc., que não só impeçam o deterioramento dos objectos archeologicos que apparecerem, mas façam guardar competentemente estas para serem transportados para o Museu do Estado (AH/ANBAL, Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscricção, 19/02/1918. Nossos itálicos).

Não obstante, a SAPH da AAP não foi indiferente. Dirigiu uma exposição ao Ministro, redigida por J. Fontes, a pedido do presidente da AAP, Francisco Xavier da Costa. Elogiando uma iniciativa esperada há muito em Portugal, segundo proposta da própria AAP, no sentido de ser dotado de uma «lei defensora do nosso património arqueológico.» (AH/AAP, *idem*. Acta n.º 103, 26/05/1932), discordava, com veemência, da dependência a que a prática arqueológica ficava votada do parecer de uma única pessoa que, na sua opinião, deveria ser substituída por uma Junta. Porém, alguns associados, como o etnógrafo, integralista lusitano convicto e colaborador do museu de Belém, Luís Chaves (1888-1975), defenderam que o (então já) Museu Etnológico Dr. Leite Vasconcelos (MEDLV) «era o único que em face do Estado podia dar essa informação por o seu director ser professor da cadeira de Arqueologia» (*Ibidem*).

Em substituição, a AAP preconizava Juntas Regionais, equacionadas no próprio diploma legal – «Art. 13.º Poderá contudo o Ministro da Instrucção Pública criar juntas de escavações, dirigidas por técnicos competentes e com o fim de explorar determinada região.» (*Diário do Govêrno, idem*, p. 521. Nosso itálico). A AAP repudiava-as, no entanto, na fórmula enunciada, privilegiando um organismo central, possivelmente por se recear a interferência de desmandos locais e regionais na (já de si) complexa atividade arqueológica. Um modelo administrativo que fora, ademais, inconsequente na constituição dos três CAA. Tal como sucedera nestes organismos, o filósofo Artur de Albuquerque (1891-1962) entendia que a AAP deveria ser representada nessa futura Junta através da SAPH.

Com efeito, os termos aplicados no § 2.º (Id., *Idem*, p. 520)¹ suscitaram as maiores dúvidas. Nomeadamente a F. Xavier da Costa, por não especificar o que se entendia por *entidades competentes* [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-Histórica* (14/06/1925-16/11/1933), sessão de 20/05/1932]. Além disso, e comentando o § 3.º (*Diário do Governo, idem*, p. 520-521)² pretendia saber o que se considerava por *Museus nacionais* (ironizando com o *n pequeno*), por ponderar «museus nacionais» todos os museus portugueses, incluindo o Museu Arqueológico do Carmo (MAC), pertença da AAP. Situação incómoda para os objetivos agremiativos. Mormente, quando o artigo 18.º, mencionava que o «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos diligenciará *promover a acertada classificação dos museus arqueológicos particulares e oficiais quando estes não estiverem cientificamente organizados.*» (id., *idem*, p. 521. Nosso itálico). Condição que despontou reacções delicadas. Mas a advertência basilar de F. Xavier da Costa ia para o conteúdo do § 9.º (id., *idem*, p. 521)³ por se revestir da *mais pura importancia*, pois,

Tal como se encontra redigido, este artigo é *contrário a todos os princípios científicos e do progresso da ciencia*, quando, *depois de ter estabelecido*, e bem, *que as pesquisas terão de ser assistidas «por técnicos competentes»*, diz em seguida *«depois de ouvido o director do Museu Etnológico do dr. Leite de Vasconcelos» (Ibidem. Nosso itálico).*

Era como se o diretor do MEDLV aferisse e validasse a competência de quem se dedicava à arqueologia no país. Em especial, quando o diploma reorganizador do (1930) MEP lhe conferira, no artigo 6.º do seu capítulo II – «Da aquisição das colecções» –,

o direito de exploração e escavação de todas as estações arqueológicas situadas em terrenos públicos (paroquiais, municipais, distritais e do Estado), montes, campos, matas, caminhos e outros, cumprindo às autoridades administrativas e policiais impedir que êle, na pessoa dos seus agentes, seja estorvado nesses trabalhos de exploração e escavação («Nova organização do Museu», 1927-1929, p. 212. Nosso itálico).

¹ «O imóvel classificado não poderá ser alienado nem remexido, restaurado ou destruído sem consentimento do Ministro da Instrução Pública, que para isso ouvirá as entidades competentes.» (Nosso itálico).

² Diário do Governo, idem, p. 520-521: «A classificação será requerida pelos museus nacionais de arqueologia ou de etnologia, ou pelas autoridades administrativas, à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, e, a partir da sua notificação ao proprietário, todos os efeitos daquela se aplicam ao imóvel.» (Nosso itálico).

³ «Os indivíduos que pretenderem realizar escavações em imóveis não classificados são obrigados a comunicá-lo ao Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, que as autorizará, quando dirigidas por técnicos competentes, depois de ouvido o director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.» (Nosso itálico).

Reconhecia-se, no entanto, ser o diretor desta instituição de competência insuspeitada. Mas, «*fóra do Museu há outras pessoas tão competentes, ou mais, do que o director.*» [AH/AAP, *idem*. Sessão de 20/05/1932. Nosso itálico]. F. Xavier da Costa considerava, por isso, dever-se substituir o diretor do MEDLV por uma Junta ou Comissão, face à inaceitabilidade de indivíduos abalizados, como F. A. Pereira, J. Fontes ou E. Jalhay, serem obrigados a subordinar-se à autoridade (por vezes apenas burocrático-administrativa) do seu diretor. Mais exemplificava situações daí resultantes, nomeando o caso de A. A. Esteves Mendes Correia (1888-1960), professor universitário, com discípulos, cuja aptidão oficial seria, certamente, superior à do referido diretor, não devendo (nem podendo) sujeitar-se ao seu *verdictum*. Era, porém, condição contornada com facilidade ao criar-se a sobredita Junta ou Comissão, com a participação, é claro, do diretor do MEDLV.

Prosseguindo as apreciações, F. Xavier da Costa apreciou o artigo 11.º:

O Ministério da Instrução Pública poderá mandar inspeccionar os trabalhos de exploração de antiguidades e, quando os mesmos não obedeçam a critério científico, embargar a sua continuação. § único. Para evitar a dispersão dos espólios arqueológicos ficam *proibidas escavações nas regiões onde o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos as estiver realizando enquanto este não as der oficialmente por terminadas* (*Diário do Governo, idem*, p. 521. Nosso itálico)

Questionou, então, a quem competiria avaliar o *critério científico* nele mencionado e o termo *realizando*, determinando-se se se reportava a trabalhos em curso ou ainda projetados. Mas, tal como sublinhara o Diretor-geral das Belas-Artes, o problema residia, antes de mais, no facto de a lei estar promulgada, sendo impossível modificá-la, restando comunicar oficiosamente à tutela as observações tecidas pela AAP.

Decidiu-se, então, delegar em J. Fontes a redação de um projeto de alteração ao decreto, a entregar logo que aprovado pelos consócios. Não sem que E. Jalhay relembresse a importância da experiência espanhola neste capítulo. Sugestão não despendida, por existir em Espanha uma lei específica (1911), revista e regulamentada em 1912 (*Gazeta, 5 de Marzo de 1912*), instituindo a *Junta Superior de Escavaciones y Antigüedades (JSEA)*, listando personalidades responsáveis por informar o Estado, que assim operava por seu intermédio.

Na realidade, consideramos que o facto de o redator do documento espanhol ser amigo de J. Fontes e prestigioso na arqueologia espanhola ao tempo de Afonso XIII (1886-1941), mesmo que assumidamente carlista, terá influenciado o debate, até por possibilitar à AAP conhecer com maior profundidade o seu

teor e, sobretudo, o contexto em que fora produzido e os pressupostos subjacentes [El arqueólogo Juan Cabré (1882-1947). 2004]. Com efeito, julgamos que a deferência das autoridades competentes por estes assuntos e, acima de tudo, o desempenho da investigação arqueológica entre nós derivou, em boa parte, do contacto estreito de J. Fontes com nomes maiores da arqueologia de então, designadamente espanhola. Além disso, reportava-se a um país onde se outorgava, há muito, um interesse especial à prática arqueológica e à preservação de arqueossítios, num longo historial iniciado em 1844 com a *Sociedad Arqueológica Española*, da *Academia Nacional*, dois meses antes da formação da *Comisión Central de Monumento*, no âmbito da qual se criou uma *Sección de Arqueología* (Yanez Veja, 1997).

Decorrendo apenas um mês sobre a publicação, por parte da 1.^a República Portuguesa, do decreto n.º 1, de 29 de Maio de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Maio de 1911), saía, em Espanha, a *Ley de 7 de Julio de 1911*, integralmente consagrada às escavações arqueológicas, e numa reacção à venda e saída ilegal de antiguidades do país (Díaz-Andreu, p. LXXI), por interposição do *Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes* (Vega, *Idem*, p. 425), também por isso conhecida por *Ley de excavaciones y antigüedades*. Se hesitações houvesse quanto à força ideológica então conferida à arqueologia, bastavam palavras preambulares da lei publicada a 8 de Junho para desfazê-las, uma vez que os objectivos do novo regulamento residiam “na defesa de los vestigios artísticos que vinculan el recuerdo de nuestras glorias pasadas, constituyendo un *elemento insustituible de la riqueza nacional*.” (id., *idem*, p. 425-426. Nosso itálico)⁴, num momento em que o país se encontrava em plena Restauração borbónica.

Apesar de editada a seguir à portuguesa, dificilmente aceitamos que o seu conteúdo não influísse no diploma nacional. Existia uma evidente proximidade entre determinados círculos políticos dos dois países e um relacionamento profissional e pessoal cultivado entre personalidades dominantes na arqueologia peninsular. Mas, conhecida na totalidade ou na generalidade, a lei espanhola terá preponderado menos no texto português do que poderíamos presumir, por não lhe divisarmos a maioria das premissas da sua redação. A razão desta ausência talvez consistisse no carácter demasiado específico do diploma espanhol, ainda que traduzisse o empenho governamental no progresso da investigação arqueológica, decorrente da sua valência para o (re)conhecimento de realidades pretéritas locais e regionais que, com o tempo, perfizeram a nacionalidade que urgia agora defender perante o despontar de hegemonias exógenas.

De facto, havia ainda um longo caminho a trilhar até que Portugal publicasse um texto dedicado, na íntegra, à arqueologia. Tal ocorreu apenas em 1932, apesar

⁴ Abordagem política reforçada noutras expressões, como *defensa del depósito sagrado del arte patrio e impulsa el trabajo de los descubrimientos que por honor nacional debe España llevar a término* (id., *idem*, p. 426).

de a penalização das escavações clandestinas (incluindo em propriedades privadas) ter sido contemplada no decreto de 29 de maio de 1911, no mesmo ano da lei espanhola. Facto que nos poderá obrigar a repensar o fluxo de ascendências ou a sua derivação. Refletia, em todo o caso, uma sociedade ainda profundamente ancorada no incondicional e incomensurável direito privado sobre a terra e a aclamação da economia positivista de uma burguesia desconfortada com tais limitações.

Todavia, é interessante que, ao invés do diploma espanhol, o decreto português não limitasse a classificação de monumentos nacionais às *antiguidades*, entendidas enquanto «todas las obras de arte y *productos industriales* pertenecientes a las Edades Prehistórica, Antigua y Media.» (*Gazeta. 7 de Julio de 1911*). Pelo contrário, a concessão deste tipo abrangia «*immovéis cuja conservação represente, pelo seu valor artístico, histórico ou archeológico, interesse nacional*» (*Diário do Govêrno, n.º 124, Decreto n.º 1, 29 de Maio de 1911. Nosso itálico*); independentemente da atribuição cronológica, categorial, tipológica e/ ou estilística, valorizando-se, em primeiro lugar, o seu contributo para a fundamentação da nacionalidade. Não comprazera, porém, o carácter móvel impresso no diploma espanhol, conferindo-lhes, antes, uma natureza (talvez) mais consentânea ao resultado do exercício arqueológico. Não foi por casualidade que sublinhámos os *productos industriales*. Com efeito, parece-nos estar-se perante uma forte reminiscência do funcionalismo oitocentista, quando o entendimento da ação humana assentava na evolução tipológica dos artefactos, cujo mote fora concedido, em definitivo, por ocasião da Exposição Universal de Paris (1867), onde o progresso do Homem se plasmou na *Galérie du Travail*, verdadeiro hino às capacidades criadoras e criativas do Ser Humano, em termos evolucionistas lineares.

Mas o que era uma linha de força para as entidades portuguesas revelou-se também a sua fraqueza principal. Ao tornar cronologicamente abrangente o objeto classificatório, dependendo-a de um *valor* não específico e especificado, o artigo rasgava caminho à subjetividade, donde, ao eventual obscurecimento de exemplares tão ou mais relevantes do que os seleccionados entretanto. A opção espanhola de considerar «antiguidades» as obras de arte e (o mais importante do ponto de vista dos interesses científicos subjacentes) *productos industriales*, desde a pré-historicidade à medievalidade (independentemente das tipologias) adequar-se-ia melhor às conveniências da investigação arqueológica. Mas, de igual modo às necessidades de preservação dos materiais, em nome de uma ideologia (sobre)vivente, graças à invenção patrimonial e à cimentação de um sentimento nacional(ista) reproduzido na perpetuação simbólica dos mesmos signos identificativos e identificadores. Até porque o diploma espanhol ia arqueologicamente mais além [mas não tão longe quanto a *Orden Ministerial* de 1947 sobre artefactos arqueológicos submarinos (*Orden Ministerial, n.º 153, de 9 de Julio de*

1947)]. Ademais, introduzia (como o nosso) o interesse artístico no processo de valorização, contemplado no decreto nacional constitutivo do *Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes*, datado de 1881 (*Relatorio e mappas*, 1881).

Espanha estipulava, pela primeira vez, em matéria de proteção, o primado do direito comum sobre o direito privado. Questão a suplantar com urgência, por obstar ao eficaz resguardo patrimonial. Tal fora possível com a passagem progressiva do Estado liberal a um Estado social, legitimando a intervenção estatal sobre interesses particulares, seguindo, como entre nós, o modelo centralista europeu de tradição francesa. Prerrogativa não totalmente omissa do diploma português. Na verdade, equacionava-se expropriar o imóvel – *por utilidade pública* –, quando o proprietário se opusesse à classificação. Não aludia, porém, a indenizações ou prémios correspondentes à transação legal dos objetos. Particularidade prevista no texto espanhol, para sensibilizar e envolver uma sociedade radicada no conceito de propriedade privada. Panorama subentendido na iniciativa de J. Leite de Vasconcelos em recompensar descobridores de peças arqueológicas para engrandecer o museu que dirigia, conquanto suscitasse controvérsia junto de pares, pelas implicações nefastas que aduziria à prática científica. Ainda assim, não era inédito em termos europeus, pois, em 1858, o barão James Talbot de Malahide (1805-1883) propusera ao Parlamento inglês o mesmo tipo de compensação (Carman, p. 125).

O decreto espanhol (1911) colocava o país na vanguarda europeia da proteção patrimonial. Principalmente, quando a primazia do direito comum seria consagrado internacionalmente anos depois na *Carta de Atenas* (1931). Mais do que isso, equacionava-se agora tal prerrogativa para a área arqueológica, já que o Estado, em vista do interesse comunitário, empreenderia escavações arqueológicas em propriedades privadas, sufragando os danos ocasionados ou adquirindo os terrenos em que decorressem. Invocaria ainda, e em última análise, a «utilidade pública» para obter ruínas e antiguidades no solo e subsolo, assim como artefactos resultantes de investigações.

Esta situação era parcialmente atendida na redação portuguesa. Sobretudo, ao equacionar a privação de terrenos quando indispensáveis a *pesquisas que hajam a effectuar-se* (*Diário do Govêrno*, n.º 124, p. 2246). A obrigatoriedade de requerer autorização para escavar em terrenos públicos e privados era, porém, fracturante. Com efeito, o diploma assegurava a suspensão de trabalhos apenas quando identificados artefactos soterrados, *afim de serem tomadas as providencias convenientes* (id., *idem*, p. 2247). Não listava, todavia, a natureza dessas *providencias*, possivelmente para contornar uma situação novel para os poderes políticos destituídos de noção completa das suas repercussões, especialmente em termos sociais. Não só. O mesmo artigo previa a *vedação e aterrar o local archeologico, para lhe assegurar a conservação*. Medida (algo) inesperada, porém expressiva da noção de deterioração dos materiais exumados, acrescida dos «caçadores de tesouros».

Não era, contudo, uma originalidade total em termos processuais. Pelo menos, na mente e acção de comissões similares, ainda que não contemplada nos respectivos decretos. Numa data prematura, quanto a de 1838, a *Commission des Monuments Historiques* afirmara, pela voz do historiador e crítico de Arte, Ludovic Vitet (1802-1873), «*que les monuments ou les objets précieux enfouis dans la terre s'y conservent parfaitement et que par conséquent il est moins urgent de les en retirer que de réparer les édifices dont l'existence est menacée.*» (Bercé, 1979, p. 26. Nosso itálico.) Se denunciavam uma atenção acrescida aos vestígios arqueológicos ainda soterrados, tais palavras perigavam o desenvolvimento necessário do exercício arqueológico, cujo objectivo principal (senão único) residia no conhecimento do passado, local, regional, nacional e, em muitos casos, transnacional, a favor de quem se sujeitava a intempéries naturais e artificiais. «*Cependant il est des cas où il paraît nécessaire d'autoriser des fouilles. C'est lorsqu'un événement imprévu ayant amené la découverte des débris antiques, on s'exposerait à en perdre tout le résultat si l'on ne faisait immédiatement poursuivre les travaux.*» (*ibid.*).

Havia, no entanto, que incentivar, entre nós, escavações arqueológicas locais e regionais. Desde que orientadas por entidades creditadas. Designadamente, por especialistas de estabelecimentos de ensino superior, museus e associações culturais, evitando conduzi-las ao acaso, agora que estavam longe os anos em que (uma vez mais seguindo o modelo francês oitocentista) se aconselhava as autarquias a prosseguir preceitos lisboetas. Urgia legislar nesta área, pela negatividade assumada quase diariamente, como sucedera em Penela, na *villa* romana do Rabaçal, explorada pelo administrador concelhio, apesar de o docente universitário Vergílio Correia (1909-1944) se encontrar nas proximidades, coordenando as escavações de Conímbriga. Situação deplorada pela SAPH da AAP, que não podia interferir por rever, à época, a lei 21117 (*vide supra*) (AH/AAP, *idem*, sessão de 09/06/1932).

3.2. Contraproposta da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Quanto ao teor da exposição dirigida à tutela em nome da direcção associativa, que comentários se teciam?

Como expectável de uma instituição respeitadora de hierarquias e trâmites legais, o documento principiava por elogiar uma tentativa imprescindível de regulamentar as explorações arqueológicas em Portugal e proteger as *antiguidades*, uma vez que «*Há muito que se vinha fazendo sentir a falta de apoio do Estado ao rico património arqueológico da nossa terra.*» (*id.*, *idem*, sessão de 20/05/1932. Nosso itálico). Mormente, ao avultarem notícias sobre destruição de objetos antigos que a casualidade (como no decorrer de trabalhos agrícolas) descobria, sendo não menos raro «*ver nos jornais relatos sôbre achados de sepulturas com ossadas e objectos vários num ou noutro ponto do paíz, mas invariavelmente se lê também que os esqueletos foram enterrados no cemitério da localidade e que o espólio arqueológico foi*

*destruído ou dispersado.» (Ibid. Nosso itálico). Outras vezes, comunicava-se o chamamento de *pessoa tida na conta de sabedora* para opinar acerca do assunto e proceder a explorações, embora destituída da incumbência. Colhiam-se e destruíam-se artefactos, em particular estruturas, «*não se fazendo observações que poderiam esclarecer pontos obscuros ainda para a ciência*» (*ibidem*. Nosso itálico).*

Cenário lamentável. Sobretudo, quando a extração de artefactos das respectivas unidades estratigráficas exigia técnicas específicas, quando não «*dias e dias de trabalho para salvar um único objecto, afim de não se destruir um espólio tantas vezes precioso.*» (*ibidem*. Nosso itálico). A ausência destes discernimentos era flagrante, impondo-se fiscalizar severamente tais procedimentos, «*mas os clamores dos homens de ciência que, entre nós, se têm dedicado a estes estudos não têm sido ouvidos.*» (*ibidem*. Nosso itálico). Pelo menos, até à publicação do decreto 21117, fortemente criticado. Quais as censuras?

Em primeiro lugar, o § 1.º do I capítulo possibilitava classificar, como monumentos arqueológicos nacionais, terrenos com estações paleolíticas ou mesolíticas, megálitos, grutas, estações neolíticas, ou calcolíticas, sepulturas da época do bronze; castros e necrópoles da época do ferro; antiguidades lusitano-romanas (cidades, citânias, pontes, estradas, sepulturas, etc.); antiguidades visigóticas e muçulmanas (uma aparente inovação quanto à própria agenda do *Estado Novo*) e outras de interesse arqueológico ou histórico. Nova condição legal reforçada pelo artigo seguinte, restritivo da sua alienação, deslocação, restauração e/ou destruição sem consentimento prévio do MIP. Apesar disso, a doutrina inerente não traduzia de modo firme o desejo do legislador ao nível da condição da exploração científica. Tratava-se de um lapso. Havia, porém, que esclarecê-lo. Em especial, quando, pelo § 9.º do III capítulo, se autorizava escavar em imóveis não classificados após anuência da tutela (MIP), sob coordenação de *técnicos competentes* e ouvido o diretor do MEDLV. Confrontando os dois artigos, era como se os imóveis classificados objetivassem todas as ações, mesmo as que implicassem a sua destruição, excetuando a sua pesquisa científica (pois o *remeximento* não era, certamente, uma exploração). Enquanto isso, o campo da investigação parecia encontrar-se aberto em terrenos sem qualquer proteção.

Esta disposição atribuía-lhe uma capacidade única e (aparentemente) infalível na vasta matéria da arqueologia pré-histórica, proto-histórica e histórica. «*Mas é critério científico entregar a uma única pessoa, por mais ilustre que seja, tais responsabilidades?*» (*ibid*. Nosso itálico.)⁵ Ademais, «Critério científico? Mas haverá por ventura um vade-mecum em que as normas de uma investigação

⁵ Além das escavações lhe serem prioritariamente entregues, o MEDLV «funcionará como organismo central de vigilância e de investigação arqueológica», para além de «velar pela conservação das antiguidades nacionais pré-históricas, proto-históricas lusitano-romanas» (Diário do Governo, I série, n.º 91, Decreto n.º 21117, de 18 de Abril de 1932, p. 521).

arqueológica ou de qualquer outra ciência estejam inscritas? Há em qualquer ciência técnicos inimitáveis por perfeição máxima a que tenham podido chegar?» (AH/AAP, *idem*, sessão de 09/06/1932). Esta afirmação implicaria que, acaso fossem vivas, figuras gradas da arqueologia portuguesa de oitocentos, inícios de novecentos, como Carlos Ribeiro (1813-1882), Joaquim Nery Delgado (1835-1908), Francisco de Paula e Oliveira, Artur da Fonseca Cardoso (1865-1912), António dos Santos Rocha (1853-1910), veriam as suas escavações fiscalizadas? «*E qual seria melhor, serem êles os fiscalizados ou com êles formar-se uma junta superior de escavações e serem êles a fiscalisarem os outros?*» (*ibid.* Nosso itálico.) Além disso, o documento era contraditório. Mesmo neste âmbito. Se não, como explicar o facto de competir ao MIP inspecionar e suspender as escavações que adversassem o *critério científico* (§ 11.º), quando só poderiam ser realizadas por *técnicos competentes*? Convinha especificar as autoridades abalizadas para ajuizar o valor arqueológico (como fizera o diploma espanhol de 1912) «de uma estação do paleolítico inferior, de uma colecção de medalhas romanas ou de uma janela do renascimento, assuntos a que o decreto se refere e que fatalmente *têm que ser estudados por entidades diferentes atendendo à impossibilidade de uma única pessoa poder ser sabedora em tão vários distritos da arqueologia*» (*ibidem*, nosso itálico). Para não mencionar, que a classificação dos imóveis listados podia ser requerida pelos denominados *museus nacionais de arqueologia ou de etnologia*.

Mas, como justificar que o único responsável por este assunto fosse o director do MEDLV, reconhecendo embora a sua imperiosidade, quando os inúmeros problemas inerentes ao exercício arqueológico não podiam (nem deviam) ser abordados por uma única pessoa? Por que motivo o Estado, que tinha nas universidades portuguesas especialistas nas áreas invocadas pelo decreto, os dispensava das responsabilidades impostas a quem incumbia fiscalizar o património arqueológico português, contrariando o exemplo espanhol desse ano, ao atribuir o controlo da institucionalização da arqueologia a profissionais? Seria por colaborarem no MEDLV os profissionais existentes em Portugal, uma vez que carecíamos de escolas arqueológicas, como as fundadas em Espanha?

Não obstante os privilégios concedidos ao MEDLV não se quedavam nesta particularidade. Ao invés do interesse da AAP e de outras entidades públicas e privadas, a única alínea do § 11.º proibía escavar onde o MEDLV o fizesse e enquanto o fizesse:

Esta medida pode dar origem a graves problemas, *pois assim o Museo Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos pode proibir indefinidamente uma exploração do mais alto interesse científico até por falta de verba para a realizar, impedindo que outro instituto ou até mesmo um particular possa fazer escava-*

ções prestando assim um serviço digno do maior elogio ao Estado (*ibid.* Nosso itálico.)

Surpreendente para a AAP era, no entanto, o Estado português parecer ignorar as linhas mestras de congêneres conteúdos legais europeus. Pelo contrário, preocupava-se em conceder poderes desmedidos a uma única entidade, sem fundamentar tal decisão, talvez porque demasiado aleatória ou, melhor, política (ou politizada) e personalizada, donde inexata quanto a *critérios científicos* (*vide supra*). Bastava analisar com acuidade o testemunho espanhol.

Pela *Real Orden* de 8 de junho de 1911, os delegados inspetores eram membros da corporação dos arquivistas e bibliotecários, arqueólogos ou diretores dos museus nacionais, a par de catedráticos universitários (elementos que Portugal detinha) versados em *explorações artísticas, arqueológicas, históricas ou paleontológicas* (*ibid.*). Acrescia que, apesar do valor deste corpo consultivo e fiscalizador, nenhuma concessão seria anulada sem o parecer final de um júri composto de cinco elementos nomeados por aquelas entidades oficiais. Em relação à *Real Orden* de 5 de março de 1912, criava-se a *JSEA* (na qual se inspirou certamente a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades – JNEA), constituída por presidente (o Ministro da Instrução Pública e Belas-Artes e académico honorário da Real Academia de História ou da Real Academia das Belas Artes de São Fernando); vice-presidente (Marquês de Cerralbo); inspetor-geral das Belas-Artes (como vogal nato); cinco vogais membros das academias supramencionadas ou catedráticos nas matérias referidas; diretor da corporação dos Arquivos, Bibliotecas e Museus; e de *explorador da mais alta categoria*:

Porque não se seguir êste bom exemplo na lei portuguesa? Porque não se cria também entre nós uma Junta de Investigações Arqueológicas para a qual o Estado nomearia além do director do Museo Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos os representantes dos varios institutos que tem oficialmente a seu cargo trabalhos de esta natureza, mesmo alguns dos arqueólogos de valor indiscutível? Assim ficariam representados nessa alta corporação as várias especialidades da arqueologia prè-histórica, proto-histórica, histórica e da antropologia que poderiam exercer êsse papel de defensor e fiscalizador. (Ibidem. Nosso itálico).

Sem lhes facultar os meios de execução das medidas protetoras assim legisladas, além de não resolver o problema, a nova lei centralizava tanto que prejudicava as investigações arqueológicas em Portugal, em lugar de favorecê-las. No conjunto, verteram-se estas considerações na exposição endereçada logo depois ao MIP, subscrita por um grupo de nomes prestigiados (quase todos membros da AAP) dos estudos arqueológicos portugueses, a quem Manuel Domin-

gos Heleno Júnior (1894-1970), segundo diretor do MEDLV, nunca escusou (Rocha, 2005, p. 50-51), dando-se à estampa nos periódicos de maior projeção nacional que,

§ Poucos são infelizmente entre nós os que se consagram a esta ordem de estudos. O Decreto n.º 21 117, convertendo a Arqueologia Nacional em domínio do Director do Museu Etnológico do dr. Leite de Vasconcelos, ainda mais reduziria êsse número, porque *ofende lamentavelmente os actuais investigadores que não pertencem ao referido Museu, desgostando-os e restringindo-lhes sem qualquer razão científica a sua actividade*, e, por outro lado, nega o estímulo a niveas iniciativas pois tôdas ficam inexplicavelmente dependentes do beneplácito do director do museu mencionado. (Cardoso, 1999, p. 144. Nosso itálico.)

Equacionando que os subscritores pretendessem contornar inconseqüências de experiências similares registadas, por exemplo, em Espanha, realidade mais próxima e conhecida, seria, talvez, suficiente lembrar que, longe de proporcionar o amplo desenvolvimento da arqueologia de campo, a fundação (1907) da *Junta para la Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas* e (quase por inerência) do *Centro de Estudios Históricos*, inspirado no modelo do *Collège de France*, fixara uma realidade dificilmente aniquilada. Referimo-nos à atuação privilegiada de um número restrito de personalidades neste campo de intervenção científica. Circunstância que, a maioria das vezes, derivava mais do sistema clientelar imposto oficiosamente e silenciosamente, do que do valimento individual assim agraciado, resultando numa distinção entre colaboradores do «sistema» e atuantes fora dele, a julgar pela concessão de subsídios estatais (Díaz-Andreu, *idem*, p. xv). Questão, que a AAP procurou contornar com o empenho de membros sintonizados com o *Estado Novo*, como M. Afonso do Paço, no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (VNSP).

Certo que, em termos estritamente arqueológicos, não vivenciávamos o fenómeno observado em Espanha (especialmente em Madrid) do predomínio aristocrático. Encontrava-se, todavia, presente na gestão patrimonial. Desde logo, através das Academias de Belas-Artes. Desde logo, também, por intermédio associativo. Era o caso da AAP, onde, à medida que a 1.ª República agonizava, os nobilitados recuperavam terreno, ainda que indiretamente⁶.

⁶ Seria, aliás, interessante averiguar até que ponto o interesse devotado desde 1789 ao estudo, preservação e divulgação de exemplares passados decorria, não da necessidade de resgatá-los das mãos impiedosas da Industrialização mas do esquecimento que impunha, cristalizando a memória palaciana encerrada. A única que, na verdade, importava, de par com testemunhos da secular aliada (Igreja Católica), compensando, assim, a (aparente) perda de poder político, ao firmar relações de interdependência pós-feudal, em cujas malhas se integrava a própria burguesia em busca de títulos honoríficos para se aproximar da sua conduta e estatuto.

A verdade é que a exposição de J. Fontes foi acolhida positivamente pelo MIP, sendo a AAP agraciada, no final de 1932, com a Comenda da Ordem Militar de Santiago da Espada, sancionada pelo Presidente da República, «que não vacilou em reconhecer o alto valor desta colectividade a que por várias vezes já tem dado a honra da sua visita.» [AH/AAP, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (29-05-1931 a 25-06-1935)*. Acta n.º 108, 23/11/1932]; pois as novas disposições satisfaziam, em pleno, os seus desejos e reclamações.

F. Xavier da Costa era, por fim, convocado para a primeira reunião da Junta, enquanto presidente da AAP, até que um delegado fosse nomeado, para o efeito, entre os consócios [*idem*, *Actas da Secção de Arqueologia Pre-Histórica (14/06/1925-16/11/1933)*. Sessão de 16/11/1933]. O que não impediu desentendimentos e conflitos. No mês anterior (novembro de 1932), a propósito de escavações em dois lugares distintos (castelo de Faria e Grutas de Alapraia), iniciadas antes da entrada em vigor do referido diploma, a AAP não se vinculou oficialmente. Na realidade, porém, as Grutas eram escavadas por dois consócios, M. Afonso do Paço e E. Jalhay, enquanto o Castelo era explorado por membros do Grupo dos Alcaldes de Faria Pro-Franqueira (1929), agregado à AAP. Não eram justificações caprichosas, resultando de burocracias questionadoras da validade de atuação daqueles consócios, que tomaram oficialmente os encargos da investigação de Alapraia, surpreendendo-se, todavia, com o facto de o próprio diretor do MEDLV lhes assegurar «que poderia[m] fazer as escavações que entendesse[m], contanto que deixasse a lei em pé.» (*id.*, *idem*, sessão de 15/12/1932):

O sr. dr. Xavier da Costa, visivelmente impressionado, *lastima que sejam tratados quasi como criminosos humanos que só trabalham em bem da ciencia, e afirma que nunca na sua vida assistiu a factos desta natureza*. Aceita as explicações que ouviu, e vai transmitir-las ao sr. Director Geral. Dirá no seu officio que a Associação não teve interferencia nas escavações, mas que acolhem com muito interesse o relato apresentado pelos seus sócios (*ibid.* Nosso itálico.)

3.3. Associação dos Arqueólogos Portugueses e Junta Nacional de Escavações e Antiguidades

Os tempos não eram totalmente de feição aos desígnios associativos.

No início de 1933, «*vieram á luz, em varios jornaes, referencias depreciativas do valor de alguns socios da Associação, pessoas do melhor nome na sciencia arqueológica*» [*Idem*, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (29-05-1931 a 25-06-1935)*. Acta n.º 113, 26/01/1933. Nosso itálico]. Contratempo assomado quando da revisão dos seus estatutos, considerando *sócios de honra* «as pessoas que por elevados serviços à arqueologia, à história, à

Pátria, ou à Associação, mereçam distinção muito especial.» (*Diário do Governo*, Portaria n.º 7594, de 3 de Junho de 1933, p. 291).

O ponto essencial da discórdia perdurava. Estranhamente (ou nem tanto), na própria exposição endereçada ao MIP acerca do decreto 21117 (*vide supra*), apesar de a inventariação e classificação dos artefactos móveis continuar a ser efetuada apenas por requerimento dos museus de arqueologia ou de etnologia (numa clara referência ao MEDLV) (*Diário do Governo*, Decreto n.º 21117, p. 521). Mesmo que realizada conjuntamente aos de antropologia e geologia, de sociedades científicas ou de qualquer membro da JNE (*Diário do Governo*, Decreto n.º 23 125, p. 291), o parecer associativo foi concretizado particularmente no ano seguinte, através do decreto n.º 23125 (*vide infra*).

Era neste diploma que, entre outros aspetos, se referia que,

Passam a ser da competência da Junta as atribuições dadas pelos artigos 9.º (escavações em imóveis não classificados), 12.º (organismo central de vigilância e de investigação arqueológica), 14.º (inventário dos museus e levantamento da carta arqueológica), 17.º (conservação das antiguidades arqueológicas) e 18.º (classificação dos museus arqueológicos) do decreto n.º 21117 ao Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos e ao seu director (ibidem. Nosso itálico.)

Tudo, aparentemente em nome da recuperação do espírito descentralizador do primeiro diploma republicano (1911). Responsabilizava-se, por conseguinte, museus oficiais e privados, contemplando a constituição de juntas locais ou regionais de escavações, provavelmente inspirada no exemplo espanhol há muito pontuado por conselhos regionais. O diploma português fora, na verdade, publicado escassos meses após Espanha decretar a *Ley del Patrimonio Artístico Nacional*, ou *sobre Defensa, Conservación y Acrecentamiento del Patrimonio Histórico-Artístico* (13 de Maio)⁷; na sequência do artigo 45.º da 2.ª Constituição republicana de 1931, a única sobrevivente ao franquismo, numa confirmação da legitimidade de seus propósitos e metodologias, alicerçados, quase na íntegra, na *Carta de Atenas*.

Mas, ao contrário da abordagem portuguesa, mais próxima da francesa, a legislação espanhola desmerecia ainda a classificação como mote de preservação, privilegiando a inclusão dos exemplares visados num *catálogo*. Posição mais consentânea à experiência britânica, onde parecia bastar arrolar para garantir a sua proteção, numa sociedade moldada secularmente por vivência e sentimento comunitário, mais apreciado do que os preceitos privados e particulares. Não era o

⁷ Esta lei foi seguida dos seguintes decretos e regulamentações: da Orden e 29 de Julho de 1939, proibindo exposições com uma duração superior a três meses; do Decreto de 24 de Julho de 1947, sobre a constituição de Arquivos e Bibliotecas, bem como do Tesouro Histórico, Documental e Bibliográfico, e, por último, da Ley 26/1972 de 21 de Junho, sobre a Defesa do Tesouro Documental e Bibliográfico da Nação.

caso espanhol. Restringir a valência histórica e artística a objetos com mais de um século, arredando obras de autores contemporâneos (muitos, ainda no activo), o texto espanhol adaptava recomendações e critérios internacionais estabelecidos dois anos antes na *Carta de Atenas*. Razão pela qual os passos percorridos até à declaração de um objecto como *monumento histórico-artístico* (mas não «nacional», nem de «interesse público») abrangiam, entre outros aspetos, a escavação arqueológica, à qual se concedia um capítulo inteiro. O texto proibia a exportação de exemplares móveis integrados, definindo uma rede de museus para aproximar as populações do património, e articulando premissas através de uma inventariação patrimonial contínua e exaustiva. Era a única forma de conhecer, com exatidão, a riqueza do *Tesoro Artístico* nacional espanhol.

Mas, o que continuava a incomodar tanto algumas personalidades portuguesas? Que palavras, encerrava a representação associativa de 1932 (*vide supra*), para suscitar tão grande agitação, lançando ataques inesperados à capacidade de arqueólogos da AAP?

No documento em análise, questionava-se a competência de quem pretendia escavar, censurando-se, indiscriminadamente, arqueólogos e antropólogos, de forma lamentada pelos associados. Em especial, quando se procurava conciliar críticas ao decreto a um hipotético revanchismo orientado por J. Fonte, por não ter sido nomeado diretor do MEP. «A ofensa que veio nos jornaes é tanto mais grave quando é certo que a representação era assignada por todos os que em Portugal se dedicam a estudos archeologicos com excepção apenas dos que trabalham no Museu [de Belém].» (AH/AAP, *idem*. Acta n.º 113, 26/01/1933.) Censurava-se, assim, a presumível autoria da campanha difamatória disseminada em periódicos, cujo alvo seria A. A. Mendes Correia [*Idem*, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (14/06/1925-16/11/1933). Sessão de 16/02/1933]. Como a suspeita recaiu sobre M. Heleno, J. Fontes relembra que no,

antepenultimo numero da revista «O Arqueologo Português» onde se encontra uma lição inaugural da cadeira de Arqueologia. Nesta lição pretende fazer-se uma síntese histórica da actividade scientifica portuguesa no campo da arqueologia pré-histórica, esquecendo-se a «Portugalia» e ainda os trabalhos de Vieira Natividade sobre as grutas de Alcobaça. Quanto aos que estudaram o paleolitico portuguez, nenhuma referencia. Em compensação apresentam-se como *ultimos metodos de investigação empregados por alguns arqueologos, o subconsciente, a escripta automática, a mesa de pé de galo, o metapsiquismo, a psicometria, etc. ... Seria pois curioso fazer o curriculum vitae dos arqueologos portugueses para avaliar daquelles a quem competiria conceder ou negar autorisação para proceder a escavações.* [*Idem*, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (29-05-1931 a 25-06-1935). Acta n.º 113. Nosso itálico.]

Aparte tais *quid pro quos*, a AAP participou activamente na JNEA (Vasconcelos, 1921-1922, p. 305-306). Na realidade, a AAP formava o seu único órgão consultivo, na figura de J. Fontes, membro da Secção de Pré-história (SPH) (AH./AAP, *idem*, acta n.º 123, 22/11/1933). Entrementes, o titular da Instrução Pública, Sousa Pinto, deferira, indirectamente, as reservas elencadas pela AAP, fazendo publicar o decreto n.º 23125, de 12 de Outubro de 1933. Assim se instituiu a JNEA (*idem*, *Correspondência Expedida*, [?]/[?]/1933), junto da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (DGESBA), reconhecendo-se a arqueologia como ciência, investida de objecto, objectivo e metodologia de estudo específicos, e proibindo-se escavar sem autorização das entidades competentes. Tudo isto ocorria, precisamente, no ano em que, na sequência da proposta de António J. T. Ferro (1895-1956), para que as Artes fossem mobilizadas na modelação da visão nacional(ista) do *Estado Novo*, se fundava o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Entretanto a JNEA incorporava o professor e diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, João Pereira Dias (1894-1960); o responsável pela DGESBA; o director da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, assim como outras figuras relevantes dos estudos arqueológicos portugueses (Portela, 1982, p. 15-17), como F. Alves Pereira, Mendes Correia e V. Correia. Nomeavam-se, ainda delegados regionais:

Dr. Eduardo de Moura Gomes, médico municipal em Alenquer e Hipólito da Costa Cabaço, proprietário, podendo eu assegurar à Junta de Escavações que, enquanto estes cavalheiros permanecerem em Alenquer, *como seus delegados, ela terá conhecimento de todos os vestígios antigos que aparecerem de qualquer natureza e época e, na medida do possível, eles impedirão com zelo atropêlos ou vandalismos* (Pereira, 1934, p. 135. Nosso itálico).

Com efeito, competia à JNEA evitar a destruição arqueológica e a saída do país de quanto devesse figurar em coleções nacionais. De igual modo lhe cumpria promover o desenvolvimento arqueológico (*Diário do Governo*, n.º 232, Decreto n.º 23125, de 12 de Outubro de 1933, p. 291), apoiando-se em organismos, como a AAP. Mas a presença de um delegado da AAP na JNEA incomodava alguns pares. Logo,

Em 24 de Abril de 1936, o *Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, representado pelo seu Vice-presidente, Senhor Dr. João Martins da Silva Marques, dirigiu a V. Ex.^a [Ministro da Educação Nacional] um ofício em que, com termos depreciativos e afirmações menos verdadeiras, *reclamou contra o facto de, na Junta Nacional de Escavações, só ter representação a Associação dos Arqueólogos Portugueses, insinuando até que ela se lhe devia retirar* (AH/AAP, *idem*, [?]/[?]/1936. Nosso itálico.)

De facto, a carta endereçada por este Instituto à tutela dificilmente seria mais ofensiva dos desígnios associativos:

*alem da Associação denominada dos Arqueólogos – e dizemos denominada porque, de direito e de facto, ela não é, nem nunca foi dos Arqueólogos, mas sim e apenas de arqueólogos, e de alguns arqueólogos, como é facil de averiguar – ser uma Associação meramente particular e de caracter privado, não realiza escavação alguma há mais de 50 anos... O que dizemos das escavações... dizemos do seu labor no campo da arqueologia. Bastará folhear os 10 pequenos volumes das suas publicações dos últimos 14 anos, e o volume há pouco publicado, para ser ver que quási só estudos históricos, bibliográficos e heráldicos têm ocupado a sua actividade (*idem*, *Correspondência Recebida*, 24/04/1936. Nosso itálico.)*

Interessante esta celeuma assomar num ano de (a)firmação do *Estado Novo*, num momento de particular empenho do primeiro governo provisório de António de Oliveira Salazar (1889-1970) em reestruturar o aparelho estatal e empreender vastas campanhas de obras públicas inspiradas no *risorgimento* nacional(ista) mussoliniano. Mas, algo mais importava. Uma das resoluções influentes deste movimento foi, sem dúvida, a aprovação do novo texto constitucional que, entre outros aspetos da vida do país, regulamentava o estatuto do trabalho nacional, uma das formas encontradas para controlar o movimento associativo. É certo que não se registaram na AAP circunstâncias observadas noutras instituições, a exemplo da Sociedade de Arquitectos Portugueses (SAP), derivada da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP), o tronco comum do seu já longo historial. Poder-se-ia, mesmo, questionar as razões pelas quais tal não sucedeu. A resposta seria mais elementar do que suposto. Contrariamente aos propósitos associativos, a SAP delinear a como seu desiderato principal o reconhecimento da profissão arquetónica, como se verificava noutros países europeus, nomeadamente em França, retomando, assim, a ideia subjacente à formação inicial da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (AACP) (1863) (Martins, 2005). Não previra, contudo, a obrigatoriedade de converter-se em Sindicato Nacional, por força do Estatuto do Trabalho Nacional (Ribeiro, 2002, p. 92). Obedecia, no entanto, ao objetivo dos arquitetos que viam a sua atividade profissional reconhecida como parceira social. E quanto à AAP?

Somos (quase) tentados a argumentar as razões pelas quais não se converteu também em sindicato. Mas, sindicato de quê ou, melhor, de quem e para quem? Estávamos perante uma associação a-profissional com dificuldade em manter uma cruzada saída dos seus domínios. Além disso, a subsistência externa

aos quadrantes sindicais conviria às atividades associativas, por resultar num menor controlo estatal. Circunscrevia-se, por conseguinte, às premissas do 3.º título do 3.º capítulo do Estatuto do Trabalho Nacional. Intitulado «A Organização Corporativa», estipulava que, destituídas de finalidades profissionais e profissionalizantes, as atividades artísticas se subordinavam ao perfeccionismo moral e intelectual de elevação espiritual da Nação (*Diário da República*, Decreto-Lei n.º 23048, capítulo III, título III, artigo 40), enquanto se institucionalizava o Estado Corporativo (Paulo Otero, 1999, p. 421-431). Tudo, desde que não expressasse tendências antigovernamentais, como regulamentado pelos novos estatutos associativos (1933), silenciosos quanto a manifestações alheias aos interesses da *Nação*, tendo sido a sua direção sancionada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

A AAP dedicar-se-ia com dificuldade à defesa da classe. Antes disso, havia que definir a arqueologia como sua única atividade. Somente, assim, poderia defendê-la e empregar o respetivo título, definindo o estatuto profissional assente num conceito sólido de «arqueólogo». O que não era o caso. Não se registavam movimentações internas nesse sentido, nem havia interesse em institucionalizá-lo, num reconhecimento oficioso de como os saberes científicos passariam (quase) sempre pelo controlo académico. Tão pouco se empenharam em marcar a sua produção, talvez pelo escasso retorno ideológico a extrair de semelhante abordagem. Mais importante do que isso, era criar uma consciência de classe, uma vez que a arqueologia se confinava ainda a exercícios diletantes, como sinónimo de uma atenção particular não remunerada.

É possível que o *Estado Novo* desconsiderasse (ou ignorasse) a relevância da arqueologia para o desenvolvimento económico do país, contrariando a tendência observada nos principais regimes totalitários europeus, negando-lhe o devido e, em muitos casos, necessário espaço no seu ideário. Situação que lhe conviria, pois a (aparente) indiferença pela atividade associativa e a inexistência de sentido de classe concorriam para a fragmentação das forças adversas a pretensões centralizadoras. As mesmas, aliás, que viam na cimentação do espírito corporativista o único meio de alcançar uma eficaz (do seu ponto de vista) solidarização nacional, através de compartimentações profissionais, de modo a impedir a germinação de combates, num contexto de limitação da liberdade de expressão e do direito de reunião.

3.4. Junta Nacional de Escavações e Antiguidades

Uma das primeiras medidas da JNEA foi sugerida pelo delegado associativo, J. Fontes, na sequência de debates mantidos há muito na AAP sobre a temática inerente. Referimo-nos à carta arqueológica do país, não tanto regional ou temática, mas de todo o atual território português, por se reconhecer que apenas de

posse de um conhecimento generalizado dos vestígios arqueológicos se acionariam os mecanismos legais de salvaguarda. A AAP desenvolvia esta tarefa nos últimos anos através daquilo que J. Fontes designou de *verbetes*, dos quais coligira centenas, antes de se consignar a carta arqueológica de Portugal no artigo 14.º do diploma de criação da JNEA (*vide supra*).

Aventou-se, então, formar uma comissão composta de M. Afonso do Paço e do engenheiro agrónomo Lerenó Antunes Barradas (1890-1974), para apresentar um projeto de verbetes à JNEA, visando concretizar a carta arqueológica do país [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (03/06/1933-21/06/1938)*. Acta n.º 4. 25/01/1934] Sabia-se, porém, ser impossível executá-la com a brevidade desejada, desde que um associado propusera (um ano antes) organizar um *verbetário* dos monumentos portugueses de *valor arqueológico, histórico ou artístico* e uma carta arqueológica e de arqueossítios estrangeiros com *vestígios materiais da nossa expansão*, com marcação de sinais convencionais, tal como aconselhara S. F. M. Estácio da Veiga (1828-1891) no século precedente (*Idem, Correspondência Recebida*, 11/01/1933). Enquanto isso, a SAPH da AAP gizava o projeto de inventariação a entregar à JNEA, juntamente com as indispensáveis indicações bibliográficas e localização exacta dos arqueossítios [*Idem, Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (03/06/1933-21/06/1938)*. Sessão de 12/04/1934].

Como sugerira E. Jalhay, a JNEA ponderava distribuir os *verbetes* pelos delegados provinciais nomeados por Portaria, instruindo-os das características dos vestígios arqueológicos a arrolar nas respetivas regiões e localidades. Por seu turno, a JNEA remunerava as deslocações, desde que devidamente orçamentadas, coadjuvadas por subdelegados que os informavam e procuravam evitar vandalismos.

No entender de E. Jalhay, deveriam ocupar este lugar individualidades como Hipólito de Almeida Cabaço (1885-1970), carecendo «ser encorajadas e amparadas, pelos serviços que prestam á arqueologia, e são elas que *devem ser nomeadas para delegados da Junta*.» [Id., *idem*, sessão de 12/04/1934. Nosso itálico.]. Por que razão? Pelas amplas noções detidas e estima desfrutada nas comunidades que integravam. Foi este (re)conhecimento a determinar a nomeação de H. Cabaço para diretor do recém-criado (1943) «Museu Municipal de Alenquer», de cujo orçamento anual se destinava verba específica para escavações arqueológicas [*idem, Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/02/1939-18/01/1945)*. Sessão de 20/05/1943]. Exemplo a merecer visitas continuadas (a partir 1936) dos principais arqueólogos da AAP, por iniciativa de M. Afonso do Paço e de um estudante inglês, para analisar o espólio recolhido num castro recentemente explorado por H. Cabaço, «que da exploração recolhera grande número de instrumentos eneolíticos, pelo que bem merecia a concessão de um subsídio.» (Id., *idem*. Acta n.º 22. Sessão de 17/12/1936).

Ainda que esporádicos, emergiam outros indícios do caminho a percorrer para resgatar *memórias* soterradas em Portugal. Em concreto, a ligação (se não cumplicidade) entre a JNEA, num primeiro momento, e o Instituto para a Alta Cultura (IAC) (1936-1952), numa segunda fase, e a própria Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (1929) (DGEMN). Proximidade visível na construção de um ramal férreo nos arredores de Beja, ao colocarem a descoberto *preciosidades arqueológicas*, entre as quais, sepulturas [*idem*, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (14/02/1939-18/01/1945). Sessão de 15/04/1943]. Constituindo a preservação do património arqueológico identificado e (nalguns casos) explorado, um dos objetivos da JNE, a sua exumação contribuía para a acumulação do saber sobre o(s) nosso(s) passado(s), ao mesmo tempo que o vulnerabilizava perante o olhar alheio e cobiça de quem, despido de entendimento e escrúpulo, o vilipendiava em busca de eventuais tesouros soterrados. E. Jalhay conhecia bem esta situação. Recordando o estado das pinturas esquematizadas *neo e eneolíticas* da Gruta de Val de Junco (Esperança, Alentejo), sublinhando o risco em que se encontravam por ausência de preservação, como verificara em deslocação recente ao local [*idem*, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (03/06/1933-21/06/1938). Acta n.º 8. 18/12/1934]. A única forma de salvaguardar o *sítio* consistia na sua classificação como monumento nacional, *como o são muitos monumentos congéneres da Espanha* (*ibid.*). Convicção que sensibilizou a JNEA, conseguindo que a lista dos monumentos nacionais classificados até finais de 1933 incluísse um número expressivo de exemplares pré-históricos, num arrolamento publicado pelo CSBA, embora sem contemplar artefactos pré-neolíticos, urgindo, por conseguinte, «*descer até ao paleolítico, considerando sobretudo as suas grutas, pictografias, gravuras, etc.*» (*id.*, *idem*, Acta n.º 9. Sessão de 17/01/1935. Nosso *itálico*).

Este assunto podia (e devia) ser revisto de imediato, aproveitando a conjuntura política mais favorável ao pretendido, uma vez que a Assembleia Nacional analisava, nesse preciso momento, o dossiê de proteção dos monumentos arqueológicos (*id.*, *idem*, Acta n.º 10. Sessão de 14/02/1935). Medida tanto mais urgente quando a condição geral do país era ainda pontuada de devastações, a julgar pelo sucedido com dólmenes de Pavia (Alentejo). Razão bastante para a AAP insistir junto das entidades competentes para se protegerem os arqueossítios pré-históricos, «*de que somos tão ricos, mas que se encontram criminosamente abandonados.*» (*ibidem*. Nosso *itálico*). Depositava-se, é verdade, uma certa esperança em determinadas instâncias administrativas locais e regionais. Exemplo disso, era a municipalidade de Torres Vedras, ao convidar M. Afonso do Paço a visitar a povoação das Lapas para examinar sepulturas pré-históricas ali encontradas, datando-as, então, do *eneolítico ou calcolítico*, a partir do espólio existente no museu da cidade, fundado e dirigido pelo presidente da Câmara e etnógrafo, Gustavo Bivar

Pinto Lopes (1864-1944) (id., *idem*, Acta n.º 14. Sessão de 14/06/1935)⁸. Também deste modo se acentuavam sentimentos regionalistas e interesses autárquicos por questões patrimoniais e, em especial, arqueológicas, certamente mercê dos esforços pessoais de influência local, como demonstrara H. Cabaço. Mas não só.

Entretanto, a expectativa colocada na preservação do legado arqueológico não podia continuar a reduzir-se à vontade e iniciativa de alguns, quando sensibilizados para a sua relevância. Tal como sucedia nos restantes países europeus, havia que instituir o seu estudo, conservação e divulgação. Sobretudo quando,

Os conhecimentos arqueológicos e artísticos que no nosso país são apátrio de um pouco numeroso escol, deviam divulgar-se, de maneira a que muitos mais enfileirassem em sua defesa. *A cada passo nos choca o desconhecimento, quando não desdém, que certas elites manifestam por estes e outros sectores da cultura humana. Urge criar uma mais ampla consciência nacional à volta dos nossos valores arqueológicos e artísticos (Paço, 1964, p. 39. Nosso itálico.)*

⁸ Iniciativa que proporcionou a descoberta, anos volvidos, do Castro do Zambujal, por parte de Leonel Trindade (1903-1982), sendo, então, atribuído ao Calcolítico final ou à Idade do Bronze “uma espécie de torre de fôrma cônica, ou antes tronco-cônica [...] [que] Não se descobriu ainda em Portugal, até hoje, monumento dêste género, o que lhe dá uma importancia verdadeiramente excepcional. Mesmo em Espanha não há outro igual e talvez só haja na Sardenha.” [*idem*. Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/02/1939-18/01/1945). Sessão de 18/05/1944. Nosso itálico]. Estudado por E. Jalhay, era considerado pelo engenheiro de geologia e minas, colaborador dos Serviços Geológicos de Portugal e pré-historiador, Octávio Reinaldo da Veiga Ferreira (1917-1997), semelhante aos das Ilhas Baleares por ostentar falsa cúpula apoiada em torre central: «A verificar-se tal facto, seria este o primeiro monumento do tipo conhecido na Península, o que viria trazer mais um elemento de valor à arqueologia, já tão importante do concelho de Torres Vedras [...]» [*idem*, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (22/02/1945-23/07/1956). Sessão de 03/07/1952. Nosso itálico.]. Interesse acrescido por reforçar a inserção do actual território português nas rotas culturais mediterrâneas, particularidade aparentemente restrita até então àquela região espanhola, como se urgisse equivaler-lhe culturalmente, num momento em que as pretensões hegemónicas franquistas para a Península Ibérica ensombrevam ainda a política portuguesa. Abordagem merecedora de ampla divulgação nacional nos principais periódicos portugueses (*Diário da Manhã*, 20/07/1952): «Segundo julgamos e de acordo com o que pensou ver Padre Jalhay, o monumento do Zambujal lembra o tipo de monumentos das Ilhas Baleares ou da Sardenha conhecidos por «taulas» «navetas» ou «talayots», embora seja mais antigo e rude visto que os monumentos das Baleares e Sardenha representam as culturas mais tardias de toda a civilização megalítica mediterrânea e são nitidamente post-argáricos, enquanto que o monumento do Zambujal será, quando muito do Eneolítico final (1200-1700 a. C.)» («É grande o valor arqueológico do monumento encontrado no Zambujal». Nosso itálico.) Tais palavras (re)afirmavam uma determinada precisão (posto que inconsciente) da comunidade arqueológica portuguesa. Como mencionado noutras ocasiões (Martins, 2003), uma das centralidades da arqueologia interna dos primeiros decénios de novecentos residiu na demanda das raízes humanas no actual território nacional, para discernir particularidades ilustrativas da sua precedência relativamente, por exemplo, a realidades identificadas em solo espanhol. Não surpreende, pois, que o povoado fortificado calcolítico de Zambujal fosse entendido mais antigo do que as navetas das Ilhas Baleares. O mais interessante foi, todavia, não o terem interpretado de imediato como povoado. Se não, como explicar as comparações formais estabelecidas com as sepulturas deste arquipélago mediterrâneo? Além disso, evocavam um critério recorrente na arqueologia portuguesa para estabelecer a precessão de uma determinada tipologia. Em concreto, a análise estrutural linear, partindo do princípio de que os exemplares mais rudes antecediam os (aparentemente) mais evoluídos. Os monumentos das Baleares foram considerados, neste sentido, nitidamente post-argáricos, relembrando um povoado sobejamente conhecido pela vasta necrópole escavada no século XIX, pelos irmãos belgas Henri Siret e Louis Siret (1860-1934). Zambujal demonstrava, em todo o caso, o estado relativamente incipiente destes estudos no país. Situação ultrapassada apenas com investigação sistemática e rigorosa dos arqueossítios.

Se à JNEA competia cuidar doravante (1933) da classificação e projetos de investigação, poder-se-ia (e dever-se-ia) recorrer à DGEMN para intervir na sua salvaguarda. Como acontecia, aliás, com as grutas calcolíticas de Palmela, da Quinta do Anjo, «*de modo a evitar o estado indecoroso em que se encontram, absolutamente incapazes de serem visitadas por extranhos, a quem, às vezes, há necessidade de as mostrar.*» [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (03/06/1933-21/06/1938)*. Acta n.º 15. Sessão de 18/07/1935. Nosso itálico.] Não obstante, fora o primeiro arqueossítio a ser classificado como *monumento arqueológico nacional* (Decreto, n.º 23740, 5 de Abril de 1934, p. 328), por resolução da JNEA (1934), relançando a proteção das estruturas legalmente acauteladas. Entretanto, sucediam-se casos similares. Nomeadamente, em sítios não classificados. Nestes, a situação agravava-se amiúde, a exemplo da gruta no Almonda (a Lapa da Bugalheira), em Torres Vedras, cinco anos depois. Descoberta por Maxime Ch. Vaultier e pelo geólogo e arqueólogo Georges Zbyszewski (1909-1998), recolheram-se cerâmicas incisivas comparáveis às do grupo arqueológico do Bronze tardio ou final de *Las Cogotas* (Meseta Norte de Espanha), escavado por Juan Cabré de Aguiló (1882-1947) desde 1927 (Zapatero, 2004, p. 195-219.). As grutas encontravam-se, porém, bastante danificadas, «*por serem atualmente utilizadas para recolha de palhas, animais, aprestos agrícolas e outros usos.*» [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/02/1939-18/01/1945)*. Sessão de 21/11/1940. Nosso itálico]:

O sr. padre Jalhay, dirigindo-se aos ss. engenheiros Melo Nogueira e dr. Zbyszewski, que por parte da Comissão dos Serviços Geológicos estão ocupados na exploração da gruta, felicita-os pelo *cuidado que tiveram em sistematizar os objectos encontrados*, e igualmente o sr. dr. Fontes apresenta as suas felicitações e espera sejam resolvidos tantos dos enigmas apresentados pelo confronto dos objectos (id., *idem*, sessão de 19/12/1940. Nosso itálico.)

Mas o ceticismo quanto à eficácia deste organismo, criado em 1932, permanecia, embora os delegados da JNEA conseguissem obstar, pontualmente, à destruição de estações arqueológicas (id., *idem*, sessão de 14/03/1941). A descrença resultava, no entanto, dos insucessos das três circunscrições do CAN, figuras (quase) de retórica formadas por um Estado mais empenhado em albergar vozes contestatárias, a deixá-las à voracidade da imprensa contundente. Entretanto, para Mendes Correia, o sucesso dependia da obtenção de meios essenciais a uma ação eficiente,

porque *o gosto pela Arqueologia não significa necessariamente uma aspiração de retrocesso em materia política e social, mas um louvavel interesse pela cul-*

tura, pelas ciencias das *origens étnicas* e pelas lições da Historia, em suma um desejo de amplificação dos nosso horisontes para *fortalecimento da consciencia nacional* e para um melhor conhecimento da natureza humana. [*Idem, Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (03/06/1933-21/06/1938)*. Acta n.º 153, sessão de 19/06/1935. Nossos itálicos.]

O pior cenário aproximava-se, porém, vertiginosamente, sem que disso se apercebessem os associados, conquanto representados na JNEA por J. Fontes. Volvidos apenas quatro anos sobre a sua fundação, o Governo pretendeu extingui-la, substituindo-a por outra similar (*id.*, *idem*. Acta n.º 18, sessão de 13/02/1936). Fora, ademais, o que sucedera em Espanha, ao permutar-se, no mesmo ano (1933) da formação da JNEA e da lei de património histórico-artístico (Díaz-Andreu, 2002, p. 42), a JSEA pela *Sección de Excavaciones de la Junta Superior del Tesoro Artístico*, antecedente (1939) da *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas*, obra emblemática de Julio Martinez Santa-Olalla (1905-1972) enquadrada pela política de centralização científica madrilenha.

A hipótese de extinguir a JNEA perigou, no entanto, as frágeis medidas de resgate destes pedaços de *memória*. Disso nos dá conta o ocorrido (1940) nas grutas identificadas na Lourinhã por E. Jalhay, M. Afonso do Paço e Fernando Bebiano Correia (1921-1992). Solicitou-se, então, a sua imediata classificação transitória, para evitar vandalizações, independentemente do que se entendesse por *classificação provisória* [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/02/1939-18/01/1945)*. Sessão de 15/05/1940], pois, mesmo quando reportada à sua inserção num inventário, não lhe conferia proteção legal entre nós, ao contrário do verificado em França e na Inglaterra. Na verdade, urgia rever a regulamentação das explorações arqueológicas, dado que a legislação vigente não carregava as finalidades pretendidas pelos investigadores, alguns dos quais, filiando-se no espírito coevo, consideravam que:

No momento presente, em que o ressurgimento e o engrandecimento pátrios marcam uma época notável da nossa História, em que o Estado dispense carinhosa atenção, traduzida em assistência técnica e em quantiosas verbas consagradas à conservação e reintegração de monumentos históricos, ao património artístico e a todas as modalidades da vida da Nação encarada de-baixo do ponto de vista científico e artístico, melhor momento não podia ocorrer, para o surto da regulamentação de que a arqueologia nacional precisa. (Viana, 1938, p. 242. Nosso itálico.)

A. Viana avançava com a solução rebuscada no exemplo espanhol. Em concreto, na formação de comissões provinciais de monumentos históricos, arqueo-

lógicos e artísticos, reunindo interesses sociais, numa evocação do envolvimento da «sociedade civil», talvez para contrapor o exercício da DGEMN. Pois, no seu entender, devia *Conservar o mais possível, reparar o menos possível e restaurar nunca!* (Fernandes, *idem*, p. 65); numa partilha clara do paradigma boitoniano defensor da biografia artefactual. Fórmula que ganhava outra importância por anteceder (num ano) a *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas* (1939) nestes princípios. Conquanto oficiosamente, colocava o exercício arqueológico nas mesmas mãos, perpetuando uma condição há muito aceite, deixando transparecer uma política (aparentemente) populista. Modelo que alcançava os seus propósitos unicamente pelo facto de «A estas organizações não falha[r] o apoio material do estado e, empós dêste, o de tôda a gente que se compraz em ligar o seu nome, ainda que modestamente, mas com sentimento dessa honra e com legítimo orgulho, ao dos verdadeiros sábios e ao dos verdadeiros institutos culturais.» (Viana, *idem*, p. 242).

Para um projecto desta natureza vingar no país, A. Viana sugeria constituírem-se pequenos núcleos locais, eventualmente adstritos a associações preexistentes de cariz literário ou científico, dos quais brotasse a imprescindível divulgação e vigilância dos artefactos arqueológicos identificados entretanto. Tanto mais que «*Os actuais institutos científicos a que a lei reserva o direito de proceder a escavações têm sócios correspondentes mais ou menos disseminados pelo País, e há, também, mais ou menos em tôda a parte, pessoas cultas e capazes de prestarem, neste ponto, acção eficaz.*» (*id.*, *idem*, p. 243. Nosso itálico); sendo possível que bebessem decisões internacionais congéneres, como as definidas pelo VI Congresso Internacional de Arquitectura (Madrid, 1904), onde se sugerira a criação de amigos dos monumentos para enfrentar demolições de edifícios antigos.

Entretanto, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa voltava a solicitar um representante da AAP [o primeiro dos quais oficialmente aprovado em sessão camarária de 21 de Janeiro de 1926 (AH/AAP, *Correspondência Recebida*, 23/01/1926)] para a Comissão de Estética Cidadina, anos depois de a autarquia portuense nomear uma missão para arrolar os seus monumentos históricos (Vasconcelos, 1898, p. 156). A escolha recaiu (nos inícios de 20) no engenheiro, professor, escritor e olisipógrafo Augusto Vieira da Silva (1869-1951) [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (03/06/1933-21/06/1938). Acta n.º 125, sessão de 10/01/1934]. Integrava-a, aliás, desde o início (1923), juntamente com Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962), *os maiores estudiosos de Lisboa Antiga*, de par com o conhecido aguarelista e professor Mário Alberto de Sousa Gomes (1880-1961) (*ibid.*). Na década de 30 privilegiou-se, porém, J. Fontes, por já representar a AAP na JNEA (*ibid.*). Não deixa de ser, todavia, curioso que, apesar de reconhecer que, com a constituição deste novo organismo, se podia, por fim, «evitar que se destruam ou se mascarem alguns restos arquitectonicos que marcam

pontos característicos de épocas e de tradições» (*ibid.*), se questionasse, com uma notável proximidade ao entendimento atual de «gestão de património integrado»,

Quem será pois a entidade que possa evitar ou opôr-se a que dentro dos templos religiosos se façam as maiores barbaridades e as maiores demonstrações de ignorancia? *Não haverá possibilidade de descobrir uma entidade que fiscalise as obras no interior dos templos?* Qualquer pessoa que necessite fazer a mais pequena obra dentro de um edificio particular... tem de apresentar o respectivo projecto na Camara Municipal...? Sucederá o mesmo com as obras no interior dos templos? [...] *Um templo religioso, tanto exterior como interiormente, é para ser admirado no seu conjunto e nos seus detalhes artísticos...* Se as igrejas são frequentadas por inumeras pessoas que apenas se preocupam com culto religioso, tambem o são por muitas pessoas que acumulam este culto com o artistico e por outras que só se preocupam com este ultimo. (*Ibid.* Nosso itálico.)

Nada ilustrava melhor o apreço das autoridades pela AAP do que a presença, ocasionada pela comemoração do 72.º aniversário da sua fundação (1935), dos representantes dos ministérios da Instrução e Obras Públicas e da autarquia lisboeta, a cujas pastas se encontrava relacionada, contradizendo o que,

poder-se-há ser tentado a crer, sob o influxo do espirito sarcastico e mal dizente nacional, que com esta idade, alojando-se nestas vetustas e desconfortaveis ruinas, crisadas as suas salas e a sua entrada de frias pedras, que = similia = similibus = esta Associação será apenas um cenaculo de encarnecidos e pouco sociaveis investidores pacientemente escogitando em bafientos codices, à luz de bruxuleantes lampadas, textos, cujos caracteres amarelecidos se encadeiem em indecifreveis sarabandas, curvados sobre mutiladas aras e lapides a custo reconstituindo letra a letra aquelas oferendas a Arantis Reselanganiticus ou aos Deuses tutelares que o lento rodar dos seculos, a ignorancia ou a malfrase de Sousa Viterbo se congestionam ao ouvirem aludir ao arejamento de esterminadas reminiscencias da Lisboa antiga ao saberem da demolição de uma velha casa em sertaneja aldeia, ao terem conhecimento do desabamento de desmantelado pano de muralha em abandonado castelo, de sistematicas obras ás rasgadas iniciativas de progressivas edilidades apenas empenhadas em bisantinas discussões donde nada de util resulta, incapazes de aceitar a epoca do avião e das ondas hertzianas e que na mais captivante das hipoteses e sob o melhor dos sorrisos conciliadoramente muitos definirão a eles não fazem nada, mas tambem deles não vem mal ao mundo! = Mas por Deus! Não é bem assim! [Idem, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (03/06/1933-21/06/1938). Acta n.º 143, sessão de 10/01/1935. Nossos itálicos.]

Com efeito, a desconfiança quanto às intenções governamentais no apoio a estes organismos (para os quais convidava a AAP) ganhou consistência quando o seu delegado no recentemente extinto CSBA, pela reforma pensada por A. de Oliveira Salazar e António Faria Carneiro Pacheco (1887-1957) para o MIP, F. Xavier da Costa, relatou (1936) como elevara a voz da agremiação que representava a favor de uma nova classificação – dos monumentos municipais –, embora se encontrasse fora das atribuições do CSBA [Idem, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1935 a 17-02-1941)*. Acta n.º 162, sessão de 27/02/1936.]

Mas nem tudo contrapunha neste panorama.

4. SUBSECÇÃO DE ESCAVAÇÕES, ANTIGUIDADES E NUMISMÁTICA DA JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A mesma reestruturação da Junta Nacional de Educação (JNE) conferira a vice-presidência da subsecção de Escavações, Antiguidades e Numismática, da secção de Belas-artes, à AAP, numa ratificação das suas competências nesta área (id., *idem*. Acta n.º 164, sessão de 30/04/1936). Tentava-se, ao mesmo tempo, inserir os estudos arqueológicos numa estratégia maior de desenvolvimento educacional do país. O que lhe traria outra valência. Sobretudo, em termos públicos, como ocorrera em Espanha (1911) com a *CIPP* (Vives, 1997, p. 431-437), constituída em reacção [mas não contra, incorporando H. Obermaier entretanto acusado de francofilia pela sua embaixada em Madrid (Romanillo, 1996, p. 29)] à fundação do *Institut de Paléontologie Humaine* (1910). Era, no entanto, fundamental à institucionalização da pré-história em Espanha (Strauss, 1996, p. 197), depois de arquetizada em solo francês por inspiração de Eduardo Hernández Pacheco (1872-1965), no mesmo momento em que a *JSEA* se sedevava no *Museo Nacional de Ciencias Naturales* (Cerdeño, 1997, p. 518).

Mas, a JNE não obteve o impacte correspondente na imprensa nacional de maior circulação, como ocorria noutros países (Alfeo, 1997) e seria desejável num *Estado* que dispunha dos necessários mecanismos propagandísticos. Situação explicável apenas pela ausência de vontade firme de equiparar os estudos arqueológicos aos históricos e artísticos, resultando num conhecimento truncado das suas Histórias locais e regionais.

E o desencanto generalizado subsistia.

De contrário, como entender a conferência de Hipólito Raposo (1885-1953) sobre *Portugal falsificado* (AH/AAP, *Idem*. Acta n.º 169, sessão de 14/07/1936)? Para este investigador, o século XIX iniciara a decadência portuguesa. Tema grato ao *Estado Novo* que pretendia difundir o *Liberalismo* (cerne do primeiro *Republicanismo*) como responsável de uma longa degradação. Condição sobrepujada com

a força de uma política central(izadora) («No Grémio Literário. Uma notável conferência do sr. dr. Hipólito Raposo», 1934, p. 7)⁹. Desde a dominação estrangeira (Díez, 1997, p. 429-445), passando pela *Obliteração da consciencia publica pela chamada opinião publica dos partidos* até à *Ruina do patrimonio artistico*, maioritariamente praticado contra igrejas, mosteiros e tumulária, tudo contribuíra para a matização do carácter português modelado em diferentes suportes, timbrado no «Sacrificio da razão, da historia e da estetica á museolatria. Restituição das obras de arte aprisionadas em museus, ás igrejas e palacios da procedencia. O delirio das restaurações-atentados [...] *O silencio dos órgãos conventuais* e relaxamento do gosto e da cultura geral. *Transformação dos bons costumes portugueses.*» (A.H./AAP, *idem*. Nossos itálicos.): numa ode passadista adversa a espaços museológicos.¹⁰

Entretanto, a AAP defendia-se de imprecizações dirigidas pela imprensa. Em concreto, pela revista *Ethnos* (1935). Órgão oficial do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (IPAHE), motivou a demissão do consócio Pires de Lima (*id.*, *idem*. Acta n.º 179, sessão de 31/03/1937), fruto de um ambiente alimentado pelo diploma legal que o criara, ao estabelecer secções locais e a organização de «coleções com o produto das aquisições e escavações que fizer, depósitos e donativos, as quais serão expostas no Museu Etnológico» (*Diário do Governo*, n.º 64, Decreto n.º 22338, p. 245). Tratava-se de uma campanha de *insinuações, baixesas e insultos* especificamente endereçada a J. Fontes e M. Afonso do Paço, confessando E. Jalhay que, «*Se é triste essa atitude entre cultores que se dizem da ciência, não deixa tambem essa atitude de ser sistemática [...]*» [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (03/06/1933-21/06/1938)*. Acta n.º 25, sessão de 22/04/1937. Nosso itálico.]

No âmbito da contenda, reencontrava-se uma crítica dirigida a J. Fontes e M. Afonso do Paço, a propósito das Grutas de Palmela, tecida por M. Heleno que «em 1932 realizou excavações em Carenque sem que até hoje de tais trabalhos haja qualquer noticia.» (*id.*, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1935 a 17-02-1941)*. Acta n.º 179, sessão de 31/03/1937). Agendou-se, então, uma audiência entre o Conde de Tovar e o Ministro da Educação Nacional, Correia Pacheco, para entregar a representação votada sobre o assunto em Assembleia Geral de associados (*id.*, *idem*, ata n.º 180,

⁹ Esta posição de H. Raposo merecera elogios rasgados de instituições nacionais que, embora não estatais, se encontravam condicionadas pelo cenário ideológico vivido entre nós. Por isso, dois anos antes, o Grémio Literário o convidara a conferenciar sobre Força e Beleza, lamentando estarmos «perdendo a noção da beleza na escultura, na pintura e na arquitectura.»; um discurso, curiosa (ou talvez não) e perigosamente, próximo da propaganda nacional-socialista germânica.

¹⁰ Não obstante, o discurso assumia contornos mais sinuosos para as finalidades associativas. Pela primeira vez, de modo oficial, a direcção associativa infringia os seus estatutos, permitindo que um conferencista manifestasse de modo claro a sua linha ideológica: «*O perigo da hora presente e a defesa da comunidade nacional contra a barbaria moscovita. Unidade de esforços e comunhão de afectos dos portugueses de todo o mundo. Professores traidores ao bem comum.*» (*Ibid.* Nosso itálico.)

sessão de 29/04/1937), um ano após a JNEA propor classificar-se todas as grutas de Palmela como monumento arqueológico nacional (*Diário do Governo*, n.º 16, Decreto, n.º 26235, p. 61). Disposição incómoda para o IPAHE (similar ao *Centro de Estudios Históricos* de Madrid, criado em 1907) ou, melhor, para o museu que o albergava (o MEDLV). Incómodo consistente no facto de a presidência da 2.ª subsecção da 6.ª secção da JNE (de Antiguidades, escavações e numismática), instituída pelo Governo no ano anterior (*Diário do Governo*, decreto n.º 26611, p. 364-374.), ter sido atribuída superiormente ao representante da AAP. Condição que, no entender dos seus dirigentes, devia ser alterada rapidamente pois, «Não só o regime legal anterior *traduzia uma situação de menoscabo para as outras agremiações congêneres*, situação mantida há já quatro anos com evidente e sensível prejuízo para a eficácia dos trabalhos da Junta de Escavações, senão que se nos afigura ser chegado o momento de prover o remédio um mal já conhecido e deplorado por todos.» (AH/AAP, *idem*. Acta n.º 180, sessão de 29/04/1937. Nosso itálico.) Mais se defendia a transferência da referida presidência, se não para o Instituto, para o diretor do MEDLV, M. Heleno.

Esta situação estranhava consócios mais ativos. Mormente, quando a direção da AAP recebia com frequência correspondência de entidades locais e/ ou regionais, solicitando a sua interveniência em causas patrimoniais, concorrendo para a salvaguarda de tipologias arqueológicas e arquitetónicas, como ocorrido em Barroso, onde, apesar de,

bastante rica em monumentos arqueológicos, *êstes encontram-se abandonados das entidades oficiais, salvo os dolmens* (mamoas) que se encontram nos terrenos pertencentes ao Posto Experimental de Montalegre. [...] [e como] Ninguém tem interesse por estas velharias, páginas eloquentes duma história longiquamente passada, pelo que *não seria desafortunado da parte da vossa Associação, fazer interessar as autoridades administrativas na defesa e conservação de tais relíquias*. (Idem, *Correspondência Recebida*, 04/10/1950. Nosso itálico.)

Tais diatribes reportavam-se, porém, ao funcionamento de um organismo que passara a deter não pouca importância no âmbito da estratégia patrimonial definida pelo *Estado Novo*, motivando vivos sentimentos de apropriação perante uma necessidade intrínseca de aceder a algo fundamental à perpetuação de projetos acalentados por organismos como o MEDLV. Especialmente quando, «À 6.ª secção (belas artes) compete definir as directrizes para a sistematização e desenvolvimento do património estético, arqueológico, histórico e bibliográfico da nação, bem como promover as providências mais eficientes para segurança da sua inalienabilidade e conservação dentro do País.» (*Diário do Governo*, Decreto n.º 26611, p. 369. Nosso itálico).

E enquanto à 1.^a subsecção – *Artes plásticas, museus e monumentos* – cumpria «promover o cadastro nacional dos imóveis e o inventário dos móveis que tenham notável valor estético ou histórico, bem como a respectiva classificação...orientar e fiscalizar os respectivos trabalhos de reintegração, restauro, conservação ou valorização.» (*ibidem*, nosso itálico), a 2.^a subsecção promovia exposições temáticas; o inventário e classificação de artefactos arqueológicos, exemplares numismáticos e epigráficos; o levantamento da carta arqueológica de Portugal, ao mesmo tempo que definia o perímetro de proteção dos terrenos com estações arqueológicas e incentivando escavações em imóveis classificados como *monumentos arqueológicos nacionais* (*id.*, *idem*, p. 369-370). O que não deixava de ser significativo. Até porque, pela primeira vez num diploma legal português, consagrava-se um novo tipo de proteção destinado, na íntegra, à área arqueológica, aqui assumida diferenciadamente dos outros monumentos nacionais avocados de «arquitectónicos» (talvez) num pre-núncio do entendimento de *sítios* configurado na Carta de Veneza (1964).

Em todo o caso, o diploma implicava a extinção, confirmada pelo decreto n.º 1941 (*Diário do Governo*, Decreto n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, p. 286-287), do «Conselho Superior de Instrução Pública, o Conselho Superior de Belas Artes, a JNEA, a Comissão do Cinema Educativo e a Junta de Educação Nacional» (*id.*, *idem*, p. 286). Entretanto, o MIP redenominava-se Ministério de Educação Nacional (MEN), albergando a JNE, composta de sete secções, entre as quais a 6.^a – *Belas Artes* –, presidida pela Academia Nacional de Belas-artes (ANBA), e a 7.^a – *Investigação científica e relações culturais* –, constituída pelo IAC. As razões da remodelação verteram-se na redação de novo decreto publicado no segundo semestre deste ano de 1936, a relembrar os enunciados estéticos do nacional-socialismo alemão, porquanto,

tanto pela orgânica e competência que lhes dá, como pelas directrizes definidas ao ensino artístico, exprimem o decidido propósito de *integrar a Arte num unitário e activo programa de educação nacional*....Por isso, se o Estado Novo tem dispensado, de há muito, carinhoso cuidado à conservação do *património estético da Nação*, vai êste agora ser *utilizado como instrumento de defesa da Arte contra doentias concepções do que seja a originalidade e contra a desnacionalizadora infiltração de exóticas teorias*¹¹ que a um materialismo geométrico, frio e incaracterístico, sacrifica o realismo plástico, humano e português... com a maior urgência impõe que os cultores do Belo sejam postos em *íntimo contacto com a terra portuguesa*, como fonte de inspiração, para que nas suas

¹¹ Interessante perceber nestas palavras a concepção estética do nacional-socialismo alemão, curiosamente plasmada em escritos de Mendes Correia ao interpretar a transição registada na Arte rupestre entre o Paleolítico superior e o Neolítico como decorrente de um processo involutivo, precisamente pelo facto de evidenciar um esquematismo e uma estilização bem diferentes do naturalismo prévio (Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, p. 168).

faculdades criadoras se imprima o sentido lusíada e, por êste, êles se tornem capazes de fixar, a exemplo dos seus grandes predecessores, a *fisionomia da Nova Renascença pátria* (*Diário do Governo*, Decreto n.º 26. 957, de 28 de Agosto de 1936, p. 227. Nosso itálico.)¹²

Em rigor, foi a própria tutela a solucionar o aparente impasse de viandantes do MEDLV, ao regulamentar (Portaria n.º 17. 812, de 11 de Julho de 1960), através do MEN (pela DGESBA), a atividade dos campos de trabalho em explorações arqueológicas, com base no proposto pela 2.ª subsecção da 6.ª secção da JNE:

1.º Os campos de trabalho não poderão realizar escavações, sondagens ou simples prospecções arqueológicas sem autorização do Ministro da Educação Nacional, dada sobre parecer favorável da 2.ª subsecção da 6.ª secção da Junta Nacional da Educação. 2.º Os pedidos de autorização deverão ser acompanhados das seguintes indicações: a) Nome do professor de arqueologia ou arqueólogo de reconhecida competência que, através de assistência permanente, dirigirá os trabalhos;... 4.º Finda a campanha, o director dos trabalhos apresentará, dentro do prazo improrrogável de 60 dias à 2.ª subsecção da 6.ª secção da Junta Nacional da Educação um relatório circunstanciado sobre as explorações realizadas e o aproveitamento e aptidões de cada um dos participantes... § 1.º O relatório será acompanhado de desenhos, plantas e fotografias que ilustrem suficientemente as descrições e do inventário do espólio arqueológico que tenha sido exumado. § 2.º O espólio dará entrada, a título precário e até ulterior resolução superior, no museu arqueológico publico mais próximo do local das pesquisas, salvo se outra coisa constar do despacho ministerial que autorizou o campo de trabalho (*Diário do Governo*, Portaria n.º 17. 812, de 11 de Julho de 1960. Nosso itálico.)

5. AUTARQUIAS E PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA: A VALÊNCIA TURÍSTICA

Foi necessário esperar por 1957 para que a AAP se envolvesse de novo numa instituição consagrada aos estudos arqueológicos. Dessa feita, de carácter mais científico.

Preparada pela autarquia sintrense, a Semana Arqueológica de Sintra (1957) [AH/AAP, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970)*. Acta n.º 93, sessão de 25/07/1957] contou

¹² Compreende-se, deste modo, que fossem «instituídas as Missões Estéticas de Férias (M.E.F.), destinadas a facilitar aos artistas e estudantes portugueses de artes plásticas o conhecimento dos valores de carácter paisagístico, étnico, arqueológico e arquitectónico de Portugal, bem como a contribuirem para o seu cadastro, inventário e classificação.» (*Ibid.* Nosso itálico.)

com especialistas espanhóis para debater os resultados de pesquisas realizadas recentemente no concelho por um grupo de arqueólogos. A AAP fez-se representar na comissão de honra. Facto ao qual não terá estranhado que os seus principais mentores lhe pertencessem, sendo o presidente da SPH, J. Fontes, vereador da Câmara, além de *principal animador dessas jornadas científicas*. Era, sem dúvida, uma fórmula que podia (e devia) ser de sucesso e, na verdade, um caminho fundamental à prossecução dos estudos do passado, numa direção traçada ainda no século anterior pela AAP, por importarem, antes de mais, a interesses regionais ou locais.

Esta última fase da vida de J. Fontes revelou-se, na verdade, assaz importante para a afirmação da arqueologia em Portugal. Além de publicar *Lisboa, Oito Séculos de História*, onde analisou a evolução das populações pré-históricas dos arredores da capital, Sintra, a cujo município presidiu, deve-lhe as *Jornadas Arqueológicas de Sintra* e a fundação do Museu de Odrinhas em meados dos anos 50 [como presidente que era do «Instituto de Sintra» (Paço, 1961, p. 34)], para salvar da «ruína ou perda total algumas dezenas de inscrições romanas e muitas cabeceiras de sepulturas medievais além de vários outros exemplares líticos.» [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (22/02/1945-23/07/1956)*, sessão de 16/05/1955]. Foi a este novo espaço museológico que, após o seu falecimento (início de 60) se atribuiu o nome de *Museu Arqueológico do professor Doutor Joaquim Fontes* [idem, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970)*, acta n.º 122, sessão de 22/06/1961], num exemplo a seguir por outros municípios animados com o investimento alcançado nos estudos arqueológicos da vila de Sintra que protegia os arqueossítios desde, pelo menos, meados dos anos 50 [id., *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (22/02/1945-23/07/1956)*. Sessão de 18/01/1955].

Foi o que sucedeu em Vila Franca de Xira, sobre a qual M. Afonso do Paço escreveu em *Notas Arqueológicas do Concelho de Vila Franca de Xira (1961)* (id., *idem*, acta n.º 127, 21/12/1961)¹³. No fundo, tais resultados traduziam um excelente testemunho da colaboração a manter entre investigadores e entidades políticas

¹³ Revendo o panorama arqueológico das duas margens do curso inferior do Tejo durante o Neolítico e o Bronze I, analisou as populações através dos materiais recolhidos em VNSP e «Pedra de Ouro» (Barbosa, 1956a, p. 163), este último nas proximidades de outro importante povoado fortificado, o «Castro de Ota» (idem, 1956b, p. 193). Isto, quanto à margem direita. Quanto à esquerda, fundamentou-se nos artefactos provenientes do Giraldo e Pavia, para concluir que «Vila Franca de Xira se pode orgulhar de ter raízes fundas, que ascendem a perto de 4.500 anos.» (AH/AAP, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970)*. [??]/1961). “Exposto assim o panorama geral, começou o senhor Tenente-Coronel Afonso do Paço a análise dos subsídios recolhidos pelo concelho de Vila Franca de Xira, cujos estudos arqueológicos, apesar de esboçados, nos deram já materiais, provenientes do «dolmen» do Casal do Penedo, Alto do Pinheiro e Monte Gordo, capazes de definir bem a evolução dos primeiros povos agrícolas que teriam habitado a região por volta de 2.500-2.000 antes de Cristo. Não se recolheram até agora elementos concelhios relativos ao Bronze II, III e IV, mas conhecem-se vestígios de populações luso-romanas, e possuem-se também elementos visigóticos. De velhas populações medievais há vestígios no Monte da Boa Morte, antigo castro de que nos falam documentos dos «Portugaliae Monumenta Historica» (*Ibid.*)

concelhias. Neste caso, ao nível das escavações e estruturação do museu e do projeto de valorização do sítio medieval do Monte do Sr. da Boa Morte que, «*debaixo do ponto de vista turístico, bom seria que se conservasse o seu carácter arqueológico, numa aliança de Turismo e Arqueologia, muito de louvar.*» (idem, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica* (22/02/1945-23/07/1956). Sessão de 09/02/1956. Nosso itálico). Convicção reiterada, em especial por estudiosos, pois «*Uma simples estrada, um arranjo e limpeza do que ainda existe, além da indispensável sinalização, dotaria [por exemplo] o Alentejo sem grande despesa, com uma série curiosa de monumentos deste tipo [megalíticos] que o turista poderia facilmente visitar.*» (Paço, 1964, p. 2. Nossos itálicos). Passava por esta última valência – a turística – o «toque de Midas» da institucionalização da salvaguarda patrimonial. Até porque, como referiu no início de 1930 o (então já) diretor do MNAA, José de Figueiredo (1872-1937): «*o turismo, não visa a outra coisa senão à exploração das riquezas naturais e artísticas, e estas últimas estão sendo entre nós em extremo desfalcadas por um permanente êxodo.*» (AH/ANBAL, idem, 03/01/1930; Marques, 1999, p. 536-538. Nosso itálico).

A consideração do turismo como promoção (in)directa da salvaguarda de monumentos e museus de cada país não era novidade entre nós. O historiador e escritor Alexandre Herculano (1810-1877) sublinhara a sua relevância ao longo do último quartel oitocentista, ultrapassado o momento quando, influenciados pelo espírito rousseuniano, os aristocratas europeus partiam em demanda da nostalgia conferida pela natureza transalpina e da *Côte d'Azur*, a par de sítios paradigmáticos da cultura clássica, antes de a alma chateaubriandiana atender aos valores intrínsecos de cada localidade, região e nação. No final da primeira década do século XX, o historiador Victor Ribeiro (1862-1930) reiterou-a, entendendo o turismo como vantajosa para a economia e sociedade de cada fronteira, enquanto a *Secção de Archeologia* da RAACAP lembrava ser «obvio, que *as curiosidades artísticas e históricas se tornam atractivos imperiosos aos viajantes cultos, chamando a concorrência de forasteiros, e provocando o desenvolvimento material das populações.*» («Parecer da Secção de Archeologia, com respeito á conservação e fôrma por que devem assignalar-se as casas memoráveis», 1907, p. 75. Nosso itálico).

Tornava-se, no entanto, indispensável divulgar as riquezas históricas, arqueológicas e artísticas de cada território junto de nacionais e estrangeiros [*que melhor e mais sabiamente nos apreciam* (AH/AAP, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (13-03-1908/22-11-1909), acta n.º 38, 18/03/1909)], cuja deslocação a Portugal obrigava à remoção de dificuldades materiais, por ser «um recurso de que vivem muitas nações como a Italia, a Suissa e a França.» (idem). De facto, 1909 parece ter estabelecido um ponto de viragem na perceção do real potencial turístico do património histórico-cultural do território e, por inerência, da sua valência económica patente na comunicação apresentada pelos delegados da RAACAP [o arquitecto Rozendo Carvalheira (1864-1919)

e V. Ribeiro] ao Grande Congresso Nacional, intitulada «Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do ‘turismo’ no paiz», enquanto «*um auspicioso futuro para a nação, fonte de receitas e vantagens economicas para o Estado, para o commercio e para a industria nacional.*» (Carvalho, Ribeiro, 1909, p. 812. Nosso itálico.). Relembra-se, assim, o sentir herculiano e da própria RAACAP, interiorizado e traduzido pelo poder político nacional, ao impor (1881) a proteção dos testemunhos passados,

«Não só para evitar que se destrua e perca o capital que elles representam, mas tambem *para que se convertam em capital productivo para o paiz* em geral e em um verdadeiro e activo elemento de prosperidade para as terras que os possuem, *pois que em toda a parte são um poderoso estímulo á curiosidade dos viajantes* (Diário do Govêrno, n.º 62, 19 de Março de 1881, p. 695. Nosso itálico.)

Consciência e necessidade assumidas pela jovem República ao decretar (1911) «*serem essas obras, depois de tratadas e devidamente exibidas e conhecidas, um inegavel atractivo para o touriste nacional e estrangeiro.*» (*ibid.* Nosso itálico), acrescentando-se (1924) ao anterior *valor artístico, histórico ou arqueológico, o numismático e o turístico* (Diário do Govêrno, Decreto n.º 1699 – 1700, 18 de Dezembro de 1924, p. 701)¹⁴. Condição reforçada pelo facto de «*Os imóveis que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia algum interêsse sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico, serão descritos em cadastro especial, e nenhuma obra de conservação ou restauração poderá realizar-se neles sem que... haja sido superiormente aprovado*» (*ibidem*, nossos itálicos).

Os obstáculos eram, porém, inúmeros. Logo à partida, o facto de se encontrarem quase todos encerrados total ou parcialmente ao público. A par da fundação de hotéis de luxo, da construção de carruagens cómodas, do lançamento de novas vias férreas e da beneficiação das estações existentes, era necessário promover o país e os seus monumentos no estrangeiro, bem como «*cuidar com zelo no bom policiamento e saneamento das povoações, evitando a mendicidade repugnante e os abusos de exploração contra os estrangeiros.*» (Carvalho, Ribeiro, *idem*, p. 815. Nosso itálico).

Vila Franca de Xira (*vide supra*) não era, porém, exemplo único de uma municipalidade empenhada em conhecer e preservar o seu pretérito. Animadas com os

¹⁴ Em 1930, referia-se, a propósito dos edificios eborenses, que «a Camara não deixará assim de cumprir um dos seus mais nobres deveres, o de defender o patrimonio artistico da cidade, patrimonio que reveste simultaneamente o interesse moral e material, por isso que ele é a base de uma das maiores industrias modernas: o turismo. E por isso de justiça é que nesse ponto o municipio tenha o auxilio da respectiva comissão de iniciativa regional que não fará com isso mais do que cumprir um dos mais elementares e essenciaes fins do seu programa.» (AH/ANBAL, Comissão dos Monumentos. Conselho de Arte e Arqueologia. 1.ª Circunscrição. Correspondência Recebida, 30/04/1930. Nosso itálico).

resultados obtidos em arqueossítios paradigmáticos da arqueologia portuguesa, como as Grutas de Alapraia, as autoridades de Cascais, na figura da Junta de Turismo de Cascais, presidida pelo engenheiro A. Teles de Abreu Nunes, recolheram ao Museu dos Condes de Castro Guimarães uma tampa sepulcral encontrada anos antes por F. Alves Pereira a servir de comedouro para animais no pátio de uma casa, em Pau Gordo. Acto que confirmava a convicção da AAP de que «A Junta é digna dos agradecimentos da arqueologia portuguesa, pois *as obras realizadas até hoje nas grutas sepulcrais de Alapraia e as que estão em projecto, colocam aquêlo organismo no primeiro lugar dentre os que tem prestado benefícios á arqueologia nacional.*» [AH/AAP, *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/02/1939-18/01/1945)*. Sessão de 20/05/1943. Nosso itálico]. Esta atitude foi reafirmada com celeridade quando Leonel Ribeiro (1898-1978) descobriu um monumento funerário em S. Pedro do Estoril, onde encontrara cerâmica «até hoje desconhecida em estações pré-históricas portuguesas.» (id., *idem*, sessão de 18/05/1944), cujas escavações foram financiadas de imediato por esta Junta. O sítio foi entregue à respetiva autarquia responsabilizada pelas investigações arqueológicas concelhias, possuindo «no seu Museu algumas das mais belas peças da nossa arqueologia pré-histórica e que, como as suas congéneres de Sintra, Vila Franca de Xira, Paços de Ferreira e outras, *procura valorizar no máximo as riquezas arqueológicas do seu aro concelhio.*» [Id., *Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (22/02/1945-23/07/1956)*. Sessão de 15/03/1956. Nosso itálico]¹⁵.

Não era, ademais, a primeira vez que autarquias se preocupavam em salvar guardar vestígios arqueológicos dos seus termos. Faro procurara adquirir o terreno onde se erguiam as ruínas de Estoi, «para poder cuidar convenientemente da sua conservação, e bem assim da sua defeza e resguardo, dentro da área restrita do terreno necessario á realização desse objectivo, e portanto, sem prejuizo para as terras adjacentes, que recebem cultivo agrícola.» (id., *idem*, 02/03/1929). Não, sem antes recorrer à AAP para que apreciasse o projeto, pois, «dada a proximidade da exposição de Sevilha [de 1929], *os turistas estrangeiros que por aqui passam possam verificar que não visitam um paiz alheado da mais rudimentar civilização.*» (*ibidem*. Nosso itálico). Preocupação enquadrada na nova estratégia de captação de dividendos estrangeiros, aproveitando um evento cultural planeado para o território vizinho.

Razão mais do que suficiente para que se chamasse a atenção dos governos locais, regionais e centrais para a urgência de se editar, à semelhança do que sucedia nas principais capitais europeias, monografias dos principais monumentos nacionais, folhetos informativos e postais ilustrados, conjuntamente a guias,

¹⁵ Felizmente não era excepção. No ano seguinte, ao abrir-se a estrada municipal entre Paços de Ferreira e Modelos, apareceram, no lugar de Quintanas, troços muralhados, provavelmente pertencentes a uma fortificação romana do Baixo-império, «a julgar pela cerâmica e outros objectos encontrados.» (id., sessão de 24/05/1945). Pretendeu-se então resgatá-los, mau grado a deterioração provocada entretanto pela forte intempérie.

«para os convencermos [turistas] de que estão num país civilizado quer para que se fartem com as maravilhas da nossa paisagem» (Passos, 1929, p. 21. Nosso itálico). Não obstante, outras vozes louvavam a forma como o jovem Estado Novo lançara mão da proteção patrimonial, pois «É ver: *nunca os nossos Monumentos foram tão visitados como agora!*» (Pinto, 1929, p. 31. Nosso itálico). O que implicava criticar um passado recente nesta área. Designadamente, ao afirmar-se, com assertividade, que «Ninguém o duvida: *Portugal estende os olhos sôbre si mesmo, estuda-se, procura identificar-se. Desviaram-no da Terra e das Almas? É forçoso que a elas regresse.*» (ibid. Nosso itálico). Era, sem dúvida, uma animadversão desferida contra a 1.^a República, pois a nova palavra de ordem da agenda política concentrava-se, precisamente, na *identificação* de Portugal.

Interessante que fossem, justamente, municípios mais próximos da atividade turística nacional e, sobretudo, internacional a empenharem-se na salvaguarda patrimonial. Designadamente, arqueológica, numa altura em que a indústria turística ganhava terreno nas economias nacionais, regionais e/ ou locais. Valência que não podia ser ignorada ou obviada por quem almejasse (a)firmar os nomes das localidades que administravam no mapa dos percursos (inter)nacionais. Testemunho disso, Mourão (Alentejo). Aqui, a autarquia consultou a AAP sobre o *trajecto preferido* para a estrada a ligar Sevilha a Lisboa. Em particular, quando se planeava traçar em breve um *itinerário artístico* para a capital portuguesa («Uma obra de grande interesse artístico e cultural», 1934, p. 23). A resposta não tardou:

Atendendo a que sob o ponto de vista dos interesses nacionais de toda a especie, é de aconselhar o itinerario que atrahia e estimule os forasteiros que venham á Europa, a visitarem as nossas riquezas naturaes ou artisticas, sem que isso represente para eles um grande sacrificio... *há a cidade de Evora, que reúne a uma certa quantidade de monumentos arqueologicos, um numero importante de edificios antigos e modernos muito interessantes, cuidados, e dignos de prenderem a atenção dos visitantes.* (AH/AAP, *Correspondência Expedida*, 16/04/1928. Nosso itálico.)

Curioso, que também os monumentos (atualmente entendidos como *sítios*) arqueológicos objetivara discussões e controvérsias no campo da conservação e restauro [tal como anos antes, na *Commission dês Monuments Historiques* (Bercé, 1979, p. 53)¹⁶]. Principalmente quando «*O presente é solidario com o passado; sem se conhecer este, não pôde apreciar-se completamente aquelle.*» (Vasconcelos, 1903,

¹⁶ «[...] le baron Taylor fait remarquer que l'on devrait toujours rétablir les tumulus quand on les a en partie détruits par les fouilles. Il ne faut pas que les recherches de la science soient nuisibles aux interêts de la conservation de ces monuments [...] M. Le baron Taylor, tout en admettant ce cas particulier demande qu'il soit pris des mesures pour faire remettre en état tous les tumulus qui seront fouillés à l'avenir. » (Bercé, 1979, p. 53).

p. 21. Nosso itálico), entendendo J. Leite de Vasconcelos, num rasgo de absoluta atualidade, que as ruínas da citânia de S.^{ta} Luzia (Viana do Castelo) deveriam

*ser conservadas intactas, taes quaes se acharem á medida que as excavações proseguirem; nenhum accrescento se fará nas paredes das casas, e tudo pelo contrário se limitará á limpeza do chão d'estas e das ruas, e a revestir, talvez de telhas, a parte superior dos muros, para elles se aguentarem melhor contra a influencia nefasta dos agentes naturaes [...] A pedra que se encontra cahida...póde...accumular-se em pilhas (todavia não muitas), para se dar a ideia do numero de casas que o tempo destruiu. Póde construir-se uma casa nova, ou duas, segundo os typos antigos, para se comprehender melhor o que estes eram, e para alhi se colligirem todos os objectos archeologicos desenterrados in loco. Como *peor do que a acção atmospherica é muitas vezes a dos visitantes...* convem estabelecer em toda a volta das ruinas das casas um muro de vedação que envolva tambem, pelo menos, uma das ordens de muralhas. (Id., *idem*, p. 22. Nosso itálico.)¹⁷*

Volvidos escassos anos, foi o mesmo J. Leite de Vasconcelos a descrever da eficácia destas medidas. Em particular, quanto à vedação, comparada ao emprego que lhe conferiam noutros países. Ainda assim, atalhara-se (1932) o *local arqueológico* em terrenos públicos e particulares, para evitar a sua destruição e mantê-lo para a ciência. Cuidado que, em última análise, abrangia o aterrar da área, *para lhe assegurar a conservação* (*Diário do Govêrno*, Decreto n.º 20. 985, de 7 de Março de 1932, p. 343). Era um paradigma da contribuição dos estudos arqueológicos (mas também históricos e artísticos) para a ampliação do conceito de «património», legislando-se sobre a matéria. Aludindo-se à proteção dos monumentos pré-históricos na Alemanha, com simples vedação e sinalética pública, lamentava, com acentuada ironia e conhecimento profundo da realidade nacional, que,

Bem sei que muito diferente é a dos Portugueses a educação dos Allemães. A estes bastará dizer: *não toqueis nos monumentos*, e ninguem lhes tocará. Os Portugueses não vão assim com recomendação; para que não cometam vandalismos, torna-se muitas vezes necessario impedi-los pela força. Ora, se os espeques, em vez

¹⁷ «Em todos os paises civilizados se conservam com affectuosa e patriotica veneração as reliquias da antiguidade [...]. Mesmo em Portugal já alguma cousa se fez...: temos, pelo contrário, quasi perdidos os ricos mosaicos de Milreu, no Algarve; uma camara de Beja deixou há pouco desmoronar nessa cidade um arco romano; o notabilissimo monumento do Idolo, em Braga, está arriscado a perder-se; as lapides sagradas de Panoias, em Trás-os-Montes, com inscripções em latim e em grego, desaparecem pouco a pouco debaixo da picareta do pedreiro selvagem; as ruinas de Troia de Setibal, – casas, thermas, cetarias -, vae-as o Sado aniquilando; em fim, para não alongar mais este triste rol, desbaratam-se diariamente dolmens em todo o pais. Por tudo isso, o exemplo dado pela illustre commissão dos melhoramentos de Santa Luzia será extremamente salutar.» (*id.*, p. 23. Nossos itálicos).

de serem de madeira, fossem de pedra, e se os fios, em vez de serem simples, fossem farpeados, como se usa modernamente nos vedamentos das propriedades minhotas, talvez se conseguisse, sem grandes dispendios de dinheiro, que alguns dos nossos monumentos archeologicos recebessem realmente defesa. (Vasconcellos, 1911, p. 126. Nosso itálico.)

Era como se o único caminho válido para um entendimento abrangente do pretérito e sua salvaguarda residisse na sensibilização regional e local. Sobretudo, das suas autoridades máximas e personalidades com maior capital social, cultural e económico, de modo a contrapor uma evidente inação institucional perante testemunhos de passados materializados em diferentes tipologias patrimoniais. Em concreto, quando não apresentavam o adjetivo «monumental». A AAP não foi indiferente às oportunidades surgidas para relembrar tais referências de vivências restritas, porém salientes. Designadamente, para a *memória* de gentes apartadas dos principais centros decisórios do país, longe, enfim, dos (tidos como) primaciais roteiros turísticos nacionais. Tal como interiorizaram mais tarde alguns associados, ao sugerirem a organização de uma zona dolménica turística, «a fim de proporcionar aos estrangeiros que nos visitam o conhecimento de alguns destes monumentos, pois ainda há pouco *um arqueólogo italiano dizia que o país dos dolmens, não apresentava nenhum destes monumentos nas suas cartas turísticas.*» (id., *idem*, sessão de 10/03/1955. Inédito. Nosso itálico); urgindo, para tal, realizar a carta arqueológica do território.

Foi o que ocorreu por ocasião da abertura das comemorações oficiais do primeiro centenário da fundação da AAP (1963). Mencionando-se que o MAC possuía *pedras que falam muito de lusitanidade, cristandade e heroísmo* («Encerramento das comemorações do centenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses», 1963)¹⁸, aproveitou-se a presença dos Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas para expor o estado de ruína em que se encontrava a ponte romana da Bemposta (Penamacor), reforçando o estudo pioneiro de O. R. da Veiga Ferreira e de Luís de Albuquerque e Castro sobre a preservação do dólmen pintado de Antelas, apresentado ao I Congresso Nacional de Arqueologia (1958).

Recordando, então, os motivos de reunião de um grupo de excelência (1863), para dar voz à preservação do património edificado, as duas tutelas

¹⁸ As comemorações prolongaram-se ao longo de Novembro, dividindo-se entre a sede da AAP, o MNA (onde decorreu boa parte das palestras programadas) a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Museu Etnológico Doutor Leite de Vasconcellos, que acolheu os conferencistas em visitas guiadas pelo próprio director, Manuel Heleno («Comemorações do centenário da Associação dos Arqueólogos de Portugal», 1963). Veja-se, também, «As comemorações do centenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses». As comemorações contemplaram ainda a inauguração, «no Museu Nacional de Arte Antiga, de uma exposição bibliográfica em que se patenteia todo o esforço dos membros da Associação dos Arqueólogos desde a sua fundação até à actualidade.» («O I centenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses começou ontem a comemorar-se»).

comprometeram-se a providenciar «que não continuasse a desfazer-se aquela valiosa obra» [AH/AAP, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970)*. Acta n.º 148, 05/12/1963]. Mas, apesar dos ofícios dirigidos às entidades locais e ao empreiteiro responsável pela demolição, ainda em curso (da ponte da Bemposta), o seu conteúdo caiu na mais completa displicência. Demonstrava-se, deste modo frisante, o panorama interno neste quadrante (como noutros), nomeadamente nas suas geografias mais recônditas, aonde, quando chegavam, as palavras emanadas do poder político central eram desviadas amiúde ao contrariarem interesses locais. Com efeito, decidiram ignorar a ordem lisboeta e os protestos dos habitantes da região. Confirmava-se como, apesar de tudo, emergia uma faixa populacional investida dos esclarecimentos primários para compreender a importância da preservação dos vestígios daquela que era também (ou sobretudo) a sua História, *já nada restando da velha ponte*.

Enquanto isto, os exemplares megalíticos acentuavam o ascendente do regime de propriedade privada na conservação dos indícios arqueológicos, pois

Decerto não existe em Portugal região alguma tão abundante em monumentos megalíticos como a recatada e extensa terra de entre o Tejo e Odiana. Os *dolmens* conserváram-se aí melhor do que em qualquer outra provincia, pela constituição do solo, abundante em pedras, e *pela propria organização da propriedade rural, toda de latifúndios, que, não sofrendo as exigências construtivas da pequena propriedade, deixa em paz as pedras magníficas dos monumentos. Foi a pequena propriedade que destruiu a maior parte dos dolmens minhotos, beirões, estremenhos e algarvios* (Correia, 1917, p. 171. Nosso itálico.)

Era, em contrapartida, a iniciativa particular a motivar, com frequência, a investigação arqueológica local e regional. Exemplo disso, o capitalista povense António Francisco dos Santos Graça (1851-1918), patrono da exploração da cidade de Terroso [num exemplo inaudito de mobilização de capitais locais para estudos arqueológicos (Fabião, 1999, p. 117)], «*depois de informado e esclarecido acerca da importância e significação científicas d'esse empreendimento*. Com uma prompta e sagaz compreensão e uma generosidade a que não pôz limites, para logo se dispôs a iniciar os trabalhos.» (R. P., 1905-1908, p. 678. Nosso itálico). Havia, no entanto, que acautelar os interesses dos próprios proprietários nestes empreendimentos, por se revelarem poderosos parceiros, incentivando-se a criação de um sistema de escavações de emergência. Com efeito,

Aconselhamos a que tudo isto seja planeado de comum acordo com o proprietário, não o molestando ou aborrecendo. *Um dos grandes males da arqueo-*

logia no Alentejo, e mesmo do resto do país, está justamente no facto de quase sempre se fazerem as coisas contra a vontade do dono, contrariando-o nos seus interesses, o que o leva, a mais das vezes, a destruir tudo antes que cheguem os impertinentes arqueólogos. Criou-se esta mentalidade por não haver entre nós um serviço de escavações de emergência. Temos de a vencer com muito tacto e boa vontade. (Paço, 1964, p. 2. Nosso itálico.)

6. ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Longo foi o caminho percorrido em Portugal, até que a arqueologia se afirmasse de pleno direito, reforçada por legislação específica que controlava a sua atividade dentro de parâmetros científicos, arredando curiosos e diletantes do seu epicentro e acompanhando de perto o ocorrido em Espanha, a realidade que lhe era mais próxima, até pelas relações pessoais mantidas entre os principais investigadores portugueses e arqueólogos espanhóis de renome internacional.

Foi, contudo, um processo sinuoso e pleno de escolhos, em grande parte por ausência de ações de sensibilização que permitissem um plano afinado de ação neste campo, quando,

Um povo que não vela pelas ruínas monumentais das suas terras elucida-nos da sua mentalidade e da dos que o governam. Esse povo, oriundo certamente de povos inferiores, devia ser afastado dos lugares que estão marcados por monumentos históricos, pois que a sua senhoria é perigosa para esses monumentos que lhe não pertencem nem a nenhum outro povo, mas à humanidade que tem ali as iniciais manifestações de arte dos seus primigénios e os prodromos que antecedem os primeiros capítulos da história da raça humana. (Brandão, 1930, p. 33. Nosso itálico.)¹⁹

Mas, além do analfabetismo que continuava a grassar no território e do aparente desinteresse institucional por questões arqueológicas, a verdade é que, ao contrário da maioria dos países onde esta ciência se afirmou primeiro e de modo impetuoso, Portugal não carecia dos seus estudos para legitimar agendas, inde-

¹⁹ «Mas a falta de guarda e a ignorancia criminosa dos visitantes d'essas ruínas, teem destruído quasi tudo quanto Estacio da Veiga, o sabio arqueologo algarvio, em 1876, pôz a descoberto – estando actualmente os magnificos pavimentos de mosaico e os marmores que ornamentavam o sumptuoso edificio das Termas quasi reduzidos a simples vestigios, pois rara é a pessoa que não se apropria de porções de pavimento ou de qualquer objecto que esteja a descoberto e possa recordar a antiga civilização que o Balneario representa. Para conseguir dos altos poderes do Estado a proteção indispensavel para a conservação dessas Termas; para as explorações arqueologicas nos terrenos adjacentes; e para a divulgação da historia da velha Republica Ossonobense, organisou-se em Faro o «Grupo dos Amigos de Ossonoba» representando actualmente pelos abaixo assinados e que se propõe agregar a si todas as pessoas que se dediquem a estudos historicos a arqueologicos a quem interesse os fins que temos em vista.» (AH/ANBAL, *Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscção*, [?]/[?]/19[?]). Inédito. Nosso itálico.)

pendentemente da sua natureza a configuração. Especificidades que adiaram o reconhecimento pleno do seu exercício por academias, até que ações particulares e vontades municipais cientes da sua relevância, para o desenvolvimento económico e elevação da autoestima nacional, regional e local, empreenderam iniciativas acolhidas, mais tarde, por organismos estatais, ao incorporá-las nos seus ideários.

Lisboa, Primavera de 2011

BIBLIOGRAFIA

- BARÃO, J. (1930) – Uma das cidades de igual grandesa a melhor do mundo... *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. V, n.º 98, p. 33.
- BARBOSA, E. (1956a) – O Castro de Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, III, p. 193.
- BARBOSA, E. (1956b) – O Castro da Pedra de Ouro (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, vol. III, p. 163.
- BARRIL, M.; CERDEÑO, M. L. (1997) – El Marqués de Cerralbo: de un aficionado que se institucionaliza. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 518.
- BERCÉ, F. (1979) – *Les premiers travaux de la commission des monuments historiques. 1837-1848*. Paris: Picard. p. 26-53.
- CARDOSO, J. L. – Octávio Reinaldo da Veiga Ferreira (1917-1997) [Em linha]. Disponível em http://e-geo.ineti.pt/edicoes_online/biografias/veiga_ferreira.htm
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. II série, 8, p. 144.
- CARMAN, J. (1997) – Archaeology, Politics and Legislation: the British Experience. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 125.
- CARVALHEIRA, R.; RIBEIRO, V. (1909) – Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do 'turismo' no país. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. 4.ª série, XI:12, p. 812.
- CASTELO RUANO, R.; CARDITO ROLLÁN, L.; PANIZO ÁRIAS, I.; RODRÍGUEZ CASANOVA, I. (1997) – Julio Martínez Santa-Olalla. Vinculación y contribución a los organismos e instituciones arqueológicas españolas de posguerra. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 577.
- COMEMORAÇÕES do centenário da Associação dos Arqueólogos de Portugal. *A Voz*. (6 Nov. 1963).
- CORREIA, A. A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Livraria Figueirinhas. p. 168.
- CORREIA, V. (1917) – Antas do Alentejo. *Terra Portuguesa*. Lisboa. II:17-20, p. 171.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*. Madrid: Ediciones Clásicas. p. 42.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2004) – *José Ramón Mélida y Alinari*. Barcelona: Editorial Labor. p. xv e lxxi.
- É GRANDE o valor arqueológico do monumento encontrado no Zambujal. *Diário da Manhã*. (20 Jul. 1952).

- EL ARQUEÓLOGO Juan Cabré (1882-1947). *La fotografía como técnica documental* (2004). Madrid: Instituto de Patrimonio Histórico Español; Universidad Autónoma de Madrid; Museo de San Isidro.
- ENCERRAMENTO das comemorações do centenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Diário de Notícias*. (27 Nov. 1963).
- EXTENSÃO cultural do Museu Etnológico. A) – O Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (1953). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, vol. II, p. 284-306.
- EXTENSÃO cultural do Museu Etnológico. A) – O Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (1956). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, vol. III, p. 257-266.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. Almada. II série, 8, p. 117.
- FERNANDES, C. A. (2001) – A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Arqueologia no Estado Novo (1929-1974). *Al-Madan*. Almada. 10, p. 63-64.
- GÓMEZ ALFEO, M. V. (1997) – Visión de la Arqueología en la prensa española en el primer tercio de siglo. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 537-546
- HELENO, M. (1952) – Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, vol. I, p. 88-90.
- JIMÉNEZ DÍEZ, J. A. (1997) – El Museo de Ciencias Naturales en la institucionalización de la Arqueología Prehistórica y Protohistórica. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 429-445.
- MARQUES, H. T. (1999) – Turismo. In BARRETO, A.; MÓNICA, M. E., coord. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. IX, p. 536-538.
- MARTINS, A. C. (2003a) – *Possidónio da Silva (1806/1896) e o elogio da memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: AAP.
- MARTINS, A. C. (2003b) – Património Histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo). 1ª parte. *Património. Estudos*. Lisboa. 5, p. 33-50.
- MARTINS, A. C. (2004) – Património Histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo). 2ª parte. *Património. Estudos*. Lisboa. 6, p. 109-125.
- MARTINS, A. C. (2005a) – A memória da ruína, ou a ruína da memória? In JORGE, V. O., coord. – *Conservar para quê?* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- MARTINS, A. C. (2005b) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação (1863-1963)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Tese de Doutoramento.
- MOURE ROMANILLO, A. (1996) – Hugo Obermaier, la institucionalización de las investigaciones y la integración de los estudios de prehistoria en la Universidad española. In *“El Hombre Fósil” 80 años después*. Santander: Universidad de Cantabria. p. 29.
- NO GRÉMIO Literário. Uma notável conferência do sr. dr. Hipólito Raposo (1934). *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. IX, n.º 198, p. 7.
- NÓTULAS sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XVI-Pre-história. O monumento pre-histórico do Casal do Zambujal. *Badaladas*. (1 Out. 1952).
- NOVA organização do Museu (1927-1929). *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I, XXVII, p. 212.
- OS TÚMULOS etruscos da Quinta de Monserrate (Sintra) (1956). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, vol. III, p. 53.
- OTERO, P. (1999) – Corporativismo. In BARRETO, A.; MÓNICA, M. E., coord. – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas. p. 421-431.
- PAÇO, M. A. do (1937) – II Congresso Internacional das Ciências Pre-Históricas e Proto-Históricas – (Oslo, 1936). *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. III, p. 120.
- PAÇO, M. A. do (1961) – Joaquim Moreira Fontes. *Arqueologia e História*. Lisboa. 8.ª série, vol. X, p. 34.

- PAÇO, M. A. do (1964) – *Arqueologia e turismo na região de Évora*. Lisboa: [s.n.]. p. 2.
- PAÇO, M. A. do (1968) – *A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. p. 39.
- PARECER da Secção de Archeologia, com respeito á conservação e fôrma por que devem assinalar-se as casas memoráveis (1907). *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. 4.ª série, XI: 2, p. 75.
- PASSOS, C. de (1929) – Os monumentos na propaganda nacional. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. IV, n.º 74, p. 21.
- PEREIRA, F. A. (1934) – Excursão a Alenquer (Notas de um vogal da Junta de Escavações). *Revista de Archeologia*. Lisboa. I, p. 135.
- PINTO, T. (1929) – A arte de ser português. Monumentos de Portugal. Uma obra d'arte e patriotismo. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. IV, n.º 76, p. 31.
- PORTELA, A. (1982) – *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesas. p. 15-17.
- PRÉ-HISTÓRIA Torriana. *Badaladas*. (1 Ago. 1952).
- R. P. (1908) – Benemeritos da Archeologia. *Portugália*. Porto. II: 1-4, p. 678.
- RASILLA VIVES, M. de la (1997) – La Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas y la Arqueología Prehistórica en España (1913-1935). In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 431-437.
- RIBEIRO, A. I. de M. (2002) – *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa, 1863-1953*. Porto: FAUP. p. 92.
- ROCHA, A. S. (1929) – As arcainhas do Seixo e da Sobreda. *Portugalia. Materiaes para o estudo do povo portuguez*. Figueira da Foz. I: 1-4, p. 13-14.
- ROCHA, L. M. P. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Letras. p. 50-51.
- STRAUSS, L. G. (1996) – Hugo Obermaier and the Cantabrian Solutrean. In *"El Hombre Fósil" 80 años después*. Santander: Universidad de Cantabria. p. 197.
- UMA OBRA de grande interesse artístico e cultural (1934). *Notícias Illustrado*. Lisboa. IV, série II, n.º 321, p. 23.
- VASCONCELLOS J. L. de (1921-1922) – Protecção dada pelos Governos, corporações oficiais e Institutos scientificos á Arqueologia. 43. – A Arqueologia em Hespanha. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XXV, p. 305-306.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1898) – Notícias várias. 2. Monumentos historicos nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, IV: 1-6, p. 156.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1903) – Cidade velha de Santa Luzia. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, vol. VIII: 1, p. 21.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1911) – Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Arqueologia. 34. Vedação de monumentos históricos. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XVI: 1-12, p. 126.
- VIANA, A. (1938) – Necessidade de uma lei reguladora da exploração arqueológica e acauteladora do património arqueológico nacional. *Revista de Archeologia*. Lisboa. III, p. 242.
- YAÑEZ VEJA, A. (1997) – Estudio sobre la Ley de Excavaciones y Antigüedades de 1911 y el Reglamento para su aplicación de 1912. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 367-381.
- ZAPATERO, G. R. (2004) – La construcción de la «Cultura de las Cogotas». In *El arqueólogo Juan Cabré (1882-1947). La fotografía como técnica documental*. Madrid: Instituto de Patrimonio Histórico Español; Universidad Autónoma de Madrid; Museo de San Isidro. p. 195-219.

Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal): A First Appraisal

JOÃO C. SENNA-MARTINEZ*, JESSICA REPREZAS*, ELSA LUÍS*,
ELIN FIGUEIREDO**, ***, FILIPA LOPES**, ***, SUSANA S. GOMES****,
M. FÁTIMA ARAÚJO**, RUI J. SILVA***

ABSTRACT

The hilltop settlement of Fraga dos Corvos has provided a collection of metal artifacts of Mediterranean affiliation from its Rock-Shelter 2 on the hilltop Western versant, already published (Figueiredo, *et al.* 2009). The 2011 field season provided further stratigraphical and artefactual evidence from the newly opened Sector M, allowing us to renew the discussion on the how and why of such an early inland and Northern cultural presence of Mediterranean influences.

Keywords: Late Bronze Age – Eastern Trás-os-Montes – Portugal – Archaeometallurgy – Artefacts of Mediterranean Influence.

RESUMO

O povoado de montanha da Fraga dos Corvos revelou, na respetiva vertente ocidental e provenientes do seu Abrigo 2, um conjunto de artefactos metálicos de filiação mediterrânica (Figueiredo, *et al.* 2009). A campanha de escavações de

* Centro de Arqueologia (Uniarq), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal. smartinez@fl.ul.pt, jessicareprezas@gmail.com, elsavluis@gmail.com

** Instituto Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, E.N.10, 2686-953 Sacavém, Portugal.

*** Centro de Investigação de Materiais (CENIMAT/13N), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2829-516 Monte de Caparica, Portugal.

2011 veio fornecer novas evidências estratigráficas e artefactuais no recém-aberto Setor M que permitem retomar a questão do como e porquê de uma presença antiga de influências mediterrânicas no Nordeste Português.

Palavras-chave: Bronze Final – Trás-os-Montes Oriental – Portugal – Arqueometalurgia – Artefactos de Filiação Mediterrânica.

1. GEOGRAPHICAL AND GEOLOGICAL SETTING

The Bronze Age settlement of Fraga dos Corvos is located on the North-Western slope of Serra de Bornes, Eastern Trás-os-Montes (Macedo de Cavaleiros County, Bragança District). It rises at an altitude of 870 m, over the modern parish of Vilar do Monte (fig. 1). The site visually controls the Macedo de Cavaleiros basin and the traditional passes into and out of it where, in the 40's of the

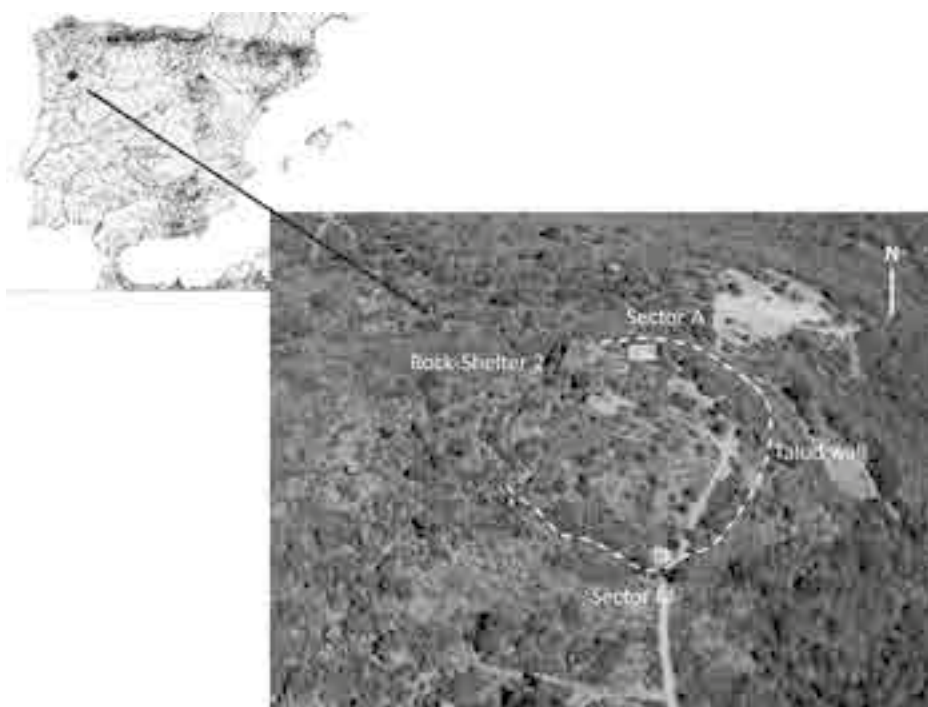


Fig. 1 – Fraga dos Corvos location in the Iberian Península and its different features mentioned in the present paper.

20th century, the celebrated deposits of Carrapatos type halberd copper blades where found (Bártholo, 1959).

In each side of the hilltop we can find two streams, Vale de Nogueira and Ribeirinha, which should have been the main water sources for the archaeological site.

The regional bedrock consists mostly of metamorphic schist, with some quartz and greywacke veins, resulting in very acid soils which tend to destroy most of the organic evidence in the archaeological record.

The Macedo de Cavaleiros basin has frequent alluvial placers where cassiterite (tin ore) can easily be found. Nevertheless, copper ores are rare, mainly under the form of secondary *gossams* with copper carbonates and oxides mineralizations which could well have been easily recognized by prehistoric communities for their bright and greenish tones (Geirinhas *et al.*, 2011).

The vegetation cover in late prehistoric times would mainly be a deciduous oak forest (Pyrenean oak, *Quercus pyrenaica wild*) with some presence of more southern perennial varieties (Holm oak, *Quercus ilex L. ssp. Rotundifolia*).

2. THE FRAGA DOS CORVOS HABITAT SITE

An early reference to the Fraga dos Corvos habitat site (from the national database of archaeological sites) reports it as an «Iron Age fortified habitat» or «Castro». Such an initial attribution was due to the presence of a «talud wall¹» that can be seen in aerial photographs and from the ground on several points of its circuit.

The term «Castro», formerly characterized as an elevated and fortified habitat, has changed during the development of Portuguese Archaeology. In a more recent understanding it has a specific chronological and geographical (for North and Central Portugal) meaning as a Late Iron Age fortified settlement, or even in a more restrictive form it can be applied only to the Late Iron Age Galician sites.

Nowadays, the designation of a settlement as a «Castro» implies its inclusion in the so called «*Cultura Castreja*» (Martins, 1990). We now know that walled settlements have existed alongside Western Iberia since the Chalcolithic and most of them were built during the Late Bronze Age (LBA), when settlement strategies significantly changed throughout Iberia.

The Fraga dos Corvos First Bronze Age (1stBA) habitat, located in the Northern platform of the site (Sector A – Senna-Martinez *et al.*, 2011b), represents the

¹ A «talud wall» is a very primitive form of terrain consolidation in order to monumentalize and emphasize platforms; it differs from a «normal» wall because it consists of an undressed stone crude revetment of an abrupt earth escarpment previously rectified. In North-Western Portugal this type of construction seems to appear by the end of the Late Bronze Age (Bettencourt, 2000).

first human presence there (fig. 1). In addition, the collection of metal artefacts of Mediterranean affiliation recovered at Fraga dos Corvos Rock-Shelter 2 (on the hilltop western versant – Figueiredo et al., 2009), together with four metal artefacts from secondary stratigraphic contexts from Sector A, hinted at a later occupation of the site during the LBA or even in the transition for the Iron Age (IA). Consequently, it was important to establish the chronology of the «talud wall» and its relationship to an eventually preserved stratigraphy in its inner side which could testify to such an occupation of the site.

During the 2008 fieldwork season we decided to undertake the cleaning and register of a preserved profile of this wall. This was done at its Southern extremity, where a section had been exposed since 1957 due to the opening of a field road through the settlement area (Senna-Martinez and Luís, 2009).

The main result of such endeavour was the definition of the exposed structure as a «talud wall». It is constituted of medium size undressed stone blocks, superimposed in its external face by a sloped layer of earth with some medium and mainly small stone fragments. These were interpreted as slope erosion sediments originating from the top of the structure and the upper part of the settlement.

The artefactual evidence recovered during this profile cleaning comprises: stratigraphically disturbed materials that can be attributed to the already known 1stBA occupation of the settlement (pottery sherds with *Cogeces* type decoration and a polished adze blade in amphibolite); and specially a spring and pin of an *Acebuchal* type fibula which come from a stratigraphical location under the base of the stone revetment. The last mentioned artefact (with a probable chronology close to the materials from the Western versant of the site Shelter 2) strongly hints to the construction of the «talud wall» during the LBA.

So we decided, in 2011, to excavate an area atop the Southern platform of the site adjacent to the «talud wall» (Sector M – Luís, Reprezas and Senna-Martinez, 2012). The opened area was a 13 m × 5 m rectangle disposed N/S, totalising 65 m².

This intervention allowed the confirmation of a preserved stratigraphy inside the «talud wall». This stratigraphy was disturbed in its upper levels by recent human actions during Serra de Bornes re-forestation works in the late 50's and early 60's of the 20th century. Under its upper levels it contained preserved realities. So, up to the end of the 2011 intervention, we were able to identify at least four different stratigraphic phases:

- Upper Disturbed stratigraphic units [SU] – Extensive to all the opened area.
- Upper Phase – Partially preserved habitat soils [SU10011, 10073 and 10076] cut by negative SU (corresponding to pits and post-holes). They are preserved only in the Northern half of the investigated area and the lower one [SU10076] is not yet excavated.

- Debris Phase – This phase corresponds to only one SU [10026=10032]; it was exposed and excavated in the Southern half of the area, and it looks like it goes under SU 10076, probably encompassing the whole opened area. This SU is almost sterile in what concerns archaeological materials and consists of a dense aggregation of stone (schist) debris of small and medium sizes in a very hard whitish matrix of clay and sand, almost like *breccia*.
- Lower Phase – Another occupation level [SU 10043] of black compact sandy-clay earth lies under SU 10026=10032. Its upper interface was exposed but SU 10026=10032 is not yet completely excavated. Contrasting with the Debris Phase its surface partial cleaning was enough to reveal a high concentration of archaeological remains (pottery sherds, bone fragments, and some metals).

Currently, and in the light of the available data we interpret the Debris Phase [SU 10026=10032] as possibly related to the building of the «talud wall». The horizontal disposition of its upper interface and almost constant depth strongly suggests the utilisation of construction leftovers for the artificial configuration of a platform over which the habitat soils of the Upper Phase were built. The strong evidence of intense human activity under this stratigraphic phase ² also suggests a possible intentional covering of the area.

2. THE ARTEFACTUAL DATA

The artefactual collection under discussion here encompasses 27 metallic items (Table 1), distributed through the three areas mentioned above.

2.1. Artefacts from Rock-Shelter 2

The Fraga dos Corvos Rock Shelter 2 was excavated between 2004 and 2007 (Senna-Martinez, Ventura and Carvalho, 2005; Senna-Martinez *et al.*, 2006 and 2007). The metallic items here discussed come from several disturbed SU; however, the typology of the six artefacts found of Mediterranean cultural affiliation (fig. 2 – a double spring fibula, two needles, a cosmetics spatula, a decorated pendant, and a fragment of a Tartessian belt hook) suggests that they are part of one set of artefacts, probably of a funerary deposit belonging to a late period of the LBA. Besides this set, fragments of two bracelets and an open ring were found. The typological integration of these three items in the LBA is probable so we decided to include them in the present study.

² Due to the abundant presence of organic and inorganic archaeological remains observed during the definition of its upper interface.

Area	N°	Stratigraphy	Item
Rock-Shelter 2	181	Disturbed SU	Double spring fibula
	252		Pendant
	361		Cosmetic spatula
	188		Needle
	457		Needle
	473		Tartessian belt hook frag.
	120		Open Ring
	362		Ribbon-like Bracelet frag. A
	364		Ribbon-like Bracelet frag. B
	475		Ribbed Bracelet frag.
	206		Bar frag.
	208		Bar frag.
	215		Bar frag.
	474		Nodule
Sector A	3004	Disturbed SU	Fibula spring and bow of Bencarrón type
	3009		Pendant or torc terminal frag.
	3091		Pendant or torc terminal frag.
	1520		Iron [knife?] blade
Sector M	4036	Under Talud Wall	Fibula spring and pin of Acebuchal type
	10478	<i>Upper Disturbed SU</i>	Iron knife blade with bronze rivets
	10147		Fibula spring of Acebuchal type
	10532		Fibula bow and foot of Acebuchal type
	10463		Fibula bow and foot of Bencarrón type
	10798	Upper Phase	Small iron bar
	10666		Tweezers
	10949		Fibula bow of Hispanic Annular type (?)
	10781	Lower Phase	Fibula spring and pin of Bencarrón type
	10284		Fibula spring and pin of Acebuchal type

Table I – Metal Artefacts from Fraga dos Corvos Later Settlement

– *Double spring fibula* FCORV-A2 181 – This fibula (figs. 2 and 3) belongs typologically to the first generation of such artefacts in the Iberian area. It is made from a very thin single bronze wire (less than 1 mm of diameter), flattened in one extremity to make the foot, and then composed by the first spring (with five turns), the straight bow, the second spring (six turns), having most of the pin missing. It is formally very close to the exemplar from Coroa do Frade LBA settlement (Évora, Alentejo – cf. Arnaud, 1979). The dating of another similar exemplar from the LBA settlement of Outeiro dos Castelos de Beijós (Carregal do Sal, Beira Alta – cf. Senna-Martinez, 2000) enables a proposal for a (Phoeni-



Fig. 2 – Artefacts of Mediterranean affiliation from Fraga dos Corvos Rock-Shelter 2.



Fig. 3 – Double spring fibula (FCORV-A2 181) from Rock-Shelter 2.



Fig. 4 – Decorated pendant (FCORV-A2 252) from Rock-Shelter 2.

cian?) introduction of this type of artefact in Southern Iberia around the end of 9th beginning of the 8th century BC.

– **Needles** FCORV-A2 188, 457 – The two needles (fig. 2), a small one about 4.3 cm long and a bigger one, curved, about 6.8 cm in length, have parallels in some Phoenician settlements of Southern Iberia (e. g. La Fonteta – González Prats, 1999-2000).

– **Cosmetics spatula** FCORV-A2 361 – This thin *spatula* (5.2 cm long and 5 mm wide at the slightly enlarged extremities – fig. 2), probably used for cosmetics handling, has not many parallels in the Iberian Peninsula. In Portugal we know a possible similar artefact from the LBA site of Castro da Senhora da Guia de Baiões (Figueiredo *et al.*, 2010). Cosmetic «kits», comprising different artefacts (including *spatula* of different types) united by a ring, are well known from the end of the Orientalizing period in Southern Iberia (6th to 5th centuries BC), mainly from necropolis as: Cancho Roano (Celestino Pérez and Zulueta de la Iglesia, 2003), La Joya (Garrido and Orta, 1970), Los Villares (Blánquez Pérez, 1990) and, in Southern Portugal, at Palhais (Beringel, Beja – Santos *et al.*, 2009).

– **Pendant** FCORV-A2 252 – This pendant (figs. 2 and 4) has no direct parallels in LBA sites of Iberia. With a total length of 5.5 cm and relatively thin (1 mm maximum) its large ovoid shaped terminal area (2.7 cm × 1.6 cm) is decorated, in both sides, with very fine dotted lines made with a small punch: the front exhibits a double perimetral line opened at the top of the area which circumscribes an asterisk-like cross (fig. 5); the back only features a single simple cross obtained with two intersecting dotted lines (fig. 6). The pendant decoration has close parallels in known orientalisising *graffiti* on pottery (namely on the grey ware of Medellín – Almagro Gorbea, 2004).

– **Tartessian Belt Hook fragment** FCORV-A2 473 – This wire fragment with an omega shape (fig. 2), broken in both ends, is interpreted as a fragment of a female part of a Tartessian belt-hook. This type of belt hook is well known mainly from orientalisising funerary contexts, dated within the 7th and 6th centuries BC, e. g. the complete one from Les Casetes cemetery, grave 18 (fig. 7 – García Gandia, 2009), and the fragment (identical to our exemplar) from Torre de Palma (MNA 2001.5.70 – Mataloto, Langley and Boaventura, 2008, fig.5).



Fig. 5 – Detail of the decorated area on the front of pendant FCORV-A2 252.



Fig. 6 – Detail of the decorated area on the back of pendant FCORV-A2 252.



Fig. 7 – Tartessian belt hook from Les Casetes cemetery, grave 18 (adapted from García Gandia, 2009).

– **Bracelet fragments** FCORV-A2 362-364 – The two fragments from a thin (about 1 mm thick) ribbon-like bracelet with a total length of 11 cm have no direct parallel in known Portuguese LBA sites. Nevertheless, it looks like of simple manufacture as revealed by metallographic analysis (Figueiredo *et al.*, 2009) compatible with a LBA chronology.

– **Bracelet fragment** FCORV-A2 475 – This fragment (fig. 8) probably belongs to a large open ribbed bracelet similar to the ones known from the LBA settlement of Senhora da Guia de Baiões (Silva, 2007, p. 655).

– **Open Ring** FCORV-A2 120 – The open ring (fig. 9) is 1.8 cm wide and it has a long list of parallels in Central and Northern Portugal LBA sites as, for instance, in the Baiões/Santa Luzia Cultural Group (Senna-Martinez *et al.*, 2011a; Valério *et al.*, 2004).

2.2. Artefacts from Sector A

The preserved levels of Sector A are attributed to the First Bronze Age (Senna-Martinez *et al.*, 2011b). However, we think that four metal artefacts (from several disturbed SU) belong to the present discussion (Table 1): a fibula, two pendants or torc terminals, and an iron blade.

– **Fibula spring and bow** FCORV-A 3004 – This fibula fragment (fig. 10) is well preserved, the pin and foot are missing and the bow shows only some distortion. It is very similar in structure to the exemplar from the habitat of Coto da Pena (Caminha, Minho – Silva, 2007) or one of the exemplars from Conímbriga (Correia, 1993, p. 262), and can thus be attributed to a variant of the *Bencarrón* type. Another recently published parallel comes from the Almaraz settlement (Almada – Valério *et al.*, 2012, fig.1).

– **Pendants or torc terminals** FCORV-A 3009 and 3091 – These two pieces are similar in the overall conic shape (fig. 11): 3009 is a simple campanula open at the base (1 cm high and 1.5 cm wide) and linked by the apex to a broken axis of sub-circular section ($\varnothing=3$ mm) with 7 mm of its length preserved; 3091 is more complex with the connection of the campanula (1 cm high and 1.5 cm wide) apex to the round axis ($\varnothing=5$ mm) reinforced and emphasized by a rib. Our initial thought as to their typology was that they could pos-



Fig. 8 – Ribbed bracelet fragment (FCORV-A2 475) from Rock-Shelter 2.

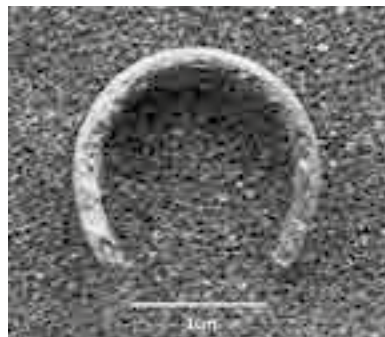


Fig. 9 – Open ring (FCORV-A2 120) from Rock-Shelter 2.



Fig. 10 – Fibula spring and bow of *Bencarrón* type (FCORV-A 3004) from Sector A disturbed SU.



Fig. 11 – Pendant terminals (FCORV-A 3091 and 3009) from Sector A disturbed SU.



Fig. 12 – Iron [knife ?] blade fragment (FCORV-A 1520) from Sector A disturbed SU.

sibly be torc terminals. Unknown parallels for this kind of bronze artefact in Iberia LBA and the fact that the preserved part of the axis is straight reminded us of the two pendants from Coto da Pena (Silva, 2007), one of which is complete, and whose terminals are very similar in shape and

dimensions to our 3009 exemplar. So we tend to view these two items as pendant terminals, and thus with a probable Mediterranean affiliation.

– *Iron [knife?] blade* FCORV-A 1520 – This fragment of an iron blade 5.6 cm long and 1 cm wide (fig. 12) is, as much as we can tell from macroscopic analysis, made of a forged iron plaque folded upon itself in a way similar to the earliest iron blades known from Iberia (Senna-Martinez, 2000; Vilaça, 2008). This type of artefact is well known from pre-Phoenician (before 10th century BC) contexts onwards in the Portuguese Beiras and Estremadura. The fragment from Fraga dos Corvos Sector A is too small to allow a precise typological attribution but in view of the other data here discussed we decided to include it in the present paper.

2.3. Artefacts from Sector M

The ten metallic artefacts from Sector M (Table 1) comprise an iron knife blade with bronze rivets, seven fibula fragments, a pair of tweezers, and a small iron bar, distributed between the four stratigraphic situations mentioned above.

From under the «talud wall» (see above) comes a fibula spring and pin:

– *Fibula spring and pin* FCORV-M 4036 – This exemplar comprises the complete pin (approximately 5 cm long), a large unilateral spring with 20 turns (5 cm long) and a spring interior axis. As proposed in fig. 13 it looks like made from a single wire ($\varnothing \approx 3$ mm) that provides the axis, then would form a double bow and foot and, finally, the spring and pin. We attribute it to a variant of the *Acebuchal* type and it has also the closest geographical parallels in exemplars from Coto da Pena (Caminha, Minho – Silva, 2007) and Conimbriga (Correia, 1993, p. 262).



Fig. 13 – Fibula spring and pin of Acebuchal type FCORV-M 4036 from under the stone revetment of the “talud wall”.

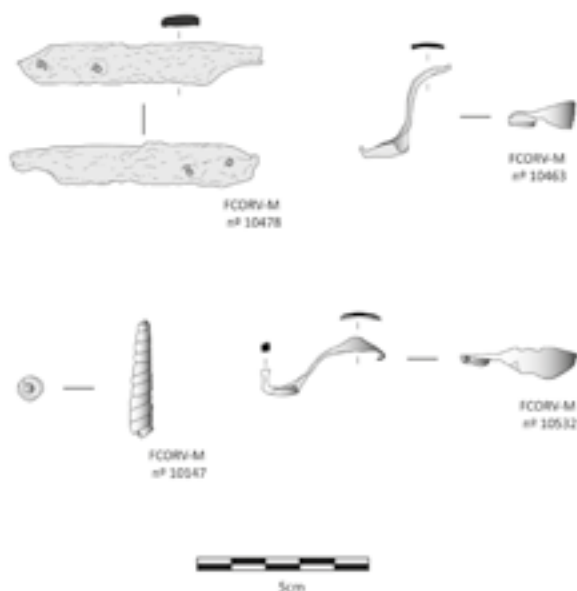


Fig. 14 – Metallic artefacts from disturbed SU of Sector M, Fraga dos Corvos LBA settlement.

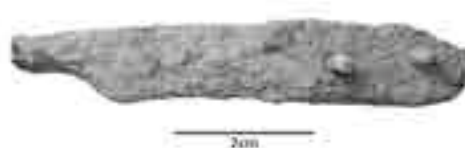


Fig. 15 – Iron Knife Blade with bronze rivets (FCORV-M 10478) from disturbed SU of Sector M of Fraga dos Corvos LBA settlement.



Fig. 16 – Fibula spring fragment of Acebuchal (?) type (FCORV-M 10147) from disturbed SU of Sector M, Fraga dos Corvos LBA settlement.

Four items come from the Upper Disturbed SUs of Sector M:

– **Iron knife blade with bronze**³ **rivets** FCORV-M 10478 – This exemplar is composed of an iron blade slightly curved (*afalcatada*⁴) and 6.7 cm long, with two rivets still in place (figs. 14 and 15). As above mentioned about the iron blade fragment from Sector A the type is reminiscent of the earliest iron blades known from Portuguese LBA contexts (Senna-Martinez, 2000; Vilaça, 2008). It is, nevertheless, a bit shorter in length and the presence of rivets is unknown in earlier exemplars.

– **Fibula spring fragment** FCORV-M 10147 – This partial spring and axis (3.4 cm long) of a fibula (figs. 14 and 16) is made of a single wire ($\varnothing \approx 3$ mm) with the spring coming directly from and around the axis. This detail, identical to the unilateral spring of FCORV-M 4036, leads us to think that it is probably part of a variant of an *Acebuchal* type fibula.

– **Fibula bow and foot** FCORV-M 10532 – In this exemplar only the foot and the bow survived (fig. 14). It is 3.6cm long and probably forged from a single wire. The bow is leaf-shaped, tapering to the foot and to where it would attach to the missing spring and pin. The foot finishes by a small vertical end with a square section. We attribute it to a variant of a *Acebuchal* type fibula.

³ A preliminary surface EDXRF determination has shown that the rivets are made of bronze.

⁴ The designation «afalcatada» that usually designates the first iron blades found in Iberian LBA contexts comes from a 2nd Iron Age weapon: a curved sword or falcata.

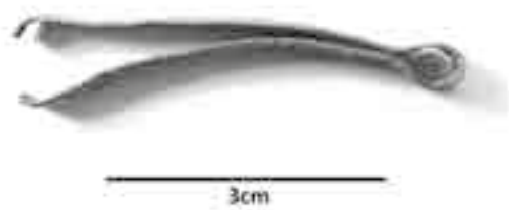


Fig. 17 – Pair of tweezers (FCORV-M 10666) from the Upper Phase of Sector M of Fraga dos Corvos LBA settlement.



Fig. 18 – Fibula bow (?) (FCORV-M 10949) from the Upper Phase of Sector M of Fraga dos Corvos LBA settlement.

– *Fibula bow and foot* FCORV-M 10463 – As in the previous exemplar only the foot and about half of the bow remained (fig. 14). It is 3.5 cm long and probably forged from a single wire. The partial bow is leaf-shaped and tapering to the foot, which is simply flattened and folded into a short and open tubular shape. We attribute it to a variant of a *Bencarrón* type fibula with a parallel in a Santa Olaia more complete exemplar (Ponte, 2006, no. 2932).

Three items come from the Upper Phase SUs of Sector M:

– *Small iron bar* FCORV-M 10798 – This small iron curved bar (10.2 cm long), with a quadrangular section ($\cong 6 \times 6 \text{ mm}^2$) and heavily corroded doesn't make a typological attribution possible. Nevertheless, it documents another early iron presence in Sector-M, this time in a preserved stratigraphical situation.

– *Tweezers* FCORV-M 10666 – The pair of tweezers is very well preserved (fig. 17). It is 4.5 cm long and made of a folded thin strip of metal (<1 mm thick and 5 mm wide), probably forged from a small bar. This type of artefact is common enough in LBA Portuguese contexts, one obvious parallel being the identical exemplar from Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra – Spindler *et al.*, 1973-74).

– *Fibula bow (?)* FCORV-M 10949 – If this D-shaped fragment (fig. 18), 3.6 cm wide and with an ellipsoidal section (1 cm \times 0.5 cm in the middle and, respectively 0.6 cm \times 0.3 cm and 0.4 cm \times 0.3 cm in the extremities), is indeed part of a fibula, it is of difficult typological attribution. We think, with some reservations, that it can be the bow of an early Hispanic Annular type fibula.

Finally, two items from the Lower Phase SUs of Sector M:

– *Fibula spring and pin* FCORV-M 10781 – Complete spring and pin (fig. 19); the pin, 5.9 cm long, is bent at 90° in the middle. The shape of the spring is very similar

to FCORV-A 3004 so, we attribute this exemplar also to a variant of the *Bencarrón* type fibula.

– *Fibula spring and pin*
FCORV-M 10284 – Partial unilateral spring (6 turns) and pin (distally broken), made of a single wire ($\varnothing \approx 3$ mm – fig. 20). The wire thickness, the unilateral spring and the general aspect of this fragment strongly suggest that it can be part of an *Acebuchal* type fibula like FCORV-M 4036.



Fig. 19 – Fibula spring and pin of Bencarrón type (FCORV-M 10781) from the Lower Phase SUs of Sector M.



Fig. 20 – Fibula spring and pin of Acebuchal type (FCORV-M 10284) from the Lower Phase SUs of Sector M.

3. CULTURAL AND ARCHAEOMETALLURGICAL QUESTIONS

Let's begin by discussing the data from Rock-Shelter 2. In a previous paper (Figueiredo *et al.*, 2009) besides the above mentioned set of artefacts of Mediterranean or «indigenous» LBA typological affiliation, three small bars and a nodule, also found in disturbed SU, were included. The complete metal collection from Rock-Shelter 2 was thus treated as a whole.

The absence of a sure stratigraphic context and typological affiliation, as well as the existence of two clear cut and excavated cultural phases in other sectors of the site (both with bronze artefacts) raise a problem with the bars and nodule. We don't know, *a priori*, if they belong to the 1st BA or the LBA. Nevertheless, the absence of any metal in the preserved 1st BA levels of the rock-shelter militates in favour of its integration in the LBA sample as does their archaeometallurgical study (Figueiredo *et al.*, 2009).

All the metallic items from Fraga dos Corvos Rock-Shelter 2 (Table 2) were subjected to EDXRF analyses on non prepared surfaces which showed that, with exception of the Tartessian belt hook, they are made of bronze with some lead (Pb). Lead content of the nodule (FCORV-A2 474) seemed to be higher than in the other bronze artefacts, while the Tartessian belt hook fragment (FCORV-A2 473) is made of copper with some impurities.

Small samples were taken for metallographic examination from bracelet fragment A (FCORV-A2 362), the open ring (FCORV-A2 120), the three bar fragments (FCORV-A2 206, 208 215), and from the metallic nodule (FCORV-A2 474). On three other artefacts (needle FCORV-A2 457, cosmetic spatula FCORV-A2 361, and Tartessian belt hook fragment FCORV-A2 473) a small area of the surface was cleaned from superficial corrosion and polished without sampling. All items

No.	Item	Composition (wt.%)							Method of fabrication	Phases present
		Cu	Sn	Pb	As	Sb	Fe	Ni		
181	Double spring fibula	+++	++	+	n.d.	n.d.	+	n.d.		
		87.4±4.1	11.2±3.9	0.65±0.24	<0.1	-	0.57±0.14	n.d.		
252	Pendant	+++	++	+	n.d.	vest.	vest.	n.d.		
		-	-	-	-	-	-	-		
361	Cosmetic spatula	++	++	++	n.d.	vest.	+	vest.	(worked)	α
		89.9±0.8	8.9±0.9	1.2±0.2	n.d.	-	0.05	n.d.		
188	Needle	++	++	++	n.d.	vest.	+	vest.		
		87.4±1.7	11.1±1.5	1.1±0.3	0.1±0.0	-	0.09±0.03	n.d.		
457	Needle	++	++	++	n.d.	vest.	+	n.d.	C+D+T+D	α
		82.8±4.6	12.2±0.8	4.9±4.1	0.1±0.0	-	<0.05	n.d.		
473	Tartessian belt hook frag.	+++	+	+	vest.	vest.	+	vest.	C+D+T+D↓	α-copper
		98.4±0.1	0.73±0.14	0.36±0.07	0.20±0.0	-	0.11±0.03	0.28		
120	Open Ring	+++	+	+	n.d.	vest.	+	n.d.	C+D+T+D	α
		87.1±0.5	11.8±0.5	0.86±0.22	<0.1	-	0.05±0.04	n.d.		
362	Bracelet frag. A	+++	++	n.d.	vest.	n.d.	+	vest.	C+D+T+D	α, δ↓
		89.4±0.1	10.5±0.15	n.d.	n.d.	-	<0.05	n.d.		
364	Bracelet frag. B	+++	++	n.d.	vest.	n.d.	+	n.d.		
		-	-	-	-	-	-	-		
475	Ribbed bracelet frag.	++	++	++	n.d.	vest.	+	vest.	(worked)	α-corroded
		-	-	-	-	-	-	-		
206	Bar frag.	+++	++	++	n.d.	vest.	+	n.d.	C+D↓+T+D↓	α
		89.2±0.5	8.6±0.5	2.0±0.3	n.d.	-	<0.05	n.d.		
208	Bar frag.	++	+++	++	n.d.	vest.	+	n.d.	C+D↑+T+D↓	α
		88.4±0.4	10.1±0.5	1.3±0.1	<0.1	-	0.05	n.d.		
215	Bar frag.	++	++	++	n.d.	vest.	+	vest.	C+D↓+T+D	α
		89.7±0.6	8.1±0.2	1.7±0.64	<0.1	-	0.05	n.d.		
474	Nodule	++	++	++	n.d.	n.d.	+	n.d.	(dendr)	α, δ
		88.3±0.78	5.5±0.4	6.1±0.7	n.d.	-	<0.05	n.d.		

+++ >50%; ++ 10-50%; + 1-10%; vest. (Vestiges) <1%; n.d. not detected
C cast; D deformation/forged; T heat treatment/annealed; ↓ low amount; ↑ high amount

Table 2 – Fraga dos Corvos Rock-Shelter 2 – Summary of the experimental results on the copper-base metallic items (EDXRF results are given in a semi-quantitative way since the analysis were performed over corroded surfaces; the composition of the alloy is given by average of three micro-EDXRF analyses (± standard deviation) performed over prepared surfaces). Adapted from Figueiredo, *et al.* 2009: Table 2

were examined by OM for microstructural study and micro-EDXRF analyses were conducted on all prepared surfaces, as well as on areas with recent fractures of the double spring fibula (FCORV-A2 181) and the needle (FCORV-A2 188) for determination of the alloy composition. Table 2 summarizes the experimental results.

The micro-EDXRF analysis showed that most of the items have 8–13% Sn and Pb <2% (average 10.1 ± 1.5 % Sn and 1.1 ± 0.6 % Pb). The high standard deviation for Pb registered for the needle (FCORV-A2 457) points towards the usual heterogeneous Pb distribution in bronze alloys, or can be related to the strong intergranular corrosion in the area analysed as revealed by microstructural examination. The same reasoning applies to the relatively higher standard deviations determined for the tin contents in the needle (FCORV-A2 188) and fibula

(FCORV-A2 181) which is probably related to the presence of a heterogeneous surface layer, as the micro-EDXRF analyses were performed over recent fractures. This is also corroborated by the higher Fe contents in these artefacts, as a result of the presence of a patina enriched in soil particles. As previously suggested by the EDXRF analyses, the metallic nodule (FC-474) is made of a different alloy, with a higher Pb and a lower Sn content, distinct from all the other bronzes.

The Tartessian belt hook fragment (FCORV-A2 473) can be considered as an unalloyed copper with various impurities (Sn, Pb, As, Sb, Ni and Fe). A similar fragment was found in the LBA settlement of Canedotes (Vila Nova de Paiva – fig. 21-6) which belongs to the Baiões/Santa Luzia cultural group, the southern neighbour of the area addressed here. Analysis of the Canedotes fragment (no. 1816 – Valério, Araújo and Canha, 2007, fig. 10) shows that it is also made of unalloyed copper, but with a slightly different impurity pattern: traces of Sn (0.85 %) and As (0.53 %) and less than 0.05 % Fe. The higher impurity pattern in the FCORV-A2 473 can be due to a different origin of ores, a different supply of metal, or, given the typological features of most of the assemblage and the higher Fe content, it can be an indication of a new and more efficient smelting process incorporated during the Orientalising period in places better related with the Phoenicians (Valério *et al.*, 2012).

The reference to the Baiões/Santa Luzia cultural group (fig. 21) in relation to this type of artefact is important. In fact, this is the only area in Western Iberia where evidence of gilding by thermo-diffusion technique was found (a technique originating in Eastern Mediterranean areas – Figueiredo *et al.*, 2010b). The technique implies that the piece to be gilded is made of copper and not of bronze. So, as we argued elsewhere (Senna-Martinez *et al.*, 2011a, p.415), the fact that the present two examples of Tartessian belt hook fragments are made of copper could be related to the ability of gilding techniques. Otherwise, the recent publication of a *Bencarrón* type fibula and a cauldron handle made of «unalloyed» copper (Valério *et al.*, 2012), from the «Phoenician» site of Almaraz⁵ (fig. 21-7), concurs to the idea that prestige and ornament items could be produced in copper in contexts where «indigenous» and «orientalising» metallurgical traditions mix.

Binary bronzes constitute the majority of the analysed copper based artefacts from Southern and Western Iberia LBA, as shown for the so called deposit from Ría de Huelva (Rovira, 1995), the Beira Interior and the Baiões/Santa Luzia cultural groups (Vilaça, 1997; Senna-Martinez *et al.*, 2011a). Even if 85 % of the artefacts from Rock-Shelter 2 fall in this category, the tendency to slightly higher

⁵ This is not the place to discuss the problematic of the chronology and modalities of Phoenician presence in the Almaraz settlement. Regarding this issue see Arruda (1999-2000) which proposes an occupation between the late 8th and the 6th centuries BC.

Pb contents and lower Sn contents of the sample (Figueiredo, 2010, p.123-124), in comparison to the above mentioned cultural areas, can either refer to a local/regional tradition⁶, or be part of the tendency of artefacts already resulting from an orientalising influence into local metallurgies be poorer in tin and showing higher lead contents (Figueiredo *et al.*, 2011), as has also been recently confirmed for the Southern Portuguese «Phoenician» site of Almaraz (Valério *et al.*, 2012). Furthermore, the only bronze item in the set under discussion that completely fits into low tin leaded bronzes is the nodule (FCORV-A2 474 – with ~5.5 % Sn and ~6.1 % Pb) that can be perceived as a possible smelting droplet (Figueiredo *et al.*, 2009, p.953). It thus hints either of a local or regional production of leaded bronze or of raw-material import.

The tendency of LBA Fraga dos Corvos metallic finds to an affinity towards a Southern (Mediterranean) influence, strongly suggested by the study of its Rock-Shelter 2 artefacts, now gets another dimension with the finds from Sectors A and M.

The total number of fibulae (fragments) recovered is now of nine and the excavation of Sector M (with seven exemplars found) has just begun. These fibulae comprise 1 of double spring type, 3 probably of *Bencarrón* type, 3 probably of *Acebuchal* type and the more problematic bow of a Hispanic Annular type one.

Recent elemental analysis and microstructural observations on fibulae FCORV-M-4036 and FCORV-M-3004 and pendants FCORV-A 3009 and 3091 have been performed, and results are summarized in Table 3.

It can be observed that both the fibulae and the pendants are made of a bronze with some Pb content (generally around 2 %) and low amounts of impu-

No.	Item Cu		Composition (wt.%)							Method of fabrication	Phases present
			Sn	Pb	As	Sb	Fe	Ni			
4036	Fibula	spring and pin	+++	++	+	n.d.	n.d.	+	n.d.		
		axe	88.2±0.2	9.2±0.1	2.5±0.2	<0.10	-	<0.05	n.d.	C+(D+A)+D	α
3004	Fibula		++	++	++	n.d.	vest.	+	n.d.		
3009	Pendant or torc terminal	88.9±0.5	+++	++	+	n.d.	vest.	+	n.d.		
			9.5±0.2	1.4±0.3	<0.10	-	<0.05	n.d.	C+(D+A)+D↓	α	
3091	Pendant or torc terminal	86.0±0.2	++	++	++	n.d.	vest.	+	n.d.		
			11.6±0.3	2.3±0.3	n.d.	-	<0.05	n.d.	C+(D+A)+D↓	α	

+++ >50%; ++ 10-50%; + 1-10%; vest. (Vestiges) <1%; n.d. not detected
C cast; D deformation/forged; T heat treatment/annealed; ↓ low amount; ↑ high amount

Table 3 – Fraga dos Corvos Sector A and M - Summary of the experimental results on the copper-base metallic items (EDXRF results are given in a semi-quantitative way since the analysis were performed over corroded surfaces; the composition of the alloy is given by average of three micro-EDXRF analyses (± standard deviation) performed over prepared surfaces).

⁶ Since they are predominant in the Galician area and Western Douro basin (Rovira, 2004).

rities, such as As, Sb, Ni and Fe. These results show that their compositions are in general agreement with the composition of the metals previously studied from the Rock-Shelter 2.

The fibulae, as well as the other artefacts from FCORV-A2 orientalising set, the two iron blades (Sectors A and M) and the tweezers from Sector-M upper phase fit into a broad chronological interval between the 8th and the 6th centuries BC. This is the same interval attributed to Phase 1B of Coto da Pena settlement (Caminha – Silva, 2007, fig. 21-1) from which the two already mentioned Coto da Pena fibulae, respectively of Bencarón and Acebuchal types, come from, described as a local LBA site with external influences, namely orientalising pottery (Silva, 1990, p.144).

The presence of Mediterranean influences in Coto da Pena, situated on the extreme North of the Portuguese littoral, might be explained as resulting from contacts alongside the coast with the Phoenicians. Nevertheless, the closest point of certain Phoenician presence on the coast is Santa Olaia, in the Mondego Ria (fig. 21-4), 190 km southwards (Arruda, 1999-2000). The question of such an influence at Fraga dos Corvos is compounded by its geographical location (figs. 1 and 21-3), roughly 150 km inland in the extreme Portuguese Northeast. If we turn to the nearest Southern neighbour LBA cultural area, the Baiões/Santa Luzia one (fig. 21), we find abundant evidence for early Mediterranean influences (11th-10th centuries BC – Senna-Martinez *et al.*, 2011a).



Fig. 21 – Location in continental Portugal of the LBA and EIA sites mentioned in the text: 1– Coto da Pena (Caminha); 2– Cervos (Montalegre); 3– Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros); 4– Santa Olaia (Figueira da Foz); 5– Castro da Senhora da Guia (S. Pedro do Sul); 6– Canedotes (Vila Nova de Paiva); 7– Almaraz (Almada). The light shaded area corresponds to the territory of LBA Baiões/Santa Luzia Cultural group.

For its late phase (9th-7th centuries – *Id.*) the evidence gets more scarce as this culture group nears the collapse (7th-6th century BC – Senna-Martinez, 2011, p. 293). However, it comprises the iron blade with an over-casted bronze socket from Castro da Senhora da Guia de Baiões (Silva, Silva and Lopes, 1984), the double spring fibula from Outeiro dos Castelos de Beijós (Senna-Martinez, 2000) and the Tartessian belt hook fragment from Canedotes, previously discussed (Valério, Araújo and Canha, 2007).

We recently defended that the early Mediterranean influences in the Baiões/Santa Luzia cultural area could be linked to tin acquisition (Senna-Martinez *et al.*, 2011a; Senna-Martinez, 2011). The presence of such cultural influences in Trás-os-Montes can probably be explained the same way.

The inception of LBA in Iberian areas south of the Tagus River in the last quarter of the second millennium BC will accompany the generalization of binary bronze production in respect to the earlier copper metallurgy. Such a technological change supposes the possibility of regular access (even if in small scale) to tin ore. This metal is available, under the form of cassiterite (tin oxide), mostly in the alluvial placers found from the Portuguese Beiras to the Iberian Northwest. The main route of tin circulation southwards, in the form of cassiterite crystals⁷, could probably follow the so called «stele route» (Nunes 1960; Nunes and Rodrigues 1957; Ruiz-Gálvez and Galán Domingo 1991; Galán Domingo 1994). This route was supposed to end in the Sabugal area, at the frontier between the Beira Interior and Beira-Alta (home to the Baiões/Santa Luzia cultural group). However, a new stele was recently found and published for the Trás-os-Montes Montalegre area (figs. 21-2) close to the Tâmega river basin, a natural South-North regional route (Alves and Reis, 2011). Thus, it looks like that the inland network of tin circulation could be more extensive.

The present authors, together with other colleagues, are currently developing projects that will make possible to address several of the questions raised here, as all the discovered artefacts from Fraga dos Corvos LBA settlement are intended to be investigated. The recent opening of a research line involving Pb isotope ratios determinations at IST-ITN will allow giving some answers on the artefacts provenance in several Portuguese cultural areas including Trás-os-Montes. Very recently, preliminary studies on lead isotope ratios have been performed in selected artefacts with Mediterranean affiliation from Fraga dos Corvos, namely the fibula fragment FCORV-M 4036 (from under the «talud wall»), the pendant FCORV-A 3091 (from Sector A), and the nodule FCORV-A2 474 and bar fragment FCORV-A2 206 (both from the Rock-Shelter 2). The results which are presented in fig. 22 show that the fibula fragment FCORV-M

⁷ The discussion of the why and how of this form of circulation can be found in Senna-Martinez *et al.*, 2011a.

4036, the nodule FCORV-A2 474 and the bar fragment FCORV-A2 206 have similar Pb isotope ratios which are clearly different from the lead isotope ratios determined on the pendant FCORV-A 3091. Results suggest that artefacts were locally produced (given the similar ratios among some of the artefacts and the nodule which is a metallurgical debris) and that the pendant FCORV-A 3091 might have a different origin or it was produced with different ores than the other studied artefacts. In a near future, other research focusing on Southern Iron Age metallurgy (namely EIA orientalisising products) will make possible to cross reference among Northern and Southern contexts.

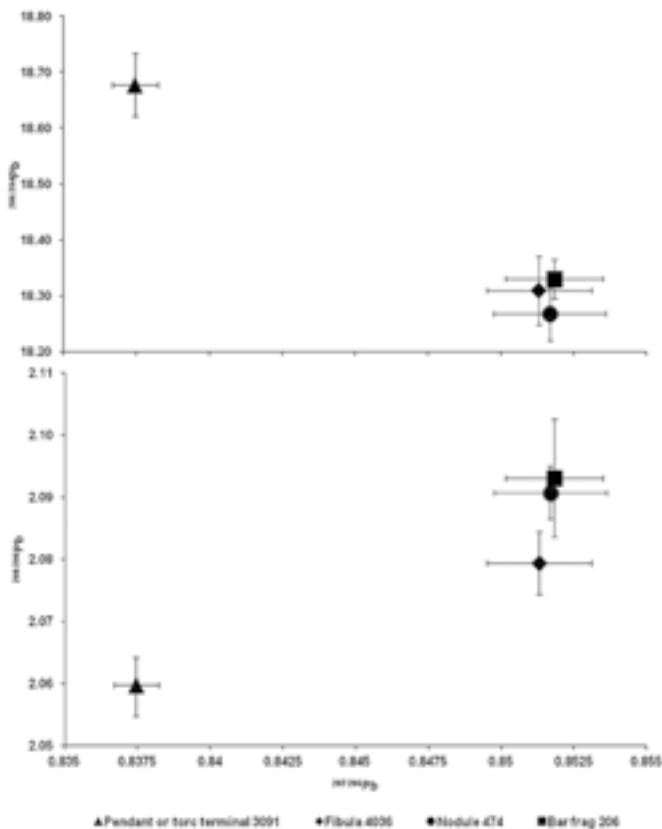


Fig. 22 – Lead isotope ratios of the four items analysed.

ACKNOWLEDGMENTS

This work was developed in the framework of the project «Early Metallurgy in the Portuguese Territory, EARLYMETAL» (PTDC/HIS/ARQ/110442/2008) financed by the Portuguese Science Foundation. Elsa Luís and Elin Figueiredo acknowledge the FCT for SFRH/BD/72369/2010 and SFRH/BPD/73245/2010 grants, respectively. CENIMAT/I3N gratefully acknowledges the funding through the Strategic Project PEst-C/CTM/LA0025/2011.

REFERENCES

- ALMAGRO-GORBEA, M. (2004) – Inscripciones y grafitos tartésicos de la necrópolis orientalizante de Medelín. *Palaeohispanica*. Barcelona. 4, p. 13-44.
- ALVES, L.; REIS, M. (2011) – Memoriais de pedra, símbolos de Identidade. Duas novas peças escultóricas de Cervos (Montalegre, Vila Real). In *Actas das IV Jornadas Raianas «Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história»*. Sabugal: Câmara Municipal. p. 187-216.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (1999-200) – *Los Fenícios en Portugal*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).
- ARNAUD, J. M. (1979) – Coroa do Frade: fortificação do Bronze Final dos Arredores de Évora. Escavações de 1971-72. *Madrider Mitteilungen*. 20, p. 56-100.
- BÁRTHOLO, M. L. (1959) – Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, p. 431-39.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2000) – *O Povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia. Monografias ; 10).
- BOULOUMIÉ, B. (1978) – Les tumulus da Pertuis (Vaucluse) et les oenochoés «rhodiennes» hors d'Étrurie. *Gallia*. Paris. 36: 1, p. 1-241.
- CELESTINO PÉREZ, S.; ZULUETA DE LA IGLESIA, P. (2003) – Los Bronces de Cancho Roano. In CELESTINO PÉREZ, S., ed. – *Cancho Roano IX: Los materiales Arqueológicos II*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida; CSIC.
- CORREIA, V. H. (1993) – Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p.229-283. *Actas do Colóquio Os Fenícios no território português*.
- FIGUEIREDO, E. (2010) – *A Study on Metallurgy and Corrosion of Ancient Copper-Based Artefacts from the Portuguese Territory*. Lisbon: New University of Lisbon. PhD Thesis.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; ARAÚJO, M. F.; FERNANDES, F. M. B.; VAZ, J. L. I. (2010a) – Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 37, p. 1623-1634.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2010b) – Identification of ancient gilding technology and Late Bronze Age metallurgy by EDXRF, Micro-EDXRF, SEM-EDS and metallographic techniques. *Microchimica Acta*. 168, p. 283-291.
- FIGUEIREDO, E.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F. (2009) – Orientalizing Artefacts from Fraga dos Corvos Rock Shelter in North Portugal. *Materials and Manufacturing Processes*. London. 24, p. 949-954.
- FIGUEIREDO, E.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; MONGE SOARES, A. (2011) – Inclusions and metal composition of ancient copper-based artefacts: a diacronic view by micro-EDXRF and SEM-EDS. *X-Ray Spectrometry*. 40, p. 325-332.
- GALÁN DOMINGO, E. (1994) – *Estelas, paisaje y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. (Complutum Extra; 3).
- GARCÍA GANDIA, J. R. (2009) – *La Necrópolis Orientalizante de Les Casetes (La Vila Joiosa, Alicante)*. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante.
- GEIRINHAS, F.; GASPAR, M.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C. (2011) – Copper isotopes on artifacts from Fraga dos Corvos First Bronze Age habitat site and nearby Cu occurrences: an approach on metal provenance. In MATA-PERELLÓ, J. M.; TORRO I ABAT, L.; FUENTES PRIETO, M. N., ed.; CAMPO, A.N.; PUCHA RIART, O., co-ed. – *Actas del Quinto Congreso Internacional sobre minería y metalurgia Históricas en el Suroeste Europeu*. La Poble de Segur: SeDPGYM. p. 177-184.

- GONZÁLEZ PRATS, A. (1999-2000) – La Fonteta. La colonia fenicia de la desembocadura del río Segura [online]. *Sapanu. Publicaciones en Internet* III y IV. <<http://www.labherm.filol.csic.es>>.
- LUÍS, E.; REPRESAS, J.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros), A Campanha 9 (2011): Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 9, p. 15-33.
- MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 5).
- MATALOTO, R.; LANGLEY, M.; BOAVENTURA, R. (2008) – A Necrópole Sidérica de Torre De Palma (Monforte, Portugal). Madrid: CSIC. p. 283-303. (Anejos de ArqEspana; XLVI).
- NUNES, J. C. (1960) – A propósito da estela de Meimão. *Revista de Guimarães*. Guimarães. LXX. p. 86-108.
- NUNES, J. C.; RODRIGUES, A. V. (1957) – Dos nuevas espadas del Bronce Final en Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. VIII: 2, p. 279-285.
- PONTE, S. (2006) – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ROVIRA, S. (2004) – Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la Prehistoria de la Península Ibérica. *Norba*. Cáceres. 17, p. 9-40.
- ROVIRA, S. (1995) – Estudio arqueometalúrgico del depósito de la Ria de Huelva. In RUIZ-GÁLVEZ, M. L., ed. – *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ria de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeu*. Madrid: Universidad Complutense. p. 33-57.
- RUIZ-GÁLVEZ, M.; GALÁN DOMINGO, E. (1991) – Las estelas del Suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 48. p. 257-273.
- SANTOS, F. J.; ANTUNES, A. S.; GRILO, C.; DEUS, M. (2009) – A Necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. In *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: [s. n.]. p. 746-804.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2011) – La «conexión lusitana»: contactos orientalizantes y búsqueda de estaño y oro en el Centro-Norte portugués. In DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C., ed. – *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía. p. 285-296.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2000) – O problema dos primeiros ferros peninsulares em contextos do Bronze Final da Orla Atlântica: os dados do «Outeiro dos Castelos de Beijós» (Carregal do Sal). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 6, p. 43-60.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; VALÉRIO, P.; VAZ, J.L.I. (2011a) – Metallurgy and Society in “Baiões/Santa Luzia” Culture Group: Results of the META-BRONZE Project”. In MARTINS, C. B.; BETTEN-COURT, A. M. S.; MARTINS, J. I.; CARVALHO, J., eds. – *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental/ Settlement and Mining in the Atlantic Western Europe*. Braga: CITCEM; Porto: APEQ; FEUP. p. 405-420.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, E.; VALÉRIO, P. (2011b) – First Bronzes of North-West Iberia: the data from Fraga dos Corvos Habitat Site. In MARTINS, C. B.; BETTEN-COURT, A. M. S.; MARTINS, J. I.; CARVALHO, J., eds. – *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental/ Settlement and Mining in the Atlantic Western Europe*. Braga: CITCEM; Porto: APEQ; FEUP. p. 381-394.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E. (2009) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). *Cadernos «Terras Quentes»*. Macedo de Cavaleiros. 6, p. 69-79.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A. (2007) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006). *Cadernos «Terras Quentes»*. Macedo de Cavaleiros. 4, p. 85-110.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A. (2005) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de habitat do «Mundo Carrapatos» da primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *Cader-*

- nos «*Terras Quentes*». Macedo de Cavaleiros. 2, p. 61-81.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M.F.; FIGUEIREDO, E.; VALÉRIO, P. (2010) – «Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). In BETTENCOURT, A. M. S.; SANCHES, M. J.; ALVES, L. B.; FÁBREGAS VALCARCE, R., eds. – *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. Oxford: Archaeopress. p. 111-117. (BAR International Series; 2058).
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; FIGUEIREDO, E. (2006) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de habitat da primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). *Cadernos «Terras Quentes»*. Macedo de Cavaleiros. 3, p. 61-85.
- SILVA, A. C. F. (2007) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2nd Edition. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. (1990) – Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular. Lisboa. In *Presenças orientalizantes em Portugal da Pré-História ao período romano*. Estudos Orientais. I, p.135-55.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C.; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna*. Porto. p. 73-109.
- SPINDLER, K.; BRANCO, A. C.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O.V. (1973-74) – Le monument à coupole de l'Age du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. LVIII, p. 91-154.
- VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; SOARES, A. M. M. (2010) – Os metais dos Ratinhos – I. A metalurgia do bronze. In BERROCAL-RANGEL L.; SILVA, A. C., eds. – *O Castro dos Ratinhos. Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 369-380. (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 6).
- VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; CANHA, A. (2007) – EDXRF and micro-EDXRF studies of Late Bronze Age metallurgical productions from Canedotes (Portugal). *Nuclear Instruments and Methods. Phys Res, Sect B*. 263, p.477-482.
- VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; VAZ, J. L. I. (2006) – Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 289-319.
- VALÉRIO, P.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M.; BARROS, L. (2012) – A multi-analytical approach to study the Phoenician bronze technology in the Iberian Peninsula – A view from Quinta do Almaraz. *Materials Characterization*. 67, p.74-82.
- VILAÇA, R. (2008) – *Através das Beiras. Pré-História e Proto-História*. Coimbra: Terra Ocre.
- VILAÇA, R. (1997) – Metalurgia do Bronze Final da Beira Interior: revisão dos dados à luz de novos resultados. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. V, p.123-154.

O Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). Os Hipogeus Funerários

TERESA RICOU NUNES DA PONTE*, ANTÓNIO M. MONGE SOARES**, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO**, JOSÉ C. FRADE***, ISABEL RIBEIRO***, ZÉLIA RODRIGUES****, RUI J. C. SILVA*****, PEDRO VALÉRIO**

RESUMO

O sítio arqueológico da Horta do Folgão (Serpa), provavelmente uma extensão de um sítio maior designado por Alto de Brinches 3, foi alvo de uma intervenção arqueológica de campo integrada no âmbito de trabalhos de minimização de impactos ambientais. Os dados obtidos e o espólio recuperado permitem integrar a Horta do Folgão no mundo das estruturas negativas (dos «campos de hoyos») e dos hipogeus funerários do Bronze do Sudoeste. As fossas tipo «silo» registadas neste sítio, bem como o espólio nelas encontrado, têm paralelos estreitos noutros sítios de planície do Alentejo com uma cronologia atribuível ao Bronze Pleno e Final do Sudoeste. Os três hipogeus da Horta do Folgão, conjuntamente com o hipogeu do Alto de Brinches 3 e com os identificados no Outeiro Alto 2, na Torre Velha 3 e em Belmeque, todos no concelho de Serpa, constituem exemplos de um tipo de prática funerária, só recentemente reconhecida, do Bronze Pleno do Sudoeste Português. A data obtida para a inumação do hipogeu 3 – Sac-2557 3400±50 BP – integra-se no conjunto de datas de radiocarbono já obtidas para estes monumentos funerários na Torre Velha 3 e em Belmeque. A inumação datada tinha como dádivas funerárias uma taça carenada com asa e de superfícies brunidas e uma espada de folha triangular e encabamento com rebites, manufac-

* Mestranda em Arqueologia, FLUP, e-mail: teresaricou_2@hotmail.com

** C2TN, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Estrada Nacional 10 (km 139,7), 2695-066 Bobadela LRS, Portugal, e-mail: amsoares@ctn.ist.utl.pt; faraujo@ctn.ist.utl.pt; pvalerio@ctn.ist.utl.pt

*** CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Escola das Artes, Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, 1327, 4169-005 Porto, Portugal, e-mail: fradejcp@gmail.com; isarib@sapo.pt

**** Antropóloga, e-mail: zeliaria@hotmail.com

***** Centro de Investigação de Materiais (CENIMAT/IBN), Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNL, e-mail: rjcs@fct.unl.pt

turada numa liga de cobre arsenical, o que indicia um elevado *status* social para o indivíduo inumado naquele hipogeu. A espada tem um bom paralelo numa outra encontrada numa sepultura da mesma época em Setefilla (Lora del Rio, Sevilha). Por outro lado, a câmara de qualquer dos hipogeus intervencionados na Horta do Folgão encontrava-se isolada do respetivo átrio por grandes lages colocadas de cutelo e embebidas numa terra negra de aspeto gorduroso. A análise desta terra permitiu verificar que se encontrava misturada com cera e própolis, materiais orgânicos produzidos pelas abelhas e que têm propriedades impermeabilizantes. As tipologias das estruturas negativas registadas na Horta do Folgão, bem como o espólio recuperado, se por um lado indiciam contactos culturais com o Sudeste ibérico, por outro fazem ressaltar a multiplicidade das práticas funerárias do Bronze Pleno no Sudoeste, designadamente na margem esquerda do Guadiana.

Palavras-chave: Bronze Pleno – Hipogeus funerários – Sudoeste ibérico – Arqueometria.

ABSTRACT

The archaeological site of Horta do Folgão (Serpa, Southern Portugal), probably an extension of a larger site called Alto de Brinches 3, was discovered due to mitigation measures taken during the implementation of the irrigation project connected with the Alqueva dam. The archaeological excavation allowed uncovering a lot of negative structures: several pits and three funerary hypogea ascribed to the Southwestern Iberian Bronze Age.

The shapes of the pits have close parallels with other sites with chronologies of Middle and/or Late Bronze Age located in the Alentejo plain. Moreover, the recovered material culture points to the same chronologies. The hypogea recorded at Horta do Folgão are a kind of Middle Bronze Age funerary structure only recently identified in Southern Portugal. A radiocarbon date obtained for the male inhumation in hypogeu 3 (Sac-2557 3400±50 BP) can be integrated in the set of radiocarbon dates already known for this type of funerary tombs also uncovered at Torre Velha 3 (Alves *et al.*, 2010) and Belmeque (Soares, 1994). The grave goods in hypogeu 3 consist in a carinated bowl with a handle and burnished surface and a sword with an elongated symmetrical triangular blade and a riveted handle. The sword was manufactured with an arsenical copper alloy. The grave goods suggest that the hypogeu 3 contained a burial of a high status male individual. This sword has a close parallel in the sword recovered from a burial with the same chronology excavated at Setefilla, Lora del Rio, Sevilha (Aubet Semmler, 1981).

Each hypogeum is composed of an atrium connected with a chamber (an artificial cave cut into the rock) closed by vertical slabs wrapped up in a greasy black clayey earth. This earth was sampled and analyzed using a FTIR spectrometer. The obtained spectra were compared with reference spectra and two materials were identified: bees wax and propolis. It is the first time that a mixture of bees wax and propolis with a clayey earth used to seal a funerary structure was identified in the archaeological record.

These new finds of funerary hypogea and respective grave goods, dated from the second quarter of the 2nd Millennium BC, show some similarities with those from the Argaric Culture as far as rituals, architecture and grave goods are concerned. Nevertheless they stand out the multiplicity of Southwestern Middle Bronze Age funerary practices, namely in the Portuguese left bank of the Guadiana river.

Keywords: Middle Bronze Age – Funerary Hypogea – Southwestern Iberia – Archaeometry.

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica de campo no sítio da Horta do Folgão (Serpa) integrou-se nos trabalhos de minimização de impactos, em fase de obra, sobre o património cultural, resultantes da «Empreitada de Construção das Infra-estruturas de Rega, Rede Viária e de Drenagem do Aproveitamento Hidroagrícola de Serpa», promovida pela EDIA, S.A. A intervenção foi levada a cabo pela Empatia-Arqueologia, L.^{da}, sob a responsabilidade da primeira signatária.

A Horta do Folgão situa-se no distrito de Beja, concelho de Serpa, freguesia de Santa Maria, com as coordenadas 37° 57' 26,58'' Lat. N; 7° 35' 51,15'' Long. W Gr. (fig. 1). Situa-se a cerca de 50 m a Nordeste da horta que lhe dá o nome, sendo ladeado, a Este, pelo Barranco da Retorta. Insere-se num esporão alongado

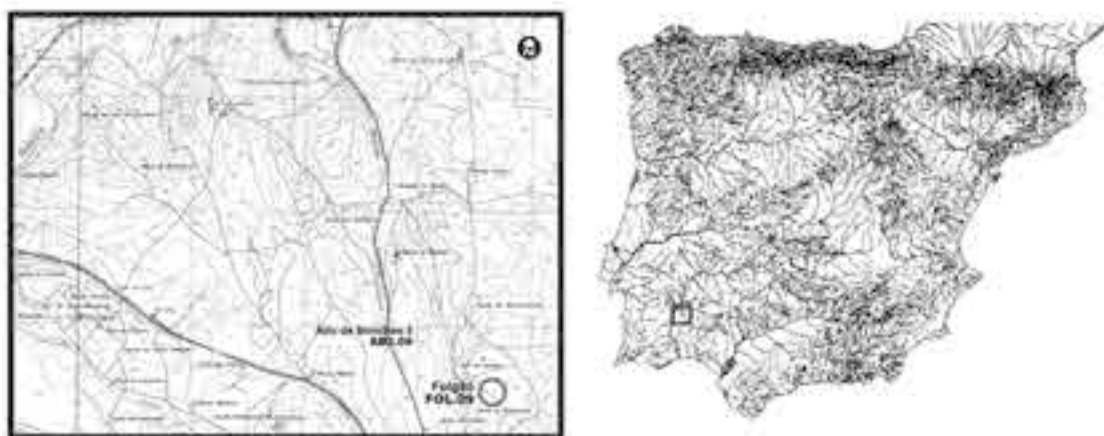


Fig. 1 – Localização do sítio da Horta do Folgão/Alto de Brinches 3 na Península Ibérica e na CMP 522.

e aplanado, de pendentes suaves, parcialmente cultivado com cereais de sequeiro, a Oeste, enquanto a Este domina o plantio de olival. Apesar de algo camuflado na paisagem, possui um excelente domínio visual sobre as veigas férteis existentes a Sudeste e a Norte. A Sul, o domínio visual da paisagem é cortado pela actual vila de Serpa, da qual dista aproximadamente 600 m em linha reta.

Geologicamente, a área em estudo é constituída por rochas de composição gabro-diorítica, o denominado complexo Gabro-Diorítico de Serpa-Brinches, numa extensão aproximada de 60 km² que, por vezes, metamorfizam os calcários cristalinos do Pré-Cambrico (Oliveira, 1980). A drenagem superficial apresenta escoamento para oeste, sendo as linhas de água na maioria temporárias, à exceção dos principais «barrancos» onde, no período estival, é possível encontrar um pequeno caudal. As principais linhas de água permanentes responsáveis pela drenagem de toda a área do complexo gabro-diorítico são a Ribeira do Enxoé e o Rio Guadiana (Paralta e Francés, 2000, p. 31).

A Horta do Folgão é, muito provavelmente, um prolongamento para Sudeste de um sítio muito maior – o Alto de Brinches 3 – implantado na área, hoje em dia, ocupada pelo reservatório de Serpa. Neste foram escavadas cerca de duas centenas e meia de estruturas negativas de diversos períodos, desde o Neolítico Final/Calcolítico até à Idade do Ferro (Alves *et al.*, no prelo). A área por nós intervencionada mais não será que um núcleo periférico do Alto de Brinches 3 (ver fig. 2). No entanto, aqui, na Horta do Folgão, onde também se registaram diversas estruturas negativas, estas são atribuídas, como veremos, na sua maioria, à Idade do Bronze.

À superfície do núcleo Horta do Folgão eram apenas visíveis fragmentos residuais de restos de talhe em quartzito (indiciadores de uma ocupação de cronologia pré-histórica), para além de cerâmica comum e de construção de época romana (*tegulae e imbrices*), com uma aparente concentração deste tipo de vestígios num pequeno esporão voltado à Horta do Folgão e ao Barranco da Retorta. Esta ocupação de época romana surge, aparentemente, identificada na Carta Arqueológica do Concelho de Serpa (Lopes *et al.*, 1998, n.º 148) como um pequeno sítio romano, considerado como uma pequena edificação na dependência da *villa* romana do Olival da Peste (localizada fora do actual perímetro urbano da cidade de Serpa). Uma observação do local permite comprovar as afirmações dos autores da Carta Arqueológica relativamente à



Fig. 2 – Fotografia extraída do *Google Earth* com indicação do sítio Horta do Folgão/Alto de Brinches 3.

presença do espólio arqueológico romano, permanecendo, todavia, por referir a presença abundante de indústria lítica (pedra lascada) nas encostas a Poente da área intervencionada, facilmente observável nos muros resultantes da despedregada dos terrenos por via da atividade agrícola.

O sítio arqueológico foi afetado por duas infraestruturas do projecto, nomeadamente o canal adutor de Guadalupe, que atravessou o sítio no sentido SE-NW, e a conduta do sistema de rega secundário C1.1.1 Norte Baixo, que o atravessou no sentido E-W. A área de intervenção foi restrita aos corredores necessários à implantação das referidas estruturas (fig. 3).

A Horta do Folgão foi, numa primeira fase, alvo de uma minimização prévia, que decorreu a cargo da empresa *Archeoestudos*, Investigação Arqueológica, L.^{da} As sondagens de diagnóstico, efetuadas por aquela empresa, incidiram sobre um esporão alongado de encostas suaves, fronteiro ao Monte da Horta do Folgão e

à cidade de Serpa. Segundo a Base de Dados *Endovélico* do IGESPAR, durante a realização dessas sondagens não se detetaram estruturas positivas. Contudo, escavaram-se depósitos e níveis arqueológicos, por vezes associados a derrubes, que indiciam a existência deste tipo de estruturas. Foi ainda escavada uma área aproximada com cerca de 100 m², na qual existia uma grande concentração de estruturas negativas e uma série de valados. A dimensão da maioria das fossas e de outras estruturas negativas escavadas pela *Archeoestudos* era da ordem dos 2 m de profundidade e com 1,5m de diâmetro máximo, no caso das fossas. Segundo a mesma fonte, as estruturas negativas e níveis sedimentológicos escavados foram enquadrados no período Romano/Tardo Romano. É mencionado, ainda, o aparecimento de fossas com cronologias do III e II Milénios a. C., mas sem mais especificações.



Fig. 3 – Planta geral da área intervencionada na Horta do Folgão.

Tendo em conta este desiderato, a intervenção arqueológica levada a cabo na Horta do Folgão, sob a responsabilidade da primeira signatária deste estudo, visou os seguintes objetivos:

- A análise e registo da estratigrafia e de eventuais estruturas positivas ou negativas que se tenham preservado com vista ao estabelecimento de sequências e tipologias da ocupação do local;
- A recuperação, de forma devidamente contextualizada, do espólio associado à sequência estratigráfica identificada e o seu estudo posterior;
- Inserção dos dados obtidos nos quadros gerais das problemáticas inerentes a este tipo de sítios e de horizontes temporais, marcados, até há bem pouco tempo, por uma aparente ausência no registo arqueológico do Sudoeste Peninsular, devido à invisibilidade do tipo de estruturas negativas identificadas.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A formação da camada superficial do sítio resultou naturalmente do uso agrícola recente do solo, o qual certamente terá contribuído para a destruição de estruturas e contextos arqueológicos, sobretudo, mas não exclusivamente, dos períodos de ocupação mais recentes. Por outro lado, durante a decapagem efetuada na área das condutas a implantar e que permitiu detetar as estruturas negativas, o topo de algumas destas encontrava-se truncado, devido às ablações sofridas, impedindo a perceção exata das suas dimensões e morfologia.

O sítio foi dividido em dois setores: o setor I, correspondente à área da implantação da conduta 1.1.1., e o setor II, à área de implantação do canal adutor de Guadalupe (fig. 3).

Numa primeira fase, atribuiu-se uma atenção especial ao registo da estratigrafia dos perfis postos a descoberto pelas máquinas (de ambos os lados das valas). Assim, procedeu-se a uma limpeza sumária dos cortes, a que se seguiu o desenho dos respetivos perfis nas áreas avaliadas como mais significativas, particularmente no setor II (dada a especificidade de contextos a intervencionar), no sentido de detetar e registar possíveis similitudes/continuidades estratigráficas, procedimento este que viria a apoiar o desenvolvimento dos trabalhos e a interpretação estratigráfica da zona em questão. Após o registo, avançou-se para uma metodologia intrusiva que se afigurou, neste caso, como a única capaz de esclarecer os contextos arqueológicos mais complexos e minimizar os impactes negativos da implantação das condutas.

Desta forma, procedeu-se à marcação de 24 quadrículas (fig. 3) que permitiram a abertura de sondagens arqueológicas de avaliação (sondagens 13 e 20) e de escavação integral até ao substrato geológico (restantes 22 sondagens). A

escavação avançou seguindo os procedimentos inerentes à utilização da Matriz de Harris, decapando gradualmente as unidades estratigráficas e registando-as em diagrama com a respetiva caracterização. No setor II, nas sondagens 16, 18 e 23, procurou-se estabelecer a inter-relação das unidades estratigráficas observadas na nossa intervenção com as registadas na intervenção prévia da empresa *Archeoestudos*. Mantiveram-se, por isso, banquetas estratigráficas entre as sondagens da fase de minimização prévia e as nossas.

Todas as unidades estratigráficas (adiante designadas por u.e.) foram cotadas, representadas em corte e em plano e registadas em suporte fotográfico. A metodologia utilizada para a escavação das estruturas negativas, após a sua identificação dentro da área das sondagens, implicou a sua subdivisão em duas metades, decapadas sequencialmente. Nas sondagens 13, 16, 18, 23 e 24 o método utilizado foi o de «*open area*», pois tratavam-se de depósitos arqueológicos não associados diretamente a estruturas negativas. Durante a escavação da sondagem 18 verificou-se a existência de uma estrutura negativa, de cronologia mais antiga, cortada pelas ocupações de época histórica do sítio, o que implicou o recurso a uma metodologia de escavação idêntica à acima exposta para as restantes estruturas negativas, de origem antrópica, escavadas.

As estruturas negativas que foram objeto de intervenção apresentam tipologias e funções diversas. Podem, no entanto, agrupar-se em dois conjuntos: fossas tipo «silo»¹ e hipogeus, compostos por câmara e antecâmara. As estruturas identificadas parecem compartilhar entre si o mesmo espaço, não se detetando, na área intervencionada, indícios de uma planificação do espaço que diferencie ou crie agrupamentos dos distintos tipos de estruturas negativas escavadas.

2.1. As fossas tipo «silo»

As fossas identificadas durante a intervenção arqueológica de campo estão, no geral, mal conservadas, não superando, na maioria dos casos, profundidades superiores a 0,70 m. São estruturas de planta circular, fundo côncavo, secções de tendência troncocónica ou globular, com diâmetros que não ultrapassam os 1,5 m. O processo de ablação severo sofrido pela parte superior de algumas das fossas não permitiu, por vezes, atribuir um tipo de secção concreta a estas estruturas, pela ausência do colo ou abertura da boca. Por outro lado, em nenhuma delas se conseguiu detetar qualquer elaboração especial das paredes com a finalidade de, por exemplo, prepará-las para acumulação e conservação de alimentos, o que permitiria a sua interpretação como silos.

¹ Optou-se por esta designação, tal como se tinha feito anteriormente (Santos *et al.*, 2008, 2009), para uma maior facilidade de distinção de outras tipologias como, por exemplo, as das fossas correspondentes aos designados «fundos de cabana» ou as das fossas para lareiras.

No preenchimento das fossas identificaram-se distintos momentos de acumulação de sedimentos, traduzidos em depósitos de enchimento de matriz por vezes solta mas, na maioria das vezes, extremamente compacta. Registaram-se, por vezes, pequenos carvões no seu enchimento, o que poderá ser indício de fogos de limpeza ou, apenas, de simples transporte de cinzas e carvões para o interior das estruturas. Existem, ainda, enchimentos (caso das «fossas» identificadas nas sondagens 21, 19 e 3) que, ao serem constituídos, em exclusividade, por uma concentração pétreo de calhaus e blocos de diorito, xisto e calcário, mesclados com argila, configuram autênticas «carapaças» pétreas de funcionalidade e cronologia desconhecidas.

Registe-se ainda o caso da fossa identificada na sondagem 7 (fig. 4) onde, ao nível da base, no lado Sul, se escavaram alguns nichos de forma hemisférica, que poderão ter servido como local de encaixe de uma possível estrutura de cobertura, com troncos em madeira, o que permite equacionar uma funcionalidade de natureza artesanal. Por outro lado, em duas fossas, identificadas nas sondagens 8 e 21, recolheram-se dois fragmentos de mó manual com claros indícios de utilização.

No que diz respeito às medidas/volumes destas estruturas, o estado de conservação, já referido, das mesmas não permite aferir a sua real capacidade.

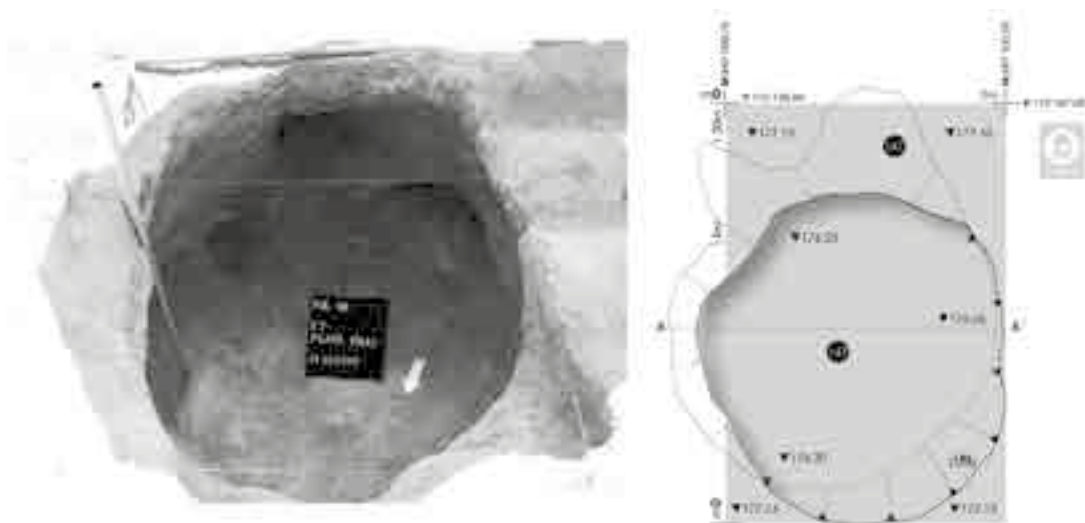


Fig. 4 – A fossa tipo “silo” da sondagem 7, com os nichos de forma hemisférica ao nível da base.

2.1.1. Espólio recolhido nas fossas

Uma análise sucinta, e ainda preliminar, ao espólio recolhido nos enchimentos das distintas fossas, na sua quase totalidade constituído por cerâmica, permite tecer, desde já, algumas considerações. Em termos formais (ver fig. 5) e tecnológicos existe uma grande homogeneidade da cerâmica recolhida em todas as fossas tipo «silo» escavadas, o que argumenta a favor da sua inclusão no mesmo hori-

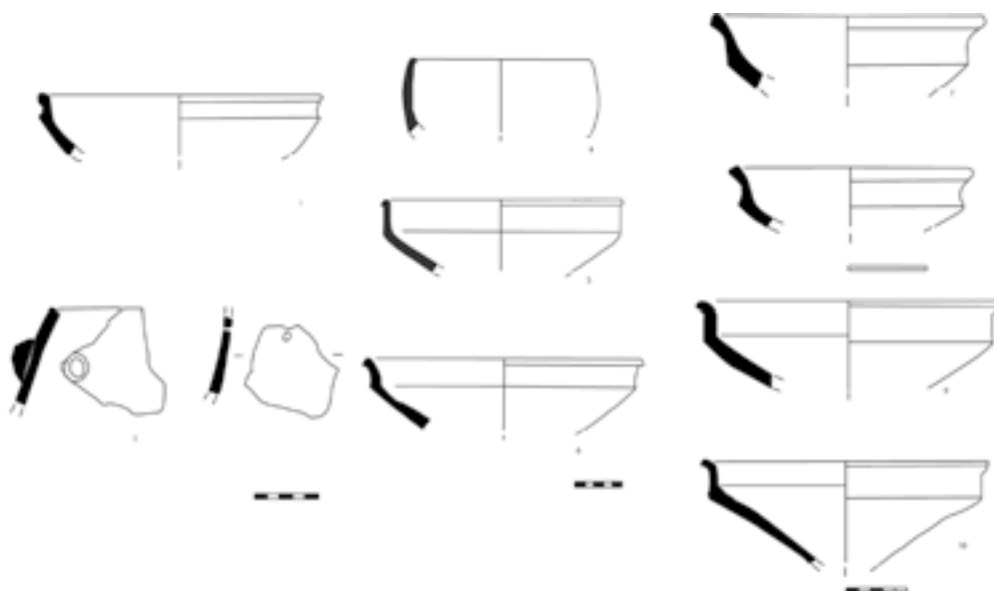


Fig. 5 – Cerâmica proveniente das fossas tipo "silo" da Horta do Folgão.

zonte temporal. As peças foram manufaturadas à mão, predominando as cozeduras irregulares e redutoras. Individualizaram-se dois grandes grupos de pastas, associadas a diferentes morfologias e tratamento de superfícies. Um primeiro tipo corresponde a pastas de textura friável, pouco depuradas, com frequentes elementos não plásticos, por vezes ultrapassando os 4 mm. Os acabamentos geralmente são grosseiros, com as superfícies simplesmente alisadas. Este tipo de fabrico surge, morfologicamente, associado a recipientes de fundo plano e/ou recipientes de perfil globular com bordo normalmente extrovertido, assim como a tigelas de paredes reentrantes. O segundo tipo de fabrico, mais cuidado, corresponde a pastas mais depuradas e compactas, normalmente associadas a superfícies polidas, espatuladas e brunidas, por vezes com aplicação de aguadas e engobes de cor acastanhada ou avermelhada. Morfologicamente, associa-se a taças de carena alta, com diferentes variações a nível do bordo ou mesmo da carena, surgindo esta com maior ou menor acentuação. Sublinhe-se o predomínio das formas carenadas sobre as restantes morfologias cerâmicas.

No que diz respeito à decoração, apenas se recolheu um fragmento de vaso de bordo introvertido e corpo globular, de fabrico grosseiro, decorado com um mamilo (se considerarmos essa aplicação plástica como decoração). Registe-se ainda a presença de um fragmento de recipiente com um orifício de suspensão, de fabrico cuidado, o qual aparenta pertencer a um vaso de perfil sinuoso, com o bordo ligeiramente extrovertido e bojo de carena pouco acentuada, com a parte superior levemente convexa, quase direita, inclinada para dentro, e a parte inferior convexa, inclinada para fora.

2.2. Os Hipogeus

Foram identificados na Horta do Folgão três monumentos funerários de tipo hipogeu, escavados no substrato geológico, constituídos por câmara e antecâmara, dois deles com planta integrável na forma 5 e o terceiro na forma 2 de Alves *et al.* (2010) e com marcadas dissemelhanças, como veremos, ao nível da arquitetura de pormenor dos monumentos, do ritual e do espólio associado às inumações.

2.2.1. Hipogeu 1

O hipogeu 1 (figs. 6 e 7) localiza-se no setor I, sondagem 4, com orientação sensivelmente a SE-NO. O acesso realizava-se através de uma fossa de planta circular e fundo côncavo de formato globular, com ligeiro estrangulamento no topo. O diâmetro era de cerca 1,20 m e a profundidade conservada de 0,88 m. A passagem do poço de acesso para a câmara fazia-se por um pequeno desnível de 0,07 m de altura, tendo a passagem sido selada por um conjunto de lajes e blocos pétreos em gabro e xisto, aplicados na vertical, envolvidos por uma terra argilosa de cor mais enegrecida e de aspeto algo gorduroso. A câmara (u.e. [174]) era de planta circular com cerca de 1,20 m de diâmetro e profundidade conservada



Fig. 6 – Aspecto final do hipogeu 1.

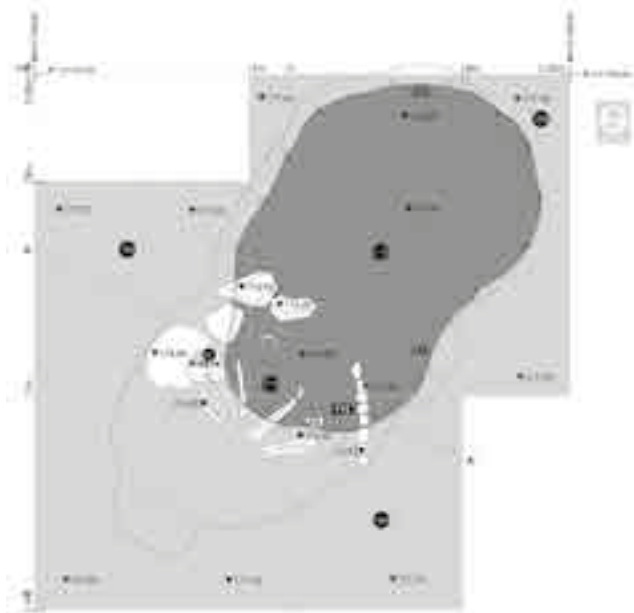


Fig. 7 – Planta final do hipogeu 1. Note-se a estruturação do espaço onde foi realizada a inumação.



Fig. 8 – A inumação do hipogeu 1.

de 1 m. Na extremidade Sudoeste da câmara, a cerca de 0,40 m da cota de solo, existia um nicho escavado na parede da estrutura com 0,44 m de comprimento por 0,20 m de profundidade, de funcionalidade desconhecida. A Oeste, a rocha virgem do fundo da câmara foi afeiçoada formando uma pequena plataforma, com 5 cm de altura e 20 cm de largura, sobre a qual colocaram uma laje onde o crânio da inumação foi depositado. A inumação (figs. 7 e 8) correspondia a um indivíduo jovem, com idade compreendida entre os 15-19 anos. Este tinha sido inumado em *decubitus* lateral (posição fetal) com as mãos ao nível do crânio. O crânio, deitado sobre a face lateral direita, estava orientado a Sudeste. Por debaixo do crânio foi colocada uma pequena laje, tosca, como que a servir de almofada. No seguimento desta laje, a contornar a inumação, foram colocados três elementos pétreos e um cordão em relevo, efetuado com pequenos blocos pétreos argamassados com o sedimento geológico local (ver fig. 7). Não foi registado qualquer espólio associado à inumação.

2.2.2. Hipogeu 2

O segundo hipogeu implantava-se na intersecção da conduta 1.1.1. com o adutor de Guadalupe, a cerca de 40 m do primeiro hipogeu, em direção a Oeste. Tratava-se duma estrutura orientada E-O, com poço de acesso (u.e. [097]), escavado no substrato geológico, de paredes troncocónicas divergentes e planta ligeiramente oval com as seguintes dimensões: eixo longitudinal N-S 2,20 m; eixo transversal E-O 2,40 m; profundidade conservada 1,60 m. A câmara (u.e. [101]) possuía também planta ovalada com as seguintes dimensões: eixo longitudinal N-S 2,00 m; eixo transversal E-O 1,00 m; profundidade conservada 1,50 m. A entrada para a cripta de inumação foi selada com duas grandes lajes em xisto, verticalizadas, às quais adicionaram blocos de gabro e diorito, de menores dimensões, dispostos também em cutelo, de forma a reforçar a solidez do conjunto. Por fim, revestiram as lajes com o mesmo tipo de camada argilosa, de cor preta e algo oleosa, detetada no hipogeu 1. Previamente à amortização final do hipogeu, a inumação foi coberta com sedimento idêntico ao da matriz geológica, dado que as lajes que selavam a cripta assentavam sobre este nível de sedimentos. A acentuar a diferenciação entre a câmara e a antecâmara, o substrato geológico foi talhado formando como que um degrau com cerca de 0,45 m de largura e 0,20 m de profundidade máxima em relação ao nível do solo da antecâmara.

A inumação detetada no interior da cripta pertencia a um indivíduo adulto, de sexo feminino, colocado em decúbito lateral direito, em posição fetal, com o crânio orientado a Este e os braços ao nível da face (fig. 9). O cadáver foi depositado no canto Sudeste da cripta, rodeado a Oeste por uma cintura de blocos pétreos de gabro, que formava com a parede da câmara um recinto de morfologia subcircular com as dimensões de 1,20 m (SO-NE) por 0,68 m (E-O).

Associada a esta inumação foi recolhida uma taça carenada, tipo Atalaia, de paredes finas e superfícies brunidas, a qual se encontrava depositada no exterior da cintura de pedras que rodeava o enterramento. Além desta taça, encontrava-se depositado, no interior da cintura de pedras, ao nível do crânio, um recipiente com asa, de carena baixa e fundo côncavo, e, próximo deste, um pequeno punção metálico coberto de produtos de corrosão esverdeados (fig. 10).

A intervenção permitiu reconstituir alguns elementos da sequência operativa de gestos e rituais que envolveu a deposição funerária, pois revelou que o segundo recipiente terá sido colocado sob o crânio (o qual se encontrava muito fragmentado), uma vez que, quer nas terras ainda preservadas no interior do recipiente, quer a cobrir o elemento de suspensão do vaso (asa), se encontravam fragmentos de calote craniana, que foi necessário remover para retirar o artefacto cerâmico. Este facto indicia que a deposição do espólio funerário se realizou previamente à colocação do crânio, o que sugere a manipulação do cadáver. Por outro lado, ao nível do



Fig. 9 – A inumação do hipogeu 2.

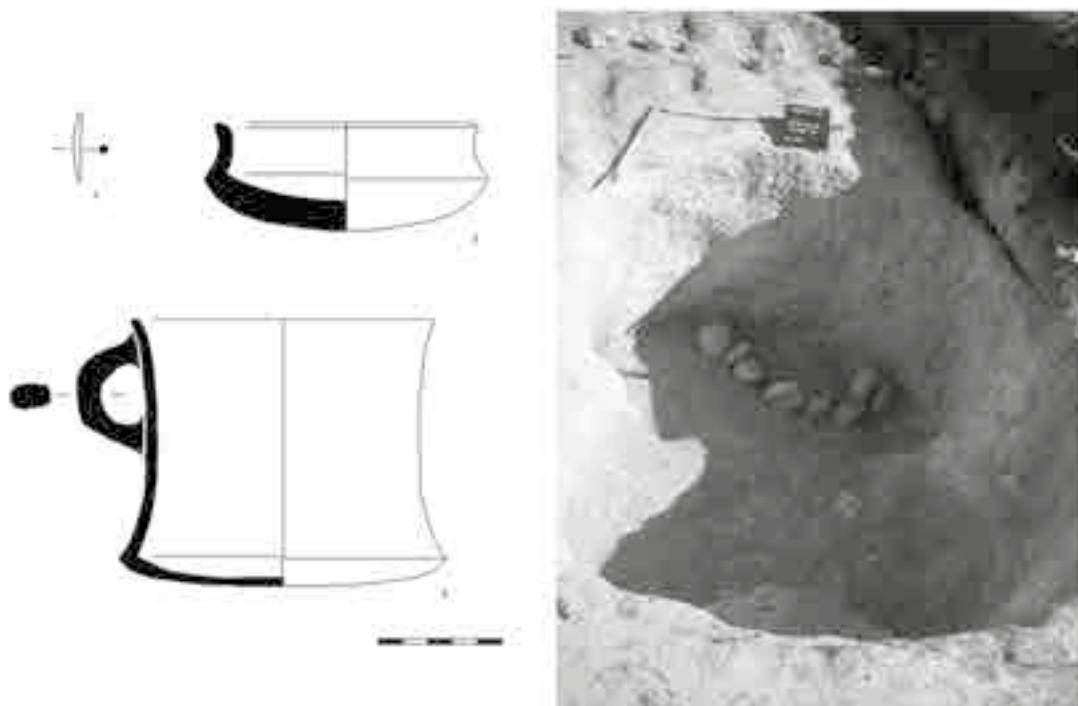


Fig. 10 – Espólio recolhido no hipogeu 2 e aspeto do monumento no final da escavação.

crânio, surgiu no interior da cintura de pedras referida um segundo elemento pétreo que, inicialmente, se pensou ter sido depositado sobre o crânio e originado o esmagamento deste. Todavia, a escavação demonstrou que este não se sobrepuña ao crânio mas, sim, apenas se encostava a ele.

2.2.3. Hipogeu 3

Entre os hipogeus escavados, o hipogeu 3 destacou-se dos restantes pela arquitetura e espólio exumado. Tratava-se de um monumento funerário, com uma



Fig. 11 – Hipogeu 3 – vista geral da antecâmara no final da escavação.

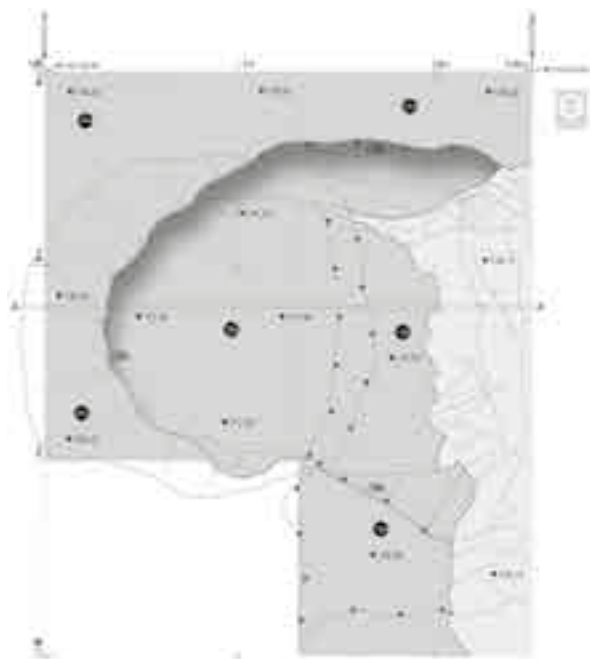


Fig. 12 – Hipogeu 3 – planta final do monumento.

deposição também individual, constituído por câmara e antecâmara, com orientação E-O, cuja entrada se fazia através de um poço escalonado, talhado no substrato geológico (fig. 11). O hipogeu possuía de eixo longitudinal 2,50 m; de eixo transversal 2,00 m e de profundidade máxima conservada 1,50 m. A câmara (fig. 12) era de planta circular e o fundo, aplanado, ocupava uma área de 2,24 m². A antecâmara ou poço de acesso à cripta de inumação era de formato subretangular, tendo sido talhado numa zona onde aflorava um veio xistoso, o qual foi desbastado de forma a facilitar, com a construção de degraus toscos, o acesso à câmara. A antecâmara tinha 1,40 m de comprimento e 1,00 m de largura. Os degraus, talhados no veio de xisto e no calcário encaixante, apresentavam variações em termos de largura e altura, com valores médios da ordem de 0,5 m e de 0,1 m, respetivamente.

O hipogeu foi preenchido por distintos tipos de sedimentos, tendencialmente horizontais. A sequência estratigráfica, de acordo com a ordem inversa à da sua deposição (ver fig. 13), era constituída por um primeiro sedimento (u.e. [040]), de cor castanho-clara, misturado com nódulos de calço, o qual, à primeira vista, não se distinguia do solo circundante; seguia-se-lhe um sedimento argiloso (u.e.

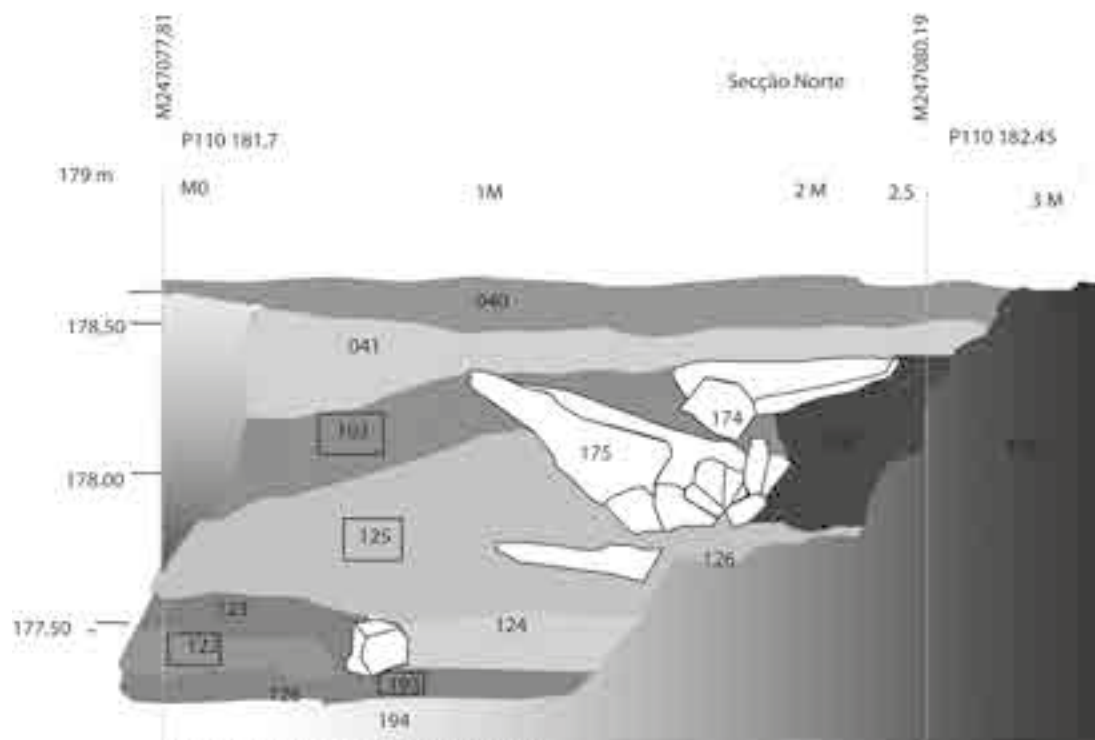


Fig. 13 – Hipogeu 3 – sequência estratigráfica.

[041]), algo plástico enquanto húmido e granuloso depois de seco. Com a remoção deste sedimento, no limite Este do interface, atingiu-se o substrato geológico (xisto), enquanto na restante área surgiu uma primeira laje em xisto, de formato subtriangular (u.e. [174]), cujo vértice estava apontado a Este, e à qual se associavam, sobrepondo-a, elementos pétreos de pequena e média dimensão, aglutinados por uma terra argilosa de cor negra. Este conjunto pétreo cobria as u.e.'s [102] e [175]. Levantada a u.e. [174], surgiu um novo monólito em rocha calcária (u.e. [175]), de vértice triangular, com o vértice apontado a Oeste (fig. 14). A colocação deste monólito de grandes dimensões (eixo E-O 1,20 m, eixo S-N 0,90 m, com 0,50 m de espessura na base e 0,10 m de espessura no vértice) parece ter implicado a deposição de uma camada de argila preta, de aspecto gorduroso,



Fig. 14 – Hipogeu 3 – o grande monólito, possível menir, que selava a câmara, ainda *in situ*.

bem como elementos pétreos colocados de cutelo, na extremidade Este, ligados pela referida argila, de forma a travar o monólito. Este mostrava vestígios de ter sido desbastado numa das superfícies, o que sugere, tendo em conta também a sua forma e dimensão, que se poderá tratar de um menir reaproveitado. O depósito argiloso, que envolvia o monólito, estendia-se, de uma forma uniforme, em direção ao limite Oeste da estrutura negativa, selando a câmara. Esta grande pedra, disposta intencionalmente de forma inclinada e não ereta, ao selar a cavidade de inumação, demarcou a existência de dois espaços diferenciados funcionalmente: o poço de acesso e a cripta de inumação. Uma vez removido o monólito e a u.e. [103], surgiu um novo sedimento (u.e. [125]) que preenchia o interior da câmara de inumação, com coloração e textura idênticas ao do existente nos interstícios dos calcários, nos quais o monumento foi parcialmente escavado. As características deste sedimento indicavam que parte do enchimento da cripta foi efetuado com os sedimentos provenientes da sua abertura, apenas se distinguindo dos que se encontram *in situ* pela presença de infiltrações de raízes. Por baixo da u.e. [175] e envolvida pela u.e. [125] (ver fig. 13) surgiu uma terceira laje de dimensões inferiores às anteriormente citadas. Por esta altura, dadas as características morfológicas da estrutura negativa, assim como as particularidades dos seus níveis de enchimento, que denotavam uma intenção firme de selar o acesso ao interior da câmara, aliadas à ausência de espólio nos níveis de enchimento, todos estes fatores levavam a intuir a presença, por debaixo destes níveis, de alguma inumação.

Removida a u.e. [125], surgiu, na base da câmara, um alinhamento de pedras de pequena e média dimensão (u.e. [124]), o qual dividia em dois o espaço interno da cripta funerária (fig. 15). Paralelo a este primeiro alinhamento e no



Fig. 15 – Hipogeu 3 – a câmara no final da escavação. Note-se a estruturação do espaço onde foi realizada a inumação.

espaço compreendido entre a u.e. [124] e a parede de limite Oeste da cripta surgiu uma segunda fiada constituída, apenas, por dois blocos de gabro. De modo idêntico ao que ocorria no hipogeu 2, atrás de um destes elementos pétreos surgiu o único recipiente cerâmico associado ao enterramento: uma tacinha carenada, com asa, de paredes finas e superfícies brunidas (fig. 16). Por outro lado, no espaço definido pelo alinhamento de pedras (u.e. [128]) e a parede Oeste da cripta apareceu uma mancha de cor escura de formato retangular

(u.e. [122]), a qual poderá corresponder a vestígios orgânicos relacionados com a deposição do cadáver. Removida esta u.e. surgiu finalmente a inumação (u.e. [127]) de um indivíduo (fig. 17). Este foi inumado ladeado parcialmente pelos blocos pétreos atrás referidos, dispostos horizontalmente, nas regiões da cabeceira e lateral direita, ou seja, a Oeste. Foi deposto em posição de decúbito lateral esquerdo, assumindo a posição fetal, com o crânio orientado a Sul e as extremidades dos membros inferiores a Norte, encontrando-se os membros superiores e inferiores fletidos. Um dos blocos de gabro da segunda fiada, atrás referida, foi depositado ao nível da face do crânio da inumação detetada, à semelhança do sucedido no hipogeu 2.

Do esqueleto axial do indivíduo inumado estavam ausentes as vértebras, as costelas e o esterno. Do apendicular, encontravam-se ausentes mãos e pés. Destaque-se, ainda, a severa fragmentação das peças ósseas, relacionada com alterações destrutivas da superfície óssea, atribuíveis à acidez do ambiente de enterramento e/ ou à ação das raízes das plantas, com estas últimas a apresentarem um maior potencial de destruição tafonómica, já que excretam ácidos orgânicos que conduzem à dissolução da matéria mineral de ossos e dentes.

No entanto, a análise bioantropológica permitiu concluir que os restos ósseos pertenceriam a um adulto, uma vez que o processo de fusão epifisiária se encontrava completo, não sendo, contudo, possível um enquadramento etário mais preciso dada a fraca preservação dos mesmos. A elevada fragmentação dos ilíacos e do crânio não permitiu uma diagnose sexual segura. Não obstante, a medida obtida em laboratório para o diâmetro ântero-posterior ao nível do buraco nutricional da tíbia esquerda (39,96 mm) indica que se trata, muito provavelmente, de um indivíduo do sexo masculino. Possuiria uma estatura de aproximadamente $157,16 \pm 6,96$ cm (Mendonça, 2000). Porém, esta estimativa deverá ser encarada com muitas reservas pois foi determinada a partir de medidas osteométricas obti-



Fig. 16 – Hipogeu 3 – dádiva funerária em cerâmica.



Fig. 17 – Hipogeu 3 – a inumação.

das em campo para o comprimento máximo do fémur esquerdo, dado que, em laboratório, devido ao elevado estado de fragmentação dos ossos longos, não foi possível obter comprimentos máximos e/ ou fisiológicos para os mesmos.

Sobre os membros inferiores da inumação encontrava-se uma espada em liga de cobre, de folha triangular e de encabamento com rebites (fig. 18). A espada mede de comprimento 46,6 cm, sendo a sua espessura – cerca de 4 mm – muito uniforme, apenas com um afilamento bem perceptível no gume, o que origina uma secção hexagonal muito achatada para a folha da espada. Não existe uma zona ou linha de transição entre a folha da espada e a sua área de encabamento. Esta, com dimensões máximas de 5,5 cm de largura (também largura máxima da espada) por 3,6 cm de comprimento, reconhece-se pelos orifícios para os

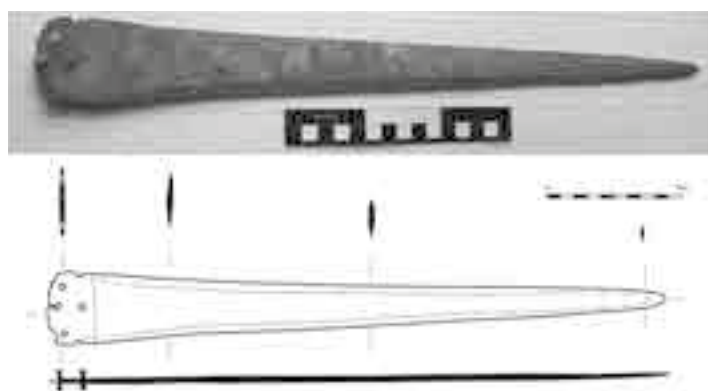


Fig. 18 – Hipogeu 3 – a espada.

rebites de encabamento e por uma diferente espessura e textura macroscópica da camada de corrosão. Dois dos rebites foram encontrados *in situ* (ver fig. 18), tendo sido recuperados soltos mais quatro. Nenhum destes quatro rebites teria sido utilizado em qualquer dos dois orifícios não ocupados do interior da zona de encabamento, dado que as extremidades achatadas de qualquer deles têm um diâmetro superior ao diâmetro de qualquer dos orifícios livres.

Por isso, os quatro rebites encontrados soltos estariam colocados em quatro dos cinco orifícios/reentrâncias existentes na periferia da zona de encabamento. Provavelmente, os dois orifícios encontrados livres nunca terão sido preenchidos, pelo que a rebitagem desta espada terá sido efetuada apenas com seis rebites.

3. ANÁLISES ARQUEOMÉTRICAS

3.1. Análises arqueometalúrgicas

O conjunto de artefactos metálicos recolhidos nas intervenções arqueológicas nos hipogeus é composto por um pequeno punção e por uma magnífica espada, em muito bom estado de conservação, com encabamento por rebites, dos quais foram recuperados seis. O estudo destes materiais consistiu na utilização integrada de métodos não invasivos e técnicas de micro-análise, de forma a esta-

belecer a sua composição elementar, bem como de técnicas de observação micro estrutural para determinar a cadeia operatória utilizada no processo de fabrico.

Num primeiro passo, os metais foram analisados, sem qualquer tipo de preparação prévia, pela técnica de espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (EDXRF). As análises foram efetuadas num espectrómetro KEVEX 771, permitindo avaliar de uma forma expedita os principais elementos químicos presentes nos artefactos. No caso da espada, analisou-se apenas uma pequena amostra da sua camada superficial de corrosão, dado que as elevadas dimensões deste artefacto impediam a sua colocação dentro da câmara de análise. A metodologia de análise por EDXRF encontra-se descrita com mais detalhe em Araújo *et al.* (1993).

Em seguida, o punção, a espada e um dos rebites foram preparados para as diversas micro análises. Essa preparação consistiu na limpeza e polimento de áreas diminutas ($\varnothing < 5$ mm) em cada um dos artefactos. No caso da espada, foram seleccionadas quatro áreas de estudo, enquanto que no pequeno punção foi preparada apenas uma área. Estas zonas foram previamente limpas dos produtos de corrosão e polidas através da utilização de cotonetes de algodão impregnados de pasta de diamante de grão sucessivamente mais fino (15 μ m, 8 μ m e 1 μ m). O rebite foi montado em resina, sendo posteriormente polido com diversas lixas de SiC (P1000, P2500 e P4000) e pastas de diamante (1 μ m e 1/4 μ m).

A composição elementar dos artefactos foi determinada por micro espectrometria de fluorescência de raios X dispersiva de energias (micro-EDXRF) sobre as áreas preparadas. Cada uma destas áreas foi analisada num espectrómetro ArtTax Pro em três «pontos» ($\varnothing < 100$ μ m) distintos. A metodologia de análise e quantificação, incluindo os limites de deteção, encontram-se publicados em Valério *et al.* (2007). As superfícies preparadas para análise foram igualmente observadas por microscopia óptica (MO), recorrendo-se para o efeito a um microscópio ótico Leica DMI 5000M. Tal permitiu identificar as características microestruturais e as cadeias operatórias utilizadas no processo de fabrico dos artefactos, sendo esta caracterização microestrutural complementada, nos casos do punção e do rebite, por análises de microscopia eletrónica de varrimento com micro análise por raios X (SEM-EDS). Estas análises foram efectuadas num microscópio electrónico Zeiss DSM 962 com espectrómetro EDS, INCAx-sight da Oxford Instruments. As metodologias de análise por MO e SEM-EDS encontram-se descritas em Valério *et al.* (2010).

3.1.1. Composição elementar dos artefactos metálicos

As análises preliminares por EDXRF indicaram que os artefactos metálicos da Horta do Folgão são constituídos maioritariamente por cobre, com teores relativamente semelhantes de arsénio. As análises de micro-EDXRF permitiram quan-

tificar os teores dos elementos químicos presentes nos metais ou ligas metálicas com que artefactos foram manufacturados. No caso da espada, verificou-se que as diferentes áreas analisadas originaram resultados estatisticamente semelhantes, indicando que a mesma possui uma composição elementar homogénea ao longo da sua lâmina (fig. 19).

No Quadro 1 apresentam-se os valores médios da composição elementar e respetivos desvios-padrão. Os resultados obtidos indicam que a espada e o



Fig. 19 – Resultados (médias e desvios padrão) das análises de micro-EDXRF efetuadas nas áreas #1 a #4 da espada da Horta do Folgão.

rebite analisado são constituídos por ligas de cobre arsenical, enquanto que o punção apresenta um teor em arsénio um pouco inferior ao valor usualmente considerado como o limite inferior para estas

ligas (2 %). Dado que das análises prévias por EDXRF resultaram em espectros semelhantes para todos os rebites analisados, podemos concluir que os restantes rebites da espada serão constituídos por ligas de cobre e arsénio semelhantes à do exemplar analisado por micro-EDXRF.

Artefacto	<i>n</i>	Cu (%)	As (%)	Fe (%)
Punção	3	98,4 ± 0,2	1,6 ± 0,1	<0,05
Espada	12	95,7 ± 0,5	4,3 ± 0,5	<0,05
Rebite	3	97,0 ± 0,1	3,0 ± 0,1	<0,05

Quadro 1 – Resultados de micro-EDXRF de artefactos metálicos da Horta do Folgão (média ± desvio padrão de *n* análises)

Os teores reduzidos de ferro (<0,05 %) dos artefactos da Horta do Folgão indiciam a utilização de condições relativamente pouco redutoras durante a redução dos minérios de cobre. Tais condições impedem a redução das impurezas de ferro presentes no processo, não sendo, por isso, este elemento incorporado significativamente no banho metálico.

3.1.2. Características microestruturais

As observações de MO realizadas ao punção identificaram uma microestrutura fortemente zonada (fig. 20), onde as regiões mais ricas em arsénio (áreas mais claras na fig. 20) representam as regiões mais periféricas da estrutura dendrítica primitiva.

A microestrutura do punção apresenta, além disso, grãos de tendência equiaxial, com maclas e bandas de deformação (visíveis nas áreas mais escuras da

fig. 20), indicando que o mesmo sofreu, após vazamento, trabalho de martelagem e tratamento térmico de recozimento, sendo a sua manufatura terminada com uma martelagem final.

A espada apresenta uma microestrutura relativamente homogênea dentro de cada região observada, sendo composta por grãos de tendência equiaxial com maclas (áreas #1, #3 e #4) e bandas de deformação (áreas #3 e #4) bem definidas (fig. 21). Estas características indicam que o seu processo de fabrico deverá ter incluído diversos ciclos de martelagem e recozimento, sendo finalizado com uma martelagem das zonas mais distais da lâmina. A maior deformação provocada no gume da lâmina face à sua zona central encontra-se bem patente na menor dimensão dos grãos da primeira zona face à segunda, numa clara tentativa de aumentar a dureza do gume.

O rebite apresenta uma microestrutura composta por bandas de segregação e inclusões (óxidos de cobre e arsénio) com uma morfologia muito alongada, as quais indicam que este artefacto sofreu uma elevada deformação durante a sua manufatura (fig. 22). A microestrutura apresenta igualmente grãos de tendência equiaxial resultantes do recozimento do rebite. Muito provavelmente, a operação de recozimento final visou re-amaciar o metal para facilitar a sua posterior

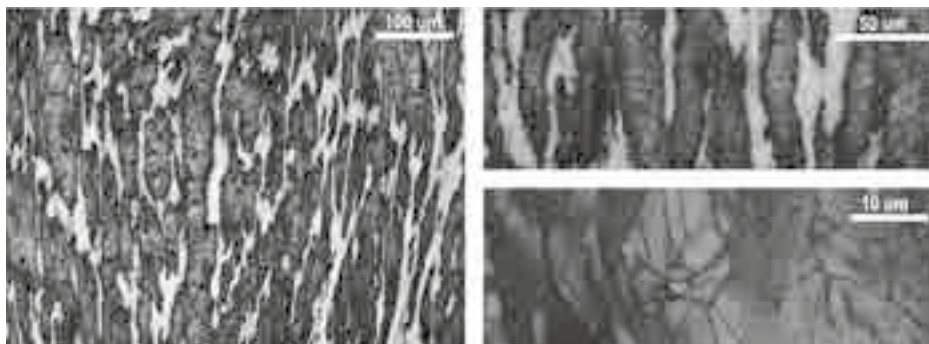


Fig. 20 – Microestrutura do punção (MO; campo claro; contraste com solução aquosa de cloreto férrico).

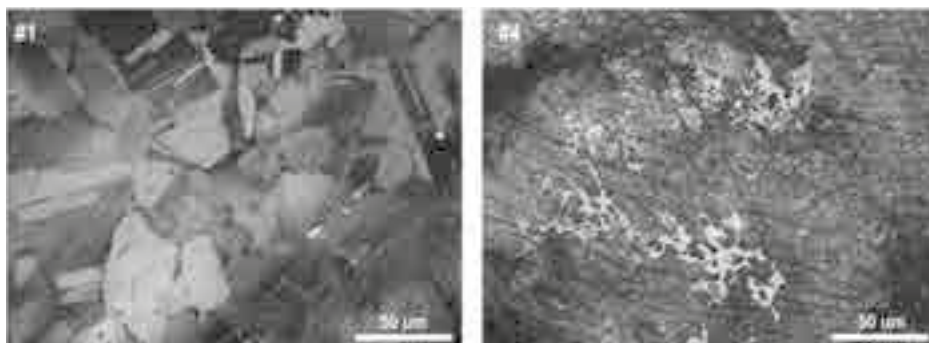


Fig. 21 – Microestrutura da espada nas áreas #1 e #4 (MO; campo claro; contraste com solução aquosa de cloreto férrico).

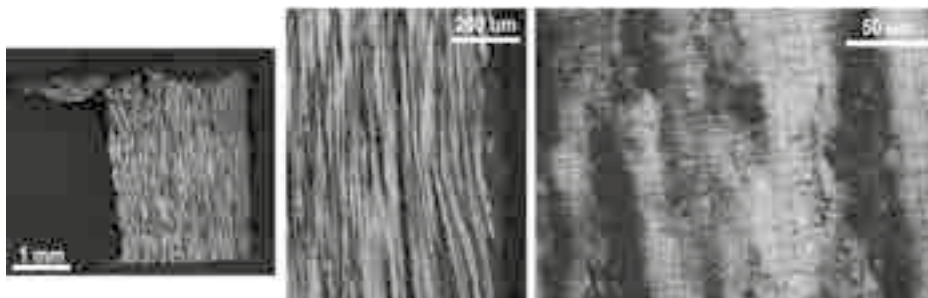


Fig. 22 – Microestrutura do rebite analisado da espada da Horta do Folgão (MO; campo claro; contraste com solução aquosa de cloreto férrico).

aplicação no encabamento da espada. A deformação provocada pelo processo de rebiteagem encontra-se bem visível na zona superior da sua microestrutura.

No quadro 2 resumem-se os principais resultados obtidos com as análises de caracterização micro-estrutural e elementar dos artefactos metálicos da Horta do Folgão.

Artefacto	As (%)	Microestrutura	Inclusões	BS	M	BD
Punção	1,6±0,1	equiaxial	Cu-As-O	P↑	P	P
Espada	4,3±0,5	equiaxial	Cu-As-O	P	P	P
Rebite	3,0±0,1	equiaxial	Cu-As-O	D	P	–

Quadro 2 – Resultados de SEM-EDS e observações de MO nos artefactos metálicos da Horta do Folgão (BS: bandas de segregação; M: maclas; BD: bandas de deformação; P: presente; D: deformação elevada)

3.2. Análises por espectroscopia de infravermelhos com transformada de Fourier (FTIR)

3.2.1. Análise da terra argilosa de cor negra e aspeto gorduroso do Hipogeu 3

Foram analisadas três amostras de terra retiradas do Hipogeu 3: a amostra A, constituída por um sedimento esbranquiçado resultante da erosão/alteração da rocha virgem; a amostra B, constituída por um sedimento de cor castanha escura, aparentemente uma mistura do sedimento anterior com a argila negra que selava a câmara do Hipogeu 3; a amostra C, constituída pelo sedimento argiloso, de cor negra e aspeto gorduroso, envolvente do grande monólito de calcário que selava a câmara.

Procedeu-se, para cada uma das amostras (com cerca de 50 g), a uma extração com éter dietílico, à temperatura ambiente, durante aproximadamente 65 horas. A extração prosseguiu durante mais 3 horas a 50 °C. Filtrou-se em seguida e levou-se o filtrado à secura a 55 °C. Os resíduos obtidos foram caracterizados por espectroscopia de infravermelhos com transformada de Fourier (FTIR).

As amostras foram analisadas num espectrómetro Thermo Nicolet, modelo Nexus® 670, acoplado a um microscópio IR Continuum. Os espectros FTIR foram adquiridos em modo de transmissão, fazendo uso de uma célula de diamante Spectra-Tech™ μ Sample Plan. Uma vez a amostra colocada na célula de diamante, esta foi posicionada no microscópio de IR, obtendo-se, em seguida, o espectro. Cada espectro FTIR é a média de 254 varrimentos obtidos com uma resolução de 4 cm^{-1} na região entre 4000 cm^{-1} e 650 cm^{-1} .

Na figura 23 encontram-se representados os espectros obtidos com as 3 amostras de terra sem se ter procedido a qualquer extração, bem como o espectro de referência de uma amostra de calcite. Verifica-se que os espectros das 3 amostras de terra permitem identificar fundamentalmente apenas a calcite como constituinte das amostras analisadas. Analisando, por sua vez, os extratos de éter etílico, observa-se a coincidência dos espectros das amostras B e C, reveladores da existência de matéria orgânica naqueles sedimentos, enquanto que a partir da amostra A não se identificou qualquer composto de origem orgânica. Comparando aqueles espectros com os obtidos com dois materiais de referência, cera branca de favo e própolis, verifica-se uma excelente concordância entre eles (figs. 24 e 25, respetivamente).

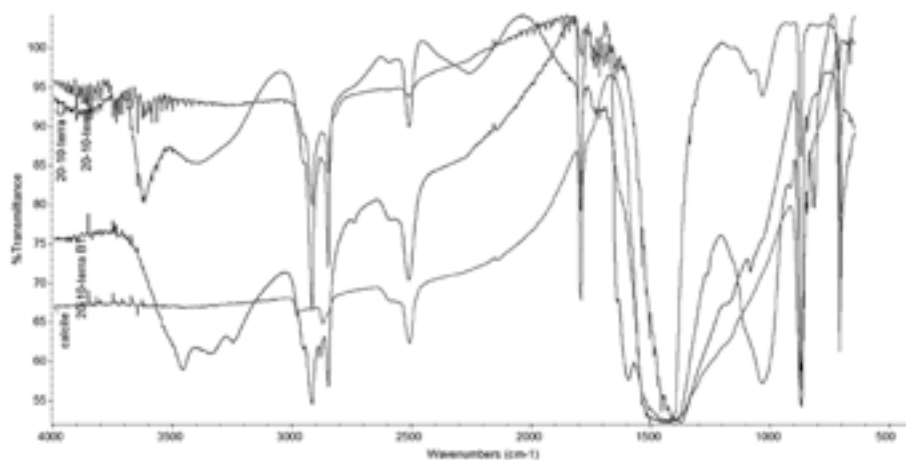


Fig. 23 – Espectros de IV das três amostras de terra retiradas do enchimento do hipogeu 3 e de uma amostra de calcite (amostra A – sedimento esbranquiçado; amostra B – sedimento de cor castanha escura, possível mistura do sedimento anterior com a argila negra que selava a câmara; amostra C – sedimento argiloso, de cor negra e aspeto gorduroso, que selava a câmara).

Existe, por conseguinte, um material orgânico – muito provavelmente, uma mistura de cera de abelha com própolis – que foi adicionado à terra argilosa a fim de lhe dar determinadas propriedades com o objetivo de selar a câmara do Hipogeu 3.

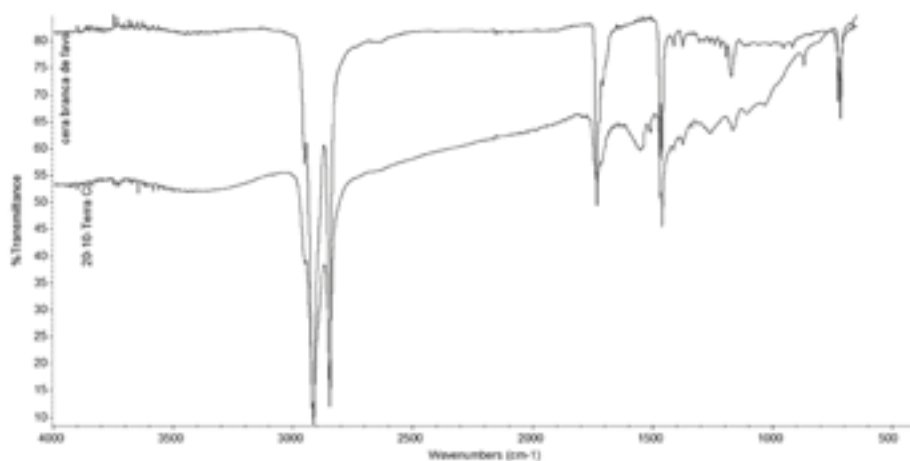


Fig. 24 – Espectros de IV do extrato de éter etílico da amostra C e de uma amostra de referência de cera branca de favo. O espectro de IV do extrato de éter etílico da amostra B é idêntico ao da amostra C.

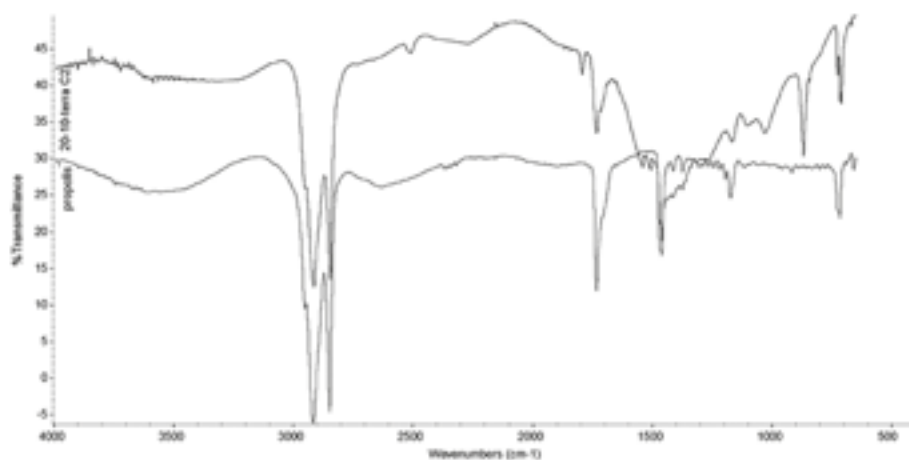


Fig. 25 – Espectros de IV do extrato de éter etílico da amostra C e de uma amostra de referência de própolis. O espectro de IV do extrato de éter etílico da amostra B é idêntico ao da amostra C.

3.2.2. Eventuais materiais orgânicos preservados nos produtos de corrosão da espada

A espada apresentava à superfície, embebidas nos produtos de corrosão esverdeados, algumas manchas acastanhadas (fig. 26), as quais apresentavam macroscopicamente uma estrutura diferente da dos produtos de corrosão, o que indicava uma origem orgânica (couro? tecido? madeira?). Era também aparente que essas manchas, a terem essa origem, se encontrariam altamente degradadas. Por isso, numa tentativa da sua identificação, e num primeiro passo que seria a verificação da existência de proteínas, essas manchas foram examinadas recorrendo ao mesmo método instrumental de análise referido na alínea anterior.

Com um bisturi foram retiradas quatro amostras de diferentes regiões da superfície da espada: amostra 1, da zona de encabamento, do que parecia e poderia ser restos de madeira do punho da espada; amostra 2, da mesma face da espada, mas mais próximo da zona central; amostra 3, da mesma face, mas próximo da extremidade distal do artefacto; amostra 4, do outro lado da espada, da sua zona central.

Obtiveram-se espectros praticamente idênticos para todas elas, espectros esses muito semelhantes ao espectro da argila, utilizado como referência (fig. 27). Não foi assim possível provar a existência de materiais de origem orgânica que estivessem estado em contacto com a espada e que os produtos de corrosão tivessem preservado.



Fig. 26 – Um aspeto da superfície da espada antes de ser limpa. Encontram-se assinaladas as áreas a e b, de onde foram retiradas as amostras 1 e 2, respetivamente, sujeitas a análise por espectroscopia de infravermelhos com transformada de Fourier (FTIR).

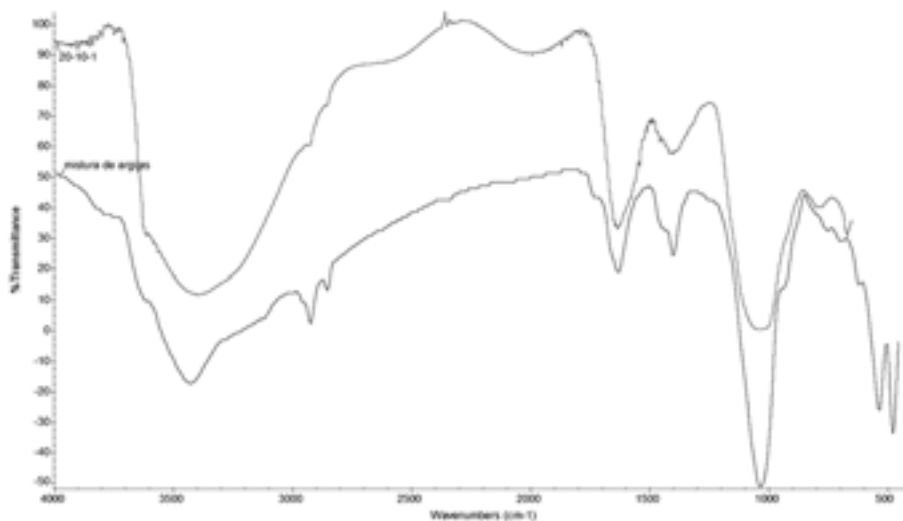


Fig. 27 – Espectros de IV da amostra 1 retirada da superfície da espada e de uma amostra de argila. Os espectros de IV das amostras 2, 3 e 4 são iguais ao da amostra 1.

3.3. Datação pelo radiocarbono do esqueleto inumado no Hipogeu 3

Foi datado pelo radiocarbono o esqueleto inumado no Hipogeu 3, tendo para isso sido utilizados fragmentos do úmero e do fémur direitos. Foi extraído o colagénio destes ossos fazendo uso do método de Longin (1970), tendo a medição do teor em radiocarbono sido efetuada pela técnica da cintilação líquida (Soares, 2005). A data convencional de radiocarbono foi calculada tendo em conta as recomendações de Stuiver e Polach (1977). Obteve-se a data de 3400 ± 50 BP (Sac-2557), que convertida em anos de calendário solar, com base na curva

INTCAL09 (Reimer *et al.*, 2009) e fazendo uso do programa CALIB 6.0 (Stuiver e Reimer, 1993), conduziu aos seguintes intervalos ²:

Para 1 sigma: 1751-1625 cal BC (1,)

Para 2 sigma: 1877-1840 cal BC (0,068026); 1827-1794 cal BC (0,041756);

1783-1605 cal BC (0,834846); 1585-1535 cal BC (0,055372)

4. INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICA E CULTURAL

Embora o estudo dos dados registados e do espólio recuperado na intervenção de campo levada a cabo na Horta do Folgão se encontre ainda numa fase preliminar é, no entanto, já possível integrá-los na realidade até há pouco desconhecida no Sudoeste ibérico, mais especificamente na margem esquerda do Guadiana – o «mundo» das estruturas negativas, dos «campos de hoyos», dos hipogeus funerários do Bronze do Sudoeste – mas que tem vindo progressivamente a ser conhecida, devido principalmente aos trabalhos de arqueologia preventiva nos Blocos de Rega resultantes do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

Assim, as fossas tipo «silo» registadas na intervenção em causa na Horta do Folgão, com paralelos estreitos ao nível da sua tipologia e do espólio nelas recuperado nas do Casarão da Mesquita 3 (Santos *et al.*, 2008) e, por conseguinte, com uma cronologia atribuível ao Bronze Pleno e Final do Sudoeste, fariam parte de um grande sítio de estruturas negativas que englobava as registadas na área contígua intervencionada do Alto de Brinches 3 (Alves *et al.*, no prelo). Aqui, e também na Horta do Folgão, se atendermos à realidade intervencionada pela empresa *Archeoestudos* (referida na Introdução), a ocupação do sítio é diacrónica, com estruturas e contextos datáveis do Calcolítico, do Bronze e do Romano/Tardo Romano. E essa ocupação se, em alguns casos é funerária, revela-se, no entanto, por numerosas estruturas, as designadas fossas tipo «silo» relacionadas, com certeza, com áreas de habitat, embora, e tal como em outros «campos de hoyos» (Antunes *et al.*, 2012), não fossem registadas quaisquer estruturas positivas ou buracos de poste, vestígios diretos das habitações que aí teriam existido.

Os três hipogeus da Horta do Folgão, a que se deverá juntar o hipogeu do Alto de Brinches 3, com uma inumação infantil, em decúbito lateral direito (posição fetal) e sem qualquer dádiva funerária associada (Alves *et al.*, no prelo), constituem, com os identificados no Outeiro Alto 2 (Valera e Filipe, 2010), na Torre Velha 3 (Alves *et al.*, 2010) e em Belmeque (Schubart, 1974; Soares, 1994), exemplos de um tipo de prática funerária, desconhecida até há dois ou três anos atrás (com a exceção do hipogeu de Belmeque) no Bronze Pleno do Sudoeste

² Entre parênteses curvos o valor da probabilidade para o respectivo intervalo de anos de calendário solar.

português. A data obtida para a inumação do hipogeu 3 – Sac-2557 3400±50 BP – integra-se no conjunto de datas de radiocarbono já obtidas para este tipo de monumento funerário na Torre Velha 3 e em Belmeque e que vão desde 3410±60 BP a 3230±60 BP (Alves *et al.*, 2010, p. 146). Todas estas datas indiciam um período de 200 a 400 anos em que os hipogeus do Sudoeste teriam estado em uso, período esse que corresponderá, na sua maior parte, ao segundo quartel do II Milénio a. C., podendo estas manifestações funerárias terem tido o seu início ainda no final do primeiro quartel.

Tal como já se referiu anteriormente, na publicação sobre os hipogeus funerários da Torre Velha 3 (Alves *et al.*, 2010, p. 150), nesta cronologia parece inserir-se, também, a utilização de cistas em pedra no ritual funerário. A taça tipo Atalaia, de que se registou um exemplar no hipogeu 2, é uma dádiva usual nas inumações em cista, designadamente em períodos antigos do Bronze do Sudoeste (Schubart, 1975) e que, no concelho de Serpa, surgiu em duplicado como dádiva funerária na cista do Barranco do Salto (Soares, 1994), enquanto que os vasos de carena baixa, com asa, encontrados nos hipogeus 2 e 3 surgem também na área de Serpa, nas cistas dos Bugalhos, tendo aí sido datados de 3450±40 BP – Beta-120049 (Soares 2000, 2009). Estes dados indiciam, por conseguinte, que as necrópoles de cistas serão coevas das necrópoles de hipogeus, mas uma vez que até hoje não foi encontrada nenhuma necrópole onde estas duas arquiteturas funerárias coexistissem, elas deverão corresponder a duas tradições funerárias diferentes, reflexo de duas populações/culturas diferentes, mas vizinhas. Além disso, e corroborando esta hipótese, também nas necrópoles de hipogeus, tal como nas de cistas, as dádivas funerárias poderão estar ausentes, como acontece no hipogeu 1 e no hipogeu de Alto de Brinches 3, ou, pelo contrário, serem de grande riqueza, como são os casos de Belmeque ou do hipogeu 3 da Horta do Folgão. Aqui, neste último, a espada que acompanhava a inumação é caso até agora único nestas necrópoles do Sudoeste e aponta para o elevado *status* social do indivíduo ali inumado.

Uma espada muito semelhante a esta, e publicada logo após a sua descoberta como apresentando uma tipologia única na Península Ibérica (Aubet Semmler, 1981; Aubet Semmler *et al.*, 1983), é a espada encontrada numa sepultura em La Mesa de Setefilla (Lora del Rio, Sevilha), atribuída ao Bronze Pleno. Os estratos XIV e XIII de Setefilla, atribuíveis a esse período, foram datados de 3520±95 BP (I-11070) e de 3470±95 BP (I-11069), datas estas não diferenciáveis estatisticamente da data obtida para a inumação da Horta do Folgão a que a espada se encontrava associada. Quer uma, quer outra, têm composições elementares muito semelhantes – ambas são manufacturadas numa liga de cobre arsenical – e o encabamento é feito por rebites localizados na área central e na periferia da zona metálica de encabamento. São ambas de folha triangular, mas diferem

ligeiramente no comprimento (Horta do Folgão 46,6 cm; Setefilla 50,2 cm) e na secção da folha (Horta do Folgão hexagonal; Setefilla losângica).

Por outro lado, também nos hipogeus da Horta do Folgão, apesar da ausência de oferendas cárneas, a conexão a Este parece existir, tal como em Torre Velha 3. Se em Torre Velha 3 existem paralelos estreitos com o Sudeste ibérico (Alves *et al.*, 2010), constituindo a necrópole de quatro hipogeus inserida no *tumulus* do *tholos* de Las Canteras, em Alcalá de Guadaíra, Sevilha (Hurtado e Amores, 1984), um elo de ligação espacial e cultural entre o Bronze do Sudoeste e o do Sudeste, também a espada do hipogeu 3 da Horta do Folgão com um paralelo estreito na espada de Setefilla (Lora del Rio, Sevilha), ambas com uma cronologia muito semelhante, parece reforçar essa ligação entre as duas regiões ibéricas. No entanto, os rituais funerários patentes na Horta do Folgão parecem ter os seus paralelos mais estreitos e, também, mais próximos nos rituais funerários do Bronze Pleno do Sudoeste, designadamente naqueles já registados na margem esquerda portuguesa do Guadiana. Já atrás se referiram os paralelos para as dádivas de cerâmica dos hipogeus 2 e 3, mas a estes deverá acrescentar-se a utilização de terras tratadas com materiais orgânicos para selarem e impermeabilizarem estruturas onde se procedeu a inumações. Nos três hipogeus da Horta do Folgão foi identificada essa prática, a qual se encontra também registada na cista da Herdade do Montinho, Vale de Vargo, Serpa (Ribeiro e Soares, 1991) e numa outra da Folha das Palmeiras, Mourão (Paço e Leal, 1962-1963). Destas terras com material orgânico foram analisadas as da Herdade do Montinho e, agora, as do hipogeu 3 da Horta do Folgão. Nas primeiras identificou-se uma gordura animal, provavelmente de porco, a qual pelas suas propriedades hidrófugas impermeabilizaria a cista (Ribeiro e Soares, 1991). No hipogeu 3 da Horta do Folgão, não foi uma gordura animal que foi identificada, mas sim materiais orgânicos produzidos pelas abelhas – cera e própolis – os quais têm também propriedades de impermeabilização semelhantes às que podem ser obtidas com as gorduras. Aliás, não deixa de ser curioso e, porventura, significativo que, sendo o própolis um produto resinoso que as abelhas recolhem das plantas, é usado por estes insetos para tapar buracos e fendas das colmeias ou para «mumificar» cadáveres de invasores corpulentos, através do seu revestimento por esta resina, os quais foram mortos dentro da colmeia e que as abelhas não conseguiram retirar para fora. Foi, pois, com finalidade paralela que os construtores e utilizadores destes hipogeus fizeram uso do própolis e da cera de abelha, finalidade essa para estes materiais orgânicos que, pela primeira vez, é identificada no registo arqueológico.

Por fim, e de igual modo como se concluiu para a necrópole de Torre Velha 3, apesar dos paralelos com o Sudeste ibérico que indiciam contactos culturais, porventura estreitos, entre o Sudoeste e o Sudeste durante o Bronze Pleno, o que ressalta das práticas funerárias da 1.^a metade do II Milénio a. C., na região do

Sudoeste constituída pela margem esquerda portuguesa do Guadiana, é a multiplicidade das suas opções e a sua variabilidade, o que sugere uma riqueza cultural insuspeitada até há muito pouco tempo, até ao início das intervenções de arqueologia preventiva resultantes do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (no prelo) – Intervenção arqueológica no sítio Alto de Brinches 3 (Reservatório Serpa – Norte): Resultados preliminares. *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010)*, 24-26 de Fevereiro de 2010, EDIA, Beja.
- ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M.; SOARES, A. M. M.; MORENO-GARCIA, M. (2010) – Hipogeus Funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste?! *Zephyrus*. Salamanca. 66, p. 133-153.
- ANTUNES, A. S.; DEUS, M. de; SOARES, A. M. M.; SANTOS, F. J. C.; AREZ, L.; DEWULF, J.; BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *Sidereum Ana II*. El río Guadiana en el Bronce Final (Anejos de AEspA LXII). Mérida. p. 277-308.
- ARAÚJO, M. F.; ALVES, L. C.; CABRAL, J. M. P. (1993) – Comparison of EDXRF and PIXE in the analysis of ancient gold coins. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*. Amsterdam. 75, p. 450-453.
- AUBET SEMMLER, M. E. (1981) – Sepulturas de la Edad del Bronce en la Mesa de Setefilla (Sevilla). *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 22, p. 127-149.
- AUBET SEMMLER, M. E.; SERNA, M. R.; ESCACENA, J. L.; RUIZ DELGADO, M. M. (1983) – La Mesa de Setefilla, Lora del Río (Sevilla). Campaña de 1979. *Excavaciones Arqueológicas en España*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- LONGIN, R. (1970) – *Extraction du collagène des os fossils pour leur datation par la méthode du Carbone 14*. Lyon: Faculté des Sciences de l'Université de Lyon. These, 3^e Cycle.
- LOPES, M. C.; CARVALHO, P. C.; GOMES, S. M. (1997) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal.
- MENDONÇA, M. C. (2000) – Estimation of Height from the Length of Long Bones in a Portuguese Adult Population. *American Journal of Physical Anthropology*. 112, p. 39-48.
- OLIVEIRA, V. (1980) – Nota prévia sobre a ocorrência do Pré-Câmbrico na região de Serpa (Baixo Alentejo). *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. 21, p. 111-113.
- PAÇO, A. do; LEAL, J. B. (1962-1963) – Sepulturas Argáricas da Folha das Palmeiras (Mourão). *A Cidade de Évora*. Évora. 45-46, p. 21-24
- PARALTA, E. A.; FRANÇÉS, A. P. (2000) – Caracterização hidrogeológica e avaliação da vulnerabilidade à poluição do complexo gabro-diorítico de Serpa-Brinches (sector oriental do sistema aquífero dos Gabros de Beja). *Geonovas*. Lisboa. 14, p. 27-35.
- REIMER, P. J.; BAILLIE, M.G.L.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J. W.; BLACKWELL, P. G.; BRONK RAMSEY, C.; BUCK, C. E.; BURR, G. S.; EDWARDS, R. L.; FRIEDRICH, M.; GROOTES, P. M.; GUILDERSON, T. P.; HAJDAS, I.; HEATON, T. J.; HOGG, A.G.; HUGHEN, K. A.; KAISER, K.E.; KROMER, B.; McCORMAC, G.; MANNING, S.; REIMER, R. W.; RICHARDS, D. A.; SOUTHON, J. R.; TALAMO, S.; TURNEY, C. S. M.; VAN DER PLICHT, J.; WEYHENMEYER, C. E. (2009) – Int-Cal09 and Marine09 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 51:4, p. 1111-1150.
- RIBEIRO, M. I.; SOARES, A. M. M. (1991) – A sepultura do Bronze do Sudoeste da Herdade do Montinho (Vale de Vargo, Serpa). Aplicação de alguns métodos instrumentais de análise química a um problema arqueológico. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Lis-

- boa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 287-298.
- SANTOS, F. J. C.; AREZ, L.; SOARES, A. M. M.; DEUS, M. de; QUEIROZ, P. F.; VALÉRIO, P.; RODRIGUES, Z.; ANTUNES, A. S.; ARAÚJO, M. F. (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas “silo” do Bronze Pleno/Final na Encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:2, p. 55-86.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: W. de Gruyter. 1975. (Madrider Forschungen; 9)
- SOARES, A. M. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na Margem Esquerda do Guadiana. As necrópoles do Concelho de Serpa. In *Actas das V Jornadas de Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, p. 179-197.
- SOARES, A. M. M. (2000) – Necrópole do Bronze do Sudoeste dos Bugalhos (Serpa). *Vípasca*. Aljustrel. 9, p. 47-52.
- SOARES, A. M. M. (2005) – *Variabilidade do “Upwelling” Costeiro durante o Holocénico nas Margens Atlânticas Ocidental e Meridional da Península Ibérica*. Faro: Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade do Algarve. Tese de Doutoramento.
- SOARES, A. M. M.; SANTOS, F. J. C.; DEWULF, J.; DEUS, M. de; ANTUNES, A. S. (2009) – Práticas rituais no Bronze do Sudoeste: alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 433-456.
- STUIVER, M.; POLACH, H. A. (1997) – Discussion. Reporting of ^{14}C Data. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 19:3, p. 355-363.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J. (1993) – Extended ^{14}C Data Base and Revised CALIB 3.0 ^{14}C Age Calibration. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 35:1, p. 215-230.
- VALERA, A. C.; FILIPE, V. (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): Nota Preliminar Sobre um Espaço Funerário e de Socialização do Neolítico Final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 5, p. 49-56.
- VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; CANHA, A. (2007) – EDXRF and micro-EDXRF studies of Late Bronze Age metallurgical productions from Canedotes (Portugal). *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*. Amsterdam. 263, p. 477-482.
- VALÉRIO, P.; SILVA, R. J. C.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; BRAZ FERNANDES, F. M.; SILVA, A. C.; BERROCAL-RANGEL, L. (2010) – Technological continuity in bronze metallurgy during the Early Iron Age – a sight from Castro dos Ratinhos (South-western Iberian Peninsula). *Journal of Archaeological Science*. London. 37, p. 1811-1819.

O depósito do Cabeço de Maria Candal, Freixianda (Ourém, Portugal)

RAQUEL VILAÇA*, CARLO BOTTAINI**, IGNACIO MONTERO-RUIZ***

RESUMO

O depósito do Cabeço de Maria Candal ou de Freixianda, descoberto em 1961 durante a preparação de um terreno para plantio de vinha, será divulgado nos meios científicos em 1970. Entretanto, algumas obras referiram-se a peças deste depósito, mas só agora se disponibiliza estudo de conjunto, abarcando diversas vertentes. Originalmente constituído por dez artefactos atribuíveis a finais da Idade do Bronze, recuperaram-se nove: cinco machados, um punhal, uma tenaz, um escopro e um pedaço disforme; o décimo elemento correspondia a um segundo escopro. Numa primeira parte, os autores debruçam-se sobre os dados relativos ao achado, sua conservação, estudos realizados e localização do sítio de proveniência. Segue-se o estudo multifacetado dos artefactos, seja em termos morfotipológicos e funcionais, seja na vertente arqueometalúrgica, com recurso a análises PIXE, de microscopia ótica e de microdurezas, seja ainda na sua dimensão e valor social. Foi possível caracterizar cada um deles de uma forma muitíssimo completa, com pertinentes ilações, e compará-los com outros conhecidos, não só mas em especial provenientes da região e do Centro do território português. Em alguns casos, como sucedeu com a tenaz, foi necessário alargar horizontes, desde o Mediterrâneo a Inglaterra. A metalurgia é binária, com percentagem de Sn tendencialmente elevada. Do ponto de vista metalográfico, verificou-se que os objetos foram adequadamente preparados através de ciclos de tratamentos termomecânicos bastante intensos para serem utilizados em ativida-

* CEAUCP/CAM-FCT. Instituto de Arqueologia. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e-mail: rvilaca@ci.uc.pt

** Laboratório HERCULES (Universidade de Évora); e-mail: carlo@uevora.pt. O autor agradece à FCT a bolsa de doutoramento SFRH/BD/36813/2007 e ao CEAUCP, instituição onde este trabalho foi realizado.

*** Instituto de Historia, CCHS-CSIC, Madrid, e-mail: ignacio.montero@cchs.csic.es

des práticas. Simultaneamente, atendeu-se ao estudo da associação dos diversos tipos e do todo particular e único deste depósito em termos contextuais. Na ação que lhe esteve subjacente e, conseqüentemente, na forma como a comunidade conceptualizou e expressou a sua visão do mundo, parece ter sido valorizado, metaforicamente, o poder do trabalho e o controlo sobre ele exercido. Dele dá conta uma criteriosa seleção das peças, as quais revelaram distintas «biografias», com «experiências de vida» e «vidas activas» bastante variáveis e por vezes intensas. No final do estudo explora-se a dimensão situacional e espacial do achado enquanto marcador territorial, seja na condição de “depósito periférico”, seja em situação transfronteiriça, conectando-o com outras evidências regionais conhecidas globalmente coevas, isto é, inter-actuantes em termos de reprodução social. A uma macro-escala, é reforçado o papel estruturante da região da Estremadura no quadro das dinâmicas de produção, circulação e amortização do bronze no Ocidente Peninsular em inícios do I milénio a. C. e, a uma escala global, a singularidade desse último corredor de passagem Norte/Sul, Ocidente/Oriente.

Palavras-chave: Bronze Final – Estremadura – Depósitos – PIXE – Microscopia ótica – Lugar – Paisagem – Comunidade.

ABSTRACT

The bronze hoard of «Cabeço de Maria Candal», or «Freixianda», discovered in 1961 during the preparation of land for planting a vineyard, was presented to the scientific community in 1970. Since then, some works refer materials from this deposit, but its global study is only available now, covering various aspects. The finding was composed of ten artifacts, attributable to the Late Bronze Age, but only nine were recovered: five axes; a dagger; a pair of tongs; a chisel and a deformed piece; the tenth element was a second chisel. In the first part the authors review the data about the discovery, its preservation, previous studies and site location. This is followed by a multifaceted study of the artifacts, morpho-typological, functional, archaeometallurgical (using PIXE, optical microscopy and micro-hardness), and also evaluation of its social dimension and value. It was possible to characterize each one of them in high depth, reaching relevant conclusions, and compare them to other known artifacts, particularly, but not exclusively, from the same region and from the Centre of the Portuguese territory. In some cases, as with the pair of tongs, it was necessary to broaden the typological horizons from the Mediterranean to England. The metallurgy is binary, tending to be high in Sn percentages. As to the metallography, it was found that the objects were suitably prepared through thermo-mechanical cycles intense enough to be used in practical activities. Simultaneously, some attention was

directed to studying the association of these various functional types and to the contextual uniqueness of the deposit as a whole. The underlying action behind it and, consequently, the community's conceptualization and expression of its world view, seems to reveal, metaphorically, a valorization of the labor power and of the control over it. This is expressed in the careful selection of the pieces, since they revealed distinct «biographies», with «life experiences» and «working lives» quite variable and sometimes intense. At the end of the study, the situational and spatial dimension of the finding as a territorial marker is explored, both as a «peripheral deposit», and as reflecting a cross-border positioning, connecting it with other known regional evidence broadly coeval, i.e., inter-active in terms of social reproduction. At a macro scale, the structuring role of the Estremadura region in the context of the production dynamics, circulation and amortization of bronze in the West of the Iberian Peninsula in the early first millennium BC stands out; as well as, at a global scale, the uniqueness of this last North/South, East/West passage corridor.

Keywords: Late Bronze Age – Estremadura – BronzeHoard – PIXE – Optical Microscopy – Place – Landscape – Community.

1. INTRODUÇÃO

A temática dos depósitos metálicos, concretamente os de cobre ou de ligas de cobre, também conhecidos por «esconderijos», «tesouros», «*acobillos*», «*cachettes*», «*hoards*», «*ripostigli*», «*Hortfunde*», etc., chamou desde sempre a atenção dos investigadores. Caracterizá-los de um ponto de vista tipo-morfológico e funcional, em termos de associações de artefactos e ao nível da sua integração espaço-contextual, constituem a base de partida para uma necessária abordagem mais ambiciosa, que nos move.

A natureza das deposições a que nos referimos, desprovidas de explícito carácter funerário, é suscetível de diversos entendimentos, alguns não necessariamente inconciliáveis, mas todos presumivelmente indemonstráveis. Por detrás das materialidades metálicas está (esteve) uma ação, expressando uma opção, uma escolha deliberada, logo uma intenção, e, por conseguinte, um determinado pensamento das comunidades pretéritas. Com aquelas, estas não só se construía(m) a si próprias, como estabeleceriam o(s) seu(s) entendimento(s) com os outros, isto é, se reproduziam enquanto corpo social. Desta forma, no objectivo último do estudo da problemática dos depósitos inscrevem-se (também) as arqueologias cognitiva e do simbólico, contextual e interpretativa, e conceitos operacionais como «*agency*», «cadeia operatória» e «biografia cultural». É que os depósitos metálicos correspondem igualmente ao «fim da linha» de um ciclo potencialmente alimentado por produções, utilizações, transformações, trocas (regionais e trans-regionais), deposições, remoções, ou seja, ações que lhes conferiram mutabilidade não só física como conceptual, simbólica, social.

As deposições de artefactos metálicos integram um amplo leque cronológico e geográfico o que, por si só, se traduz numa inevitável diversidade de situações. Todavia, vislumbram-se modelos, regras, tendências, associações recorrentes, cujo sentido tem de ser lido com lentes focadas para escalas de ordem local e regional.

Em nosso entender, uma correta aproximação ao estudo dos depósitos metálicos não deverá dispensar a permanente articulação entre abordagens de nível mais alto, problematizante e integrador, e as de caráter empírico, monográfico e contextual, baseadas em casos de estudo devidamente escalpelizados nas suas diversas dimensões, incluindo a arqueometalúrgica e tecnológica, mas também a sua articulação com o espaço, sendo certo que esses olhares só se esgotam quando cessa o questionário formulado pelo investigador. É nesta perspectiva que o contributo deste texto deve ser entendido.

Como dizíamos, a problemática dos depósitos é tratada desde os primórdios da Arqueologia enquanto ciência, mas nos últimos anos mereceu renovado interesse sob diversos pontos de vista a nível europeu, incluindo a Península Ibérica, dando origem a múltiplos trabalhos dispersos ou congregados em monografias, algumas das quais resultantes de reuniões científicas. A título de exemplo, refiram-se as que decorreram da sessão do *XIth Annual Meeting of the European Association of Archaeologists*, realizada em 2005, em Cork (Irlanda) (Hamon e Quilliec, 2008), ou a do *XXIX^e rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes* (Bonnardin *et al.*, 2009), ocorridos no ano anterior ao da publicação correspondente.

Em termos peninsulares, e após o livro de referência dedicado aos bronzes da Ría de Huelva dado à estampa em meados dos anos noventa do século passado (Ruiz-Gálvez Priego, 1995), importa referir a publicação que a redescoberta do depósito de Valdevimbre (León) motivou, passados cerca de oitenta anos após o seu achado, em 1925 (Celis Sánchez *et al.*, 2007). A situação portuguesa acompanhou, de algum modo, esta tendência suscitada pela problemática dos depósitos e do fenómeno deposicional em geral, embora sem realização (ainda) de um debate temático que reúna investigadores que reflitam, conjuntamente, sobre o assunto. Mas algumas publicações sobre achados de depósitos têm surgido, inclusive com perspectivas renovadas (Alves e Comendador Rey, 2009), tal como a revisão de outros, nomeadamente no âmbito de trabalhos académicos, concluídos (Melo, 2000) ou em fase de conclusão (Bottaini, 2012)¹. Síntese recente sobre o assunto foi igualmente disponibilizada nas páginas desta revista (Vilaça, 2006a)².

O depósito do «Cabeço de Maria Candal» ou de «Freixianda», designações pelas quais são mencionadas na bibliografia (e aqui assumidas de forma indiscriminada) nove peças de bronze achadas conjuntamente, tem merecido, em diversas circunstâncias e sob distintos pontos de vista, alguma atenção dos investigadores. Porém, as referências conhecidas não são isentas de informações erróneas ou, pelo menos, contraditórias, como veremos. Por outro lado, tais arte-

¹ Tese de doutoramento desenvolvida no âmbito do CEAUCP-FCT e defendida na Universidade de Coimbra em Junho de 2013.

² Correspondo a «artigo de fundo», i.e. devidamente comentado, contou com os contributos de Ana Melo, Eduardo Galán, Germán Delibes, João Senna-Martinez, João Luís Cardoso, Marisa Ruiz-Gálvez e Richard Bradley.

factos nunca foram alvo de um estudo sistemático, devidamente aprofundado e valorizado em termos de conjunto. Neste texto procuramos resgatar essas diversas valências, combinando a vertente morfotipológica com a funcional, a analítica, a tecnológica, a contextual, a espacial, a simbólica e a interpretativa.

São bem sabidas as múltiplas condicionantes que o investigador enfrenta quando se debruça sobre entidades arqueológicas desta natureza, quer em termos gerais, quer muito em particular no caso do território português (Vilaça, 2006a, p. 29-37). As informações existentes sobre este depósito e as problemáticas inerentes ao seu estudo, para além das efetivas possibilidades de o concretizar, foram devidamente ponderadas e determinaram a sua seleção para estudo no âmbito do projeto «*Questionando o bronze e o ouro. Produção e deposição do metal na Idade do Bronze do Ocidente Peninsular*»³.

Ao contrário de muitos outros, este depósito parece não ter sofrido, no momento de achado, apreciável dispersão dos seus elementos componentes, considerando-se, por conseguinte, praticamente completo, se bem que na contingência de tudo aquilo que, para além dos artefactos perecíveis, irremediavelmente, se perdeu. Também ao contrário de outros, foi possível articular o conjunto de peças com o lugar de achado, pelo menos de uma forma bastante aproximada. Por outro lado, o sítio de proveniência do depósito insere-se numa região mais vasta particularmente expressiva na época a que ele se reporta, i.e. inícios do I milénio a. C., pela concentração de artefactos de bronze, concretamente em depósitos. A possibilidade de efetuar o respetivo estudo sem excessivos, desnecessários e desmobilizadores obstáculos burocráticos constituiu-se como fator favorável acrescido que possibilitou levar a bom termo a tarefa a que nos lançámos. A par do estudo do depósito, foi ainda possível rever e sistematizar outros dados de cariz regional que ajudaram a um mais fácil enquadramento deste interessante conjunto metálico. Por fim, sublinhe-se a excecionalidade de algumas das suas peças, como o escopro, pela dimensão e tratamento, e a tenaz, pela exclusividade no registo peninsular, ou o caráter ambíguo, num plano do simbólico, de outras, como o punhal e o pedaço disforme.

2. BIOGRAFIAS E HISTORIOGRAFIA DE UM DEPÓSITO

2.1. O achado e a sua conservação

Como é usual nesta categoria de testemunhos, os artefactos que constituem o depósito do Cabeço de Maria Candal foram descobertos casualmente durante trabalhos agrícolas.

³ Projecto coordenado por um dos autores (R. V.) no âmbito da Linha de Proto-história do Grupo da Lusitânia (Estruturas e Dinâmicas) do CEACUP-FCT e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, entidade a quem agradecemos.

O achado terá ocorrido em 1961, conforme se depreende da primeira notícia que se lhe refere: «Foi há cinco anos, quando se procedia ao arroteamento de um terreno de mato para plantar vinha, que o Sr. Manuel Marques Ferreira, do lugar da Granja, encontrou na sua fazenda denominada ‘Cabeço de Maria Candal’ uma coleção de machados, pinças, raspadeiras, todos de bronze, à profundidade de metro e meio» (*A Voz da Freixianda*, n.º 5, Março, 1967, p. 3).

Informa o mesmo texto que, alertadas as autoridades, vieram de Coimbra peritos para investigarem o valor arqueológico do achado, tendo-o então atribuído a 1500 a. C. Confirmado o interesse, talvez tenha sido também por essa altura que as peças deram entrada no Museu Nacional de Machado de Castro (MNNMC), Coimbra. Infelizmente, pouco mais se pode dizer sobre este aspeto particular, uma vez que não existe qualquer registo do seu ingresso no livro de entradas do museu. Este apenas dispõe de fichas de inventário do depósito elaboradas muito mais tarde, só em 1994, com a identificação das peças, por vezes de forma errónea (v. g. ponta de lança em vez de punhal; fragmento de punhal ou adaga em vez de resto de fundição ou massa disforme). Recentemente, foi recuperada sumária listagem das peças acompanhada de esquisso das mesmas, elaborados provavelmente em finais dos anos setenta ou inícios dos oitenta do século passado, que, todavia, não acrescentam informação relevante⁴.

Os materiais que se conservam no MNNMC, todos de bronze, e alvo deste estudo são: quatro machados de alvado, um machado de talão unifacial, um punhal, uma tenaz, um escopro ou cinzel e um pedaço disforme ou resto de fundição. Antes das obras de remodelação do museu, recentemente concluídas, as peças encontravam-se expostas numa das galerias do Criptopórtico identificadas com etiqueta mencionando «Conjunto de peças da Idade do Bronze encontradas na região de Alvaiázere» (fig. 1), o que, sendo pouco preciso e propenso a equívocos, não deixa de ser verdade dada a proximidade geográfica de Alvaiázere e da Freixianda.

Não sabemos quem foram aqueles peritos de Coimbra a dar parecer sobre as peças aquando do seu achado nem, tão-pouco, de que forma deram entrada no museu, embora seja crível que tal tenha decorrido da libertação, por parte do mesmo, da verba necessária à aquisição dos materiais, os quais terão sido vendidos pelo valor de 1500\$00 (*A Voz da Freixianda*, Agosto, 1979, p. 4). Informação recolhida, muitos anos depois, por dois antigos alunos do Instituto de Arqueologia da FLUC, que entrevistaram o Padre Jacinto, de Aldeia da Serra, confirmou que o achador vendera as peças a um museu de Coimbra (Silva e Luís, 1995, p. 87).

⁴ Agradecemos ao Dr. Ricardo Costeira da Silva, docente convidado da FLUC, a colaboração dispensada na pesquisa da documentação existente no MNNMC relativa às peças de Freixianda. Arqueólogo contratado em 2004 para dirigir as escavações nas instalações do MNNMC e responsável pela inventariação do espólio arqueológico do mesmo, dispensou-nos, desde então, total disponibilidade e ajuda que nos apraz aqui registar.



Fig. 1 – Peças do Cabeço de Maria Candal com etiqueta de identificação (MNMC).

O certo é que, algum tempo depois da data da descoberta, será pela voz de D. Domingos de Pinho Brandão que a notícia é divulgada no meio científico. Fê-lo em comunicação oral apresentada a 30 de outubro de 1970 na Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses e que intitulou «Achados de cobre e de bronze na região de Leiria», sendo a mesma referida em *O Arqueólogo Português* (Notícias, 1970, p. 324), a qual reproduz texto divulgado no jornal *Novidades* de 3 de novembro de 1970, p. 5 com o título «Achados de cobre e de bronze na região de Leiria – Notável trabalho de D. Domingos de Pinho Brandão». Sabemos também que D. Domingos visitou o sítio de achado «em missão de estudo», tendo detetado vestígios de uma antiga muralha e escórias disseminadas no terreno (*A Voz da Freixianda*, Novembro, 1979, p. 4).

Para além de se referir a outros importantes achados, alguns dos quais teremos ocasião de comentar neste texto, o então Bispo auxiliar de Leiria, quando se detém nos do Cabeço de Maria Candal, menciona dez peças⁵ e não nove, número que, efetivamente, corresponde aos artefactos existentes no MNMC. Não se tratando de equívoco, a discordância tanto poderia resultar da perda de uma peça já no interior do museu, o que não se verificou, como da circunstância de o conjunto não ter dado entrada no seu todo, o que, de facto, sucedeu. Se atendermos a cuidada leitura, não será fantasioso deduzir que estará em falta um escopro, uma vez que a notícia de origem se refere a «machados, escopros, uma pinça ou compasso, um punhal ou adaga e um pedaço de bronze fundido» (*Notícias*, 1970, p. 324). Com exceção dos *escopros* (itálico nosso), tudo o mais está presente. Que destino terá tido o presumível segundo escopro?

De facto, o «presumível» está a mais, pois de acordo com informação recolhida pelos autores supracitados junto do próprio, o referido Padre Jacinto tivera, durante algum tempo, as peças em sua casa, tendo ficado com um dos escopros

⁵ Este número volta a ser confirmado por D. Domingos em entrevista dada à *A Voz de Domingo*, n.º 2045, de 11/06/1972, p. 2.

que não integrou o lote vendido (desconhecemos o motivo), oferecendo-o, mais tarde, a D. Domingos de Pinho Brandão (Silva e Luís, 1995, p. 87); assim se entende a referência a «escopros». Versão ligeiramente diferente foi-nos relatada há tempos pelo Dr. José Eduardo Reis Coutinho, a quem o Padre Jacinto informou que emprestara o escopro para estudo a D. Domingos, o qual nunca fora devolvido. De uma forma ou de outra, o certo é que ignoramos o atual paradeiro desse escopro. As hipóteses de poder fazer parte do legado arqueológico de D. Domingos de Pinho Brandão, repartido entre o Museu da Diocese de Leiria-Fátima e o Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto ⁶, foram verificadas, não se encontrando em nenhuma das duas coleções.

Informação discordante num pequeno pormenor é a que se encontra na ficha de inventário do sítio publicada na *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, onde se lê «foram ali encontrados (...) uma pinça, um compasso (...)» (Pereira, 2006, p. 161), informação esta resultante, talvez, de redação pouco atenta e, como tal, pouco relevante. Todavia, e como veremos, a peça ora referida como pinça, ora como compasso, ora como uma pinça e um compasso (neste caso poderia pensar-se em duas e não em uma peça), e que nós designamos como tenaz, não está isenta de algum mistério que não conseguimos esclarecer, como veremos.

Portanto, parece ser possível concluir que, originalmente, o depósito integraria dez peças, contando-se entre elas dois escopros e não só o que é alvo do presente estudo.

2.2. O achado e a sua investigação

Como vimos, foi D. Domingos de Pinho Brandão a dar conhecimento, entre a comunidade científica, da existência do depósito. De caráter noticioso, esse curto texto limita-se a referenciar as peças em termos genéricos, que permanecerão inéditas durante alguns anos. Efetivamente, a comunicação nunca foi publicada nem terá sido redigido qualquer texto relativo à mesma (Ruivo, 1993, p. 105).

Só em 1976 voltamos a ter notícia, de forma indireta e muito incompleta, do depósito. Em concreto, são três dos machados de alvado, referidos como sendo da «região de Alvaiázere» e existentes no MNMC, que Hardaker integra na listagem do artigo dedicado a este tipo de machados (Hardaker, 1976, p. 170). Não sabemos por que motivo não referiu o quarto machado também de alvado.

Mas no ano seguinte os materiais são já mencionados no seu todo na obra de Monteagudo, embora o estudo recaia apenas sobre os cinco machados que serão tratados de um ponto de vista tipológico e atribuídos a «*Leiria* oder *Alcobaça*».

⁶ Relativamente ao primeiro museu, agradecemos ao Dr. P.º Américo Ferreira todos os esclarecimentos adicionais que teve a amabilidade de nos prestar. No que respeita ao segundo, um dos autores (C. B.) teve possibilidade de proceder ao levantamento do material conservado naquela instituição. Dentro do grupo de metais a que teve acesso não constava nenhum escopro.

Também não sabemos o motivo desta alteração da designação de proveniência das peças. O machado de talão unifacial (n.º 1349) é inserido no tipo 36 B (*Beira Litoral*) e os de alvado (n.ºs 1728, 1729, 1730 e 1731) no tipo 42 A (*West-Portugal*), merecendo todos representação gráfica, com exceção do último (Monteagudo, 1977, p. 212, 251, Tafel 96 e 119).

Porém, a valorização das peças enquanto depósito deve-se a Coffyn, inicialmente numa referência pontual e respetivo registo cartográfico (Coffyn, 1983, p. 172, 181, 190 e 194), a que se segue comentário mais desenvolvido, classificando-o como um típico «depósito complexo», i.e. de composição diversificada, característico do Bronze Final Atlântico III ibérico (Coffyn, 1985, p. 213, 231, 239, 390 e 392). É também o investigador francês quem, pela primeira vez, dá a conhecer o punhal, a tenaz e o machado de alvado que Monteagudo não tinha desenhado, permanecendo inéditos o pedaço de bronze disforme e o escopro, neste caso sendo mesmo omitido da listagem (Coffyn, 1985, p. 390, Planche XLIX).

A publicação da tenaz por Coffyn é, inequivocamente, relevante e surpreende não ter merecido especial atenção pela comunidade científica. Mas, como referimos em 2.1., a peça coloca alguns problemas em termos identificativos. É que a tenaz que estudamos e já publicada (Vilaça, 2006, figs. 25 e 26a) é manifestamente distinta da que encontramos na obra francesa (Coffyn, 1985, Planche XLIX-5), quer na forma, quer na dimensão (aquela tem 28,1 cm, esta 18,6 cm) (fig. 2), não sabendo nós como explicar esta situação de forma inequívoca (Vilaça, no prelo).

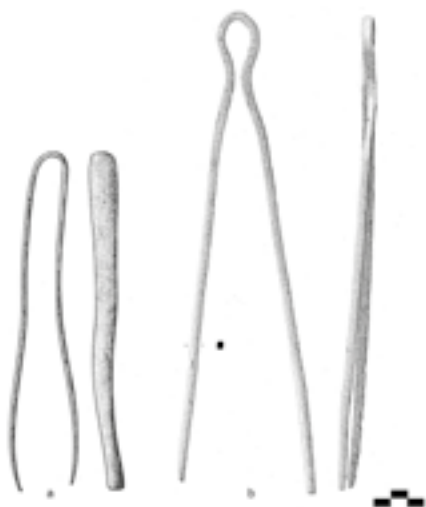


Fig. 2 – a – a tenaz, de acordo com Coffyn (1985, Planche XLIX-5); b – a tenaz existente no MNMC.

Uma das hipóteses seria a de existirem dois exemplares, caso atendêssemos acriticamente ao que foi publicado em *A Voz da Freixanda* (n.º 5, Março, 1967, p. 3) onde se noticia pela primeira vez o achado e se referem «pinças» e não «pinça» (entenda-se, tenaz). Mas essa é notícia cujo rigor não parece ser o maior, conforme se deduz da comunicação de D. Domingos de Pinho Brandão onde as peças são identificadas por quem sabe e se menciona explicitamente «uma pinça ou compasso» (Notícias, 1970, p. 324). Mas fazendo fé na notícia do jornal e admitindo a existência de dois exemplares, não só teríamos de perguntar por que motivo Coffyn refere e desenha um, ignorando o outro, quando ambos corresponderiam a peças de exceção, para além de sermos forçados a concluir que o primeiro ter-se-ia perdido, entretanto, no MNMC, o que também não é crível. Corresponderá a peça

desenhada pelo investigador de Bordéus a algum exemplar pertencente a um dos outros muitos museus onde trabalhou na preparação da sua tese, tendo ocorrido algum lapso de registo?⁷ Também não parece fazer sentido. Infelizmente, Coffyn já não nos pode ajudar a esclarecer a questão.

Durante cerca de quinze anos, não se verificou interesse particular no conjunto das peças, nem mesmo em textos sobre tipologias como o que foi dedicado ao estudo dos punhais de «tipo Porto de Mós» onde o de Freixianda é omitido (Fernández Garcia, 1997).

Só em inícios deste século o depósito é recordado. Primeiro, em obra de síntese sobre o trabalho do ouro e do bronze na Península Ibérica, onde consta no respetivo inventário, reproduzindo-se também aí os desenhos publicados por Coffyn, a que acrescem pertinentes comentários sobre a tenaz, como veremos adiante (Armbruster, 2000, p. 204 e Tafel 57). Depois, no âmbito do trabalho que se deteve sobre a questão dos depósitos do território português, o conjunto dos materiais do Cabeço de Maria Candal são, pela primeira vez no seu conjunto, disponibilizados em desenho⁸ (fig. 3a e 3b) e fotografia, valorizando-se igualmente o respetivo enquadramento paisagístico e alertando-se para a forma como distintos investigadores foram manipulando numericamente o registo empírico (Vilaça, 2006a, p. 37, 61-63, fig. 25, 26a e 26b).

Posterior e recentemente, o depósito foi alvo de estudos arqueométricos, concretamente análises elementares realizadas por PIXE, cujos resultados foram apresentados em Atenas, em 2010, na 10th *European Conference on Accelerators in Applied Research and Technology* (ECAART 10), que retomamos aqui, e, entretanto, publicados (Gutiérrez Neira *et al.*, 2011).

Refira-se, por último, que o depósito também consta na base de dados do antigo IGESPAR (CNS 1837) indicado como «Póvoa/Cabeço de Maria Candal», não se acrescentando quaisquer elementos aos já conhecidos (por ex., existência de escória de ferro, efetivamente abundante no local) e até com informação discordante nos itens «Descrição», em que se afirma que o conjunto de metais seria um «possível esconderijo de fundidor, onde foram encontrados dois machados de cubo, um machado de talão com asa, um punhal e um cinzel», e «Espólio», onde se refere o aparecimento de «4 machados de alvado com 2 anéis, 1 machado de talão unifacial, 1 punhal tipo Porto de Mós, 1 pinça ou compasso, 1 fragmento de bronze fundido, 1 escopro»⁹.

⁷ Conhecemos apenas uma outra tenaz idêntica à publicada por Coffyn, proveniente da escavação do Santuário S'Arcu'e is Forros, Villagrande Strisaili (Nuoro), Sardenha, em curso de publicação. Agradecemos à Dr.ª Fulvia Lo Schiavo esta informação e imagem da tenaz.

⁸ Desenhos da autoria da Dr.ª Sara Almeida, do Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, a quem agradecemos toda a colaboração.

⁹ <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=56037> (última consulta 11/06/2012).

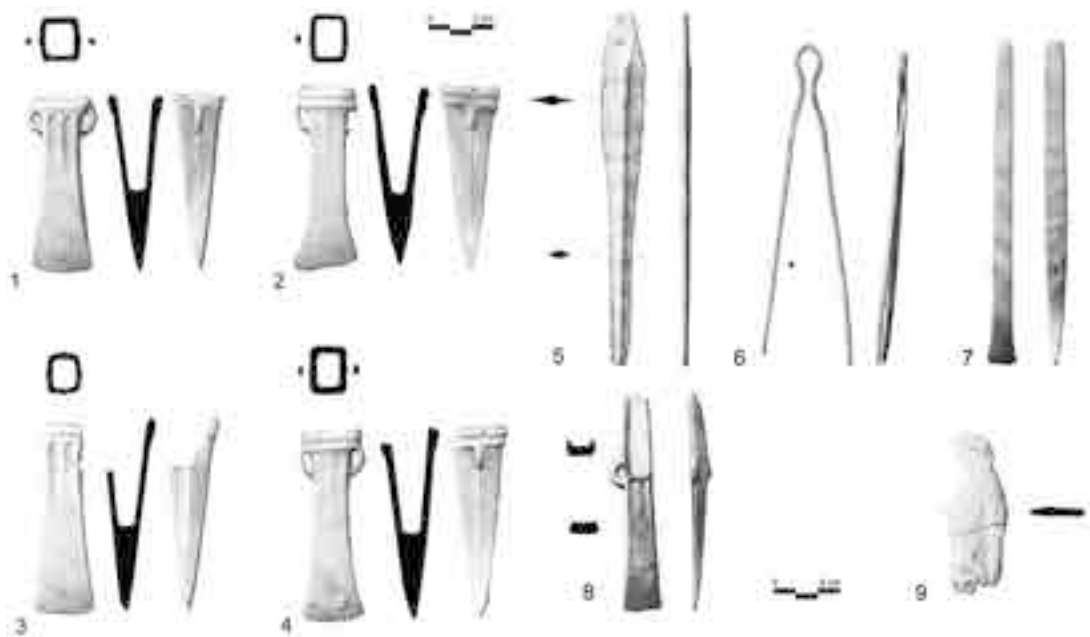


Fig. 3a – 1 – 1ARQ86; 2 – 3ARQ85; 3 – 4ARQ84; 4 – 2ARQ87

Fig. 3b – 5 – 7ARQ82; 6 – 6ARQ79; 7- 5ARQ81; 8 – 8ARQ83; 9 – 9ARQ86 (desenhos de Sara Almeida).

Por conseguinte, no panorama nacional, onde os depósitos constituídos por diversas peças e com peças de diversa tipologia não são particularmente numerosos quando comparados com os de outras regiões peninsulares e do mundo atlântico, impunha-se a reabilitação do depósito do Cabeço de Maria Candal para a qual este texto se constitui como contributo inadiável.

3. LOCAL DE ACHADO

Ao contrário do que muitas vezes sucede, neste caso dispomos de informação fidedigna e relativamente precisa no que respeita a localização do sítio onde apareceram as peças. Para além da referência concreta à fazenda onde se verificou o achado – Cabeço de Maria Candal, no lugar da Granja –, foi possível, a partir das notícias dos jornais regionais referidos e no âmbito de trabalhos académicos desenvolvidos no Instituto de Arqueologia da FLUC, confirmá-la no terreno com base em informações orais (Bernardes, 1985, p. 64-65).

Em novembro de 2001 um dos autores (R. V.) visitou o local, verificando-se que nada existia à superfície na área de vinha, em termos de estruturas ou de materiais, a não ser imensa escória de ferro dispersa por toda a encosta do ter-

reno, já mencionada por Pinho Brandão, situação que não se alterou nos últimos dez anos, conforme confirmámos em Junho de 2012¹⁰.

O Cabeço de Maria Candal situa-se entre os lugares da Póvoa e da Granja, pertencendo à freguesia de Freixianda, concelho de Ourém, distrito de Santarém (fig. 4).

Trata-se de modesta colina com c. 130 m de altitude máxima inserida no conjunto de elevações que se desenvolvem sobre o vale do rio Nabão, na sua margem direita (fig. 5).

O achado ocorreu em sítio impossível de precisar, em suave encosta virada ao rio, que corre a nascente a cerca de 500-400 m. O terreno encontra-se com vinha, cuja plantação deu origem à descoberta do depósito. A área adjacente está ocupada com oliveiras e outras culturas menores. O topo da encosta, parcialmente destruído com a construção de um aviário, é dominado por diversa vegetação arbustiva, rasteira, muitíssimo intensa, e com alguns zambujeiros, sobreiros e pinheiros.

O acesso é feito a partir da antiga «Estrada Real», que segue da Freixianda para S. Jorge, acompanhando o percurso do Nabão que nesta zona corre na direcção norte-sul; no lugar da Granja toma-se a Rua 25 de abril que conduz a um grande aviário construído junto ao cabeço.



Fig. 4 – Local de achado (localização aproximada na “Carta Militar de Portugal”, 1/25.000, folha n.º 287).



Fig. 5 – Enquadramento do local de achado do depósito, observando-se o cabeço (à sua esquerda um dos extremos do aviário) e em baixo a zona de vinha.

¹⁰ Além de dois dos signatários (R.V. e C.B.) participou nesta segunda visita Sílvia Gonçalves Neves, aluna do 2.º ciclo em Arqueologia e Território, da FLUC e conhecedora da região.



Fig. 6 – Localização do achado no Centro-ocidental do território português.

Em termos regionais, a zona integra-se na Alta Estremadura a que se sucede, sem solução de continuidade, o sul da Beira Litoral (fig. 6).

Esta vasta região do Centro-ocidental do território português apresenta, não obstante a sua limitada largura, um significativo contraste entre a área costeira mais aplanada e o interior montanhoso, refletindo o contacto que aí ocorre entre duas distintas unidades morfo-estruturais, a chamada Orla Sedimentar Mesoceno-zóica e o rebordo ocidental do Maciço Antigo Ibérico. De norte

para sul, destacam-se as serras calcárias do Rabaçal, Sicó, Alvaiázere, Aire e Candeeiros. É a de Alvaiázere que nos interessará em particular. A paisagem é, assim, marcada por contrastes entre colinas e cadeias montanhosas com seus planaltos e vales que as serpenteiam configurando corredores naturais de circulação como o que é definido pelo Nabão.

4. OS ARTEFACTOS

4.1. Metodologias

Procurou-se desenvolver um estudo aprofundado dos artefactos, atendendo à forma, dimensões, peso, tipologia e estado de conservação, por um lado, à caracterização química e microestrutural, por outro. Quanto àquelas, adotou-se metodologia habitual centrada na descrição e observação minuciosas. Quanto a estas, recorreu-se a análises PIXE e de observação com microscópio ótico, as quais exigem mais alguns comentários.

A análise PIXE realizou-se diretamente nas peças, após polimento em áreas de, aproximadamente, 3 mm²: os machados, o cinzel e o punhal foram analisados em dois pontos distintos, enquanto a tenaz e o pedaço disforme apenas em um. Os resultados foram divulgados, conforme já referimos, em trabalho recentemente publicado (Gutierrez Neira *et al.*, 2011). Recorreu-se ao equipamento dos laboratórios do «Centro de Microanálises de Materiais» da Universidade Autónoma de Madrid, tendo-se utilizado um acelerador eletrostático de iões 'Cockcroft-Walton'

com uma tensão máxima de terminal de 5 MV. As características deste equipamento e do respetivo procedimento experimental já foram devidamente descritas (Gutierrez Neira *et al.*, 2011).

As metalografias foram realizadas no «Laboratório de Arqueometria de Materiales» (LAM) do CCHS-CSIC de Madrid¹¹, com um microscópio ótico Leica, modelo DMLM, de câmara digital DFC480. Procedeu-se à remoção manual de pequenas amostras numa superfície de, aproximadamente, 3mm²; o corte foi realizado com uma serra de ourives. Passou-se depois ao embutimento a frio em resina epoxídica, polimento com lixas de granulometria entre 180 e 1200 µe, na etapa seguinte, com panos lubrificadas com pasta diamantada de 6,3 e 1µ. O ataque químico foi realizado por imersão da amostra em cloreto férrico e ácido clorídrico em solução aquosa (Rovira Llorens e Gómez Ramos, 2003, p. 41).

A observação da microestrutura das amostras permitiu identificar as diversas cadeias operatórias aplicadas nos processos de fabrico dos artefactos. Para o efeito, adotámos o esquema proposto por Salvador Rovira, o qual identificou, com base em trabalho metalográfico sobre bronzes antigos, seis cadeias operatórias distintas (Rovira Llorens, 2004, p.19). No caso em estudo, adotámos as seguintes siglas: V – vazamento; MF – martelagem a frio; R – recozimento.

Estas amostras, sempre que a espessura conservada o permitiu, foram utilizadas para medidas de microdureza Vickers com um microdurómetro REMET HX1000. As condições de trabalho foram 300 g de carga e 15 segundos de pressão¹².

Finalmente, após a remoção de amostras, procedeu-se ao restauro das peças, de acordo com o seguinte protocolo: estabilização química com Benzotriazol a 3 % (solvente álcool etílico); consolidação com Paraloid B72 (solvente acetona); limpeza a bisturi e escova de fibra de vidro à lupa binocular; reintegração volumétrica com resina epóxida RezoSurf 816 com cargas (apenas para os objetos de que foi retirada a amostra); proteção com verniz Inctalac com Gazil 23D. Desta forma, as peças ficaram devidamente protegidas e a zona intervencionada disfarçada.

4.2. A forma e a essência

4.2.1. Machado de alvado e de dois anéis (1 ARQ86)¹³

Lâmina de bordos divergentes com gume arqueado e ligeiramente esborado. Em ambas as faces, duas nervuras paralelas morrendo a meio da lâmina. Anéis laterais dissimétricos de secção subcircular e orifícios subelípticos. Alvado sub-

¹¹ Agradecemos ao Dr. Marc Gener e à Dr.ª Martina Renzi o auxílio prestado no trabalho de laboratório.

¹² Para além das análises mencionadas, está em curso a realização de análises de isótopos de chumbo que se inscrevem no projeto *Do obradoiro ó corpo: o metal como expressão de poder no Bronze Final e Idade do Ferro do Noroeste peninsular*, coordenado por Lois Armada (INCIPIIT-CSIC) e do qual os autores fazem parte (I.M. e R.V.) ou colaboram (C.B.).

¹³ Referência marcada na peça a tinta da China. O mesmo para os restantes artefactos.

quadrangular. Rebarbas de fundição por aparar. Completo, apresenta superfície alterada de tom verde claro com pequenos focos ativos de corrosão.

Dimensões: 16,7 cm de comprimento; 6,7 cm de largura máxima (anéis); 5,6 cm de largura máxima (gume); 5,2 cm de espessura máxima; 2,7 × 3 cm (abertura do alvado); 8,9 cm (profundidade do alvado). Peso: 753 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Gume	84,55	14,97	–	0,048	0,100	0,074	0,073	0,186
Alvado	83,25	16,11	–	0,033	0,127	0,139	–	0,345

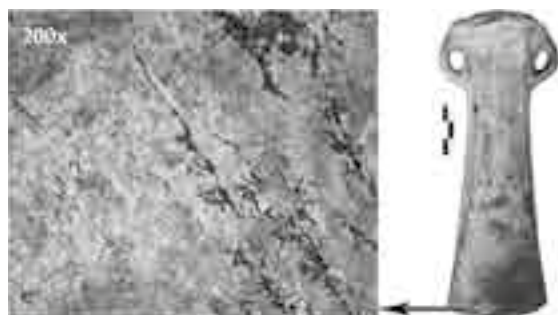


Fig. 7 - machado de alvado 1 ARQ86(200x)

O ataque químico revela uma estrutura resultante de intensos e prolongados ciclos termo-mecânicos pós-fundição: o metal foi inicialmente forjado a frio, recozido e, finalmente, foi sujeito a um novo ciclo de martelagem a frio (fig. 7).

Cadeia operatória: V+MF+R+MF

Micro-dureza média (6 pontos): 217,8 HV (Std = 11,51); valor máximo 231 HV

4.2.2. Machado de alvado e de dois anéis (2 ARQ87)

Lâmina de bordos divergentes com gume arqueado e bastante irregular. Em ambas as faces vislumbram-se nervuras muito ténues que desaparecem a meio da lâmina. Anéis laterais dissimétricos de secção e orifícios subelípticos. Alvado de dupla gola com rebordo irregular e abertura subrectangular. Rebarbas de fundição mal aparadas. Fraturado na zona do alvado, estando em falta pequena parte; na mesma zona observam-se duas fissuras, uma das quais muito profunda. Apresenta superfície irregular e intensamente mineralizada, alternando em diversos tons de verde e com focos ativos de corrosão. Interior do alvado com restos de terra aderente.

Dimensões: 17,6 cm de comprimento; 6,1 cm de largura máxima (anéis); 5,8 cm de largura máxima (gume); 5,2 cm de espessura máxima; 3,1 × 2,2 cm (abertura do alvado); 9,2 cm (profundidade do alvado). Peso: 927 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Gume	85,07	14,83	–	0,060	–	0,037	–	–
Alvado	85,32	14,48	0,061	0,043	0,038	0,037	–	–

A estrutura revelada pelo ataque permite observar uma situação semelhante à anterior: a intensidade do último ciclo de forja a frio é evidente não apenas pela

presença de grãos cortados por bandas de deslizamento, como também pela morfologia e pela orientação das inclusões de cobre presentes no metal (fig. 8).

Cadeia operatória: V+MF+R+MF

Microdureza média (8 pontos): 178,8 HV (Std = 26,33); valor máximo 212 HV

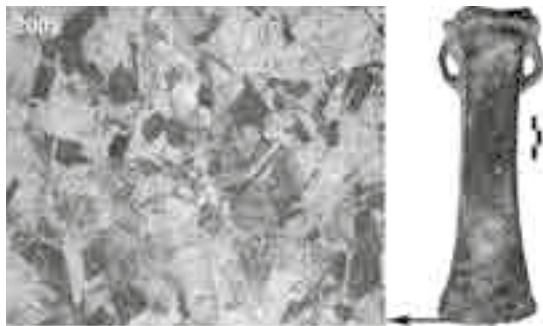


Fig. 8 – machado de alvado 2 ARQ87 (200x)

4.2.3. Machado de alvado e de dois anéis (3 ARQ85)

Lâmina de bordos paralelos divergindo de forma abrupta e dissimétrica no terço distal. Gume assimétrico, quase direito, com intenso polimento. Em ambas as faces, nervuras pouco perceptíveis. Originalmente, possuiria dois anéis laterais, estando um deles em falta (fratura antiga) de que resta o arranque. Alvado de dupla gola com rebordo regular e abertura subretangular. Rebarbas de fundição desbastadas. Apresenta superfície de tons verde-acastanhados com alguns focos ativos de corrosão. Interior do alvado com restos de terra aderente.

Dimensões: 17,1 cm de comprimento; 5,8 cm de largura máxima (anéis); 6 cm de largura máxima (gume); 5,7 cm de espessura máxima; 3,5 × 2,5 cm (abertura do alvado); 10,1 cm (profundidade do alvado). Peso: 855 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Gume	86,39	13,30	–	0,050	0,118	0,037	0,048	0,060
Alvado	86,88	12,75	0,016	0,054	0,121	0,046	0,058	0,081

A estrutura deste machado não difere das anteriores, tratando-se de um objecto sujeito a processos térmicos e de deformação mecânica (fig. 9).

Cadeia operatória: V+MF+R+MF

Microdureza média (6 pontos): 187,5 HV (Std= 35,03); valor máximo 242 HV



Fig. 9 – machado de alvado 3 ARQ85 (500x)

4.2.4. Machado de alvado (4 ARQ84)

Lâmina de bordos algo divergentes de gume direito, com perfil em bisel. Em ambas as faces, possui duas nervuras morrendo no terço superior da lâmina. A peça encontra-se incompleta, faltando-lhe a maior parte da zona proximal, sem quaisquer indícios da existência de anéis. Do que resta, com fragmento destacado

da peça, mostra alvado de dupla gola que teria abertura subretangular. Rebarbas de fundição perceptíveis. Apresenta superfície alterada de tom verde-acastanhado com alguns focos ativos de corrosão. Interior do alvado com restos de terra aderente.

Dimensões: 17,8 cm de comprimento; 5,2 cm de largura máxima (gume); 3,8 cm de espessura máxima; 2,7 × 2,3 cm (abertura do alvado); 10,1 cm (profundidade do alvado). Peso: 743 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Gume	85,80	13,77	0,016	0,048	0,134	0,050	0,055	0,123
Fractura	83,78	15,90	-	0,057	0,124	0,047	-	0,097

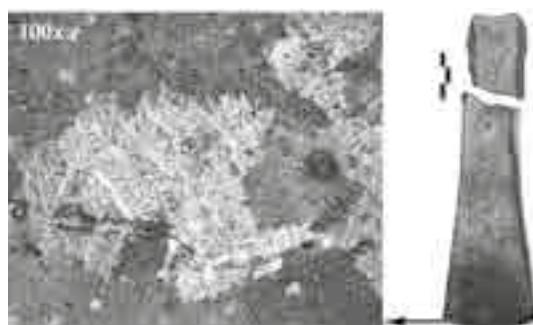


Fig. 10 – machado de alvado 4 ARQ84 (100x)

A estrutura revelada é característica de um metal de fundição em bruto, isto é, não sujeito a tratamento termomecânico. Estão presentes grãos dendríticos colunares, cuja morfologia indica um processo de arrefecimento bastante rápido. Também se observam alguns grãos de cobre que não se ligaram com o estanho (fig. 10).

Cadeia operatória: V

4.2.5. Machado de talão unifacial e de um anel (8 ARQ83)

Lâmina de bordos direitos alargando ligeiramente no terço inferior. Gume esboroadado e suave nervura no anverso junto à espera do talão. Aqui, larga canelura com abas sobrelevadas decrescentes para o topo. Anel lateral de secção subcircular com orifício subelíptico. Reverso com face lisa ligeiramente arqueada. Rebarbas perceptíveis. Completo, apresenta superfície verde-acastanhada, com pequenos focos ativos de corrosão.

Dimensões: 19,7 cm de comprimento; 4 cm de largura máxima (anel); 3,5 cm de largura máxima (gume); 1,9 cm de espessura máxima (talão). Peso: 345 g.

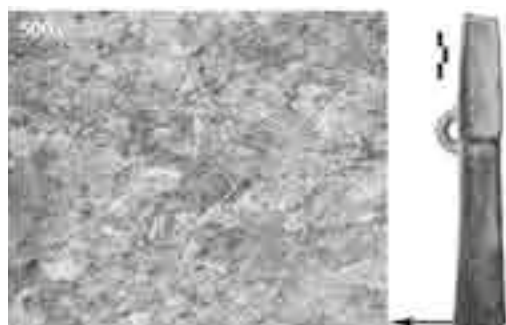


Fig. 11 – machado de talão 8 ARQ83 (500x)

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Gume	86,34	13,29	-	0,057	0,193	0,036	-	0,083
Talão	86,39	13,16	-	0,050	0,160	0,087	0,071	0,075

A imagem metalográfica permite observar uma estrutura resultante de um processo de forja a frio final, com a presença de grãos deformados por bandas de deslizamento (fig. 11).

Cadeia operatória: V+MF+R+MF

4.2.6. Escopro (5 ARQ81)

Escopro de forma prismática com bordos paralelos divergindo apenas na zona do gume. Gume curto, retilíneo, em duplo bisel, afiado e ligeiramente danificado; secção subretangular. Parte proximal com vestígios de impactos que lhe conferiram arestas boleadas. Completo, apresenta superfície verde-acastanhada e alterada, bastante irregular numa das faces laterais, com pequenos focos ativos de corrosão.

Dimensões: 26 cm de comprimento; 2,4 cm de largura máxima; 1,8 cm de espessura máxima. Peso: 429 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Corpo	83,52	16,08	–	0,057	0,116	0,096	–	0,130
Extremidade distal	86,46	13,13	–	0,061	0,163	0,034	0,055	0,102

O ataque mostra a presença de grãos recristalizados após um primeiro ciclo de forja em frio, novamente martelados de uma forma bastante intensa (fig. 12).

Cadeia operatória: V+MF+R+MF

Microdureza média (6 pontos): 229,9 HV (DStd = 41,79); valor máximo 265 HV

4.2.7. Tenaz (6 ARQ79)

Tenaz simples com dois braços divergentes de secção irregular, num deles subquadrangular, no outro subretangular. Parte proximal dobrada por estrangulamento dos braços formando argola aberta subelíptica. Completa, apresenta superfície esverdeada e alterada, com pequenos focos ativos de corrosão. A extremidade de um dos braços encontra-se bastante danificada, faltando-lhe a extremidade da ponta.

Dimensões: 28,4 cm de comprimento; 8 cm de largura (abertura) máxima; 0,5 cm de espessura dos braços. Peso: 91 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Extremidade distal	88,40	11,58	–	0,019	–	–	–	–



Fig. 12 – escopro 5 ARQ81 (500x)

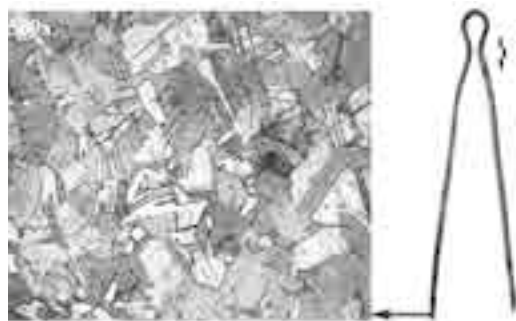


Fig. 13 – tenaz 6 ARQ79 (500x)

A estrutura revelada pelo ataque realça a presença de grãos recozidos após forja a frio e novamente deformados (fig. 13).

Cadeia operatória: V+MF+R+MF

4.2.8. Punhal (7ARQ82)

Lâmina triangular estreita, de bordos tendencialmente convergentes e subparalelos no terço final; forte nervura longitudinal de reforço em ambas as faces marcada por guias que se diluem na parte mesial.

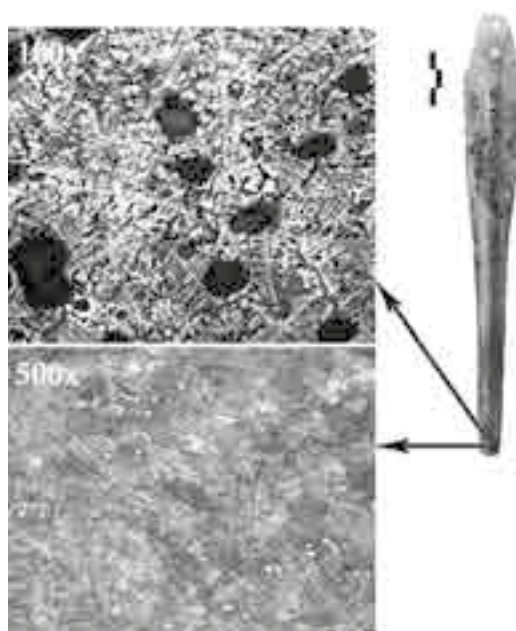


Fig. 14 – punhal 7 ARQ82 (100x e 500x)

Lingueta subtrapezoidal, sem ombros, com dois orifícios para rebites dispostos na vertical. A observação à lupa binocular permite-nos dizer que as perfurações, completamente lisas, terão sido realizadas com um movimento rotativo, possivelmente com furador de arco ou de mola. Praticamente completo, possui bordos algo esboroados. A ponta apresenta fratura antiga. Superfície esverdeada e alterada, com manchas castanhas de terra ainda aderente; alguns focos ativos de corrosão.

Dimensões: 23,2 cm de comprimento (original estimado em c. 24,5 cm); 2,1 cm de largura máxima; 0,7 cm de espessura máxima. Peso: 80 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Lâmina	87,32	12,04	0,067	0,038	0,311	0,045		0,179
Extremidade distal	83,99	15,14	–	0,038	0,519	0,065	0,058	0,197

Não obstante a presença de sulcos resultantes do polimento, o ataque permite observar uma estrutura dendrítica residual, com grãos resultantes de um processo de arrefecimento lento. Em outra zona da amostra observa-se a presença de grãos com bandas de deslizamento, o que sugere um tratamento de martelagem a frio final (fig. 14).

Cadeia operatória: V+MF+R+MF

Microdureza média (13 pontos): 162,7 HV (DStd= 32,74); valor máximo 247 HV

4.2.9. Massa disforme (9ARQ86).

Possível resto de fundição de contorno alongado e irregular; secção subelíptica também irregular. Superfície irregular verde-acastanhada e muito corroída, com alguns focos ativos. Encontra-se fraturada sensivelmente a meio e colada.

Dimensões: 12,8 cm de comprimento; 4,7 cm de largura máxima; 0,7 cm de espessura máxima. Peso: 173 g.

Zona analisada	Cu	Sn	Fe	Ni	As	Ag	Sb	Pb
Corpo	86,79	12,89	-	0,049	0,036	0,075	0,086	0,075

Como era de esperar, a estrutura revelada pelo metal atacado realça a presença de grãos dendríticos bastante largos, o que se explica por um arrefecimento lento do metal (fig. 15).

Cadeia operatória: V

Microdureza média (10 pontos): 113,5 HV (Std = 10,7); valor máximo 143 HV

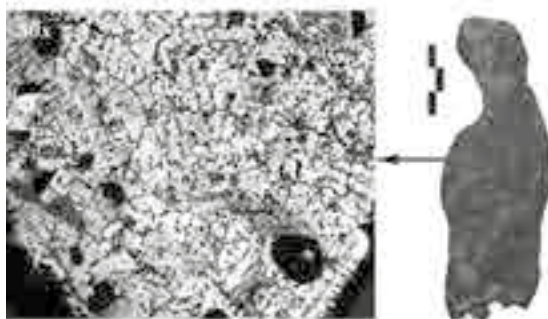


Fig. 15 – pedaço disforme 9 ARQ86 (50x)

5. VALORIZAÇÃO ARQUEOMETALÚRGICA

A conjugação das observações realizadas nos distintos artefactos e os resultados das análises de composição química e microestruturais permitem-nos desenvolver um conjunto de comentários que passamos a apresentar.

5.1. Composição química

Os dados do capítulo anterior revelam um conjunto metálico com fabricos binários (Cu + Sn), cujos teores de Sn são sempre acima dos 10 %, atingindo uma média de ~14 % (fig. 16). A tenaz também se enquadra neste modelo composicional, ainda que se trate do objeto com teores de Sn mais reduzidos (11,58 %). É do conhecimento comum que uma quantidade de Sn em torno dos 10 % confere às peças boas propriedades mecânicas.

Quanto aos elementos secundários, a sua presença é bastante limitada, nunca atingindo, no total, um valor acima dos 1 % (fig. 17). Em termos qualitativos, o Ni ocorre constantemente, ainda que de forma vestigial, em todas as medidas

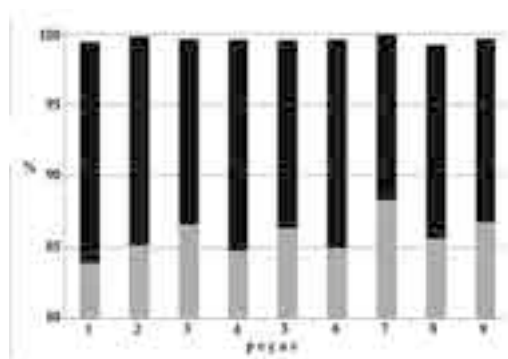


Fig. 16 – Histograma de distribuição dos teores de Cu (cinza) e Sn (preto). 1 (machado alvado 1ARQ86), 2 (machado alvado 2ARQ87), 3 (machado alvado 3ARQ85), 4 (machado alvado 4ARQ84), 5 (machado de talão), 6 (escopro), 7 (tenaz), 8 (punhal), 9 (pedaço disforme).

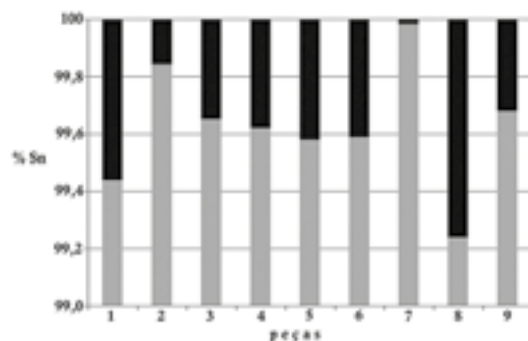


Fig. 17 – Histograma de distribuição do total dos elementos maioritários, Cu+Sn (cinza) e secundários (preto). 1 (machado alvado 1ARQ86), 2 (machado alvado 2ARQ87), 3 (machado alvado 3ARQ85), 4 (machado alvado 4ARQ84), 5 (machado de talão), 6 (escopro), 7 (tenaz), 8 (punhal), 9 (pedaço disforme).

realizadas; o As e o Pb foram detetados na maior parte dos artefactos, enquanto o Fe e Sb estão presentes de forma mais esporádica.

Em termos regionais, os resultados obtidos para os metais do Cabeço de Maria Candal enquadram-se no que já se conhece da metalurgia típica do Bronze Final do Centro do território português. Resumimos no quadro 1, os dados analíticos referentes a peças metálicas de diversos sítios da Beira Litoral e Estremadura¹⁴. Uma comparação deste tipo terá que considerar, obviamente, todos os condicionalismos decorrentes da utilização de equipamentos e de metodologias analíticas diferentes. Contudo, uma visão de conjunto permite identificar tendências que merecem ser realçadas.

Em primeiro lugar, confirma-se que a metalurgia do Bronze Final da Beira Litoral e Estremadura aponta para a generalização de ligas binárias, com uma presença muito mínima de elementos secundários. Entre os componentes principais, observa-se uma presença tendencialmente alta de Sn (~20-21 %), sendo que a maior concentração aparece documentada em elementos de adorno (braceletes e fíbulas), principalmente dos conjuntos metálicos do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior) e do de Casais de Fiéis de Deus (Bombarral). De acordo com as metodologias adotadas na análise destes metais (Carreira, 1994, p. 139; Melo, 2000, p. 47, respetivamente), é necessário chamar a atenção para o facto de que

¹⁴ Os dados apresentados na tabela também são confirmados pelos resultados das análises realizadas no grupo de metais atribuídos ao Bronze Final do Castro de Pragança (Bombarral). Neste caso optou-se por uma metodologia não invasiva, sendo os resultados apresentados de forma semi-quantitativa (Figueiredo *et al.*, 2007, p. 204). A estes dados também poderiam ser acrescentados, até numa perspectiva historiográfica das técnicas analíticas de estudo dos metais, os resultados das análises publicadas por Santos Rocha, realizadas por via húmida, nomeadamente aos machados dos Penedos Altos, Serra dos Carrascos e ao punhal de Alvaiázere (Rocha, 1899-1903; 1904), tratando-se de ligas de cobre.

N.	Sítio	Concelho	Tipo	Rif análise	Cu	Sn	Fe	As	Pb	Ag	Ni	Zn	Sb	Bi	outros	Bibliografia		
1.	Alto do Castelo	Condéixa-a-Nova	tranchet	PA20410	79,3	20,5	-	-	0,14	-	-	-	-	-	-	Vilaça, 2012		
2.	Gruta do Algainho	Penela	ponta de lança		-	~11	<0,05	~0,5	-	-	~0,5	-	-	-	-	Figueiredo et al., 2011		
3.	Coles de Samuel*	Soure	machado de talão		85,5	12,7	-	0,15	0,07	0,06	0,02	0,008	0,04	0,007	Mn: vest.	Coffyn, 1985, p. 402		
4.			bracelete		84,6	13,7	-	1,0	0,02	0,015	0,005	0,10	0,06	0,005	-			
5.			escopro		84,7	13,7	-	0,25	0,07	0,04	0,01	0,02	0,05	0,006	-			
6.			foice		85,5	11,2	-	0,20	0,20	0,04	0,05	0,001	0,05	0,005	-			
7.			foice		84,7	10,5	-	0,50	0,025	0,10	0,05	0,005	0,15	0,008	-			
8.			machado de alvado		82,5	14,1	-	~1	0,70	0,05	0,05	-	0,08	0,04	-			
9.			machado de alvado		83,7	12,3	-	0,15	0,04	0,03	0,04	0,005	0,04	0,005	-			
10.			machado de alvado		88,0	10,6	-	0,10	0,02	0,04	0,008	0,001	0,025	0,005	-			
11.			machado de alvado		86,0	11,4	-	0,25	0,08	0,03	0,03	0,002	0,08	0,004	-			
12.			Casal de Fiéis de Deus	Bombarral	espada		70,1	28,6	0,5	n.d.	0,8	-	-	-	0,07		-	-
13.	bracelete				67,7	31,1	0,4	0,1	0,6	-	-	-	0,1	-	-			
14.	bracelete				87,6	12,2	0,1	-	0,1	-	-	-	-	-	-			
15.	bracelete				72,5	26,1	0,4	-	1	-	-	-	0,04	-	-			
16.	bracelete				71,4	27,1	0,9	0,1	0,5	-	-	-	0,03	-	-			
17.	bracelete				70,4	28,7	0,3	0,05	0,5	-	-	-	0,06	-	-			
18.	bracelete				53,6	43,9	1,4	0,07	0,9	-	-	-	0,06	-	-			
19.	machado de alvado				73,1	26	0,2	-	0,6	-	-	-	0,07	-	-			
20.	punhal				98,5	-	0,4	0,8	0,3	-	-	-	-	-	-			
21.	espada				69,9	28,8	0,6	n.d.	0,7	-	-	-	0,04	-	-			
22.	ponta de lança		54,6	43,9	0,3	0,1	0,9	-	-	-	0,11	-	-					
23.	Casais da Pedreira	Alenquer	machado de alvado	Aveiro, CDP2	89,13	10,68	0,04	0	0	-	-	-	-	-	Bottaini et al., 2012			
24.			machado de talão	Aveiro, CDP1	89,99	9,84	0,03	-	0	-	-	-	-	-				
25.	Moinho do Raposo	Alenquer	punhal	Aveiro, MDR1	89,53	10,17	0,06	0	0	-	-	-	-	-				
26.	Abrigo Grande das Bocas	Rio Maior	espada	B/9	74,49	23,15	vest.	-	2,15	0,13	-	-	0,07	-	-	Carreira, 1994		
27.						71,73	25,28	vest.	-	2,72	0,1	-	-	0,1	-		-	
28.						B/9 (média)	73,1±1,4	24,3±11,1 (?)	vest.	-	2,4±0,3	0,2±0,1	-	-	0,1±0,0		-	-
29.			tranchet	B/10	69,93	30,07	-	-	-	-	-	-	-	vest.	-		-	
30.						69,20	30,85	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
31.			fibula	B/11	76,63	23,36	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
32.						B/11 (média)	72,91±3,7	27,10±3,75	-	-	-	-	-	-	-		-	
33.			cavilha com argola	B/12	84,97	14,64	-	-	-	-	-	-	-	0,19	-		-	
34.						83,15	11,70	5,90	-	-	-	-	-	0,06	-		-	
35.			navalha	B/13	82,32	17,68	vest.	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
36.						80,89	19,16	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
37.					B/13 (média)	81,6±0,7	18,4±0,7	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
38.			ponta	AB/1	96,53	vest.	1,40	2,07	-	-	-	-	-	-	-		-	
39.				conto de lança	AB/2	79,67	20,33	vest.	-	-	-	-	-	-	-		-	-
40.							80,13	19,87	vest.	-	-	-	-	-	-		-	-
41.						AB/2 (média)	79,9±0,2	20,1±0,2	vest.	-	-	-	-	-	-		-	
42.				foice de alvado	AB/4	85,06	14,91	-	-	-	-	-	-	-	0,03		-	-
43.							83,06	15,62	-	-	-	-	-	-	0,01		-	-
44.							AB/4 (média)	84,1±1,0	15,3±0,4	-	-	-	-	-	0,02±0,01		-	-
45.				fibula	MB/1	51,39	48,60	vest.	-	-	-	-	-	-	0,01		-	-
46.							53,11	46,89	-	-	-	-	-	-	-		-	-
47.						MB/1 (média)	52,3±0,8	47,7±0,8	-	-	-	-	-	-	-		-	-
48.				fibula	MB/2	75,97	24,03	-	-	-	-	-	-	-	0,01		-	-
49.							67,02	32,98	-	-	-	-	-	-	-		-	-
50.						MB/2 (média)	71,5±4,5	28,5±4,5	-	-	-	-	-	-	-		-	-

N.	Sítio	Concelho	Tipo	Rif análise	Cu	Sn	Fe	As	Pb	Ag	Ni	Zn	Sb	Bi	outros	Bibliografia
51.	Penedo de Lexim	Mafra	ponta de lança	IGN017.05567	69,9	24,5	5,4	-	<0,34	-	-	-	<0,20	-	-	Sousa et al., 2004
52.					73,1	23,8	2,86	-	<0,34	-	-	-	<0,20	-	-	
53.					63	31,7	5,11	-	<0,34	-	-	-	<0,20	-	-	
54.					62,5	30,0	7,24	-	<0,34	-	-	-	<0,20	-	-	
55.			machado	IGN017.02534	81,6	17,3	0,23	<0,4	<0,24	-	-	-	<0,20	-	-	
56.					80,3	18,5	0,15	<0,4	0,26	-	-	-	<0,20	-	-	
57.			lâmina	IGN017.04979	80,5	17,4	2,02	-	-	-	<0,44	-	-	-	-	
58.			argola	IGN017.05571	59,4	32	7,8	<0,4	<0,24	-	-	-	0,32	-	-	
59.					62,5	27,3	9,29	<0,4	<0,24	-	-	-	0,26	-	-	
60.			indeterminado	IGN017.05572	43,6	44,7	11,1	-	0,54	-	-	-	<0,20	-	-	
61.			indeterminado	IGN017.05576	57,6	29	6,1	-	8,14	-	-	-	-	-	-	
62.			argola	IGN017.09561	71,4	23,6	4,15	-	0,34	-	-	-	<0,20	-	-	
63.					69,5	24,3	5,44	-	0,26	-	-	-	<0,20	-	-	
64.			escopro	IGN017.09561	74,1	19,4	5,86	<0,4	<0,24	-	-	-	<0,20	-	-	
65.					72,4	21,4	5,86	<0,4	<0,24	-	-	-	<0,20	-	-	
66.			indeterminado	IGN017.10577	61,5	31,3	2,14	-	5,16	-	-	-	-	-	-	
67.			argola	IGN017.10583	43,1	53,4	2,9	<0,4	<0,24	-	-	-	-	-	-	
68.	Cabeço de Maria Candal	Ourém	machado de alvado 1ARQ86	gume	84,55	14,97		0,100	0,186	0,074	0,048		0,073			Gutierrez Neira et al., 2011
69.				alvado	83,25	16,11		0,127	0,345	0,139	0,033					
70.			machado de alvado 2ARQ87	gume	85,07	14,83				0,037	0,060					
71.				alvado	85,32	14,48	0,061	0,038		0,037	0,043					
72.			machado de alvado 3ARQ85	gume	86,39	13,30		0,118	0,060	0,037	0,050		0,048			
73.				alvado	86,88	12,75	0,016	0,121	0,081	0,046	0,054		0,058			
74.			machado de alvado 4ARQ84	gume	85,80	13,77	0,016	0,134	0,123	0,050	0,048		0,055			
75.				fractura	83,78	15,90		0,124	0,097	0,047	0,057					
76.			machado de talão 8ARQ83	gume	86,34	13,29		0,193	0,083	0,036	0,057					
77.				talão	86,39	13,16		0,160	0,075	0,087	0,050		0,071			
78.			escopro 5ARQ81	corpo	83,52	16,08		0,116	0,130	0,096	0,057					
79.				extr. distal	86,46	13,13		0,163	0,102	0,034	0,061		0,055			
80.			tenaz 6ARQ79	extr. distal	88,40	11,58					0,019					
81.			punhal 7ARQ82	lâmina	87,32	12,04	0,067	0,311	0,179	0,045	0,038					
82.				extr. distal	83,99	15,14		0,519	0,197	0,065	0,038		0,058			
83.	disforme 9ARQ86	corpo	86,79	12,89			0,036	0,075	0,075	0,049		0,086				
84.	Vendas das Figueiras	Penela	ponta de lança	SAM 1513			<0,001	2,5		0,017			1,2	vest.	Bittel et al., 1968, p. 26	

* Os metais de Coles de Samuel foram parcialmente analisados em Coffyn, 1985, p. 402. Atualmente, no âmbito do trabalho de um de nós (CB), procedeu-se à realização de novas análises que incidiram não apenas sobre a composição química do conjunto, como também sobre a respetiva caracterização metalográfica.

se trata, em ambos os casos, de análises que incidiram sobre a camada superficial, sendo que os resultados poderão estar alterados devido à presença de elementos de corrosão.

Com efeito, os processos de corrosão podem levar a um enriquecimento de determinados elementos, concretamente de Sn, face a uma dissolução seletiva do Cu («*decuprification*»), o que explicaria os resultados obtidos nestes conjuntos (Robbiola *et al.*, 1998, p. 2104). Mas se restringirmos a nossa observação aos outros casos em que a metodologia de análise contemplou a extração de amostras ou o polimento da patina, nota-se como a presença média de Sn desce sensivelmente (~12 %).

Em segundo lugar, a composição química dos diversos objetos não parece estar relacionada com fatores tipológicos: ao considerarmos o grupo das armas (espadas, punhais e pontas de lança), por exemplo, observamos como, com a exceção de uma das espadas de Casal de Fiéis de Deus, as restantes peças apresentam um padrão composicional que, se bem que influenciado pelas diversas metodologias analíticas adotadas (i.e. análise da superfície ou do metal), revelam o mesmo padrão composicional, tratando-se de ligas binárias, com teores reduzidos de elementos secundários (fig. 18).

Esta tendência também é confirmada ao isolarmos os dados relativos aos utensílios (fig. 19), aos objetos de adorno e a outros materiais (fig. 20).

A exceção vai para um grupo de metais do Penedo de Lexim (Mafra) que apresentam valores de Fe muito elevados, o que foi explicado pelos autores do estudo pelo facto de os resultados estarem influenciados pela camada de corrosão (Sousa *et al.*, 2004, p. 107).

Em terceiro lugar, e ainda no que respeita a presença de Fe, não podemos deixar de realçar que os resultados patentes no quadro 1 mostram composições químicas pobres de Fe, à exceção, como acabámos de ver, dos de Penedo de Lexim. Se estes estarão condicionados pela constituição da patina superficial, a verdade é que, de uma forma geral, a ausência de Fe constitui um indicador indireto da tecnologia de fabrico. Com efeito, os objetos em cobre e respetivas ligas produzidos a partir de processos de redução realizados em vasilhas apresentam teores de Fe muito baixos, geralmente inferiores a 0,5 %, uma vez que com elas é difícil atingir uma atmosfera suficientemente redutora para que os minerais de ferro, presentes como impurezas no minério de cobre, se possam reduzir à sua forma metálica. Deste modo, o Fe não é incorporado no metal fundido e no próprio artefacto, aparecendo apenas sob forma de elemento vestigial (Craddock e Meeks, 1987).

Finalmente, é ainda de referir a inexistência de ligas ternárias na metalurgia do Bronze Final da região em análise, o que está em sintonia com a generalidade das produções do Ocidente Peninsular, nomeadamente no Centro do território

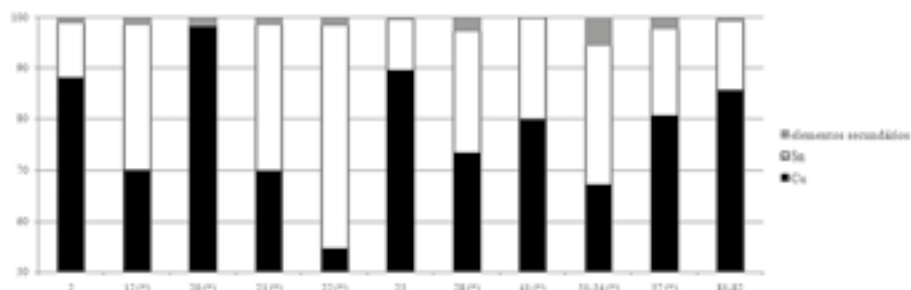


Fig. 18 – Histograma da composição química das armas analisadas na Estremadura. O número de identificação das peças corresponde ao número com que identificámos os artefactos, no quadro 1.

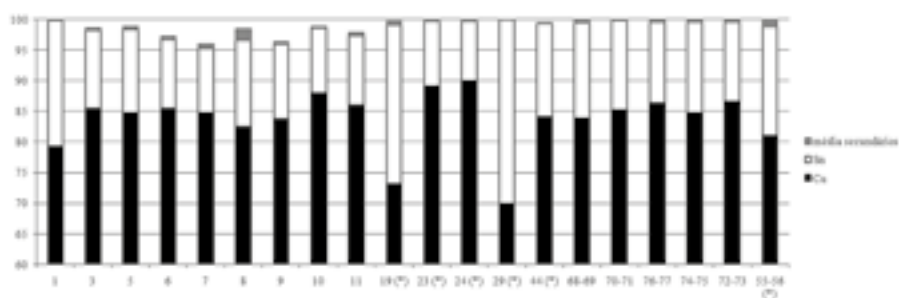


Fig. 19 – Histograma da composição química dos utensílios analisados na Estremadura.

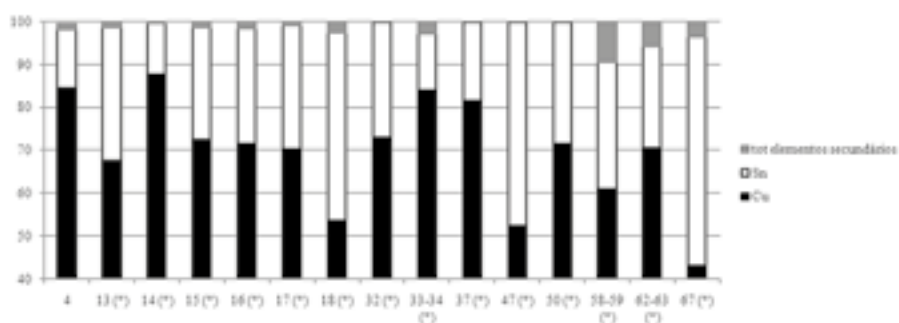


Fig. 20 – Histograma da composição química dos objetos de adorno analisados na Estremadura.

português (Rovira Llorens, 1995; Vilaça, 1997; Valério *et al.*, 2006). Pelo contrário, como se sabe, no Noroeste da Península, as produções ternárias são frequentes e fundamentalmente adscritas a determinados machados, aproximando-as neste aspeto das produções do mundo atlântico. Todavia, dados recentes e em parte inéditos alteram esta visão e apontam para uma maior dispersão deste tipo de ligas, concretamente na região compreendida entre o Douro e o Tejo¹⁵.

Em conclusão, temos, no depósito, artefactos produzidos com ligas binárias (Cu e Sn), com uma presença tendencialmente elevada de estanho e uma presença insignificante de elementos secundários. Entre estes, destaca-se o Fe com presença absolutamente vestigial e em apenas três peças. Este dado é importante, uma vez que representa um indício indireto da utilização de vasilhas fornos no âmbito dos processos produtivos. De acordo com os dados composicionais, os metais de Cabeço de Maria Candal enquadram-se numa metalurgia típica da região estremenha, sendo que, independentemente da tipologia e das respetivas influências, os objetos deverão representar produções locais.

¹⁵ Dados e respectiva discussão em trabalho de um dos autores (C. B.). Cf. nota 3.

5.2. Metalografias

Ao contrário do que se tem verificado em Espanha, onde são já numerosas as publicações sobre estudos metalográficos, nomeadamente as que Salvador Rovira e equipa têm produzido, esta vertente de investigação não tem grande tradição na arqueologia portuguesa. Com efeito, ao contrário do que se regista com estudos de composição química, a caracterização da microestrutura dos objetos só recentemente, e após o trabalho pioneiro de meados dos anos noventa do século passado da autoria de Monge Soares e colaboradores sobre a região sul de Portugal (Soares *et al.*, 1996, p. 578-579), esta técnica analítica, de resto fundamental, ganhou espaço nas publicações sobre metalurgia arcaica do território atualmente português¹⁶.

Para a região de que nos ocupamos, encontram-se disponíveis os resultados recentemente publicados sobre a ponta de lança da gruta do Algarinho (Penela) (Figueiredo *et al.*, 2011), a que se juntam agora as metalografias dos artefactos do Cabeço de Maria Candal.

Neste estudo, que nos revelou importantes pistas para a reconstrução das técnicas utilizadas na manufatura dos objetos, observaram-se duas microestruturas distintas (fig. 21).

Um primeiro grupo de artefactos, concretamente três machados de alvado, a tenaz, o punhal e o escopro mostram a ocorrência de grãos recristalizados com bandas de deformação. A intensidade da deformação sofrida pelos artefactos também é evidente pela própria morfologia das inclusões de Cu-Sn, achatadas e tendencialmente orientadas na mesma direção¹⁷. Esta microestrutura sugere que,

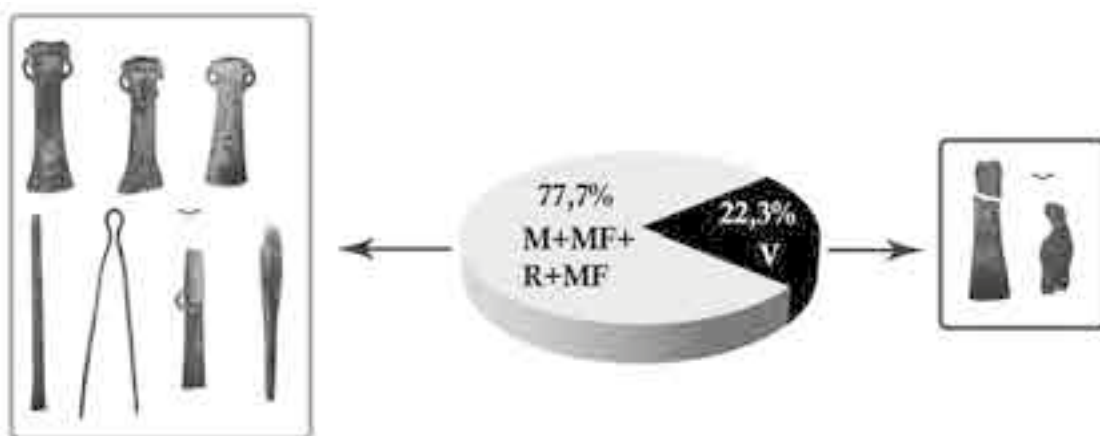


Fig. 21 – Cadeias operatórias documentadas com base na observação metalográfica.

¹⁶ Referimo-nos aos diversos trabalhos desenvolvidos nos últimos anos pelo Instituto e Tecnologia Nuclear (Sacavém) sob coordenação da Prof.ª Fátima Araújo.

¹⁷ Infelizmente, a publicação das imagens a preto e branco neste trabalho não permite distingui-las com total clareza.

após vazamento do metal líquido no interior do molde, os artefactos foram submetidos a repetidos tratamentos termomecânicos, isto é, a ciclos de deformação plástica através de martelagem e de recozimento. A presença de bandas de deslizamento indica que a cadeia operatória foi ultimada com um derradeiro ciclo de forja a frio.

Dentro das seis cadeias operatórias identificadas por Rovira Llorens (2004, p. 21) trata-se da combinação mais complexa. A aplicação destes tratamentos térmicos e de deformação plástica apontam para uma preparação escrupulosa das diversas peças, com o objetivo de conferir ao metal maior dureza e resistência física.

É igualmente preciso realçar que este tipo de cadeia operatória foi aplicado indistintamente das características morfológicas, sendo que machados de talão e de alvado, tenaz, punhal e escopro sofreram o mesmo tipo de tratamento. Isto indica que os distintos tipos de artefactos não parecem ter influenciado os aspetos tecnológicos, documentando-se a tendência para a aplicação de ciclos de recozimento e de martelagem. Também não parece haver qualquer tipo de relação entre o estado físico das peças e as respetivas técnicas de fabrico.

Note-se ainda que no punhal observam-se duas microestruturas distintas (fig. 14): na amostra, correspondente à extremidade da ponta, são visíveis grãos recristalizados e cortados por bandas de deslizamento na zona do fio, enquanto que na superfície da lâmina conservou-se uma estrutura dendrítica residual de vazamento. Esta situação aponta para a ocorrência de uma preparação seletiva do punhal, com uma afiação e endurecimento do gume da arma, através de tratamentos termomecânicos localizados. As medidas de microdureza confirmam o efeito de endurecimento do fio mediante forja que alcança um valor de 247 HV e que duplica o do metal na sua zona interna (122 HV). Um aspeto interessante a realçar é que este tipo de microestrutura já foi observado em outras armas laminares, concretamente num grupo de espadas de La Ría de Huelva (Rovira Llorens, 1995, p. 49).

Um segundo grupo constituído pelo pedaço disforme e por um dos machados de alvado apresenta uma microestrutura de tipo dendrítico. Esta situação indica que o metal, após vazamento, não foi sujeito a qualquer tipo de tratamento posterior à remoção da peça do molde. Nestes casos também são visíveis inclusões de Cu-Sn, tendencialmente localizadas em posições interdendríticas.

Se para o pedaço disforme, possivelmente utilizado como «reserva» de metal no âmbito dos processos de reciclagem e de refundição, era expectável uma microestrutura de vazamento, já no que toca o machado de alvado este tipo de microestrutura é de entendimento menos imediato. Todavia, articulando-a com o estado físico da peça – a mais incompleta e fraturada do conjunto – não é impossível que a falta de qualquer tipo de tratamento termomecânico e o estado físico possam

apontar para um erro de fundição, isto é, de um vazamento mal sucedido que não justificou ulterior acabamento. De todo o modo, este tipo de microestrutura não é inédito em machados de alvado, uma vez que foi recentemente identificado num exemplar com uma argola, neste caso completo, procedente do Lugar da Bouça (Vila Nova de Famalicão) (Bottaini *et al.*, 2012).

Concluindo, do ponto de vista metalográfico, verificou-se que os objetos foram adequadamente preparados através de ciclos de tratamentos termomecânicos bastante intensos para serem utilizados em atividades práticas. Este aspeto parece não ter dependido de fatores tipológicos, uma vez que é comum a instrumentos de trabalho (machados, tenaz, escopro) e às armas (punhal). Os valores obtidos com as microdurezas confirmam esta situação, apontando, de facto, para uma «vida ativa» das peças do depósito, preparadas através de ciclos de tratamentos termomecânicos bastante intensos e por vezes seletivos (punhal), nas suas partes funcionais (gumes e zonas cortantes).

6. O CONJUNTO DOS ARTEFACTOS E SUA INTERPRETAÇÃO

6.1. Tipos e funcionalidades, o todo e as partes

Como foi acertadamente afirmado, um depósito «*offer something more than the sum of their parts*» (Barber, 2003, p. 38). Significa isto que os elementos de um depósito (com mais do que uma peça, como é o caso) não só possuem significado em si mesmos, como também podem e devem expressar distintos sentidos em função da variabilidade das associações que oferecem, para além, naturalmente, das potenciais significâncias ditadas pelos contextos local e regional. Mas sem cada uma das partes não haveria depósitos e sem as nove (dez) peças do Cabeço de Maria Candal não teríamos *este* depósito. Vejamos, pois, de seguida, cada uma delas para voltarmos, de novo, ao todo, isto é, à especificidade deste depósito.

6.1.1. As partes

Nos dois capítulos anteriores apresentámos os elementos caracterizadores dos artefactos, ou seja, elaborámos, de algum modo, o essencial dos respetivos «bilhetes de identidade», na aparência e na essência. Importa agora ir mais além e valorizar culturalmente essas linhas definidoras.

Machado de talão unifacial

Correspondendo ao tipo 36 B (*Beira Litoral*) de Monteagudo (1977, p. 211), o machado de talão unifacial apresenta uma distribuição geográfica bastante limitada ao norte e centro de Portugal, região esta que corresponderá, muito provavelmente, à sua genuína zona de fabrico (Coffyn, 1985, p. 267). O achado na

Sr.^a da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul) de um molde em bronze, e respetivo machado, de maiores dimensões do que o de Freixianda, reforçam esta proposta (Silva *et al.*, 1984, Est. III). Outros exemplares do mesmo grupo 36 são conhecidos na Beira Litoral e Estremadura como testemunham os encontrados nos Penedos Altos (Alvaiázere), Serra dos Carrascos (Alvaiázere/Ansião)¹⁸, Fonte Santa (Alcobaça), Bico da Vela (Pragança), Cesareda (Óbidos), Coles de Samuel (Soure), entre outros (Rocha, 1904; Savory, 1951, p. 366; Pereira, 1971; Monteagudo, 1977; Coffyn, 1985, Carte 41¹⁹; Vilaça, 2006a, p. 45). Quando conhecidos, verifica-se a presença deste tipo em contextos de depósito, de povoado ou nas suas imediações.

Este tipo é raro fora daquelas regiões, embora esteja presente, por exemplo, e não surpreendentemente, no depósito de Monte Sa Idda (Cagliari, Sardenha) onde, de resto, outras produções do Ocidente Peninsular também se encontram (Taramelli, 1921).

Para além do tipo de encabamento, elemento estruturante deste tipo de machado, a característica distintiva é a de apresentar uma das faces planas. Este atributo peculiar traduzindo certamente solução funcional específica – talvez mais adequado ao desbaste de madeira do que ao seu corte –, também poderá expressar, em nossa opinião, um certo “estilo” regional característico do Centro do território português, onde «marca» idêntica caracteriza as foices de «tipo Rocanes»²⁰, igualmente com uma das faces planas, e com igual distribuição concentrada na fachada atlântica peninsular (Coffyn, 1985, Carte 43).

O gume esboroadado do caso do exemplar da Freixianda deverá traduzir uso intenso compatível com a cadeia operatória inerente ao processo de fabrico de que foi alvo. A sua deposição terá decorrido, assim, após uma «vida intensa».

Machados de alvado

Os quatro exemplares do depósito em estudo enquadram-se no tipo 42 A (*West-Portugal*) de Monteagudo (1977, p. 250), embora com dissemelhanças formais e estados de conservação distintos. Quanto às dimensões, sendo próximas, revelam diferença de pesos na ordem de c. de 125 g. Apenas um (1 ARQ86) se encontra completo, exibindo outro (3 ARQ85) assinaláveis vestígios de uso

¹⁸ Sobre a localização de achado deste exemplar, veja-se discussão em Vilaça (no prelo).

¹⁹ A recorrência aos mapas de distribuição de tipos elaborados por Coffyn (1985) não deve ser entendida como ignorância da parte dos autores relativamente a outros achados ocorridos posteriormente à publicação da obra. Exatamente por os conhecerem, considera-se que aqueles permanecem válidos em termos tendenciais e globais, não sendo objectivo deste trabalho proceder à atualização de cartografia de distribuição de tipos nem à elaboração de «mapas de recuperação».

²⁰ A questão da funcionalidade das foices de bronze, por um lado, e da sua coexistência, por vezes, nos mesmos contextos, com as foices compostas de elementos líticos, por outro, são aspectos a merecer ainda cabal entendimento. Veja-se sobre o assunto Vilaça, 1995, p. 332; Vilaça e Arruda, 2004, p. 18.

intensíssimo com total deformação do gume. Possuindo também uma das argolas em falta, com fratura antiga, por ventura causada por aquele, diríamos que foi depositado após uma «vida levada à exaustão». A «boca» do machado 2 ARQ87 apresenta fissuras e fratura antiga. Por sua vez, o que se encontra mais fraturado (4 ARQ84), com a maior parte do alvado em falta, de que resta um pedaço, ostenta fraturas antigas e recentes. É possível que também tenha sido fraturado inadvertidamente na altura de achado, não tendo sido recolhida a parte em falta. É igualmente o único, como já referimos, que não foi sujeito a tratamento termomecânico, talvez por defeito de fundição. Terá tido, assim, «morte prematura».

A homogeneidade tipológica dos machados de alvado dilui-se quando nos distanciamos dessa focagem dominadora, explorando outras que nos revelam «percursos de vida» bem distintos para estes machados.

A distribuição deste tipo é globalmente idêntica à dos machados de talão unifaciais, embora o número de peças seja bastante superior. Recorrendo ao mapeamento de Coffyn (1985, Carte 42), verifica-se que a Estremadura corresponde a uma das duas áreas principais de concentração deste tipo de machados (a outra é o Noroeste), concretamente os de duas argolas como são os que analisamos. Por isso, não admira que a associação de ambos os tipos em depósitos ocorra em outras situações para além da do Cabeço de Maria Candal, como acontece, por exemplo, nos de Coles de Samuel (Pereira, 1971; Melo, 2000, p. 58) e de Abrigada (Alenquer) (Savory, 1951, p. 366 e 369), neste caso mais precisamente de Casais da Pedreira, Abrigada (Alenquer), com um machado de alvado e um de talão unifacial «encontrados ao remover-se uma grande pedra, num esconderijo» (Barbosa, 1955, p. 112-113, *apud* Costa, 2006, p. 24)²¹. Note-se ainda que são os depósitos de Freixianda e de Coles de Samuel os que apresentam maior concentração de machados de alvado, ambos com quatro exemplares de duas argolas, não obstante as outras diferenças em termos de associação tipológica.

Na Beira Litoral e Estremadura, além de machados deste mesmo tipo, i.e. de alvado com dois anéis, como também são os do Brejo (S. Simão de Litém, Pombal) (Ferreira, 2006, p. 130-131), Reguengo do Fetal (Batalha) (Ruivo, 1993), Vale Centeio (Pombalinho, Soure), Juncal (Alcobaça), Tomar (Hardaker, 1976, p. 171, figs. 4-3), entre outros, está presente a variante, bastante mais rara,

²¹ Este depósito, também identificado com o topónimo Serra da Neve e pertencente ao Museu Municipal de Alenquer Hipólito Cabaço, não deverá ser confundido com um outro machado de alvado de Abrigada, cuja proveniência foi possível atribuir à Quinta da Escota (Abrigada, Alenquer) e que integra a colecção do Museu Arqueológico do Carmo (Costa, 2006, p. 23). Agradecemos ao Dr. Miguel Cipriano Costa as informações prestadas sobre este assunto. Aliás, o assunto tinha já sido tratado por Gomes e Domingos (1994, p. 9), que sublinham a particularidade de o machado ter dado origem a uma das primeiras notícias arqueológicas na imprensa portuguesa. Nesse sentido, deverá também ser tida em conta a necessária correcção inserta no catálogo daquele museu (Vilaça, 2005, p. 130).

de um só anel como o recém-identificado, mas ainda inédito, da zona de Anaca (Ansião)²².

A funcionalidade específica dos diversos tipos de machados do Bronze Final é assunto em aberto porque nunca tratado em profundidade com recurso, nomeadamente, a ensaios de Arqueologia Experimental. Mas alguns investigadores, como Monteagudo (1977), não passaram ao lado desta questão.

Também Hardaker considerou que os machados de alvado de duas argolas seriam utilizados como enxós, portanto para o trabalho da madeira, ou picaretas, argumentando para isso, o que nos parece frágil, que a maioria se encontrou em regiões que hoje possuem densos bosques (Hardaker, 1976, p. 158, 160-161).

Um outro contributo, com argumentação diversa, foi prestado por Kalb, ao considerar que a diferença de peso entre os machados de talão, mais pesados (com c. de 1 kg e mais), e os de alvado (com peso entre c. de 300 e 500 g) expressará distinta funcionalidade (Kalb, 1980a, p. 116). Se é admissível e provável que uma diferença de peso poderá traduzir vários usos, parece-nos que aqueles parâmetros não poderão ser aceites em termos absolutos, nem até mesmo aproximados, desde logo porque, ao nível dos machados de alvado a variabilidade de tamanhos é enorme (ao contrário do que sucede com outros tipos) e, consequentemente, o peso, ultrapassando com frequência os 500 g, como bem demonstram, aliás, os casos em estudo: 753 g, 927 g, 855 g e 743 g. Quanto aos machados de talão, Kalb (1980b, p. 34) sugere um uso no trabalho da madeira, concretamente na construção de barcos.

Punhal

Pela sua configuração, o punhal de Freixianda aproxima-se dos punhais de «tipo Porto de Mós», a que se atribui criação peninsular e especificamente «lusitana», entenda-se do Centro do território português (Coffyn, 1985, p. 171 e 181). Não deixa de ser estranho o desconhecimento nesta região, segundo cremos, de moldes de punhais de «tipo Porto de Mós», também circunstancialmente designado de «tipo Huelva» (Savory, 1951, p. 373). Só muito recentemente, no âmbito da orientação de trabalho académico, um de nós (R. V.) identificou um fragmento de molde de punhal (em estudo) proveniente do Cabeço da Bruxa (Alpiarça), próximo do Alto do Castelo, onde também tinha sido encontrado um punhal do mesmo tipo (Kalb e Höck, 1988, fig. 3).

A distribuição do «tipo Porto de Mós» percorre vastas regiões, do Minho às Beiras e Baixo Alentejo, hoje com exemplares em número bastante superior ao disponibilizado por Coffyn (1985, Carte 40). É notável o conjunto que se localiza no centro da fachada atlântica. Para além do exemplar epónimo publicado

²² Informação do Dr. José Eduardo Reis Coutinho, a quem agradecemos.

por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, Est. XIX) e dado como perdido (Coffyn, 1985, p. 390), embora mimético, nas dimensões e fraturas, a um dos atribuídos a Cesareda (Óbidos)²³ (Coffyn, 1985, Planche XXXIX-5), contam-se os da Gruta das Lapas (Cadaval), Curral das Cabras (Bombarral), Cabeço do Jardo (Maxial), Alto do Castelo (Alpiarça), Alvaiázere, etc. (Coffyn, 1985, Carte 40; Kalb e Höck, 1988, fig. 3; Cardoso, 2004, p. 194).

Em termos contextuais, os punhais associam-se a uma grande diversidade de situações: deposições singulares ou plurais, em lugares naturais, incluindo grutas, e em habitats. No que respeita as associações, note-se ainda que, no centro do atual território português, os punhais estão presentes em depósitos bastante heterogéneos, conjuntamente com uma assinalável variedade de morfologias e de artefactos em distintos estados físicos, como bem ilustram, para além do de Cabeço de Maria Candal, os casos dos depósitos de Porto do Concelho e da Quinta do Ervedal (Fundão) (Jalhay, 1944; Coffyn, 1985, Planches XLI, XLII-A, XLIV e XLV-1 a 18; Vilaça, 2006a, p. 85, fig. 45 e p. 88, fig. 48).

O punhal de Cabeço de Maria Candal apresenta, como vimos, a ponta com fratura antiga, não nos sendo possível determinar a origem ou motivo da fratura: casual ou inscrita em rituais de condenação de armas, por destruição física?

Mas o punhal de Cabeço de Maria Candal é particularmente interessante porque parece não ter sido fundido de raiz, antes concebido a partir da transformação do terço distal da lâmina de uma espada, como, aliás, Monteagudo já sublinhara de forma explícita (Monteagudo, 1977, p. 212). Pela configuração da lâmina, que converge de modo algo abrupto, não é de afastar a possibilidade de a peça preexistente corresponder a uma espada de tipo «língua de carpa». A lâmina foi trabalhada, definindo-se uma lingueta para encabamento, mas não individualizada daquela como é característica nos típicos punhais de «tipo Porto de Mós».

Trata-se de uma forma alternativa de reciclagem de artefactos, que não se confinava a mera refundição, mas também a adaptação, esta naturalmente com limitações óbvias ditadas pela forma da peça de origem. Pelo contrário, com a primeira solução, tudo era possível, podendo «nascer» algo completamente de distinto da «peça mãe». Deste modo, a «vida» do punhal do Cabeço de Maria Candal foi bem distinta da dos demais artefactos, passando por verdadeira metamorfose.

A reciclagem de artefactos por transfiguração física é assunto que não tem tido merecida atenção na arqueologia portuguesa. Contudo, o reaproveitamento de lâminas de espadas para o fabrico de punhais é já referido por Coffyn (1985, p. 174). Esta prática de reciclagem a partir de peças fraturadas, igualmente exigente em termos de perícia por parte do artífice, foi também identificada, com

²³ Esta nossa observação converge com a informação que nos foi entretanto prestada pela Dr.^a Ana Melo (MNA), a quem agradecemos.

quase toda a certeza, no pequeno punhal proveniente da Tapada das Argolas (Fundão) atribuído aos finais da Idade do Bronze (Vilaça *et al.*, 2002-2003, p. 190 e fig. 7-2; Vilaça, 2006a, p. 19 e fig. 2), bem como na lingueta de punhal de «tipo Porto de Mós» do Castro da Argemela (Fundão), cuja fratura foi afiada para definir um gume (Vilaça *et al.*, 2011). Outras situações que conhecemos onde se identificaram peças reutilizadas são o punhal de Alhambras (Manzanera, Teruel), de cronologia mais antiga (Rodríguez de la Esperanza, 2005, p. 114) e alguns do depósito de Puertollano (Ciudad Real) (Montero-Ruiz *et al.*, 2002, p. 16 e 24).

Note-se que este breve elenco de artefactos reciclados não reúne total homogeneidade: uns são resultantes de transformações de outros tipologicamente distintos (espada/punhal); outros expressam meras adaptações de preexistências (punhal/gume).

Estes «novos» artefactos correspondem aos que já se denominaram como «*outils de seconde intention*» (Boutoille e Milcent, 2006), embora nem todos expressem, necessariamente, as mesmas intenções. O óbvio será o reaproveitamento de peças fraturadas, pelo valor do metal, de forma mecânica e expedita, sem recurso a refundição. O pequeno fragmento de punhal do Castro do Cabeço da Argemela, tipologicamente datável do Bronze Final, embora proveniente de um contexto de uso da II Idade do Ferro, num momento em que o bronze poderia ser difícil de obter, insere-se bem nesta linha interpretativa, marcadamente oportunista.

Mas a transformação de uma espada, acidental ou intencionalmente fraturada, num punhal de um mesmo contexto cultural, como é o caso do da Freixianda, pode prestar-se a um leque de interpretações mais amplo, desde o estritamente utilitário ao de cariz marcadamente simbólico decorrente de toda a carga historiográfica que uma espada, enquanto «arma nobre», poderia aglutinar. No caso, não sabemos dizer qual foi. O que parece evidente é que reciclar artefactos por refundição seria muito diferente de os reciclar por adaptação ou transformação. Aquela exigia a mestria do artífice-fundidor, que condenava o artefacto, de forma irremediável, na sua essência física. A transfiguração conservava memória do objeto, que não era eliminado, antes passava a uma nova etapa da sua vida, ou seja, continuava em construção a sua “biografia cultural” (Kopytoff, 1986; Gosden e Marshall, 1999).

Escopro

O escopro é uma outra peça digna de especial referência e das mais interessantes entre os casos congéneres conhecidos e publicados. Escopros simples de gume retilíneo em duplo bisel como este são relativamente comuns em contextos da Idade do Bronze do território português, quer de natureza habitacional, quer formando parte de depósitos, mas nenhum se oferece com tão grande dimensão e correlativo peso. De norte a sul, o que mais se aproxima do de Freixianda, que

mede 26 cm, é o atribuído ao concelho de Santiago de Cacém, com o comprimento de 20,1 cm (Vasconcelos, 1915, p. 359).

A produção local ou regional deste tipo de artefacto está atestada pelos moldes conhecidos em diversos habitats, designadamente da região das Beiras, de que se destaca o molde duplo do Crasto de Santa Luzia (Viseu) (Russel-Cortez, 1970).

Como referimos, são conhecidos escopros em depósitos, nomeadamente em alguns dos mais importantes, pelo número e variedade de peças, do Centro do território português, como os de Vila Cova de Perrinho (Vale de Cambra) (Brandão, 1963)²⁴, Coles de Samuel (Pereira, 1971, p. 174) ou Carrasqueiras (Alvaiázere) (Vasconcelos, 1917, p. 145). Em todos eles, conjuntamente com os escopros, encontra(va)m-se²⁵ machados de diversos tipos.

O escopro e outros objetos congêneres são instrumentos de percussão com os quais se podiam trabalhar a madeira, a pedra, o metal, o couro, etc. Um escopro num contexto relacionado com o metal podia ter tido diversos significados. Desde logo, seria com escopros que se trabalhariam as matrizes dos moldes de pedra utilizados na produção metalúrgica. Com escopros podiam cortar-se outros artefactos metálicos. Mas a associação recorrente de escopros a machados também pode evocar o trabalho da madeira e da carpintaria, atividades tão mal conhecidas porque da órbita da «arqueologia das imaterialidades». No caso do escopro de que nos ocupamos, para além da notável dimensão antes referida, sublinhe-se que a sua microdureza – a mais elevada de todas as peças do depósito – revela o interesse em se conseguir um fio bem duro e resistente.

Tenaz

A tenaz do Cabeço de Maria Candal constitui-se como uma das peças mais interessante do conjunto, seja pela presumível funcionalidade, seja pela exclusividade do tipo no Bronze Final da Península Ibérica. Aliás, a sua raridade no mundo atlântico é manifesta, sendo-nos apenas possível apresentar um outro caso similar pertencente ao depósito bimetálico de Heathery Burn Cave (Durham, Inglaterra) com cronologia do séc. XI-IX a. C. (Evans, 1881, p. 185; Britton, 1968, fig. 70; 1971)²⁶. Conhecem-se outros exemplares, inclusive na Península Ibérica, mas são todos bastante mais tardios.

Pelo contrário, tenazes em bronze são relativamente comuns no Mediterrâneo Oriental, região para a qual foram definidos dois tipos. Vagnetti (1985)

²⁴ A natureza deste conjunto foi recentemente alvo de discussão, com novas propostas interpretativas (Bottaini e Rodrigues, 2011).

²⁵ O escopro de Carrasqueiras terá sido encontrado juntamente com machados do mesmo metal cujo paradeiro é desconhecido (Vasconcelos, 1917, p. 145; Vilaça, 2006, p. 44-45; no prelo).

²⁶ Agradecemos ao Dr. Brendan O'Connor e à Dr.ª Mafalda Raposo as diligências desenvolvidas para obtermos os textos de Britton sobre o achado de Heathery Burn Cave.

distingue as de «tipo Egeu», com argola central, e lâminas divergentes, bem documentado em Creta, e as de «tipo Levantino», com argola central, ombros amplos e marcados e por braços paralelos, presentes no Próximo Oriente.

Em rigor, o exemplar que estudamos não se integra em nenhum, uma vez que possui braços divergentes e é desprovido de ombros (ou estão atrofiados), mas revela afinidades mais próximas com as de «tipo Levantino», bem representadas na Sardenha, conforme expressam sete exemplares publicados (Lo Schiavo *et al.*, 1985, p. 23-25; 2005, p. 294). A de Freixianda atinge o notável comprimento de 28,4 cm, superior ao de várias daquelas.

Alguns investigadores que têm estudado este tipo de peças defendem o seu uso no âmbito do trabalho do metalurgista, que as utilizaria para manusear artefactos incandescentes, como pegar nos cadinhos ou retirar os objetos dos moldes²⁷ (Coghlan, 1975, p. 97-98; Lo Schiavo, 2005, p. 294). Todavia, estas ações poderiam concretizar-se com tenazes de vime, madeira, ou outro material perecível, com a vantagem de mais simples e barato fabrico, para além de serem boas isoladoras de calor (Coghlan, 1975, p. 98), ao contrário das ligas de cobre. Isso explicaria a raridade das de bronze em contextos de intensa e dinâmica produção desta metalurgia como foi a de finais da Idade do Bronze, reconhecendo-se, assim, que a sua manipulação seria de uso menor, ou dispensável, no trabalho do bronze (Lo Schiavo *et al.* 1985, p. 23). Porém, como adverte Armbruster (2000, p. 60), as pinças eram imprescindíveis para manipular um objeto num recipiente com ácidos, igualmente fundamentais no ateliê do bronzista, ou então apenas para prensão de um objeto no trabalho a frio. O que não parece ser favorável é uma função específica no trabalho ligado ao fogo. A respeito da funcionalidade do exemplar de Freixianda, reconhece-se que é impossível determinar uma função precisa (Armbruster, 2000, p. 60).

Outros autores defendem que essas pinças seriam aplicadas no trabalho do ferro (Giardino, 2005, p. 502), o que não parece absolutamente seguro tendo em conta a forma das extremidades do tipo em questão, pouco adequadas à prensão firme e segura de um objeto e, aliás, bem diferentes das que surgem em contextos mais tardios com pleno trabalho de forja do ferro.

Por conseguinte, a tenaz de que nos ocupamos seria(á), acima de tudo, uma peça manifestamente «intrusa»: instrumento marginal na produção da metalurgia do bronze, estranho aos ateliês dos artífices locais, raro em contextos do Bronze Final do mundo ocidental, contrastante com os demais artefactos do depósito, todos eles produções características do Centro do território português. A sua importação não é, portanto, de descartar. Se não materialmente, talvez em termos

²⁷ Outras soluções de prensão de cadinhos e de moldes no âmbito da metalurgia arcaica chegam-nos através da iconografia (túmulos egípcios do II milénio a. C.) e da etnoarqueologia (Armbruster, 2005).

conceptuais. A confirmar-se a primeira hipótese, a tenaz testemunharia, ao contrário das restantes peças, um outro «percurso de vida», diríamos mais viajado, mais internacionalizado. Mas é igualmente manifesto que se trata de peça com certa atipicidade, cujo perfil morfológico é um *unicum*, pelo que se poderá tratar de uma produção ocidental, estremenha, adaptada em função de modelos mediterrânicos. A base analítica, concretamente a sua composição química e a dos demais artefactos não o desmentiu, revelando todas características da metalurgia do Bronze Final do Centro do território português. De um modo, ou de outro, importada ou fabricada localmente, esta tenaz é estranha ao mundo ocidental, revelando antes um certo «ar de família» de matriz mediterrânea, o que não é de admirar tendo presente vários outros testemunhos do território português contemporâneos e com o mesmo timbre (Vilaça, 2007; 2008).

Pedaço disforme

Quanto ao pedaço de bronze disforme, deverá corresponder, como vimos, a um subproduto de outras atividades de reciclagem e de refundição, eventualmente resultado de uma fundição mal sucedida. É, assim, possível encarar esta peça como elemento destinado a alimentar o cadinho, portanto, para fundição. Mas é igualmente plausível encará-la como riqueza acumulada, pelo seu volume e peso metálico, ou seja, pelo valor de troca.

Num outro paradigma interpretativo, o seu significado é potencialmente dúbio, desde logo porque já não é natural – trata-se de uma liga metálica de Cu e Sn e não de minério – mas também ainda não é cultural como os demais – é pedaço amorfo, isto é, que se auto-constituiu. Os resultados da análise microestrutural condizem. Está no limbo entre o ser e o não ser e, neste sentido, embora por motivos completamente distintos, é, tal como a tenaz, peça exclusiva no contexto deste depósito. Poderá assumir-se como um elemento «em trânsito», ou seja, algo que já foi e já não é e que é o que ainda não é, portanto, caracterizado acima de tudo pela ambivalência subjacente às capacidades de transformação inerentes ao metal por refundição e reciclagem. Esta massa, sendo disforme, i.e. nada, não deixa de ser tudo porque com capacidade de regeneração em função das opções e práticas («*agency*») das comunidades que a manipulassem no quadro do respetivo contexto histórico e cultural.

A raridade de peças similares em depósitos pode ser entendida, até certo ponto, pelo facto de peças como esta terem como destino natural a sua utilização e, portanto, o seu «desaparecimento físico» (Montero-Ruiz *et al.* 2010-2011, p. 46).

A presença de pedaços disformes de bronze, que não de lingotes formalmente preparados, estes, em regra, de cobre e também em número reduzido, é rara nos depósitos do território português. Por sinal, e atendendo às notícia e ao que restou, na mesma região, outros dois importantes depósitos – o de Espite (Ourém),

do Bronze Antigo, e o de Porto de Mós, do Bronze Final – possuíam «pedaços de metal fundido» e «placas informes» (Veiga, 1891, p. 152-154 e Est. XIX, 2-15; Cartailhac, 1886, p. 222).

6.1.2. O todo

Composto por dez artefactos de que foi possível estudar nove, o depósito de Freixianda é um dos mais interessantes do território português e a sua singularidade manifesta-se a diversos títulos.

Reúne cinco categorias funcionais distintas entre machados, punhal, escopro(s), tenaz e pedaço disforme. Os primeiros, distribuídos por dois tipos – um machado unifacial, quatro machados de alvado de duas argolas (um sem argolas?), repetem-se. O mesmo se poderá dizer, com base nas notícias existentes, dos escopros, originalmente em número de dois. As demais peças constituem-se como únicas dentro do conjunto. Perfaz o peso de cerca de 4,396 kg, aquém do seu valor de origem tendo em conta a falta de um escopro.

Por conseguinte, comparando o número total de artefactos com o número das categorias funcionais que representam, e não obstante a ausência de outras como elementos de adorno (braceletes) ou de outros conotados com a comensalidade (espetos, fúrculas, garfos, etc.), que acentuariam essa diversidade e, de resto, bem conhecidos na região, o depósito de Freixianda corresponde a um dos mais heterogêneos da fachada atlântica portuguesa, conforme se observa

na fig. 22 onde se incluíram alguns depósitos globalmente coevos, como os de Coles de Samuel, Marzugueira (Alvaiázere) (Almagro Gorbea, 1974), Reguengo do Fetal (Batalha) (Ruivo, 1993), Travasso (Mealhada) (Leitão e Lopes, 1984) e Casal dos Fiéis de Deus.

Todavia, aquela heterogeneidade é aparente ou, se quisermos, passível de leitura distinta, mas não expressamente alternativa. É que as cinco categorias elencadas traduzem apenas dois principais domínios quanto à sua natureza: uma arma, o punhal, que, aliás, poderia ter contemplado outras funções de timbre quotidiano, quer dizer sem ser na órbita do combate; instrumentos de trabalho (ou com ele relacionado), os restantes (Fig. 23).

Esta «relação de forças» repete-se em outros depósitos da região, os quais se pautam pela minoria ou mesmo ausência de armas:

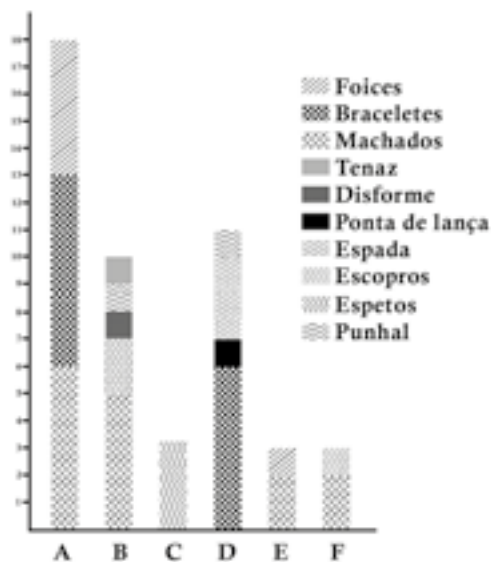


Fig. 22 – Associações tipológicas documentadas em alguns depósitos regionais. A – Coles de Samuel; B – Cabeço de Maria Candal; C – Marzugueira; D – Casal de Fiéis de Deus; E – Travasso; F – Reguengo do Fetal.

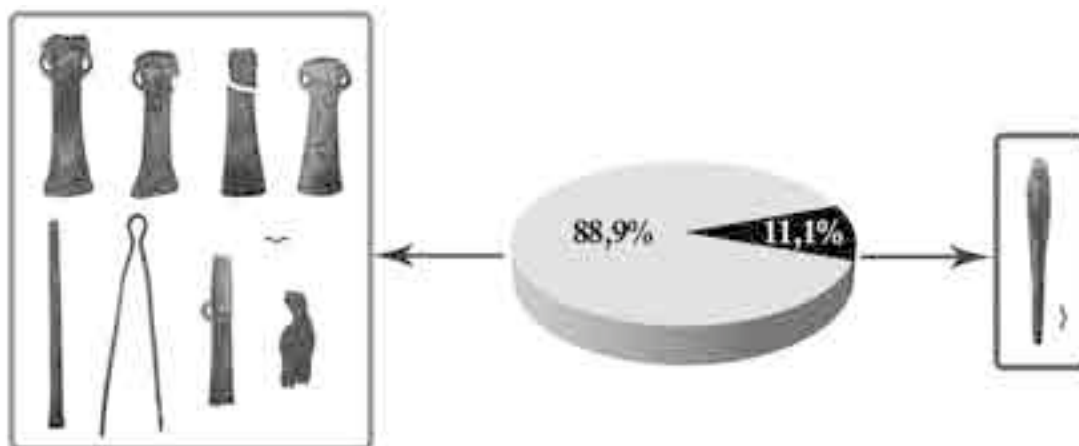


Fig. 23 – Distribuição funcional das peças. Utensílios (à esquerda) e arma (à direita).

depósitos de Marzugueira, Carrasqueiras (Alvaiázere) (Vasconcelos, 1917, p.145), Porto de Mós (Cartailhac, 1886, p. 222), Coles de Samuel, Travasso, Casais da Pedreira (Alenquer). A exceção vai para o de Casal dos Fiéis de Deus, com cinco armas num total de 12 peças (Vasconcelos, 1919-1920, p. 193; Melo, 2000). Fora da região, embora também do Centro do território português, é notável a presença de armas (espadas e punhais), muitas das quais fragmentadas, no depósito de Porto do Concelho (Mação) (Jalhay, 1944).

E se atendermos às deposições singulares, o quadro altera-se parcialmente não perdendo, todavia, a essência da linha caracterizadora antes traçada. As deposições de instrumentos de trabalho, concretamente machados de diversos tipos, continuam maioritárias, mas entra agora em cena um mais expressivo número de armas, nomeadamente punhais, como os de Alvaiázere (Rocha, 1899-1903) ou do Cabeço do Jardo (Maxial) (Kalb, 1980b, p. 50), por exemplo, e pontas de lança, como as da gruta do Algarinho (Pessoa, 2003), Vendas das Figueiras (Penela) e Montemor-o-Velho (Coffyn, 1985, figs. 7-2 e Planche LIII-4).

Sintomaticamente, as espadas estão ausentes. Ou estão e não estão, como o punhal, i.e. antiga espada, de Freixianda. E, quando presentes – pequeno fragmento de lâmina (inédito) do Castro de Trás de Figueiró (Ansião) – destituídas da sua imponência. Neste aspecto particular, a fachada litoral e o interior encontram-se já de costas voltadas: a primeira com raras espadas, o segundo, onde se concentram estratégicos recursos críticos (estanho, cobre, ouro), com a maioria delas – coincidência que não pode ser casuística –, a que se devem juntar as figurações de espadas presentes nas estelas, cuja imaterialidade seria suprida, em termos de afronta e poder, pelo forte impacto visual que delas emanava a quem se aproximasse.

Desde sempre constatada, mas ainda insuficientemente explorada²⁸, a presença de objetos fraturados nos depósitos é um dos aspetos mais interessantes que importa não perder de vista. A vista, neste caso, traduz-se também, e fundamentalmente, num olhar tecnológico que saiba captar os significados das fraturas dos objetos, distinguindo, nomeadamente, fraturas antigas e recentes, fraturas resultantes da utilização dos artefactos ou de cortes intencionais, etc. De um ponto de vista técnico, a fratura voluntária de um artefacto metálico podia ser efetuada por torção ou com golpes, dependendo também da própria resistência e espessura da peça. De um ponto de vista interpretativo, são admissíveis leituras de carácter pragmático ou inscritas em motivações de ordem ritual e simbólica.

Como vimos, no caso do depósito em estudo, o estado físico dos artefactos difere. A tenaz, o escopro, o machado de talão unifacial e um dos machados de alvado encontram-se completos. Apesar de fraturada (com duas partes coladas), também se considerou completa a massa disforme. Os restantes encontram-se fragmentados e incompletos, embora de forma muito distinta (fig. 24). Verifica-se, pois, assinalável equilíbrio entre peças completas e incompletas.

Quanto a estas, vimos já que os três machados de alvado revelam situações distintas: fraturas antigas e recentes, nos alvados e nas argolas, umas decorrentes de uso intenso, outras, eventualmente, da falta dele, por inoperância. No caso do punhal, a ponta tem a extremidade em falta e, como referimos, não nos foi possível confirmar uma eventual ação de quebra intencional por detrás dessa característica física. Todavia, não se exclui a possibilidade de a peça ter sido valorizada em termos simbólicos, precisamente pela sua destruição, pela sua condenação.

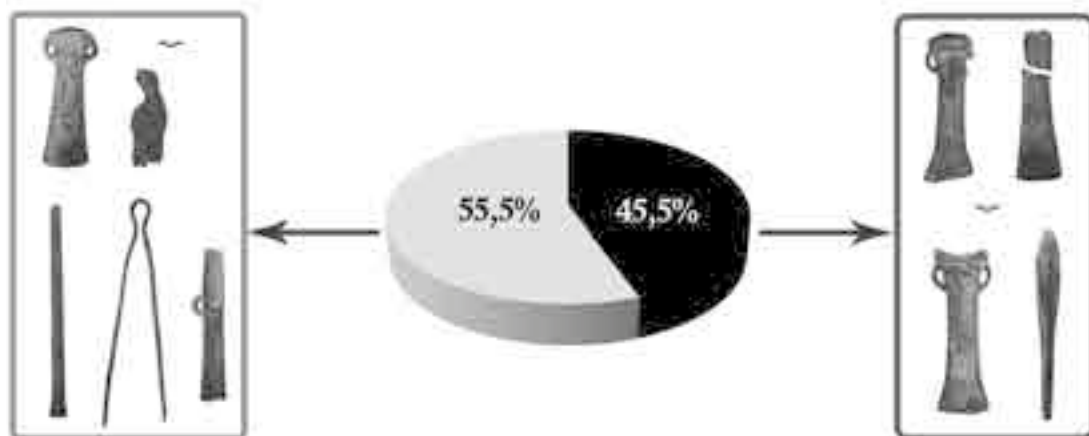


Fig. 24 – Estado físico das peças. Inteiras (à esquerda), fragmentadas/incompletas (à direita).

²⁸ Refira-se a este propósito o colóquio recentemente realizado «Choice Pieces. Destruction and manipulation of goods in the Later Bronze Ages: from reuse to sacrifice» (Academia Belgica de Roma, 16 a 18 de Fevereiro de 2012) onde o assunto foi discutido.

De qualquer forma e face ao exposto para os nove artefactos, as comunidades da Idade do Bronze que manipularam este depósito não parecem ter investido na prática voluntária de fratura dos artefactos num quadro ritual como tem sido reconhecido em outros contextos (Nebelsick, 2000).

O que parece evidente é que, ao depositá-los, valorizaram conjuntamente distintos artefactos com biografias várias que, nos seus percursos espaço-temporais acumularam «experiências de vida», traduzindo gestos, ações, opções, êxitos e falências, com registos de natureza distinta: peças completas, incompletas, fraturadas, gastas, transmutadas, deformadas e amorfas.

Num outro registo de abordagem, o carácter completo ou incompleto dos artefactos do Cabeço de Maria Candal merece ser comentado porque isola a tenaz e o escopro, do punhal, dos cinco machados e da massa metálica.

Enquanto aqueles estão completos no verdadeiro sentido do termo, ou seja, em condições de serem manuseados com eficácia dependendo apenas das mãos hábeis do artífice ou artesão, os segundos encontram-se na realidade incompletos ou desmantelados, já que, sem cabos, de nada serviam em termos práticos, isto é, são não funcionais. É claro que a condição de depósito tornava-os, a todos, «artefactos mortos», inertes, ou «não ativos», de um ponto de vista funcionalista, porém, bem ativos em termos simbólicos, o que lhes era conferido, precisamente, da sua condição de depósito. A verdade é que não sabemos se terão sido depositados encabados mas, tendo presente outros casos e mesmo havendo exceções, o mais provável é que não.

Por tudo isto, a «complexidade» do depósito do Cabeço de Maria Candal não é redutível à diversidade de tipos, às partes, nem à soma delas. Mas ambas estão subjacentes quando se pretende qualificar o todo, o depósito.

Assim sendo, e sem ignorar o muito discutível e discutido estigma centenário de classificação e de categorização dos depósitos, alimentado por gerações de investigadores desde o século XIX, diríamos, de acordo com esses parâmetros feitos, que o conjunto da Freixianda é um «depósito de fundidor» ou um «depósito de chatarra», pela presença de peças fraturadas e pedaço disforme; ou um «depósito complexo, pela diversidade de tipos; ou um «depósito masculino», pela ausência de objetos de adorno; ou ainda um «depósito utilitário», por ter sido recuperado em terra firme.

Mas também podemos dizer – e, aliás, é isso que queremos sublinhar – que na construção deste depósito, i.e. no processo seletivo das partes para estruturar o todo a depositar, valorizou-se o trabalho, metaforicamente representado pelos artefactos que conotamos com essa atividade: machados, escopro(s) e tenaz, para além do pedaço disforme, também ele elemento fulcral na «cadeia operatória» do trabalho do bronze. A única arma, e tudo o que possa evocar, não sendo residual, é, nesta perspetiva, manifestamente secundária no conjunto.

Em termos sociais, esta categorização de artefactos à qual estão inerentes diferentes tarefas traduz não só divisão do trabalho como inequívoca relevância das forças e relações de produção. Depositar instrumentos de trabalho, portanto, meios de produção críticos, poderá ser revelador de uma vontade e atitude que refletem o impacto do trabalho – e o controlo sobre ele exercido – na forma como as comunidades conceptualizavam, intervinham e expressariam a sua visão d(n)o mundo que as rodeava. É que os artefactos, muito em especial num depósito, não são só «coisas», «*commodities*», definidas pela forma, mas sobretudo «*valuables*», objectos que não se reduzem à parte física, mas que criam e manipulam relações sociais (Fontijn, 2001-2002, p. 25). Se um depósito é sempre uma acumulação de riqueza, material e simbólica, este depósito é também, quanto a nós, o reflexo ritualizado do papel capital do trabalho, da produção, como um dos pilares do poder nos finais da Idade do Bronze, aqui metaforicamente evocado por estes artefactos.

Estes artefactos são instrumentos de trabalho, concretamente do trabalho da madeira (machados e escopro) e do metal (tenaz? e escopro?), reunindo atividades formadoras e transformadoras, incluindo, decerto na visão dos próprios, a magia, no que à metalurgia diz respeito.

A lógica androcêntrica, usada e abusada muito em particular na produção de conhecimento para a Idade do Bronze, diz-nos que qualquer uma daquelas atividades se inscreve no universo masculino e adulto, de resto, tal como a guerra e outras. É sempre viril (frequentemente barbuda) a imagética nas publicações que se debruçam sobre o tema. Em rigor, se assumidamente generalizada e não contextualizada, poderá transformar-se em posição acientífica, até porque, sendo atividades de ordem tecnológica, são inerentes a qualquer ser humano, ou seja, sem restrições de género. Todavia, há «provas», desde os primórdios da metalurgia, de que esta e a atividade masculina coincidiam na celebração da morte e, portanto, decerto também na vida²⁹. Mas podia não ser sempre assim.

Como é sabido, e na falta de «comprovação», nomeadamente de cariz funerário se com identificação do sexo, recorre-se a paralelos de sociedades etnográficas nas quais, como seria de esperar, divergem os comportamentos. E nem mesmo os mitos e tabus proibitivos da participação de mulheres na metalurgia (especialmente no trabalho do ferro), frequentemente evocados em textos etnográficos, devem ser trasladados para sociedades com mais de 3.000 anos de diferença, precisamente porque são restrições de natureza cultural, que não outra, i.e. com a sua historicidade específica. A seu modo, o problema é idêntico com os textos de autores clássicos.

²⁹ Com efeito, não se conhece no espaço europeu qualquer sepultura feminina de metalurgista. Agradecemos à Doutora Barbara Armbruster esta informação.

Se não devemos subestimar estes últimos dados, bem pelo contrário, também não podemos ignorar certos casos bem mais próximos das «realidades» que tratamos, como foi a dura realidade da exploração mineira do sal no mundo de Hallstatt, em que a comunidade participava no seu todo, homens e mulheres, adultos, velhos e crianças³⁰ (Kern *et al.*, 2009, p. 89-91; 139-141). O trabalho na mina a todos pesava, embora com tarefas determinadas em função do género e idade.

Aquela mesma lógica androcêntrica tem pautado distintas abordagens quando se indaga *o autor* dos depósitos. Se o «olhar childeano» lhe conferiu estatuto de «*master of mystery*», de artesão independente, itinerante e a tempo inteiro, sem qualquer vínculo de natureza social (Childe, 1930, p. 4), outras visões menos rígidas admitiram também a sua integração social com trabalho, é certo especializado, mas alternado com outras atividades (Rowlands, 1971, p. 212). É ainda masculino o rosto do artesão-fundidor a quem se atribui estatuto social privilegiado em estreita relação com a classe do poder (Kristiansen, 1987, p. 46), sublinhando-se igualmente, por outro lado, o carácter especializado e mágico da própria produção de metais (Budd e Taylor, 1995, p. 140).

Também aqui não podemos deixar de valorizar, na linha que percorre este trabalho, a possibilidade de ser a comunidade, no sentido social do termo, a protagonizar os atos de deposição do metal. Isso não significa que todos os elementos da comunidade estivessem diretamente envolvidos no ato da deposição em si, embora o pudessem estar, pelo menos nas deposições ao ar livre (que não nas efetuadas em grutas ou minas, de acessibilidade física bem mais condicionada), nesse caso necessariamente instruídos e liderados por parte de quem detinha o poder, qualquer que ele fosse.

Este presumível carácter comunitário e de forte localismo não é desmentido pelos tipos de artefactos que dão corpo ao depósito do Cabeço de Maria Candal. Tão-pouco as análises elementares o negam. Pelo contrário, tudo converge no sentido de se tratarem de produções locais ou regionais, também manipuladas pelas próprias comunidades. Mesmo a questão da tenaz, objeto sem dúvida estranho em termos formais ao universo indígena, é, como vimos, igual aos demais na essência, pelo que se admite, embora não se possa provar neste momento, igual fabrico por parte das comunidades local ou regional.

Acerca destas pouco se sabe, mas poderemos caminhar para uma futura aproximação se nos detivermos agora, ainda que brevemente, sobre o que se conhece, para o tempo, na região.

³⁰ Com base no estudo dos esqueletos e respectivas deformações resultantes de trabalho pesado e repetitivo, bem como no tamanho dos sapatos de couro conservados no interior da mina.

7. O DEPÓSITO DE FREIXIANDA NOS SEUS CONTEXTOS TEMPORAL, LOCAL E REGIONAL

7.1. O depósito no tempo

Como se compreenderá, situar no tempo o depósito do Cabeço de Maria Candal é um desafio com inúmeras limitações. Não se conservaram quaisquer elementos que o possibilitem fazer, uma vez que, da ação inerente, decerto bastante mais complexa do que as materialidades restantes deixam antever, i.e. também carregada de distintas temporalidades acumuladas, quase nada se sabe. Em rigor, assumimos a impossibilidade de atribuir uma cronologia ao depósito, que não aos materiais que o compõem. Quanto a estes, poderemos dizer que se enquadrarão na última fase do Bronze Final do Ocidente Peninsular, muito possivelmente em inícios do I milénio a. C.

O fundamento, é óbvio, decorre da tipologia e seus paralelos que, apesar de tudo, constituem elementos orientadores de credibilidade. Não entraremos aqui na discussão do valor cronológico dos depósitos entendidos como «conjuntos fechados», i.e. de forma estática, resultantes de atos únicos, face a «deposições abertas», dinâmicas, de formação diacrónica com potenciais etapas sucessivas de acumulação e/ ou remoção de materiais (Vilaça, 2006a, p. 37-42). Os dados disponíveis para o caso em análise permitiriam avançar com qualquer uma das situações. Também não entraremos na questão fulcral que deve distinguir a cronologia de produção e, eventualmente, de uso dos artefactos, neste caso manifestamente comprovada em alguns deles, e a(s) cronologia(s) de deposição dos mesmos, assunto, aliás, já tratado por um dos autores (Vilaça, 1995, p. 33-34).

De um ponto de vista tipo-cronológico, os artefactos deste depósito revelam assinalável coerência entre si, quer dizer, produção, uso e circulação, presumivelmente também a deposição, foram globalmente contemporâneos. Com base naqueles critérios, estabeleceram-se diversas propostas que, e ainda à luz dos mesmos, continuam válidas ou habitualmente em uso pelos investigadores. Todavia, o assunto não está de forma alguma resolvido e, com a introdução de outros critérios de aferição cronológica verificam-se discrepâncias que, ironicamente, nos remetem para maiores amplitudes temporais.

Vejamos o caso dos machados. Os de talão unifaciais, aqui representados por um exemplar, são atribuídos ao séc. IX a. C. (Monteagudo, 1977, p. 213) ou ao BFIII (900-700 a.C.) (Coffyn, 1985, p. 219). Quanto aos de alvado, avançou-se com uma cronologia do séc. IX-VIII a. C. (Hardaker, 1976; Monteagudo, 1977; Coffyn, 1985, p. 219), portanto, em parte coincidente com a dos primeiros. Mas não se deixou de admitir um uso mais prolongado, já depois da introdução do ferro (Hardaker, 1976, p. 164).

Como é sabido, a partir da segunda metade dos anos oitenta do século passado, incrementaram-se diversos programas de escavação em habitats de finais da Idade do Bronze no Centro do território português, com os quais foi possível não só contextualizar estratigraficamente os achados, como, em determinados casos, articulá-los com datas de Carbono 14. No caso que ora nos interessa, são do maior interesse os dados relativos aos dois tipos de machados que encontramos no Cabeço de Maria Candal.

No primeiro caso, trata-se do machado de talão unifacial do Castro do Cabeço de S. Romão (Seia), proveniente do setor A, de nível da primeira etapa de ocupação. Embora não se reportem àquele setor, as duas datas radiocarbónicas disponíveis (sector B), calibradas a 2 sigma, situam essa ocupação entre os séculos XIV e X a.C. (Senna-Martinez, 1995, p. 118, 120). Idêntica cronologia deverá possuir o machado unifacial recolhido em estratigrafia no Castelo Velho do Caratão (Mação) durante as escavações realizadas na década de oitenta do séc. XX³¹.

Quanto ao segundo, corresponde ao machado de alvado, sublinhe-se, de liga ternária (Pb com 12,44 %), do castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva), cujo nível de deposição associado à utilização da lareira 4 forneceu tardia datação radiocarbónica (GrN-27080: 2590±40 BP). Da sua média com outras duas da mesma fase de ocupação resultou, para um grau de confiança de 2 sigma (método B) a probabilidade de se situar entre 839 e 797 cal. AC, portanto uma ocupação que remontará a um momento entre o segundo terço do séc. IX e os inícios do séc. VIII a. C. (Mendes, 2009, p. 70, 88-90).

Desta forma, parece ser necessário recuar no tempo o início das produções dos machados de talão unifaciais, o que não significa que as mesmas não se tenham prolongado no tempo, qualquer que tenha sido o motivo, e convivido, como se verifica neste e em outros depósitos, com distintos tipos de machados. Já Philine Kalb (1980a, p. 116) se tinha pronunciado sobre a inconsistência da ideia da sucessão cronológica dos machados de alvado relativamente aos de talão, quer porque a distribuição de ambos é distinta, quer, sobretudo, pela presumível diferente funcionalidade inerente à também dissemelhança de pesos. Por seu lado, as produções de machados de alvado com ligas ternárias, e caso se queira valorizar este aspeto em termos cronológicos, também parecem ter decorrido num espaço de tempo bastante lato, verificando-se, inclusive, produções do mesmo tipo mas em ferro, como é o caso do machado de alvado de S. Julião (Vila Verde) (Bettencourt, 2000, Est. CII-1). Assim, talvez faça algum sentido aceitar uma cronologia com balizas mais amplas em relação ao que é normalmente proposto para ambos os tipos.

³¹ Os resultados, com muitos outros materiais cerâmicos, líticos, metálicos e faunísticos associados entre si e a estruturas permanecem inéditos, mas foram apresentados no «Simpósio O Bronze Final na Beira Interior», realizado em Mação, em 1988, onde participou R. V.

Também as produções dos punhais de «tipo Porto de Mós» parecem ser transversais a distintas fases de acordo com André Coffyn, que os coloca no BFII e prolongando-se para o BFIII (Coffyn, 1985, p. 217-218), o que contribuiria, conjuntamente com outros pressupostos metodológicos, para as (as fases) questionar.

Quanto à tenaz, apenas poderemos dizer que as cronologias mediterrânicas para exemplares congêneres não invalidam qualquer um dos comentários que acabámos de referir para os outros tipos que a ela se associam. Em Chipre estão bem documentadas nos sécs. XIII-XI a. C., defendendo-se cronologia idêntica (séc. XII a. C.) ou um pouco mais tardia para as da Sardenha (Lo Schiavo *et al.*, 1985, p. 24-25; Giardino, 2005, p. 502). E se valorizarmos o uso da tenaz em função do trabalho do ferro, o que é incerto, como vimos, deixamos em aberto a possibilidade de uma precoce adoção dessa tecnologia entre as comunidades do Centro do território português e não apenas, o que já se sabia, da mera manipulação de artefactos de ferro (não da tecnologia) entre as mesmas (Vilaça, 2006b; 2013).

Conjugando tudo isto, e sempre num grau de alguma incerteza pela fragilidade dos dados, não nos repugna aceitar uma cronologia em torno do séc. IX a. C. para os artefactos e depósito do Cabeço de Maria Candal.

7.2. O depósito no sítio

Percorrendo a bibliografia, nacional e internacional, dedicada aos depósitos, é notório que uma das grandes limitações assenta num *deficit* de conhecimento quando se aborda a questão dos sítios de deposição. A forma e a disposição dos artefactos em si e entre si não seriam necessariamente aleatórias, bem pelo contrário, uma vez que sentidos e significados também poderiam ser incutidos através delas, mesmo que fosse o caos a dominá-las, pois este pode bem expressar uma «lógica» com significado. No caso dos depósitos do território português, esta questão foi já comentada e comparada com alguns outros testemunhos europeus (Vilaça, 2006a, p. 68-72).

Para o depósito do Cabeço da Freixianda, nada minimamente seguro poderá ser avançado neste domínio. Em relação ao modo como as dez peças se interconectavam entre si, isto é, no seu contexto direto e mais imediato, a circunstância de terem surgido, inesperadamente, durante a plantação da vinha, indica que, nesse mesmo momento e sem qualquer registo efetuado, foi destruída a disposição com que tinham sido depositadas. Quanto à possibilidade de a deposição ter recorrido a um contentor, natural ou artificial, ficará também no campo das incertezas. Com elevada probabilidade, nunca terá existido contentor perene, em pedra, cerâmica, etc., pois do mesmo teria sido registado, estamos convencidos, algum indício. Na eventual manipulação do fogo associada a ações de deposição, deste caso, nada sabemos. Recorde-se, no entanto, que duas das peças conservam

ainda restos de terra aderente (cf. 4.2.2. e 4.2.3.), porém, sem quaisquer indícios de tonalidade negra ou de resquícios de partículas carbonosas.

Não obstante todas estas dúvidas, atrevemo-nos a sugerir a plausibilidade de que os artefactos tivessem sido depositados embrulhados ou no interior de um saco (couro, pele, vime, tecido?), ou ainda, simplesmente, colocados na terra, por ventura minimamente preparada com pequena fossa ou depressão, ou mesmo forrada com elementos vegetais, que os aconchegasse. Mas ir mais além destas incertezas, por si já ousadas, seria entrar na onda de especulação excessivamente gratuita.

7.3. O sítio no espaço

Muita bibliografia tem sido produzida acerca da necessária valorização do espaço, na sua dupla vertente física e simbólica, como forma de entendermos melhor o fascinante tema das deposições metálicas. A relevância que, a este propósito, foi conferida aos designados «lugares naturais» (Bradley, 2000, p. 35), de referência e de passagem, como penhascos, cumes de montanhas, fendas de rochas, encruzilhadas de caminhos, fronteiras, rios (nascentes, vaus, fozes, estuários), grutas, etc., enriqueceu, substancial e qualitativamente, a discussão.

Neste aspeto, somos devedores de inúmeros contributos, mas é jus destacar aqui, para além de Bradley (1990), nomes como os de Ruiz-Gálvez Priego, neste caso incidindo na Península Ibérica, e até mesmo o de Tilley que, não abordando especificamente o universos dos depósitos, lembra-nos que esses lugares naturais constituem «*the bones*» da terra, por oposição ao que é menos perene (árvores, florestas, flores), i. e. «*the skin*» da terra (Tilley, 1994, p. 73). Se aqueles, como dizíamos, conheceram já o seu lugar imprescindível no domínio da interpretação, os segundos, pela sua condição efémera, são de valorização bem mais fugidia. Mas tal não impede que ignoremos o quanto importantes terão sido para as comunidades do passado essas «paisagens» também visuais, cromáticas, olfativas e sonoras igualmente fixadas na «pele» da terra. Todos, suscetíveis de gerarem memórias, *estórias*, sociabilidade, terão constituído referências para as populações do Passado (Vilaça, no prelo).

Ora, a relação dos depósitos com todos esses sinais só pode ter sido, mais do que muito próxima, incontornável. A grande dificuldade por parte do arqueólogo é captá-la, principalmente quando os dados se constituem (aparentemente) inexpressivos. É esse o caso do sítio do depósito do Cabeço de Maria Candal.

Numa aproximação ao sítio, o(a) viajante de hoje nunca nele deterá o olhar, a não ser para – acreditamos que possa ser – reprovar construção (referimo-nos ao aviário) tão agressiva em termos visuais e olfativos.

Ao(à) arqueólogo(a), também ele(a) viajante, o sítio – localizado em suave encosta que não o(a) cansou quando a ela subiu (fig. 5) – é igual a tantos outros

que acompanham a sucessão de pequenas colinas ao longo do Nabão durante alguns quilómetros. Dificilmente nele repararia antes de saber do achado do depósito.

O depositante, entendido no duplo sentido de quem *executou a acção*, i. e. a pessoa que colocou os artefactos no sítio, e de quem *participou na acção*, i. e. a comunidade – assim o assumimos neste texto –, terão tido as suas motivações para repararem e escolherem esse sítio, marcando-o e transformando-o, o sítio, em espaço experienciado, existencial, logo, num lugar carregado de significado, num elemento da paisagem social. Alguma particularidade teria. O que as terá conduzido até ele? A fertilidade dos terrenos adjacentes que ocupam a várzea talvez outrora habitada por divindades agrícolas a quem o depósito foi dedicado? Não sabemos e jamais o saberemos.

O que sabemos é que o lugar (ou as proximidades) não só voltaria a conhecer ocupação (escórias de época romana?), como não estava, há cerca de 3.000 anos, no meio de nada. Pelo menos, junto a ele, a apenas algumas centenas de metros, acompanhando o rio, deveria já então estar naturalmente «em construção», por passagens repetidas ou cruzadas, caminho que esta zona de passagem natural haveria de memorizar. O seu percurso foi consagrado, primeiro com a via romana, depois com a «Estrada Real» (Bernardes, 2006, p. 80-81 e 87).

E um pouco mais longe, para nordeste, avistava-se o grande povoado que, ao que parece, estruturaria a região de forma tutelar: o Castro de Alvaiázere (fig. 25). Foi já sublinhada a necessidade de desenvolver abordagens integradoras dos depósitos e dos sítios habitados que lhes ficavam próximo (Vilaça, 2006a, p. 65), onde se encontrariam os autores e atores sociais das práticas de deposição.

Neste sentido, o depósito do Cabeço de Maria Candal, não obstante ficar na outra margem do rio, deveria estar ativamente relacionado com aquele, asse-



Fig. 25 – No horizonte, para nordeste, a serra de Alvaiázere observada a partir do lugar de achado do depósito.

gurando a sua presença, porque, embora oculto, decerto presente na memória coletiva. Por outro lado, devido à sua proximidade ao rio, divisória natural, é legítimo encará-lo como potencial marcador espacial interfronteiriço. Neste cenário, deverá ter assumido papel insubstituível, de enorme poder, que lhe era conferido pela vertente liminar, sagrada, carregada de simbolismo, inerente aos lugares de fronteira, aspeto que diversos autores bem têm sublinhado.

7.4. Outros sítios no espaço e região

Outros testemunhos arqueológicos³² conhecidos na região mais próxima, nomeadamente habitats, mas insuficientemente caracterizados, como o de Castelo de Sobral Chão (Alvaiázere) e outros que importará detetar, bem como os demais depósitos, casos dos de Carrasqueiras, Alvaiázere, Penedos Altos, nas «Portas de Alvaiázere» – espetacular acidente topográfico –, Marzugueira e Serra dos Carrascos, entendidos como «depósitos periféricos» do Castro de Alvaiázere (Vilaça, 2006a, p. 65) e configurando o que também já foi designado como «Complexo de Alvaiázere» (Vilaça, no prelo), ajudam a perceber melhor a lógica subjacente ao lugar do depósito e, portanto, ao próprio depósito (fig. 26).

É notório o grande desequilíbrio entre as duas margens no que respeita a ocupação do espaço, incluindo a distribuição dos depósitos. O de Freixianda encontra-se, em função do que se conhece, isolado na margem direita. Ao caráter fronteiriço antes comentado, poderíamos acrescentar a hipótese de a sua deposição ter legitimado a ocupação territorial por parte das comunidades que habitavam a margem esquerda, portanto para além do que era natural, a linha do rio, qualquer que fosse, à época, o seu caudal. Não pudemos perseguir e aprofundar estas pistas no presente trabalho porque exigiriam também investigação de campo que não realizámos.

Passando a um outro problema, nesta como em outras regiões (exceтуamos o caso da Sr.^a da Guia de Baiões), permanece por resolver a questão dos presumíveis grandes centros de produção responsáveis por esta metalurgia de vulto transversal aos depósitos, com numerosos, repetitivos, grandes, pesados, por vezes sofisticados objetos, caso dos inúmeros machados ou dos espetos articulados de Marzugueira (Almagro Gorbea, 1974, p. 356) e de Reguengo do Fetal (Ruivo, 1993).



Fig. 26 – O castro da serra de Alvaiázere com seus “depósitos periféricos” (localização aproximada). 1 – Cabeço de Maria Candal; 2 – Machado dos Penedos Altos; 3 – Punhal de Alvaiázere (junto aos Penedos Altos, localização hipotética); 4 – Escopro e machados das Carrasqueiras; 5 – Espetos de Marzugueira; 6 – Machado da serra dos Carrascos.

³² Embora fundamentalmente estruturadas para outros públicos-alvo, vejam-se duas sínteses recentes sobre o povoamento da região na Idade do Bronze com compilação de dados dispersos e respectiva bibliografia (Vilaça, 2012; no prelo).

No entanto, numa região pautada por uma acentuada percentagem e concentração de artefactos de bronze, a qual se insere em outra mais vasta considerada responsável por muitas dessas produções, que Coffyn (1983; 1985) cristalizou no conceito de «groupe lusitanien», terá de ter havido ateliês complexos controlados pelo poder que também organizaria as respetivas «cadeias operatórias» e conseqüente distribuição. «Agentes de circulação do metal» (Vilaça, 1995, p. 420) e metalurgistas, residentes mas também viajantes, teriam de estar inevitavelmente interconectados e não agindo de forma independente como Childe preconizou em relação aos segundos.

Esses grandes centros de produção do bronze persistem em não se revelarem – se é que, finalmente, existiram –, ainda que na região em análise a míngua de escavações possa ajudar a entender a situação. Mas mesmo o poderoso (?) e topograficamente privilegiado Castro de Alvaiázere, escavado em diversas campanhas por Paulo Félix, com seus cerca de 50 hectares de área na segunda fase de ocupação (transição Bronze-Ferro) a ponto de ser considerado «anormal» (Félix, 2006, p. 69), revelou-se paupérrimo ao nível da produção metalúrgica e completamente divorciado da existente nos depósitos.

Se alargarmos a nossa escala de análise, perceberemos que o depósito do Cabeço de Maria Candal provém de uma zona estratégica entre duas grandes vias de circulação que ligavam o Baixo Mondego ao Vale do Tejo. A nascente, onde viria a nascer a velha «Estrada Coimbrã», com dois percursos principais entre Coimbra e Tomar (Daveau, 1988), alinham-se diversos depósitos de bronze e outros testemunhos de índole habitacional, funerária e cultural globalmente contemporâneos do conjunto do Cabeço de Maria Candal (Vilaça, 2012; no prelo). A poente, vislumbra-se igual traçado de povoamento marcadamente linear, acompanhando o cordão de serranias do Rebordo Ocidental – o último grande marco de referência no espaço antes de se alcançar o mar a quem vinha do interior, das «terras do ouro e do estanho» – com outros achados ainda insuficientemente articulados, destacando-se significativa concentração na zona de Porto de Mós.

Na sua globalidade, a Alta Estremadura, integrada na fachada atlântica do Centro do território português, parece ter-se constituído como plataforma de trocas inter-regionais durante a Idade do Bronze e, muito em particular, na sua fase final, aspeto já sublinhado por diversos investigadores³³. Marginal aos principais recursos mineiros estratégicos (cobre, estanho e ouro), mas numa das rotas que a eles conduzia, para norte e para sul, ou na que os alcançava mais rápido, avançando interior adentro até ao Alto Zêzere, a Estremadura, estruturada por intensa especialização agropecuária³⁴, detinha ainda fácil e direto controlo sobre

³³ Veja-se Vilaça, 2007, com principal bibliografia sobre a questão.

³⁴ Aspecto sublinhado por João Luís Cardoso em diversos trabalhos, em particular para a Baixa Estremadura.

o «ouro branco» que o mar, próximo, lhe proporcionava. Necessário a atividades tão distintas como a conservação de alimentos, o tratamento de peles ou a metalurgia, bem pode ser equiparado àqueles como produto estratégico. Por outro lado, beneficiaria da complementaridade de recursos de montanha, como pastos e floresta, e de extensas áreas férteis onde, aliás, se depositou o protagonista deste trabalho.

Por tudo isto, esta região configura-se como verdadeira «centralidade d(n)a periferia» do mundo ocidental e atlântico, com especial concentração de artefactos de bronze (Vilaça, no prelo).

8. NOTA FINAL

Chegados ao fim deste texto, cremos ter demonstrado o enorme potencial que os depósitos metálicos encerram, e este muito em concreto, em termos de produção de conhecimento. Estamos cientes de que poderíamos ter ido mais longe, mas arriscávamo-nos também, sem que isso sirva de desculpa, a não ver publicado o resultado da nossa investigação.

O nosso objetivo de fundo foi o de reabilitar um peculiar e interessantíssimo depósito insuficientemente valorizado e de certa forma esquecido, contribuindo para a sua dignificação científica. Desejaríamos que a sua exibição ao público de hoje fosse de nível idêntico. As vantagens da realização de um estudo de carácter monográfico, em que é possível aprofundar cada aspeto da forma merecida, parecem também ter ficado suficientemente demonstradas. Da mesma forma, a conjugação e cruzamento de olhares distintos, oriundos das ciências dos materiais e da arqueologia, sem esquecer a tecnologia³⁵, permitiu ver mais fundo e mais longe, sendo certo que as comunidades responsáveis pelo depósito e pela deposição, essas, quedam-se sempre longe demais do nosso olhar.

Este estudo terá, decerto, lacunas e eventuais incorreções, e nem todos os problemas foram resolvidos, mas também terá o mérito de, uma vez concretizado e disponibilizado, poder ser discutido pela comunidade científica. Sem ele, eventuais críticas não poderiam(ão) ocorrer.

³⁵ Não podemos terminar este trabalho sem um reconhecido agradecimento à Doutora Barbara Armbruster, cujo olhar tecnológico nos tem enriquecido, seja com os seus textos, seja nas discussões que temos tido o privilégio de manter.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO GORBEA, M. (1974) – Los asadores de bronce del suroeste peninsular. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. 77, p. 351-395.
- ALVES, L.; COMENDADOR REY, B. (2009) – Rochas e metais na Pré-história para além da físico-química. In BETTENCOURT, A.; ALVES, L., eds. – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da Pré-história à actualidade*. Braga: CITEC/APRQ. p. 37-54.
- AMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik*. Montagnac: Monique Mergoïl. (Instrumentum Monographies; 15).
- AMBRUSTER, B. (2005) – Funktionale Analogien als Quellen für die Experimentelle Archäologie – Metalltechniken und Werkstätten aus Westafrika. In FANZA, M., ed. – *Von der Altsteinzeit über "Ötzi" bis zum Mittelalter. Ausgewählte Beiträge zur Experimentellen Archäologie in Europa von 1990-2003. Experimentelle Archäologie in Europe*. Oldenburg: Sonerband. 1, p. 197-212.
- BARBER, M. (2003) – *Bronze and the Bronze Age*. Wiltshire: Tempus Publishing Ltd.
- BARBOSA, E. (1955) – *Alenquer nas épocas Pré e Proto-históricas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas.
- BERNARDES, J. P. (1985) – *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Ourém*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Trabalho policopiado.
- BERNARDES, J. P. (2006) – Ocupação Proto-histórica. In PEREIRA, J., ed. – *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal. p. 79-83.
- BETTENCOURT, A. M. (2000) – *O povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro*. Braga: Instituto de Ciências Sociais. (Cadernos de Arqueologia; 10).
- BONNARDIN, S.; HAMON, C.; LAUWERS, M.; QUILLIEC, B. (2009) – Du Matériel au Spirituel. Réalités archéologiques et historiques des "dépôts" de la Préhistoire à nos jours. In *Actes des XXIX^e Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes*. Antibes: éditions APDCA.
- BOTTAINI, C. (2012) – *Depósitos metálicos do Bronze Final (sécs. XIII- VIII A. C.) do centro e Norte de Portugal. Aspectos sociais e arqueológico-etalinguísticos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento, policopiada.
- BOTTAINI, C.; RODRIGUES, A. (2011) – O conjunto de metais de Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra: caracterização química e reavaliação dos contextos. *Oppidum*. 5, p. 27-39.
- BOTTAINI C.; SILVA A. L. M.; COVITA D. S.; MOUTINHO L. M.; VELOSO J. F. C. A. (2012) – Energy dispersive X-ray fluorescence analysis of archeological metal artifacts from the Final Bronze Age. *X-Ray Spectrometry*. 41: 3, p. 144-149.
- BOTTAINI, C.E.; GIARDINO, C.; PATERNOSTER, G. (2012) – Estudo de um conjunto de machados metálicos do Norte de Portugal. *Oeiras. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 19, p. 19-34. *Actas do IX Congresso Ibérico de Arqueometria*.
- BOUTOILE, L.; MILCENT, P.-Y. (2006) – De l'épée du guerrier au racloir: l'outillage de seconde intention dans les dépôts métalliques du Bronze final atlantique trouvés en France. In ASTRUC, L.; BON, F.; LÉA, V.; MILCENT, P.-Y.; PHILIBERT, S., eds. – *Normes Techniques et Pratiques Sociales. De la simplicité des outillages pré-et protohistoriques. XXVI^e rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes*. Antibes: APDCA, p. 297-311.
- BRADLEY R. (1990) – *The passage of arms: an archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRADLEY, R. (2000) – *An Archaeology of Natural Places*. London: Routledge.
- BRANDÃO, D. P. (1963) – Achado da época do bronze de Vila Cova de Perrinho – Vale de Cambra. *Lucerna*. Porto. III, p. 114-118.
- BRITTON, D. (1968) – Late Bronze Age finds in the Heathery Burn Cave, Co. Durham. In *Inventaria Archaeologica*. London: The British Museum.
- BRITTON, D. (1971) – The Heathery Burn Cave Revisited. An essay towards the reconstruction of a well-known archaeological discovery. *The British Museum Quarterly*. 35: 1-4, p. 20-38.

- BUDD, P.; TAYLOR, T. (1995) – The Faerie Smith Meets the Bronze Industry: Magic Versus Science in the Interpretation of Prehistoric Metal-Making. *World Archaeology*. London. 27: 1, p. 133-143.
- CHILDE, V. G. (1930) – *The Bronze Age*. Cambridge: University Press.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara municipal, (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História Recente do Abrigo das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les Ages Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Reinwald.
- CÉLIS SÁNCHEZ, J.; DELIBES DE CASTRO, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J.; GRAU LOBO, L., eds. (2007) – *El Hallazgo Leonés de Valdevimbre y los Depósitos del Bronce Final Atlántico en la Península Ibérica*. Salamanca: Junta de Castilla y León; Consejería de Cultura y Turismo; Diputación de León; Instituto Leonés de Cultura. 17.
- COFFYN, A. (1983) – La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 169-196.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard. (Maison Pays Ibériques; 20).
- COGLIAN, H. H. (1975) – Notes on the prehistoric metallurgy of copper and bronze in the Old World. *Occasional Papers on Technology*. Oxford. 4.
- COSTA, M. C. (2006) – *Presença humana no actual território do concelho de Alenquer no – II milénio a.C.*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Trabalho policopiado realizado no âmbito do seminário «Espaços e expressões de Poder durante a Idade do Bronze».
- CRADDOCK, P. T.; MEEKS, N. D. (1987) – Iron in Ancient Copper. *Archaeometry*. 29: 2, p. 187-204.
- DAVEAU, S. (1988) – A Estrada Coimbrã. O traçado pela serra de Ancião. In *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa. p. 451-461.
- EVANS, J. (1881) – *The ancient bronze implements, weapons, and ornaments, of Great Britain and Ireland*. London: Longmans, Green & Co.
- FÉLIX, P. (2006) – O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo Norte (Centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos. *Conimbriga*. XL, p. 65-92.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, S. (1997) – Los puñales tipo «Porto de Mós» en el Bronce Final de la Península Ibérica. *Complutum*. 8, p. 97-124.
- FERREIRA, A. (2006) – *Museu da Diocese de Leiria-Fátima. Alma e Imagem*. Leiria: Comissão de Arte e Património; Diocese de Leiria-Fátima.
- FIGUEIREDO, E.; MELO, A. A.; ARAÚJO, F. (2007) – Artefactos metálicos do Castro de Pragança: um estudo preliminar de algumas ligas de cobre por Espectrometria de Fluorescência de Raios X. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 25, p. 195-215.
- FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, F.; SILVA, R. (2011) – A ponta de lança da Gruta da Nascente do Algarinho (Penela) no conjunto da metalurgia do Bronce Final. In *Actas do Encontro Internacional sobre Ciências e Novas tecnologias Aplicadas à Arqueologia na villa romana do Rabaçal, Penela, Terras de Sicó, Portugal*. Penela: Câmara Municipal de Penela. p. 41-49.
- FONTIJN, D. R. (2001-2002) – *Sacrificial Landscapes. Cultural biographies of persons, objects and natural places in the Bronze Age of the southern Netherlands, c. 2300-600 BC*. Leiden: Universiteit Leiden. (Analecta Praehistorica Leidensia; 33/34).
- GIARDINO, C. (2005) – Metallurgy in Italy between the Late Bronze Age and the Early Iron Age: The Coming of Iron. In ATTEMA, A. N. P.; ZIFFERERO, A., eds. – *Papers in Italian Archaeology IV, Communities and Settlements from the Neolithic to the Early Medieval Period. In Proceedings of the 6th Conference of Italian Archaeology held at the University of Groningen, April 15-17, 2003*. Oxford: BAR. p. 491-505. (International Series; 1452 (I)).
- GOMES, J.; DOMINGOS, J. (1994) – Sítios arqueológicos representados no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer) 2. Complexo Arqueológico da Ota. In *V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 7-15.

- GONÇALVES, A.; CARVALHO, V. (2006) – Ocupação Pré-histórica. In PEREIRA, J., ed. – *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal. p. 57-78.
- GOSDEN, C.; MARSHALL, Y. (1999) – The Cultural Biography of Objects. *World Archaeology*. London. 31: 2, p. 169-178.
- GUTIÉRREZ NEIRA, P.C.; ZUCCHIATTI, A.; MONTERO-RUIZ, I.; VILAÇA, R.; BOTTAINI, C.; GENER, M. (2011) – Late Bronze Age hoard studied by PIXE. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*. 269: 24, p. 3082-3086.
- HAMON, C.; QUILLIEC, B. (2008) – *Hoard from the Neolithic to the Metal Ages*, Oxford: BAR. (International Series; 1758). Session of the XIth Annual Meeting of the European Association of Archaeologists.
- HARDACKER, R. (1976) – Las hachas de cubo en la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense*. 3, p. 151-171.
- JALHAY, E. (1944) – O «esconderijo» pré-histórico de Porto do Concelho (Mação, Beira Baixa). *Brotéria*. XXXVIII: 3, p. 263-277.
- KALB, P. (1980 a) – O «Bronze Atlântico» em Portugal. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. I, p. 113-131.
- KALB, P. (1980 b) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58, p. 25-59.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1988) – O povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia*. 17, p. 193-200.
- KERN, A.; KOWARIK, K; RAUSCH, A. W.; RESCHREITER, H. (2009) – *Kingdom of Salt. 7000 years of Hallstatt*. Viena: Natural History Museum.
- KOPYTOFF, I. (1986) – The cultural biography of things: commoditization as process. In APPADURAI, A., ed. – *The social life of things*. Cambridge: University Press, p. 64-91.
- KRISTIANSEN, K. (1987) – From stone to bronze – the evolution of social complexity in Northern Europe, 2300-1200 BC. In BRUMFIELD, E. M.; EARLE, T. K., eds. – *Specialization, exchange, and complex societies*. Cambridge: University Press. p. 30-51.
- LEITÃO, N. M.; LOPES, J. M. (1984) – Nótula sobre um achado arqueológico no lugar do Travasso – concelho da Mealhada. *Munda*. Coimbra. 8, p. 14-21.
- LO SCHIAVO, F. (2005) – Early documents on nuragic metallurgy. In LO SCHIAVO, F.; GIUMLIA-MAIR, A.; SANNA, U.; VALERA, R., eds. – *Archaeometallurgy in Sardinia from the origin to the beginning of Early Iron Age*. Montagnac: Mer-goil. p. 281-296.
- LO SCHIAVO, F.; MACNAMARA, E.; VAGNETTI, L. (1985) – Late Cypriot Imports to Italy and Their Influence on Local Bronzework. *Papers of the British School at Rome*. 53, p. 1-71.
- MELO, A. A. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 1, p. 15-120.
- MENDES, S. L. (2009) – *O Castro de Vila Cova-à-Coelheira. A ocupação Proto-histórica*. Viseu: CEPBA. (Estudos Pré-históricos; 14).
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C.H.Beck'sche Verlagsbuchhandlung. (Prähistorische Bronzefunde IX; Band 6).
- MONTERO RUÍZ, I.; ROVIRA HORTALÀ, M.C.; RENZI, M.; MURILLO-BARROSO, M.; HUNT, M.; GENER, M.; CASTANYER, P. (2010-2011) – Lingotes plano-convexos de cobre en la primera mitad del I milénio a. C. en la Península Ibérica. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. 46, p. 99-119. Homenaje a D. Manuel Santoja Alonso
- MONTERO RUÍZ, I.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M.; GÓMEZ TUBIO, B.; ONTALBA SALAMANCA, M. A. (2002) – Espadas y puñales del Bronce Final: el depósito de armas de Puertollano (Ciudad Real). *Gladius*. XXII, p. 5-28.
- NEBELSICK, L. (2000) – Rent asunder: ritual violence in Late Bronze Age hoards. In PARE, C.F.E., ed. – *Metals Make The World Go Round*. Oxford: Oxbow Books. p. 160-175.
- NOTÍCIAS (1970). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3, IV, p. 324.
- PEREIRA, J. (2006) – *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém.

- PEREIRA, M. A. H. (1971) – O esconderijo do bronze final de Coles de Samuel (Soure). *Arqueologia e História*. 9ª série, III, p. 165-174.
- PESSOA, M. (2003) – Uma ponta de lança do Bronze Final. In *Actas do IV Congresso Nacional de Espeleologia*. Leiria: NEL/FPE. p. 124-127.
- ROBBIOLA, L.; BLENGINO, J. M.; FIAUD, C. (1998) – Morphology and mechanisms of formation of natural patinas on archaeological CuSn alloys. *Corrosion Science*. 40: 12, p. 2083-2111.
- ROCHA, A. S. (1899-1903) – Vestígio da época do bronze em Alvaiázere. *Portugália*. Porto. I: 1-4, p. 135-136.
- ROCHA, A. S. (1904) – Materiaes para o estudo da Idade do Bronze em Portugal. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. I: 1, p. 13-14.
- RODRÍGUEZ DE LA ESPERANZA, M. J. (2005) – *Metalurgia y Metalúrgicos en el Valle del Ebro (c. 2900-1500 cal. A.C.)*. Madrid: Real Academia de la Historia. (Bibliotheca Archaeologica Hispana; 24).
- ROVIRA LLORENS, S. (1995) – Estudio arqueometalúrgico del depósito de La Ría de Huelva. In RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M., eds. – *Ritos de paso y puntos de paso: la ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Universidade Complutense. p. 33-57.
- ROVIRA LLORENS, S. (2004) – Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la Prehistoria de la Península Ibérica. *Norba. Revista de Historia*. 17, p. 9-40.
- ROVIRA LLORENS, S.; GÓMEZ RAMOS, P. (2003) – *Las primeras etapas metalúrgicas en la Península Ibérica. III. Estudios metalográficos*. Madrid: Imprensa Taravilla.
- ROWLANDS, M. J. (1971) – The Archaeological Interpretation of Prehistoric Metalworking. *World Archaeology*. London. 3: 2, p. 210-224.
- RUIVO, J. S. (1993) – Espetos articulados de Reguengo do Fetal. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 1, p. 105-110.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) – *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Universidad Complutense.
- RUSSEL-CORTEZ, F. (1970) – Dois moldes de fundição do Crasto de Santa Luzia – Viseu. In *XI Congreso Nacional de Arqueología*. p. 395-397.
- SAVORY, H. N. (1951) – A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa. *Revista de Guimarães*. Guimarães. LXI: 3-4, p. 323-377.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1995) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: Algumas reflexões Sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o Desenvolvimento do Bronze Final Peninsular. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: SEC; IPM; MNA. p. 118-122.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T.; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lycerna*. Porto. p. 73-109. Volume de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, número extraordinário
- SILVA, P.; LUÍS, L. (1995) – Localização de alguns objectos de bronze provenientes do concelho de Alvaiázere. *Munda*. 30, p. 83-89.
- SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, L.; FERAZ, M. T. (1996) – Vestígios metalúrgicos em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal, *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri. p. 553-579.
- SOUSA, A. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2004) – Metalurgia antiga do Penedo do Lexim (Mafra): Calcolítico e Idade do Bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 97-117.
- TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio di bronzi nuragici di Monte Sa Idda Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*. Roma. XXVII, p. 6-98.
- TILLEY, C. (1994) – *A Phenomenology of Landscape*. Oxford: Berg Publishers.
- VAGNETTI, L. (1985) – Testimonianze di metalurgia minoica dalla zona di Nerokourou (Kydonias). *Studi Micenei ed Egeo-Anatolici*. Roma. 25, p. 155-171.
- VALÉRIO, P.; ARAÚJO, F.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; VAZ, J. L. I. (2006) – Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 24, p. 289-319.

- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1917) – Coisas Velhas. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. I, XXII, p. 107-169.
- VASCONCELOS, J. L. (1919-1920) – Estudos sobre a época do Bronze em Portugal. VIII – Tesouro do Casal dos Fiéis-de-Deus. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. I, 24, p. 193-195.
- VEIGA, S. E. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. IV Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR. (Trabalhos de Arqueologia; 9).
- VILAÇA, R. (1997) – Metalurgia do Bronze final da Beira Interior. Revisão dos dados à luz de novos resultados. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 5, p. 123-154.
- VILAÇA, R. (2005) – Materiais metálicos das idades do Bronze e do Ferro. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., eds. – *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 127-135.
- VILAÇA, R. (2006a) – Depósitos de Bronze do território Português. Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 24, 9-150.
- VILAÇA, R. (2006b) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (2007) – Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final, In *Actas do Colóquio A Arqueologia Portuguesa e o Espaço Europeu. Balanços e Perspectivas*. Oeiras: Estudos Arqueológicos de Oeiras. 15, p. 135-154.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S.; RAFEL, N.; ARMADA-PITA, X.-L., eds. – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.) : la precolonización a debate*. Madrid: CSIC; Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma. p. 371-400.
- VILAÇA, R. (2012) – Arqueologia do Bronze no Centro-Sul da Beira Litoral e Alta Estremadura (II-I milénios a.C.). In *Olhares sobre a Geologia, a Arqueologia e a História de Vila Nova, de Miranda do Corvo e da Serra da Lousã*. Vila Nova: Junta de Freguesia de Vila Nova; Conselho Directivo dos Baldios de Vila Nova; EMERITA, Empresa Portuguesa de Arqueologia. p. 16-32.
- VILAÇA, R. (2013) – L'arrivée des premiers fers dans l'Occident atlantique. Dossier les transferts de technologie au premier millénaire av. j.-c. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Nouvelle série, 43:1, p. 39-64.
- VILAÇA, R. (no prelo) – A Idade do Bronze na Alta Estremadura. Depósitos metálicos e sua conexão com o espaço. In *1.º Congresso de História e Património da Alta Estremadura*. (Ourém, 29-30 Outubro 2011).
- VILAÇA, R.; MONTERO-RUIZ, I.; RIBEIRO, C.; SILVA, R.; ALMEIDA, S. (2002-2003) – A Tapada das Argolas (Capinha, Fundão): novos contributos para a sua caracterização. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. X-XI, p. 175-197.
- VILAÇA, R.; ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. XLIII, p. 11-45.
- VILAÇA, R.; ALMEIDA, S.; BOTTAINI, C.; MARQUES, J. N.; MONTERO-RUIZ, I. (no prelo) – Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos. In MARTINS, C.; BETTENCOURT, A.; CARVALHO, J. – *Congresso Internacional Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga. p. 427-451.
- A VOZ de Domingo. (Junho de 1972) n.º 2045.
- A VOZ da Freixianda. (Março de 1967).
- A VOZ da Freixianda. (Agosto de 1979).
- A VOZ da Freixianda. (Novembro de 1979).

O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras)

JOÃO LUÍS CARDOSO*, CARLOS TAVARES DA SILVA**

RESUMO

Gamelas 3 corresponde provavelmente a casal agrícola do século v a. C. implantado no rebordo de vasta plataforma culminante da encosta esquerda do vale da ribeira da Lage (Oeiras) identificado por Gustavo Marques em 1971 e por ele explorado em 1989. Apesar da escassa área investigada, apenas cerca de 16 m², o estudo dos testemunhos materiais cuidadosamente recolhidos permitiram chegar às seguintes conclusões gerais:

1 – existência de uma única camada arqueológica, com cerca de 0,10 m de potência, configurando uma ocupação processada em curto período de tempo, compatível com a natureza da própria estação (casal agrícola);

2 – existência de estrutura, constituída por dois muros ortogonais, formados por blocos basálticos de dimensões médias, os quais deveriam constituir o embasamento de unidade habitacional de características usuais;

3 – as tipologias das produções cerâmicas denunciam forte tradição orientalizante existindo, no entanto, recipientes de cerâmicas cinzentas finas com decorações nervuradas, especialmente pratos/tampas, taças altas e jarros, que corporizam produções específicas, de cariz regional, centradas nos atuais concelhos de Amadora e de Oeiras;

4 – a forte aptidão agrícola dos solos basálticos faz crer que as potenciais produções obtidas, designadamente as cerealíferas, se destinariam ao abastecimento do importante centro urbano de Olisipo. Assim se explica a intensificação da chamada «colonização agrícola» dos férteis terrenos basálticos que envolvem

* Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), e-mail: cardoso18@netvisao.pt

** Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal.

a referida cidade, de Loures a Cascais, representada pela multiplicação destes casais agrícolas especializados naquele tipo de produções, cujas origens remontam, na região, pelo menos ao Bronze Final; de acordo com a informação obtida do estudo dos macrorrestos vegetais, os campos agrícolas integravam-se em uma paisagem mediterrânica aberta, caracterizada pela presença de oliveira ou zambujeiro (*Olea europaea*), medronheiro (*Arbutus unedo*), urze (*Erica arborea*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e azinheira/carrasco (*Quercus ilex/Q. coccifera*).

5 – embora a prática extensiva e intensiva da agricultura cerealífera constituísse a principal actividade destas pequenas comunidades de raiz familiar, dispersas pela região, foi pela primeira vez documentada a presença de restos faunísticos, os quais permitiram verificar a existência de uma economia doméstica que incluía o pastoreio de boi e de ovelhas/cabras, complementada pela recolção no litoral adjacente de moluscos, os quais também serviriam, em certos casos, para a indústria da tinturaria, conforme sugere a ocorrência de conchas de cf. *Thais haemastoma*, intencionalmente partidas para extração do molusco vivo.

Palavras-chave: Idade do Ferro – casal agrícola – tradição orientalizante – século v a. C. – Oeiras – Lisboa.

ABSTRACT

Gamelas 3 is a small rural settlement probably from the century V BC, located in the bord of a vast platform on the left side of the valley of Ribeira da Laje (Oeiras) identified by Gustavo Marques in 1971 and explored by him in 1989. In spite of the small area surveyed, about 16 sqm, the study of the materials collected allowed us to reach the following conclusions:

1 – Existence of a single archeological layer, with about 0.1 m of potency, fancying a short occupation compatible with the nature of the settlement;

2 – It was identified a structure with two orthogonal walls of basaltic rocks and average dimension, constituting the basement of a house;

3 – Typologies of ceramic showing strong oriental influences, but some vases of fine grey ceramic with innerved decorations, especially plates, high cups and jars, are related to regional productions, in the area of the mouth of the Tagus estuary (municipalities of Amadora and Oeiras);

4 – A strong agricultural aptitude of the basaltic soils probably resulted in high productivity, namely of cereals destined for the important urban center of Olisipo. The importance of that urban center, during the V century BC would explain the intensification of the agricultural colonization of the area from Loures to Cascais, represented by innumerous small settlements like Gamelas 3 established since the Late Bronze Age. According to the vegetal macro remains,

these agricultural fields would be an open Mediterranean farmland constituted by *Olea europea*, *Arbutus unedo*, *Erica arborea*, *Pinus pinaster* and *Quercus ilex/Q. coccifera*).

5 – The extensive and intensive cereal crop was the main activity of these small unities having a family root, dispersed in the region. For the first time, faunal remains were documented, showing a small scale economy, by opposition to the intensive and extensive agriculture, including cattle raising (ox, sheep, goats), complemented by the collection of mollusks in the littoral areas, also used for dyeing, as shown by the occurrence of shells such as from cf. *Thais haemastoma*, intentionally broken for the extraction of the animal alive.

Keywords: Iron Age – rural settlement – orientalising tradition – fifth century BC – Oeiras – Lisboa.

1. INTRODUÇÃO

O espólio arqueológico que será objeto deste trabalho foi recolhido em Gamelas 3 por uma equipa organizada e orientada pelo Arquiteto Gustavo Marques, encontrando-se inédito, com exceção de um pequeno lote de materiais selecionados para a exposição organizada no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), em 1994, aquando das comemorações do centenário daquela instituição, encontrando-se registados no respetivo catálogo (Pereira, coord., 1994), a que se somaram os elementos expostos desde junho de 2011 na Exposição Permanente «Arqueologia do Concelho de Oeiras», organizada na Fábrica da Pólvora de Barcarena e que constam do respetivo catálogo (Cardoso, 2011).

Os espólios reunidos pelo Arq. Gustavo Marques nesta e em muitas outras estações arqueológicas deram entrada no Museu Nacional de Arqueologia, após o falecimento do próprio. Conhecendo a importância do conjunto recolhido pelo malgrado arqueólogo no território oeirense, com a autorização do Dr. Luís Raposo, Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, foi possível proceder ao desenho dos espólios mais significativos, ao longo dos anos de 2005 e de 2006, tarefa de que se encarregou o Dr. Filipe Santos Martins. Deste modo, foi já publicado de forma exaustiva o espólio arqueológico recolhido no casal agrícola do Bronze Final do Abrunheiro (Cardoso, 2010-2011), a que se segue o presente contributo.

Na sequência do referido estudo, foi celebrado em dezembro de 2008 Protocolo entre o referido Museu e a Câmara Municipal de Oeiras, ao abrigo do qual transitaram para o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), a quase totalidade dos espólios da referida coleção pertencentes ao concelho de Oeiras, dos quais uma seleção foi já utilizada para integrar a Exposição Permanente acima aludida, ilustrando o catálogo cor-

respondente, depois de devidamente restaurados a expensas da Câmara Municipal de Oeiras (Cardoso, 2011).

Assim, embora os exemplares mais expressivos da estação arqueológica em apreço já tenham sido dados publicamente a conhecer, faltava proceder ao seu estudo tipológico detalhado e exaustivo, para além da caracterização das condições de jazida e da respetiva exploração arqueológica, objetivos a que agora se pretende dar resposta.

2. LOCALIZAÇÃO

O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3, atualmente desaparecido em resultado da progressiva urbanização da zona, implantava-se no limite ocidental de uma vasta plataforma basáltica, a cerca de 75 m de altitude, culminando no alto terciário do Puxa-Feixe, que, com 94 m de altitude para leste, coroa os relevos da região. Do local divisava-se a serra de Sintra, para norte, e, para sul, a vista dominava o estuário do Tejo, alcançando o litoral da península da Arrábida até ao Espichel. Para ocidente, o olhar estendia-se pelos relevos suaves e ondulados dos terrenos basálticos e terciários, cortados pela ribeira da Laje, e, para além dela, pelos vastos espaços ocupados por calcários e margas do Cretácico, pertencentes atualmente ao concelho de Cascais.

As coordenadas geográficas do local eram as seguintes (fig. 1): Latitude: $38^{\circ}42'6.46''N$

Longitude: $9^{\circ}18'17.08''W$ de Greenwich



Fig. 1 – Gamelas 3. Localização da estação arqueológica na Península Ibérica, na região da margem norte do estuário do Tejo e à escala local, na Carta Geográfica à escala original de 1/10 000.

3. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

De acordo com apontamentos deixados por Gustavo Marques, conservados no Museu Nacional de Arqueologia, a estação arqueológica da Idade do Ferro, localizada a 1 de setembro de 1970, foi por ele designada de Gamelas 3, na sequência da identificação de Gamelas 1 e de Gamelas 2, respetivamente a 21 de junho e a 7 de julho do mesmo ano, correspondentes a locais com materiais paleolíticos e neolítico-calcolíticos, respetivamente. Com efeito, é nítido o entusiasmo expresso pelas notas acerca das descobertas realizadas naquela fértil região arqueológica, o que motivou, desde logo, e depois de consultar o seu amigo e arqueólogo Dr. F. Bandeira Ferreira, uma pequena notícia no jornal *A Voz*, publicada a 25 de junho de 1970, dando conta da identificação de Gamelas 1. Seguiu-se, a breve trecho, a autorização concedida pela então Junta Nacional de Educação, a 15 de julho de 1970, para a realização de trabalhos arqueológicos, «podendo mesmo proceder a escavações se forem necessárias para esse estudo». Contudo, mesmo depois de identificada a estação da Idade do Ferro, tais escavações jamais foram encetadas

ao abrigo da referida autorização. Foi apenas a 11 de Junho de 1989, numa visita ao local, que Gustavo Marques decidiu proceder a uma sondagem, motivado pelos perigos que para a estação poderiam decorrer dos trabalhos de construção da autoestrada Lisboa-Cascais e dos respetivos acessos. Na verdade, a estação, acabou por não vir a ser diretamente prejudicada pelas ditas obras, acabando o local por vir a ser ocupado, após as escavações por si realizadas, em resultado do processo de urbanização da zona setentrional da vila de Oeiras.

Face aos resultados da aturada prospeção do terreno, realizada nos dias 11 e 16 de Junho de 1989, foi selecionado o local mais adequado para o início das escavações, que tiveram início a 25 de junho de 1989, através da abertura de uma sondagem com 1,00 m por 1,30 m (fig. 2). Os trabalhos prosseguiram intermitentemente, sendo realizados por si, ou

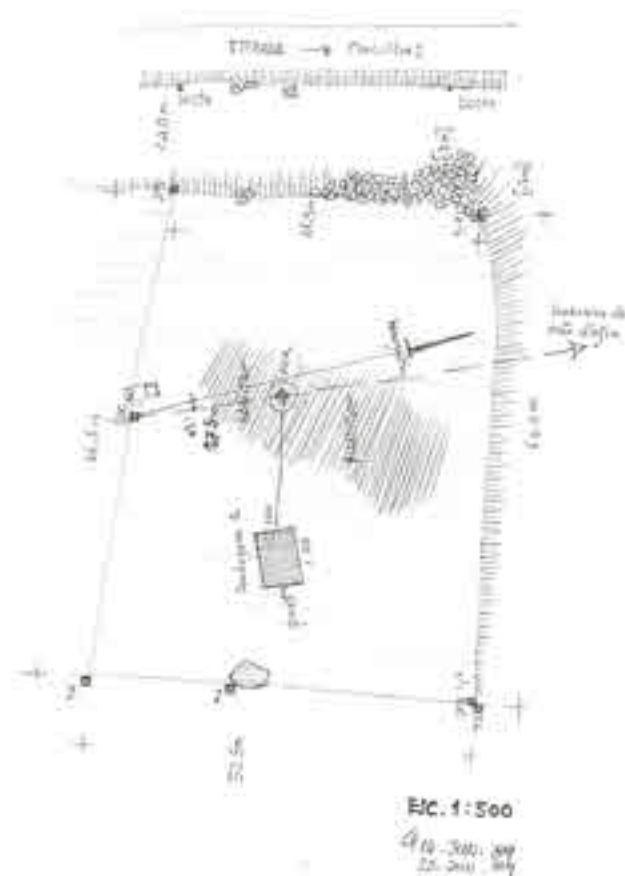


Fig. 2 – Gamelas 3. Esboço de localização da sondagem arqueológica realizado por Gustavo Marques.

com a ajuda de outros colaboradores ocasionais, tendo registado diariamente os espólios por categorias. Assim, conhecem-se rigorosamente as horas de trabalho e a evolução dos achados realizados nos dias subsequentes: trabalhou-se nos dias 26, 28 e 29 de junho, aquele em que deu por concluída a realização desta primeira sondagem, tendo-se verificado a existência de um nível arqueológico intacto, a cerca de 0,35 m de profundidade, o que se considerou inesperado, tendo presente a intensa agricultura realizada nas últimas centenas de anos nestas terras basálticas, de tão elevada aptidão cerealífera. Tal nível arqueológico apresentava desenvolvimento horizontal, possuindo menos de 0,10 m de potência, tendo sido atribuído a um piso de caráter habitacional da época. Nele se recolheram abundantes restos malacológicos, constituídos essencialmente por conchas de *Patella* sp. (lapas) e de *Mytilus* sp. (mexilhão), de mistura com carvões, caracóis terrestres e raros restos de fauna mamalógica. Entre os objetos arqueológicos, destaca-se a recolha de uma barra metálica, que foi interpretada como uma provável pulseira desdobrada (fig. 11, n.º 2) e o possível pé de uma fíbula, de bronze, peça cujas características, contudo, não permitem qualquer conclusão naquele sentido. As cerâmicas foram repartidas em três grandes grupos, as chamadas cerâmicas de «tipo Alpiarça», representadas por produções manuais, correspondentes a fragmentos de recipientes de grandes dimensões, e as chamadas de «tipo Santa Olaia», distribuídas por dois conjuntos, o das «pastas pretas finas» e o dos «vasos», de pastas avermelhadas.

A 30 de junho e 1 de julho, a sondagem foi alargada para nascente, por forma a perfazer 2,0 m, continuando-se a recolher fragmentos de cerâmicas finas negras, entre os quais um fundo, provavelmente de jarro, disposto ainda na horizontal, na camada arqueológica que foi atribuída, como se referiu, a um pavimento da época, e um «grande fragmento de urna rosa cartaginesa», que deverá corresponder a um vaso de cerâmica alaranjada sem tratamento especial. A peça aparentemente mais relevante então recuperada foi uma porção de provável bainha de ferro, atribuída a punhal, exemplar que não se conservou entre os espólios recolhidos. A estratigrafia continuou a evidenciar até aos 0,26/0,28 m a camada de terra arável superficial, sobreposta à camada arqueológica, atribuída a piso de habitação, com apenas 0,04 m de potência, evidenciada por um leito de conchas de *Mytilus* sp. e por abundantes fragmentos de cerâmica fina negra, desenvolvendo-se até 0,30 m de profundidade, a partir da qual ocorria o basalto decomposto, até 0,40 m de profundidade. Assinala a existência de «grandes fragmentos de grandes ânforas cartaginesas, esmagadas no solo (fiz algumas colagens grandes), o que prova, por incrível que pareça, a cerca de 30 cm de profundidade, neste ponto (2 m²), as inúmeras lavras através dos tempos, pouco alteraram este arqueo solo». No entanto, as referidas ânforas cartaginesas devem ser atribuídas, como anteriormente se referiu, a fragmentos dos grandes vasos feitos ao torno, de coloração

alaranjada ou avermelhada, e não a ânforas, para as quais a sua atenção estaria mais desperta, dado que conhecia bem os espólios recolhidos em Santa Olaia e conservados no Museu da Figueira da Foz.

A 3 de julho a sondagem já existente foi dividida em dois quadrados, q1 (lado ocidental) e q2 (lado oriental), alargando-se este último cerca de 0,40 m para Norte, com a colaboração de M. Villaverde e J. Pereira. Os resultados confirmaram os já anteriormente obtidos, destacando-se a recolha de fragmento de «jorra de fundição de ferro», que é peça que não se conserva entre os espólios, devendo ser moderna, apesar de ser dada da camada arqueológica. Com efeito, como se sabe, os solos basálticos quando ressequidos no Verão pelo calor chegam a abrir fendas com a largura de uma mão travessa, por onde as peças que jaziam à superfície, ou próximo dela, especialmente as mais pesadas, como é o caso, poderiam facilmente penetrar, atingindo a camada arqueológica.

A peneiração com água corrente de uma amostra terrosa desta camada não evidenciou a presença de restos botânicos, designadamente sementes ou caroços, mas apenas pequenos fragmentos de conchas e de cerâmica negra.

A 10 de julho iniciou-se a escavação do q3, adjacente ao q2, prosseguida a 13 de julho, recolhendo-se abundantes fragmentos de cerâmicas negras (ou, melhor dizendo, «cinzentas»), que deram colagem, a par da fauna malacológica habitual, referindo-se a identificação sob reserva, na camada de solo arável, de fragmentos de vaso erroneamente atribuído à época tardo-romana, que também deram colagem. A 15 do mesmo mês deu-se por terminada a escavação deste quadrado, tendo-se então recolhido uma argola de bronze (fig. 11, n.º 1) e um novo fragmento atribuído a bainha de ferro de punhal, que também não consta entre os espólios conservados.

A 16 e 17 de julho abriram-se o q4, contíguo do lado Norte do q3, e o q5, a Norte do q2, onde os espólios rarearam, prosseguindo a 19 e 20 de julho com a escavação do q6, a Norte do q1, que confirmou o prolongamento para aquele lado da camada arqueológica, evidenciada pelos materiais usuais (fig. 3).

A 22 de julho, aquando da conclusão da escavação do q6, identificou-se, no seu canto Noroeste, um conjunto de blocos basálticos que configuravam o canto de uma estrutura de alvenaria de planta ortogonal (fig. 4). A 23 de Julho deu-se início à última fase dos trabalhos relacionados com a Sondagem 1, com a definição dos q7, q8 e q9, respetivamente do lado sul dos q3, q4 e q5, ensaiando-se a escavação do q7 «até ao pavimento», correspondente à camada arqueológica, concluído a 24 de Julho. Continuou-se a assinalar fragmentos de cerâmica tardo-romana, desta vez na camada arqueológica, o que se afigura estranho, na medida em que tal camada foi considerada fundamentalmente como intacta. É natural que tais fragmentos correspondam aos vasos globulares, decorados por caneluras na face externa (fig. 21, n.ºs 27-29; fig. 22), que hoje se sabe corresponderem

a recipientes da Idade do Ferro, desde que foram recolhidos nos Moinhos da Atalaia, Amadora (Pinto e Parreira, 1978, fig. 6).

A 26 de Julho foi explorado parte do q8, aparecendo de novo cerâmica em quantidade, permitindo boas colagens, realizadas em casa no mesmo dia, logo que regressava do campo, acompanhadas do desenho em esboço dos exemplares mais completos, como é o caso do designado «vaso Alpiarça com asa», correspondente ao exemplar da fig. 12, n.º 5.

De volta à escavação, a 30 de julho, em companhia de seu filho João Marques, concluiu a exploração do q8. No dia seguinte iniciou a decapagem do q9, o último quadrado a ser explorado da Sondagem 1, cuja exploração assim se deu por concluída, prolongada em casa pelo arquivo de todo o material recolhido, incluindo lavagens, colagens e esboços das principais peças reconstituídas, como é também o caso de um jarro de cerâmica fina e negra, para o qual, a 4 de Agosto de 1989, assinalou paralelos na Lapa do Fumo (Sesimbra).

A 5 de Agosto de 1989 iniciou o primeiro quadrado (q1) da sondagem 2 (Q2). Esta nova sondagem era contígua à sondagem 1(Q1) (Fig. 8), desenvolvendo-se do lado sul da mesma, de forma a que o Q2q1 se desenvolvia em continuidade com o Q1q1. Tal como anteriormente, os achados foram diferenciados, consoante provinham da camada superficial do terreno (terra arável) ou da camada arqueológica, mantendo-se as mesmas categorias descritivas anteriormente utilizadas. A 11 de Agosto, terminou-se a escavação do Q2q1, com a recolha de abundante acervo, oriundo da camada que continuou a ser



Fig. 3 – Gamelas 3. Vista da abertura de nova área de escavação entre 16 e 20 de Julho de 1989. Foto de G. Marques.



Fig. 4 – Gamelas 3. Vértice de estrutura habitacional de planta ortogonal, feita de pequenos blocos basálticos, correspondentes ao seu embasamento, identificada no canto do Q1q6 a 22 de julho de 1989. Foto de G. Marques.



Fig. 5 – Pormenor da escavação do Q2q2, concluída a 13 de agosto, que proporcionou a recolha de um grande acervo de materiais, entre eles um fundo de vaso, ainda *in situ*, disposto horizontalmente na camada arqueológica. Foto de G. Marques.

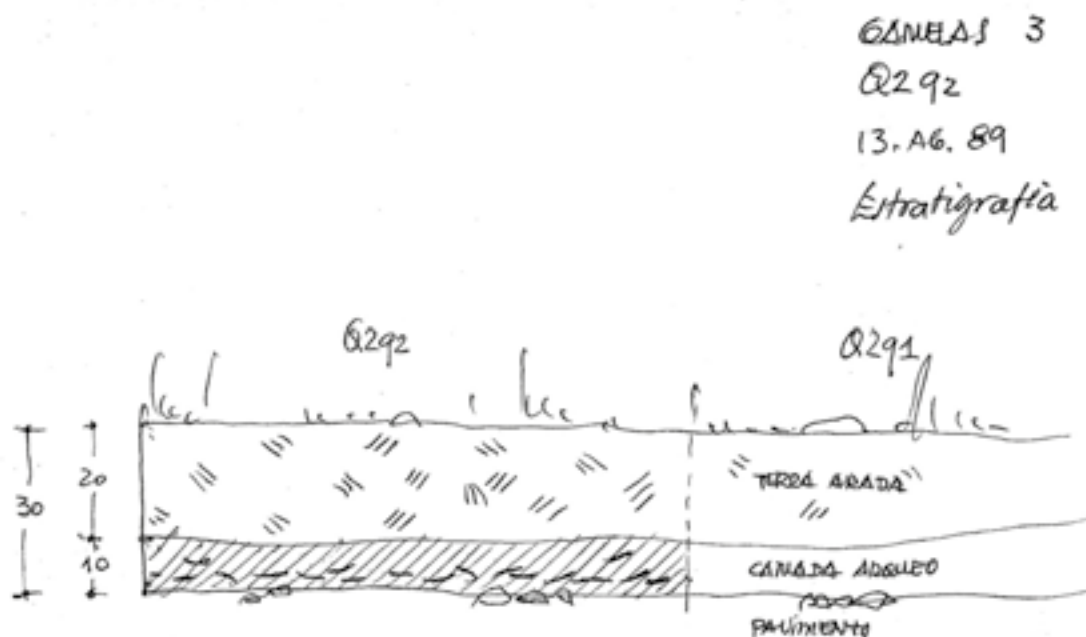


Fig. 6 – Gamelas 3. Esboço de sequência estratigráfica registada por G. Marques a 13 de agosto de 1989 no Q2q2.



Fig. 7 – Gamelas 3. Pormenor da camada arqueológica, com numerosos artefactos e restos de fauna. Foto de G. Marques.

designada por «pavimento»; no dia seguinte iniciou-se a escavação do Q2q2, concluída a 13 de Agosto, que proporcionou igualmente a recolha de um grande acervo de materiais, entre eles mais um fundo de vaso, ainda *in situ*, disposto horizontalmente na camada arqueológica (fig. 5). De acordo com esboço de estratigrafia registada a 13 de agosto e correspondente aos Q2q1 e Q2q2 (Fig. 6), a espessura da terra arável não ultrapassava 0,20 m e a camada arqueológica 0,10 m, na base da qual se desenvolvia um pavimento assente diretamente no substrato geológico basáltico (fig. 7). Nestes termos, os materiais arqueológicos, designadamente as cerâmicas, desenvolviam-se horizontalmente, no seio da própria camada arqueológica, sem prejuízo de, também eles, integrarem pavimentos, conforme foi observado pelo próprio aquando da escavação do Q1.

A 19 de Agosto, de novo na estação, iniciou, com a colaboração de seu filho João Marques, a escavação do Q2q3, tendo atingido parcialmente o denominado «pavimento», que forneceu menos materiais arqueológicos que os quadrados anteriormente explorados.

O trabalho de escavação deste quadrado prosseguiu no dia seguinte, confirmando-se a escassez de espólio, tendo-se iniciado a do Q2q4 o qual, à profundidade correspondente à camada arqueológica revelou o mesmo barro estéril que já tinha sido observado no Q2q3, atribuído hipoteticamente à destruição de paredes de taipa.

A escavação do Q2q4 foi retomada e concluída a 23 de agosto, iniciando-se a do Q2q5, prosseguida a 26 de Agosto com a escavação da parte correspondente à camada arqueológica, a qual contactava diretamente com passagem de barro estéril de significado problemático. A 29 de Agosto, a escavação prosseguiu com o início da escavação do Q2q6, o qual continuou a ser aprofundado no dia 1 de Setembro, altura em que se realizaram fotografias da camada arqueológica evidenciando a abundância de materiais cerâmicos (máximo absoluto atingido desde o início da escavação, com 438 fragmentos «tipo Santa Olaia rosa» e 115 fragmentos «tipo Santa Olaia preta fina», que aparentavam ter sido dispostos intencionalmente na horizontal. Tais elementos eram acompanhados de conchas de mexilhões, lapas, burriés e caracóis terrestres (fig. 6). Foi aqui que se recolheu o fragmento de suporte anular para grandes recipientes, de cerâmica cinzenta fina (fig. 19, n.º 20; fig. 20), cuja colagem se efetuou logo no dia seguinte, 2 de Setembro e o respetivo desenho no dia seguinte, demonstrando a estreita interligação entre o avanço dos trabalhos no terreno e a preparação laboratorial dos mesmos, a qual por vezes ocupava dias inteiros de trabalho, também aproveitados para a compilação dos apontamentos efetuados no terreno.

A 8 de setembro iniciou a decapagem da camada superficial do Q2q7, tendo a escavação do nível arqueológico sido realizada no dia seguinte, concluindo-se a 16 de Setembro. Os materiais exumados não se diferenciam dos recolhidos nos quadrados anteriores, embora em quantidade mais reduzida, mas incluindo fauna mamalógica.

Com a conclusão da escavação do Q2q7, a 16 de Setembro, deu-se por terminada a intervenção de campo, contabilizada em 35 jornadas de trabalho, totalizando 114,5 horas no terreno, conforme é indicado pelo próprio.

A escavação realizada em 1989 em Gamelas 3 abarcou a área de 16 m² (fig. 10) e, tendo sido realizada essencialmente por Gustavo Marques, em sessões de campo que em geral não ultrapassavam as 3 horas por dia, contou com a colaboração esporádica de seu filho, João Marques, bem como de outros amigos, cujo nome não deixou de registar: Manuel Villaverde Cabral, Júlio Pereira, Paula Costa, Jorge Morais, Ezequiel e Maria João.

Os principais resultados obtidos correspondem à identificação de um nível arqueológico intacto, cujo topo se desenvolvia entre 0,20 e 0,30 m de profundidade e que não ultrapassava 0,10 m de potência, repleto de materiais característicos da Idade do Ferro, integrando produções manuais (ditas «de Alpiarça»), acompanhadas de produções ao torno rápido, de pastas finas e negras ou de pas-

tas rosa, umas e outras designadas por «de tipo Santa Olaia»), adiante estudadas, acompanhados de raros objetos metálicos, e de restos mamalógicos e sobretudo malacológicos, associados por seu turno a vestígios de estruturas, que infelizmente não foram identificados em toda a sua provável extensão.

Com efeito, afiguram-se incompreensíveis as razões que ditaram a não prossecução da investigação da estrutura identificada, certamente correspondente ao canto de uma unidade habitacional de planta ortogonal, cujo embasamento era constituído por blocos basálticos. Nestes termos, a atribuição da camada arqueológica a um piso de habitação afigura-se duvidosa, dado que esse piso, a existir, teria de se situar no interior da estrutura, que não foi investigada.

Outra discrepância refere-se à existência de «ânforas cartaginesas»: compulsando os espólios existentes com os inventariados, nota-se a ausência de tais contentores, embora estejam representados bordos e asas de ânforas orientalizantes, mas sem corresponderem aos mencionados fragmentos com pinturas brancas que proporcionaram grandes colagens; já a ausência da coleção atualmente existente do conjunto atribuído à época tardo-romana, deve-se ao facto de ele corresponder, como atrás se disse, ao conjunto dos vasos globulares decorados com caneluras em torno do bordo, pertence à Idade do Ferro, que também proporcionaram grandes colagens, como se pode verificar através de um exemplar que possibilitou reconstituição total (fig. 21, n.º 29; fig. 22).

Os apontamentos relativos às escavações realizadas em 1989 em Gamelas 3, que se desenvolveram de forma contínua, entre 25 de junho de 1989 e 16 de Setembro do mesmo ano, alternando dias de trabalho no campo com sessões de lavagem, colagem e desenho de materiais arqueológicos no domicílio pessoal de Gustavo Marques, terminam com judiciosas considerações sobre as vantagens de se explorarem as pequenas unidades de produção, como os casais agrícolas, cujas ocupações, relativamente curtas, permitiam uma melhor integração dos vestígios materiais, sendo a reconstituição dos vasos mais fácil, ao contrário do verificado nos grandes povoados, e conseqüentemente mais segura a respetiva determinação cultural e cronológica.

Em 1990, coincidindo em grande parte com a exploração por Gustavo Marques do vizinho casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro, entre 21 de maio e 3 de setembro (Cardoso, 2010-2011), foi realizada uma curta campanha de escavações em Gamelas 3, por iniciativa de L. Sá Couto, cujos dias de trabalho de campo se encontram registados pelo escavador: 12, 15, 18 e 26 de agosto; 8, 15 e 22 de setembro; e 4 de outubro de 1990, cujos resultados se afiguram pouco expressivos, com base nas descrições e inventários apresentados. A campanha decorreu com o apoio próximo de G. Marques, que esporadicamente visitou as escavações, sendo, em contrapartida, frequentemente mencionada a presença de L. Sá Couto nas explorações de Abrunheiro.

Os trabalhos então realizados seguiram a metodologia anteriormente definida por Gustavo Marques, com a escavação por quadrados elementares de 1m², integrados em Sondagens de nove quadrados elementares, com 3m de lado. Assim, no primeiro dia de trabalhos, concluiu-se a Sondagem 2 (Q2) de 1989, com a escavação dos Q2q8 e Q2q9. Passou-se, depois à Sondagem 3 (Q3), cuja localização se desconhece (será possivelmente contígua à anterior), tendo-se escavado apenas os q1 a q6, e depois à Sondagem 4 (Q4), de que se escavaram apenas os q8 e q9. Os materiais arqueológicos encontrados foram poucos, comparativamente aos recolhidos no ano transato, ascendendo a 539 os fragmentos da Idade do Ferro.

4. ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

4.1. Estratigrafia

A estratigrafia identificada evidencia uma única ocupação arqueológica, da Idade do Ferro, integrando uma sequência muito simples, a qual pode ser descrita, de forma geral, do seguinte modo, de cima para baixo (fig. 6):

Camada 1 – solo arável, de natureza basáltica, com abundantes materiais modernos, cuja potência variava entre 0,20 e 0,30 m de potência;

Camada 2 – depósito antrópico, com escassos restos de carvões e de fauna mamalógica e abundante fauna malacológica (especialmente lapas e mexilhões), de mistura com restos cerâmicos de produção manual e ao torno rápido, integrando cerâmicas cinzentas finas e recipientes de pastas rosa-alaranjadas, além de escassos objetos metálicos. Este depósito, que em geral não ultrapassava 0,10 m de potência, foi atribuído a pavimento, devido ao seu desenvolvimento regular e à forma aparentemente intencional como os grandes fragmentos de cerâmica se dispunham no terreno; no entanto, na sua base, foi observada localmente a presença de pequenos blocos, assentes no substrato geológico, aos quais foi atribuída pelo escavador aquela mesma função (fig. 6). Nestes termos, e dada a presença de abundantes restos domésticos, no seio da referida camada, é mais aceitável atribuir a sua formação a sucessivos despejos oriundos de estrutura habitacional situada na área adjacente, a qual foi identificada no decurso da escavação. A camada arqueológica confinava lateralmente com depósito argiloso estéril, hipoteticamente atribuído a barro de construção: a ser assim, tratar-se-ia de mais uma evidência da presença de uma estrutura de carácter habitacional, cujo embaçamento seria de alvenaria argamassada, conforme se verificou;

Camada 3 – substrato geológico, cuja profundidade média não ultrapassava, em geral, 0,30 m, o qual continha, na sua parte mais alta, alguns artefactos lascados paleolíticos.

4.2. Estruturas

A fig. 4 evidencia, no ângulo noroeste do Q1q6, o vértice de uma estrutura ortogonal, que, infelizmente, por razões desconhecidas, não foi devidamente explorada. Com efeito, o referido quadrado corresponde ao limite noroeste da área escavada (fig. 8). Assim, ficou-se sem saber qual o verdadeiro desenvolvimento e significado daquela estrutura, por certo uma unidade habitacional de planta ortogonal cujo embasamento era constituído por blocos basálticos irregulares, semelhantes à encontrada na vizinha estação de Outurela I (Cardoso, 1990). Na hipótese de aquele muro de alvenaria com argamassa argilosa constituir o embasamento da referida unidade habitacional, cujas paredes seriam constituídas, tal como se verifica noutras estações congêneres, por barro amassado (adobe ou taipa), estaria explicada a presença do depósito de argila confinante com a camada arqueológica, que o escavador menciona no caderno de campo, como resultante da degradação das paredes da própria estrutura habitacional.

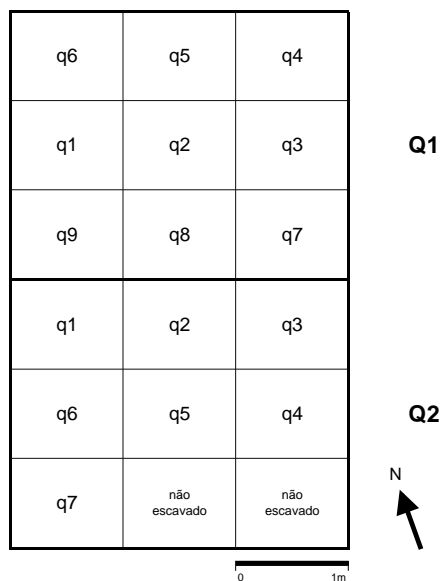


Fig. 8 – Gamelas 3. Reconstituição da quadriculagem imposta no terreno, com base nos apontamentos de G. Marques.

5. ESTUDO DOS MATERIAIS E RESPETIVA DISCUSSÃO

5.1. Objetos metálicos

Embora Gustavo Marques tenha atribuído à Idade do Ferro diversos objetos metálicos, apenas dois deles têm efetivo interesse arqueológico, por corresponderem a artefactos classificáveis:

- Argola de bronze (fig. 9, n.º 1), com secção circular e diâmetro interno de 2,2 cm, recolhida a 15 de julho de 1989 no Q1q3 perto do local onde se identificou, no mesmo dia, um fragmento de ferro atribuído a bainha de punhal, peça que não se conserva presentemente na coleção, tal como uma similar, recolhida anteriormente, a 30 de junho e cuja natureza não se poderá, deste modo, confirmar. A presença de argolas é comum em sítios do Bronze Final; na I Idade do Ferro da Estremadura e sul de Portugal, os achados rareiam, em consequência da maior escassez de estações; neste contexto, destacam-se as nove argolas de bronze recolhidas em contexto orientalizante do castro dos Ratinhos, Moura, recentemente analisadas (Valério, 2011, p. 90), a par de uma outra oriunda da necrópole da mesma época de Palhais, Beja, analisada pelo mesmo autor;

• Barra de bronze, podendo corresponder a porção de uma pulseira desdobrada, de secção sub-retangular achatada, com os bordos boleados (fig. 9, n.º 2), recolhida no dia 28 de junho de 1989, associada a conjunto de conchas e cerâmicas da Idade do Ferro; uma das extremidades encontra-se partida, podendo indicar que se tratou de um reaproveitamento como sucata. A ocorrência de pulseiras ou braceletes é relativamente frequente no Bronze Final, bem como na I Idade do Ferro, apesar de serem muito escassas as estações até agora exploradas pertencentes a esta época na Estremadura e sul de Portugal. Destaca-se a estação de Almaraz, Almada, onde se recolheram três pulseiras, mais ou menos completas, recentemente analisadas (Valério, 2011), duas delas abertas, com remates esféricos, a outra possuindo as duas extremidades em cabeças de ofídio recortadas (Barros, 1999, 2, p. 127). No caso de o exemplar em apreço corresponder a pulseira aberta, os remates desta seriam simples.

O diário das escavações regista ainda a descoberta de outras peças metálicas que, pelo seu estado fragmentário, não foi possível identificar funcionalmente. Assim, a 26 de Julho de 1989, apareceu um pequeno fragmento de bronze com furo, atribuído pelo escavador, sob reserva, a cabo de faca, e um «fragmento de bronze» atribuído pelo mesmo, também sob reserva, ao pé de uma fíbula. Enfim, a 30 de Julho, recolheu-se fragmento de «escória de cobre» que indicaria a prática metalúrgica na estação; trata-se de um pequeno fragmento quebradiço e pulverulento, de tonalidade esbranquiçada e esverdeada, cujas características não se enquadram naquele grupo de ocorrências. Enfim, na lista de objetos que integraram a exposição «Idade do Ferro» em 1994, no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz, consta uma «anilha de bronze», que é descrita de forma independente da argola acima referida (Marques, 1994, p. 67), a qual não foi localizada entre os objetos que integram atualmente a coleção.



Fig. 9 – Gamelas 3. Artefactos metálicos de bronze. 1 – argola; 2 – possível pulseira desdobrada.

5.2. Cerâmicas

O conjunto cerâmico exumado em Gamelas 3 distribui-se pelas seguintes categorias: cerâmica manual, cinzenta fina de tradição orientalizante, ao torno sem tratamento especial e de cozedura oxidante, e ânforas. A quase totalidade dos fragmentos foi desenhada, contabilizando-se também os exemplares não desenhados de cada grupo tipológico, viabilizando deste modo o respetivo cálculo percentual, que não seguimos, dada a fraca expressão numérica do conjunto com relevância tipológica, em resultado da limitada ocupação do pequeno casal agrícola, a que acresce a modéstia da área escavada.

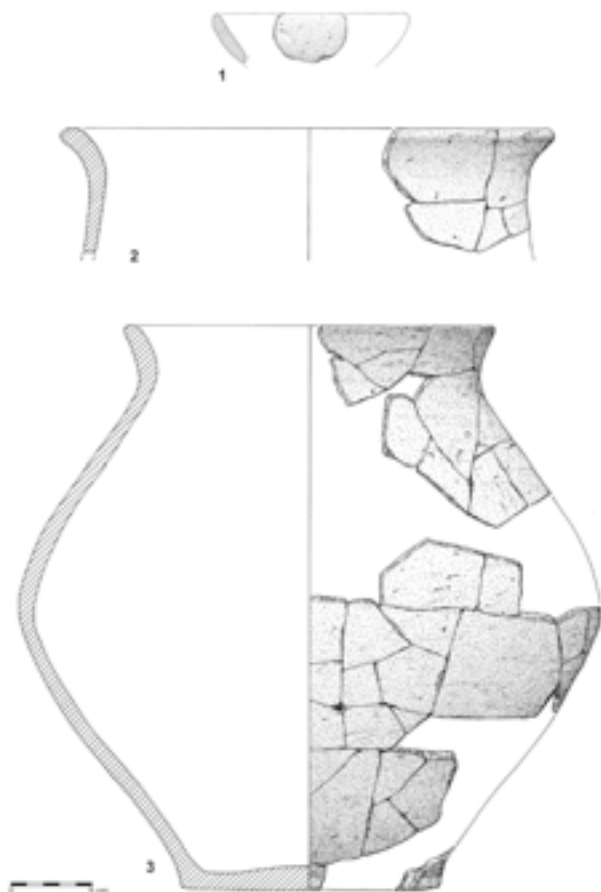


Fig. 10 – Gamelas 3. Recipientes manuais. Os números indicados correspondem à caracterização apresentada.



Fig. 11 – Gamelas 3. Recipientes manuais. Foto de C. Santos (GC/CMO).

5.2.1. Cerâmica manual

A cerâmica manual ou montada ao torno lento, de pasta de textura média (abundantes e.n.p. >0,5mm, escassos >1mm) e núcleo castanho-chocolate ou negro e superfícies anegradas manchadas de castanho, compreende 11 exemplares que permitem a identificação da forma geral:

- Taça em calote, de bordo simples e parede ligeiramente encurvada para o interior (1 exemplar – fig. 10, n.º 1). Cf. Forma VIIA de Abul (Mayet e Silva, 2000, Fig.11), onde é rara quer no estabelecimento fenício de meados do século VII a meados do VI a. C. (Abul A) quer no santuário de finais do século VI e século V a.C. (Abul B);
- Contentores de bordo simples, extrovertido e arqueado, fundo plano e sem pé indicado (7 exemplares – fig. 10, n.ºs 2 e 3; fig. 11; fig. 12, n.º 4-5). Um dos exemplares (fig. 12, n.º 5), possui asa de secção transversal convexo-côncava que, arrancando da parte superior do bojo, ligaria ao bordo. Os exemplares da fig. 10, n.ºs 2 e 3 e da fig. 12, n.º 4, aproximam-se morfologicamente do tipo III da cerâmica manual de Abul, e o n.º 5, do tipo IV (Mayet e Silva, 2000, fig. 11), tipos comuns em ambas as fases de Abul A e em Abul B. O tipo III é o predominante neste último local (Mayet e Silva, 2000, p. 187). São as formas de cerâmica manual mais frequentes em Leião (Cardoso *et al.*, 2010-2011, p. 85);
- Grande contentor de bordo arqueado para o exterior, colo alto e côncavo (fig. 13, n.º 6). Cf. Forma IA de Abul; pouco abundante em Abul A e B.

5.2.2. Cerâmica cinzenta fina de tradição orientalizante

Esta categoria cerâmica encontra-se representada pelas seguintes formas:

- Prato em calote de bordo simples e parede quase retilínea (1 exemplar – fig. 13, n.º 7). Forma Medellín A1A (presente desde o último quartel do século VII a. C. até ao primeiro quartel do século V a. C. – Lorrio, 2008, p. 694); Abul IIA (abundante na Fase II de Abul A e escassa em Abul B – Mayet e Silva, 2000, Quadros 10 e 22);
- Prato em calote de bordo com espessamento interno convexo (1 exemplar – fig. 13, n.º 8). Forma Medellín A1C (da segunda metade do século VII a meados do V a. C. – Lorrio, 2008, p. 694); Abul IIC1 (forma muito abundante em Abul A e Abul B – Mayet e Silva, 2000, Quadros 10 e 22);
- Prato em calote de bordo com acentuado espessamento interno de secção triangular (1 ex. – fig. 13, n.º 9). Forma Medellín A1D (do último quartel do século VII a meados do século V a. C. – Lorrio, 2008, p. 694); Abul IIC2 (rara em Abul A e Abul B – Mayet e Silva, 2000, Quadros 10 e 22);
- Prato de bordo em S pouco acentuado com ligeira concavidade externa e superfície interna convexa, que pode mostrar espessamento pouco pronunciado; fundo sem pé e de base plana (2 exemplares – fig. 13, n.ºs 10 e 11). Forma cf. Medellín A2B (do último quartel do século VII a meados do V a. C. – Lorrio, 2008, p. 696); Abul IA1 (abundante em Abul A e escassa em Abul B – Mayet e Silva, 2000, Quadros 10 e 22);
- Prato (ou tampa?) de carena muito marcada a que, no interior, corresponde sulco perimetral (2 exemplares – fig. 14, n.ºs 12 e 13, a que acrescem mais 3 ex., dos quais se conserva apenas o bordo, não desenhados). O diâmetro do círculo

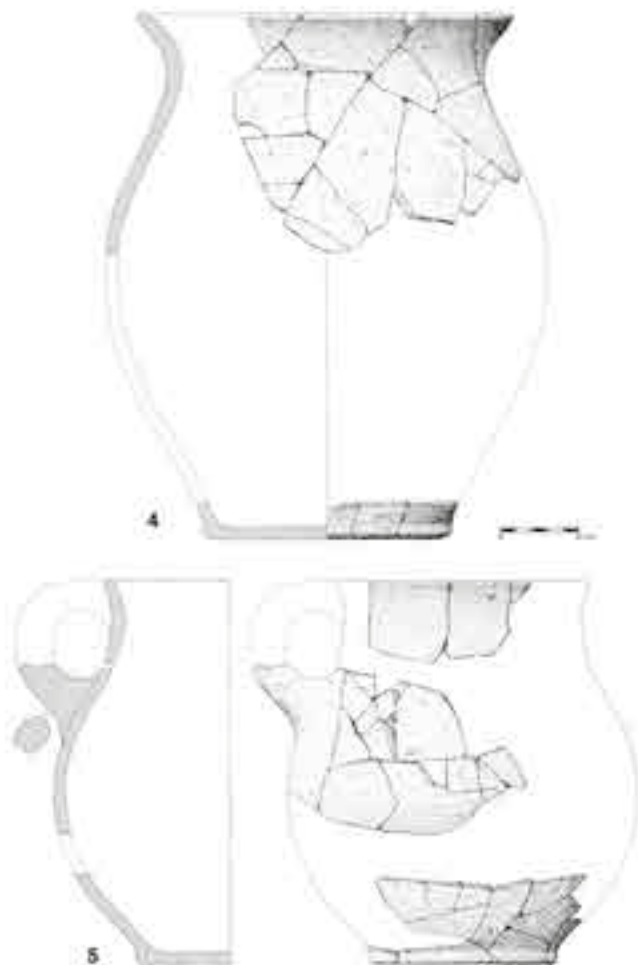


Fig. 12 – Gamelas 3. Recipientes manuais. Os números indicados correspondem à caracterização apresentada.

desenhado por este sulco, de 141mm no n.º 13, é igual ao do bordo das taças carenadas altas representadas na fig. 15, n.º 16 e fig. 17, n.º 17. Tratando-se de tampa, o sulco ajustar-se-ia perfeitamente ao lábio daqueles vasos. De notar ainda que, a funcionar esta peça como tampa, a carena comportar-se-ia como elemento decorativo, lembrando nervura e condizendo com a decoração das referidas taças. Este tipo aproxima-se da variante do prato da Forma IC de Abul caracterizada por possuir carena muito marcada, variante ausente no estabelecimento fenício de Abul A, mas presente no santuário de tradição orientalizante de Abul B, bem como em Moinhos da Atalaia (Pinto e Parreira, 1997) e na Freiria, Cascais (Cardoso e Encarnação, 2000, est. IV);

- Taça baixa de carena média, colo côncavo e bordo encurvado para o exterior e de lábio biselado (1 exemplar – fig. 15, n.º 14). Cf. Forma Medellín B1 (último quartel do século VII a. C. – Lorrio, 2008, p. 698); Abul IIIB1 (raro em Abul A, ausente de Abul B – Mayet e Silva, 2000, Quadro 10);
- Taça alta de carena média, colo côncavo decorado a meio por nervura horizontal, bordo extrovertido encurvado ou formando aba, fundo de pé indicado ou anular (3 exemplares – fig. 15, n.ºs 15-16; fig. 17, n.º 17). Cf. Forma Medellín B3 (3º quartel do século VI a. C. – Lorrio, 2008, p. 609). Ocorre em Moinhos da Atalaia, Amadora (Pinto e Parreira, 1997), Outorela (Cardoso, 1990) e Leião (Cardoso *et al.*, 2010-2011);
- Jarro de bordo extrovertido, formando pequena aba, colo côncavo decorado por três nervuras horizontais, bojo esferoidal, pé anular (2 exemplares – fig. 17, n.º 18 e outro não desenhado, mas fotografado – fig. 18). Os melhores paralelos conhecidos para esta forma encontram-se na região em que se integra Gamelas 3, ou seja, em Moinhos da Atalaia, Outorela e Leião;
- Taça de colo alto, em tronco de cone invertido, de bordo simples, pertencente possivelmente a recipiente de bojo globular afim do Tipo 4 da Sé de Lisboa (Arruda *et al.*, 2000, p. 41). 2 exemplares (fig. 17, n.º 19 e outros dois fragmentos provavelmente também pertencentes a esta forma, não desenhados);
- Suporte anular e tubular oco de secção subcircular. Parte da superfície é decorada por caneluras fundas e concêntricas (1 exemplar – fig. 19, n.º 20; fig. 20). Forma 9 de Santarém (Arruda, 1999-2000, fig. 139); Tipo 7 da Sé de Lisboa (Arruda *et al.*, 2000, fig. 12, n.º 7); Tipo F1B da necrópole de Medellin (Lorrio, 2008).

A cerâmica cinzenta fina de Gamelas 3 apresenta tipos que, embora surjam em período plenamente orientalizante, se mantêm na segunda metade do século VI e/ ou no século V a. C., oferecendo peças que são exclusivas de contextos com estas últimas cronologias. Referimo-nos, em especial, às taças altas de carena média e ao jarro (ambos nervurados), que podem imitar modelos metálicos, bem como aos pratos/tampas de carena muito marcada.

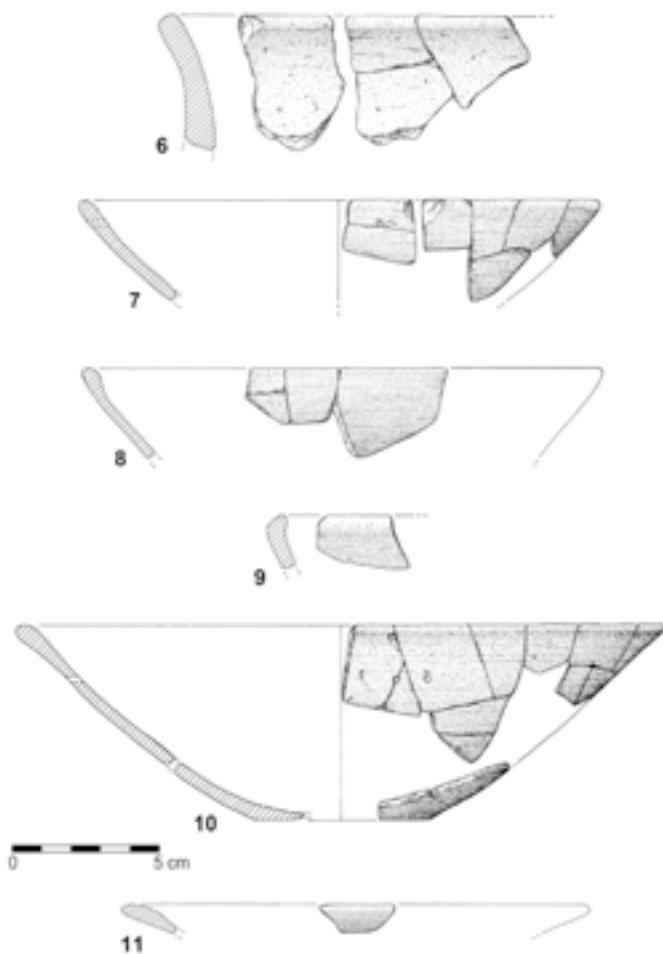


Fig. 13 – Gamelas 3. 6 – recipiente manual; 7 a 11 – pratos de cerâmica cinzenta fina de tradição orientalizante.

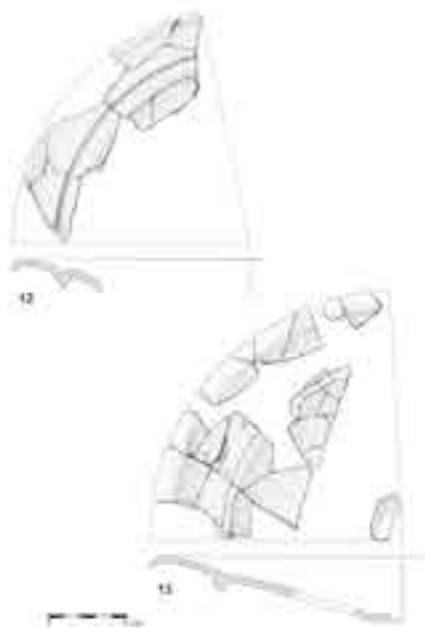


Fig. 14 – Gamelas 3. 12 e 13 – pratos/tampas de cerâmica cinzenta fina de tradição orientalizante.

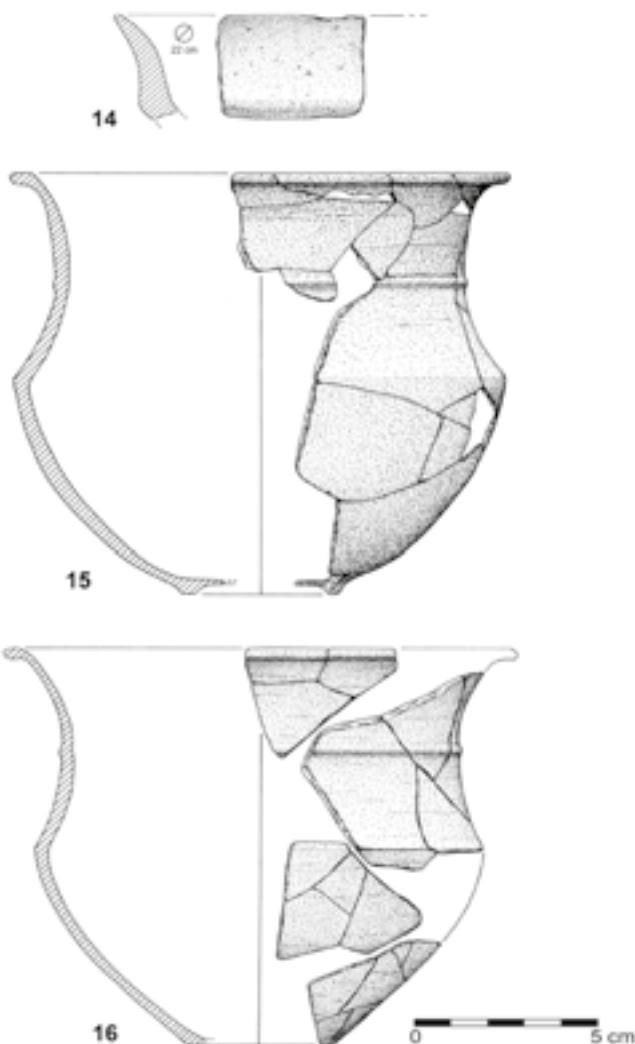


Fig. 15 – Gamelas 3. Cerâmicas cinzentas finas de tradição orientalizante. 14 – taça baixa de carena média; 15 e 16 – taças altas de carena média, colo côncavo decorado a meio por nervura horizontal.



Fig. 16 – Gamelas 3. Cerâmicas cinzentas finas de tradição orientalizante: taças altas de carena média, colo côncavo decorado a meio por nervura horizontal. O exemplar da esquerda corresponde ao representado na fig. 15, n.º 15 e o da direita ao da fig. 17, n.º 17. Foto de C. Santos (GC/CMO).



Fig. 18 – Gamelas 3. Cerâmicas cinzentas finas de tradição orientalizante. Jarros de colo côncavo decorado por três nervuras horizontais, bojo esferoidal e pé anular, correspondente o da direita ao exemplar representado na fig. 17, n.º 18. Foto de C. Santos (GC/CMO).



Fig. 17 – Gamelas 3. Cerâmicas cinzentas finas de tradição orientalizante. 17 – taça alta de carena média, colo côncavo decorado a meio por nervura horizontal; 18 – jarro de colo côncavo decorado por três nervuras horizontais, bojo esferoidal e pé anular; 19 – taça de colo alto, em tronco de cone invertido, de bordo simples, pertencente possivelmente a recipiente de bojo globular.

5.2.3. Cerâmica ao torno sem tratamento especial, de cozedura oxidante

A este grupo, caracterizado por pastas de textura em geral média e cor alaranjada/avermelhada (o que corresponde a ambiente de cozedura oxidante), pertencem formas que ocorrem igualmente na cerâmica cinzenta fina orientalizante, a que nos referimos ao tratar desta última categoria cerâmica. Assim, surgiram, em Gamelas 3, pratos em calote de bordo com espessamento interno convexo (5 exemplares – fig. 19, n.ºs 21-23); pratos de bordo em S pouco acentuado, no prolongamento do bojo (3 exemplares – fig. 19, n.ºs 24 e 25); taças altas carenadas (?) de colo côncavo decorado por nervura horizontal (2 exemplares – fig. 19, n.º 26).

Porém, a cerâmica ao torno, sem tratamento especial, de cozedura oxidante exumada em Gamelas 3 é dominada pelo pote de bojo esferoidal ou ovoide e bordo extrovertido. Há a notar duas variantes principais no que se refere à forma do bordo e mesmo do bojo: um grupo possui o bordo arqueado, externamente côncavo e internamente convexo, colo estrangulado e curto e bojo de tendência esferoidal (13 exemplares – fig. 21, n.ºs 27-29; fig. 22); outro grupo oferece bordo de secção triangular e pendente, colo côncavo, mas menos estrangulado e mais alto e bojo a tender para ovoide (7 exemplares – fig. 23, n.ºs 30 – 32).

O primeiro destes grupos mostra-se, por vezes, decorado na parte superior do bojo por série horizontal de estreitas caneluras tendo-se registado quatro ex., dos quais se reproduzem 3 (fig. 21, n.ºs 27-29; fig. 22).

Para além dos fragmentos com bordo pertencentes aos recipientes que acabámos de referir, esta categoria cerâmica inclui ainda fragmentos de fundos e de asas. No que se refere aos primeiros, a par de exemplares (muito raros) sem pé e de base muito ligeiramente côncava (fig. 23, n.º 33), possuímos fundos onfalóides, externamente com acentuada concavidade, representados por quatro exemplares, dos quais se desenharam três (fig. 23, n.ºs 34-36).

As asas distribuem-se por três grupos morfológicos: as de secção circular (fig. 24, n.º 37); as pseudo-bífidas (fig. 24, n.ºs 38 e 39) e as convexo/plano-côncavas (fig. 24, n.º 40).

Os dois últimos grupos, bem como os fundos acentuadamente côncavos indicam cronologia não anterior ao século VI a.C., desenvolvendo-se principalmente no século V a.C., como é patente em Outorela, Moinhos da Atalaia e Abul B.

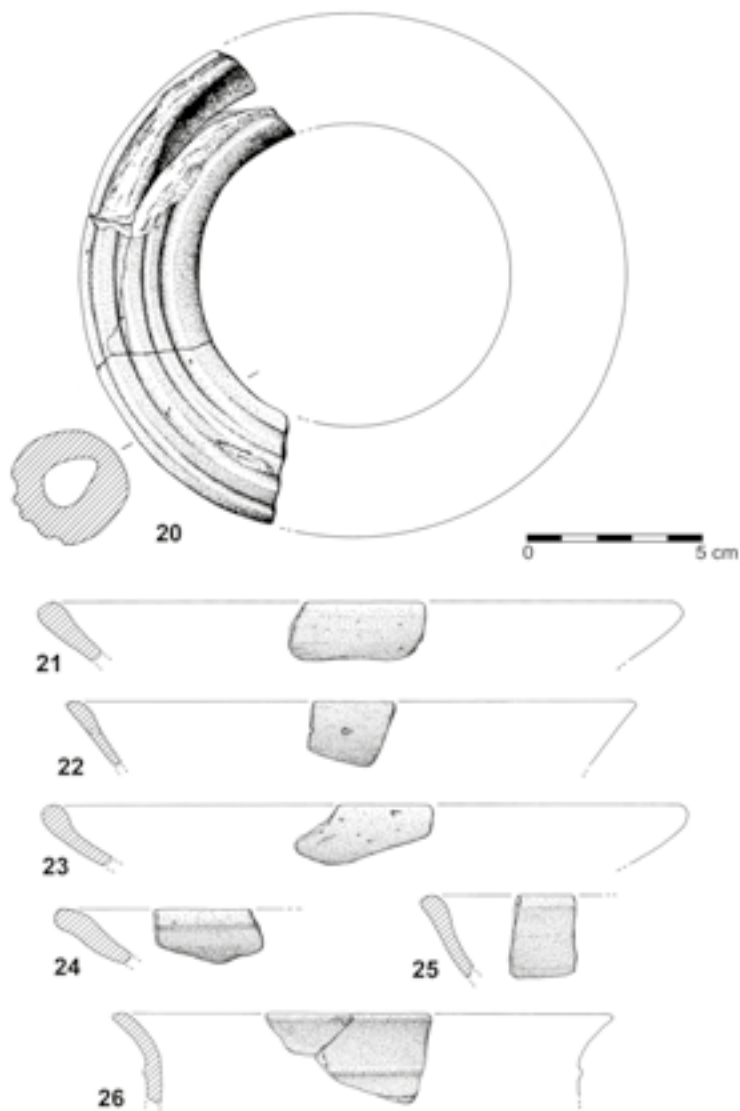


Fig. 19 – Gamelas 3. Cerâmica cinzenta fina de tradição orientalizante. 20 – suporte anular e tubular oco de secção subcircular, com parte da superfície decorada por caneluras profundas e concêntricas. Cerâmica ao torno sem tratamento especial, de cozedura oxidante. 21 a 23 – pratos em calote de bordo com espessamento interno convexo; 24 e 25 – pratos de bordo em S pouco acentuado, no prolongamento do bojo; 26 – taça alta carenada (?) de colo côncavo decorado por nervura horizontal.



Fig. 20 – Gamelas 3. Cerâmica cinzenta fina de tradição orientalizante. Suporte anular e tubular oco de secção subcircular, com parte da superfície decorada por caneluras profundas e concêntricas, representado na fig. 19, n.º 20. Foto de C. Santos (GC/CMO).

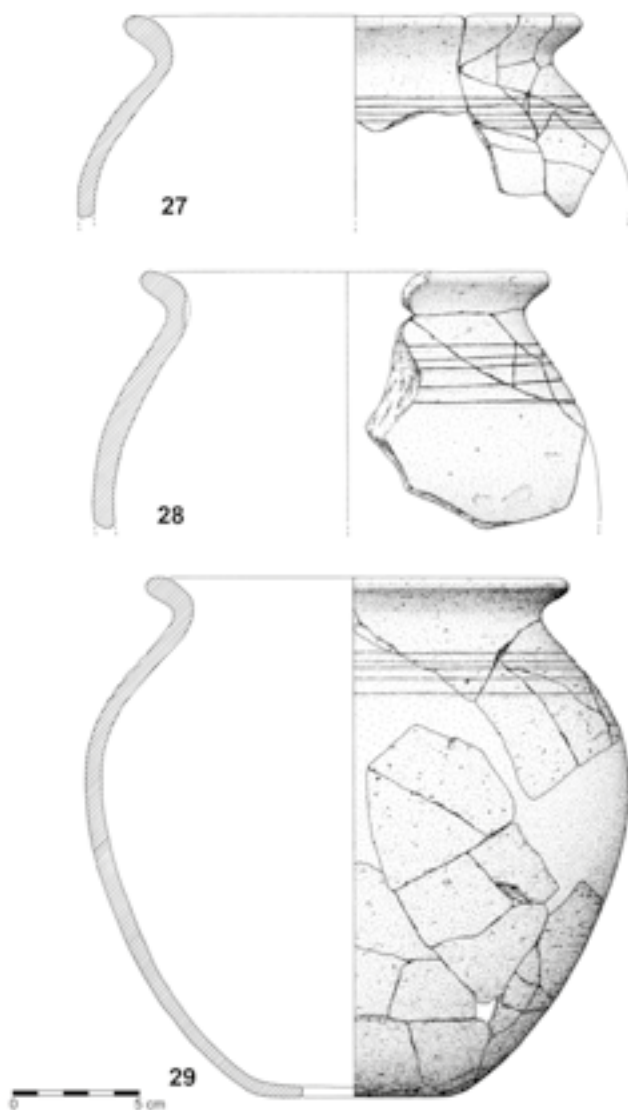


Fig. 21 – Gamelas 3. Cerâmica ao torno sem tratamento especial, de cozedura oxidante. 27 a 29 – Potes de bojo esferoidal ou ovoide e bordo extrovertido, decorados na parte superior do bojo por série horizontal de finas caneluras.



Fig. 22 – Gamelas 3. Cerâmica ao torno sem tratamento especial, de cozedura oxidante. 27 a 29 – Potes de bojo esferoidal ou ovoide e bordo extrovertido, decorados na parte superior do bojo por série horizontal de finas caneluras, representados na fig. 21. Foto de C. Santos (GC/CMO).

5.2.4. Ânforas

Chegaram até nós, provenientes de Gamelas 3, oito fragmentos com bordo pertencentes a ânforas de tipo ibero-púnico:

- Os exemplares da fig. 24, n.ºs 41 e 42 possuem lábio de secção triangular, face externa retilínea e a interna convexa; ocorre na ânfora fenícia ocidental T-10.1.2.1 da classificação de Ramon Torres (1995), tipo que este autor centra cronologicamente entre 675/650 e 575/550 a. C., mas que pode atingir a segunda metade do século VI, como se verifica em Ibiza (Ramon Torres, 1995, p. 231). Contudo, o facto dos ombros dos nossos exemplares apresentarem inclinação que se afasta da sub-horizontalidade característica do tipo 10.1.2.1 leva-nos a preferir como paralelo o T-1.3.1.1 – ânfora igualmente de produção ocidental, da segunda metade do século VI a. C.;
- Os exemplares da fig. 24, n.ºs 43 e 44 apresentam lábio de perfil subquadrangular, com a face externa retilínea, a interna convexa e a parte superior retilínea horizontal, o qual é afim de lábios que surgem igualmente no T-10.1.2.1 de Ramon Torres (1995, fig. 109, n.º 18). Atenda-se, porém, à demasiada inclinação dos ombros dos exemplares de Gamelas 3;
- Os exemplares de fig. 24, n.ºs 45 e 46, possuindo lábios de secção arredondada ou subquadrangular, ocorrem no T-1.3.1.2 (Ramon, 1995, p.170), datado das últimas décadas do século VI e da primeira metade do século V a. C.;
- Os exemplares da fig. 24, n.ºs 47 e 48, possuindo lábios subverticais, altos e estreitos, com a face externa ligeiramente convexa ou retilínea e a interna convexa, distribuem-se por diversos tipos de ânforas: T-1.2.1.3, de produção ocidental e dos finais do século VI (?) e, seguramente, do século V a. C. (Ramon Torres, 1995, p. 168); T-1.3.2.4, de produção também ocidental e do século V (Ramon Torres, 1995, p.172 e 173); T-11.2.1.4 (falta aos nossos exemplares o característico sulco da base do lábio), produzido na área do Estreito e datado do século V a inícios do IV a. C. (Ramon Torres, 1995, p. 236).

O presente conjunto cerâmico mostra-se cronológica e culturalmente homogéneo. De acordo com o anteriormente exposto, do ponto de vista estritamente tipológico centra-se no século V a.C., podendo remontar à segunda metade do século VI a.C. Ver-se-á adiante que o resultado da datação absoluta obtida por radiocarbono introduziu interessante acréscimo de informação nesta conclusão.

Culturalmente, o referido conjunto revela carácter nitidamente orientalizante (ou, pelo menos, de tradição orientalizante) e integra-se no mesmo horizonte de que fazem parte, na região de solos basálticos dos arredores de Lisboa, os sítios de Moinhos da Atalaia (Amadora), Outorela I e II (Oeiras) e Leião (Oeiras).

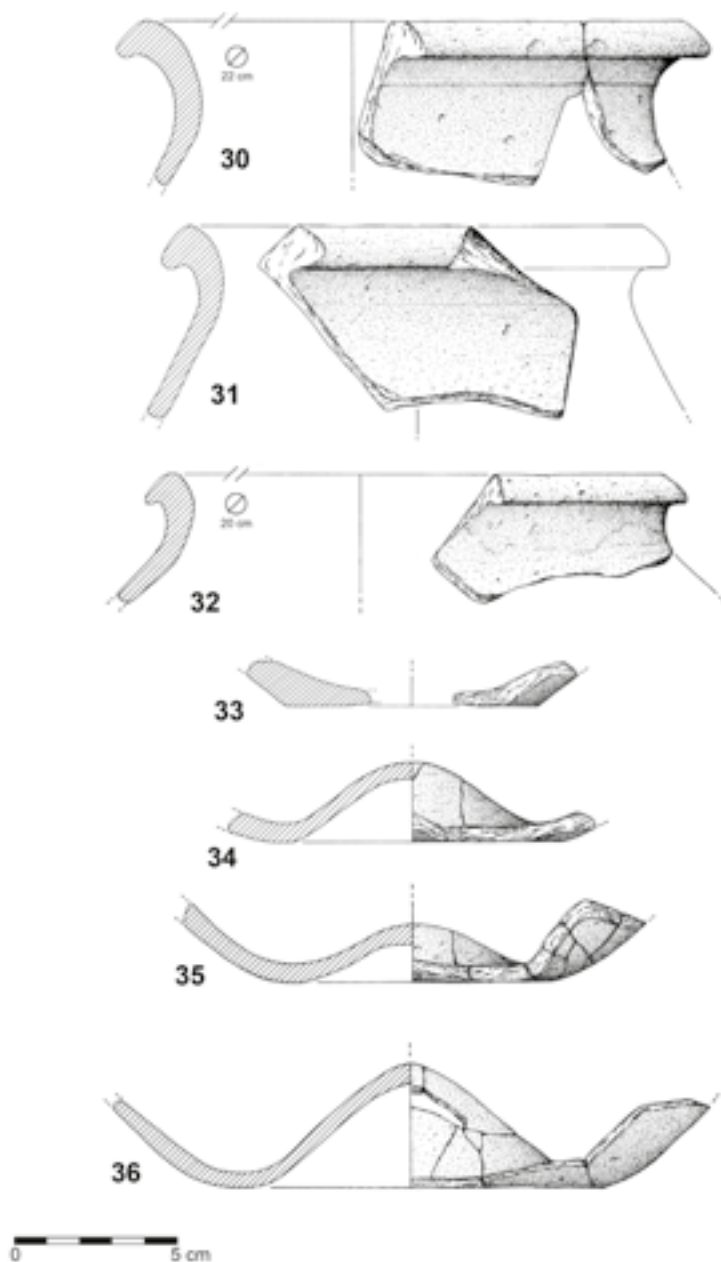


Fig.23 – Gamelas 3. Cerâmica ao torno sem tratamento especial, de cozedura oxidante. 30 a 32 – potes de bojo esferoidal ou ovoide e bordo extrovertido, com bordo de secção triangular e pendente. 33 – fundo de vaso sem pé e de base muito ligeiramente côncava. 34 a 36 – fundos onfaloides de vasos, externamente com acentuada concavidade.

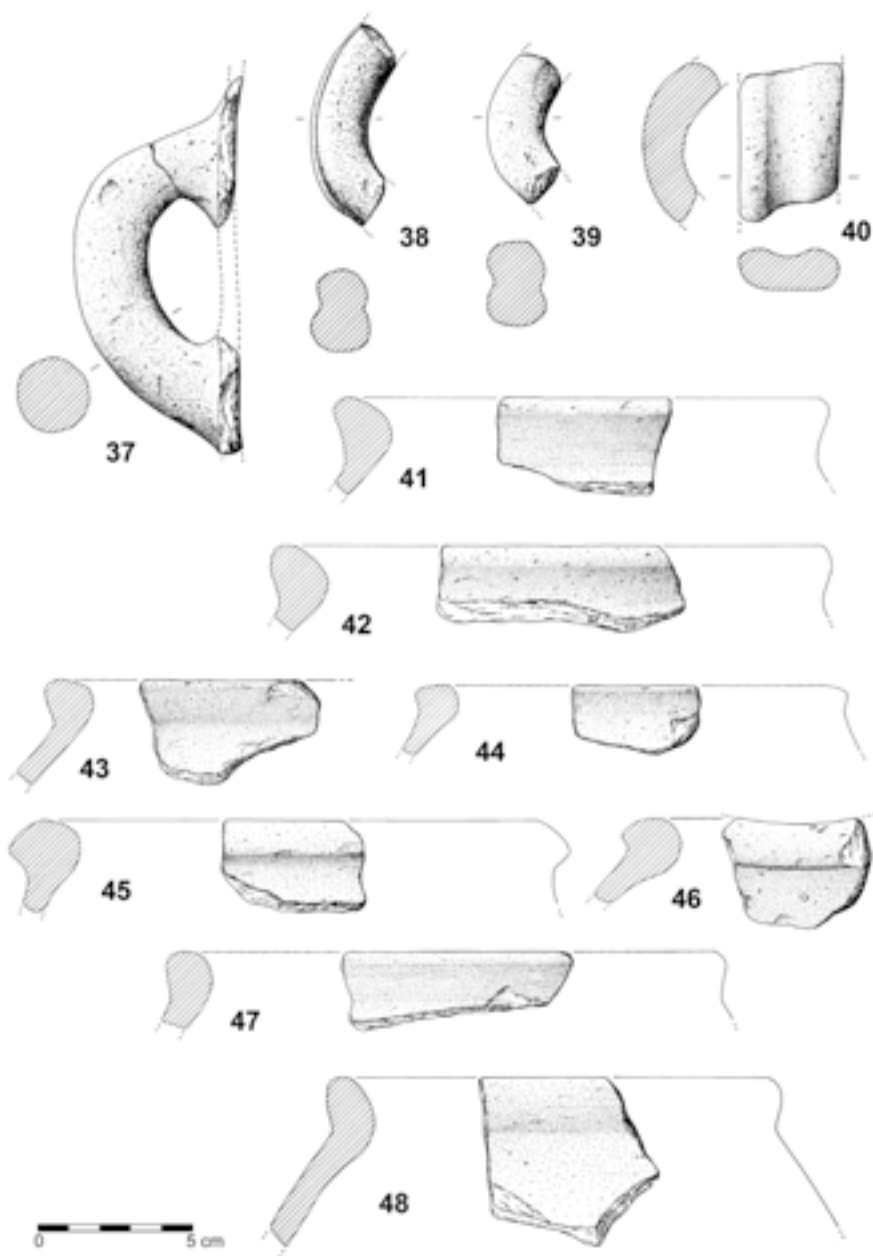


Fig. 24 – Gamelas 3. Asas de ânforas e de vasos de cerâmica ao torno sem tratamento especial, de cozedura oxidante. 37 – de secção circular. 38 e 39 – asas pseudo-bífidas. 40 – asas convexo/plano-côncavas. Ânforas fenício-púnicas. 41 e 42 – ânforas com bordo de secção triangular, face externa retilínea e a interna convexa; afim da forma T-1.3.1.1 da classificação de Ramon Torres (1995). 43 e 44 – ânforas com bordo de perfil subquadrangular, com a face externa retilínea, a interna convexa e a parte superior retilínea horizontal, afim da forma T-10.1.2.1. 45 e 46 – de secção arredondada ou subquadrangular, como ocorrem na forma T-1.3.1.2.. 47 e 48 – com bordos subverticais, altos e estreitos, com a face externa ligeiramente convexa ou retilínea e a interna convexa, que se distribuem por diversos tipos de ânforas: T-1.2.1.3; T-1.3.2.4; T-11.2.1.4 (falta aos nossos exemplares o característico sulco na base do lábio).

5.3. Restos faunísticos

5.3.1. Mamíferos

Bos taurus (boi doméstico)

- quarto decidual esquerdo superior (D\4) esquerdo;
- primeiro ou segundo molar inferior (M/1-2) direito (fig. 25, n.º 4);
- grande esquirola de tibia de lado indeterminado;

Sus domesticus (porco doméstico)

- fragmento de osso maxilar com a série dentária superior esquerda quase completa, incluindo o segundo e o terceiro pré-molares e os três molares (P\2 a M\3). Dentes com quase ausência de desgaste, excetuando o M\1, com desgaste fraco; M\3 ainda no alvéolo. Indivíduo subadulto (fig. 26, n.º 5).
- canino superior esquerdo de indivíduo feminino (germe);

Ovis aries/Capra hircus (ovelha/cabra)

- 2 primeiros ou segundos molares superiores (M\1-2) esquerdos, um com fraco desgaste, outro com desgaste forte;
- 2 primeiros ou segundos molares superiores (M\1-2) direitos, um com fraco desgaste, outro com desgaste forte;
- 1 terceiro pré-molar superior (P\3) esquerdo com desgaste fraco;
- 3 primeiros ou segundos molares inferiores (M/1-2), dois direitos, com desgaste fraco e médio e um esquerdo, com desgaste médio (fig. 25, n.ºs 5-6);
- 3 terceiros molares inferiores (M/3), dois direitos, com desgaste médio e um esquerdo, com ausência de desgaste e falta do terceiro lobo dentário (fig. 25, n.ºs 2-3);
- série jugal inferior esquerda incompleta, com o terceiro e o quarto pré-molares (P/3 e P/4), e o primeiro molar (M/1) com desgaste médio;
- um terceiro pré-molar inferior (P/3) direito com desgaste médio;
- um primeiro molar inferior (M/1) direito com desgaste fraco;
- fragmento de ramo mandibular direito, com o quarto pré-molar (P/4) e o primeiro molar (M/1), com desgaste forte. A peça possui marcas de fogo (fig. 26, n.º 4), ostentando a superfície escurecida, juntando-se a nove esquirolas indeterminadas com idênticas características;
- fragmento de omoplata, conservando superfície articular com o úmero;
- Seis esquirolas identificáveis, entre as quais dois fragmentos de omoplata de indivíduos distintos, diáfise de rádio, diáfise de metatársico com marcas de corte, diáfise distal de úmero e diáfise distal de fémur (fig. 26, n.ºs 1-3);

No conjunto, os restos descritos, pertencentes exclusivamente a espécies domésticas, correspondem à presença de um mínimo de dois bois domésticos, um porco e dois ovino-caprinos, afinal a trilogia que atualmente continua a fazer parte da nossa alimentação proteica.

No entanto, não é possível assegurar que todos estes restos sejam da Idade do Ferro. Com efeito, Gustavo Marques jamais os associa a outros restos por si recuperados, como fragmentos de cerâmica ou depósitos de conchas, indubitavelmente associados à única ocupação sidérica identificada no local. Esta conclusão foi reforçada pelo resultado da datação de diversos restos ósseos, que indica época romana, ainda que esse resultado possa simplesmente ser a consequência da mistura de ossos de diferente cronologia, da Idade do Ferro e de diversas épocas históricas, até porque não se evidenciaram testemunhos romanos no local. Os resultados obtidos foram os seguintes, fazendo uso do programa CALIB6.0.1 (Stuiver e Reimer, 1993, *Radiocarbon*, 35, 213-230) e da curva IntCal09 (Reimer *et al.*, *Radiocarbon*, 51 (4), 2009, p. 1111-1150):

Sac-2834 – 1990 +/- 45 BP (106 cal BC-90 cal AD, para 97% de confiança).

Predominam indivíduos juvenis ou subadultos, o que poderá indiciar a criação de gado destinada essencialmente ao abate para produção de carne; mas os restos são demasiado escassos para se poderem obter conclusões representativas.

No que respeita às práticas culinárias, parecem estar representados os grelhados no carvão, dado que nove esquirolas ósseas inclassificáveis se apresentam incarbonizadas, com tonalidades escuras. Contudo, esta situação pode ser em parte devida à prática, então corrente, de arremesso dos restos para o lume, depois de consumida a carne, por forma a alimentarem a combustão, observada, entre outras, nas estações do Bronze Final da Beira interior (Antunes, 1992), dado que o fragmento de osso mandibular de ovino-caprino identificado (fig. 26, n.º 4), cujo aproveitamento em grelhado ou churrasco seria inviável, também ostenta vestígios de incarbonização, com uma coloração castanho-escura, correspondente a temperaturas em torno dos 500° C. Importa, por outro lado, salientar a existência de três segmentos ósseos partidos intencionalmente em ambas as extremidades – diáfises de rádio, de tibia e de metatársico, de comprimentos idênticos (fig. 26, n.ºs 1-3); tal padrão de partição sugere que os correspondentes nacos de carne, integraram a confeção de ensopados, pese embora o pouco valor alimentar da porção associada ao metatársico.

De registar ainda a presença de um dente de tubarão, *Odontaspis taurus* (fig. 25, n.º 1), idêntico a vários recolhidos na necrópole do Bronze do Sudoeste de Santa Catarina de Sítimos, Alcácer do Sal (Cardoso e Antunes, 1995). De acordo com o Prof. M. Telles Antunes, animais deste género são designados por «sand sharks». Habitam preferentemente águas quentes, mas não são estenotérmicos, podendo atingir ainda hoje as nossas águas. Frequentam muitas vezes

áreas próximas do litoral. Deste modo, a peça em causa poderia ser resultante de uma pescaria acidental na costa portuguesa, embora se afigure mais plausível a sua recolha como curiosidade pelos habitantes do casal agrícola, num dos afloramentos miocénicos dos arredores, a começar pelo Alto do Puxa-Feixe, a menos de 500 m de distância. M. Telles Antunes recolheu exemplares desta mesma espécie em terrenos da Estação Agronómica Nacional, o que reforça tal hipótese. Aliás, o interesse dispensado pelas antigas populações pré-históricas da região à posse de dentes de tubarões miocénicos, sem dúvida pela sua beleza e exotismo, encontra-se comprovada no povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras, somando-se ao exemplo acima aludido e a outros, estudados em trabalho dedicado ao tema (Cardoso e Antunes, 1995).

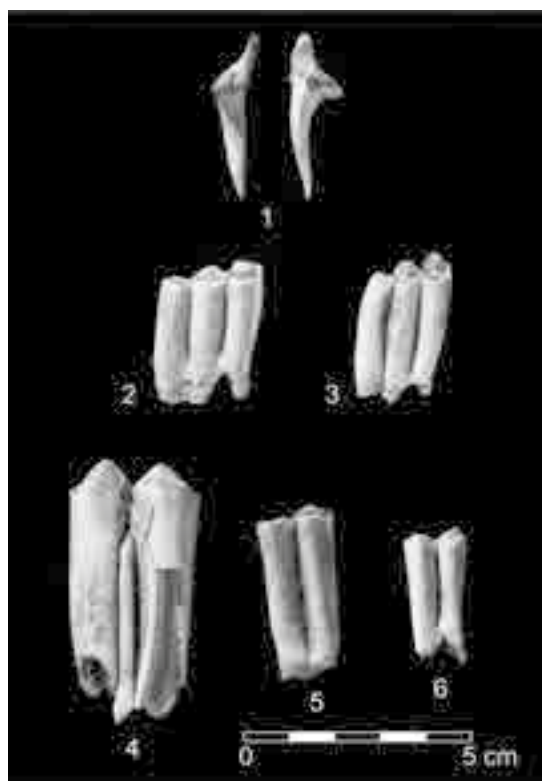


Fig. 25 – Gamelas 3. 1 – dente de tubarão (*Odontaspis taurus*) trazido dos afloramentos miocénicos. 2 e 3 – terceiros molares inferiores de *Ovis aries/Capra hircus*; notar a grande diferença de tamanhos; 4 – segundo molar inferior de *Bos taurus*; 5 e 6 – primeiros ou segundos molares inferiores de *Ovis aries/Capra hircus*; notar a grande diferença de tamanhos.

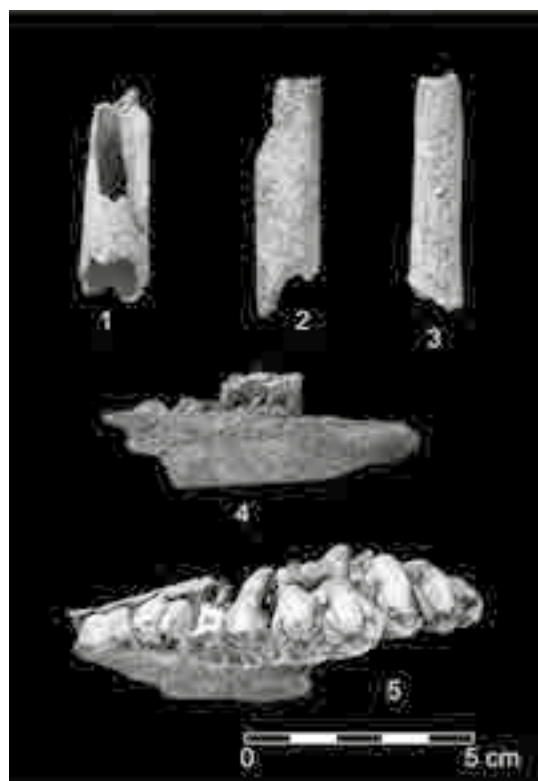


Fig. 26 – Gamelas 3. 1 a 3 – porções de diáfises de ossos longos partidas intencionalmente para aproveitamento culinário. 4 – porção de hemimandíbula de *Ovis aries/Capra hircus* escurecida pelo calor. 5 – série jugal superior de *Sus domesticus*.

5.3.2. Fauna malacológica

Moluscos marinhos ou estuarinos

Conforme consta dos registos de campo, as três espécies mais abundantes são a lapa (*Patella* sp.), o mexilhão (*Mytilus* sp.) e o burrié (*Monodonta lineata*), tendo-se associado a sua presença à existência de pisos de carácter habitacional. Algumas fotos evidenciam, com efeito, a abundância de tais restos, os quais se explicam melhor no âmbito da acumulação de detritos resultantes da ocupação da estrutura doméstica identificada na área adjacente, mas cujo interior não se escavou. A composição do conjunto é a seguinte:

Patella sp. – recolheram-se 314 restos de lapa, distribuídos por diversas espécies cuja identificação não foi efetuada;

Mytilus sp. – os restos reportados a este género atingem aproximadamente o peso dos correspondentes ao género *Patella* sp., pelo que é lícito pensar, tendo em consideração a anatomia de ambos, o aproveitamento de uma massa proteica semelhante;

Monodonta lineata – é a terceira espécie em termos de relevância alimentar, correspondendo a 31 exemplares recolhidos;

Fora estas, recolheram-se outras conchas de moluscos de interesse alimentar, mas representadas por escasso número de restos:

Venus verrucosa – espécie representada por onze fragmentos, por certo resultado de fracturas intencionais, já que se trata de concha espessa e robusta. Três deles revelam vestígios de rolamento e, dois destes três, perfurações por litófalos, prova de que os restos foram recolhidos *post mortem* na praia, sem intuídos alimentares;

Acanthocardia sp. – representada por dois pequenos fragmentos, indiciando fractura intencional, dada a robustez da concha;

Venerupis decussata – representada por apenas uma valva incompleta, de indivíduo de assinaláveis dimensões;

Pecten maximus – 13 pequenos fragmentos, dois deles evidenciando marcas de fogo, com o escurecimento de ambas as faces do fragmento;

Laevicardium norvegicum – dois fragmentos de valvas distintas, de assinalável robustez;

Cerastoderma edule – duas valvas, uma delas fragmentada;

Ostrea sp. – dois fragmentos de valvas distintas;

Cf. *Anomia ephippium* – quatro valvas, duas delas incompletas;

Cf. *Thais haemastoma* – três fragmentos de indivíduos distintos, conservando apenas a colunela e dois outros pertencendo à espira (fig. 27);

Nassarius reticulatus – três exemplares completos.



Fig. 27 – Gamelas 3. Três exemplares de Cf. *Thais haemastoma* de indivíduos distintos, conservando apenas a columela. A intencional fragmentação das conchas pode relacionar-se com o aproveitamento para a tinturaria.

Moluscos terrestres

Theba pisana – trata-se da única espécie reconhecida, representada por treze indivíduos distintos, conservando as cores da concha, embora desmaiadas, podendo, por tal razão, não ser antigos.

Das espécies reconhecidas, as três mais importantes representadas pelo respetivo número de restos (*Patella* sp.; *Mytilus* sp. e *Monodonta lineata*) pertencem todas ao andar mediolitoral, podendo por isso ser facilmente recolectadas, nos substratos rochosos da embocadura do estuário do Tejo, situado a cerca de

1300 m de distância para Sudeste (praia de Paço de Arcos), postos a descoberto na maré baixa. Das restantes, o berbigão (*Cerastoderma edule*) e a ostra (*Ostrea* sp.), poderiam também ser recolhidas na maré baixa, em alguma reentrância abrigada do estuário do Tejo, formada provavelmente na antiga foz da ribeira de Paço de Arcos, correspondendo a fundo areno-vasoso com cobertura de elementos rochosos onde a espécie se pudesse fixar. A extrema raridade dos restos mostra, no entanto, que aquele esteiro era demasiado pequeno, não viabilizando a presença daquelas duas espécies em número significativo, ou, em alternativa, que a prática de recolção naquele local era esporádica.

A amêijoia (*Venerupis decussata*) poderia também sem dificuldades ser recolhida no litoral próximo, no andar mediolitoral, em substrato arenoso. Mas, estando apenas representada por um resto, as possibilidades de colheita nas praias arenosas do litoral oeirense seriam por certo limitadas.

As restantes espécies de interesse comestível (*Venus verrucosa*, *Acanthocardia* sp., *Pecten maximus*, *Laevicardium norvegicum* e Cf. *Thais haemastoma*), sendo exclusivamente características do andar infralitoral, só poderiam ser capturadas mediante dispositivos de arrasto, a partir de embarcações que operassem ao longo do litoral. O escasso número de exemplares evidencia, admitindo aquelas práticas de recolção indireta, a sua escassa utilização. Importa, contudo, sublinhar a particularidade de se terem recolhido três columelas de concha de Cf. *Thais haemastoma*, evidenciando um padrão de fragmentação da concha intencional (Fig. 27), o qual pode ser reportado à extração do animal cru, do interior da concha, para o seu aproveitamento no tingimento de tecidos.

Enfim, às espécies restantes não se reconheceu interesse alimentar: *Nassarius reticulatus* é espécie que poderia ser recolhida na maré baixa, já que é característica do andar mediolitoral, enquanto *Anomia ephippium* provém do andar infralitoral, sendo recolhida *post mortem* na praia, como se terá verificado com pelo menos em algumas das espécies do mesmo andar acima referidas, com intuítos desconhecidos, já que não revelam quaisquer traços de modificação.

O conjunto dos restos faunísticos recolhidos indica, assim, uma atividade de pastoreio diversificada e intensa, a par da atividade agrícola, não menos intensa; subsidiariamente, a prática da recolção, realizada essencialmente nos trechos rochosos do litoral postos à vista na baixa-mar, permitiam a obtenção de recursos que, embora pobres de calorias, contribuía para a diversificação da dieta. Importa sublinhar, no entanto, a escassez, em termos absolutos, de restos de alimentação, o que se deve à diminuta área escavada.

5.3.3. Macrorrestos vegetais

A coleção integra duas amostras constituídas por fragmentos de madeira incarbonizada, sem indicação de proveniência; no entanto, é certo que provêm de duas colheitas distintas realizadas na camada arqueológica, a qual, aliás, seria rica em tais restos, conforme se deduz das informações registadas por G. Marques. O estudo destes restos foi realizado por Patrícia Diogo Monteiro e encontra-se apresentado em Anexo, destacando-se desde já as seguintes conclusões:

«Os resultados antracológicos para os carvões de madeira de Gamelas 3 permitem saber que a madeira das seguintes árvores/arbustos foi queimada no sítio: oliveira ou zambujeiro (*Olea europea*) (Anexo I, fig. 1 a), medronheiro (*Arbutus unedo*), urze (*Erica arborea*) (Anexo I, fig. 1 d), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) (Anexo I, fig. 1 c, e) e azinheira/carrasco (*Quercus ilex/Q. coccifera*) (Anexo I, fig. 1 b).

O carvão de madeira de oliveira apresenta uma representação dominante nas duas amostras. Apesar da inferioridade do número de fragmentos das outras espécies, a sua presença confirma pelo menos que foram utilizadas como combustível. As amostras 1 e 2 apresentam resultados similares, com a predominância de carvão de *Olea europea*. A maior variedade taxonómica da Amostra 1 em relação à Amostra 2 está certamente associada ao menor número de fragmentos que compõem a última. O facto de não estarem associados a um contexto específico de utilização no sítio e a metodologia de recolha não ser conhecida, permite-nos apenas concluir que as madeiras foram queimadas para combustível no sítio de Gamelas 3.

Os restos antracológicos apresentam algumas limitações no que concerne a uma reconstituição paleoambiental, uma vez que podem estar associados a processos de seleção por parte das sociedades humanas. No entanto, sendo a madeira um recurso recolhido no meio envolvente, é possível fazer uma aproximação ao mesmo, podendo as espécies identificadas ilustrar parte do conjunto florestal disponível.

Embora o número reduzido de carvões analisados seja uma limitação a uma leitura da paisagem envolvente, é possível concluir, pelas espécies identificadas, que se tratam de exemplos típicos de paisagem mediterrânica aberta (Queiroz e Leeuwaarden, 2004; Figueiral e Bettencourt, 2004), representando o carrasco (*Q. coccifera*), o medronheiro (*Arbutus unedo*) e a urze (*Erica arborea*) parte do substrato arbustivo que terão complementado a floresta mediterrânica.»

5.4 Cronologia absoluta

Enviou-se para o Instituto Tecnológico e Nuclear/Instituto Superior Técnico (ITN/IST) uma amostra de conchas de *Patella* sp., provenientes da C2 (camada arqueológica) do Q1/Q2, as quais integravam leitos sub-horizontais relacionados com pisos domésticos, conforme a interpretação de Gustavo Marques, ou em alternativa, com despejos de refeições. Os resultados obtidos foram os seguintes, fazendo uso do programa CALIB6.0.1 (Stuiver e Reimer, 1993, *Radiocarbon*, 35, 213-230) e da curva Marine 09 (Reimer *et al.*, *Radiocarbon*, 51 (4), 2009, p. 1111-1150) e tomando para valor de ΔR 95 +/- 15 anos 14 C (Soares e Dias, *Radiocarbon*, 48 (1), 2006, p. 45-60):

Sac-2836 – 2710 +/- 45 BP (474-197 cal BC para 2 σ).

Este resultado, não sendo incompatível com a cronologia do século v a. C. atribuída por critérios tipológicos à única ocupação arqueológica identificada, vem colocar a possibilidade de esta ser consistentemente mais moderna, podendo prolongar-se pelos dois séculos seguintes. A falta de outros elementos radiométricos disponíveis para outras estações comparáveis da mesma área geográfica impede o aprofundamento da discussão desta interessante questão. Deste modo, considera-se a possibilidade de tais pequenos núcleos de carácter rural pós-orientalizantes se terem prolongado, mantendo a mesma tradição orientalizante na sua panóplia doméstica, até época tardia da II Idade do Ferro.

6. CONCLUSÕES

Gameias 3 corresponde a um pequeno casal agrícola por certo de raiz familiar, na feliz designação de Gustavo Marques (Marques e Andrade, 1974) localizado no rebordo de superfície aplanada culminante de encosta suave, voltada para poente, do fértil vale da ribeira da Laje, de onde se dominam largos horizontes, desde a serra de Sintra ao Espichel. Pela primeira vez, numa estação desta natureza da região de Lisboa, foi possível, graças ao cuidado das recolhas efetuadas por Gustavo Marques, identificar as espécies de mamíferos consumidas, além dos moluscos que, sendo facilmente recoletados no litoral rochoso adjacente, complementavam a dieta.

Foi ainda possível proceder ao estudo antracológico dos fragmentos de madeira incarbonizada recolhidos na única camada arqueológica identificada, o qual revelou a utilização, como combustível, de espécies recolhidas nas redondezas, configurando um coberto vegetal típico da paisagem mediterrânica aberta.

Parte relevante dos recursos alimentares eram produzidos localmente, correspondendo ao cultivo intensivo e extensivo de cereais, favorecido pela alta aptidão dos solos resultantes da alteração de rochas do Complexo Vulcânico de Lisboa. Foi, aliás, a fertilidade destes que justificou multiplicação de pequenas unidades de carácter familiar como esta, realidade verificada desde o final do Calcolítico e depois, com acrescida intensidade, no Bronze Final. É a esta época que pertence o casal agrícola de Abrunheiro, situado a escassos 160 m para Nor-noroeste, antecedendo cerca de 400 anos a ocupação de Gamelas 3.

No entanto, se esta estação parece remontar ao século V a. C., com base na análise tipológica das cerâmicas, de onde as produções com engobe vermelho – um dos indicadores mais expressivos do período orientalizante – se encontram completamente ausentes, nada obsta a que não possa ser mais recente, à falta de elementos arqueológicos de comparação. Com efeito, é essa conclusão que o resultado da datação por radiocarbono indica; deste modo, pode concluir-se que as influências pós-orientalizantes podem ter persistido ao longo de todo os séculos IV e III a.C., conforme é atestado pelas produções anfóricas, que são ainda testemunho evidente daquele vetor cultural, incluindo esta estação no espaço geográfico e cultural sidérico de tradição orientalizante (pós-orientalizante).

A ocupação de Gamelas 3 deverá ter-se sucedido, tal como outras estações reconhecidas no concelho de Oeiras, Outurela I e Outurela II (Cardoso, 1990, 2004) e nas regiões limítrofes, como os Moinhos da Atalaia, Amadora (Pinto e Parreira, 1978) e Freiria, Cascais (Cardoso e Encarnação, 2000), todas elas centradas no século V a. C. – mas que o resultado da datação de radiocarbono agora obtida poderá apontar época mais recente, prolongando-se por mais dois séculos – à ocupação de alguns casais agrícolas sidéricos mais antigos, como é o caso do recentemente explorado em Leião (Oeiras), cuja cronologia, abarcando o século VI a. C., poderia ter tido ainda início no século VII a. C., conforme é indicado pela tipologia de um prato de engobe vermelho (Cardoso *et al.*, 2010-2011, p. 85).

Deste modo, a «colonização agrícola» dos férteis domínios que se desenvolvem a ocidente da antiga *Olisipo*, abarcando os atuais concelhos de Oeiras, Amadora e Cascais, deverá remontar pelo menos a finais do século VII a.C., e não ao século V a. C., como até agora se julgava (Cardoso, 1990), prolongando-se pelas mesmas gentes até talvez o século III a.C.

A expansão a partir do centro urbano daquela que viria a ser a cidade de *Olisipo*, tendo por objetivo a produção de bens agrícolas suscetíveis de alimentar

uma população urbana já de assinalável dimensão, foi considerada, em trabalho publicado por um de nós há já mais de duas décadas (Cardoso, 1990), como subsequente à época de formação daquele centro urbano, com base nos elementos então disponíveis, designadamente os respeitantes às estações de Outurela I e II e dos Moinhos da Atalaia: mas a cronologia inferida para a estação de Leião veio provar que aquele movimento, protagonizado por populações relacionadas diretamente com aquela cidade, pouco terá diferido da época da sua fundação na Idade do Ferro, no morro do castelo de São Jorge. Esta conclusão não invalida, naturalmente, a ulterior intensificação daquele movimento, conduzindo à crescente exploração agrícola dos férteis territórios circundantes da urbe em crescimento. Tal é a realidade que resulta do registo arqueológico atualmente conhecido, com a multiplicação, naquele espaço rural, de casais agrícolas desde o século v a. C.

Contudo, apesar de ser a proximidade da cidade a razão principal da existência destes pequenos núcleos rurais, os mesmos mantiveram, relativamente àquela, assinaláveis diferenças, expressas pela tipologia das cerâmicas cinzentas finas: enquanto no espólio do século v a. C. proveniente das escavações da rua dos Correeiros (Sousa, 2011), não ocorrem pratos e jarros nervurados (Formas 2B e 5Aa daquela autora), estes afiguram-se como produções específicas das estações da região de Amadora, Oeiras e Cascais, acompanhadas de pequenas urnas com o colo nervurado (Forma 3Aa), as quais são as únicas produções que também estão presentes em *Olisipo*. A origem destas produções nervuradas, ao menos dos jarros, remontará pelo menos ao século vi a.C., como é indicado pelos fragmentos recolhidos no casal agrícola de Leião, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2010-2011) e constitui, portanto, uma assinalável particularidade regional, cuja produção se manteve circunscrita àquele pequeno espaço geográfico no decurso do século v a. C., século em que persistiram, além das produções manuais de tradição do Bronze Final, as ânforas de tipologia fenícia, corporizando a manutenção das raízes culturais orientalizantes da cultura material das populações que habitaram a região do estuário do Tejo no decurso daquele século. Verifica-se agora que tais produções poderão ter persistido até talvez o século III a. C., conforme é atestado pela datação de radiocarbono obtida sobre conchas de *Patella* sp., relacionadas com pavimento associado à única ocupação sidérica do local.

AGRADECIMENTOS

Ao então Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, por ter proporcionado a um de nós (J.L.C.) as condições adequadas à realização do presente estudo. Ao Dr. Filipe Santos Martins, por ter assegurado os desenhos que o ilustram. Ao Prof. Doutor M. Telles Antunes, por ter classificado o dente de

tubarão recolhido. Ao Doutor A. M. Monge Soares, por ter processado e datado no ITN/IST as amostras de ossos e de conchas de *Patella* sp., cujos resultados em muito valorizaram as conclusões do presente estudo. Ao então Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, o apoio transmitido a um de nós (J.L.C.) indispensável para que este e tantos outros estudos sobre o passado oeirense tivessem chegado a bom porto.

NOTA FINAL

Já com este trabalho revisto e paginado, veio a lume artigo que se reveste de muito interesse para as considerações efectuadas sobre os espólios e cronologia da presente estação:

CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 133-180.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. (1992) – Povoados do Bronze Final da Beira Baixa – Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade: elementos arqueozoológicos. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 31-38.
- ANTUNES, M. T.; CARDOSO, J. L. (1995) – Dentes de tubarões miocénicos em contextos pré-históricos portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 199-211.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. I. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 25-59.
- BARROS, L. (1999) – *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Dissertação de mestrado.
- CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. d' (2000) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na *villa* romana de Freiria. *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º especial, p. 741-757.
- CARDOSO, J. L. (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do Estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*; 12).
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do conelho de Oeiras. Do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F.; ANDRÉ, C. (2010-2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 75-102.
- LORRIO, A. J. (2008) – Cerâmica gris. In ALMAGRO-GORBEA, M., dir. – *La necrópolis de Medellín. II – Estudio de los hallazgos*, Madrid: Real Academia de la Historia. p. 673-723.
- MARQUES, G. (1994) – Gamelas 3, Oeiras. In PEREIRA, L., coord. – *Idade do Ferro*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz. p. 67-68. Catálogo.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território português. 1 – definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *III Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1973)*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional. I Volume, p. 125-148. Actas.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal)*. Comptoir et sanctuaire. Paris: D. de Boccard.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final do Ferro Inicial a Norte do estuário do Tejo. In *III Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol 1, p. 147-163. Actas.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a. C.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em História, Especialidade em Arqueologia. Edição policopiada.
- VALÉRIO, P. M. F. (2011) – *Archaeometallurgical study of pré and protohistoric production remains and artefacts from southern Portugal*. Monte da Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento policopiada.

Relatório das análises antracológicas de Gamelas 3

PATRÍCIA DIOGO MONTEIRO*

Os resultados preliminares apresentados neste relatório têm como base a análise antracológica de um conjunto de carvões provenientes do sítio de Gamelas 3 (Paço d'Arcos, Oeiras). Foram recuperadas duas amostras distintas do único nível arqueológico de Gamelas 3, datado do séc. V a. C. Das duas amostras foram identificados 114 fragmentos de carvão de madeira. A metodologia de análise e os resultados são apresentados abaixo.

METODOLOGIA

Os carvões de madeira foram crivados numa malha de 2 mm em laboratório, de forma a recuperar os fragmentos de dimensão igual ou superior (considerada a dimensão mínima para identificação) (Badal *et al*, 2003). Cada amostra foi tratada separadamente (amostra 1 – frasco grande; Amostra 2 – frasco pequeno), tendo cada fragmento sido individualizado e identificado (ex. GAM.1, GAM.2, etc.). Foram separados um total de 114 carvões de madeira, correspondendo 87 à amostra 1 e 27 à amostra 2.

	Nº fragmentos
Amostra 1	87
Amostra 2	27
Total	114

Os fragmentos de carvões de madeira foram seccionados manualmente para a observação nas suas três secções (transversal, longitudinal tangencial e longitudinal radial) no microscópio de luz refletida. A identificação dos carvões foi feita

* Bolseira de Investigação da FCT.

através da comparação com coleção de referência de carvões atuais e atlas anatómico de árvores (Schweingruber, 1990).

Breve descrição da identificação e características diagnósticas dos carvões de madeira:

Arbutus unedo (Ericaceae)

Secção transversal: Porosidade difusa a semi-difusa. Poros isolados ou pequenos múltiplos (2-3 poros).

Secção longitudinal tangencial: Raios de 2 a 4 seriados, contorno fusiforme, de 6 a 20 células de comprimento.

Secção longitudinal radial: Raios heterogéneos, 1 ou 2 fiadas de células quadrangulares. Placas de perfuração simples de 1 a 4 barras. Vasos com espessamentos espiralados.

cf. *Arbutus unedo* (Ericaceae):

Os fragmentos identificados como cf. *Arbutus unedo* referem-se a fragmentos cuja dimensão e/ ou estado de conservação do carvão permitiram apenas verificar apenas escassas características de *Arbutus unedo* acima apresentadas. Não sendo conclusivo optou-se por dar um menor grau de certeza na identificação.

Erica arborea (Ericaceae):

Secção transversal: Porosidade difusa. Poros solitários, distribuídos no anel de crescimento. Limites do anel de crescimento distintos.

Secção longitudinal tangencial: Raios unisseriados e multisseriados em forma de fuso, com até 6 células de largura e 25 de comprimento.

Secção longitudinal radial: Raios unisseriados e multisseriados heterogéneos, 1 a 3 fiadas de células quadrangulares. Placas de perfuração simples. Vasos densamente pontuados.

Pinus pinaster (Pinaceae)

Secção transversal: Anéis de crescimento distintos. Transição de madeira de Primavera para madeira de Verão de gradual a abrupta. Canais resiníferos presentes.

Secção longitudinal tangencial: Raios com até 10 células de comprimento, raios com canais resiníferos.

Secção longitudinal radial: Raios heterocelulares, cruzamento radiovascular com 2 a 4 perfurações circulares de tipo pinóide. Células marginais dos raios com paredes finas, fortemente denteadas.

Olea europea (Oleaceae)

Secção transversal: Porosidade difusa. Poros raramente solitários, dispostos em múltiplos radiais de 2 a 6 poros. Poros com paredes espessas.

Secção longitudinal tangencial: Raios seriados, heterogéneos de até 12 células de altura. Fibras com paredes espessas.

Secção longitudinal radial: Raios heterogéneos, formados por fiadas de células quadrangulares. Placas de perfuração simples. Vasos densas pontuações intervasculares pequenas.

cf. *Olea europea* (Oleaceae)

Os fragmentos identificados como cf. *Olea europea* referem-se a fragmentos cuja dimensão e/ou estado de conservação do carvão permitiram apenas verificar apenas escassas características de *Olea europea* acima apresentadas. Não sendo conclusivo optou-se por dar um menor grau de certeza na identificação.

Quercus ilex/Q. coccifera (Fagaceae)

Secção transversal: Porosidade difusa, poros isolados, apresentam dimensão regular. Raios multisseriados presentes.

Secção longitudinal tangencial: Raios unisseriados numerosos e raios multisseriados muito largos e compridos em menor número.

Secção longitudinal radial: Raios homogéneos, com células prostradas. Pontuações intervasculares e radiovasculares grandes. Placas de perfuração simples.

Angiospérmica indeterminada

Alguns exemplares de carvão de madeira foram classificados neste grupo devido às condições de conservação da estrutura celular permitir apenas observar algumas células e avançar que se trata de Angiospérmica.

Indeterminados

Os fragmentos indeterminados não permitiram a observação de nenhuma característica ou secção específica para identificação.

RESULTADOS

	N.º de fragmentos	%
<i>Arbutus unedo</i>	3	2,5
<i>cf. Arbutus unedo</i>	2	2
<i>Erica arborea</i>	2	2
<i>Pinus pinaster</i>	1	1
<i>Olea europea</i>	70	61
<i>cf. Olea europea</i>	3	2,5
<i>Quercus ilex/Q. coccifera</i>	1	1
Angiospérmica indeterminada	24	21
Indeterminados	8	7
TOTAL	114	100

Tabela 1 – Lista do total de taxa identificadas e percentagem.

Amostra 1		
	N.º fragmentos	%
<i>Arbutus unedo</i>	1	1
<i>cf. Arbutus unedo</i>	2	2
<i>Erica arborea</i>	2	2
<i>Pinus pinaster</i>	1	1
<i>Olea europea</i>	54	62
<i>cf. Olea europea</i>	3	3
<i>Quercus ilex/Q. coccifera</i>	1	1
Angiospérmica indeterminada	18	21
Indeterminados	6	7
Total	87	100

Amostra 2		
	N.º fragmentos	%
<i>Arbutus unedo</i>	2	7,5
<i>Olea europea</i>	16	59
Angiospérmica indeterminada	7	26
Indeterminados	2	7,5
Total	27	100

Tabela 2 e 3 – Lista de taxa identificadas para a Amostra 1 e Amostra 2 e respetivas percentagens.



Gráfico 1 – Resultados da análise antracológica da totalidade dos carvões analisados (114 fragmentos).



Gráfico 2 – Resultados dos carvões identificados da Amostra 1 (87 fragmentos).

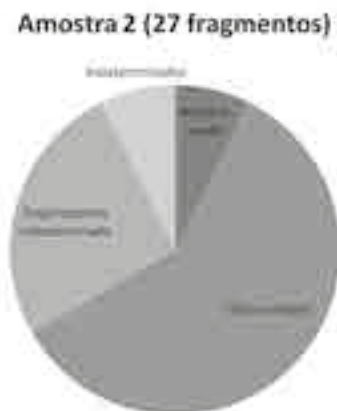


Gráfico 3 – Resultados dos carvões identificados da Amostra 2 (27 fragmentos).

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Os resultados antracológicos para os carvões de madeira de Gamelas 3 permitem saber que a madeira das seguintes árvores/arbustos foi queimada no sítio: oliveira ou zambujeiro (*Olea europea*) (anexo I, fig. 1 a), medronheiro (*Arbutus unedo*), urze (*Erica arborea*) (anexo I, fig. 1 d), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) (anexo I, fig. 1 c, e) e azinheira/carrasco (*Quercus ilex/Q. coccifera*) (anexo I, fig. 1 b).

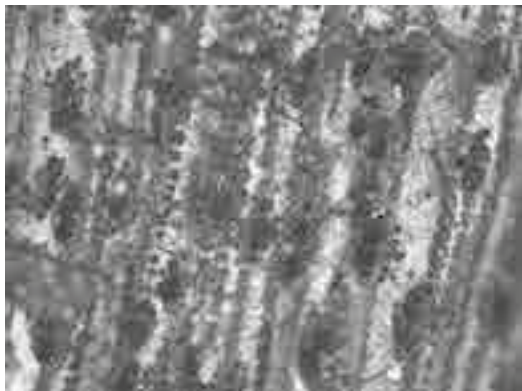
O carvão de madeira de oliveira/zambujeiro apresenta uma representação dominante nas duas amostras. Apesar da inferioridade no número de fragmentos das outras espécies a sua presença confirma pelo menos que foram utilizadas como combustível. As amostras 1 e 2 apresentam resultados similares, com a predominância de carvão de *Olea europea*. A maior variedade taxonómica da amostra 1 em relação à amostra 2 está certamente associada ao menor número de fragmentos que compõem a última. O facto de não estarem associados a um contexto específico de utilização no sítio e a metodologia de recolha não ser conhecida, permite-nos apenas concluir que as madeiras foram queimadas para combustível no sítio de Gamelas 3.

Os restos antracológicos apresentam algumas limitações no que concerne a uma reconstituição paleoambiental, uma vez que podem estar associados a processos de seleção por parte das sociedades humanas. No entanto, sendo a madeira um recurso recolhido do meio envolvente, é possível fazer uma aproximação ao mesmo, podendo as espécies identificadas ilustrar parte do conjunto florestal disponível.

Embora o número reduzido de carvões analisados seja uma limitação a uma leitura da paisagem envolvente, é possível concluir, pelas espécies identificadas, que se trata de exemplares típicos de paisagem mediterrânica aberta (Queiroz e Leeuwaarden, 2004; Figueiral e Bettencourt, 2004), representando o carrasco (*Q. coccifera*), medronheiro (*Arbutus unedo*) e a urze (*Erica arborea*) parte do substrato arbustivo que terão complementado a floresta mediterrânica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

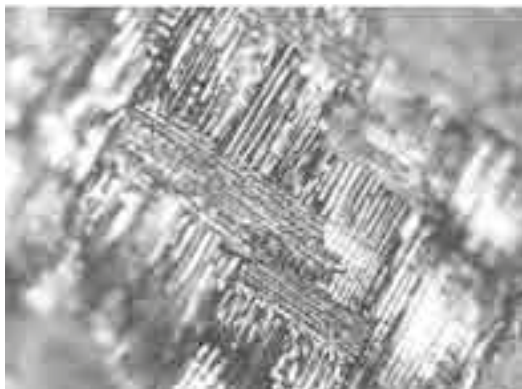
- BADAL, E., CARRIÓN, Y., RIVERA, D., UZQUIANO, P. (2003) – La arqueobotánica en cuevas y abrigos: objetivos y métodos de muestreo. In BUXO, R.; PIQUE, R., dir – *La recogida de muestras en Arqueobotánica: objetivos y propuestas metodológicas. La gestión de los recursos vegetales y la transformación del paleopaisaje en el Mediterráneo occidental*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. p. 19-29.
- FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A. (2004) – Middle/Late Bronze Age plant communities and their exploitation in the Cávado Basin (northwestern Portugal) as shown by charcoal analysis: the significance and co-occurrence of *Quercus* (deciduous) Fabaceae. *Vegetation History and Archaeobotany*. 13, p. 219–232.
- QUEIROZ, P.; VAN LEEUWAARDEN, W. (2004) – Estudos de Arqueobotânica no Concheiros de São Julião (Mafra). In *São Julião, Núcleo C do Concheiro Pré-Histórico*. Mafra: Câmara Municipal. p. 117-134. (Cadernos de Arqueologia de Mafra; 2).
- SCHWEINGRUBER, F. (1990) – *Anatomie europäischer Hölzer. Ein Atlas zur Bestimmung europäischer Baum-, Strauch- und Zwergstrauchhölzer*. Stuttgart: Haupt.



a)



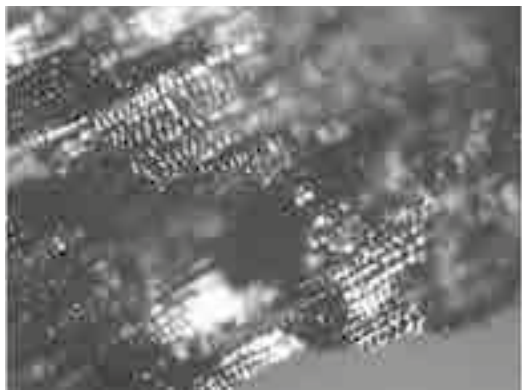
b)



c)



d)



e)

Fig. 1 – fotografias ao microscópico de madeira incarbonizada das seguintes espécies: a) oliveira ou zambujeiro (*Olea europaea*); d) medronheiro (*Arbutus unedo*), urze (*Erica arborea*); c, e) pinheiro bravo (*Pinus pinaster*); b) azinheira/carrasco (*Quercus ilex/Q. coccifera*).

Dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal)

ANA MARGARIDA ARRUDA*, MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES**

RESUMO

O Cerro Furado, sítio constituído por uma extensa área habitacional e por uma necrópole, foi, e continua a ser, alvo de intensas destruições, em grande parte provocadas por grupos de caçadores de tesouros, que o vandalizam intensa e profundamente. Na sequência das ações destes grupos, ficam à superfície muitos restos cerâmicos. Foi o caso dos fragmentos pertencentes a dois vasos gregos, que, ainda que fragmentados, puderam, depois do respetivo restauro, reconstituir-se quase integralmente. Trata-se de um *krater* de sino e de um *skyphos*, ambos de figuras vermelhas. A decoração do primeiro foi, em parte, passível de observar, ao contrário do que se passa no caso do segundo, onde a corrosão do verniz foi quase total, impedindo a leitura da cena representada. No que se refere ao *krater*, os dados indicam que se trata de uma obra do grupo do pintor de Telos, mais especificamente do pintor do *Tyrus* Negro. Não é improvável que o *Skyphos* tenha sido pintado pelo pintor do *Fat Boy*. As formas e certos detalhes decorativos indicam que estamos perante vasos fabricados em torno a 350 a.n.e.

Palavras-chave: vasos gregos – Cerro Furado – *Krater* – *Skyphos* – Grupo do Pintor de Telos – Pintor do *Fat Boy*.

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Faculdade de Letras, 1600-214 Lisboa. Portugal, e-mail: a.m.arruda@fl.ul.pt

** Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. Palácio de Sub-Ripas, 3000-395, Coimbra, e-mail: conlopes@fl.uc.pt

ABSTRACT

Cerro Furado is an extensive site in Alentejo, with a large residential area and a necropolis. Intensive and large destructions are common, carried out by groups of «treasure hunters». Following the actions of these groups many remains stay in the surface. This was the case of fragments from two greek vases, which, although fragmented, could be restored: a *krater* Bell and a *skyphos*, both painted with red figures. In the first case, the decoration could be observed. The corrosion of the glaze in the *skyphos* surface doesn't allow the inspection of the painted scene. We are in the presence of a *krater* painted by the Telos Group Painter, more specifically the Black *Tyrsus* Painter. It is not unlikely that Fat Boy Painter was the master of the *Skyphos*. The forms and some decorative details indicate that we are in presence of vases made around 350 a.n.e.

Keywords: greek vases – Cerro Furado – *Krater* – *Skyphos* – Telos Painter Group – Fat Boy Painter

1. O CERRO FURADO: O SÍTIO

O Cerro Furado é um sítio arqueológico de grandes dimensões, que engloba uma área de habitat e a respetiva necrópole, e cuja ocupação data da Idade do Ferro e de um momento tardo-republicano da época romana. Infelizmente, e como foi já por diversas vezes denunciado, o sítio tem vindo a ser, desde há muito, alvo de destruições por parte de caçadores de tesouros, que vandalizaram boa parte dos espaços do povoado e do cemitério associado. Dessas destruições resultam espólios que vão integrando coleções particulares nacionais e estrangeiras.

Desde os anos 70 do século passado, que a estação arqueológica é conhecida como um importante local habitado durante a Idade do Ferro, sendo dele provenientes vasos fenestrados ou «queimadores» (Ribeiro e Ferreira, 1971), bem como cerâmicas decoradas com estampilhas (Arnaud e Gamito, 1974-1977).

Os trabalhos que uma de nós (MCL) levou a efeito na região no final do século XX permitiram uma melhor definição das áreas ocupadas, bem como uma leitura mais nítida dos espaços. Sabe-se assim hoje que o povoado, na margem esquerda do Guadiana, se distribui ao longo de uma linha de cabeços com inúmeros patamares, alguns claramente artificiais, ocupando cerca de 30 ha (Lopes, 2003). A área de ocupação está limitada a norte pelo Barranco dos Castelos e a este pelo Guadiana (*ibidem*). No terreno, são visíveis indícios que permitem deduzir a existência de, pelo menos, uma linha de muralhas, com torreões circulares e ainda fossos, que, pela localização, parecem ser também defensivos (*ibidem*).

A necrópole, que foi quase totalmente destruída pela ação repetida dos caçadores de tesouros, situa-se junto ao caminho de acesso ao povoado, em ambos os lados da estrada, a cerca de 200 m do povoado. Terá uma área de dispersão

de cerca de 3000 m² (*ibidem*). À superfície, foram recolhidos vários restos, entre os quais se destacam os dois vasos que agora aqui publicamos.

Outras peças, nomeadamente cerâmicas e metálicas, bem como ossos humanos, foram também recuperadas durante intervenções levadas a efeito por técnicos do antigo IPA (Gonçalves, Costa e Angelucci, 2007). Ainda que dos materiais recolhidos nestes trabalhos nada se saiba de concreto, duas cremações foram já estudadas, ambas em urna (*ibidem*). As duas cremações estavam depositadas em urnas, de perfil geral globular ou ovóide, mas de cerâmica comum. Os artefactos metálicos são maioritariamente inclassificáveis, mas pudemos reconhecer uma fíbula de tipo anular hispânico. O estudo das cremações permitiu saber que cada uma das duas urnas continha um único indivíduo, adulto e de sexo indeterminado (*ibidem*, p. 24 e 25). Trata-se, em ambos casos, de cremações primárias, concretizadas ainda com os tecidos moles, e a altas temperaturas (*ibidem*).

Do ponto de vista administrativo, o sítio pertence à freguesia de Baleizão, concelho de Beja.



Fig. 1 – Localização do Cerro Furado no atual território português.

2. OS VASOS GREGOS DA NECRÓPOLE DO CERRO FURADO

Como já acima se referiu, entre os materiais que as destruições provocadas pelos caçadores de tesouros trouxeram à superfície na área da necrópole do Cerro Furado, estão dois vasos gregos de perfil quase completo. Encontravam-se muito fragmentados, mas foi possível a sua reconstituição quase total. As superfícies estão particularmente degradadas, mas ainda assim verificou-se a existência de vestígios de verniz negro que faziam parte da decoração pintada que ostentavam.

Trata-se de um *krater* de sino e de um *skyphos*, ambos decorados com figuras vermelhas.

Do primeiro, muito fragmentado, existe parte considerável do corpo, onde se identificam um arranque de asa e segmentos de bordo. O pé está ausente. A superfície interna encontra-se integralmente coberta de verniz negro. A externa apresenta decoração de figuras vermelhas, que foi possível reconstituir quase integralmente para a Face A. Ainda que seja perceptível a existência de motivos na Face B, o estado de degradação do verniz não permitiu a sua leitura definitiva.



Fig. 2 – A face A do *krater* de sino do Cerro Furado. Fotografia de João Almeida.

Tem 30,6 cm de diâmetro, sendo a altura impossível de determinar, uma vez que o vaso está fraturado ao nível da ligação do corpo ao pé. Contudo, o perfil geral do corpo indica uma forma alongada, piriforme, longe portanto dos corpos mais baixos e cilindróides dos *krateres* do século V a.n.e. Aproxima-se, do ponto de vista morfológico, da forma 2 de Drougou (*Apud in Sanchez, 2000*), que é típica do século IV a.n.e.. Em termos formais, refira-se ainda a grande semelhança com os vasos de Alcácer do Sal, estes também do segundo quartel do século IV (375-350 a.n.e.), alguns pintados por pintor pertencente ao Grupo Viena 1025 outros pelo pintor do Tirso Negro (Pereira, 1962; Rouillard, 1975, 1988-1989).

Na Face A, é visível uma cena dionisíaca representada por uma dança de sátiros e ménades. Em posição de destaque, está uma das ménades, vestida de *peplos*, virada para a frente. A posição da cabeça é quase impossível de determinar, mas parece estar inclinada para a esquerda. Esta figura, ainda que constitua a personagem principal da cena, está ligeiramente desviada do centro geométrico. Os dois braços estão levantados, mas não simetricamente. Linhas verticais de verniz negro marcam as pregas do *peplos*, na sua parte inferior, não sendo perceptível a decoração da superior, que, contudo, está limitada por uma linha de pontos.



Fig. 3 – A face A do *krater* de sino do Cerro Furado. Desenho de Carlos Pereira.



Fig. 4 – A personagem principal da cena dionisíaca (ménade) da Face A do *krater* do Cerro Furado. Fotografia de João Almeida.

Na Face B, é visível uma cena dionisíaca representada por uma dança de sátiros e ménades. Em posição de destaque, está uma das ménades, vestida de *peplos*, virada para a frente. A posição da cabeça é quase impossível de determinar, mas parece estar inclinada para a esquerda. Esta figura, ainda que constitua a personagem principal da cena, está ligeiramente desviada do centro geométrico. Os dois braços estão levantados, mas não simetricamente. Linhas verticais de verniz negro marcam as pregas do *peplos*, na sua parte inferior, não sendo perceptível a decoração da superior, que, contudo, está limitada por uma linha de pontos.

Dois jovens sátiros, nus, estão virados para ela. O da esquerda, de perfil, é itifálico. Ambos os braços estão levantados, o direito horizontalmente, em direção à ménade, o esquerdo para cima. A perna

está ligeiramente desviada do centro geométrico. Os dois braços estão levantados, mas não simetricamente. Linhas verticais de verniz negro marcam as pregas do *peplos*, na sua parte inferior, não sendo perceptível a decoração da superior, que, contudo, está limitada por uma linha de pontos.

Dois jovens sátiros, nus, estão virados para ela.

O da esquerda, de perfil, é itifálico. Ambos os braços estão levantados, o direito horizontalmente, em direção à ménade, o esquerdo para cima. A perna



Fig. 5 – O sátiro da esquerda da Face A do *krater* do Cerro Furado. Fotografia de João Almeida.



Fig. 6 – O sátiro da direita da Face A do *krater* do Cerro Furado. Fotografia de João Almeida.

esquerda avança e a direita, para trás, está ligeiramente fletida. O pé esquerdo assenta e o direito está levantado. A cauda descreve um arco.

O sátiro da direita avança também para a ménade central. Está de perfil. O braço direito está levantado e o esquerdo, também levantado, mas em posição mais descaída, aproxima-se do corpo da dançarina. A perna esquerda está ligeiramente fletida.

À esquerda, uma outra ménade, tem corpo ondulante, o que indica que dançava. A posição é frontal e a face está virada para a esquerda. Um dos pés está levantado, assim como ambos os braços. Veste também um *peplos*, com linhas verticais a definirem as pregas do mesmo, e a decoração na área do torso está marcada por linha descontínua.

A cena está rematada por uma banda pintada com motivos difíceis de descortinar. O que existe permite contudo pensar que se trata não das tradicionais e típicas gregas, mas da chamada «onda encrespada».

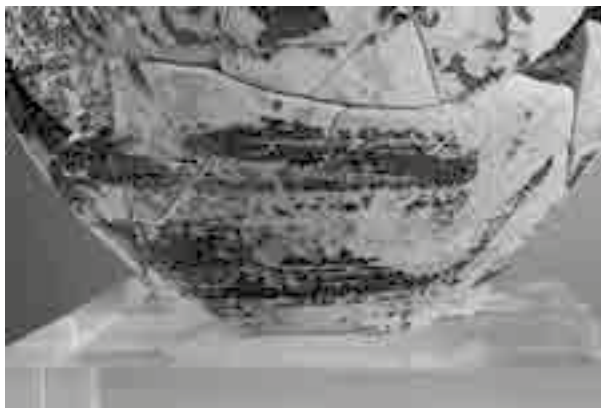


Fig. 7 – A banda que remata a cena dionisiaca da Face A do Krater do Cerro Furado, sendo visível a «onda encrespada». Fotografia de João Almeida.



Fig. 8 – A mancha circular sob a asa do krater do Cerro Furado. Fotografia de João Almeida.



Fig. 9 – Pontos pintados sobre a área em reserva em torno da asa. Fotografia de João Almeida.



Fig. 10 – A Face B do Krater do Cerro Furado. Fotografia de João Almeida.

Não é visível qualquer tipo de decoração sob as asas, mas apenas uma mancha circular de verniz.

Apenas um arranque de asa se conservou, tendo sido através deste que foi possível perceber que na área reservada em torno das asas foram pintados pequenos pontos.

Como já se referiu, a leitura da decoração da Face B está muito dificultada pelo estado degradado em que o verniz se encontra. Ainda assim, três manchas em reserva, limitadas por áreas revestidas de verniz negro, parecem indicar a existência de três personagens envoltas nos seus mantos.

Este *krater* do Cerro Furado pertence, indubitavelmente, ao século IV, mais exatamente a um intervalo de tempo balizado entre 375 e 350 a.n.e. É o que nos indica a forma geral alongada, de perfil piriforme, mas também a decoração, quer no que diz respeito à qualidade técnica da mesma, quer no que se refere à cena representada, quer ainda tomando em consideração certos detalhes. Estes últimos, concretamente a ausência da palmeta sob as asas, substituída pela mancha circular de verniz negro, os pontos que circundam a asa no ponto do seu arranque e a utilização da «onda encrespada» no remate da área decorada, indiciam uma cronologia relativamente avançada dentro destas mesmas balizas, parecendo que os meados do século IV a.n.e. constituem uma possibilidade mais realista para o fabrico deste vaso, como ficou evidenciado pelos achados do naufrágio del Sec (Arribas *et al.*, 1987). Não podemos, no entanto, deixar de notar que as dimensões do *krater* alentejano, com 30,6 cm de diâmetro, são um pouco maiores do que as que foram registadas para os mais tardios, como é o caso dos encontrados no barco naufragado em Maiorca (*ibidem*), cujos diâmetros de bordo rondam os 26 cm, mas não se diferenciam, substancialmente, dos de Alcácer do Sal.

Não restam também muitas dúvidas sobre o facto de se tratar de uma obra do Grupo do Pintor de Telos (Beazley, 1974), havendo, uma vez mais, alguns pormenores que possibilitam ir um pouco mais longe na classificação. Com efeito, os mesmos detalhes que permitem apontar uma data em torno a 350 a.n.e. para o *krater* (ausência de motivos sob a asa, pontos em torno do arranque da mesma) podem esgrimir-se no sentido de se defender que o vaso foi pintado pelo Pintor do Tirso Negro. Por outro lado, esta atribuição é também sustentada pela simplicidade da composição e, naturalmente, pelo tema representado.

Parece importante recordar neste contexto que os *krateres* decorados pelo pintor do Tirso Negro, onde as cenas dionisíacas dominam com 78 % (Sánchez, 2000), são os mais bem representados na Península Ibérica (Trías, 1967; Rouillard, 1975, p. 88-99; 1991), estando documentados em Portugal, concretamente em Alcácer do Sal (Pereira, 1962; Rouillard *et al.*, 1988-1989).

O *skyphos* está praticamente completo, à exceção das asas. Possui de altura 11,2 cm, de diâmetro de bordo 12,7 cm e de diâmetro do pé 6,2 cm. As características formais, bordo acentuadamente exvertido, base reduzida e perfil marcadamente convexo-côncavo, indicam uma produção tardia, do segundo quartel do século IV a. C.

A superfície interna estaria coberta de verniz negro, de que existem vestígios. Na externa, há também restos de verniz, que comporiam uma decoração com a técnica das figuras vermelhas. A superfície de apoio do pé e o fundo externo estão reserva.

Como houve já oportunidade de comentar, a quase completa ausência de verniz impede qualquer leitura da decoração e dos seus motivos. Contudo, algumas

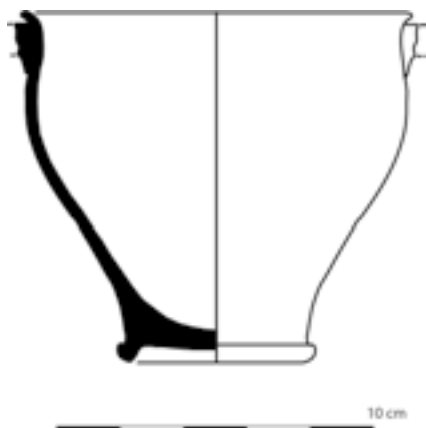


Fig. 11 – O skyphos do Cerro Furado.



Fig. 12 – A Face B do Cerro Furado. Fotografia de João Almeida.

linhas de verniz negro, horizontais e verticais, sobretudo uma à direita, permitem que se admita a possibilidade de estarem representadas as duas personagens que caracterizam o Grupo do Pintor do *Fat Boy* (Beazley, 1974). Esta possibilidade assenta também nas próprias características morfológicas do vaso. De facto, é este o tipo formal de *Skyphos* que os pintores deste grupo pintaram.

Os *skyphoi* de figuras vermelhas pintados pelos artistas do Grupo do Pintor do *Fat Boy* encontram-se distribuídos por uma vasta área, desde o Mar Negro, concretamente em Apollonia Pontica, até ao Extremo Ocidente da Península Ibérica, onde se pode nomear Alcácer do Sal (Pereira, 1962; Trías Arribas, 1967-1968; Rouillard, *et al.*, 1988-1989), ainda que a maior das colecções se registe na necrópole de Sipna, na costa adriática da Península Itálica (Massei, 1978; Sabattini, 2000).

Estão muito bem documentados na Península Ibérica. Para além dos de Alcácer do Sal, já mencionados, refira-se, a título de exemplo, os exemplares de Castellones del Ceal, Castulo, Cabecito del Tesoro de Verdolay, Cabezo del Tio Pio, Cigarralejo, La Bastida e Ullastret (Trías Arribas, 1967-1968).

Não temos dados para avaliar a função exacta destes dois vasos no contexto da necrópole do Cerro Furado. Se para o *skyphos* deve admitir-se que fez parte do conjunto de oferendas de uma qualquer sepultura, para o *Krater* a mesma funcionalidade pode defender-se, ainda que a sua utilização como urna funerária deva também ser equacionada. Como se discutirá *infra*, ambos usos estão atestados nas necrópoles andaluzas e, aparentemente, também em Alcácer do Sal.

Desconhecemos também se as peças estariam associadas na mesma sepultura, ou se pelo contrário correspondem a duas. As hipóteses que se colocariam se dispuséssemos desta informação seriam, evidentemente, diversas para as duas situações.

3. OS VASOS GREGOS DO CERRO FURADO: CONTEXTO, FORMA E FUNÇÃO.

Em nosso entender, os dois vasos gregos da necrópole do Baleizão representam bem mais do que o acrescentar de um novo ponto ao mapa de dispersão da cerâmica grega do século IV a.n.e. no actual território português. Assim, se é verdade que estas peças ajudam a definir melhor a geografia da distribuição deste tipo de produtos, permitem também que se discuta essa mesma geografia, bem como a de determinadas práticas rituais da chamada 2.^a Idade do Ferro.

A presença significativa de cerâmica grega no interior sul alentejano já foi por diversas vezes destacada (Arruda, 1997; 2005; 2007). Tratava-se, até agora, de vasos oriundos de contextos de *habitat* ou religiosos, o que, muito provavelmente, explica as formas presentes, maioritariamente *kilikies* e pratos, e o seu estado de conservação, reduzidos a fragmentos, no primeiro caso, mais completos, no segundo. Os números, quase sempre escassos, refletirão o tipo de trabalhos efetuados, pouco extensos na sua grande maioria, e o domínio, quase absoluto, de vasos de verniz negro é também de realçar, devendo entender-se como o reflexo do cenário urbano em que se utilizaram.

No caso presente, as formas, a decoração com figuras vermelhas e o facto de se tratar de peças praticamente completas refletem a sua origem – uma necrópole. Se a última observação parece uma evidência, a primeira pode sugerir uma estranha realidade, uma vez que se trata de morfologias típicas de actividades quotidianas, mais exatamente o *symposium*. Com efeito, o *krater* e o *skyphos* são vasos que se relacionam com o consumo do vinho, e que jamais foram usados por gregos em contexto funerário. Contudo, sabemos que a utilização do primeiro enquanto urna cinerária foi uma prática comum em todo o sul da Península Ibérica e muito especialmente na Andaluzia (Olmos Romera, 1982; Rouillard, 1986; 1991). A sua deposição como oferenda também é usual, justamente nas mesmas necrópoles (*ibidem*).

Em Portugal, é bem conhecido o caso da necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal (Correia, 1925; 1928), onde pelo menos alguns dos *krateres* provenientes das escavações da década de 20 do século passado continham «ossos calcinados» (*ibidem*). Outros, porém, terão feito parte do «pacote» dos artefactos depositados junto às cinzas dos incinerados, estas últimas embaladas em outro tipo de contentores.

Como já antes fizemos referência, não temos dados que permitam saber se os vasos gregos do Cerro Furado pertenceram a uma única sepultura, ou se, pelo contrário, se distribuía por dois enterramentos distintos.

A associação *krateres* (pintados pelo grupo do Pintor de Telos) e *Skyphoi* do *Fat Boy Group* é também recorrente em quase todas as necrópoles da área meridional peninsular, quer na mesma sepultura, quer isoladamente (Trías Arribas, 1967; Rouillard, 1986, 1991).

As duas importações áticas da necrópole do Cerro Furado inscrevem-se num movimento comercial bem conhecido durante a primeira metade do século IV a.n.e. e que atingiu o Extremo Ocidente. Recorde-se que um pouco mais de duas centenas e meia de sítios arqueológicos peninsulares forneceram vasos gregos desta cronologia (Trías Arribas, 1967; Rouillard, 1991), entre os quais se contam 40 no actual território português (Arruda, 1997; 2007). Destes, a grande maioria localiza-se a sul do Tejo e também a restante cultura material indica uma forte conexão com a área turdetana (Arruda, 2005).

4. O CONTEXTO REGIONAL: ENTRE O RIO E O MAR

O Cerro Furado localiza-se numa região onde há um considerável número de sítios onde se recolheu cerâmica grega, como é por exemplo o caso da cidade de Beja (Arruda, 1997; 2007, Lopes, 2003; Grilo, 2006) e, na margem esquerda do Guadiana, Serpa (Arruda, 2007), Castelo de Moura (Arruda, 1997) e Castro da Azougada (Rouillard, 1975; 1991), por exemplo. Esta concentração no Baixo Alentejo foi muitas vezes explicada no quadro de uma rota por via marítima e fluvial (Arruda, 1997), até porque o encerramento do estreito de Gibraltar ao comércio grego, na sequência do tratado romano-cartaginês de 509, não pode ser sustentado à luz de uma multiplicidade de dados que não se esgotam na cerâmica grega. Contudo, e para o actual território português, a hipótese de um abastecimento do interior alentejano de produtos áticos através de um percurso sul/norte pela via do Guadiana, constituindo-se Castro Marim como centro redistribuidor destes produtos, foi construída num momento em que estes eram ainda consideravelmente escassos. Hoje o número de sítios aumentou e sobretudo o número de fragmentos cresceu exponencialmente.

Assim, e como já em trabalho anterior uma de nós defendeu (Arruda, 2008), a famosa «Rota dos Santuários» de Maluquer de Motes (1981) pode ter estado ativa, explicando a presença das cerâmicas áticas dos séculos V e IV no interior em geral e no Cerro Furado em particular, através de um percurso que, tendo início na região valenciana, atravessava o mundo ibérico pelos rios Jucar e pelo Alto Guadiana, ou, alternativamente, começava na região alicantina, penetrando pelo Segura e alcançando o Alto Guadalquivir pelo Guadalimar (Arruda, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM MUNDO EM MUDANÇA ENTRE VIVOS E MORTOS

A descoberta dos vasos gregos da necrópole do Cerro Furado permite discutir algumas outras questões que se relacionam ainda com o seu âmbito de recolha, bem como com a localização do sítio. Mesmo que, e como já atrás referimos, o

contexto primário dos vasos se tenha perdido, o facto de se tratar de uma necrópole e a cronologia intrínseca das peças aqui estudadas são dados que devem ser devidamente valorizados nesta análise.

Em primeiro lugar, convém lembrar que os cemitérios sidéricos conhecidos no Alentejo interior, quer no central quer no baixo, possuem balizas cronológicas que os distanciam do que existiu no Cerro Furado. De facto, às necrópoles da área de Ourique (Beirão, 1986; Correia, 1993; Arruda, 2001), por um lado, e às da Têra (Rocha *et al.*, 2003) e de Torre de Palma (Langley *et al.*, 2008), por outro, têm sido atribuídas datações em torno aos séculos VI e V a.n.e.. Independentemente das diferenças registadas na arquitetura funerária das duas regiões referidas, a verdade é que a prática da incineração é comum a ambas, ainda que a incineração em *ustrinum*, com a posterior deposição das cinzas em urna, seja sobretudo registada na segunda área geográfica. Assim, o ritual funerário do Cerro Furado, onde a última prática está claramente documentada (Gonçalves *et al.*, 2007), bem como, aliás, em quase todo o sudoeste peninsular, pelo menos entre o século VII e o III a.n.e., tem fortes raízes na região. Contudo, qualquer das áreas e dos próprios sítios acima referenciados, a que se poderiam juntar os que se conhecem na margem esquerda do Guadiana, como Medellín (Almagro Gorbea, *et al.* 2006; 2008; 2009) ou Azougada (Antunes, 2009) integram-se, culturalmente, num universo que tem vindo a ser designado de pós-orientalizante, que marca o final de uma etapa que não parece ter continuidade, e que, refira-se, não tem paralelo no litoral. Estas necrópoles, bem como os povoados a elas diretamente associados, ou ainda outros sem cemitérios identificados, são abandonados, aparentemente de forma abrupta, nos finais do século V.

Os motivos deste brusco abandono, que afetou também grande parte da Extremadura espanhola, não são ainda pacíficos. Com efeito, a chamada crise de 400, no atual território espanhol plasmada, por exemplo, no incêndio do santuário de Cancho Roano, tem sido aí, maioritariamente, explicada no quadro de conflitos internos, descartando-se, quase sempre, a hipótese de essa «crise» ter sido provocada por chegadas de contingentes populacionais étnica e culturalmente diferenciáveis das comunidades associadas ao pós-orientalizante. No entanto, refira-se que Jorge de Alarcão insistiu, há já uma década, que esta última hipótese não pode ser liminarmente afastada, até porque a referida crise parece coincidir com a instalação, referida por Plínio (3.13), de *Celtici* na *Baeturia* (Alarcão, 2001, p. 332).

A verdade é que, em grande parte da região interior do Sudoeste peninsular, os grandes povoados de altura com evidentes condições naturais de defesa, muitas vezes rodeados de potentes estruturas defensivas, desenvolvem-se a partir de finais do século V a.n.e., neles predominando uma matriz cultural que integra, maioritariamente, elementos de raiz continental, nomeadamente a cerâmica

decorada com grandes estampilhas e os próprios vasos fenestrados. E este parece ser justamente o caso do Cerro Furado. Contudo, o registo da necrópole, ainda que profundamente truncado, parece dar informações de sentido diverso, uma vez que a presença dos vasos gregos, concretamente das formas, dos tipos decorativos e dos pintores representados, aproximam esta necrópole das da área litoral, concretamente do mundo turdetano e também de Alcácer do Sal, onde a continentalidade é, efetivamente, inexistente.

Por outro lado, em Beja, a realidade material é muito próxima desse universo mediterrâneo, como demonstram os resultados dos trabalhos arqueológicos levados a efeito no Castelo, no logradouro do Conservatório e na rua de Sembrano, onde os contextos datáveis entre o século IV e II a. C., evidenciaram não só uma total ausência de cerâmica estampilhada (que foi apenas reconhecida em níveis republicanos), mas, sobretudo, cerâmica pintada em bandas, nomeadamente pequenas taças com banda vermelha pintada na parede interna imediatamente abaixo do bordo, com bons paralelos, por exemplo, em Castro Marim.

Também em Mértola (Rego *et al.*, 1996), tal como em Serpa, concretamente no Castelo Velho de Safara (Costa, 2010), a matriz cultural dos espólios sidéricos é próxima da do litoral durante toda a Idade do Ferro.

Apesar das destruições, tudo indica que trabalhos arqueológicos no Cerro Furado poderiam esclarecer, pelo menos em parte, algumas das interrogações que atrás expusemos. Mas, limitamo-nos aqui a exigir que se divulguem junto da comunidade científica os espólios que foram resgatados no sítio em duas ocasiões distintas por técnicos do antigo Instituto Português de Arqueologia, à revelia do arqueólogo que sobre a área, e o sítio em si, tinha, à época, um projeto de investigação em curso, aprovado pela mesma instituição, por sinal uma das signatárias (C. L.).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 293-349.
- ALMAGRO GORBEA, M., dir. (2006) – *La necrópolis de Medellín, I. La excavación y sus hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO GORBEA, M., dir. (2008) – *La necrópolis de Medellín, II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO GORBEA, M., dir. (2009) – *La necrópolis de Medellín, IV. Interpretación de la necrópolis, V. El marco histórico de Medellín-Conisturgis*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ANTUNES, A. S. (2009) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplementos a "O Arqueólogo Português; 5).
- ARNAUD, J.; GAMITO, T. (1974-1977) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I – Cabeça de Vaíamonte-Monforte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3, 7-9, p. 165-202.
- ARRIBAS, A.; TRÍAS, G.; CERDÁ, D.; HOZ, J. (1987) – *El barco de el Sec (Costa de Calvia, Mallorca)*. Maiorca: Ayuntamiento de Calvia.
- ARRUDA, A. M. (1997) – *A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (2001) – Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 207-291.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1º milénio a.n.e. no Centro e Sul do território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2007) – Cerâmicas gregas encontradas em Portugal. In *Vasos Gregos em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 135-140.
- ARRUDA, A. M. (2008) – O Baixo Guadiana durante os séculos VI e V a. n. e. In JIMÉNEZ ÁVILA, J, ed. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 307-325. (*Anejos de AEspA; XLVII*).
- BEAZLEY, J. (1974) – *Attic red-figure vase painters*. 2ª ed.. New York: Hacker Art Books.
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal – 1er Age du Fer*. Paris: Diffusion de Boccard.
- CORREIA, V. (1925) – Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*. Coimbra. 1: 7, p. 347-363.
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do sul de Portugal. *Arquitectura e rituais*. TAE. Porto. 33: 3-4, p. 351-370. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular.
- COSTA, T. (2010) – *O Castelo Velho de Safara, Moura: elementos para o seu estudo*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- GONÇALVES, D.; COSTA, A.M.; ANGELUCCI, D. (2007) – *Cremações da Necrópole do Cerro Furado (Baleizão/Beja)*. Lisboa: IPA. (Trabalhos do CIPA; 29, n.º 109).
- GRILO, C. (2006) – *A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiado.
- LANGLEY, M.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R. (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma (Monforte, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 284-303. (*Anejos de AEspA; XLVII*).
- LOPES, M. C. (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates sobre a «civitas» de Pax Iulia*. Coimbra: Centro de Arqueologia das Universidades de Lisboa e Porto.
- MASSEI, L. (1978) – *Gli askoi a figure rosse nei corredi funerari delle necropoli di Spina*. Milano: Edizioni Cisalpino-Goliardica.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1981) – *El santuario protohistorico de Zalamea de la Serena*. Barcelona: CSIC.
- OLMOS ROMERO, R. (1982) – Vaso griego y caja funerária en la Bastetania Ibérica. In *Homenaje a*

- C. *Fernández Chicarro*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia. p. 260-268.
- PEREIRA, M. H. R. (1962) – *Greek vases in Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- RIBEIRO, E. C; FERREIRA, O. V. (1971) – Acerca dos vasos com janelas triangulares do Castro do Cerro Furado (Guadiana). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81: 3-4, p. 255-259.
- ROCHA, L; DUARTE, C; PINHEIRO, V. (2005) – A necrópole da 1ª Idade do Ferro do Monte da Têra, Pavia (Portugal): dados das últimas intervenções. In *Actas do III Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterraneo Occidental*. Mérida: CSIC; Junta de Extremadura; Consorcio de Mérida. Vol. 1, p. 605-614.
- ROUILLARD, P. (1975) – Les coupes attiques à Figures Rouges du IV s. en Andalusie. *Melanges de la Casa de Velazquez*. Paris. 11, p. 21-49.
- ROUILLARD, P. (1991) – *Les grecs et la Péninsule Ibérique du VIII au IV siècle avant Jésus-Christ*. Paris: Diffusion de Boccard.
- ROUILLARD, P.; PAIXÃO, A.; VILLANUEVA-PUIG, M. C.; DURAND, J. L. (1988-1989) – Les vases grecs d'Alcácer do Sal (Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 6-7, p. 43-108.
- SABATTINI, B. (2000) – Les skyphos du F. B. Group à Spina: apport chronologique de l'étude stylistique et typologique. In *La céramique attique du IV siècle en Méditerranée occidentale*. Nápoles: Centre Jean Bérard. p. 47-65
- SÁNCHEZ, C. (2000) – Los pintores del Grupo de Telos. In *La céramique attique du IV siècle en Méditerranée occidentale*. Nápoles: Centre Jean Bérard. p. 35-46.
- TRÍAS ARRIBAS, G. (1967-1968) – *Ceramicas griegas de la Peninsula Iberica*. Valencia: William L. Bryant Foundation.

Caracterização química de peças arqueológicas de ferro de Cabeça de Vaiamonte e Torre de Palma, em Monforte, por técnicas espectroscópicas

RITA MATOS*

RESUMO

A caracterização química de objetos arqueológicos de ferro é crucial para a compreensão da tecnologia usada na sua manufatura e para a sua conservação. No presente estudo¹ é empregue uma metodologia usando técnicas espectroscópicas para analisar e quantificar os diferentes produtos de corrosão, removidos do exterior para o interior de cada objeto estudado.

Estudaram-se comparativamente pregos de dois sítios arqueológicos portugueses representativos, respetivamente, da metalurgia do ferro indígena, pré-romana e da metalurgia romana: Cabeça de Vaiamonte, um povoado fortificado da II Idade do Ferro intermitentemente ocupado até ao séc. I d.C. e Torre de Palma, uma *villa* romana ocupada desde o séc. I, sendo que parte das estruturas edificadas foram utilizadas pelo menos até ao séc. XIV d.C.

As amostras de pregos recolhidas foram primeiramente analisadas por difração de raios-X (DRX) de pós para identificação das fases cristalinas presentes em cada camada e foram, seguidamente, analisadas por micro-análise de raios-X (SEM-EDS), para caracterização química elementar e avaliação da heterogeneidade da composição das amostras. Foram ainda estudadas por espectroscopia de Mössbauer de ⁵⁷Fe, para identificação de todos os compostos de ferro, cristalinos e amorfos.

O estudo comparativo dos resultados finais revela que as amostras de pregos de Cabeça de Vaiamonte têm maior quantidade de óxidos de ferro e mais fases magnéticas do que as de pregos de Torre de Palma. Estes resultados estão

* Museu Nacional de Arqueologia, Praça do Império, 1400-206 Lisboa, Portugal. E-mail: ritapereiramatos@gmail.com

¹ Parte deste estudo foi apresentado pela autora no âmbito da dissertação de mestrado em Química Aplicada ao Património Cultural, realizado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Matos, 2010), sob orientação da Prof.^a Doutora Maria de Deus Carvalho e co-orientação de Prof.^a Doutora Fernanda Costa.

de acordo com o facto de os objetos de ferro provenientes de Cabeça de Vaia-
monte serem mais antigos do que os de Torre de Palma e mostram que as técni-
cas usadas constituem um contributo para a caracterização química de objetos
arqueológicos.

Palavras-chave: caracterização química – ferro arqueológico – DRX – SEM/EDS –
espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe

ABSTRACT

Chemical characterization of archaeological iron objects it is fundamental in
understanding the technology of objects making and for its conservation. In this
study¹ we made use of a methodology using spectroscopic techniques to analyze
and to quantify the different corrosion products removed from the exterior to the
interior of each studied object.

Iron nails from two archaeological sites were studied and compared, “Cabeça
de Vaiamonte”, a hillfort of Iron Age II with non-steady occupation till 1st century
AD and, “Torre de Palma”, a roman *villa* inhabited from 1st. century and some
of builded structures used the until the 14th century AD; representative of native
(pre-roman) and roman iron production technology.

The samples, taken from the nails, were analyzed by powder X-ray analysis to
make an identification of crystalline phases present in every layer. The SEM/EDS
results enabled an elemental chemical characterization and gave the indication of
the heterogeneous composition of the samples. The ^{57}Fe Mössbauer spectroscopy
was used to identify all the present iron compounds either crystalline or
amorphous.

The comparative study of final results shows that the samples belonging
to nails of the oldest site, “Cabeça de Vaiamonte”, exhibit a bigger quantity of
iron oxides than those ones of “Torre de Palma”. These results are in agreement
with the fact that the iron objects from “Cabeça de Vaiamonte” are older than
those from “Torre de Palma” and show that the analytical techniques used give a
contribute for the chemical characterization of archaeological objects.

Keywords: chemical characterization – archaeological iron – XRD – SEM/EDS –
 ^{57}Fe Mössbauer spectroscopy

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende caracterizar quimicamente objetos de ferro provenientes de dois sítios arqueológicos, de cronologias diferentes e em que há uma elevada probabilidade de os objetos serem de produção local. Este trabalho de caracterização química de objetos de ferro tem sido muito pouco desenvolvido para o caso do território atualmente português.

Para o estudo² escolheram-se objetos de ferro provenientes das estações arqueológicas de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma, sítios de diferentes cronologias e representativos da metalurgia do ferro pré-romana e romana.

A tecnologia do ferro condiciona a sua microestrutura, a forma como se deteriora e se corrói. Objetos arqueológicos em ferro não intervencionados apresentam um aspeto muito diferente do original, adquirindo uma massa de produtos de corrosão volumosa e disforme, que pode ser totalmente oca no seu interior. Genericamente, o processo de corrosão ocorre em camadas mais ou menos estratificadas: a camada exterior, a camada interior, a camada “nuclear” e o substrato metálico (quando existe), este mais representativo, de um ponto de vista físico-químico, do que seriam a composição química e as características microestruturais do objeto após o seu fabrico.

As amostras de pregos recolhidas foram analisadas por diferentes técnicas, primeiramente, por difração de raios-X (DRX) de pós para identificação das fases cristalinas presentes em cada camada, e foram, posteriormente, analisadas por micro-análise de raios-X (SEM-EDS), para caracterização química elementar e

² Para estudo de objectos arqueológicos em ferro foi necessário ter acesso a estes, o que foi possível graças a um protocolo estabelecido entre a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e o Museu Nacional de Arqueologia (MNA).

avaliação da heterogeneidade da composição das amostras. Foram ainda estudadas por espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe , para identificação de produtos de corrosão do ferro, cristalinos e amorfos.

A análise dos resultados obtidos revelou que as amostras de pregos de Cabeça de Vaiamonte apresentavam uma composição parcialmente diversa da dos pregos de Torre de Palma.

2. OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE CABEÇA DE VAIAMONTE E DE TORRE DE PALMA, EM MONFORTE

Cabeça de Vaiamonte está localizada no Alto Alentejo, distrito de Portalegre, no concelho de Monforte, freguesia de Vaiamonte. É um sítio emblemático da II Idade do Ferro, balizado entre o século V e os séculos II-I a.C. Trata-se de um povoado fortificado pré-romano do Sudoeste peninsular, tipologicamente enquadrado no tipo VII, i.e. situado sobre outeiro ou cerro isolado, com controlo visual da paisagem envolvente mas destacando-se nesta (cf. Berrocal-Rangel, 1992, p. 209; Fabião, 1996, p. 38; Fabião, 1998, p. 147). Na Fig. 1 apresenta-se uma vista aérea de Cabeça de Vaiamonte.

O sítio foi escavado por equipas do Museu Nacional de Arqueologia dirigidas por Manuel Heleno, entre 1951 e 1964, e mais tarde por Manuel Farinha dos Santos, tendo sido recolhida uma enorme quantidade de objetos de que se salienta, pela riqueza, a diversidade e abundância, o espólio da Idade do Ferro. A enorme quantidade de espólio recolhido ainda está muito por estudar (cf. Fabião, 1996, p. 35-39; Fabião, 1998,



Fig. 1 – A Cabeça de Vaiamonte (Monforte) (retirado do Google earth).

p. 149-174). No entanto, em virtude da insuficiência de registos de escavação e da não conservação das estruturas arqueológicas não é possível determinar com exatidão as áreas escavadas, a extensão dos trabalhos e quais as estruturas identificadas.

O sítio de Cabeça de Vaiamonte foi ocupado durante o Bronze Final, seguramente durante a II Idade do Ferro e nos séculos II-I a.C., por contingentes militares romanos, durante o processo de romanização. Contudo, não se pode precisar no I milénio a. C. se a ocupação foi continuada ou teve fases de ocupação e de abandono (cf. Fabião, 1996, p. 41-66).

Torre de Palma localiza-se igualmente no Alto Alentejo, distrito de Portalegre, no concelho de Monforte, freguesia de Vaiamonte. O sítio é sobretudo conhecido pela sua sumptuosa *villa* romana, ver Fig. 2.

Torre de Palma foi alvo de vários estudos arqueológicos. Foi-lhe dada mais atenção do que a Cabeça de Vaiamonte devida à sua riqueza arqueológica. Destacam-se as campanhas de escavação de Manuel Heleno decorridas entre 1947 e 1956 (cf. Heleno, 1962), as de Dom Fernando de Almeida, realizadas de

1971 a 1972 (cf. Almeida, 1972-74), os trabalhos da equipa luso-francesa efetuados desde 1991 até 1995 (cf. Lancha e André, 2000), e as escavações da equipa americana dirigida por Maloney, realizadas de 1983 a 2000 (cf. Maloney, 1999-2000).

As escavações foram profusamente documentadas: há plantas, o acervo está identificado por compartimentos e abundante registo fotográfico, patente no arquivo fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia.

Torre de Palma foi ocupada durante a Idade do Ferro, o período romano e parte das estruturas edificadas continuaram a ser usadas pelo menos até ao século XIV (cf. Langley *et al.*, 2007, p. 231). A época pré-romana é atestada pela necrópole sidérica de finais do

século VII a. C. até ao século V a. C., e pelo espólio cerâmico e metálico aí recolhido. Provavelmente também terá havido um ou mais complexos de cariz rural, que desapareceram com a posterior ocupação e edificação romanas (cf. Langley *et al.*, 2007, p. 265, 270).

A *villa* romana de Torre de Palma era uma *villa* auto-sustentável (Mackinnon, 2000, p. 138), implantada em local privilegiado, com uma envolvente rica em recursos naturais e com o rio Palma nas suas imediações (Maloney, 2000; Lancha e André, 2000). Na paisagem envolvente encontravam-se as fontes de matérias-



Fig. 2 – Planta do sítio de Torre de Palma (Langley *et al.*, 2007, p. 232)

-primas de quase todos os materiais usados na construção da *villa*, nomeadamente, os afloramentos de xisto e de calcário; os granitos róseos e cinzentos, provenientes das imediações de Monforte (Hale, 2000, p. 142; Lancha e André, 2000, p. 96-7); e a argila, eventualmente usada para tijolos e telhas. O mármore de Estremoz e os recursos das minas, a norte, forneciam metais e as florestas envolventes, madeira para fins diversos (Hale, 2000, p. 142).

Estabelecida no século I d. C., a *villa* sofreu ampliações durante os séculos III-IV: com um balneário monumental e uma basílica, a qual terá sido acrescentada para Oeste, com um batistério cruciforme duplo e um edifício que se pensa ser um mosteiro. A basílica continuou a ser usada pelo menos até ao século XIV, embora a parte nascente tivesse sido abandonada, sendo conhecida até ao presente como ermida de São Domingos (cf. Soares, Curvo e Lima, 1758; Boaventura e Banha, 2006; Langley, 2006; Langley *et al.*, 2007, p. 231).

No que concerne ao objeto de estudo, caracterização de peças arqueológicas de ferro, a escolha dos sítios de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma não foi aleatória.

A seleção de Cabeça de Vaiamonte deve-se ao facto de ser seguramente um povoado da II Idade do Ferro e, portanto, os objetos de ferro daí provenientes terem uma elevada probabilidade de serem pré-romanos e, logo, representativos da metalurgia do ferro pré-romana.

A escolha da *villa* romana de Torre de Palma prende-se com a grande longevidade do sítio (com muitos séculos de ocupação), e com o facto de ser possível caracterizar todos os seus objetos de ferro como pertencentes à época romana. Representam pois, um bom indicador da metalurgia do ferro romana.

A proximidade geográfica destes dois sítios, a 5 km de distância um do outro, sugere a possibilidade de exploração das mesmas fontes de matérias-primas. É provável que o local utilizado para recolha dos minérios usados fosse a mina da Herdade da Tinoca, localizada no concelho de Arronches, próximo de Monforte. Situada sobre um filão de pirite (bissulfureto de ferro) e calcopirite (sulfureto de ferro e cobre) e de calcosite (sulfuretos de cobre), esta mina foi explorada durante o período Romano (cf. Domergue, 1987, p. 523) e provavelmente durante o período pré-romano pois, era a que ficava mais próximo dos dois sítios. Tal, torna-os locais privilegiados para analisar comparativamente as tecnologias de fabrico do ferro, procurando averiguar as possíveis diferenças caracterizadoras de dois processos siderúrgicos à partida, diferentes.

3. CORROSÃO DE OBJETOS ARQUEOLÓGICOS EM FERRO

Há poucos objetos que tenham resistido à corrosão ou que estejam em bom estado de conservação, o que dificulta tanto o seu estudo tipológico como

tecnológico.

A tecnologia do ferro condiciona a microestrutura deste, a forma como ele se deteriora e corrói. Os objetos arqueológicos em ferro não intervencionados apresentam um aspeto muito diferente do original devido à corrosão que sofreram, adquirindo uma massa de produtos de corrosão volumosa e disforme, que pode ser totalmente oca no seu interior.

A estrutura de corrosão dos objetos arqueológicos de ferro, provenientes de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma, em princípio, traduzirá o que já está documentado na literatura específica para objetos provenientes de contexto de enterramento.

Genericamente, o processo de corrosão do ferro ocorre em camadas mais ou

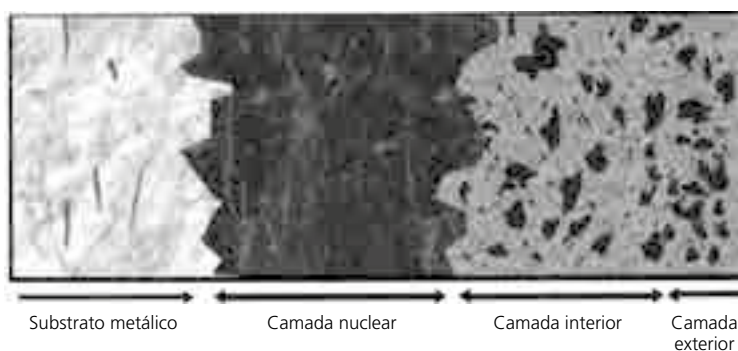


Fig. 3 – Diagrama de uma secção transversal de um objeto de ferro arqueológico (adaptado de Saheb *et al.* 2007, p. 70).

menos estratificadas, Fig. 3: a camada exterior, a camada interior, a camada nuclear e o substrato metálico (quando existe), sendo este o mais representativo do que seriam a composição química e as características microestruturais do objeto de ferro após o seu fabrico (cf. Neff *et al.*, 2005, Reguer *et al.*, 2007; Saheb *et al.*, 2007; Selwyn, 2004).

A camada exterior (Selwyn, 2004, p. 105) ou solo (Neff *et al.*, 2005, p. 523; Reguer *et al.*, 2007, p. 61) é composta por terras do solo sem produtos de corrosão (Neff *et al.*, 2005, p. 523, Reguer *et al.*, 2007, p. 61), ou ainda, por uma mistura de produtos de corrosão do ferro (tipicamente oxi-hidróxidos de ferro III), cimentados com partículas do solo, sujidades, argila e areias (Selwyn, 2004, p. 105).

A camada interior, ou “*transformed medium*”, contém produtos de corrosão e marcadores provenientes do solo, como grãos de quartzo (Neff *et al.*, 2005, p. 523; Reguer *et al.*, 2007, p. 61), ou só por produtos de corrosão do ferro (Selwyn, 2004, p. 105). Esta camada interior correspondia, provavelmente, à antiga superfície original do objeto, mas deslocou-se durante o processo de corrosão (Neff *et al.*, 2005, p. 523; Reguer *et al.*, 2007, p. 61)³. A superfície original,

³ O limite da superfície original preserva a forma do objecto e, em contexto de enterramento e antes do início do processo de corrosão, constitui um separador entre a superfície do artefacto e o solo envolvente (cf. Bertholon e Relier, 1990, p. 106; Bertholon, 2000). Durante o processo de corrosão, o limite da superfície original pode ser deslocado devido à formação de camadas de produtos de alteração abaixo e acima daquele. Os primeiros, os produtos de corrosão internos, ocorrem por baixo da superfície original e identificam-se pela existência de inclusões de escórias, que

geralmente, situa-se na interface das camadas interior e nuclear (Scott e Eggert, 2009, p. 97).

A camada “nuclear”, ou “*dense product layer*”, densa, é formada por produtos de óxidos de ferro, oxi-hidróxidos de ferro, cloretos e/ou carbonatos de ferro (Neff *et al.*, 2005, p. 523; Reguer *et al.*, 2007, p. 61).

O substrato metálico (Neff *et al.*, 2005, p. 523; Reguer *et al.*, 2007, p. 61), ou núcleo (Selwyn, 2004, p. 105) é composto por ferro metálico, exceto no caso de o objeto estar todo mineralizado (Selwyn, 2004, p. 105), e apresenta inclusões de escória provenientes da redução do ferro durante o processo de fabrico, evidenciando uma heterogeneidade característica do processo pré-industrial de fabrico de objetos de ferro (Neff *et al.*, 2005, p. 523; Reguer *et al.*, 2007, p. 61).

4. TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO SIDERÚRGICA NA ÉPOCA PRÉ-ROMANA E ROMANA

4.1. A tecnologia de produção siderúrgica

O aparecimento da siderurgia deve-se a melhorias introduzidas nos fornos de fundição e ao uso de fundentes ricos em ferro, que proporcionaram, inadvertidamente, a que ferro ou resíduos de ferro dúctil ficassem agarrados às paredes do forno (Tylecote, 1980, p. 188-189; Charles, 1980, p. 165-167; Gómez, 1999, p. 188).

Os fatores determinantes da tecnologia siderúrgica são a abundância de minérios com elevado teor de ferro e a sua redutibilidade, o elevado teor de ferro dos seus minérios (Cottrell, 1975, p. 187). O ferro puro nunca foi usado na Antiguidade e o termo ferro forjado designa um aço com um baixo teor de carbono, inferior a 5% (Hodges, 1989, p. 81). Só a partir do século XIX d. C., o desenvolvimento tecnológico permitiu atingir a temperatura de fusão para obtenção de ferro puro, ferrite (α -Fe), 1540° C (Tylecote, 1976, p. 40; Tylecote, 1980, p. 209; Cottrell, 1975, p. 187).

Até então, os minérios previamente preparados eram introduzidos no forno de redução de ferro, alimentado com carvão de madeiras diversas, gorduras e excrementos de animais (Gómez, 1999, p. 23). Um jato de ar, proveniente do manuseamento de foles ou de um canal de ventilação (cf. Cottrell, 1975, p. 187; De Man, 2006, p. 145), assegurava a combustão continuada do carvão.

A uma temperatura de 800° C, o ferro era extraído dos seus minérios por um processo de redução por carbono, geralmente sob a forma de carvão vegetal. A rea-

se denominam genericamente de marcadores do substrato metálico. Os segundos, os produtos de corrosão externos, surgem acima da superfície original e contêm marcadores exteriores nomeadamente, minerais característicos do solo, como por exemplo, o quartzo (Neff *et al.*, 2005, p. 518). No processo descrito, a superfície original pode, apenas, ser deslocada, ou ainda, ser destruída devido a alterações topotáticas, isto é, mudanças de uma fase sólida para outra através do rearranjo dos átomos, e ao crescimento das camadas de corrosão (cf. Scott e Eggert, 2009, p. 97).

ção química principal de extração de ferro era a da redução da hematite por monóxido de carbono, o que originava ferro metálico sólido e dióxido de carbono. Tal implicava que dentro do forno houvesse uma quantidade suficiente de monóxido de carbono, para que se efetivasse a redução, e que se mantivessem temperaturas entre 1150 a 1350° C, para separar grande parte da ganga contida no minérios de ferro (Scott e Eggert, 2009, p. 1-2), ou seja, impurezas, silicatos ou óxidos, tipicamente óxido de alumínio e sílica (Selwyn, 2004, p. 90; Gómez, 1999, p. 40).

O elevado ponto de fusão destes silicatos fazia com que se adicionassem fundentes para que se formasse escória, i.e. silicatos com menor ponto de fusão do metal a extrair, que, não se misturando com este podiam ser removidos durante todo o moroso processo de redução dos minérios (Gómez, 1999, p. 23-24, 40; Selwyn, 2004, p. 90). No entanto, o rendimento térmico dos fornos tornava este passo tecnologicamente difícil, pois estava condicionado ao combustível empregado, carvão vegetal, à capacidade isolante do forno, ao volume do forno e à existência de uma ventilação adequada (cf. Gómez, 1999, p. 40).

A massa de ferro obtida, também designada *esponja de ferro* ou *lupas*, era heterogênea e formada por agregados porosos e desagregáveis, compostos maioritariamente por ferro metálico, ferrite (α -Fe), no estado sólido contendo inclusões de escórias (Tylecote, 1980, p. 209; Cottrell, 1975, p. 187; Scott e Eggert, 2009, p. 2) solidificadas (Gener, 2010, p. 198), bocados de carvão e fragmentos de minério não reduzido (Gener, 2010, p. 198; Scott e Eggert, 2009, p. 2).

Para esta massa de ferro poder ser utilizada no fabrico de objetos, tinha de ser trabalhada à forja, aquecida até ficar em brasa, ao rubro branco (cerca de 1200° C) e martelada (Cottrell, 1975, p.188, 197; Gener, 2010, p. 199; Gómez, 1999, p. 33; Scott e Eggert, 2009, p. 2). O ferro metálico, ou ferrite (α -Fe), ao ser aquecido a temperaturas acima de 910° C, passava a austenite (γ -Fe), fase metálica relativamente fácil de forjar (Scott e Eggert, 2009, p. 2). Diferentes peças poderiam formar uma outra maior, juntando-se e martelando-as quando estivessem à temperatura de rubro branco (Hodges, 1989, p. 86).

O trabalho de deformação plástica da massa metálica, melhorava as suas propriedades mecânicas (Cottrell, 1975, p. 618), fechando ou “soldando” cavidades, alongando partículas de escórias, ou outras inclusões, pela força da compressão provocada pelo martelar, e eliminando, por efeito da temperatura, algumas das escórias liquefeitas ou pastosas (Cottrell, 1975, p. 618; Gener, 2010, p. 199). Com eliminação da maioria da escória, obtinham-se barras compactas e densas (Cottrell, 1975, p. 188-189).

O ferro forjado era, seguidamente, submetido a tratamentos térmicos para melhorar as suas propriedades e adaptar-se à função do objeto a produzir. Os tratamentos podiam, ou não, alterar a composição química da massa ferrosa. A *cementação*, ou tratamento de endurecimento da superfície, era usada para

aumentar a dureza do ferro, através da introdução de carbono na composição: o ferro, durante o processo de forja, era submetido à temperatura de rubro vermelho, entre 900° C e 1000° C, e colocado depois, a 900° C, entre as brasas de carvão durante oito horas, segundo os trabalhos experimentais de Tylecote e Gilmour (1985, p. 16; Rovira Llorens, 2007, p. 32-33). A camada superficial produzida era dura, excelente para ferramentas de corte e espadas, e podia ser trabalhada a quente, à forja. As barras de ferro *cementado* podiam, posteriormente, ser soldadas entre si, martelando-as a quente, o que originava uma estrutura de lamelas finas, alternadamente duras e macias (Cotrell, 1975, p. 199).

O ferro podia ser posteriormente sujeito a outros tratamentos térmicos sem alteração da sua composição nomeadamente, podia ser temperado, i.e. arrefecido rapidamente por imersão em água (ou azeite). Podia seguidamente, ser *revenido* para melhorar a sua resistência à fratura, (*tenacidade*), através de ligeiro aquecimento, ou ainda ser *recozido*, isto é, ser amaciado, por um novo aquecimento ao rubro (Cotrell, 1975 p. 199; Rovira Llorens, 2007, p. 35).

4.2. Tecnologia de produção siderúrgica no território Português durante a Idade do Ferro

O primeiro contacto das comunidades indígenas com objetos de ferro ocorreu antes da chegada dos fenícios, no contexto da internacionalização do Bronze Final Português em consequência de trocas entre o Atlântico e o Mediterrâneo Central e Oriental, em que se destacaram como centros de troca a Sardenha e o Oeste Peninsular Central (Lo Schiavo, 1991; Ruiz-Galvéz Priego, 1993; Ruiz-Galvéz Priego, 1998, p. 274; Arruda, 2008, Arruda, 2010, p. 441; Vilaça, 2006, p. 93). Contudo, as relações estabelecidas entre Ocidente e Oriente, ocasionais e estritamente comerciais, não tiveram impacto suficiente para alterarem de forma marcada a realidade social das comunidades que usaram aqueles objetos e que, sublinhe-se, não dominavam a tecnologia siderúrgica (cf. Vilaça e Cunha, 2005; Arruda, 2010, p. 441)⁴.

A aceitação e reação das comunidades do Bronze Final ao ferro e aos artefactos de ferro produzidos foi heterogénea, como atesta a diversidade de contextos em que estes foram encontrados e que incluem solos de habitat, fossas detriticas e deposições rituais (Vilaça, 2006, p. 98).

A circulação de objetos de ferro, associada à sua produção e ao seu uso quotidiano, intensifica-se sobretudo na II Idade do Ferro, período estreitamente ligado

⁴ No quadro do Bronze Final, a parcial aceitação do ferro, por algumas comunidades indígenas, não se pode relacionar com o facto de os minérios de ferro serem muito abundantes e/ou por ser um material cujas propriedades físicas e mecânicas se destacavam. O ferro aparece em contextos de pujante metalurgia bronze, em comunidades que detinham o conhecimento da produção de artefactos em bronze (Budd e Taylor, 1995, p. 140; Vilaça, 2006, p. 98).

Os ferros do Bronze Final caracterizam-se por bimetalismo. Este conceito tem duas acessões: uma relacionada a produção de artefactos com dois metais, e outra, ligada à presença, em contexto de deposição, de peças do metal A par de outras do metal B (cf. Vilaça, 2006, p. 96).

à presença de fenícios. A influência destes nas comunidades indígenas foi tão profunda que, a partir do século VII a.C. é difícil a demarcação do que é fenício daquilo que é indígena. A implementação da tecnologia siderúrgica, da produção e da utilização mais generalizada de artefactos em ferro é, provavelmente, indissociável da permanência de fenícios no território atualmente português pois, estes detinham o conhecimento e o domínio tecnológico necessários à produção artefactual em ferro (cf. Arruda, 1999-2000; Arruda, 2005, p. 50-53; Arruda, 2010, p. 441-447).

Na época pré-romana, antes de serem introduzidos no forno, os minérios de ferro eram tostados no fogo com o objetivo de eliminar restos de enxofre e a água existente sob a forma de humidade ou combinada com os óxidos de ferro, e de facilitar a fragmentação mecânica daqueles devido à diminuição da sua coesão sob o efeito da temperatura (cf. Gener, 2010, p. 196).

A fragmentação dos minérios em pedaços mais pequenos por processos físicos, e.g.: trituração e a martelagem, fazia com que, havendo maior número fragmentos e logo maior quantidade de superfícies de contacto expostas às condições do forno, fosse mais fácil o processo de redução dos minérios (cf. Gener, 2010, p. 196; Gómez, 1999, p. 23-24).

Os minérios previamente preparados eram introduzidos no forno de redução de ferro. Estes fornos desenvolveram-se a partir estruturas muito simples, comportando pouca produção de matéria ferrosa, evoluindo para outras que forneciam melhores condições para a redução, admitiam temperaturas mais elevadas, apresentavam um maior arejamento e comportavam mais mineral (Gener, 2010, p. 213).

Os primeiros fornos que se conhecem (pré-romanos) consistiam numa fossa no solo, de dimensões não muito grandes para não custar a aquecer e eram cobertos de material refratário. Colocava-se o mineral, o carvão e o fundente, e injetava-se ar através de tubeiras. Pelo contrário, os fornos romanos de maiores dimensões, tinham uma chaminé para que houvesse mais ar e a temperatura pudesse ser mais elevada, e apresentavam maior capacidade para colocar minério. Estes fornos eram concebidos para se extrair a escória por sangramento e por isso, foram designados *fornos de sangramento* (cf. Gener, 2010, p. 214).

4.3. Tecnologia de produção siderúrgica no território Português durante o período Romano

A grande contribuição do império romano para o desenvolvimento da metalurgia não foi em inovação mas, sobretudo na sua organização, havendo uma grande e disseminada produção das técnicas já existentes (García Romero, 2007, p. 81).

A diferença entre a exploração mineira pré-romana e romana reside na escala e quantidade de extração de minérios, passa-se de uma extração artesanal para industrial. Tal, espelha-se na quantidade de escorial encontrado, que mostra o interesse de Roma na exploração mineira e a força de trabalho envolvida neste

processo (cf. Bustamante Álvarez *et al.*, 2008, p. 164).

A exploração de ferro fez-se quase por todo o território português, como mostra a existência de muitas jazidas de superfície. Saliendam-se como áreas de extração de grande escala a Guarda (em Marmeleiro, Pousafoles do Bispo e Cabeço das Fráguas), a Serra de Reboredo, a norte do Rio Douro, (Cabeço da Mua, Ferraria do Carvalhal, Carvalhosa), e a zona entre a Marinha Grande, Leiria e Porto de Mós (cf. Alarcão, 1988, 79).

No Sul de Portugal, grande parte da extração mineira romana efetuou-se na Faixa Piritosa Ibérica, faixa de mineralização primária do bissulfureto de ferro (pirite) com sulfureto de ferro e cobre (calcopirite), apresentando massas com sulfuretos vários de zinco e chumbo (cf. Bustamante Álvarez *et al.*, 2008, p. 164).

Antes de serem introduzidos no forno, na época romana, os minérios eram moídos e passados por um crivo para se obterem bocados do mesmo tamanho. A seguir eram lavados passando por uma crivagem hidráulica seguida de sedimentação; os grãos de ganga, como eram menos pesados, eram arrastados pela água e os de minério depositavam-se no fundo. Finalmente o minério separado era carregado para o forno (cf. Garcia Romero, 2007, p. 82-91).

O aumento da escala de produção de metais deve-se à melhoria das técnicas (e.g.: uso de fornos de poço com foles e um maior desenvolvimento dos fornos de taça grande, em vez dos fornos de ventilação forçada (forno de tiro induzido) e dos pequenos fornos de taça (Garcia Romero, 2007, p. 81).

5. CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DE OBJETOS DE FERRO PRÉ-ROMANOS E ROMANOS

Tylecote 1976, refere que, em termos gerais, os ferros romanos têm uma redução significativa do teor de fósforo relativamente ao dos primórdios da Idade do Ferro. Este autor refere que, apesar disso, foram encontrados muitos exemplos de ferros romanos com elevado teor de fósforo e com pouco teor de carbono (ferros não carburizados), no entanto, não refere o local e nem que contexto esses ferros foram encontrados. No período Romano, verifica-se um emprego mais sistemático do endurecimento por têmpera do material ferroso e a sua cementação (ou carbonação) para obter objetos mais resistentes a esforços mecânicos. Este facto evidencia um maior conhecimento da tecnologia siderúrgica relativamente à Idade do Ferro (Tylecote, 1976, p. 53-56).

No que diz respeito ao território português, o estudo da tecnologia de produção siderúrgica romana e pré-romana em Portugal revela-se difícil, pelo facto de haver poucas análises químicas de objetos de ferro e de a escassa informação estar dispersa pela literatura da especialidade. Apesar de haver descrições de objetos de ferro, os estudos relativos ao processo siderúrgico em si mesmo são poucos; de

entre eles destaca-se o trabalho *O estudo analítico de pregos romanos do espólio metalúrgico de Aldeia Nova/ Olival dos Telhões (Almendra, Vila Nova de Foz Côa)* (Cosme e Martins, 2000, p. 215-222). As análises elementares realizadas revelaram um ferro muito puro que os autores pensam ser consequência do trabalho à forja do metal.

6. CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA (DA TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO SIDERÚRGICA) DE OBJETOS DE FERRO PRÉ-ROMANOS E ROMANOS

6.1. Metodologia de seleção e estudo de peças arqueológicas

6.1.1. Metodologias de seleção

Embora o acervo museológico das coleções de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma e, mais especificamente, as peças arqueológicas em ferro abranjam tipologias variadas, o tipo de objeto escolhido para estudo foi o prego, atendendo



Fig. 4 – Fotografia de cavilhas e pregos-cavilhas, em ferro, provenientes de Cabeça de Vaiamonte.



Fig. 5 – Fotografia de cavilhas e pregos-cavilhas, em ferro, provenientes de Torre de Palma.

à natureza sacrificial de recolha de amostras, à quantidade de amostras requeridas e à necessidade de escolha de objetos museologicamente não relevantes, não intervencionados e numericamente representativos do grupo da coleção escolhida, Fig. 4 e Fig. 5⁵.

Para permitir estabelecer comparações entre pregos de um mesmo grupo e entre grupos de pregos, pelo menos com um certo grau de certeza associado, foram selecionados três pregos de cada sítio arqueológico.

A morfologia irregular dos pregos, sublinhada pelos produtos de corrosão, dificultou a separação visual das amostras em camadas – exterior, interior e nuclear. As amostras foram recolhidas com limas de diamante e homogeneizadas num almofariz. Nalguns casos, analisou-se o substrato metálico, isento de produtos de corrosão, exposto por corte transversal de

⁵ Durante este processo de selecção, foi fundamental o apoio do arqueólogo, Prof. Doutor Carlos Fabião (UNIRQ/ Dep. História, Faculdade de Letras, Univ. Lisboa).

uma secção de prego.

6.1.2. Técnicas analíticas usadas para estudo: DRX, SEM/EDS

e Espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe

As amostras foram analisadas por difração de raios-X (DRX) de pós, micro-análise de raios-X (SEM/EDS) e espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe .

Difracção de Raios-X (DRX)

A difração de raios-X (DRX) de pós possibilitou a identificação das fases cristalinas presentes em amostras de camadas da estrutura de corrosão dos pregos, importante na avaliação de diferenças qualitativas no perfil estratigráfico dos pregos, substrato metálico incluído. As fases presentes poderão ser indiciadoras do processo de corrosão, detetando fatores cinéticos e/ou termodinâmicos, os quais podem ser influenciados pelo contexto deposicional das peças arqueológicas.

Microscopia eletrónica de varrimento e micro-análise de raios-X (SEM/EDS)

A microanálise de raios-X (SEM/EDS) permitiu complementar os resultados de DRX e explorar as heterogeneidades da composição das amostras em estudo através da caracterização química elementar.

A heterogeneidade da composição química, decorrente da tecnologia de produção de objetos de ferro, é acentuada em contexto deposicional, conferindo-lhes uma superfície irregular e um perfil de corrosão relativamente estratificado e complexo, não totalmente compreendido.

Espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe

A espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe foi utilizada no estudo dos produtos de corrosão do ferro. Esta técnica é muito útil para o estudo de produtos de corrosão do ferro porque permite uma identificação inequívoca daqueles compostos e, além disso, porque não requer uma preparação especial de amostras, não havendo por isso alteração dos produtos de corrosão nem interferências com outras espécies metálicas.

6.2. Procedimento Experimental

6.2.1. Condições de aquisição de resultados

No que diz respeito às condições de aquisição de resultados, os dados de difração de raios-X (DRX) foram coligidos à temperatura ambiente usando um difractor de raios-X Philips PW1720, com monocromador de grafite, acoplado a um goniómetro vertical, de geometria Bragg-Brentano, e associado a um computador com sistema de software para aquisição de dados (APD

Philips (v.35B)). Foi utilizada a radiação CuK_α ($\lambda_1 = 1,54060 \text{ \AA}$, $\lambda_2 = 1,54439 \text{ \AA}$), e os padrões de difração foram adquiridos numa gama de $10\text{-}70^\circ$ e de $10\text{-}90^\circ$ de 2θ , com incrementos de $0,020^\circ$ e velocidade (tempo por passo) de 2 (s). O aparelho foi calibrado com um padrão de silício usando a reflexão a $76,345^\circ$. O tempo por passo foi mantido nas diferentes gamas de varrimento, garantindo que as condições de aquisição de dados eram equivalentes.

A microscopia eletrónica de varrimento (SEM) foi executada com um microscópio eletrónico JEOL JSM-700 1F associado a um espectrómetro de raios-X (análise por espectroscopia de dispersão de energias (EDS)) da Oxford instruments INCA-sight, a 25 keV.

Os espectros de Mössbauer de ^{57}Fe foram obtidos à temperatura ambiente e à temperatura de azoto líquido (78 K) usando uma fonte de radiação gama de $^{57}\text{Co}/\text{Rh}$ (fonte de cobalto 57 numa matriz de ródio).

Para além das medidas experimentais, a análise dos espectros Mössbauer foi efetuada com software adequado (Brand, 2008).

A identificação dos compostos correspondentes a cada subespectro foi feita por comparação com dados da literatura (R. Balasubramaniam *et. al.*, 2003 e outros).

6.2.2. Apresentação e discussão de resultados

6.2.2.1. Resultados obtidos por DRX e SEM/EDS

Os difratogramas e respetivos resultados de DRX (valores médios) referentes a amostras características da camada exterior de pregos de Cabeça de Vaiamonte

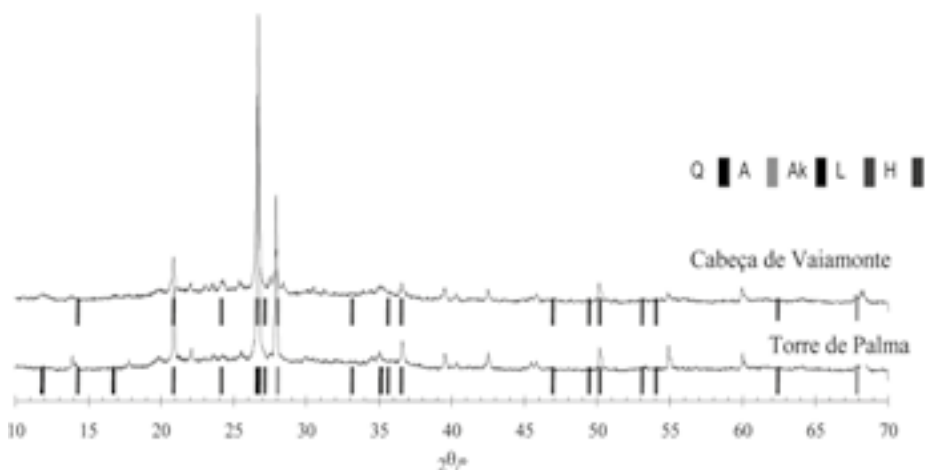


Fig. 6 – Difratogramas de amostras da camada exterior de pregos de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma⁶.

⁶ Para simplificar as fases cristalinas detectadas são referidas da seguinte forma: kianite, Al_2SiO_5 (A); akaganéite, $\beta\text{-FeOOH}$ (Ak); $\alpha\text{-Fe}$ (F); goetite, $\alpha\text{-FeOOH}$ (G); hematite, $\alpha\text{-Fe}_2\text{O}_3$ (H); lepidocrocite, $\gamma\text{-FeOOH}$ (L); magnetite/maghemite, $\text{Fe}_3\text{O}_4/\gamma\text{-Fe}_2\text{O}_3$ (M); e quartzo, SiO_2 (Q).

e de Torre de Palma estão apresentados na Fig. 6 e na Tabela 1. A Tabela 2 resume os resultados obtidos por SEM/EDS para as mesmas amostras.

	Fase cristalina							
	Q	A	Ak	G	L	H	M	F
	I (%)							
CV	98	24	–	–	3	2	–	–
TP	100	23	1	–	1	1	–	–

Tabela 1 – Intensidade relativa dos picos mais intensos (valores médios) referentes às diferentes fases cristalinas detetadas por DRX nas amostras da camada exterior de pregos de Cabeça de Vaiamonte (CV) e de Torre de Palma (TP).

elemento	Camada exterior	
	CV	TP
	% atómica	
Si	30,04	38,91
Fe	40,42	50,50
Al	10,26	4,93
K	2,40	1,07
P	4,24	2,30
Ca	1,05	1,07
Cl	0,98	0,33
Ti	0,44	–
Mg	3,12	0,50
Na	7,08	0,40

Tabela 2 – Resultados de análises elementares globais de SEM/EDS (valores médios) da camada exterior de pregos de Torre de Palma (TP) e de Cabeça de Vaiamonte (CV).

Os resultados da camada exterior sublinham a influência do contacto com o solo. Identificaram-se fases do tipo SiO_2 (Q) e/ou de Al_2SiO_5 (A), muito cristalinas, e oxihidróxidos.

As análises de SEM/EDS revelam que o elemento maioritário é o ferro, o que demonstra que os oxihidróxidos existentes são pouco cristalinos embora estejam presentes em maior quantidade.

A Fig. 7 e a Tabela 3 apresentam os difratogramas e respetivos resultados de amostras características de uma camada interior. A Tabela 4 sintetiza os correspondentes resultados de SEM/EDS.

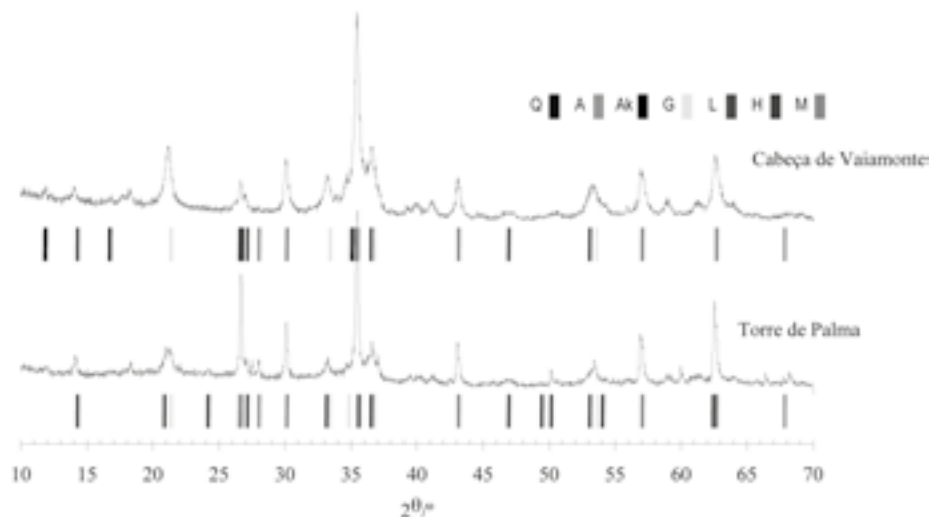


Fig. 7 – Difractogramas de amostras da camada interior de pregos de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma.

Fase cristalina								
	Q	A	Ak	G	L	H	M	F
	I (%)							
CV	-	7	5	33	22	-	92	-
TP	38	14	-	23	13	3	100	-

Tabela 3 – Intensidade relativa dos picos mais intensos (valores médios) referentes às diferentes fases detetadas nas amostras da camada interior de pregos de Cabeça de Vaiamonte (CV) e de Torre de Palma (TP).

elemento	Camada interior	
	CV	TP
	% atómica	
Si	4,30	12,32
Fe	92,08	78,98
Al	2,36	3,54
K	0,14	0,65
P	0,65	1,96
Ca	0,15	2,54
Cl	0,26	-
Ti	0,07	-

Tabela 4 – Resultados de análises elementares globais de SEM/EDS (valores médios) da camada interior de pregos de Cabeça de Vaiamonte (CV) e de Torre de Palma (TP).

Os resultados de DRX evidenciam que esta camada é composta por fases do tipo SiO_2 (Q) e/ou de Al_2SiO_5 (A), óxidos - $\text{Fe}_3\text{O}_4/\gamma\text{-Fe}_2\text{O}_3$ (M) (magnetite/maghemite) - e oxihidróxidos de ferro - $\alpha\text{-FeOOH}$ (G) (goetite) e $\gamma\text{-FeOOH}$ (L) (lepidocrocite).

As análises de SEM/EDS mostram que o elemento maioritário é o ferro, existindo silício e alumínio em pequenas quantidades.

A Fig. 8 e a Tabela 5 apresentam os difratogramas e respectivos resultados de amostras características de uma camada nuclear. A Tabela 6 resume os resultados obtidos por SEM/EDS.

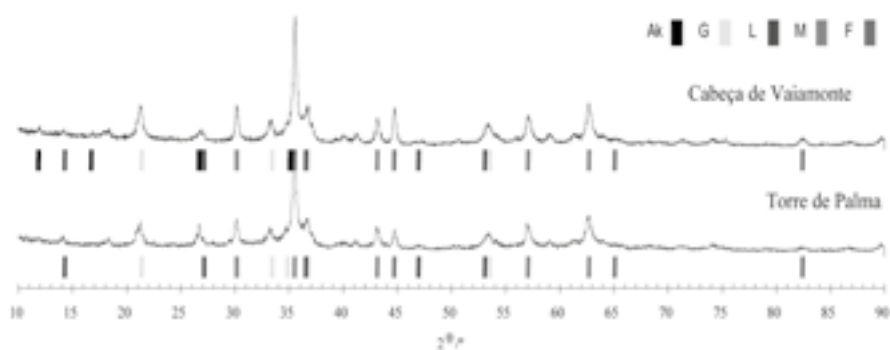


Fig. 8 – Difratogramas de amostras da camada nuclear de pregos de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma.

Os resultados de DRX obtidos para Cabeça de Vaiamonte (CV) e Torre de Palma (TP) mostram que esta camada é constituída só por produtos da corrosão do ferro, sobretudo por $\text{Fe}_3\text{O}_4/\gamma\text{-Fe}_2\text{O}_3$ (M) (magnetite/maghemite) e $\alpha\text{-FeOOH}$ (G) (goetite). Identificaram-se também $\gamma\text{-FeOOH}$ (L) (lepidocrocite), e $\alpha\text{-Fe}$.

	Fase cristalina							
	Q	A	Ak	G	L	H	M	F
	I (%)							
CV	-	-	3	25	5	-	100	28
TP	-	-	-	25	6	-	100	18

Tabela 5 – Intensidades relativas dos picos mais intensos (valores médios) referentes às diferentes fases cristalinas detetadas por DRX nas amostras da camada nuclear de Cabeça de Vaiamonte (CV) e de Torre de Palma (TP).

	Camada nuclear	
	CV	TP
elemento	% atômica	
Si	1,42	0,74
Fe	97,85	98,44
Al	-	-
P	0,44	0,42
Ca	0,05	0,39
Cl	0,25	-

Tabela 6 – Resultados de análises elementares globais de SEM/EDS (valores médios) da camada nuclear de pregos de Cabeça de Vaiamonte (CV) e de Torre de Palma (TP).

A identificação de ferrite (α -Fe), material constituinte do prego, deve-se ao substrato metálico, limado na recolha das amostras, em consequência da forma irregular das camadas de corrosão e da heterogeneidade morfológica dos pregos.

A identificação de silício, por SEM/EDS, em pequenas quantidades deve-se à sua inclusão nos produtos de corrosão.

Os difratogramas obtidos quer para o substrato metálico de pregos de Cabeço de Vaiamonte, quer para o substrato metálico de pregos de Torre de Palma eram semelhantes. A Fig. 9 apresenta um difratograma típico do substrato metálico, como observado para pregos de Cabeça de Vaiamonte e para pregos de Torre de Palma.

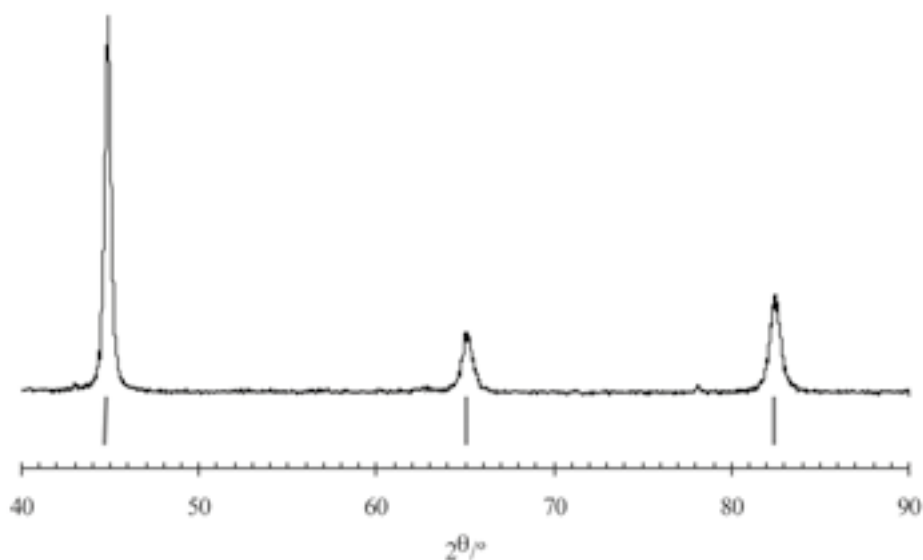


Fig. 9 – Difratograma típico da superfície de um prego de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma.

O difratograma demonstra que, o substrato metálico dos pregos provenientes de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma são constituídos por α -Fe, não sendo identificada qualquer outra fase cristalina.

Por SEM/EDS só se detetou ferro. Tal, não significa que os pregos sejam só constituídos por ferro puro, outros elementos metálicos podem existir em quantidades vestigiais, mas não são detetáveis por SEM/EDS.

6.2.2.2. Resultados obtidos por Espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe

As Fig. 10 e Fig. 11 apresentam os espectros Mössbauer de ^{57}Fe adquiridos à temperatura ambiente, representativos das diferentes camadas (exterior, interior e

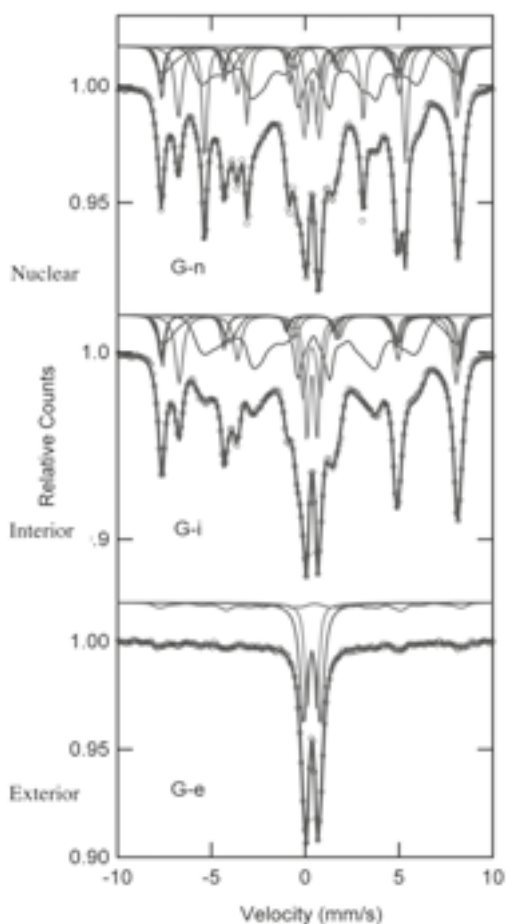


Fig. 10 – Espectros Mössbauer de ^{57}Fe representativos de cada camada (exterior, interior e nuclear) dum prego proveniente de Cabeça de Vaiamonte. Círculos – pontos experimentais; linhas – subespectros resultantes da análise. A curva a cheio, sobre os pontos experimentais, é o resultado da soma de todos os subespectros. Espectros adquiridos à temperatura ambiente.

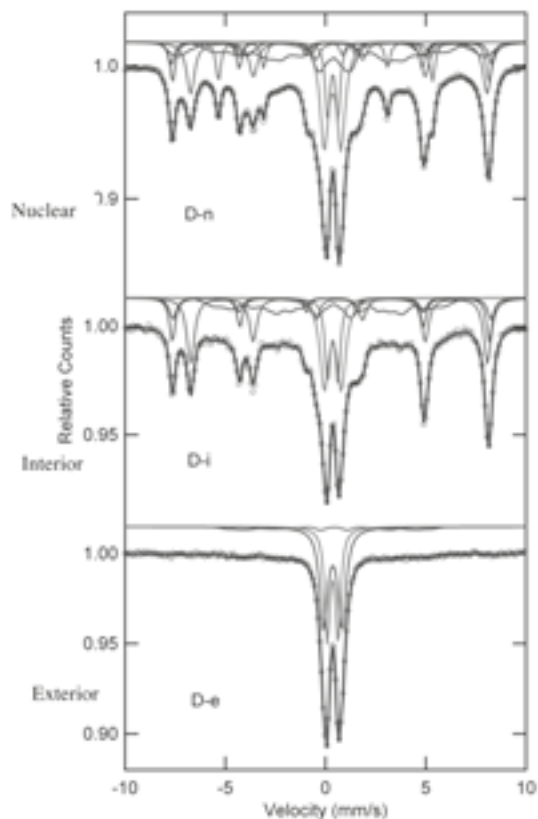


Fig. 11 – Espectros Mössbauer de ^{57}Fe das camadas exterior, interior e nuclear de um prego proveniente de Torre de Palma. Círculos – pontos experimentais; linhas – subespectros resultantes da análise. A curva a cheio, sobre os pontos experimentais, é o resultado da soma de todos os subespectros. Espectros adquiridos à temperatura ambiente.

nuclear) respectivamente de um prego proveniente de Cabeça de Vaiamonte e de outro de Torre de Palma.

A análise de cada espectro, utilizando software adequado, permitiu identificar os compostos presentes, por comparação com trabalhos anteriormente publicados (Murad e Jonhston, 1987; Oh *et al.*, 1998; Wagner e Kyek, 2004).

A camada exterior é composta de goetite magnética e superparamagnética e de lepidocrocite. Tal, conjugado com os resultados de DRX e de SEM/EDS sugere uma mistura de produtos de corrosão do ferro cimentados com fases características do solo.

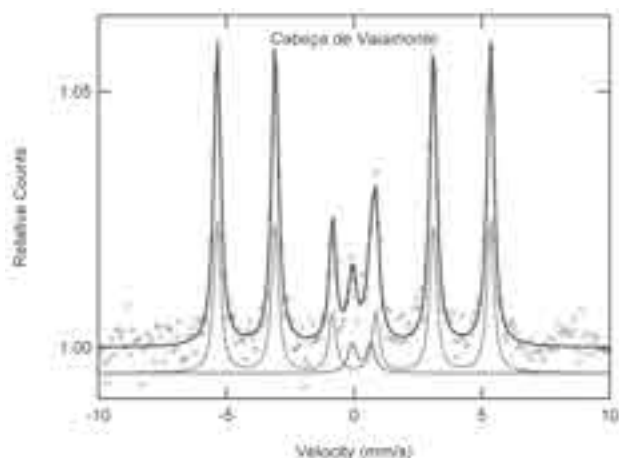


Fig. 12 – Espectro de Mössbauer de ^{57}Fe da superfície de um prego de Cabeça de Vaiamonte, obtido em modo de reflexão.

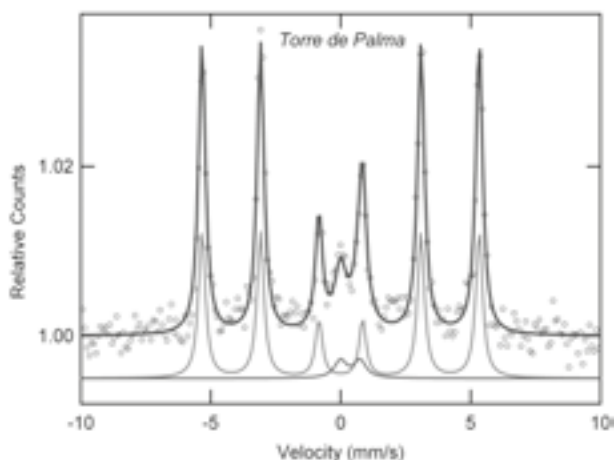


Fig. 13 – Espectro de Mössbauer da superfície de um prego proveniente de Torre de Palma, obtido em modo de reflexão, depois de removidas as três camadas de produtos de corrosão.

A camada interior de pregos de Torre de Palma tem quantidade relativa de magnetite superior à de Cabeça de Vaiamonte mas a de goetite magnética é inferior à de Cabeça de Vaiamonte, corroborando os resultados de difração de raios-X (DRX). Ao contrário dos resultados de difração de raios-X (DRX) identifica-se hematite na amostra de Cabeça de Vaiamonte e não na de Torre de Palma.

A camada nuclear tem ferrite ($\alpha\text{-Fe}$), hematite e fases paramagnéticas.

As Fig. 12 e Fig. 13 ilustram os espectros obtidos, em geometria de reflexão, para os substrato metálico de pregos de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma.

Os espectros mostram que o substrato metálico é constituído essencialmente por $\alpha\text{-Fe}$, identificado pelo seu sexteto característico. Identifica-se também um óxido de Fe (III), correspondente a um dobleto mal definido, consequência da oxidação rápida da superfície limpa do prego.

Genericamente, como ilustra a Fig. 14, por espectroscopia de Mössbauer observa-se que, quanto mais próxima do substrato metálico a camada está, maior é a quantidade de fases magné-

ticas nela presentes. Isto prende-se com o facto de os oxihidróxidos paramagnéticos se formarem primeiro e evoluírem, com o decurso do tempo, para fases magnéticas.

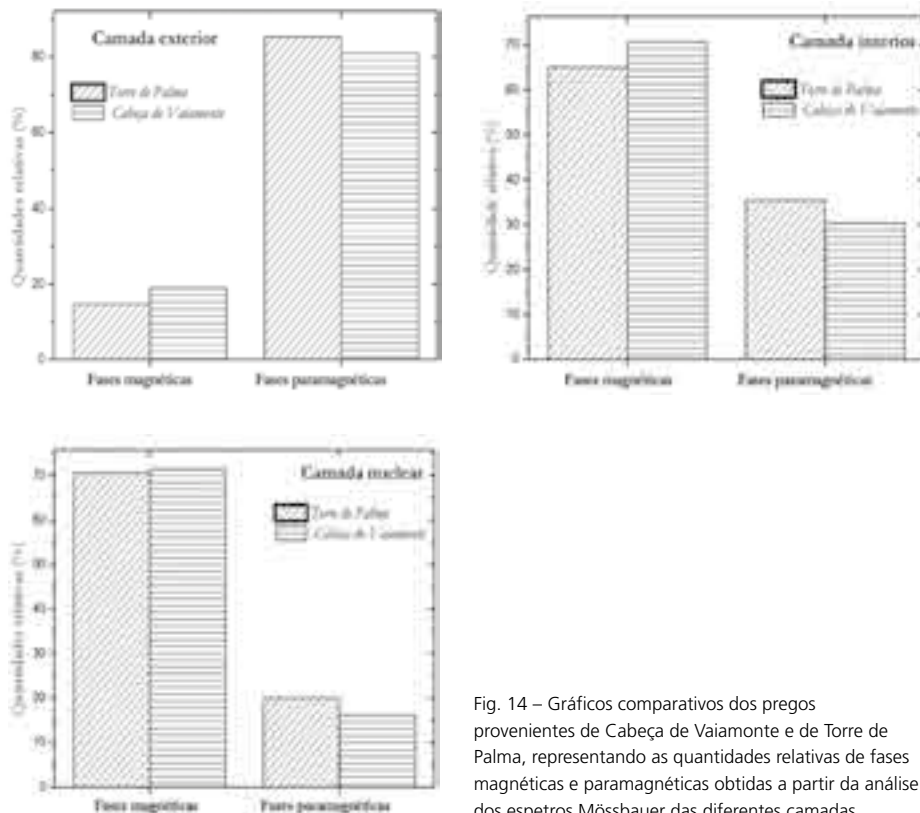


Fig. 14 – Gráficos comparativos dos pregos provenientes de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma, representando as quantidades relativas de fases magnéticas e paramagnéticas obtidas a partir da análise dos espectros Mössbauer das diferentes camadas.

Constata-se que, em todas as camadas de corrosão, os pregos de Cabeça de Vaiamonte têm mais fases magnéticas do que os de Torre de Palma, o que parece indicar cronologias mais antigas. Este facto está com grande probabilidade relacionado com a maior idade dos objetos provenientes de Cabeça de Vaiamonte (II Idade do Ferro).

Verifica-se, ainda, nos gráficos, um aumento das fases cristalinas do exterior para o interior das camadas de corrosão dos pregos: deteta-se na camada exterior fases pouco cristalinas, e.g.: goetite e lepidocrocite, mas, na camada nuclear, identificam-se essencialmente compostos cristalinos de elevada estabilidade magnética, como a magnetite.

6.3. Conclusões

A análise dos resultados baseou-se na determinação do tipo de compostos detetados e sua percentagem relativa nos diferentes produtos de corrosão, removidos, por camadas, do exterior para o interior de cada objeto e na conjugação de resultados obtidos por difração de raios-X de pós, análises de micro-análise de raios-X e espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe .

A complementaridade das técnicas analíticas foi muito importante para o estudo empreendido. A técnica de espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe técnica permitiu determinar, com mais exatidão, as percentagens relativas das diferentes fases identificadas por DRX e outras amorfas. Os resultados SEM/EDS e de espectroscopia de Mössbauer de ^{57}Fe puseram em evidência que, apesar da elevada cristalinidade dos silicatos, verificada por DRX, estas fases não são maioritárias na camada exterior e interior de pregos de Cabeça de Vaiamonte e de Torre de Palma.

Os oxi-hidróxidos não cristalinos, com o tempo, transformam-se em fases cristalinas do tipo goetite, evoluindo para óxidos de ferro como a magnetite, normalmente o composto final da corrosão. Os objetos com maior quantidade de compostos magnéticos, são os mais antigos pois, são compostos que demoram mais tempo a formarem-se e quanto maior a quantidade, mais tempo decorreu, o que remete para cronologias mais antigas.

As amostras de pregos de Cabeça de Vaiamonte têm mais produtos de corrosão magnéticos do que os de Torre de Palma, mais recentes, o que está de acordo com a cronologia do sítio de Cabeço de Vaiamonte, mais antigo do que o de Torre de Palma.

Os processos de corrosão dos pregos e os produtos formados nesses processos são semelhantes quer em Torre de Palma, quer em Cabeça de Vaiamonte evidenciando que os solos de enterramento dos dois sítios não alteraram muito os processos de corrosão, provavelmente por serem quimicamente semelhantes, dada a proximidade geográfica dos dois sítios. Os substratos metálicos eram constituídos essencialmente por ferrite ($\alpha\text{-Fe}$). Contudo, o substrato metálico de pregos de Cabeça de Vaiamonte, uma vez exposto ao ar, oxida-se mais depressa do que o de pregos de Torre de Palma. Esta maior celeridade na oxidação pode refletir uma diferente tecnologia usada nos dois sítios e nas duas épocas (II Idade do Ferro e Período Romano) e pode dever-se a impurezas presentes no ferro. O recurso a outras técnicas analíticas, por exemplo, fluorescência de raios-X, poderia ajudar a elucidar melhor esta questão.

Os resultados obtidos evidenciam que as técnicas usadas constituem um contributo para a caracterização de objetos arqueológicos em ferro. No entanto, para os validar, é importante proceder à análise de um número mais significativo de peças de cada sítio arqueológico.

7. OBSERVAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido evidencia o contributo da informação físico-química fundamental para o conhecimento dos materiais a nível da sua tecnologia e da sua conservação. De facto, não são apenas as condições ambientais que podem, ou não, promover com maior ou menor celeridade a deterioração dos objetos de ferro da Idade do Ferro, mas também a sua constituição química, que contribui para a sua oxidação mais acelerada do que a dos objetos do período Romano. Recorde-se que os solos de enterramento não influenciaram de forma marcada a corrosão e que os processos de corrosão foram semelhantes para os pregos dos dois sítios. Assim a constituição química dos objetos arqueológicos deve ser tida em consideração na prioridade a estabelecer para a sua conservação e tratamento. No caso em questão, no âmbito de um plano de conservação e de tratamento, o espólio de ferro da Idade do Ferro deve ter prioridade relativamente ao do Período Romano, pois degrada-se mais rapidamente.

Em termos gerais, no armazenamento do espólio em ferro, deve-se criar condições para mitigar as causas de deterioração. Estas podem passar por medidas preventivas sem intervenção nos objetos, ou pela realização de tratamentos de conservação com vista à estabilização físico-química das peças. Após tratamento, é necessário acondicionar e armazenar os objetos em locais com condições que retardem ou parem a sua corrosão e deterioração, idealmente em ambientes com 18° C de temperatura e humidade relativa entre 15% a 35%. O presente trabalho constitui uma primeira abordagem e tentativa de sistematização das problemáticas da tecnologia de fabrico de objectos arqueológicos de ferro, das suas implicações e/ou interligações no processo de deterioração e conservação desse tipo de espólio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio e sugestões do Prof. Doutor Carlos Fabião, e especialmente, os comentários e as sugestões da Dr.^a Ana Ávila de Melo que contribuíram para dar um novo fôlego ao presente texto.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips Ltd. Vol. 1.
- ALMEIDA, F. (1972-1974) – Torre de Palma (Portugal): A basílica Paleocristã e Visigótica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 45-47, p. 103-112.
- ARRUDA, A. M., (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. (Cuadernos de Estudios Mediterráneos).
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século, *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2010) – Fenícios no território actualmente português e nada ficou como antes. In BANDERA ROMERO, M. L.; FERRER ALBELDA, E., coord. – *El Carambolo: 50 años de un tesoro*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones. p. 439-45.
- BALASUBRAMANIAM, R.; KUMAR, A. V. R.; DILLMANN, P. (2003) – Characterization of rust on ancient Indian iron. *Current Science*. 85:11, p. 1546-1555. [Em linha] Disponível em (<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0010938X09005241>).
- BARRIL VICENTE, M. (2007) – En los orígenes: la metalisteria prerromana. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 59-78.
- BERTHOLON, R. (2000) – *La limite de la surface d'origine des objets métalliques archéologiques: caractérisation, localisation et approche des mécanismes de conservation*. Paris: Université Paris I. (UFR d'art et d'archéologie).
- BERTHOLON, R.; RELIER, C., ed. (1990) – *La conservation en archéologie. Méthodes et pratique de la conservation-restauration des vestiges archéologiques*. Paris: Maisson.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. (Complutum Extra; 2).
- BOAVENTURA, R.; BANHA, C. (2006) – As ânforas da região de Monforte: Contributo para o conhecimento do comércio rural romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 24, p. 369-399.
- BRAND, R. A (2008) – *WinNormos-for-Igor Mössbauer spectra fitting software, v. 2.0.*, Universitat-GH-Duisburg. Starnberg: Wissel GmbH.
- BUDD, P.; TAYLOR, T. (1995) – The fairie smith meets the bronze industry: magic versus science in the interpretation of prehistoric metal-making. *World of Archaeology*. Vol. 27: 1, p. 133-143.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; PÉREZ MACÍAS, J. A.; MARTINS, A., (2008) – Sigillatas claras de Aljustrel: a crise do século II d.C. nas minas do Sudoeste Ibérico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 163-181.
- CHARLES, J. A. (1980) – The Coming of copper and copper-based alloys and iron. In WERTIME, T.; MUHLY, J., eds – *The Coming of iron Age*. Yale: University Press. p. 151-181.
- COSME, S. R.; MARTINS, C. M. B (2000) – Estudo analítico do espólio metalúrgico de aldeia nova/olival dos Telhoes (Almedra, Vila Nova de Foz Côa). In JORGE, V. O., coord. ed. – 3.º *congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP – Associaao para o Desenvolvimento da Arqueologia Peninsular. Vol. 9, p. 215-221
- COTTRELL, A. H. (1975) – *Introduao  metalurgia*. 3.ª ed. Lisboa: Fundaao Calouste Gulbenkian. p. 810.
- CRONYN, J. M. (1990) – *The elements of archaeological conservation*. Londres: Routledge. p. 326.
- DE MAN, A. (2006) – Actividade metalúrgica na Casa de Cantaber. In *Actas III Simposio sobre a Mineraao e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*. Lisboa: Instituto Portugus do Património Arquitectónico; Fundaao para a Ciencia e Tecnologia. p. 141-151.
- DOMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des mines et fonderies antiques de la Peninsule Iberique*. Madrid: Casa de Velazquez; Paris: Diffusion de Boccard. Tomo II.
- FABIÃO, J. C. (1996) – O povoado fortificado da Cabeça de Vaiafonte (Monforte). *A cidade – Revista Cultural de Portalegre*. Nova Série, 11, p. 35-84.

- FABIÃO, J. C. (1998) – *O mundo indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje Português*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em arqueologia, policopiado.
- GARCIA ROMERO, J. (2007) – La transformación del mineral. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 81-98.
- GENER MORET, M. (2010) – Tecnologia de la metalurgia del hierro. In MONTERO, I. coord. – *Manual de Arqueometalurgia. Cursos de Formación Permanente para Arqueólogos*, 1. Madrid: Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid; Sección de Arqueología de CDI de Madrid. p. 189-232.
- GÓMEZ, P. R. (1999) – *Obtención de metales en la Prehistoria de la Península Ibérica*, Oxford: B.A.R. p. 238. (BAR International Series; 755).
- HEALY, J. F. (1978) – *Mining and metallurgy in the Greek and ancient Roman world, Aspects of Greek and Roman Life*. London: Thames and Hudson. p. 316.
- HELENO, M. (1962) – A villa lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 4, p. 313-338.
- HODGES, H. (1989) – *Artifacts an introduction to early materials and technology*. London: Duckworth. p. 251.
- LANCHA, J.; ANDRÉ, P. (2000) – *A villa de Torre de Palma*. Lisboa: Instituto Português de Museus. 2 vol. (Col. Corpus dos mosaicos Romanos de Portugal; II).
- LANGLEY, M. (2006) – Est in agris. A spatial analysis of roman villae in the region of Monforte, Alto Alentejo, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2, p. 317-328.
- LO SCHIAVO, F. (1991) – La Sardaigne et ses relations avec le Bronze final Atlantique, L'Age du Bronze Atlantique. In CEVILLOT, C.; COFFYN, A., dir. – *Actes du 1er Colloque du Parc Archéologique de Beynac*. Beynac-et-Cazenac: Association des Musées du Sarladais. P. 213-226.
- MACKINNON, M. (2000) – O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma. *A cidade – Revista Cultural de Portalegre*. Lisboa. 13-14, p. 129-140.
- MALONEY, S. (1999-2000) – As escavações da Universidade de Louisville na *Villa de Torre de Palma*, Portugal 1983-2000: Alguns resultados preliminares. *A cidade – Revista Cultural de Portalegre*. Lisboa. 13-14, p. 105-120.
- MATOS, R. (2010) – *Estudos de datação de peças de ferro arqueológicas por técnicas espectroscópicas*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado em Química Aplicada ao Património Cultural, policopiado.
- MURAD, E.; JOHNSTON, J. H. (1987) – *Iron Oxides and Oxyhydroxides*. In LONG, G. J., ed. lit. – *Mössbauer Spectroscopy Applied to Inorganic Chemistry*. New York: Plenum. 2, p. 507-582.
- NEFF, D.; DILLMANN, P.; BELLOT-GURLET; BERANGER, G. (2005) – Corrosion of iron archaeological artefacts in soil: characterisation of the corrosion system. *Corrosion Science*. 47, p. 513-535. [Em linha] Disponível em (<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0010938X04001635>)
- OH, S. J.; COOK, D.C.; TOWNSEND, H. E. (1998) – Characterization of iron oxides commonly formed as corrosion products on steel. *Hyperfine Interactions*. 112, p. 59-65.
- PLEINER, R. (1980) – Early iron metallurgy in Europe. In WERTIME, T. A.; MUHLY, J. D., eds. lts. – *The Coming of Iron Age*. Londres: Yale University Press. p. 375-415.
- REGUER, S.; NEFF, D., REMAZEILLES, C.; GUILLMINOT, E.; NICOT, F.; PÉLÉ, C.; MEGUELAI, M.; MIRAMBET, F.; DILLMANN, P.; REFAIT, P.; HUET, N.; MIELCAREK, F.; REBIÈRE; BERTRAND, L. (2007) – Desalination of iron archaeological artefacts: understanding of chlorine removal mechanisms of the corrosion layers supported by characterisation techniques. In *Inovative investigation of metal artefacts, Interim meeting of the ICOM-CC Metal group, Amsterdam 17-21 September 2007*. Amsterdam: Rijksmuseum. 2, p. 60-68.
- ROVIRA LLORENS, S. (2007) – Arqueometria de la estructura metalográfica y del trabajo metalúrgico. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 31-44.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1993) – El occidente de la Península Ibérica, punto de encuentro entre el Mediterraneo y el Atlántico a fines de la Edad del Bronce. *Complutum*. 4, p. 41-68.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce*. Barcelona: Critica.

- SAHEB, M.; NEFF, D.; DILLMANN, P.; MATTHIESEN, H. (2007) – Long term corrosion behaviour of low carbon steel in anoxic soils. In *Inovative investigation of metal artefacts, Interim meeting of the ICOM-CC Metal group, Amsterdam 17-21 September 2007*. Amsterdam: Rijksmuseum. 2, p. 69-75.
- SCOTT, D. A.; EGGERT G. (2009) – *Iron and steel in art, Corrosion colorants and conservation*. Londres: Archetype Publications. p. 196.
- SELWYN, L. (2004) – *Metals and corrosion a handbook for the conservation professional*. Canada: Canadian Conservation Institute. p. 223
- SOARES, P.º J.; CURVO, P.º M.; LIMA, F. G. – Relação da vila de Monforte, e o seu termo pertencente ao Bispado de Elvas. In *Diccionario geographico de Portugal, Tomo XXIV Informação Paroquial n.º 179 (1175 a 1214)*. [Manuscrito]. 1758. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
- TYLECOTE, R. F. (1976) – *A history of metallurgy*. Londres: The metals society.
- TYLECOTE, R. F. (1980) – Furnaces, crucibles, and slags. In WERTIME, T. A.; MUHLY, J. D., eds. lts. – *The Coming of Iron Age*. Londres: Yale University Press. p. 183-228.
- TYLECOTE, R. F.; MERKEL, J. F. (1985) – Experimental Smelting techniques: achievements and future, Furnaces and Smelting technology In CRADDOCK, P. T.; HUGHES, M. J., eds. lts. – *Furnaces and Smelting Technology in Antiquity*. Londres: British Museum Press. p. 3–20. (British Museum Occasional Paper; 48).
- TYLECOTE, R. F.; GILMOUR, B. J. J. (1986) – *The metallography of early ferrous edge tools and edged weapons*. Oxford: B.A.R. (BAR International Series; 155).
- VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005) – A roça do Casal do meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. II série, 13, p. 48-57.
- VILAÇA, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-102.
- WAGNER, F. E.; KYEK, A. (2004) – Mössbauer spectroscopy in archaeology: Introduction and experimental considerations. *Hyperfine Interactions*. 154, p. 5–33.
- WALDBAUM, J. C. (1980) – The first archaeological appearance of Iron and the transition to the Iron Age. In WERTIME, T.; MUHLY, J., eds. – *The Coming of iron Age*. Yale: University Press. p. 69-98.

A Arqueologia e a Educação: Rede de Clubes de Arqueologia nas escolas

MÁRIO NUNO DO BENTO ANTAS*

RESUMO

No presente artigo apresentamos a rede de clubes de arqueologia nas escolas portuguesas. Trata-se de um projeto coordenado pelo Museu Nacional de Arqueologia que tem como principal objetivo divulgar as coleções do museu e o património arqueológico nacional através de um conjunto de iniciativas que passam pela criação de materiais didáticos, exposições temporárias, exposições virtuais que estão acessíveis através de uma plataforma *on-line*.

Palavras-chave: clubes de arqueologia – património arqueológico – museu – escolas – educação.

ABSTRACT

This paper presents the network of archaeology clubs in Portuguese schools. This is a project coordinated by the National Museum of Archaeological which has as main objective the promotion of the museum collections and national archaeological heritage through a set of initiatives that involve the creation of teaching materials, temporary exhibitions, virtual exhibitions that are accessible through an online platform.

Keywords: archaeology clubs – archaeological heritage – museum – schools – education.

* Museu Nacional de Arqueologia, e-mail: marioantas@mнарqueologia.dgpc.pt

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o projeto denominado «rede de clubes de arqueologia nas escolas portuguesas» sob a coordenação do Museu Nacional de Arqueologia (MNA).

O MNA pretende divulgar as suas coleções e o Património Arqueológico Nacional através de um conjunto de iniciativas que passam pela criação de materiais didáticos, exposições temporárias, exposições virtuais que estão acessíveis através de uma plataforma *on-line*.

Recentemente, este projeto foi premiado internacionalmente e considerado como melhor prática educativa em museus pelo Comité de Educação e Acção Cultural do Conselho Internacional de Museus (ICOM-CECA). Tal distinção atribuída, logo no primeiro ano de implementação do projeto, confere uma responsabilidade acrescida na execução prática do mesmo no futuro.

Com o advento do século XXI, os museus estão a questionar o seu papel na sociedade e a assumirem-se cada vez mais como um pólo comunicativo gerador e criador de educação e cultura (Garcia, 2003). Por seu turno, as escolas têm um papel de agente de mudança da sociedade. A escola portuguesa tem vindo a ser palco de um cada vez maior número de experiências pedagógicas que apontam num objetivo comum: melhorar o sistema de ensino. É nesta ótica que se inserem os clubes de arqueologia no diálogo entre o Museu e a Escola.

Os Clubes de Arqueologia procuram assim aproximar e estabelecer uma rede de cooperação entre o museu e as escolas, na partilha de experiências educativas entre instituições que têm uma missão de educação não-formal (Museu) e instituições com uma missão de educação formal (Escola). Apesar de fazerem abordagens diferenciadas quanto à forma, convergem num sentido comum de produzir educação e cultura.

O presente artigo está organizado em quatro partes que se relacionam entre si. Num primeiro momento, explana-se a justificação e enquadramento dos clubes de arqueologia. Apresentam-se os objetivos deste projeto que contribui para um aproximar do museu da escola e da arqueologia como público. A segunda parte apresenta a forma de funcionamento dos clubes de arqueologia no Museu Nacional de Arqueologia, nas escola e na plataforma virtual *on-line*. Na terceira parte, apresenta-se uma reflexão sobre a forma como este projeto se pode e deve articular com outros existentes quer no próprio museu como nas escolas. Por último, efetua-se um balanço do caminho já percorrido pela «Rede de clubes de Arqueologia» e apontam-se linhas a seguir no caminho a percorrer para a consolidação deste projeto.

2. JUSTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DOS CLUBES DE ARQUEOLOGIA

A Arqueologia é provavelmente uma das disciplinas científicas que mais fascínio provoca junto de crianças, adolescentes e adultos. Este fascínio está intimamente associado ao mistério da descoberta e à imagem que a comunicação social faz da arqueologia e dos arqueólogos em geral: surge como um misto de aventura, mistério, ciência e herança cultural:

- Como aventura numa espécie de caça ao tesouro ou uma grande cruzada em busca de uma civilização perdida no tempo ou de um qualquer objeto único que detém os segredos do universo e aos arqueólogos está reservado o papel do «herói» dotado de conhecimentos, coragem, audácia, persistência e inteligência notáveis para decifrar os enigmas do passado (Antas, 1999). Para esta imagem muito contribuíram as personagens «fabricadas» de Indiana Jones ou, mais recentemente, em versão feminina Lara Croft, importada diretamente dos videojogos e da máquina de sonhos que é o cinema.
- Como mistério porque surgem frequentemente novas interpretações e novas questões relacionadas com enigmáticos monumentos como a Arte Rupestre Pré-Histórica, as origens da escrita, as estátuas da ilha da Páscoa, os mistérios das culturas dos Maias, Incas e sobretudo dos Astecas, os segredos de Stonehenge e dos monumentos megalíticos em geral e toda uma lista interminável de culturas e cidades perdidas (Raposo e Silva, 1996). Os alunos das escolas portuguesas estão, pois, imbuídos destes estereótipos dados por uma sociedade marcadamente dominada pelo audiovisual.
- Como ciência, a arqueologia surge como um campo científico em aprofundamento contínuo baseado nas ciências humanas e sociais, em metodologia arqueológica específica e na aplicação de métodos e técnicas utilizadas nas ciências exatas.
- Como herança Cultural, pois tal como é referido na Carta de Lausanne (ICOMOS, 1990), «*O património arqueológico constitui um testemunho essencial sobre as*

actividades humanas do passado. A sua protecção e gestão cuidadas são, por conseguinte, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e a outros especialistas o seu estudo e interpretação em nome e para benefício das gerações presentes e futuras.»

Sendo a imagem social da Arqueologia reconhecida na sociedade, os clubes de arqueologia não têm que percorrer um grande caminho para uma motivação inicial dos alunos. A maior dificuldade é de que poderá depender o sucesso de um clube escolar de arqueologia será a de desmistificar a imagem da arqueologia e conseguir motivar os alunos para as atividades técnico-científicas da «verdadeira» arqueologia.

A questão da criação dos clubes de arqueologia nas escolas não é nova. Desde as últimas décadas do século XX, que se realizaram algumas experiências isoladas em várias escolas, fruto da ação empreendedora de alguns professores com especial sensibilidade e apetência para a arqueologia. Destas experiências destaca-se, entre outros¹, a ação de Maria Clara Salvado e Rui Salvado que, em 1998, chegaram a publicar o resultado do seu trabalho na escola denominado *Uma proposta para a Educação Patrimonial nas Escolas – O núcleo Os Investigadores*. Em 1999, decorreu o 1.º Encontro Nacional de Museus com coleções de Arqueologia que se realizou no Museu Nacional de Arqueologia (MNA). A propósito deste encontro, foram publicadas as respetivas atas em *O Arqueólogo Português*, série IV, volume 17, e onde tivemos oportunidade de publicar um artigo denominado «Clubes de Arqueologia nas escolas portuguesas» (Antas, 1999). Neste artigo, reconhecíamos a importância dos clubes de arqueologia como uma forma de «abrir um novo ciclo no ensino da história e da arqueologia» (Antas, 1999, p. 215) e prevíamos já a «possibilidade de se estabelecer uma rede de clubes que possibilite cativar os alunos para a escola e para a aprendizagem através da arqueologia» (Antas, 1999, p. 217).

Esta possibilidade ganhou expressão prática quando o diretor do Museu Nacional de Arqueologia nos desafiou a implementar uma rede de clubes de arqueologia sob coordenação do museu.

2.1. Objetivos

A rede de clubes de arqueologia foi constituída com dois grandes objetivos. Por um lado, divulgar de uma forma eficaz as coleções do MNA, contribuindo desta forma para uma consciência social sobre a importância da preservação do património arqueológico. Por outro lado, os clubes de arqueologia visam possibilitar novas formas de aprendizagem aos alunos das escolas. Um clube de

¹ Desde as últimas décadas do século XX, que existem algumas acções pontuais neste sentido. A título de exemplo refira-se que Luís Raposo criou um clube de arqueologia na Escola Paula Vicente em Lisboa e Mário Antas criou o clube «arqueoveiga» (1996) na Escola Veiga Beirão em Lisboa.

arqueologia pode conferir uma dinâmica à própria escola, através da interdisciplinaridade, contribuindo em última análise para uma melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Para isso devem ser definidos objetivos, tendo em linha de conta o plano anual de atividades da própria escola e o contexto sociocultural em que se insere.

No que diz respeito aos objetivos pedagógicos, o clube de arqueologia pode funcionar como um instrumento para adaptar a democratização do ensino à heterogeneidade da população escolar, contribuindo dessa forma para a inserção e a motivação dos alunos dentro da realidade escolar. Num plano mais específico de relações interpessoais, serve como forma de inovação, modificando as práticas pedagógicas (Franco, 1998). A nível da pedagogia centrada no aluno, pode oferecer uma outra forma de aprendizagem «*learning by doing*», que privilegia mais a prática do que a teoria, tentando assim motivá-lo para a escola. Através da valorização e reconhecimento do trabalho, reforça-se a autoestima dos alunos que participam. Pretende-se assim que as atividades desenvolvidas funcionem como fator de motivação e um caminho ou linha de ação para despertar os participantes para o conhecimento.

A nível científico e num plano geral, o clube de arqueologia possibilitará ou reforçará a interdisciplinaridade entre várias áreas escolares (como por exemplo a história, geografia, língua portuguesa, ciências, biologia, geologia, informática, educação visual, entre outras). Mais especificamente, o objetivo principal pretende que o aluno desenvolva o gosto pela disciplina de História e conheça melhor a Arqueologia enquanto profissão e disciplina científica.

Através da arqueologia, que constrói o grande *puzzle* dos fragmentos da História da Humanidade, é possível associar a descoberta e desenvolver um *gosto pela História*.

O clube utiliza métodos de aprendizagem diferenciados que visam mais viver a História através dos seus testemunhos, possibilitando aos alunos o contacto com materiais arqueológicos e outra documentação em vez de um ensino teórico baseado exclusivamente em manuais escolares.

Esta perspetiva de ensinar História e Arqueologia não segue forçosamente nenhum modelo pedagógico, podendo no entanto aproximar-se na sua forma de atuação do modelo culturalista de Jerome Bruner, do modelo neo-culturalista e o modelo antinómico de Quintana Cabanas (Marques, 1999).

Na verdade, o objetivo final dos clubes de arqueologia não é seguir nenhum modelo pedagógico formal predefinido, até porque não o poderia fazer, visto que a sua forma de atuação variará de escola para escola, mas sim o de conciliar a arqueologia com o ensino, tentando retirar dessa relação proveitos que possam contribuir para a formação integral do aluno enquanto estudante e cidadão atuante na defesa do Património Cultural.

3. FUNCIONAMENTO DOS CLUBES DE ARQUEOLOGIA

O funcionamento dos clubes de arqueologia deve ser equacionado tendo em linha de conta, os recursos do Museu Nacional de Arqueologia e das escolas que venham a aderir a este projeto.

O objetivo final do Museu Nacional de Arqueologia deve ser o mesmo da arqueologia – «um instrumento justificador do cultivo de memórias, registadas em bens materiais» (Raposo, 1997, p. 86). Neste sentido, e por ser um Museu Nacional, deve igualmente produzir sínteses históricas, para possibilitar aos seus utilizadores uma visão geral da riqueza e variedade arqueológica existente em Portugal (Raposo, 2003).

Cabe ao Museu Nacional de Arqueologia, as seguintes funções:

- a) Assumir um papel dinamizador e de plataforma giratória que vai gerir toda a informação e articulação entre as escolas envolvidas;
- b) Proporcionar material didático sobre as coleções do museu e sobre temáticas de arqueologia que considere importantes para a divulgação e compreensão da «*natureza frágil e não renovável*» (Carta de Lausanne, 1990) do Património Arqueológico;
- c) Criar um espaço virtual, uma base de dados onde todos os intervenientes no projeto possam trocar experiências, ideias e recursos educativos. Neste sentido, propõe-se a criação de um *website* com um fórum de discussão de ideias;
- d) Organizar em parceria com as escolas conferências, debates ou pequenas exposições sobre arqueologia, património arqueológico ou de outras temáticas multidisciplinares relacionadas com as atividades desenvolvidas no clube;
- e) Possibilitar às escolas a participação em todas atividades educativas que o museu desenvolve (visitas guiadas, a *workshops* e ateliês, bem como exposições, quando previamente acordado entre ambas as partes);
- f) Criar um centro de recursos educativos (numa fase mais adiantada do projeto) relacionado com a Arqueologia no MNA, que possibilite uma experiência educativa aos membros do Clube de arqueologia. (ex: criação de um pequeno laboratório de limpeza, marcação e inventariação de peças arqueológicas);
- g) Envolver outros museus de Arqueologia para que, numa fase mais avançada do projeto, se associem em rede no apoio às escolas da sua região e contribuam com recursos educativos para a plataforma virtual.

Para o sucesso da implantação do projeto e sobretudo para a criação do centro de recursos educativos em arqueologia é necessária a colaboração de todos os setores do Museu (Sector Educativo e de Extensão Cultural; Sector de Inventário e Coleções; Laboratório de Conservação e Restauro; Investigadores Externos; Programa de Voluntariado e Biblioteca).

Será necessário também garantir meios de financiamento que possibilitem a criação de pequenas unidades de investigação. Como exemplo, poderiam ser criados laboratórios de Arqueologia educativa que teriam as seguintes componentes:

1 – Documental e multimédia: com várias publicações sobre arqueologia educativa e *software* educativo em arqueologia;

2 – Laboratorial: «Laboratório» de arqueologia de gabinete, onde se ensinam os princípios gerais da conservação e se procede à limpeza, marcação e inventariação de materiais arqueológicos);

3 – Experimental: Unidade de arqueologia experimental com recursos próprios ou externos.

Como Paul Bahn (1997, p. 105) refere que «o objetivo último da arqueologia – se é que tem de ter algum sentido ou justificação – deve ser a comunicação dos seus achados, não apenas a estudantes e colegas, mas, acima de tudo, ao público».

Partindo deste princípio, os clubes de arqueologia podem constituir-se como mais uma forma eficaz de o museu comunicar com o público escolar, através de uma estratégia de ação proativa que privilegia o contacto direto com os artefactos arqueológicos, contribuindo desta forma para uma educação patrimonial baseada na ideia do princípio da importância da preservação do património arqueológico.

3.1. Os Clubes de Arqueologia nas escolas

A organização de um clube de arqueologia de uma escola depende de vários fatores. Primeiro terá de existir um professor ou um conjunto de professores interessados que tenham horas atribuídas dentro da sua componente não-letiva para que possa ser atribuída a função de supervisionar ou coordenar o clube.

Dependendo da forma como a escola decide organizar o seu clube de arqueologia (a ser aprovado pelo conselho escolar), necessitará de um espaço físico, dentro da própria escola, para funcionar. Esse espaço poderá ser uma sala própria, uma sala polivalente ou uma sala de aulas, onde num determinado horário se realizam as atividades do clube.

A questão dos recursos a disponibilizar (Humanos e logísticos) é central, visto que a dimensão do clube bem como as suas atividades dependem diretamente desses recursos envolvidos.

Quanto mais professores e alunos envolvidos maior capacidade de mobilização e de impacto terá o clube na escola.

Os alunos da escola envolvidos serão todos aqueles que queiram participar mediante inscrição, não devendo haver distinção entre os anos de escolaridade. Um clube de arqueologia pode funcionar como uma forma de motivar alunos

«rotulados» de indisciplinados (Ferreira e Santos, 1994)², uma vez que oferece uma maior participação, possibilitando-lhe experiências de aprendizagem, numa dimensão em que lhe é permitido tocar e «mexer» em objetos e não é obrigado a ouvir explicações sem que a sua curiosidade o obrigue. A participação no clube leva-o a adotar comportamentos cívicos adaptados à natureza frágil do Património Arqueológico.

3.1.1. Como organizar o clube de Arqueologia?

O clube deve possuir um organigrama próprio e de tal forma estruturado que permita uma rápida operacionalização dos objetivos, independentemente do enquadramento institucional que o clube venha a possuir³. Uma eventual forma organizativa do clube passa pela sua divisão em áreas de trabalho:

a) **Áreas de trabalhos científicos** coordenadas e planificadas por professores que se debruçam sobre temáticas específicas abordadas pelos *curricula* de História ou outra disciplina. Estes grupos de trabalho promovem atividades práticas de contacto e manuseamento de «materiais» arqueológicos da época que cada grupo estuda. Tais ateliês e *workshops* constituem a principal atividade do clube, possibilitando desta forma um inovador trabalho de dinâmica de grupo. O trabalho em grupo deve ser utilizado como forma de criar e fortalecer relações pedagógicas entre aluno-aluno e aluno-professor.

A título meramente exemplificativo, apresenta-se a seguinte proposta de trabalho:

- Refere-se como sugestão, um grupo de trabalho sobre pré-história em Portugal composto por alunos do 7.º ano e do 10.º ano de escolaridade, em que os alunos no nível mais avançado ensinariam os outros através de um processo semelhante ao de tutorias. Este grupo que se poderia denominar o «*grupo de pedra*» estudaria os monumentos (Património Arqueológico Regional) situados na área de implantação da escola. Idêntica lógica se aplicaria a outros grupos de estudo como por exemplo «Os legionários» que estudariam os Romanos, os «*Democratas*» que estudariam a civilização Grega e todo um outro conjunto de grupos que a planificação e criatividade poderão estabelecer. Aliás, a lógica de tutorias poderia funcionar na plenitude em escolas com 3.º ciclo e secundário estabelecendo um relação direta entre alunos que estudam matérias idênticas definidas pelos *curricula*, mas em graus de ensino diferentes (7.º ano com 10.º ano; 8.º ano com 11.º ano e 9.º ano com 12.º ano). Esta seria uma forma de motivar os alunos para a Escola:

² As autoras fazem uma breve sùmula do problema do «rótulo» nos alunos e do efeito de «auréola» criado nos professores a esse respeito. Cf. Manuela Sanches Ferreira e Milice Ribeiro dos Santos, 1994, p. 83.

³ O enquadramento institucional do clube depende directamente do Conselho Executivo. Em termos ideais, o clube deveria funcionar como clube de escola mas poderá funcionar dentro de uma óptica mais restrita de turma ou de turmas do mesmo ano lectivo, actividade extra-curricular ou ainda dentro de qualquer outra figura legal prevista na lei.

os mais novos que vêm nos mais velhos exemplos de referência e os mais velhos desenvolvem o sentido de responsabilidade (Balanchó e Coelho, 1996)⁴. Estes grupos de trabalho também seriam responsáveis pela organização de atividades planeadas conjuntamente com os professores envolvidos no projeto;

b) **Área de atividades práticas** em que se desenvolvem atividades de formação e atividades promovidas pelos próprios membros do clube destinadas à escola e comunidade em geral. No que diz respeito às primeiras atividades, consistem essencialmente em visitas de estudo a locais de interesse arqueológico (estações arqueológicas, museus) e de interesse histórico-patrimonial. São as atividades mais conhecidas por visitas de estudo e têm a particularidade de ser organizadas pelos membros do clube que funcionam como uma espécie de guias fazendo o roteiro de cada visita previamente. No final de cada visita de estudo, os membros do clube preenchem uma espécie de caderno de campo de arqueólogo descrevendo individualmente essa visita. No que concerne ao segundo tipo de atividades, estes dedicam-se sobretudo à divulgação da arqueologia e da história em geral. Neste âmbito organizam-se atividades tais como exposições de materiais arqueológicos e recriações de acontecimentos históricos. As exposições têm como principal objetivo mostrar à comunidade escolar e à comunidade local determinado tipo de artefactos e materiais arqueológicos, enquanto que as recriações históricas são geralmente atividades que apelam também à participação de toda a comunidade escolar e não-escolar. Este tipo de atividades, pela sua grande abrangência e por vezes com cobertura mediática na comunicação social local, funciona como uma forma de recriar tradições já desaparecidas e que fazem parte do imaginário local (Património Imaterial) e por outro lado são um ótimo meio de divulgação da mensagem de preservação do património local e regional (Duarte, 1993). Dentro deste tipo de iniciativas refere-se a título de exemplo que as feiras medievais ou a recriação de momentos históricos específicos (ex: revolução de 1383-1385) têm sido temáticas exploradas por escolas e coroadas de êxito. A este tipo de atividades aplica-se o conceito de escola em movimento, pois pelas suas características aproxima definitivamente a escola da comunidade;

c) **Área de informação e divulgação** que serve, sobretudo, para divulgar as atividades e o dinamismo do clube. Dentro deste domínio poderiam ser desenvolvidas atividades que se relacionam diretamente com o jornalismo, com ajuda de professores dessa especialidade ou de alunos desse agrupamento ou curso tecnológico. O clube poderia ter um jornal onde divulgaria as suas atividades. Neste

⁴ As autores defendem que a criação de centros de interesses na escola motiva os alunos. Cfr. Balanchó e Coelho, 1996, p.79-90.

espaço também poderia ser feita uma colaboração com professores do campo de informática para ajudar os alunos do clube a fazer uma página na Internet ou um blogue em que divulgassem o clube e a escola. Aliás, o recurso a novas tecnologias também é uma forma de cativar os alunos.

O que é essencial num clube de arqueologia é que os alunos sintam que o clube não é um espaço criado para eles, mas sim o **seu** espaço. Um espaço para aprender, criar e reconstruir a arqueologia e a história.

Em resumo, as principais atividades dos clubes de arqueologia nas escolas passam por estimular os alunos a desenvolverem trabalhos de investigação, organizarem palestras e debates e promoverem exposições e visitas de estudo a locais arqueológicos e museus, numa lógica de desenvolvimento de competências no âmbito da comunicação, do conhecimento, da Educação para o Património e da Cultura.

3.1.2. Propostas para atividades do clube de arqueologia

Foi elaborado um guia para planeamento de atividades do clube de arqueologia. Este guia apresenta várias sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas no clube de arqueologia. As propostas de atividades estão divididas em três áreas, tendo em linha de conta os seus destinatários:

a) Atividades dirigidas essencialmente a alunos:

- Arqueólogo por um dia: possibilitar ao aluno a participação numa atividade prática em que são apresentados os vários aspetos da arqueologia de campo e de laboratório;
- Visitas MMS: realizar visitas de estudo do MNA, a outros Museus, Monumentos e Sítios (MMS) arqueológicos da área em que se insere a escola;
- Laboratório de Arqueologia: executar em grupo, trabalhos de investigação sobre Sítios arqueológicos da área da escola ou sobre os grandes «enigmas da arqueologia» ou ainda sobre outros locais com interesse arqueológico nacionais (Côa, Escoural, Lapedo, Conimbriga, Milreu, Miróbriga, Sânfins, Briteiros, Panóias, monumentos megalíticos...) e internacionais (Pompeia, Atapuerca, Lascaux, Stonehenge, Altamira, Bath, Pirâmides do Egipto,...);
- O Homem pré-histórico conseguiu. E eu? Desenvolver atividades práticas sobre as tecnologias instrumentais do homem pré-histórico; consolidar conhecimentos sobre os materiais utilizados pelo Homem recolhidos na natureza;
- Jornal da Pedra: elaborar um jornal, jornal de parede ou Blogue do clube de arqueologia que é mantido e desenvolvido pelos alunos;
- Trabalhando com as coleções e exposições do MNA: conceber ateliês e *workshops* sobre temáticas gerais da arqueologia devidamente enquadradas pelas coleções do MNA, que se relacionem com os currículos escolares;

- Aprender... brincando: criar ou praticar jogos didáticos sobre arqueologia (jogo da memória; numeração árabe);
- Repórter de outros tempos: elaborar pequenos vídeos e outras formas de produção audiovisual sobre arqueologia;
- AA= Artes e Arqueologia: desenvolver peças de teatro, dança e bailado sobre Património;
- Produzir e reunir trabalhos gráficos (desenhos, banda desenhada, postais, selos, telas, iluminuras, etc.), esculturas ou outras formas de comunicação sobre temáticas de arqueologia.

b) Atividades dirigidas a Professores:

- Realizar, através do MNA, acções de formação especializadas sobre temáticas gerais de arqueologia que se relacionem com os currículos escolares e sobre didática da arqueologia. (por exemplo: têm surgido novas teorias da evolução humana e nem sempre os manuais escolares de história do 7.º ano se encontram devidamente atualizados);
- Promover reuniões de trabalho para planificação e preparação de atividades conjuntas.

c) Atividades dirigidas a toda a comunidade escolar

- Arqueo Clube: promover uma plataforma on-line em que os participantes podem partilhar os materiais didáticos desenvolvidos;
- Como era no passado... realizar feira histórico-arqueológica: reconstituição de ambientes dando enfoque às evidências arqueológicas e sempre que possível relacioná-las com as coleções do MNA ou de outros Museus de Arqueologia;
- Arkeotube: criar um canal no Youtube sobre clubes de arqueologia para as escolas difundirem o seu trabalho;
- Celebrar a Arqueologia: organizar o dia ou a semana da Arqueologia em que existem com uma série de atividades, tais como uma pequena exposição com materiais arqueológicos, painéis, coleções temáticas (selos, postais, etc.) ou réplicas do MNA na escola (exposição itinerante), debates e oficinas práticas (ex.: talhe de pedra, fabrico de cerâmica, registo de desenho arqueológico...) ⁵;
- O Património é de todos! Ações de salvaguarda e de preservação do Património local, tais como «A escola adota um monumento», «Limpa o teu monumento», «O Tribunal do Património». Por outras palavras, trata-se de promover ações cívicas locais, de protesto ou de agrado a favor do Património, como forma de envol-

⁵ Sugere-se a semana de 18 de Abril por ser este o dia internacional que o ICOMOS dedica aos Monumentos e Sítios arqueológicos.

ver a comunidade, apelando à sua participação na perspetiva de que o Património é uma herança que temos de deixar às gerações vindouras;

- Encontro anual de Clubes de Arqueologia: promover um encontro anual de Clubes de Arqueologia no MNA, para apresentação de atividades mais relevantes organizadas pelos clubes ⁶.

3.2. Plataforma virtual

Para operacionalizar e facilitar a comunicação entre o museu e as escolas, foi criada a plataforma virtual com o seguinte endereço eletrónico: www.clubesdearqueologia.org. Esta plataforma, como o próprio nome indica, pretende ser interativa, constituindo-se, ao mesmo tempo, como um espaço que proporciona a troca de experiências entre todos os intervenientes no processo e um sítio de recursos educativos on-line na área da arqueologia.



Fig. 1 – Aspeto geral da página de rosto do portal dos Clubes de Arqueologia

Neste sentido, a plataforma está organizada em várias áreas. Tem um menu principal com seis separadores. No primeiro, denominado início, existe um menu com duas subdivisões. A primeira é dedicada ao Museu Nacional de Arqueologia e apresenta um pequeno filme sobre a história e missão do MNA.

A segunda é dedicada aos parceiros institucionais que permitem a operacionalização do projeto na prática.

O segundo separador é dedicado à própria rede de clubes de arqueologia e apresenta três zonas: escolas participantes, espaço reservado a cada escola, como

⁶ Na eventualidade de a rede dos clubes de arqueologia escolares continuar a crescer a um ritmo considerável, este encontro poderá ser realizado de uma forma descentralizada em outros museus associados ao projecto.

aderir à rede de clubes de arqueologia. Na zona das escolas participantes é possível visualizar um mapa de Portugal com a localização das escolas participantes, conforme se demonstra na figura 2.

Na parte específica de cada escola, é possível ter acesso às atividades que o clube de arqueologia tem vindo a desenvolver. Este espaço reservado às escolas serve precisamente para cada escola colocar as informações que deseja ver publicadas na plataforma *on-line*. No sítio dedicado à adesão aos clubes de arqueologia fornece-se um formulário *on-line*, possibilitando um acesso rápido à rede de clubes de arqueologia.

O terceiro separador é dedicado aos recursos didáticos *on-line* e está organizado em quatro categorias: períodos cronológicos, materiais arqueológicos, exposições e temas. Nos períodos cronológicos, o MNA fornece um artigo de fundo com as principais características de cada período desde o Paleolítico até à época contemporânea. A categoria dos materiais arqueológicos é dedicada a artigos específicos sobre a cultura material arqueológica como, por exemplo, os bifaces, as placas de xisto, entre outros. A parte dedicada às exposições apresenta artigos sobre as que estão patentes no MNA ou sobre as que são apenas virtuais. Finalmente, a parte dos temas é dedicada a grandes temas da arqueologia que «povoam» o imaginário coletivo das pessoas, como por exemplo homem de Neanderthal, as pirâmides do Egipto, evolução humana, megálitos, entre outros. Basicamente pretende ser um espaço em que de uma forma científica se abordam estes temas, tentando através de vários recursos multimédia desmistificar ideias preconcebidas, erradas, contribuindo assim para o ensino da arqueologia de uma forma científica.

O quarto separador remete para uma agenda de eventos, onde se colocam as principais atividades dos vários clubes de arqueologia e do próprio MNA.

O quinto separador abre um fórum de discussão entre todos os membros da rede de clubes de arqueologia, sejam eles profissionais do museus, professores ou alunos.



Fig. 2. Aspeto geral do mapa de Portugal com a localização dos clubes de Arqueologia.

Finalmente, num sexto separador, são apresentados os contactos possibilitando uma ligação e respetivo *feedback* sobre a própria rede de clubes de arqueologia.

4. A OPERACIONALIDADE DOS CLUBES DE ARQUEOLOGIA COM OUTROS PROJETOS

Os clubes de arqueologia devem e podem ser operacionalizados com projetos que tanto o Museu como as Escolas tenham com outras entidades.

No Museu, cabe à sua direção estabelecer ligações com projetos que a entidade tenha definido de acordo com as suas linhas estratégicas. Tal como foi referido anteriormente, é necessária uma ampla colaboração entre todos os setores e serviços da instituição museológica para que a rede de clubes de arqueologia seja constantemente «alimentada» com materiais didáticos, novos conteúdos, atividades de cariz prático e possua um coordenador designado que articule e mantenha permanentemente informados todos os intervenientes a nível interno.

Na escola, a articulação com outros projetos da própria escola deve ser decidida e aprovada pelo conselho escolar. Será de todo o interesse que os clubes de arqueologia se interliguem com outros projetos da escola inseridos no plano anual de atividades para uma maior participação da comunidade escolar.

Relativamente à operacionalidade com projetos de outras escolas, a questão merece uma reflexão mais atenta. O clube poderá associar-se a outras escolas para pertencerem à rede de clubes de arqueologia.

Caberá ao Museu Nacional de Arqueologia o papel de entidade coordenadora desta rede. Depois de estabelecidas as bases de uma rede nacional de clubes de arqueologia, dever-se-ia promover o contacto com clubes de arqueologia de outros países, por forma a promover a partilha de métodos e técnicas pedagógicas que permitam um ensino cada vez melhor da arqueologia e da história e um conhecimento dessas realidades.

5. REDE DE CLUBES DE ARQUEOLOGIA: O CAMINHO FEITO E A FAZER

A rede de clubes de arqueologia é um projeto em construção, mais do que isso, é uma realidade em constante construção.

As primeiras ações relacionadas com os clubes de arqueologia desenvolveram-se em 2011. Inicialmente, procedeu-se à divulgação e lançamento do mesmo durante os meses de junho a setembro. Nesta fase, o Ministério da Educação deu-lhe particular ênfase, o que levou a uma adesão acima do esperado por parte das escolas. A fase de estabelecimento de parcerias com as escolas iniciou-se logo em junho de 2011 e é uma fase transversal no tempo. Primeiro, porque as escolas

podem aderir à rede a qualquer altura do ano e depois porque desta fase depende a forma como a escola planifica as suas atividades e aplica os procedimentos para aderir ⁷.

O lançamento da plataforma *on-line* decorreu entre outubro e novembro e passou para várias fases de planeamento. Primeiro um trabalho em conjunto com o *webdesigner* para se encontrarem soluções técnicas que permitissem uma melhor adequação em termos de interatividade dos conteúdos científicos da plataforma à usabilidade dos que visitassem o domínio. Depois do registo do domínio e dos testes feitos na plataforma, a mesma foi colocada *on-line* no final de novembro, mais precisamente no dia 29 de novembro. O início das atividades do Museu e das escolas na plataforma *on-line* iniciou-se desde o primeiro momento. Por ser uma plataforma em contínua utilização e depender da introdução de conteúdos por parte dos vários intervenientes, o processo de introdução de conteúdos torna-se mais lento. A manutenção e atualização da plataforma é efetuada pelo MNA e pelas escolas. Cada escola é responsável por gerir a sua área na plataforma colocando notícias e trabalhos que produzem que ficam disponíveis de uma forma cronológica, tipo lógica organizativa de blogue.

Os membros do clube de arqueologia de cada escola podem ainda produzir artigos na área da arqueologia que ficam disponíveis no separador da plataforma dedicado aos materiais didáticos.

O Museu, por sua vez, fica responsável por gerir a plataforma e sobretudo por produzir conteúdos didáticos que ficam disponíveis na plataforma. A título de exemplo, refira-se por exemplo o recurso didático dedicado ao Paleolítico (figura 3).

Para além disso, o museu promove uma série de ações de divulgação da arqueologia nas escolas. Para além de conferências e debates e de atividades educativas, existe ainda uma exposição didática denominada “um olhar sobre o passado”, constituída por objetos arqueológicos das coleções do MNA e que



Fig. 3 – Aspeto parcial do recurso didático dedicado ao Paleolítico na plataforma *on-line* da Rede de clubes de arqueologia.

⁷ Com o processo de autonomia das escolas, a forma de adesão aos clubes de arqueologia depende do procedimento interno de cada escola. Da parte do Museu Nacional de Arqueologia, para uma escola aderir à rede apenas necessita de efectuar o preenchimento de uma ficha de inscrição com os dados da escola, o nome do professor responsável e dos alunos intervenientes.

pretende ser itinerante. O seu objetivo principal passa por tentar traçar a evolução humana desde o Paleolítico até à Idade Média, é construída pelos mais variados objetos desde pontas de seta do paleolítico, passando por matérias de construção romanas, até objetos usados no dia-a-dia na Idade Média.

Em 2012, numa segunda fase do projeto, o MNA está a estabelecer uma rede de parcerias com outras instituições museológicas, visto que os clubes de arqueologia têm uma implantação nacional.

Ao estabelecer parcerias com outras instituições museológicas, consegue-se um apoio mais proximal às escolas independentemente da sua origem geográfica, bem como se possibilitam experiências mais variadas a nível de vivências do património arqueológico em diferentes museus e espaços arqueológicos musealizados.

Finalmente, uma das linhas de ação defendidas para 2013, pretende apostar na internacionalização de parcerias, nomeadamente com escolas portuguesas espalhadas pelo mundo. Nesse sentido, já foram produzidos alguns contactos para fazer chegar esta rede a Timor e Moçambique.

6. CONCLUSÕES GERAIS

A rede de clubes de arqueologia é um projeto de divulgação da arqueologia enquanto ciência. Este projeto tem na sua base teórica três princípios:

1 – Princípio da transversalidade do património arqueológico enunciado por Luís Raposo (1997; 2009) reconhecendo que o património arqueológico é «o mais democrático dos patrimónios» (Raposo, 2009, p. 76), pois:

«os bens arqueológicos existem em todo o lado, da aldeia à cidade, literalmente debaixo dos nossos pés, e preenchem um amplíssimo leque de expressões sociais, que vão do instrumento comum à alfaia litúrgica, da pedra bruta integrada em muro seco à cantaria finamente rendilhada, ou ainda do mais pequeno objeto móvel ao monumento megalítico, ao castro e ao castelo» (Raposo, 2009, p. 76).

2 – Princípio da musealização da arqueologia enunciado por Cristina Bruno enquanto «processo constituído por um conjunto de fatores e procedimentos que possibilitam que parcelas do património cultural se transformem em herança, na medida em que são algo de preservação e comunicação» (Bruno, 1996, p. 67-68).

3 – Princípio do Museu participativo definido por Nina Simon (2010) como:

«place where visitors can create, share and connect with each other around the content. *Create* means that visitors contribute their own ideas,

objects and creative expression to the institution and to each other. *Share* means that people discuss, take home, remix, and redistribute both what they see and what they make during their visit. *Connect* means that visitors socialize with other people – staff and visitors – who share their particular interests. *Around content* means that visitors' conversations and creations focus on the evidence, object, and ideas most important to the institution in question» (Simon, 2010, p. ii-iii)

Os clubes de arqueologia podem constituir-se, a breve trecho, como uma nova forma de aprendizagem, preservação e divulgação da arqueologia e do património arqueológico e em última instância tornar o museu participativo.

Mais que uma experiência pedagógica inovadora, trata-se de uma forma de conciliar formas de aprendizagem formais (escola) com não-formais (Museu).

Com este tipo de projeto, todas as partes envolvidas podem recolher grandes benefícios:

a) O Museu Nacional de Arqueologia, para além da divulgação do seu riquíssimo acervo, está a assumir e liderar um papel central na educação para o Património e divulgação da Arqueologia, envolvendo a sociedade civil;

b) Os técnicos do museu que trocam experiências educativas com os professores das escolas estreitam a sua ligação ao mundo da educação;

c) As escolas beneficiam de uma nova dinâmica e difundem práticas inovadoras pedagógicas;

d) Os professores ao desenvolverem este tipo de trabalho que lhes permite uma maior eficácia de ensino e um estreitamento da relação pedagógica com os alunos;

e) Os alunos, que descobrem uma nova dimensão na escola e uma nova forma de aprendizagem, sentem-se mais motivados a aprender e desenvolvem métodos de trabalho e novos conhecimentos;

f) Estaremos assim a contribuir para ganhar uma nova geração que defenda o património cultural em geral e o património arqueológico em particular.

BIBLIOGRAFIA

- ANTAS, M. (1999) – Clubes de Arqueologia nas escolas Portuguesas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, volume 17, p. 215-223.
- ANTAS, M. (2009) – A divulgação do Património Arqueológico no âmbito dos Serviços Educativos do Museu Nacional de Arqueologia. In *Actas das Jornadas de arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa: Centro Português de Pré-História e Geo-História. p. 65-75.
- BAHN, P. (1997) – *Arqueologia – uma breve introdução*. Lisboa: Gradiva. (Coleção trajectos; 39).
- BALANCHO, M. J.; COELHO, F. M. (1996) – *Motivar os alunos – criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas*. Lisboa: Texto editora. (Coleção educar hoje).
- BRUNO, C. (1996) – Museologia e comunicação. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa. N.º 9.
- BRUNO, C. (1997) – Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa. N.º 10.
- DOMINGUES, I. (1995) – *Controlo disciplinar na escola: processos e práticas*. Lisboa: Texto editora. (Coleção educar hoje).
- DUARTE, A. (1993) – *Educação patrimonial – guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*. Lisboa: Texto editora. (Coleção educar hoje).
- FERREIRA, M. S.; SANTOS, M. R. (1994) – *Aprender a ensinar, ensinar a aprender*. Lisboa: edições Afrontamento. (Coleção polígono; 2).
- FONTAL MERILLAS, O. (2003) – *La educación patrimonial: teoría y practica en el aula, el museo e internet*. Gijon: ed. Trea.
- FRANCO, J. A. [et al.] (1998) – *Experiências inovadoras no ensino – inovação pedagógica*. Lisboa: Instituto de Inovação Pedagógica; Ministério da Educação. (coleção Práticas Pedagógicas; 6).
- LORD, B. (2007) – *The manual of the Museum Learning*. Plymouth: AltaMira Press.
- MARQUES, R. (1999) – *Modelos pedagógicos actuais*. Lisboa: Plátano editores. (Coleção Aula Prática).
- PARDÓ, C. (2005) – Educación en museos: representaciones y discursos. In *Museus discursos e representações*. Lisboa: Ed. Afrontamento. p. 49-59.
- PASTOR HOMES, M. I. (2004) – *Pedagogia museística: nuevas perspectivas y tendencias actuales*. Barcelona: ed. Ariel.
- RAPOSO, J. (1993) – Museus Portugueses com colecções de arqueologia. *Al-Madan*. Almada. 2.ª série, n.º 2, p. 61-71.
- RAPOSO, L. (1997) – Arqueologia em diálogo: o papel dos museus. *ARKEOS*. Tomar. 1, p. 73-90. 1.º colóquio de Gestão do Património Arqueológico.
- RAPOSO, L. (1999) – Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados – identidades e diferenças. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, volume 17, p. 51-72.
- RAPOSO, L. (2004a) – Benefícios e custos da musealização arqueológica in situ. *Arqueologia e História*. Lisboa. Vol. 55, p. 119-125.
- RAPOSO, L. (2004b) – Algumas reflexões acerca da definição de programas expositivos: o exemplo do Museu Nacional de Arqueologia. *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa. 12, p. 10-16.
- RAPOSO, L. (2004c) – A acção do Museu Nacional de Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede. *Fórum Internacional: redes de Museus*. Lisboa. 12, p. 91-108.
- RAPOSO, L. (2004d) – Museus e Patrimónios Nacionais. *Lusitana: Arqueologia, História da Arte e Património*. Lisboa. 2/4, p. 209-220.
- RAPOSO, L. (2007) – Museu Nacional de Arqueologia, instituição centenária da cultura portuguesa. In *Annualia*. Lisboa: Verbo. p. 121-139.
- RAPOSO, L. (2009) – Arqueologia e Museus: experiências portuguesas recentes. *Museologia PT*. Lisboa. 3, p. 75-103.
- RAPOSO, L.; SILVA, A. C. (1996) – *A linguagem das coisas: ensaios e crónicas de arqueologia*. Lisboa: Edições Europa-América. (Coleção Fórum da História; 22).

- SANTACANA MESTRE, J.; SERRAT ANTOLÍ, N., ed. (2005) – *Museografia Didáctica*. Barcelona: Ariel.
- SERRAT ANTOLÍ, N. (2005) – Acciones didácticas y de difusión en museos y centros de interpretación. In *Museografia Didáctica*. Barcelona: Ariel.
- SIMON, Nina. (2010) – *The participatory Museum*. Santa Cruz, California: Museum.

Um tesouro de dírhames do Emirado do Ândalus nos arredores de Viseu

JOSÉ RODRIGUES MARINHO*

RESUMO

Na ordenação de um tesouro de 286 dírhames do Emirado do Ândalus, encontrado nos finais de 1989 nos arredores de Viseu, foi notado que alguns eram idênticos, isto é, tanto batidos com o mesmo par de cunhos como com um cunho igual e o outro diferente. Facto semelhante apenas tinha sido referido em 1892 por Francisco Codera, mas em dois pares de moedas, ao apresentar um achado em Granada de 500 dírhames deste tipo. Comparadas as espécies deste tesouro de Viseu com as de outros conjuntos, foram verificadas mais identidades, o que é aqui apresentado e descrito, com comentários e fotos das referências notadas.

Palavras-chave: Tesouro de moedas – dírhames do Emirado – Viseu – mesmos cunhos – outros conjuntos ou coleções.

ABSTRACT

During the seriation of a treasure of 286 dirham coins from the Emirate of al-Andalus, found in the late 1989 at the outskirts of Viseu, it was noted that some of them were identical, either two coins presenting the same pair of dies or only the same die in a face of the two coins and the other face minted with two different dies.

A similar event had only been reported in 1892 by Francisco Codera, but in two pairs of coins, when he presented 500 dírhames of this kind in a finding from Granada.

* Numismata. Av. EUA 128, 3.º esquerdo, Lisboa.

After comparing the pieces of this treasure from Viseu with other sets of coins, more identities have been noticed. We present and describe them, with the comments and photos of the references that have been pointed out.

Keywords: Treasure of coins – dirhams from the Emirate – Viseu – similar dies – other sets or collections

NOTAS PRÉVIAS

Nos primeiros dias de 1990 foi-nos pedida pelo distinto antiquário Sr. Rainer Daehnhardt a classificação de um conjunto de 286 moedas de prata do Emirado do Ândalus, encontradas pouco tempo antes algures na região de Viseu e que notámos estarem acompanhadas por um exemplar estranho à Península. Informou não ter perguntado o local onde ocorrera o achado nem se as moedas eram a totalidade, mas admitia como certo o seu aparecimento na região mencionada e era de presumir que representassem o todo, por terem vindo diretamente do achador. Tivemos, todavia, a confirmação quanto à região, pois a descoberta do tesouro não foi totalmente despercebida e um professor de Coimbra a referiu, cerca de um ano mais tarde, como de moeda muçulmana nas proximidades de Viseu, de que se tinha perdido o rasto.

Foi-nos ainda dito que alguns exemplares iriam já para um próximo leilão, anunciado como histórico por ser apresentado por épocas, com peças quer ligadas a Portugal quer encontradas no País, desde a pré-história até final da monarquia e por isso chamado Lusitânia. Assim, as moedas do achado foram classificadas e seriadas pelas datas e pelo peso e diâmetro máximo. Pelas suas características, delas foi feita uma escolha de 19, separadas para a venda.

No entanto, durante essa seleção verificámos que algumas tinham sido batidas com o mesmo par de cunhos e outras com o mesmo anverso e diferente reverso ou o contrário, um facto que lembrámos ter sido apenas referido pelo grande impulsionador destes estudos e catedrático de língua árabe, D. Francisco Codera, no já distante ano de 1892, com dois dírhamas iguais datados de 240 H e outros dois de 255 H, num tesouro com 500 moedas deste mesmo tipo, descoberto em Granada.

Para não se perder a importante observação que, por ser mais dilatada, poderia abrir uma nova perspetiva de estudo com a comparação de outros tesouros

e coleções e ter-se uma noção da quantidade de cunhos usada em um ou mais anos e, porventura, presumir a dimensão das cunhagens da época, admitidas por alguns estudiosos como enormes e não mensuráveis, foram fotografados os exemplares do achado e feita uma sua relação sumária, onde se anotaram algumas observações, o que foi guardado para trabalho a desenvolver mais tarde. Ao tempo não tínhamos o registo de conjuntos diversos de moedas do Emirado que permitissem alargar mais a comparação dos cunhos, o que procurámos obter.

Também na vizinha Espanha, com um grande número de tesouros do mesmo tipo, recolhidos por museus e, em regra, referenciados por especialistas, facto semelhante não tinha sido mencionado outra vez, o que ainda hoje não consta, como voltámos a apurar.

INTRODUÇÃO ÀS MOEDAS DO ACHADO

Os muçulmanos entraram na Hispânia e venceram os visigodos no ano 711 da era cristã, 92 da Hégira. Breve, passaram a senhores da quase totalidade da Península.

Com a legenda abreviada em maiúsculas, Hic SoLiDus FeRiTus IN SPaNia ANNo XCIII, INDiCtione X, são conhecidas, em ouro, as primeiras moedas por eles emitidas aqui.

Datado do ano 98 H aparece um novo tipo, também em ouro, ainda com uma das faces com legenda latina mas a outra já em árabe e nela, pela primeira vez, a palavra *al-Ândalus*.

Quatro anos passados foi aqui cunhado o tipo definitivo, já estabelecido para todo o império em 77-79 H pelo califa omíada, em Damasco, só com frases em árabe, adaptadas de *suras* do Alcorão, exceto a da orla do anverso, reservada para o nome da espécie, a menção do local da oficina e o ano do fabrico: *Em nome de Allah foi batido este dinar no Ândalus no ano cento e dois*.

O tesouro de Viseu é de um período meio século mais tarde, o do Emirado Omíada do Ândalus, independente do já então Califado Abássida, que transferira a capital para a atual Bagdad. As datas das moedas estendem-se por cerca de cem anos, desde 153 H (770 d. C.) até 257 H (870-871 d. C.) e mostram boa parte da forma de utilização da espécie *dírhame*, ou moeda de prata, a qual, pelo seu elevado valor, acabou maltratada, cortada ou partida, tido como o melhor uso pela população.

O exemplar estranho a estas emissões é de difícil leitura, por ter a legenda compacta, com letras pouco distintas (Estampa 1, Moeda Aghlabida?). Datado de 241 H, admitimos ser de Muhammad I (226-242 H/841-856), emir dos Aghlabidas, uma dinastia de 11 governantes ao longo do século XI, com fraca ligação a Bagdad e sediada em Qayrawan (Cairoão), na Ifriqiyya (Tunísia). Tendo evoluído

para um grande poder marítimo, dominou na Sicília e regiões da Itália, na Sardenha, Córsega, Malta e mesmo em parte da Argélia, mantendo boas relações com o emirado do Ândalus. Em achados de moeda muçulmana é frequente o aparecimento de alguma dos reinos norte africanos ou do próximo oriente.

No renascer da dinastia dos Omíadas de Damasco neste extremo ocidental do mundo de então, que era a Hispânia, onde se situava o longínquo al-Ândalus, ao tempo tornado independente, o emir imigrado, 'Abd al-Rahman I, fugitivo de uma das grandes hecatombes que a História regista, procurou de imediato criar condições seguras para o seu novo país, logo seguidas de desenvolvimento económico. Contudo, ao ler-se um estudo de pormenor sobre os acontecimentos da época, na análise das medidas tomadas ressalta o muito relevo dado pelos cronistas às decisões políticas e militares e pouco ou nada foi registado sobre as económicas e da amoedação, o que aqui nos interessa. Por algumas fontes escritas sabemos que, além de uma defesa atenta e muito firme às frequentes dissidências que colocaram em risco a sua governação, procurou manter a fronteira com os vários estados cristãos que, a Norte, ia do Atlântico ao Mediterrâneo. Pelas espécies estudadas, mostrou-se determinado em ter uma moeda de superior qualidade e abundante, ao aumentar a circulação monetária sem baixar o título da prata, verificado na pouca espécie anterior.

Um bom trabalho publicado em 2004 em Madrid, *Moneda Andalusí, La colección del Museo Casa de la Moneda*, apresenta quantidades e resultados de análises químicas percentuais em relativo número dos seus exemplares, o que auxilia bastante as considerações que se tiram do achado de Viseu.

A nossa observação, por anos, das quantidades existentes de moedas do Emirado, mostra que a espécie datada de 153 H (Estampa 1, moeda n.º 1), a mais antiga neste tesouro, sobressai até final dessa década. Por um lado, o peso dos dírhames desse ano, quando intactos, é muito regular e o título do metal precioso é excelente, superior a 99,5 % nos três analisados do Museu da Casa da Moeda de Madrid, entre os 16 inventariados, o que, porventura, terá dado, naquela época, grande confiança a quem os tivesse. Por outro lado, é uma data menos escassa, que se encontra na maior parte dos achados e se afigura presente em quase todas as coleções, portanto emitida num volume suficiente para um normal apoio a um desenvolvimento grande do Ândalus. Será, assim, característica e permite admitir, nesse ano, uma intervenção direta do emir na própria oficina monetária.

Para comprovar estas asserções, verificámos as análises efectuadas no laboratório da Casa da Moeda de Lisboa para um novo catálogo das moedas do Ândalus, que irá substituir o anterior, *Moedas Árabes, I Parte*, com bastantes erros na classificação, todavia já esgotado, o que aponta para um interesse insuspeitado no conhecimento destas espécies, em regra com dificuldades de leitura.

Essa parte analisada, da coleção de moedas do rei D. Luís I e do designado Fundo Geral da Casa da Moeda, a que juntámos as espécies do Ândalus do Museu Nacional de Arqueologia, na grande maioria com a indicação dos locais dos achados, importante nestes estudos, e ainda as de uma coleção particular, com igual indicação, mostra-nos a composição de oito moedas do ano 153 H, cujos conteúdos argênteos vão, também, de 99,4 % até 99,8 %, com ligas mínimas de cobre e, em alguns exemplares, ferro ou chumbo.

George Miles, no estudo sobre as emissões dos Omíadas da Espanha, publicado há já sessenta anos, todavia o *corpus* mais recente para consulta, informou nos índices o conhecimento de 48 moedas do ano 153, a maior quantidade de um ano, de dírhamas até 161 H então registada.

A data de 257 H, a última presente neste tesouro, encontra-se em Miles com o conhecimento de 44 exemplares. O livro do Museu de Madrid menciona-a em quatro exemplares do seu conjunto, com pesos pouco inferiores aos de 153 H e a análise, também de três espécies, mostra teores de prata entre 83,78 % e 90,96 %. Contudo, a moeda do Emirado do Ândalus, já há largos anos sujeita a fragmentação e com aceitação pelo peso, um quarto de século depois não mais será emitida.

DISTRIBUIÇÃO DAS MOEDAS DE VISEU POR EMIRES E POR ANOS DE EMISSÃO

No período de um século de emissão das moedas deste achado, o Ândalus independente foi governado por uma dinastia de cinco descendentes dos califas Omíadas de Damasco.

Do primeiro emir, 'Abd al-Rahman I (138-172 H/756-788), o tesouro de Viseu apresenta três moedas com datas diferentes, dos anos 153, 154 e 167 H, a meio do seu longo reinado.

Todavia, do último ano, 172 H, quando este emir faleceu, seis dias antes de findar o quarto mês da era muçulmana, há um dírham neste tesouro cuja cunhagem tanto pode ser atribuída a ele como ao seu filho Hisham I, o segundo emir, que tomou o governo no início do quinto mês – 7 de outubro de 788 –, para um curto reinado de sete anos e meio, até ao segundo mês de 180 H (Abril de 796).

Já do terceiro emir, Al-Hakam I, que foi o segundo filho de Hisham e governou vinte e seis anos, desde 180 aos finais de 206 H (de 796 a 822), o achado apresentou-nos 15 moedas, com datas a partir de 194 H até ao ano final, por vezes duplicadas.

Do emir 'Abd al-Rahman II (206-238 H/822-852), o tesouro deu-nos um lote de 103 dírhamas, com um para cada ano de 210, 215, 217 e 218, mas de todas as datas a partir de 220 H até cerca do início do quarto mês de 238, quando morreu, sendo-lhe atribuídas as 14 moedas deste ano encontradas.

O último destes emires, com moedas no achado, foi Muhammad I (238-273 H/852-886), o opositor do rei de Leão, Afonso III, nas lutas pelo território de Viseu. Dele, o tesouro guardou-nos 164 dírhamas, contados desde 239 até ao ano 257 H (29 de Novembro de 870 a 17 de Novembro de 871), este último com duas moedas. Uma delas mostra que o conjunto terá sido escondido algum tempo mais tarde, pois apresenta uma fenda central aberta, onde terá sido inserido um fragmento, entretanto perdido ou retirado.

COMENTÁRIOS ÀS MOEDAS DO ACHADO

As moedas de Viseu dão uma boa amostra das vicissitudes por que passou este meio de pagamento e aforro no seu uso pela população do Emirado. Verificámos que algumas estavam como saíram da fábrica, mas muitas mostravam o corte da orla, mais ou menos cuidado. Em outras, este cerceio, presumível a partir de 229 H, mas afetando parte das moedas correntes de anos anteriores, foi mais tarde, com Muhammad I, efetuado sem cuidado e com cortes direitos ou por quebra. Isso confirma que o seu curso passou a ser pelo peso, incluindo fragmentos soltos, o que é vulgar encontrarem-se na maioria dos achados tardios.

No que respeita ao fabrico, na década de 220 H a maior parte dos cunhos foi aberta com um trabalho imperfeito, por vezes quase ilegível, a que acresce uma cunhagem com frequente ressalto. Assim, desta época, os dírhamas do Ândalus são hoje tidos como os de mais difícil interpretação no mundo islâmico. Deles, o achado de Viseu apresentou-nos mais de duas dezenas, a que também não falta o cerceio para lhes dificultar a leitura do ano da cunhagem (Estampa 1, moeda 46).

Datadas do ano 229, o tesouro mostra, ao lado de quatro moedas do tipo até aí emitido, duas outras com nova face, letras de muito boa gravura, legendas perfeitas e a da orla do anverso circular no todo, marcadamente diferente da do tipo anterior, que tem o início rectilíneo.

Dos anos 230 a 235 H o achado só apresenta moedas do novo tipo, um conjunto de 28, mas entre os 11 dírhamas de 236 H aparece um do tipo antigo.

Sobre a hipótese de a nova emissão ter aparecido para substituir a anterior, em circulação com muito mau fabrico, teremos de expor sucintamente o problema. A cunhagem dos dois tipos destas moedas em 229 não carece de explicação, mas a existência do tipo antigo com bastante escassez, nos anos 230, 233 e 236 H, já fora referenciada em Vives. Miles só lhes juntou outro exemplar no ano 230 H, entrada 122(c). A entrada 122(b) deverá omitir-se, pois notámos que a moeda 2211 do Museu Nacional de Copenhague está datada de 202 e não 230. Rafael Frochoso, num trabalho recente e bem documentado sobre as moedas do Emirado, mostra-nos a dupla tipologia referida para aqueles três anos.

Todavia, do ano 231 também é conhecida a existência de um exemplar do primeiro estilo, sem dúvidas na leitura, de um achado no Algarve. Com cerceio e o peso de 1,97 g teria, na orla do anverso, cinco pequenos anéis ladeados por pontos, a intervalos regulares, mas só três se notam e, no campo do reverso, há um ponto acima e outro abaixo das quatro linhas da legenda.

Do ano 232 H só há conhecimento de moedas do segundo tipo ou estilo B, mas o tipo antigo poderá ter sido cunhado, como foi o dírham único conhecido do ano 233 H, que Vives mencionou. O mesmo poderá dizer-se para os anos 234 e 235. Aqui, deve referir-se que neste achado de Viseu há um dírham deste estilo A, que apresenta a data *...no ano quarenta trinta e duzentos* (Estampa 1, moeda 69), evidentemente um erro do gravador que, na melhor hipótese, se presume ser de 234 H.

Quanto ao ano de 236 H, Vives refere seis moedas desse primeiro tipo, que Miles aumentou na entrada 128(a), mas acrescentamos também uma de um conjunto que temos, por ser proveniente do mesmo achado no Algarve com o dírham de 231 H.

As 16 moedas de Viseu com a data de 237 são todas do tipo antigo e com legendas relativamente imperfeitas. Deste ano, Vives colocou em cinco entradas quase meia centena de dírhames desse tipo, ao lado de 12 do novo estilo, quantidades que Miles também aumentou.

Para o ano 238 H, com a cunhagem distribuída por dois reinados, o achado de Viseu deu 14 exemplares, todos do estilo antigo, e tanto Vives como Miles não revelam um único dírham do novo tipo. Rafael Frochoso descobre-nos a imensa variedade de cunhos que terão sido abertos para esta emissão, um regresso ao passado para que não há explicação lógica.

Poderá, no futuro, reduzir-se mais a dúvida de cunhos do primeiro tipo terem sido abertos todos os anos ao lado dos novos, desde 229, mas também poderá ficar por esclarecer o motivo desta cunhagem conjunta, com pesos idênticos, porventura com a emissão de um dos tipos em reduzida quantidade.

Será de aceitar ter sido o emir 'Abd al-Rahman II, falecido no início do quarto mês de 238 H, quem terá definido estas alterações. Este governante é referido pelos cronistas como um dos príncipes mais ricos da zona mediterrânica e também dos mais letrados. Teve problemas militares nas fronteiras a norte, com os Bascos, a que acudiu pessoalmente e o reino sujeito a severas invasões dos Normandos, que entraram em portos importantes como Lisboa e Sevilha, que pilharam, sendo esta arrasada. Manteve relações com todos os países da orla mediterrânica, incluindo a França e o império de Constantinopla e ainda com o reino Aghlabida. No muito que se referiu poderá estar também um motivo para a alteração do estilo de parte das suas moedas a partir de 229 H. Com o emir Muhammad I do Ândalus, a cunhagem de 239 H aparece só com o estilo antigo, que o tesouro de Viseu mos-

tra em 12 exemplares. Todavia, os dois estilos voltam a aparecer no achado, nos anos de 240, 241 e 242 H.

Miles analisou o problema destas tipologias em quase dez páginas da introdução à sua monografia sobre a cunhagem dos Omíadas do Ândalus e, em 238 e 239 H, apontou apenas a existência do primeiro tipo, ou estilo A, mas mostrou a cunhagem comprovada dos dois tipos desde 240 a 244 H. Tanto Vives como Codera o tinham discutido antes. Depois, Rafael Frochoso apresenta-nos a foto de uma moeda do estilo A, com a referência 249.1 MAN.1168, a qual, pela importância tipológica, merecia ter sido ampliada.

Deste tesouro poderá deduzir-se que, na região de Viseu, a quebra e o corte foram menos usados a partir do ano 250 H. Abaixo do peso de 2,50 g, só a moeda n.º 271 se salienta com 2,11 g, reduzida por dois cortes direitos. Estes dírhames finais do achado de Viseu indicam que a espécie terá sido emitida desde aquele ano com um peso médio não inferior a 2,64 g, tirado desses exemplares, excluído o cortado. Verifica-se ainda que mais de metade das moedas, 152 neste caso, têm pesos de 2,50 g ou superiores e que até ao ano 240 H, quando o cerceio fraudulento está generalizado, só 40 pesam menos de 2,00 g mas, com as datas de 241 até 257 H, esse peso faltoso nota-se apenas em três.

Do ano 250 H, com vários tipos monetários que Miles se esforçou por descrever como estilos, o achado dá-nos 19 moedas, quando do ano 245 H, com um só estilo, apresenta 20. Também se verifica nos exemplares de Viseu, quer nos dados da década de 240 H, mais de 110, quer já em alguns de anos anteriores, que muitos cunhos eram abertos com traço pouco cavado, produzindo moedas com reduzido relevo, com legendas em grande parte ressaltadas, as das orlas apagadas ou quase e as do campo bastante amassadas, dificultando a leitura. Poderá então admitir-se, pelas muitas variantes verificadas em 250 H, ter Muhammad I procurado melhorar neste ano esse fabrico pouco regular, com abridores de cunhos que ensaiaram os variados estilos diferenciados por Miles e depois verificados nas moedas finais do tesouro, as quais mostram apreciada melhoria e uma maior expressão artística. No entanto, neste período final da cunhagem do Emirado, se analisado num ponto de vista simples, como este do início da legenda marginal do anverso, retilínea ou circular, os dois estilos de 229 H poderão ter sido sempre mantidos.

Assim, afigura-se importante um conhecimento maior de algumas emissões anuais, para uma melhor compreensão dos estilos e das cunhagens.

Teremos ainda de aceitar que na região de Viseu, bastante longe do centro emissor, que se admite em Córdoba, a capital, o facto de uma quantidade grande de dírhames mostrar afinidades entre si poderá resultar de as remessas do numérico irem diretamente para esta e outras regiões afastadas. Não se afigura lógico que, ao tempo, a moeda chegaria a todo o Ândalus pelo seu próprio curso, a partir

do centro governativo ou da casa fabricante. Se a espécie corrente fosse posta a circular livremente, do local do fabrico até às regiões mais afastadas, neste caso entre o Douro e o Mondego, o achado mostraria as moedas com tipologia mais divergente, muito mais quebras e, para lá das fendas apropriadas à inserção de fragmentos, um uso muito acentuado, na sua função intermediária oficial ou no comércio regional, o que não se verifica.

O CONTEXTO HISTÓRICO

A História refere que Afonso III, o Grande, rei de Leão, das Astúrias, de Oviedo e da Galiza, num governo de 44 anos, entre 866 e 910, não isento de várias contrariedades, conseguiu apoderar-se de grande parte do território detido pelos muçulmanos, situado entre o rio Minho e o rio Douro e entre o Douro e o Mondego e também mais a Nascente. A que é hoje a grande cidade do Porto foi tomada no ano de 868 (254 H) pelo conde Vímara Pérez e toda a região até Tui foi repovoada por cristãos e moçárabes.

Dez anos depois, Coimbra foi tomada pelo conde Hermenegildo e também caíram para Afonso III as importantes posições de Lamego, Seia e Viseu, região que se tornara insegura e palco de avanços cristãos, pelo enfraquecimento político e de defesa do emir Muhammad I, a braços com insurreições de rebeldes poderosos no final do reinado. Estes continuarão a não obedecer aos sucessores do emir, al-Mundhir (886-888) e 'Abd-Allah (888-912). A própria moeda do Ândalus, em prata, deixará de ser emitida na década de oitenta. Só o grande 'Abd al-Rahman III (300-350 H/912-961), neto de 'Abd Allah, irá impor a ordem e ter condições para restaurar, com o califado de Córdova, o poder dos seus antepassados de Damasco e emitir, a partir de 316-317 H – 928-930, novas moedas, de prata e de ouro, aceites sem restrições por muçulmanos e por cristãos.

Do período em que se enquadram estes acontecimentos históricos, ao tempo de Afonso III de Leão e de Muhammad I do Ândalus, apenas temos, até agora, notícia de um único documento numismático, este conjunto de moedas encontrado nos arredores de Viseu, que tem aqui a sua apresentação. Revela-se uma ocultação, em plena guerra, de um tesouro em prata amoedada, com o peso de 683,15 gramas, com teores de metal precioso de ligas elevadas, variando ao acaso entre pouco menos de 100 % até cerca de 80%, porventura amalhado ao longo de vários anos, numa possível fuga em que o seu detentor não regressou para o recuperar. Descobre-nos uma imagem das fortunas pessoais existentes naquela região, na época da reconquista, além de ser o achado de moeda muçulmana registado mais a Norte no nosso País.

DESCRIÇÃO DO ACHADO DE VISEU

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
1	153	44	2,73	27	Sem pontos entre as 2.ª e 3.ª linhas no reverso (ver foto Estampa 1).
2	154	45	2,27	25,5	Orla cerceada, mas lendo-se toda a legenda.
3	167	58a	2,78	28	
4	172	63b	1,60	22	Orla cerceada; falta a legenda marginal do reverso.
5	194	85a	2,43	26,5	Cerceio das 8 h às 4 h.
6	195	86d	2,02	23,5	Cerceio da orla, cortando a legenda marginal do reverso.
7	195	86b	1,94	24	Orla cerceada; falta parte da legenda marginal do reverso.
8	196	87d	2,22	25	Cerceio das 2 h às 11 h.
9	198	89a var.	2,53	27	Orla com 5 anéis com ponto central. Leve cerceio, das 3 h às 7 h. Pequena fratura cerca das 4 h.
10	199	90f	2,62	27	Pequena fratura cerca das 11 h.
11	199	90d	2,25	26,5	Cerceado.
12	200	9lb	2,50	27	Leve cerceio entre as 7 h e as 11 h.
13	200	9lb	2,48	25	Ligeiro cerceio das 5 h às 10 h.
14	201	92d	2,32	26	Leve cerceio das 9 h à 1 h; fratura às 12 h até ao centro.
15	202	93b	2,62	28	
16	203	94a	2,66	28	
17	204	95var.	2,53	27,5	Miles refere 39 moedas e admitiu todas do tipo 95. Esta é variante, com ponto acima da 3.ª linha do anverso. Campo do reverso comum ponto acima e outro abaixo.
18	204	95	1,91	23	Grande cerceio, das 6 h às 4 h.
19	206	97a	2,27	25,5	Cerceio das 6 h às 12 h.
20	210	10lc	2,46	26,5	Cerceio entre a 1 h e as 5 h.
21	215	106a	2,61	26	
22	217	108a var	2,42	26	Cerceio entre a 1 h e as 4h. O sinal afigura-se um anel.
23	218	109b?	1,59	21	O cerceio levou a ornamentação das orlas e cortou a legenda marginal do reverso.
24	220	111c	2,60	27,5	
25	220	111e	2,05	23	Orla muito cerceada, cortando a legenda marginal do reverso. Dois orifícios no campo, por onde terá passado um apêndice, de que se nota o sulco.
26	220?	111?	1,41	21,5	Corte entre as 4 h e as 12 h, retirando parte da legenda marginal do anverso. A data está confusa, mas afigura-se ser a melhor interpretação dos traços visíveis.
27	221	112d ?	2,62	27	Reverso ressaltado: ornamento por baixo da 4.ª linha?
28	221	112f	2,10	23,5	Orla cerceada.
29	222	114c	2,60	27	
30	222	114a var	2,39	25,5	Cerceado das 6 h às 12 h.
31	223	115a	2,06	24	Cerceado das 2 h às 10 h e quebra às 11 h até ao centro.

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
32	223	115c	1,89	24	Orla cerceada, mas 3 anéis alternando com 3 pares de anéis. Ressalto dos cunhos. No anverso, ponto entre a 2.ª e a 3.ª linhas. No reverso, ponto acima e abaixo da legenda do campo.
33	223	115c	1,64	22,5	Cerceio de parte das orlas. Reverso com legenda amassada e campo com um ponto acima e outro abaixo.
34	224	116b	2,64	27	Na orla 5 anéis com ponto central. Legendas amassadas, não legíveis em parte. Anverso com ponto acima da terceira linha e campo do reverso com ponto acima e abaixo.
35	224	116b	2,58	27	Cerceio, mas vê-se 3 anéis com ponto central; ponto acima da 3.ª linha. Reverso amassado e ressaltado; no campo, ponto acima e abaixo. Mesmo cunho do anverso da moeda do MB referida em Miles 116(b) como BM ix, 45 g (ver fotos).
36	224	116b	2,54	27	Boa gravura. Na data falta a copulativa entre quatro e dois.
37	224	116b	2,42	27	Como a anterior, mas cerceio, ressaltado e gravura esbatida.
38	224	116b	2,26	26	Como as anteriores mas pior gravura, ressaltado e cerceio.
39	224	116b	2,22	24,5	Orla cerceada, com parte de 2 anéis com ponto central. Algum ressaltado nas legendas e a do reverso sem relevo, com ponto acima e abaixo no campo. Dois orifícios seguram um recorte de dírhame.
40	224	116b	1,87	24	Orla cerceada com anéis com ponto; dois grandes orifícios toscos no campo, com o metal rasgado e dobrado sobre o reverso, onde há um ponto abaixo da 4.ª linha.
41	225	117b	1,89	25	Cerceio da orla, cortando seis anéis com ponto central. Anverso ressaltado e reverso com ponto abaixo no campo.
42	226	118c var	2,49	27	Cerceio, vendo-se só 4 anéis com ponto central. Algum ressaltado. Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e acima da 3.ª linha. Reverso amassado, com ponto acima e abaixo no campo.
43	226	118i	2,44	25	Cerceio da orla mas vê-se um anel com ponto central. Orifício no início da legenda da orla do anverso. O sinal (letra) referido em Miles está deitado. Legendas ressaltadas e amassadas em parte.
44	227	119b	1,77	21,5	Cerceio da orla. Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e acima da 3.ª linha. Legendas muito ressaltadas. No reverso falta a legenda marginal e no campo há um ponto acima e outro abaixo.
45	228	120e	2,53	26	Orla com 5? anéis, vendo-se só 3 pelo cerceio e quebra. Legendas com grande ressaltado. Ponto sobre <i>d</i> de <i>duriba</i> .
46	228	120e	2,34	26	Cerceio em metade da orla, mas vê-se dois grupos de dois anéis. Má caligrafia, ressaltada, presumindo-se um ponto abaixo da terceira linha do anverso (ver foto, Estampa 1).
47	229	121a var	2,61	28	Início do dígito amassado, mas o mais provável. Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e sobre a 3.ª linha e, no reverso, acima da legenda do campo.
48	229	121c	2,24	25,5	Cerceio com corte de parte da legenda das orlas. Anverso com dois pontos entre a orla e o <i>d</i> de <i>duriba</i> ; sobre 3.ª linha, como em Miles 121(a). Ponto acima e abaixo no campo do reverso. Mesmo par de cunhos da moeda BM ii 47 em Miles 121(c) (ver fotos).
49	229	121c	2,13	24,5	Cerceado das 3 h às 12 h. Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> . No reverso, ponto acima e abaixo da legenda do campo.

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
50	229	121c var	1,67	23,5	Moeda maltratada e cerceada. Dígito ressaltado? Ponto sobre a 3ª linha. Campo do reverso com um ponto acima e três abaixo.
51	229	121f	2,66	26,5	
52	229	121e	2,22	26,5	Cerceado das 7 h às 3 h.
53	230	122e	2,60	29	Disco grande com presumível cerceio. Fratura.
54	230	122f var	2,29	25	Cerceado entre as 4 h e as 12 h.
55	230	122f var	2,15	24	Cerceado das 2 h às 10 h.
56	231	123a	2,65	27	Anverso com corrosão? e algum ressalto.
57	231	123a	2,06	24	Cerceado.
58	231	123 var	2,03	24	Cerceado. Campo do reverso com um ponto em cima e três em baixo, em triângulo, um acima e dois abaixo.
59	231	123a	1,95	23	Cerceado. Reverso com algum ressalto.
60	231	123a	1,93	24	Cerceado e fenda a meio. Reverso com ponto em baixo?
61	231	123a	1,58	22	Cortes direitos em toda a orla. Reverso com corrosão?
62	232	124b	2,67	27,5	Notam-se mal dois anéis da orla. Gravuras ressaltadas.
63	232	124a	2,64	27	Orla do anverso com 5 pontos a espaços regulares
64	232	124b	2,58	25	Ligeiro cerceio. Reverso com legenda amassada.
65	232	124b	2,03	24	Orla toda cerceada. Reverso com pouca definição.
66	233	125b	2,60	26	
67	233	125b	2,42	24,5	Cerceado.
68	233	125b	2,18	22,5	Grande cerceio cortando a legenda marginal do reverso. Fenda aberta no campo, onde foi introduzido e dobrado um recorte largo da orla de um dirhame.
69	234?	126 Estilo A	2,57	27	Leve cerceio em toda a orla, cortando os anéis com ponto central. Legenda marginal do anverso com troca de letras em <i>bi-al-Ândalus</i> e a data com a escrita ... <i>no ano quarenta trinta e duzentos</i> (ver foto Estampa 1).
70	234	126a	2,66	26,5	
71	234	126a	2,58	25,5	Corte direito na orla, das 8 h às 10 h.
72	234	126b	2,44	24,5	Cerceado. Duas fendas toscas abertas no campo, as quais fixam um recorte da orla de outra moeda. Abaixo, outro recorte largo.
73	234	126a	2,38	25,5	Cerceado das 3 h às 10 h.
74	234	126b	2,25	25,5	Cerceado das 6 h às 3 h.
75	235	127c	2,64	26	
76	235	127b	2,53	26	Cerceado. Falha na orla, em cima.
77	235	127d	2,47	25,5	Cerceado das 2 h às 7 h.
78	235	127c	2,13	25	Cerceado.
79	235	127var	1,85	22	Cerceado. Quebra na orla, das 4 h às 6 h. Campo do anverso com ornamentos como em Miles 127b e do reverso como em 127f.
80	236	128a	1,87	23	Cerceio da orla, vendo-se 2 anéis com ponto central.
81	236	128b	2,62	26	

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
82	236	128b	2,60	25	Orla com 5 anéis com ponto central.
83	236	128b	2,45	25	Orla cerceada em parte. Esta moeda e a n.º 88 foram batidas com o mesmo cunho de reverso (ver fotos).
84	236	128b	2,31	23,5	Cerceado.
85	236?	128b ?	2,11	22	Grande cerceio, retirando a orla do reverso. Dois golpes no campo, acima e abaixo, para inserção de dois fragmentos que ocultam parte da data e possíveis ornamentos.
86	236	128b	2,10	23	Cerceado.
87	236	128b	2,03	24	Cerceado.
88	236	128b	1,96	22,5	Cerceio da orla. Esta moeda e a n.º 83 foram batidas com o mesmo cunho de reverso (ver fotos).
89	236	128var	1,96	24	Orla com cerceio, mas com anéis. Campo do reverso com um ponto acima e outro abaixo. As pontas de um recorte de outra moeda inseridas em dois orifícios. Mesmo cunho de reverso da moeda n.º 56 do achado de Arraiolos (ver fotos).
90	236	128b	1,87	22	Cerceado das 3 h às 2 h.
91	237	129 l	2,64	26,5	No anverso, ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e o <i>dh</i> de <i>hadha</i> ; estrela de 6 pontas entre a 2.ª e 3.ª linhas. No reverso, orla cerceada e batida; campo com legenda ressaltada; um ponto acima e 3? abaixo.
92	237	129 l	2,64	25	Semelhante à moeda anterior, mas cunhos diferentes.
93	237	129b	2,63	26,5	
94	237	129 l	2,57	26	Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e sobre o <i>dh</i> de <i>hadha</i> . Cerceio das 8 h às 2 h.
95	237	129 l	2,56	25	Campo do reverso, ponto acima e 3 abaixo em triângulo.
96	237	129c	2,54	27	Cunhagem ressaltada, sendo duvidoso o ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> , mas vendo-se sobre o <i>dh</i> de <i>hadha</i> .
97	237	129k	2,49	25	Orlas com cerceio e amassadas. Campo do reverso com ponto acima e três abaixo, em triângulo.
98	237	129c	2,40	24,5	Cerceado. Dois orifícios no campo, por onde passam as pontas de um recorte de outra moeda.
99	237	129 l	2,37	25	Cerceio da orla, vendo-se parte de 4 anéis com ponto central. Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e <i>dh</i> de <i>hadha</i> . Estrela entre a 2.ª e a 3.ª linhas. Campo do reverso com um ponto acima e três em baixo, em triângulo.
100	237	129 l	2,37	23,5	Grande corte na orla, retirando parte das legendas.
101	237	129 l	2,36	26	Cerceio da orla. Ponto sobre <i>d</i> de <i>duriba</i> e estrela entre a 2.ª e a 3.ª linhas. Campo do reverso com ponto acima e abaixo.
102	237	129c ?	2,10	24	Moeda deteriorada e oxidada, com as orlas cerceadas. Campo do reverso com um ponto em baixo.
103	237	129b	2,04	23	Cerceio das orlas. Dígito da data amassado, mas o mais provável. Ponto abaixo da 3.ª linha do anverso.
104	237	129 l	1,97	22,5	Cerceio da orla.
105	237?	129k	1,96	23,5	Legendas amassadas. Cerceio das orlas, apanhando a parte superior da data. Estrela? entre a 2.ª e a 3.ª linha. No campo do reverso um ponto acima e 3? abaixo.

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
106	237	129c	1,94	23,5	Cerceado das 2 h às 11 h. Ponto sobre o <i>dh</i> de <i>hadha</i> .
107	237	129c	1,76	22	Cerceado. Ponto sobre o <i>dh</i> de <i>hadha</i> .
108	237	129 l	1,71	22,5	Muito cerceado.
109	238	130b var	2,57	26	O cerceio corta os presumíveis 5 anéis. Orifício central com quebra até à orla. Reverso como em Miles 130(e), mas com os três pontos ligados.
110	238	130c	2,24	27	Cerceio das 7 h às 11 h. Anéis como em Miles 130b.
111	238	130var	2,23	24,5	Cerceio das 5 h às 12 h. No anverso anéis como em 130b e ponto sobre a 3.ª linha do campo. Tipo de reverso como em Miles 130e.
112	238	130a	2,15	26	Cerceio das 12 h às 7 h.
113	238	130g	2,08	23,5	Anverso ressaltado. O cerceio levou a orla dessa face e a legenda marginal do reverso.
114	238	130d	2,07	25	Orla cerceada.
115	238	130g	2,06	27	Cerceado das 5 h às 12 h.
116	238	130c	1,92	23	Orla com cerceio mas vendo-se anéis com ponto central cortados. Ponto entre o primeiro e o segundo anel.
117	238	130c	1,91	23,5	Cerceio e quebra das 6 h à 2 h, vendo-se dois anéis com ponto central. Mesmo cunho de reverso da moeda n.º 121 (ver fotos).
118	238	130	1,91	24	Orlas cerceadas. No anverso ponto entre a 2.ª e 3.ª linhas. Ressalto no campo do reverso, com um ponto? acima e outro? abaixo da legenda.
119	238	130	1,90	23	Cerceio das 3 h às 10 h, mas há dois anéis com ponto central.
120	238	130b	1,87	23,5	Cerceio das 8 h às 6 h. Ponto no início da 3.ª linha.
121	238	130c	1,79	22	Cerceio da orla, cortando os anéis. Ponto no início da 3.ª linha. Mesmo cunho de reverso da moeda n.º 117 (ver fotos).
122	238	130c	1,46	22,5	Cerceado, mas restam dois anéis com ponto central.
123	239	131a	2,65	26	Cerceado da 1 h às 5 h. No campo dois golpes paralelos, um deles com pequeno recorte triangular de outra moeda.
124	239	131a	2,55	28	
125	239	131a	2,53	26,5	Cerceio das 8 h às 4 h.
126	239	131a	2,46	28	Cerceio das 3 h às 7 h.
127	239	131a	2,24	25,5	Cerceio das 10 h às 2 h.
128	239	131var	2,12	24,5	Orla cerceada. Dígito cortado acima, mas presumível 9. Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e outro abaixo da 4.ª linha do reverso. Dois golpes no campo, por onde passa um estreito recorte de um dirhame dobrado sobre o reverso.
129	239	131var	2,09	29	Moeda amassada e ressaltada. No anverso vê-se só um anel da orla, ladeada por dois pontos, e há outro sobre a 3.ª linha. Campo do reverso com ponto acima.
130	239	131a	2,00	24,5	Cerceio das 6 h às 11 h, vendo-se apenas um dos pequenos anéis da orla, entre dois pontos. Campo do reverso com anel em baixo. Dois orifícios toscos no campo.
131	239	131a var	1,99	24,5	Cerceio das 9 h às 6 h, vendo-se um anel ladeado por dois pontos. Ornato do reverso como em Miles 131(g).

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
132	239	131c	1,96	23	Grande ressalto. Cortes direitos retiram parte da legenda da orla até meio do dígito, mas vê-se um anel com ponto central. No campo do reverso, um ponto em cima e três em baixo, em triângulo. Mesmo reverso da moeda n.º 135 (ver fotos).
133	239	131a var	1,94	25	Legendas empastadas. Orlas cerceadas. Pontos sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> , o <i>dh</i> de <i>hadha</i> e abaixo da 3ª linha(?). Campo do reverso com um ponto acima e outro abaixo.
134	239	131b var	1,93	24	Cerceado. Reverso como Miles 131(g).
135	239	131g	1,88	24,5	Cerceado das 11h às 8h. Pontos sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> e abaixo da 3.ª linha. Mesmo reverso da moeda n.º 132 (ver fotos).
136	239	131a var	1,71	23	Cerceio das 2 h às 10 h. Campo do reverso com um ponto acima.
137	239	131a	1,44	23,5	Orla com cerceio, cortando no anverso parte dos ornatos exteriores às duas circunferências pontoadas.
138	240	132 est.A	2,67	26	Orla do anverso com 3 circunferências pontoadas; ponto abaixo da 3.ª linha. No reverso, um anel acima e outro abaixo da legenda do campo.
139	240	132a var	2,10	25,5	Cerceio das 4 h às 12 h e dois orifícios toscos. Orla do anverso com duas circunferências pontoadas. Campo do reverso com um anel abaixo da legenda.
140	240	132a var	2,08	26	Cerceio por dois cortes direitos. Anverso com ressalto e a orla com duas circunferências pontoadas.
141	240	132b var	2,34	27	Cerceio das 12 h às 6 h. Anverso ressaltado e orla com 3 circunferências pontoadas, 6 anéis a intervalos regulares, e ponto sobre a 3.ª linha. No reverso a legenda do campo com um ponto acima e três abaixo, em triângulo.
142	240	132g	2,65	28,5	Orla do anverso com duas circunferências pontoadas. No campo, abaixo, o nome <i>Mu'adh</i> , como nos exemplares seguintes. Reverso batido com o mesmo cunho da moeda 3965 do MNP (ver fotos).
143	240	132g	2,64	26,5	Anverso com duas circunferências pontoadas.
144	240	132g	2,64	27	Anverso com duas circunferências pontoadas.
145	240	132g	2,38	26	Cerceado. Anverso com três circunferências pontoadas.
146	240	132g	2,33	26	Estreito corte da orla. Duas circunferências pontoadas.
147	240	132g	2,33	25	Cerceio da orla. Orifício junto à legenda marginal, com três estreitos recortes de moeda inseridos.
148	240	132g	1,96	24	Orla cerceada, mas três circunferências pontoadas.
149	240 ?	132g	1,65	23,5	Falta a legenda marginal entre <i>dirhame</i> e <i>duzentos</i> , mas vêem-se as caudas das últimas letras de <i>no Ándalus</i> e das supostas dezenas, sugerindo a data referida. Duas circunferências pontoadas.
150	240	132i	2,23	27	Cerceio das 11 h às 6 h, vendo-se duas circunferências pontoadas e dois anéis juntos.
151	241	133a var	2,19	24	Grande cerceio; na orla um anel entre 2 pontos e parte de outro. Reverso muito ressaltado; campo com três pontos acima, em triângulo, e um? ou mais em baixo. Sem o nome <i>Mu'adh</i> .
152	241	133c	2,69	27	Reverso ressaltado.
153	241	133c	2,57	27	Reverso amassado e corroído.

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
154	241	133c	2,56	28	Orla amassada. Mesmo par de cunhos da moeda n.º 161 (ver foto).
155	241	133c?	2,49	26,5	Grande cerceio das 3 h às 9 h, faltando parte do dígito e a palavra seguinte, mas o restante indicia a data. Anel entre dois pontos na orla acima.
156	241	133c	2,42	25,5	Cerceio da 1 h às 6 h. Com o nome <i>Mu'adh</i> .
157	241	133c	2,40	26,5	Cerceio das 7 h às 2 h e a orla amassada.
158	241	133c	2,38	25	Cerceio das 7 h à 1 h. Mesmo cunho de avverso da moeda n.º 156 (ver fotos).
159	241	133c	2,12	24,5	Cerceio da 1 h às 6 h.
160	241	133c	2,09	24	Cerceio das 3 h às 9 h.
161	241	133c	2,01	25,5	Orla com cerceio das 2 h às 12 h e amassada até à data. Mesmos cunhos da moeda n.º 154 (ver fotos).
162	241	133f	2,42	25,5	Cerceio das 7 h às 4 h. Parte da legenda marginal amassada.
163	241	133g	2,63	27	Reverso com grande ressalto.
164	242	134a	2,23	28	Cerceio das 12 h às 5 h. Na orla, anéis entre dois pontos. Reverso com orla amassada.
165	242	134a	1,99	24	Cerceio da orla, retirando-lhe os ornamentos.
166	242	134f	2,66	27,5	Fratura das 6 h até ao centro. Orlas amassadas em parte.
167	242	134f	2,66	27	Orlas meio cerceadas e batidas em parte.
168	242	134f	2,64	26,5	Cerceio da orla, amassada em parte.
169	242	134f	2,60	27	Cerceio da orla. Reverso com legenda ressaltada. Mesmo cunho de avverso da moeda n.º 113 do MNA (ver fotos).
170	242	134f	2,54	27	Orlas amassadas. Orifício tosco no campo.
171	243	135b	2,66	26,5	Leve cerceio. Orlas amassadas em parte.
172	243	135b	2,64	26	Fratura até meio. Orla com cerceio e amassada, lendo-se as unidades e parte das dezenas da data.
173	243	135b	2,62	27	Moeda maltratada, com legendas em parte amassadas.
174	243	135b	2,62	26,5	
175	243?	135b	2,56	26,5	Orlas amassadas. Data sem leitura, vendo-se apenas duas caudas de letras, presumindo-se das dezenas e centenas de 243 ou 246.
176	243	135b	2,48	26,5	Cerceio? Orlas amassadas em parte. Fractura até meio.
177	243	135b	2,46	27	Orla em parte amassada. Mesmo cunho de reverso da moeda n.º 178 e da n.º 3968 do MNP (ver fotos).
178	243	135b	2,06	23,5	Cerceio por cortes direitos. Mesmo reverso da moeda n.º 177 e da n.º 3968 do MNP (ver fotos).
179	243	135b	2,04	27	Moeda amassada e parte. Cerceio das 8 h às 12 h. Fractura.
180	243	135b	1,91	25,5	No campo, dois orifícios afastados, um com fratura até à orla. No avverso, cerceio da 1 h às 5 h, retirando a parte superior das centenas e dezenas. As unidades estão amassadas e sem leitura. Todavia, mesmo cunho de reverso da moeda n.º 2227 do MNC, datada de 243 H (ver fotos).

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
181	244	136b	2,67	27	Grande ressalto, com a data sem possibilidades de leitura certa, admitindo-se as dezenas sobrepostas às unidades. Reverso também ressaltado, com a orla muito amassada.
182	244?	138	2,61	27	Ressaltada. Gravura sem relevo. Orlas batidas em grande parte. Data com as unidades amassadas, mas as primeiras letras afiguram o <i>quatro</i> .
183	244	136b	2,57	26,5	Algum cerceio. Legendas amassadas em grande parte. Reverso quase ilegível.
184	245	137	2,82	26	Orlas amassadas em parte e anverso com ressalto. Mesmo reverso das moedas n.º 117 e n.º 118 do MNA, achadas em Serpa e Castelo de Vide, respetivamente (ver fotos).
185	245	137	2,67	27	Orla amassada em parte.
186	245	137	2,65	27,5	Leve cerceio. Mesmo anverso da moeda n.º 195 (ver foto).
187	245	137	2,65	27	Orlas cerceadas e amassadas em parte.
188	245	137	2,64	27	Orlas cerceadas e amassadas em parte. Ligeiro ressalto.
189	245	137	2,64	27	Orlas amassadas em parte.
190	245?	137	2,63	29	Mau fabrico, com ressalto e orlas amassadas. Data mais provável.
191	245?	137	2,63	26,5	Mau fabrico. Descentrada e ressaltada. Na data, a palavra <i>cinco</i> está amassada mas é a mais provável.
192	245	137	2,59	27	Cerceio e ressalto. Orlas amassadas.
193	245	137	2,58	25,5	Cerceada. Ligeiro ressalto e reverso com orla amassada.
194	245	137	2,58	26	Campo do reverso com um ponto acima; ao lado um orifício com dois pequenos recortes de moeda inseridos; em baixo há outro orifício com outro recorte, triangular, onde pode ler-se parte das palavras <i>cinquenta</i> e <i>duzentos</i> , de um dirhame da década seguinte.
195	245	137	2,57	28	Cerceio. Legendas com ressalto. Mesmo anverso da moeda n.º 186 (ver fotos).
196	245	137	2,54	27,5	Ligeiro cerceio. Legendas ressaltadas.
197	245	137	2,54	25	Cerceio da orla. Legendas ressaltadas.
198	245	137	2,52	26,5	Cerceio da orla. Rissalto nas duas faces.
199	245	137	2,51	27	Cerceio. Orlas amassadas.
200	245	137	2,43	25,5	Orlas em parte cerceadas e amassadas. Mesmo cunho de anverso da moeda n.º 2228 do MNC (ver foto).
201	245	137	2,41	26,5	Pequena fenda. Cerceio, orlas amassadas e algum ressalto.
202	245	137	2,14	24,5	Grande cerceio retirando quase toda a data. Rissalto.
203	245	137	2,13	26,5	Cerceio e fenda. Orlas amassadas. Reverso ressaltado.
204	246	138	2,75	26,5	Orifício no final da segunda linha do campo do anverso, onde foi inserido um recorte de dirhame, dobrado sobre a orla.
205	246	138	2,65	28	Cunhagem ressaltada e amassada em parte.
206	246	138	2,64	26,5	Gravura de reduzido relevo e amassada em parte.
207	246	138	2,58	27	Como a anterior, mas da data só o seis não está amassado.

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
208	247	139a	2,71	26,5	Reverso com ressalto. Orlas amassadas em parte, mas mesmos cunhos da moeda n.º 2229 do MNC (ver fotos).
209	247	139a	2,67	27	Orifícios toscos no centro. Má cunhagem, descentrada e grande ressalto dos cunhos, repetindo a palavra sete da data.
210	247	139a	2,64	27	Gravura má por ressalto e amassada. Reverso com ponto no início da 4.ª linha?
211	247	139a	2,64	26,5	Pequeno ressalto.
212	247	139a	2,64	26	Gravura ressaltada e amassada em parte. Mesmo cunho de anverso do dírhame n.º 97 do achado de Arraiolos (ver fotos).
213	247	139b	2,64	26,5	Cerceio, má gravura e orlas amassadas. Campo do reverso com ponto abaixo.
214	247	139a	2,63	29	Leve cerceio e ressalto.
215	247	139a	2,63	28	Orlas batidas em parte. Ponto sobre a 3.ª linha do anverso.
216	247	139a	2,63	27	Orlas amassadas em parte.
217	247	139a	2,63	26,5	Algum cerceio. Golpe às 7 h. Legendas amassadas.
218	247	139a	2,61	26	Gravura empastada e orlas amassadas em parte.
219	247	139c	2,58	27	Disco com defeitos no anverso. Gravura amassada no reverso, com ponto acima e abaixo da legenda do campo.
220	247	139a	2,57	28	Orlas amassadas em parte. Data ressaltada.
221	247	138	2,54	27	Anverso legível, com dígito duvidoso mas o mais provável.
222	247	139a	2,51	26,5	Leve cerceio. Legenda das duas faces bastante amassada.
223	247	139a	2,06	24	Dois cortes direitos na orla. Anverso amassado. Mesmo reverso da moeda n.º 95 do achado de Arraiolos (ver fotos).
224	248	140a	2,68	27	Anverso com grande ressalto. Orlas em parte amassadas.
225	248	140a	2,66	28	Data amassada nas dezenas e centenas. Reverso ressaltado e amassado.
226	248	140a	2,66	27,5	Grande fractura. Legendas amassadas e ressalto no campo.
227	248	140b	2,66	26	Orla do anverso amassada.
228	248	140a	2,64	27	Orlas amassadas. Mesmo reverso da moeda referida em Miles 248 H, 140(a) BM ix, 63g (ver fotos).
229	248	140a	2,63	28	Fratura às 2 h até ao centro. Orlas com legenda amassada.
230	248	140a	2,63	27,5	Orlas com boa legenda em parte, lendo-se a data; no restante, leves traços por presumível mau fabrico.
231	248	140a	2,63	27	Parte da orla sem gravura. Mesmo par de cunhos da moeda n.º 232, e mesmo reverso da moeda n.º 234 (ver fotos).
232	248	140a	2,63	26	Batida com o mesmo par de cunhos da moeda n.º 231 (ver foto).
233	248	140a	2,62	26,5	Presumível mesmo cunho de reverso da moeda n.º 238 (ver foto).
234	248	140a	2,62	26	Batida com o mesmo reverso das moedas n.º 231 e n.º 232 (ver foto).
235	248	140a	2,62	26	Fabrico defeituoso, com ressalto e parte das orlas sem a legenda.
236	248	140a	2,60	28,5	Orlas em grande parte amassadas.
237	248	140a	2,60	27	Letras pontoadas só no anverso, admitindo gravadores diferentes.

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
238	248	140a	2,59	27	Presumível mesmo cunho de reverso da moeda n.º 233 (ver foto).
239	248	140a	2,48	25,5	Cerceio de toda a orla.
240	249	141	2,69	27	Orlas batidas em parte. Algum ressalto.
241	249	141	2,67	27,5	Orlas batidas em parte. Algum ressalto.
242	249	141	2,64	26	Orla do reverso um pouco batida.
243	249	141	2,63	29	Orlas batidas. Algum ressalto.
244	249	141	2,62	27,5	Legendas ressaltadas e amassadas.
245	249	141	2,62	26,5	Legendas em grande parte amassadas.
246	249	141	2,62	26,5	Orlas com legendas em parte amassadas.
247	249	141	2,61	26,5	Orlas batidas.
248	249	141	2,57	27,5	Legenda do anverso com pouco relevo.
249	249	141	2,49	26,5	Cerceio da orla.
250	249	141	2,03	24,5	Orla cerceada, com a legenda amassada em parte. Dígito da data indiciado pelo traço da primeira letra e pela cauda da última.
251	249	141	2,01	24,5	Orla cerceada. Orifício no final de <i>bi-al-Ándalus</i> , onde está um estreito recorte de dirhame. Escrita pontoada.
252	249	141	1,77	22,5	Orla muito cerceada, cortando parte da legenda marginal do reverso. Escrita com letras pontoadas.
253	250	142jvar	2,62	28,5	Dois orifícios toscos no campo, com um apêndice inserido. Estilo C de Miles, todavia ornamento similar a 142(m).
254	250	142e	2,94	28	Reverso ressaltado em parte e no campo, acima, presumível estrela de seis pontas; abaixo, ornamento impreciso. Notar o elevado peso.
255	250	142bvar	2,69	27,5	Traços com algum ressalto. Mesmo cunho de reverso da moeda n.º 266 e da n.º 127 do MNA achada em Almeirim (ver fotos).
256	250	142bvar	2,68	28	
257	250	142bvar	2,67	28	
258	250	142bvar	2,66	27	Cunhagem defeituosa e orlas amassadas em parte.
259	250?	142var	2,66	28	Data duvidosa. Estão apagadas as palavras <i>no Ándalus</i> e <i>ano</i> e não se afigura espaço para o dígito. Na orla, duas circunferências pontoadas e uma linear e cinco pares de anéis. Orla do reverso com legenda entre duas circunferências lineares e, por fora, cinco? pares de anéis.
260	250	142bvar	2,65	27	Mesmo reverso de um exemplar do Fundo Geral da Casa da Moeda, com o n.º 12412 (<i>Figanier n.º 247</i>) (ver fotos).
261	250	142a	2,63	29,5	Campo do reverso com ornato acima, similar a S deitado.
262	250	142c?	2,63	28,5	Idem e estrela de 6 pontas abaixo. Reverso com ressalto. Mesmo par de cunhos da moeda seguinte, n.º 263 (ver fotos).
263	250	142c	2,63	28	Mesmo par de cunhos da moeda anterior, n.º 262 (ver fotos).
264	250	142	2,62	27,5	Estilo B, sem ornamentos. Mesmos cunhos das moedas n.º 257 e n.º 268 (ver fotos).
265	250	142f	2,60	27	

N.º	Ano	Tipo Miles	Peso g	Diâm mm	Notas
266	250	142bvar	2,58	27,5	Mesmo reverso da moeda n.º 255 e também da n.º 127 do MNA. Mesmos cunhos da moeda n.º 267. Mesmo anverso da moeda 271 (ver fotos).
267	250	142bvar	2,57	26	Mesmo par de cunhos da moeda n.º 266; mesmo reverso da moeda n.º 255 e da n.º 127 do MNA e mesmo anverso da n.º 271 (ver fotos).
268	250	142bvar	2,57	27	Mesmos cunhos das moedas n.º 257 e n.º 264 (ver fotos).
269	250	142bvar	2,50	28	Amassada em parte da orla.
270	250	142bvar	2,49	27	Ornamento acima, no campo do reverso.
271	250	142b	2,11	27,5	Cerceio da orla por dois cortes direitos. Anverso ressaltado, mas o mesmo cunho das moedas n.º 266 e n.º 267 (ver fotos).
272	251	143cvar	2,75	28	Nas circunferências pontoadas, quatro anéis intervalados. Campo do reverso com ornamento acima, como em Miles 144(h) mas invertido; abaixo, como no anverso de 112(f).
273	251	143	2,63	29	Reverso com ornamento acima, similar a Miles 143(c) e abaixo estrela de seis pontas como em 143(d). Mesmo reverso da moeda n.º 129 do MNA, de um achado em Almeirim (ver foto).
274	251	143	2,63	29	Fenda na orla às 10 h. Campo do reverso com ornamento acima, similar ao de Miles 154(i).
275	251	143	2,53	29	Orla com corte das 8 h às 11 h e quebra das 9 h até ao centro. No campo do reverso, ornamento acima, similar a Miles 155(b).
276	252	144var	2,59	28	Quebra às 8 h para o campo da moeda. Ornamentos acima e abaixo no campo do reverso.
277	252	144var	2,58	28	Orla com pequeno cerceio. Ornamento acima no campo do reverso.
278	253	145EstF	2,69	29	Ornamentos no campo do anverso acima e abaixo da 3.ª linha e no campo do reverso também acima e abaixo.
279	254	146EstF	2,66	29	Ornamentos acima e abaixo no campo do reverso.
280	255	147EstF	2,62	29,5	Ornamento acima no campo do reverso.
281	256	148EstF	2,67	29	Ornamento acima no reverso, similar ao de Miles 147a.
282	256	148EstF	2,66	30	Dois orifícios toscos no campo. Campo do reverso com um ornamento acima, amassado.
283	256	148f	2,65	30	
284	256	148	2,64	29,5	
285	257	149EstC	2,66	28,5	Ao centro, grande orifício tosco. Abaixo, no campo do anverso, ornamento similar a Miles 142(m). No campo do reverso, acima, o mesmo ornamento?
286	257	149EstC	2,63	29	Campo do reverso com ornamento acima, amassado.

MOEDAS AFINS NO TESOURO DE VISEU

Pela observação por anos das moedas do Achado de Viseu, afiguram-se batidos com o mesmo par de cunhos ou com o mesmo cunho de anverso ou de reverso os seguintes exemplares:

Moedas n.º 83 e 88: ano 236, mesmo reverso
 117 e 121: ano 238, mesmo reverso
 132 e 135: ano 239, mesmo reverso
 154 e 161: ano 241, mesmo par de cunhos
 156 e 158: ano 241, mesmo anverso
 177 e 178: ano 243, mesmo reverso
 186 e 195: ano 245, mesmo anverso
 231 e 232: ano 248, mesmo par de cunhos
 231 e 234: ano 248, mesmo reverso
 233 e 238: ano 248, mesmo reverso
 255 e 266: ano 250, mesmo reverso
 257 e 264: ano 250, mesmo par de cunhos
 257 e 268: ano 250, mesmo par de cunhos
 262 e 263: ano 250, mesmo par de cunhos
 266 e 267: ano 250, mesmo par de cunhos
 267 e 271: ano 250, mesmo anverso

Neste tesouro, a maior concentração de moedas, por anos, é de 20 em 245 H, seguida de 19 em 250 H. Este quadro afigura 16 ligações de cunhos, encontradas em várias destas moedas, não só entre pares como entre anversos ou reversos. Estas afinidades no tesouro verificam-se a partir do ano 236 H e estendem-se até 250 H. Ao tempo em que as moedas foram por nós identificadas, a sua ordenação foi feita pelos pesos dentro de cada ano. Nos dírhamas do ano 245 foi encontrada uma ligação de cunhos, pelo anverso. No ano 248 H, os exemplares n.ºs 231 e 232, iguais pelos cunhos, estão ligados ao n.º 234 pelo mesmo reverso. Já quanto ao ano 250 H, foram verificadas no tesouro nove ligações. Se a ordenação dos dírhamas não tivesse sido feita pelos pesos mas sim por afinidades entre moedas, notava-se melhor que as numeradas 257, 264 e 268 foram batidas com o mesmo par de cunhos e estariam seguidas, como estão as 262 e 263, aqui em discos recortados com peso igual. Da mesma forma, também estariam seguidas, além das n.º 266 e 267, ambas com o mesmo peso e com os mesmos cunhos, a n.º 255 com o mesmo reverso e a n.º 271 com o mesmo anverso do par referido.

MOEDAS DO EMIRADO DO ÂNDALUS NOUTROS CONJUNTOS MONETÁRIOS, AFINS COM AS DO TESOURO DE VISEU

Após o seu achado, durante o longo tempo em que o tesouro de Viseu esteve parado, já em parte disperso mas presente nos elementos colhidos, esperando por uma extensiva comparação com outros conjuntos monetários semelhantes, foram publicados alguns achados, coleções e parte de coleções, com dírhamas do Emirado do Ândalus. Em 1990 deu-se a conhecer «As moedas muçulmanas da coleção Francisco Inácio de Mira», de Beja, e «As moedas muçulmanas da coleção Justino Cúmano», de Faro (JC), ambas do século XIX. Em 1994 foram apresentadas «As moedas do Emirado do Ândalus no Museu Nacional de Arqueologia» (MNA) e em 1997 «Um achado de dírhamas do Emirado do Ândalus em Castro Marim».

A estes estudos juntou-se um anterior, de um achado de dírhamas do Emirado encontrado em Arraiolos (AA), sob o título «Uma prática singular em moedas do Emirado do Ândalus», onde são apresentadas duas hipóteses plausíveis. A primeira, a verificação de um cerceio da orla das moedas feito pela população, defraudando-as no peso, para o presumível furto da prata. A segunda, para acabar com esta fraude, a instituição oficial dos pagamentos pelo peso das moedas, com ou sem cortes, em especial os dos impostos, dado que eram postas a circular com um peso médio legal.

Entretanto, foi feita uma revisão, não publicada, da leitura e classificação das moedas do Emirado descritas no Catálogo de Moedas Árabes do Museu Numismático Português (MNP).

Foi também possível fotografar dírhamas do Emirado do Ândalus existentes em museus fora da Península, como o Museu Britânico (MB), o Museu Ashmolean de Oxford e o Museu Nacional de Copenhague (MNC).

As moedas do achado de Viseu, que se admite estarem batidas com os mesmos cunhos ou só com o mesmo anverso ou reverso de outras existentes nestes conjuntos monetários do Emirado do Ândalus observados, são os referidos a seguir:

Moeda n.º 35, ano 224, mesmo anverso em moeda do MB;

48, ano 229, mesmos cunhos em moeda do MB;

142, ano 240, mesmo reverso da moeda n.º 3965 do MNP;

162, ano 241, mesmos cunhos da moeda n.º 108 do MNA, achada em Almeirim;

169, ano 242, mesmo anverso da moeda n.º 113 do MNA, achada em Serpa;

178, ano 243, mesmo reverso da moeda n.º 3968 do MNP;

180, ano 243, mesmo reverso da moeda 2227 do MNC;

184, ano 245, mesmo reverso das moedas 117 e 118 do MNA, Serpa e C. Vide;
200, ano 245, mesmo anverso da moeda 2228 do MNC;
208, ano 247, mesmos cunhos da moeda 2229 do MNC;
212, ano 247, mesmo anverso da moeda 97 do AA; reverso?
223, ano 247, mesmo reverso da moeda 95 do AA;
228, ano 248, mesmo reverso de uma moeda do MB;
255, ano 250, mesmo reverso da moeda n.º 127 do MNA, achada em Almeirim;
260, ano 250, mesmo reverso da moeda n.º 12412 do MNP;
273, ano 251, mesmo reverso da moeda n.º 129 do MNA, achada em Almeirim.

Este outro quadro mostra uma quantidade igual de moedas afins no tesouro de Viseu, quando comparadas com outras do Emirado do Ândalus em cinco diferentes conjuntos ou coleções, ligações que se estendem agora desde o ano 224 da Hégira até ao ano 251.

CONCLUSÕES

Não se conhece qualquer informação quantitativa ou distributiva da população do Ândalus em algum período da sua História, nem sobre volumes de moeda emitida em qualquer ano para acudir ao comércio, aos impostos e ao aforro dessa sociedade.

O achado de Viseu revela que as emissões de moeda durante o Emirado do Ândalus não são tão incomensuráveis como se tem aventado. Neste achado foram encontrados cunhos duplicados e ligações entre cunhos em quantidade significativa, o que não se imaginava. Comparado a seguir com outros conjuntos as duplicações de cunhos aumentaram e as ligações estendem-se já por um período de cunhagens de vinte e sete anos, numa análise espalhada por um século.

A partir de um número razoável de cunhos diferentes, encontrados em moedas de uma mesma emissão, como seja a de um mesmo ano, é possível obter, entre outras informações, a quantidade total dos cunhos utilizados nessa emissão, com pequeno erro (o desvio-padrão, também mensurável).

Com o achado de Viseu e aqueles com que se comparou, não é possível atingir, em qualquer dos anos, um número suficiente ou aproximado de cunhos para esse cálculo ser feito.

Numa oficina monetária, nem tudo fica registado para sempre. Neste aspeto, nas séries portuguesas da «cunhagem a martelo», semelhantes às do período muçulmano, só as próprias moedas revelam o que delas se puder tirar.

Num estudo sobre moeda de prata portuguesa da terceira emissão dos toões de D. João III, parte dela fabricada na Casa da Moeda do Porto, nas cerca de duzentas moedas desta oficina, que foi possível ver, foram encontrados treze cunhos de reverso, o cunho fixo, e cerca de oitenta de anverso, o cunho móvel, que recebia a pancada, talvez faltando encontrar uma dezena de anversos, presumivelmente quebrados com produção mínima, que poderão dar-nos as ligações em falta.

Também num estudo em curso sobre a primeira moeda de ouro portuguesa, o morabitino de D. Sancho I, há até agora um reverso comum a oito exemplares, batidos com sete anversos, e acharam-se outros reversos ligados até cinco anversos, isto com a observação de 132 exemplares.

Nas escassas moedas muçulmanas das taifas almorávidas emitidas em Beja, com os nomes de Ahmad ibn Qasí e do emir Abú Tálíb al-Zúhri, nos cerca de vinte exemplares que conhecemos há um reverso comum a dezasseis anversos.

Estes estudos mostram que, na chamada «cunhagem a martelo», o cunho fixo, em regra com boa fixação e bem nivelado, tinha um tempo de trabalho muito mais longo que o do cunho móvel.

Também, por estudos com moeda portuguesa admitimos que, para emissões anuais estimadas entre 200.000 e cerca de 400.000 moedas, é possível ter-se um bom encadeamento dos cunhos com a observação de cerca de 200 moedas, o que tem dado uma razoável perspetiva do que foi a cunhagem e do que estará em falta. No entanto, poderá aceitar-se que em algumas emissões do Emirado do Ândalus tenham sido batidas quantidades superiores a seiscentos mil exemplares, com duas fornaças simultâneas, ou até mais, podendo cada fornaça fabricar três moedas por minuto, ou pouco mais, em seis horas diárias, seis dias por semana, num ano de 300 dias.

O achado de Viseu, com 286 exemplares, mas espalhados por cem anos, alcançam apenas duas dezenas de moedas de um mesmo ano e os outros conjuntos do Emirado, que voltámos a analisar, pouco mais adiantaram.

Num trabalho de bastante interesse, publicado em 2007 por Salvador Peña Martín, da Universidade de Málaga, e Miguel Vega Martín, do Arquivo Diocesano da mesma cidade, com o título *La amonedación canónica del Emirato Omeya Andalusí antes de 'Abd al-Rahman II, según el hallazgo de dirhams de Villaviciosa (Córdoba)*, os autores revelam que no Museu Arqueológico de Córdoba estão três conjuntos de dirhames da época do Emirado emitidos em datas anteriores a 202 H, presumivelmente parte de um grande achado ocorrido na área do município, no final da década de 1920. Nesse estudo, estas moedas foram lidas, pesadas e registadas, num total de 1.361, estando as do Ândalus datadas desde 147 H até 201 H. Destas, os anos mais representados são o de 195 H, com 156 moedas, o de 196 H, com 167 e o de 197 H, com 137 exemplares.

Com qualquer destas datas, as fotos dessas moedas, relativamente sem sujidades e digitalizadas, juntas às de mais de meia centena existentes em coleções, particulares e oficiais, que se podem obter, ultrapassarão as 200 referidas, para um estudo importante e de grande interesse, que permitirá ter a quantidade dos cunhos nelas usados, calcular ou estimar com eles a presumível quantidade total e ter uma visão de um número anual de dírhames tido, ao tempo, como necessário para a vivência económica do Ândalus.

Ao Museu Arqueológico de Córdova e aos nossos amigos do país vizinho propomos esse trabalho, no qual estaremos sempre dispostos a participar.

AGRADECIMENTO

As moedas deste tesouro não são escolhidas, ao contrário do que se verifica na grande maioria das existentes em coleções privadas. Aqui, mesmo com fotos ampliadas não é fácil decidir sobre a data ou a identidade de espécies com muito uso, muito ressaltadas, com grande cerceio, corroídas ou com a escrita (traços copiados) bárbara de alguns abridores de cunhos em períodos do respetivo fabrico. Casos tidos como mais duvidosos, não foram considerados para definir igualdades ou afinidades.

O autor muito agradece a José Paulo Ruas o demorado tratamento das fotos das moedas deste tesouro, que apresentamos como exemplos, de entre as registadas por nós há mais de vinte anos, com filme a preto já muito carregado, tornando assim possível uma leitura aceitável em grande número de espécies tão maltratadas pelo uso e enterradas no solo dos arredores de Viseu há cerca de mil e cem anos.

BIBLIOGRAFIA

- CANTO GARCIA, A.; TAWFIQ IBN H., I. (2004) – *Moneda Andalusí. La colección del Museo Casa de la Moneda*. Madrid: Casa de la Moneda.
- CODERA Y ZAIDIN, F. (1879) – *Tratado de Numismática Árabe-Española*. Madrid: Librería de M. Murillo.
- CODERA, F. (1892) – Tesoro de monedas árabes, descubiertas (sic) en Alhama de Granada. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. XX, p. 442-449.
- FIGANIER, J. (1949) – *Moedas Árabes. I Parte*. Lisboa: Casa da Moeda; Museu Numismático Português.
- FROCHOSO SÁNCHEZ, R. (2009) – *El dirham Andalusí en el Emirato de Córdoba*. Madrid: Real Academia de la Historia; Córdoba: Real Academia de Córdoba.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1957) – España Musulmana. In MENENDEZ PIDAL, R. – *Historia de España* Segunda edición. Madrid: Espasa-Calpe. Tomos IV e V.
- MARINHO, J. R. (1983) – Uma prática singular em moedas do Emirado do Ândalus. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, vol. 1, p. 347-374.
- MARINHO, J. R. (1989-1990) – As moedas muçulmanas da coleção Francisco Inácio de Mira. *NVMMVS*. Porto. 2.ª série, XII-XIII.
- MARINHO, J. R. (1990) – As moedas hispano-muçulmanas da coleção Justino Cúmano numa carta de Pascual de Gayangos. In *Actas do III Jarique de Numismática Hispano-Árabe*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- MARINHO, J. R. (1993-1994) – Os dirhames do Emirado do Ândalus no Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, volume 11-12, p. 403-426.
- MARINHO, J. R. (1995-1997) – Um achado de dirhames do Emirado do Ândalus em Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, volume 13-15, p. 441-456.
- MARINHO, J. R. (1998) – As emissões em cobre de D. Pedro II nos anos de 1699 e 1703. *NVMMVS*. Porto. 2.ª série, vol. XXI-XXV.
- MARINHO, J. R. (1998) – A Moeda no Gharb al-Ândalus. In *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Ministério da Cultura; Museu Nacional de Arqueologia. p. 175-184.
- MILES, G. C. (1950) – *The Coinage of The Umayyads of Spain*. New York: The American Numismatic Society.
- OSTRUP, J. (1938) – *Catalogue des monnaies arabes et turques du Cabinet Royal des Médailles du Musée National de Copenhague*. Copenhague: Musée National de Copenhague.
- PEÑA MARTÍN, S.; VEGA MARTÍN, M. (2007) – La amonedación canónica del emirato omeya andalusí antes de ‘Abd al-Rahman II, según el hallazgo de dirhams de Villaviciosa (Córdoba). *AM*. 14, p. 149-202.
- SERRÃO, J. V. (1979) – *História de Portugal*. 3.ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- VIVES Y ESCUDERO, A. (1893) – *Monedas de las Dinastías Árabe-Españolas*. Madrid: Real Academia de la Historia.



Moeda Aghlabida?
241 H/ 2,98 g



n.º 1
153 H/ 2,73 g



n.º 46
228 H/ 2,34 g



n.º 69
234 H/ 2,57 g



Estampa 1: fotos de moeda Aghlabida? e n.ºs 1, 46 e 69



n.º 83
236 H/ 2,45 g



n.º 88
236 H/ 1,96 g



n.º 117
238 H/ 1,91 g



n.º 121
238 H/ 1,79 g



Estampa 2: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 132
239 H/ 1,96 g



n.º 135
239 H/ 1,88 g



n.º 154
241 H/ 2,57 g



n.º 161
241 H/ 2,12 g



Estampa 3: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 156
241 H/ 2,49 g



n.º 158
241 H/ 2,42 g



n.º 177
243 H/ 2,46 g



n.º 178
243 H/ 2,06 g



Estampa 4: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 186
245 H/ 2,65 g



n.º 195
245 H/ 2,57 g



n.º 231
248 H/ 2,63 g



n.º 232
248 H/ 2,63 g



Estampa 5: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 231
248 H/ 2,63 g



n.º 234
248 H/ 2,62 g



n.º 233
248 H/ 2,62 g



n.º 238
248 H/ 2,59 g



Estampa 6: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 255
250 H/ 2,69 g



n.º 266
250 H/ 2,58 g



n.º 257
250 H/ 2,67 g



n.º 264
250 H/ 2,62 g



Estampa 7: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 257
250 H/ 2,67 g



n.º 268
250 H/ 2,57 g



n.º 262
250 H/ 2,63 g



n.º 263
250 H/ 2,63 g



Estampa 8: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 266
250 H/ 2,58 g



n.º 267
250 H/ 2,57 g



n.º 271
250 H/ 2,11 g



Estampa 9: Fotos de moedas afins no Tesouro de Viseu.



n.º 35
224 H/ 2,58 g



n.º ix, 45⁸MB



n.º 48
229 H/ 2,24 g



n.º iii, 47MB



Estampa 10: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.



n.º 142
240 H/ 2,65 g



n.º 3965 MNP



n.º 156
241 H/ 2,49 g



n.º 85 AA

Sem foto

Estampa 11: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.



Estampa 12: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.



n.º 180
243 H/ 1,91 g



n.º 2227 MNC



n.º 184
245 H/ 2,82 g



n.º 118 MNA

Estampa 13: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.



n.º 200
245 H/ 2,42 g



n.º 2228 MNC



n.º 208
247 H/ 2,72 g



n.º 2229 MNC



Estampa 14: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.



n.º 212
247 H/ 2,64 g



n.º 97 AA

Sem foto



n.º 223
247 H/ 2,06 g



n.º 95 AA



Estampa 15: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.



n.º 228
248 H/ 2,64 g



n.º ix 63ªMB



n.º 255
250 H/ 2,69 g



n.º 127 MNA



Estampa 16: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.



n.º 260
250 H/ 2,65 g



n.º 12412 MNP



n.º 273
251 H/ 2,63 g



n.º 129 MNA



Estampa 17: Fotos de moedas do Tesouro de Viseu afins com as de outros conjuntos.

Nota de leitura

ALBALADEJO VIVERO, Manuel (2012) – *Léxico de Topónimos y Etnónimos del Noroeste de la Península Ibérica en la Antigüedad*. Cartografía de José María Gómez Fraile. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Ediciones Polifemo. 219 p., il. ISBN: 978-84-00-09429-4; 978-84-96813-63-2.

Decerto a dissertação de doutoramento que apresentou na Universidade de Alcalá de Henares (2003) sobre a etnografia e a geografia histórica da Índia e da Etiópia na literatura clássica constituiu ponto de partida para novas pesquisas de Albaladejo Vivero neste domínio em que Geografia, História e Etnografia intimamente se entrelaçam e de que, por isso mesmo, a toponímia e a etnonímia são vestígios relevantes a estudar.

Povos e lugares têm de ser identificados e os nomes que lhes são atribuídos contêm informações muito concretas acerca do significado que eles detiveram, nomeadamente as suas características mais salientes, nesse momento primordial do «baptismo». O desconhecimento do idioma então usado; a dificuldade sempre sentida de se passarem a escrito, em signos compreensíveis, os sons pronunciados pelos indígenas; e a circunstância de as fontes antigas (de Estrabão, Plínio, Pompónio Mela, Ptolemeu...) terem sido elaboradas, mui provavelmente, sem um conhecimento concreto «do terreno» (como hoje se diria) – apresentam-se, na atualidade, como barreiras nem sempre facilmente transponíveis, mas, por isso mesmo, mais aliantes ainda para o investigador da toponímia e da etnonímia da Antiguidade.

Explicita-se na badana do livro que ele foi concebido para disponibilizar «todas las informaciones literarias y epigráficas conocidas hasta el momento sobre los topónimos y etnónimos del Noroeste de la Península Ibérica durante la Antigüedad», intenção que sobremaneira se justifica atendendo ao «considerable número de nuevos testimonios que, sobre todo, la epigrafía ha sacado a la luz durante los últimos años», aguçando o debate científico, porquanto alguns desses documentos – como é o caso do chamado Édito del Bierzo ou a designada *Tabula*

Lougeiorum – proporcionam informações de tal modo inesperadas que, inclusive, levaram autores a suspeitar da sua autenticidade.¹

Compreende-se, pois, a oportunidade e atualidade desta obra, que, em jeito de dicionário – complementando o que António Tovar fizera, há já bastante tempo, na sua *Iberische Landeskunde* [Baden-Baden, 1 1974 (Bética), 2 1976 (Lusitânia), 3 1989 (Tarraconense)] –, dá conta, por ordem alfabética, de tudo o que se sabe sobre determinado topónimo ou etnónimo. Um exaustivo trabalho de síntese, servido pela bibliografia disponível, que será doravante, não duvido, de consulta e de referência obrigatórias, até porque, sendo obra com esse objetivo, apresenta índices de acidentes geográficos, de *castella*, de centros urbanos, de etnónimos e de *mansiones*, a facilitar o seu manuseamento.

Não há, por conseguinte, um módulo artificialmente determinado: de um vocábulo (como *Astiatico*) podem exarar-se apenas duas linhas explicativas e outra de bibliografia, e em relação a palavras como *Artabri* ou *Casitérides* o autor estende-se, naturalmente, um pouco mais.

Torna-se sempre difícil, nestes termos e perante a vastidão do tema – mau grado a sua (apenas aparente) simplicidade –, aproximar-se do que poderíamos designar por «análise exaustiva» de uma questão. Lançam-se pistas, deixam-se sugestões e... a investigação que prossiga! Quis testar duas ou três dessas entradas, a título de exemplificação.

Chamou-me a atenção *Ebora*, na medida em que temos a *Ebora* do *conventus Pacensis*. Manuel Albaladejo limita-se a explicar que se trata de uma localidade, identificada com a moderna Sinais, em cujo porto, segundo o testemunho deixado por Pompónio Mela, desaguava o rio *Tamara* ou *Damaris* [*sic*]. E remete para Tovar (1989, 302). Ora, para quem fizesse a consulta a partir do índice, conhecida como é a *Ebora Liberalitas Iulia*, o mínimo que esperava era que, mesmo como nota, se acrescentasse que o nome se repetia naquele *conventus*. Nada se diz. Aliás, também não se consegue saber a localização de Sinais, pois que não há índice de topónimos modernos e, na entrada *Tamara* ou *Tamaris* (e aí nos apercebemos que houve uma gralha atrás, no nome do rio), se escreve «véase el mapa correspondiente», mas não se explica qual é e, no da página 176, que apresenta o Noroeste segundo a *Corografía* de Pompónio Mela, lá vem, de facto, Puerto Ebora com ponto de interrogação, mas o topónimo correspondente parece ser Prestamarcos.

Vi o topónimo *Salacia* no mapa da rede viária (p. 182) e também fiquei curioso, uma vez que temos outra *Salacia*, também no *conventus Pacensis*. E, de novo, nada aí se diz como referência; somente que seria mansão da via XVII, a

¹ Vejam-se, a título de exemplo, as contribuições inseridas em GRAU LOBO, Luis; HOYAS DÍEZ, José Luis, eds. (2001) – El Bronce de Bembibre: un Edicto del Emperador Augusto del Año 15 a. C. Museo de León. León: Museo de León; ou os comentários de CANTO, Alicia María (1990) – La Tabula Lougeiorum: Un documento a debate. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. 17, p. 267-275.

dar crédito ao *Itinerário de Antonino*, identificável, segundo Rodríguez Colmenero, com Vieira do Minho.

Dir-se-á, a respeito destes dois exemplos, que o autor quis cingir-se ao Noroeste; todavia, essas duas outras cidades foram tão importantes que uma alusão à sua existência afigura-se-nos que não seria despropositada, até porque, havendo topónimos iguais em áreas distintas, tal vem confirmar a evidente complexidade destes estudos. De resto, tal omissão não se compreende se verificarmos que, em relação a *Talabriga*, o autor tem outra opção: «Es de destacar la homonímia de este topónimo con la ciudad que se hallaba al sur del Duero, en el territorio de los lusitanos [...]».

No que concerne à bibliografia (p. 189-202), compreende-se que Albaladejo não cite a dissertação de doutoramento de Amílcar Guerra, *Nomes Pré-romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular*, defendida na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1997, por ainda se não encontrar publicada, mas que, apesar disso, está já amiúde citada; desse mesmo autor há, porém, «Os nomes do rio Lima. Um problema de toponímia e geografia histórica», que versa a problemática do rio *Limia*.² Por outro lado, apesar de já se encontrar naturalmente desatualizada, não deveria esquecer-se a primeira grande tentativa de localização de povos e topónimos empreendida, nos finais da década de 80, pelo Professor Jorge Alarcão, donde resultou *Roman Portugal* (Warminster, 1988), que não é referido. Aliás, Jorge Alarcão, depois do artigo, aqui amplamente citado, de 2001, sobre as paróquias suélicas do território atualmente português, voltou, em 2004,³ a alguns dos temas aí tratados; assim, nas p. 330-333, discute onde se situa «a cidade de *Omnia*», que também aparece designada *Omina* e de que Manuel Albaladejo apenas transcreve a informação primeira de Alarcão: «parroquia perteneciente a la diócesis de *Lamecum*, segundo se expresa en el *Parochial Suevum* 3, 5» (p. 123); e, nas p. 334-335, discute a localização do «*pagus Supelegio*», sobre o qual Manuel Albaladejo apenas escreve: «Localidad mencionada como parroquia de la diócesis de *Bracara* en el *Parochial Suevum* 1, 29» (p. 139).

No quadro das divindades indígenas cujos testemunhos se encontraram no Noroeste, há o *Genius Laquiniensis*, procedente de S. Miguel das Caldas de Vizela, e o *Genius Tiauranceaicus*, de Estorãos, Ponte de Lima, este último venerado por uma mulher, *Camala*, que se identifica como *Talabrigensis*, ou seja, natural de *Talabriga*. Jorge Alarcão, no citado texto de 2004, também se ocupa de *Talabriga* (p. 325-330) e, a propósito deste *Genius*, sugere que possa «tratar-se de um génio protector do rio Antuã ou do espaço entre os rios Antuã, Vouga e Caima, ou

² In VILLAR, Francisco; ENCARNACÃO, José d' (1996) – La Hispania Prerromana. In *Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Coimbra, 1994). Salamanca. p. 147-161.

³ «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I», *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:1, p. 317-342 Disponível em http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/7_1/12.pdf.

entre Antuã, Ínsua e Caima» (p. 329), ou seja, no território de *Talabriga*, cuja «localização mais provável» continua a pensar que «é no Cabeço do Vouga, onde os vestígios romanos assumem particular importância» (p. 327), uma *Talabriga* homónima, portanto, da que se regista no Noroeste. No entanto, dentre todas as divindades, aquelas a que pode atribuir-se com mais certeza um carácter tópico, são precisamente os *Genii*; ver-se-á, por isso, com alguma dificuldade que o topónimo ou o etnónimo de que se formou o epíteto adjectival *Tiauranceaicus* não se localize onde a ara em sua honra foi achada ou muito perto.⁴ Por conseguinte, afigura-se-me que os referidos epítetos – *Laquiniensis* e *Tiauranceaicus* – poderiam ter sido incluídos por Manuel Albaladejo no seu livro, até para suscitar nova discussão sobre o tema.

Perante tamanha multiplicidade de topónimos e de etnónimos, não podia o autor deixar de abordar, no final, como conclusão (p. 165-169), uma questão bem pertinente: que era, de facto, a *Gallaecia* referida pelos autores antigos? Tinha uma identidade linguística, de raiz céltica, por exemplo? Constituía uma unidade étnica? A resposta a ambas as questões é, seguramente, negativa, dada a diversidade de que, tanto num como noutro âmbito, as fontes epigráficas são testemunho, contrariando a imagem «unitária» veiculada pelas fontes clássicas, que correspondem, bem o sabemos, a uma visão exterior e simplificadora de uma realidade deveras complexa.

Vale, consequentemente, este *Léxico* como útil panorama geral que reúne o que se escreveu sobre a quase totalidade dos topónimos e etnónimos conhecidos. É, de resto, o facto de os ter reunido em volume que nos permite, agora, interrogarmo-nos sobre a ausência deste ou daquele; e, por outro lado, é esse panorama um bom ponto de partida para outras análises mais aprofundadas.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

⁴ O carácter tópico de divindades como os *Genii*, os *Lares*, as *Tutelae* já havia sido salientado por ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, Robert; FABRE, Georges (1969) – *Le culte des Lares à Conimbriga* (Portugal). *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions & Belles Lettres*. Paris. p. 213-236, onde, inclusive, se comenta a relativa abundância deste tipo de dedicatórias a norte do Douro, na Galiza, «territoire occupé par des tribus celtes dont le régime social était fondé sur un particularisme très vivace» (p. 227). Uma síntese do que então se sabia acerca dos dois Génios citados foi, por isso, incluída no meu livro (1975) – *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa. p. 191-195. Ver também a síntese exaustiva apresentada por Luís da Silva Fernandes: «*Genii*, *Lares* e *Tutela* na província da Lusitânia», in RIBEIRO, José Cardim, coord. (2002) – *Religiões da Lusitânia*. *Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 179-188.

Normas de redação

1. Apresentação do texto

Original impresso e em CD ou DVD tendo em consideração o seguinte:

1.1. Texto em ficheiro Word.

1.2. Texto batido a 2 espaços.

1.3. Parágrafos recolhidos.

1.4 Resumos, bibliografia e legendas das ilustrações, em páginas à parte.

1.5. Resumo em português e inglês. O autor pode, caso o pretenda, apresentar o resumo em língua espanhola ou francesa.

1.5.1. A seguir aos resumos incluir até 5 palavras-chave que caracterizem o conteúdo do artigo.

1.6. A revista utiliza o sistema de notas infrapaginais e bibliografia no final do artigo.

1.6.1. As notas incluirão apontamentos breves e questões relacionadas com o texto original, sendo numeradas sequencialmente com números em expoente.

1.6.2. A bibliografia no final do artigo é impressa em duas colunas e é uma listagem organizada por ordem alfabética de todos os autores citados ao longo do texto. Os autores espanhóis devem ser referenciados pelo penúltimo apelido.

1.7. Cada original deverá apresentar a seguinte uniformização de critérios no que respeita a:

1.7.1. Título do artigo. Exemplo:

A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora

1.7.2. Subtítulo (1). Exemplo:

1. ESTUDO DE COLEÇÕES

Subtítulo (1.1). Exemplo:

1.1. Antas da Mitra

Subtítulo (1.1.1). Exemplo:

1.1.1. A placa MEV 5230

1.8. Assinalar no texto o local ideal para entrar cada ilustração, de modo a respeitar-se, tanto quanto possível, a ideia do autor (tendo em conta o critério de que a ilustração deve aparecer depois do texto a que se refere).

2. Referências bibliográficas

São redigidas de acordo com a Norma Portuguesa de 1994 (NP 405-1). No caso de correspondência e documentos eletrónicos deve seguir-se, respetivamente, a Norma Portuguesa de 2000 (NP 405-3) e a Norma Portuguesa de 2002 (NP 405-4). Relativamente ao material cartográfico são fornecidos alguns exemplos elaborados de acordo com as normas do ISBD (CM).

2.1. Abreviaturas

2.1.1. Solicita-se a utilização exclusiva de abreviaturas nos nomes próprios dos autores.

2.1.2. Quando a bibliografia inclui 2 ou mais autores com o mesmo apelido, os respetivos nomes serão indicados por extenso.

2.1.3. Os títulos das publicações periódicas não deverão ser abreviados.

2.2. Autoria

2.2.1. Quando a responsabilidade da obra for partilhada até um máximo de 3 autores, são todos referenciados.

2.2.2. Quando a responsabilidade da obra é partilhada por mais de três autores indica-se apenas o nome do primeiro, seguido da expressão [et. al.].

2.2.3. Os editores literários e compiladores podem ser tratados como autores, desde que apareçam destacados na página de título. Neste caso, devem acrescentar-se ao nome, as abreviaturas ed. lit. ou compil.

2.3. Dados da publicação

2.3.1. No caso do local de edição e/ou editor não virem referenciados na publicação, utilizam-se as seguintes expressões:

Ex: [S.l.: s.n.], 1980

Paris: [s.n.], 1990

[S.l.]: Hachette, 1986

2.3.2. Se o ano da publicação não vier mencionado, indica-se a data de impressão, *copyright* ou depósito legal:

Ex: imp. 1987 cop. 1990 D. L. 1980

2.4. Série ou coleção

2.4.1. A série ou coleção, em que a obra está incluída, é apresentada como aparece no documento, no fim da referência:

Ex: (Documents d'Archéologie Française; 33).

2.5. Exemplos:

Monografias:

ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. 139 p.

LISBOA *Subterrânea* (1994). Lisboa: Soc. Lisboa 94; Museu Nacional de Arqueologia; Milão: Electa. 278 p. Catálogo.

Contribuições em monografias:

HEINZ, C.; THIÉBAULT, S.; VERNET, J.-L. (1993) – Gestion et dégradation de la forêt préhistorique méditerranéenne. In *Le Néolithique au Quotidien*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. p. 12-18. (Documents d'Archéologie Française; 39).

DAVEAU, S. (1994) – A foz do Tejo, palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 24-30. Catálogo.

DELIBES DE CASTRO, G.; SANTONJA, M. (1987) – Sobre la supuesta dualidad Megalitismo/Campaniforme en la Meseta Superior española. In WALDREN, W. H.; KENNARD, R. C., eds. lts.– *Bell Beakers of the western Mediterranean. Definition, interpretation, theory and new site data. The Oxford International Conference (1986)*. Oxford: B. A. R. p. 173-206. (BAR International Series; 331 i).

Artigos de publicações em série:

ALVES, F. J. S. [et. al.] (1988-1989) – A armadilha de pesca da Época Romana descoberta na Praia de Silvalde (Espinho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 187-226.

CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 1, p. 115-129. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular.

No caso de ser uma revista com volume e número, a referência será feita da seguinte maneira:

CARDOSO, M. (1965) – A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75:1-4, p. 153-168.

Correspondência e manuscritos:

HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 8* [Manuscrito]. 1952. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

SARMENTO, F. M. – [Carta] 1881 Maio 20, Guimarães [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1881. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. CoR JLV 3124/20708.

Material cartográfico:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 339 [Material cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: S. C. E., 1970.

Documentos electrónicos:

THACKER, P. T.; BROOKS, B. E.; PEREIRA, C. M. C. (2002) – Detecting Paleolithic Activity Areas Through Electrical Resistivity Survey: An Assessment from Vale de Óbidos, Portugal. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. London. 29:6, p. 563-570. [Consult. 30 Jun. 2003]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.sciencedirect.com>>.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARTE RUPESTRE, VILA REAL, 1998 – *Atravessando Fronteiras* [CD-ROM]. Vila Real: UTAD.

3. Citações

A citação permite identificar a publicação onde se obteve a ideia, o excerto, etc. Entre a citação e a referência bibliográfica do documento respetivo, deve existir uma correspondência exata.

3.1. A forma adotada pela revista é colocar no texto, entre parênteses, o nome do autor, o ano da publicação e, se necessário, o ou os números das páginas citadas. Se o nome do autor vier integrado no texto deverá colocar-se, entre parênteses, o ano e os números das páginas.

Exemplos: (Encarnação, 1984, p. 132-137)
(Jones e Smith, 1986, p. 93)

3.2. Se a bibliografia contiver vários documentos do mesmo autor e editados no mesmo ano, acrescenta-se ao ano de publicação uma letra (a, b, c, ...) na citação e na referência bibliográfica.

Exemplo: «Já em 1963 tinha sido achado por J. Fragoso de Lima (1963a) ...»

3.3. Quando uma obra é citada várias vezes ao longo do texto, pode optar-se pela utilização da abreviatura ob. cit. ou op. cit.

Exemplos: «apesar da opinião contrária de F. Poplin (ob. cit., p. 15)...»
(Bouchud, op. cit., p. 25)

3.3. Sempre que um documento não tenha sido consultado pelo autor e que a citação seja feita por intermédio de outro autor, devem-se anteceder as citações pela abreviatura Cit. por (citado por) ou *Apud* (segundo, conforme).

4. Apresentação de datas

4.1. A revista adota as regras constantes da proposta sobre referência de datas de radiocarbono aprovada no 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, 1995. v. 6. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 35: 2)).

4.2. Na citação de datas resultantes da aplicação de outros métodos, devem indicar-se os mesmos elementos requeridos para a referência de datas de radiocarbono (laboratório, número da datação, data obtida e margens de erro), seguidos das siglas que usualmente identificam o respetivo método (TL, U/Th, etc.). Nestes casos, em que a convenção de equivalência BP = 1950 não é seguida e também não se utiliza ou não faz sentido a distinção entre “datas convencionais” e “datas reais”, devem ser referidas a anos de calendário, segundo o sistema tradicional português: a.C. (antes de Cristo), d.C. (depois de Cristo).

4.3. A referência a grandezas cronológicas (ex.: III milénio, século IV, terceiro quartel do século II, etc.), não reportadas expressamente a nenhuma data específica de radiocarbono, como tal identificada, ou aquelas que realizem a síntese de datas obtidas por métodos diferentes, seguirão o sistema tradicional português: a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo).

4.4. De um modo geral, aconselha-se vivamente, quando tecnicamente possível, a utilização do sistema de referência tradicional português (a.C. / d.C.), *no pressuposto de que o mesmo corresponde necessariamente a datas reais de calendário* e obriga, portanto, no caso de datações de radiocarbono, à prévia calibração das datas convencionais obtidas.

5. Apresentação das ilustrações

5.1. Os originais devem permitir uma redução ao tamanho da mancha, salvo quando se considere absolutamente indispensável recorrer a desdobrável. A mancha é de 19 cm x 12,4 cm, devendo ser incluído nela o espaço ocupado pela legenda composta.

5.2. A revista é impressa a uma cor, pelo que a reprodução de desenhos e fotografias será igualmente feita a uma cor. São aceites diapositivos, ou provas em papel, a cores ou preto e branco e em qualquer formato.

5.3. Ao realizarem-se os desenhos, é necessário ter em consideração a espessura dos traços e o tamanho de números ou letras de forma a ficarem bem legíveis, nas reduções.

5.4 As imagens em formato digital (desenhos ou fotografias) deverão ter uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão mínima igual à largura da mancha (12,4 cm) e ser entregues gravadas em CD, DVD ou disquete, nos formatos PSD, JPG, TIFE, RAW, EPS ou vectorial EPS. Todas as imagens deverão ser acompanhadas de uma prova impressa a preto.

5.5 Desenhos ou fotografias, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente pelo seguinte critério:

5.5.1 Desenhos ou fotografias

Fig. 1, 2 ...

Nas figuras deverá figurar uma escala gráfica.



5.5.2 Quadros

Quadro 1, 2 ...

5.5.3 Gráficos

Gráfico 1, 2 ...

5.6 Os autores deverão usar como base cartográfica cópias de mapas já existentes, evitando desenhar mapas próprios.

5.7 No caso do artigo informar sobre estações bem determinadas, a 1.ª figura (não numerada) deverá localizá-las sobre um mapa da Península Ibérica ou outro que seja apropriado.

6. Quadros e tabelas

Os títulos dos quadros e tabelas devem ser centrados, os dados restantes devem ser alinhados à esquerda e não se devem colocar filetes ao alto. Exemplo:

QUADRO I

DATAÇÕES de radiocarbono relacionadas com contextos arqueológicos da Estremadura e do Sudoeste de Portugal

Ref. ou Laboratório	Tipo de amostra	Contexto arqueológico	Data convencional de 14C (anos BP)	Data calibrada	
				Método de distribuição de probabilidades	
				1 σ (cal BC)	2 σ (cal BC)
123456	2000-2000	1950-2050
789012	2000-2000	1950-2050

7. Entrega dos originais

Só serão aceites para publicação os originais apresentados segundo as normas de redação da revista, iniciando-se apenas, a composição de originais que estejam completos:

- a) Resumo em português, em inglês e/ou em francês, com indicação de três a cinco palavras-chave para indexação;
- b) Texto original;
- c) Bibliografia;
- d) Legendas das ilustrações;
- e) Ilustrações.

8. Correção de provas

Deverão utilizar-se os sinais convencionais estabelecidos pela Norma Portuguesa de 1987 (NP-61).

8.1. As alterações ao texto original, deverão ser evitadas, pois os seus custos terão que ser debitados aos autores.

8.2. O revisor de provas utiliza a cor encarnada. Pede-se ao autor que utilize uma cor diferente.

9. Oferta aos autores

O editor oferece dois exemplares da revista.

ISSN 0870-094X



9 770870 094003


MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA

ISSN 0870-094X

